



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

ROBERG JANUÁRIO DOS SANTOS

**DO GRÃO-PARÁ À AMAZÔNIA: A INVENÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA
FRENTE À CENTRALIZAÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO**

**BELÉM - PA
2023**

ROBERG JANUÁRIO DOS SANTOS

**DO GRÃO-PARÁ À AMAZÔNIA: A INVENÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA
FRENTE À CENTRALIZAÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em História.
Orientador: Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad

**BELÉM - PA
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S237 SANTOS, Roberg Januário.

Do Grão-Pará à Amazônia: a invenção da região amazônica
frente à centralização do Império brasileiro / Roberg Januário
SANTOS. — 2023.

395 f.: il.

Orientador(a): Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2023.

1. Amazônia. 2. Região. 3. Nação. 4. Império brasileiro. I.
Título.

CDD 909.093

ROBERG JANUÁRIO DOS SANTOS

**DO GRÃO-PARÁ À AMAZÔNIA: A INVENÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA
FRENTE À CENTRALIZAÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em História.

Orientador: **Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad (Presidente)
Museu Paraense Emílio Goeldi/ Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes (Membro Interno)
Universidade Federal do Pará

Prof.^a. Dr.^a Magda Maria de Oliveira Ricci (Membro Interno)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira (Membro Externo)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Daniel Souza Barroso (Membro Externo)
Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará

Dedico esta tese de doutorado à minha esposa Lucilvana Ferreira Barros e à Sofia Gabriele, por serem fontes de inspiração; as mais lindas flores do meu jardim. Aos meus pais, meu muito obrigado!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, a Deus por ter me permitido chegar até aqui e vencer as batalhas da vida, inclusive a própria tese. Tive a oportunidade de viajar praticamente um ano da minha vida, entre Xinguara/PA e Belém/PA, dedicando cerca de 28 horas semanais para cursar as disciplinas do doutorado.

Quero agradecer a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste trabalho de tese de doutorado.

Agradeço imensamente à minha esposa e companheira Lucilvana Barros pelo apoio, paciência e companheirismo, pois sem a sua presença motivadora e compreensiva, a vida neste período da tese teria sido muito mais difícil. Seu amor foi uma grande força que me motivou. Além disso, agradeço a Deus e a Lucilvana pela nossa filha, Sofia Gabriele, que nasceu junto com esta tese, e, cumprindo o significado do seu nome, ilumina minha vida com sabedoria, alegria e luz.

Agradeço aos meus pais, Francisca Santos e Sebastião Bezerra dos Santos, bem como ao meu irmão, Rosenaldo Januário, pelo carinho, amor e apoio até aqui.

Agradeço a todos os familiares que tornaram o isolamento durante a elaboração da tese menos difícil, especialmente à minha sogra, Rita Barros.

Ao Professor Nelson Sanjad, meu orientador, pelo aceite da orientação e pela própria orientação desta tese, com apontamentos e colaborações sempre importantes, bem como pela liberdade intelectual que me foi concedida.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, através dos professores e professoras, bem como aos servidores desta universidade pela acolhida e aperfeiçoamento. Especialmente agradeço aos ensinamentos dos professores Nelson Sanjad, Aldrin Figueiredo, Antônio Maurício e José Alves.

Agradeço imensamente aos professores e professoras que aceitaram participar da banca de defesa desta tese, com todo o meu agradecimento a: Nelson Sanjad, Francivaldo Nunes, Magda Ricci, Iranilson Buriti e Daniel Barroso

Aos professores Aldrin Figueiredo, David Palácios e Márcio Meira, pelas sugestões, críticas e contribuições feitas durante o exame de qualificação. Suas colaborações e apontamentos ajudaram a formatar o trabalho atual.

À Universidade Federal de Pernambuco e ao Programa de Pós-Graduação em História daquela instituição, pela acolhida durante o curso da disciplina “Recortes do Brasil Império”, em formato conexo.

À Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), pela acolhida profissional e pela possibilidade de crescimento acadêmico e formação continuada, concedendo o afastamento para cursar o doutorado. Igualmente, agradeço aos servidores e colegas do Curso de História e do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Unifesspa, que foram favoráveis à minha liberação para cursar o doutorado e pela compreensão durante o período de afastamento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço a todos os colegas de profissão que durante simpósios, seminários e demais tipos de eventos acadêmicos colaboraram com ideias, contribuições e sugestões para melhorar esse trabalho de tese.

Aos colegas de doutorado da Turma 2018, meu muito obrigado pela convivência e diálogos acadêmicos enriquecedores.

Às instituições e seus servidores que possibilitaram a pesquisa para esta tese de doutorado, a saber: Arquivo Guilherme de La Penha – Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG); Arquivo de Obras Raras da Biblioteca da Universidade Federal do Pará (UFPA); Arquivo Público do Pará; Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna; Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Prof^o Inocêncio Machado Coelho Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP); Acervo da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (Belém - PA); Acervo de Obras Raras do Fórum Landi – UFPA; Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA); Biblioteca Arthur Reis (Manaus, AM); Biblioteca Mario Ipiranga Monteiro (Manaus, AM); Centro de Memória da Amazônia (CMA) do Centro Cultural dos Povos da Amazônia (Manaus, AM); Biblioteca Pública do Amazonas; Arquivo Público do Amazonas; Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro, RJ); Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco (Recife – PE); Arquivo da Câmara dos Deputados do Brasil (Brasília, DF). O meu muito obrigado!

RESUMO

Esta tese de doutorado aborda a emergência da Amazônia como um recorte regional na nação brasileira durante a segunda metade do século XIX, sendo delineada, em grande medida, no campo político, sem perder de vista o intercâmbio de ideias, imagens e práticas à época relacionadas à economia local. Esta tese de doutorado se baseia nas contribuições teóricas da História dos Conceitos, implicando pensar na desnaturalização dos nomes e nos significados que eles assumem ao longo do tempo. Compôs o *corpus* documental desta tese uma gama de fontes históricas, merecendo destaque para os anais do Parlamento brasileiro. Este trabalho contribui para a compreensão da história do Brasil a partir da diferenciação regional e das relações de força entre o Império/Governo Central e as elites políticas ditas regionais, sobretudo as amazônicas. A partir do Segundo Reinado, intensificou-se o movimento para que as elites da Corte assumissem considerável peso político e econômico no cenário brasileiro, acompanhadas, por sua vez, pelas elites políticas baianas e pernambucanas, acarretando uma maior acentuação da diferenciação regional no país. Por outro lado, nas províncias banhadas pelo rio Amazonas, a economia da borracha ampliava-se em um contexto de reorganização política das elites após a Cabanagem. O cenário político e econômico criou a ambiência para que as elites amazônicas gestassem um regionalismo político em prol de seus interesses, de maneira a canalizar a percepção de “atraso” da região para a falta de atenção do Governo Central e de alcançar maior influência na política nacional, tida pelas províncias do Norte, inclusive as amazônicas, como dominada pelos interesses das províncias do Sul. Defendemos que esse movimento, perceptível a partir da década de 1870, acarretou novas configurações regionais e incentivou a construção de uma identidade política, expressa, principalmente, na substituição do nome pelo qual a região era identificada até então – Grão-Pará – por um novo nome: Amazônia. O argumento principal desta tese é o de que o regionalismo político das províncias banhadas pelo rio Amazonas, frente à centralização administrativa do Império brasileiro e em diálogo com as ideias da época, contribuiu decisivamente para a emergência da Amazônia como região diferenciada em termos territoriais, políticos e culturais.

Palavras-chave: Amazônia. Região. Nação. Império brasileiro.

ABSTRACT

This doctoral dissertation addresses the rise of the Amazon region in the second half of the 19th century. Despite focusing on the political sphere, the exchange of ideas, images, and practices regarding local economy at the time are also discussed. Considering the theoretical contributions of conceptual history, this work reflects upon the denaturalization of names and the meanings they assume over time. A corpus composed of a range of historical sources, among which the Annals of the Brazilian Parliament stand out, is used as support. This study contributes to the knowledge of Brazilian history based on the understanding of the regional differentiation and the power relations between the Empire/Central Government and the regional political elites, especially the Amazonian ones. From the Second Reign, the political and economic weight of the court elites, as well as those of the North of Bahia and Pernambuco (agricultural), increased considerably in the Brazilian scenario, which resulted in a greater regional differentiation in the country during that period. On the other hand, in the provinces along the waterways of the Amazon River, while the local elites sought to politically reorganize the area after the Cabanagem Revolt, the rubber industry grew. The political and economic landscape created an environment that fostered political regionalism and was used by the Amazonian elites in favor of their own interests, which could channel considerably the perception of backwardness in the region to the lack of attention of the Central Government. Moreover, it allowed them to increase their political clout, seen by the northern provinces, including the Amazon ones, as centered on the interests of the southern ones. It is argued that this movement, seen from the 1870s, brought about regional reorganization and encouraged the development of a new political identity, resulting in the renaming of the former province of Grão-Pará, known from then on as Amazon. Therefore, it was concluded that the political regionalism of the riverside provinces, considering the administrative centralization of the Brazilian Empire along with the ideas of the time, contributed decisively to the rise of the Amazon as a differentiated region in terms of territory, politics, and culture.

Keywords: Amazon. Region. Nation. Brazilian Empire.

RÉSUMÉ

La présente thèse de doctorat traite de l'émergence de l'Amazonie autant qu'une découpe régionale de la nation Brésilienne pendant la seconde moitié du XIX^e siècle, délimitée en grande partie sur le domaine politique, sans toutefois perdre de vue l'échange d'idées, images et pratiques liées, à l'époque, à l'économie locale. Cette thèse est basée sur des contributions historiques de l'histoire des concepts, ce qui implique penser la dénaturalisation des noms et des significations que ceux-ci prennent au fil du temps. Une gamme de sources historiques composent le *corpus* documentaire, parmi lesquelles méritent d'être soulignés les annales du Parlement Brésilien. Le travail cherche à contribuer à la compréhension de l'histoire du Brésil à partir de la différenciation régionale ainsi que des relations de force entre l'Empire/Gouvernement Central et les élites politiques dites régionales, surtout celles amazoniennes. Dès le Second Règne, s'accroît le mouvement pour que les élites de la Cour obtiennent un considérable poids politique et économique au sein du pays, accompagnées à leur tour par les élites politiques bahianaises et pernamboucaines, entraînant une réaffirmation encore plus forte de la différenciation régionale dans le pays. Cependant, chez les provinces baignées par le fleuve Amazone, l'économie du caoutchouc s'élargissait dans un contexte de réorganisation politique des élites suite à la révolte de la *Cabanagem*. Le paysage politique et économique créa l'ambiance pour que les élites amazoniennes gérassent un régionalisme politique en faveur de leurs propres intérêts, de façon à canaliser la perception de "retardement" de la région envers le manque d'attention de la part du Gouvernement Central et à atteindre plus d'influence sur la politique nationale, considérée par les provinces du Nord, y inclus les amazoniennes, comme dominée par les intérêts des provinces du Sud. Nous défendons ici que ce mouvement-là, perceptible depuis 1870, a enchaîné des nouvelles configurations régionales et a stimulé la construction d'une identité politique exprimée, principalement, par la substitution du nom par lequel la région était désormais connue – Grão-Pará – par un nom nouveau : Amazonie. L'argument principal de cette thèse est que le régionalisme politique des provinces baignées par le fleuve Amazone, face à la centralisation administrative de l'Empire Brésilien, et en dialogue avec les pensées de l'époque, a décisivement contribué pour l'émergence de l'Amazonie autant que région différenciée en termes territoriaux, politiques et culturels.

Mots-clés : Amazonie. Région. Nation. Empire brésilien.

LISTA DE SIGLAS

COP 27	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
IGHA	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
CNA	<i>Companhia de Navegação do Amazonas</i>
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
SUDAM	Superintendência do desenvolvimento da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará
CMA	Centro de Memória da Amazônia

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Menções à palavra Amazônia nos conteúdos dos verbetes selecionados do Dicionário topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas (1852)	48
Quadro 02: nomes atribuídos a área geográfica às margens do rio Amazonas entre os séculos XVI e XIX.	70
Quadro 03: Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça do Império entre 1829 – 1889	134
Quadro 04: Senadores pelo Pará durante o Império (1826 – 1889).....	137
Quadro 05: Presidentes da Assembleia Legislativa Provincial do Pará entre 1854 e 1888	264

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Origem Provincial dos Ministros que formaram os Gabinetes do Império entre 1840 e 1889.....	131
Tabela 02: Presidentes do Conselho de Ministros do Império entre 1847 e 1889 .	132
Tabela 03: Bancadas por províncias na Câmara dos Deputados (Império)	135
Tabela 04: Senadores pelo Amazonas durante o Segundo Reinado (1841 – 1889).....	138
Tabela 05: Políticos originários do Pará que administraram outras províncias brasileiras, conforme designação oficial e imperial (1840 – 1889).....	141
Tabela 06: Quantitativo geral de títulos de nobreza por província no Império	143
Tabela 07: Tabela da exportação da borracha paraense (1865 – 1892)	150
Tabela 08: Receita e despesas* do Império no Pará entre 1874 – 1884 (exceto os anos de 1882, 1883)	155

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 01 – Poema em alusão à chegada do jornal Amazônia (primeira parte).343**
- Imagem 02 – Poema em alusão à chegada do jornal Amazônia (segunda parte)..343**
- Imagem 03 – Escritório de imigração para o Pará na Espanha.....348**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	AS CONDIÇÕES SEMÂNTICAS: PRIMEIRO EXISTIU O NOME, DEPOIS A REGIÃO NOMEADA	35
2.1	Das amazonas à Amazônia nos dicionários.....	36
2.2	Do Rio das Amazonas ao Pays das Amazonas.....	51
3	AS CONDIÇÕES POLÍTICAS: O GRÃO-PARÁ, DE UNIDADE ADMINISTRATIVA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS À PROVÍNCIA BRASILEIRA	72
3.1	O Norte e o Sul do Brasil	73
3.2	O Grão-Pará: de Unidade Administrativa do Estado português à Província brasileira	83
3.3	As bases do discurso regional paraense no Parlamento Brasileiro.....	107
4	AS CONDIÇÕES REGIONAIS: O LUGAR DO GRÃO-PARÁ/REGIÃO AMAZÔNICA NA DIFERENCIAÇÃO REGIONAL BRASILEIRA.....	124
4.1	Breves considerações sobre a diferenciação regional brasileira no oitocentos	125
4.2	O lugar da região amazônica na política nacional.....	129
4.3	“Querem aparar as asas da águia”: O lugar da região amazônica na economia nacional.....	144
5	DO PARÁ AO VALE DO AMAZONAS: OS TEMAS PROVINCIAIS TRANSFORMADOS EM QUESTÕES REGIONAIS E NACIONAIS.....	162
5.1	As elites políticas e as questões regionais	164
5.2	A navegação como questão regional de interesse nacional.....	170
5.3	Tavares Bastos e o Vale do Amazonas.....	198
5.4	Do vapor à estrada de ferro: interesses da representação parlamentar	209
6	DO VALE À AMAZÔNIA: A ACENTUAÇÃO DO DISCURSO REGIONAL FRENTE ÀS TENSÕES E NEGOCIAÇÕES COM O IMPÉRIO BRASILEIRO	229
6.1	O conceito de Vale do Amazonas e as bases do regionalismo político no Pará	230
6.2	A década de 1870: a acentuação das contestações	237
6.3	Os liberais paraenses e o regionalismo político	244

6.4 A atuação parlamentar conservadora e o regionalismo político amazônico	263
6.5 A Amazônia no discurso parlamentar: da unidade ao separatismo	281
7 COMBATES PELA AMAZÔNIA: UMA RESPOSTA À CENTRALIZAÇÃO E A INVISIBILIDADE EM TEMPOS DE CRISE DO IMPÉRIO BRASILEIRO	295
7.1 Breves notas sobre a imprensa amazônica	298
7.2 Os jornais liberais: “a busca por viver livre da tutela do poder central”	303
7.3 Do Gram-Pará à Amazônia: “levantemo-nos contra o leão do Sul”	317
7.4 A Amazônia como projeto regional e como resposta à região obstáculo.....	335
7.5 A Amazônia entre o Império e a República: da União Amazônica à Pátria Paraense	348
8 CONCLUSÕES.....	357
9 REFERÊNCIAS	365

1 INTRODUÇÃO

O historiador francês Marc Bloch, em uma de suas obras mais renomadas sobre a prática da história, intitulada “Apologia da História” ou “Ofício do historiador”, ao abordar a relação entre os seres humanos, a história e o tempo, adverte: “portanto, só existe uma ciência dos seres humanos no tempo, que incessantemente necessita unir o estudo dos mortos ao dos vivos”¹. Com base nessa afirmação de Bloch, é comum considerar que as questões históricas devem proporcionar um ambiente propício para o diálogo entre o passado e o presente. É importante reconhecer, como nos lembra o historiador britânico da escola de pensamento, Eric Hobsbawm, que não se pode simplesmente reproduzir o passado no presente, mas também é inevitável estabelecer comparações entre o passado e o presente². Teoricamente, o passado abrange tudo o que ocorreu até os dias atuais e constitui a história. Nessa perspectiva histórica, o estudo dos fatores e das condições que possibilitaram a invenção da região amazônica, ainda no século XIX, não pode prescindir de sua relação com os diálogos contemporâneos.

A partir da realização da 27^a sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a COP 27, no Egito, em novembro de 2022, as discussões sobre as questões climáticas ganharam destaque, tendo a Amazônia como um dos temas centrais das agendas internacionais. No entanto, surge a primeira pergunta: quando surgiu o recorte regional da Amazônia (brasileira), que hoje é uma das regiões mais reconhecidas do mundo? Seguindo mais de perto a História dos Conceitos, se formula o problema desta tese: quando, onde, por quem e para quem o conceito de Amazônia foi acionado como dispositivo fundamental para a formatação de um *status* regional no antigo Estado e província do Grão-Pará? A história da emergência dos recortes regionais possui merecida importância pelo fato de que, sem ela, corre-se o risco de anacronismos e de falta de percepção histórica dos acontecimentos.

As circunstâncias atuais podem exigir diretamente um estudo das questões passadas para lograr uma compreensão adequada dos eventos, e, nesse contexto, surgem duas questões importantes e interconectadas em relação à região amazônica. Primeiramente, de fato, a Amazônia apresenta assimetrias em relação a outras regiões do país. Portanto, a queixa das elites do século XIX de que essa área era o “calcanhar do Império”, ou seja, desprivilegiada e

¹ BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 67.

² HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

marginalizada em relação ao restante da nação³, possui uma certa relevância nos dias atuais, uma vez que há registros de indicadores que evidenciam desigualdades regionais quando comparados com o restante do Brasil. Tais indicadores incluem deficiências na educação, altos índices de fome na região⁴ e uma posição quase na última colocação no Índice de Desenvolvimento Humano⁵, entre outros aspectos.

Por outro lado, é fundamental destacar que o intenso interesse pelos recursos naturais da Amazônia, especialmente minerais e madeira, assim como as marcantes disparidades entre as populações tradicionais e os grupos elitizados na região, estão intrinsecamente relacionados com a própria história da construção regional. Isso se dá na medida em que o discurso que associou as riquezas da Amazônia à necessidade de ocupação e desenvolvimento dessa área acabou por estimular a própria exploração desse território brasileiro. Além disso, os temas e projetos regionais das elites do século XIX nem sempre contemplavam os princípios de igualdade e diversidade dos povos amazônicos, que ainda são reivindicados nos dias atuais. Essas dinâmicas históricas desempenharam um papel significativo na configuração atual da região, influenciando tanto a exploração desigual dos recursos naturais quanto as questões socioeconômicas e políticas enfrentadas pelas populações locais.

Diante das questões mencionadas anteriormente, torna-se indispensável compreender as práticas e os discursos adotados por essas elites a fim de estabelecer um projeto regional no território compreendido entre o Pará e o Amazonas. É crucial ter essa compreensão para não perder de vista que a região em si é um empreendimento fundamentado no conhecimento e, acima de tudo, no exercício do poder.⁶ Além disso, é de suma importância explorar não apenas as maneiras pelas quais as elites locais manifestaram externamente esse projeto de construção regional, mas também entender os confrontos e desafios internos que fazem parte desse empreendimento. Ao fazer isso, poderemos inclusive compreender as bases históricas do separatismo contemporâneo no Pará. Um exemplo ilustrativo é a proposta de criação do

³ Exemplos apenas da educação superior revelam problemas, a exemplo daqueles revelados pelo Censo da Educação Superior referente ao ano de 2021: a Região Norte não alcançou a Meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE), que é “Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano”; o Norte é ainda a região com menor número de pessoas matriculadas na educação superior. Fonte: <https://www.unifesspa.edu.br/noticias/6424-os-desafios-da-educacao-superior-no-norte-do-brasil>.

⁴ Conforme informações do Senado Federal do Brasil, atualmente a região Norte é a região que pessoas não têm garantido o que comer, possuindo o maior percentual da fome no Brasil, com 25,7, seguida do Nordeste, Sudeste, centro-Oeste e Sul. Fonte: Agência Senado. 14/10/2022.

⁵ Fonte: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-uf-2010>

⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, [S. l.], v. 10, n. 17, p. 55–67, 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62>. Acesso em: 28 mar. 2023.

estado do Tapajós, localizado na região oeste do estado, cuja história está intrinsecamente ligada ao debate sobre a descentralização política e administrativa da região amazônica no século XIX.

A concepção da região que se tornou a Amazônia foi moldada por diversas percepções, demandas e formulações, envolvendo diferentes sujeitos, grupos e instituições. No entanto, certos discursos evidenciam de maneira clara os aspectos que impulsionam o dispositivo regional. Entre eles, destaca-se a reclamada desigualdade nos investimentos realizados pelo Governo Central durante o período imperial e pelo Governo Federal na era republicana, bem como a disseminação de preconceitos em vários círculos intelectuais e instituições, baseados na origem geográfica. A título de ilustração, no âmbito das relações entre as unidades federativas e o Governo Federal, uma das disputas mais recentes ocorreu em torno da Lei Kandir, na qual a União interferiu na arrecadação de impostos pelos entes federados, conforme estabelecido na Constituição, com a promessa de compensação financeira.⁷ A reclamação das unidades federativas, com destaque para o Pará, reside justamente no fato de que o Governo Federal repassa valores muito aquém do esperado em relação a essa compensação financeira. O governo do estado do Pará invoca o argumento do risco em relação ao pacto federativo e deixa claro que o descumprimento da Lei Kandir afeta diretamente o objetivo republicano de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Essa é apenas uma das questões atuais que remetem aos conflitos do passado entre a busca pela autonomia política e administrativa das províncias e a centralização do governo imperial.

A partir do Segundo Reinado, ocorreu uma configuração geográfica do poder em que as elites da Corte ganharam significativa influência política, acompanhadas pelas elites políticas da Bahia e de Pernambuco. Além da esfera política, as questões econômicas do Brasil desempenharam um papel determinante na intensificação das disparidades regionais no país. Por exemplo, entre 1860 e 1870, observou-se um aumento na produção de café e uma diminuição na produção de açúcar e algodão. Isso resultou em maiores rendimentos para as elites do Sul e, conseqüentemente, em maior peso político no cenário nacional em detrimento das elites do Norte. Nesse contexto, a segunda metade do século XIX foi um período propício para o surgimento de regionalismos, inicialmente no âmbito político, assim como movimentos autonomistas e até separatistas. Vale ressaltar que o processo de centralização política e

⁷ Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996⁷, conhecida como Lei Kandir, que desobrigou a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das exportações de produtos primários e semielaborados, por parte dos estados, considerando que a Lei prevê compensação da dívida da respectiva unidade que deixou de recolher o citado imposto.

administrativa do governo imperial, concentrado no Sul do país, desencadeou crises políticas que contribuíram para a crise e o fim do Império brasileiro.

A formação do Estado nacional brasileiro durante o século XIX, com o objetivo primordial de preservar a integridade nacional, envolveu uma série de confrontos entre as elites governantes e as elites provinciais. Além da construção simbólica e discursiva da nação, as elites dirigentes também enfrentaram desafios para garantir a estabilidade política do Império, o que resultou em conflitos parlamentares e até mesmo conflitos armados contra as forças que contestavam a centralização. Por um lado, ocorreu um processo intenso de centralização administrativa, com destaque para as províncias do sul, especialmente o Rio de Janeiro. Por outro lado, é necessário considerar que nas províncias insatisfeitas havia elites ansiosas por administrar os assuntos locais de acordo com seus próprios interesses e, nesse processo, moldar o projeto de sociedade desejado, mantendo assim sua posição como classe dominante. Nessa perspectiva, a região também é “[...] um espaço de disputa e de poder, base para essa representação que é apropriada e reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses ancorados naquele território particular”.⁸

É crucial compreender, conforme enfatizado por Castro, que esses grupos “[...] constroem, a partir dele [território], um conjunto de ideias e conceitos que são reabsorvidos coletivamente como identidade e que alimentam o caudal das lutas regionalistas”.⁹ Em relação à Amazônia, uma das teses apresentadas argumenta que foram as elites dessa região que se destacaram no processo de construção de um conjunto de ideias e conceitos, incluindo o próprio conceito de Amazônia, visando a formação de uma identidade regional específica. Nesse contexto, as elites são compreendidas como grupos privilegiados detentores de posições de destaque e influência na sociedade amazônica. O elemento unificador dessas elites era o sentimento de marginalização política que acreditavam sofrer em relação ao restante do Império brasileiro, especialmente diante do Sul. É importante ressaltar que a marginalização das elites provinciais em relação às elites com maior capacidade de interferência na administração do Império foi um fenômeno diagnosticado em várias partes do Brasil naquela época. Esse conflito político foi parte de um conjunto de situações que culminaram na chamada crise do Império, sendo responsável, inclusive, pela formação de

⁸ CASTRO, Iná Elias de. Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional. *Confins*, v. 49, 2021, p. 7. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/35256>. Acesso em: 15 abr. 2020; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35256>.

⁹ Idem.

movimentos contestatórios do status social e político imperial, exemplificados por alguns movimentos intelectuais.¹⁰

Ainda no que concerne ao conceito de Amazônia, considera-se, nesta tese, a ação de nomear como ato inicial do processo de invenção da identidade regional, visto que é o nome que confere especificidade, pronuncia a diferença e estabelece certa consciência de uma região perante as demais e o Estado nacional. De acordo com Hernandes, “no caso das regiões, a nomenclatura é uma construção social, articulada sobre a existência de uma diferença com respeito às outras regiões, na qual se valorizam o aspecto particular, o aspecto próprio dela[...]”.¹¹

Considerando que os nomes são aspectos de fundamental importância para a compreensão da emergência, da definição e da invenção de identidades ligadas às regiões ou nações, surge uma questão que precisa ser abordada: é necessário problematizar e situar historicamente as denominações de cada região e seus respectivos processos constitutivos, sob pena de incorrer em anacronismo ou provocar análises descontextualizadas, pois cada nome carrega um conteúdo específico e pertence a determinado contexto histórico. Nesse ponto, podemos adotar e adaptar o conceito de “ilusão do nominal” proposto pelo sociólogo Pierre Bourdieu. De acordo com Bourdieu, muitos historiadores são propensos ao anacronismo, pois são vítimas da “ilusão da constância do nominal”, que postula que “uma instituição que guardou hoje o mesmo nome da Idade Média é a mesma”.¹² Transpondo essa compreensão para o âmbito desta tese, podemos afirmar que alguns estudos sobre o que atualmente chamamos de Amazônia foram afetados por uma certa “ilusão da constância do nominal”, ao estabelecerem uma relação direta entre o termo Amazônia, tal como utilizado na Antiguidade, e o termo utilizado no final do século XIX para designar uma região específica no Brasil. Ainda podemos identificar a presença da “ilusão da constância do nominal”, uma vez que alguns estudos tentam forçar a compreensão de que o termo Amazônia foi sempre empregado para denominar a área do antigo Estado do Maranhão e, posteriormente, do Grão-Pará e Maranhão, revelando assim uma clara propensão ao anacronismo.

¹⁰ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

¹¹ HERNÁNDEZ, Margarita Silva. O nome de Centroamérica e a invenção da identidade regional. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS Aimer. *Criar a Nação: história dos nomes dos países da América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2017, p. 220.

¹² BOURDIEU, Pierre. Anacronismo e ilusão do nominal. IN: *Sobre o Estado*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014; p. 192.

No que diz respeito à necessidade de compreender adequadamente o significado e o conteúdo dos termos utilizados para conceituar áreas geograficamente delimitadas, um exemplo ilustrativo pode ser observado no caso da Argentina. Chiaramonte identificou que a historiografia latino-americanista, ao analisar a formação e a nomenclatura da Argentina como nação, negligenciou o fato de que antes de 1830 a maioria das províncias que compõem a Argentina atualmente tinha uma denominação em comum: as Províncias Unidas do Rio da Prata. O termo “Argentina” era usado principalmente para se referir a Buenos Aires.¹³ Ao chamar a atenção para essa lacuna, Chiaramonte também indica a problemática de não considerar a própria história associada à adoção do nome da nação, uma vez que os nomes dos lugares também são alvos de disputas políticas, simbólicas e ideológicas. Portanto, o uso do termo “Amazônia” não pode deixar de ser analisado levando em conta o contexto histórico, ou seja, de acordo com a compreensão do significado desse recorte regional em diferentes momentos históricos.

A historiografia brasileira, particularmente os estudos voltados para a história da Amazônia, não aprofundou suficientemente a investigação sobre a emergência da região amazônica¹⁴. Mesmo alguns autores que abordaram o conceito de Amazônia, ao reconhecerem a existência de múltiplas Amazônias, deixaram de estabelecer uma delimitação precisa dentro desse amplo campo de estudo, o que diminuiu a precisão necessária para compreender o processo histórico e as relações de poder que levaram à institucionalização de um novo conceito e dimensão regional no Brasil.¹⁵ Essa posição foi adotada por um dos mais proeminentes historiadores da Amazônia ao longo do século XX, Arthur César Ferreira Reis (1906 - 1993), que foi membro de diversas instituições científicas e era conhecido por sua atuação intelectual e política, especialmente após a elaboração do Plano de Valorização da

¹³ CHIARAMONTE, J. C. Províncias ou Estados? As Origens do Federalismo Platino. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2017. DOI: 10.22456/2317-8558.76852. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/76852>. Acesso em: 11 abr. 2023.

¹⁴ Alguns autores que estudaram a área da bacia amazônica no período colonial recentemente chegaram a fazer algum reparo sobre o uso do termo Amazônia antes do século XIX, como foi o caso de Rafael Chambouleyron e José Alves, no livro em formato de coletânea *Novos Olhares sobre a Amazônica Colonial* (2016). Os autores esclareceram que “a rigor, Amazônia é um termo inexistente no período colonial”, embora tenham mantido o termo no título da obra visando contemplar vários trabalhos sobre um vasto território interligado por relações políticas e por certa singularidade. Ver: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial*. 1. ed. - Belém: Paka-Tatu, 2016.

¹⁵ Por exemplo, ver o trabalho de Marilene Corrêa da Silva, com o título: *O País do Amazonas*, oportunidade em que autora analisa e compreende o que hoje denominamos de Amazônia no período colonial, com o primeiro capítulo da obra voltado para o entendimento da “construção da Amazônia lusitana”. A autora enfatiza ainda a existência de três Amazônias, a saber: Amazônia portuguesa, Amazônia indígena e Amazônia brasileira. Essa abordagem é um exemplo das produções que abordam a história do recorte regional Amazônia como se ele fosse desde a colonização portuguesa. Referência: SILVA, Marilene Corrêa da. *O País do Amazonas*. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas / UniNorte, 2004.

Amazônia em 1946. Esse historiador voltou aos tempos da colonização para tentar elucidar a ideia de Amazônia. No entanto, com uma abordagem temporal flexível, Reis (2001) não aprofundou a discussão proposta em sua obra intitulada “*A Amazônia e a Integridade do Brasil*”.¹⁶

As reflexões de Reis tiveram como ponto de partida os insights de um geógrafo contemporâneo, Eidorfe Moreira (1912 - 1989), um paraibano que se estabeleceu em Belém. A colaboração entre eles surgiu quando Eidorfe passou a integrar a equipe liderada por Reis na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1954. No livro intitulado “*Amazônia: o conceito e a paisagem*” (1960)¹⁷, Moreira abordou cinco conceitos de Amazônia: hidrográfico, fitogeográfico, zoogeográfico, político e econômico. Embora tenha lançado alguns pressupostos para analisar essa região do Brasil - inclusive destacando que nem sempre essa região foi chamada de Amazônia - Moreira também não se dedicou a investigar detalhadamente o momento de emergência do conceito de Amazônia no país. Sua ênfase recaiu sobre a delimitação da Amazônia no início da década de 1950, durante a implementação do Plano de Valorização da Amazônia.

Diversos estudos¹⁸, provenientes de diferentes campos da História, empreenderam reflexões sobre o processo de formação da região amazônica, sendo notável o trabalho de Neide Gondim. Em sua tese de doutorado no campo da Teoria Literária, intitulada “*A Invenção da Amazônia*”, Gondim buscou demonstrar de que maneira e por meio de quais artifícios a Amazônia foi concebida pelos europeus. Embora tenha o mérito de romper com as teorias das descobertas e revisar metodologicamente uma série de obras e autores europeus para evidenciar visões sobre essa parte da América e, assim, analisar a invenção do espaço como um todo, o trabalho de Gondim não se debruçou sobre a perspectiva histórica do processo de invenção da Amazônia a partir das relações de poder entre as elites nativas, outras elites regionais e o governo imperial brasileiro, o que consideramos crucial para compreender a emergência da Amazônia como uma região brasileira. Além disso, durante praticamente todo o período analisado em sua obra, a palavra Amazônia não era empregada para designar uma região brasileira, exceto em situações relacionadas a relatos de viajantes no século XIX.¹⁹ No entanto, as narrativas de viagens e os relatos de comerciantes e cronistas contribuíram para

¹⁶ REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

¹⁷ MOREIRA, E. *Amazônia: O conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), 1960.

¹⁸ Cf. MENDES, A. D. *A Invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: EDUA, 1997.

MAUÉS, R. H. *Uma outra 'invenção' da Amazônia: Religiões, histórias, identidades*. Belém: Edições CEJUP, 1999.

¹⁹ NEIDE, Gondim. *A invenção da Amazônia*, 2ª edição, Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007.

a formação de visões sobre o território do Grão-Pará, posteriormente denominado como Amazônia, embora a relação desse termo com a invenção de uma identidade política regional só ocorra em outro âmbito ainda não explorado: o regionalismo como movimento político.

Tomando como exemplo o caso da negligência da historiografia latino-americana em relação à Argentina, evidencia-se que a historiografia brasileira também negligencia o fato de que os termos Vale do Amazonas, região amazônica e Amazônia não foram sempre utilizados para delimitar uma área no norte do Brasil. A falta de conhecimento sobre a relação entre a adoção de um nome para a região e o processo de construção identitária pode levar a uma negligência em relação à própria história dessa parte da América do Sul e do Brasil. Além disso, o historiador José Carlos Chiaramonte levanta uma questão central nos estudos sobre regiões: em quais circunstâncias conceituais podemos adotar a categoria de região como ponto central de análises? Segundo esse historiador, a preocupação com o regional se baseia no conceito de região, que possui duas características principais: “a de região como totalidade histórica com personalidade distinta e, ao mesmo tempo, como parte de outra totalidade maior, que seria a nação”.²⁰ Em outras palavras, a região é concebida como a representação de um território com uma certa homogeneidade (uma característica que é acionada nas relações de pertencimento e apego) por parte daqueles que a produzem, e como uma região inserida dentro do domínio nacional.

Ademais, considerando que o território está associado à noção de poder e, diferentemente da maioria dos outros lugares, requer um esforço público para ser estabelecido e mantido, bem como as práticas de territorialidade, que estão mais relacionadas aos Estados, envolvem formas de classificação de áreas, definição de fronteiras e controle de pessoas em nome da soberania, limites e autoridade.²¹ Por outro lado, a região é um tipo de recorte espacial que também é construído social, política, econômica e culturalmente, mas é moldado para conferir uniformidade, semelhança, comunhão e consciência coletiva a uma determinada sociedade. A região é projetada sobre um determinado território para estabelecer relações de pertencimento e solidariedade entre os sujeitos de uma comunidade, o que leva ao surgimento da chamada identidade regional. A região busca unir os sujeitos e grupos em prol de causas

²⁰ CHIARAMONTE, José Carlos. Sobre el Uso Historiográfico del Concepto de Región. *Estudios Sociales*. [S. l.], v. 35, n. 1, p. 07-21, 2008. DOI: 10.14409/es. v35i1.2623. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/EstudiosSociales/article/view/2623>. Acesso em: 08 dez. 2022.

²¹ PAASI, Anssi. Território. In: John Agnew, Katharine Mitchell, Gerard Toal. *A Companion to Political Geography*. *Biblioteca on-line Wiley*. 2003. <https://doi.org/10.1002/9780470998946.ch8>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9780470998946.ch8#pane-pcw-references> Acesso em 20 de outubro de 2022.

específicas; ela é concebida para gerar compatibilidade, sintonia e reconhecimento de uma ou mais causas comuns a um determinado povo residente em uma área geográfica. Dessa forma, esta tese utiliza o conceito de região como uma chave de compreensão para a história das relações entre as elites amazônicas e sua própria área de influência e convivência, bem como para a história das relações com as elites de outras partes do Brasil, com o Governo Central e com o mundo durante a segunda metade do século XIX.

José Carlos Chiaramonte também alerta que “[...] com o conceito de região se passa algo semelhante ao que se passa com o conceito de parte, indissociável do conceito de todo, sem o qual não tem sentido”²² Em outras palavras, para o autor, o conceito de nação desempenha um papel semelhante ao de um todo em relação à parte, que é a região. O autor argumenta que os estudos regionais surgiram a partir das questões relacionadas aos Estados nacionais e que “mesmo o próprio termo região não é fácil de encontrar na literatura americana anterior ao desenvolvimento do capitalismo”. Além disso, em relação a essa questão, há uma questão central levantada por Chiaramonte, a saber:

Estamos aquí, entonces, ante otro serio problema, que es el del uso deshistorizado de la noción de región. Si, como hemos estado suponiendo desde el comienzo de este trabajo, insistamos, el término de región es correlativo del de nación, ¿cómo enfocar el análisis regional para épocas en que la nación no existe? Qué significado puede adquirir el concepto de región durante el período colonial?²³

A citação acima desencadeia uma discussão central nos estudos regionais, pois levanta a questão de determinar o conjunto ao qual uma região pertence. No caso da Amazônia, uma das hipóteses desta tese é que a emergência desse nome como um recorte regional está relacionada à construção do Estado nacional brasileiro, especialmente durante o período do Segundo Reinado, quando as elites governantes do país estabelecem a centralização política e administrativa como forma de garantir a unidade territorial. Até 1822, a entidade que compreendia as capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro, ambas banhadas pelo rio Amazonas, era uma unidade administrativa do império colonial português conhecida como Estado. Não é coincidência que, por muito tempo, essa entidade tenha sido denominada Estado do Grão-Pará e Rio Negro, sucessora do Estado do Grão-Pará e Maranhão e do Estado do Maranhão e Grão-Pará, esta última de data mais antiga. Essa unidade colonial, que passou por diferentes configurações territoriais e administrativas nos séculos XVII e XVIII, chegou ao século XIX diretamente ligada à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos,

²² CHIARAMONTE, José Carlos. Op. Cit., 2008., p. 18.

²³ Idem.

criada em 1736 pela Coroa portuguesa. Após a independência do Brasil, adotou-se o termo “província do Grão-Pará” para designar essa vasta unidade administrativa, e somente em 1850 foi criada a província do Amazonas.

Caso algum estudo pretenda analisar essa região do Brasil antes de 1822 como uma entidade regional, é necessário considerar com mais detalhes os critérios de regionalização adotados. Isso se deve ao fato de que a relação de subordinação de uma unidade colonial, com status de Estado perante uma monarquia absolutista, como era o caso do Grão-Pará em relação a Portugal, difere das relações entre as províncias de um mesmo país e também entre uma região dentro da nação. É importante destacar que os Estados absolutistas, além de servirem como instrumentos de centralização, tinham como objetivo principal a unificação territorial, o que envolvia uma série de aspectos mais rígidos, tais como relações de subordinação pessoal (baseadas na lealdade), nem sempre acompanhadas pela institucionalização adequada das demandas, enfraquecimento e, às vezes, eliminação dos poderes locais, bem como a supressão da autonomia das cidades.

Nesse sentido, é fundamental compreender que o Estado do Grão-Pará era uma unidade separada do Brasil e estava mais estreitamente ligado à Corte do que, por exemplo, Pernambuco. Isso se deve ao fato de que, mesmo sendo uma capitania, Pernambuco já possuía um certo projeto de construção política e, em suas proximidades, já havia uma experiência administrativa governamental no Brasil, por meio do Governo Geral estabelecido na Bahia. Embora o Grão-Pará tivesse menos relevância econômica em relação às capitanias produtoras de minérios e açúcar, em termos políticos representava um território de expansão colonial, com uma projeção geopolítica significativa na América do Sul.

Por outro lado, mesmo considerando a Monarquia brasileira do século XIX, as elites provinciais, incluindo aquelas com menor participação no poder central e insatisfeitas com o centralismo, de fato encontraram oportunidades dentro do arranjo institucional que lhes permitiram alcançar posições de destaque e privilégio (como no caso do Rio de Janeiro e de Pernambuco) ou de protesto e construção de movimentos autonomistas (como no Pará e em São Paulo), com influência de seus interesses nos espaços institucionais de consenso regulado, como o Parlamento. No caso específico do Pará, por exemplo, os discursos e debates em torno da centralização administrativa ganharam relevância somente após 1850. Portanto, para esse período em análise, uma abordagem baseada na ideia de província (unidade administrativa do Império) é mais apropriada, e caso seja necessário adotar uma abordagem regional, talvez seja adequado utilizar o conceito de “região-província”, como

Chiaramonte fez ao tratar da província argentina de Corrientes, devido à sua centralidade e importância política dentro da área de influência no início do século XIX.

Além disso, após alguns anos do início da década de 1850, o termo “Vale do Amazonas” já era utilizado para conferir certa homogeneidade à área formada a partir da bacia do grande rio Amazonas. No entanto, nas décadas seguintes, os termos “Vale do Amazonas”, “região amazônica” e, principalmente, “Amazônia” passaram a ser projetados como expressões regionais em relação ao todo nacional. Isso ocorreu porque esses conceitos adquiriram conteúdo político devido às tensões e negociações com a administração central do Império brasileiro e às questões internacionais em jogo. Em outras palavras, a aplicação do conceito de região para a compreensão da história da Amazônia faz mais sentido e possui maior relevância histórica quando está conectada à formação do Estado nacional brasileiro, e não a períodos passados, como o século XVIII. Isso porque os movimentos autonomistas e regionalistas se tornaram mais evidentes no século XIX, após a independência do Brasil, especialmente durante o Segundo Reinado.

Durante um longo período, o governo imperial adotou uma visão simplista da geografia regional do Brasil, dividindo o país entre Norte e Sul. O Norte abrangia a área entre o Amazonas e a Bahia, enquanto o Sul era delimitado do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul. No entanto, essa divisão pouco concedia visibilidade para as províncias do Grão-Pará e do Amazonas, cujas economias baseavam-se na exploração de recursos naturais. Somente na segunda metade do século XIX é que essas províncias ganharam maior destaque no cenário político brasileiro por meio de uma nova identidade regional, representada pelo nome “Amazônia”. É de suma importância compreender esse processo de construção regional a partir de uma mudança de nome. Portanto, nesta tese, discutimos as razões pelas quais surgiram, na segunda metade do século XIX, novos termos que refletiam um status regional, como “Vale do Amazonas”, “região amazônica” e “Amazônia”, em detrimento das antigas delimitações espaciais, como “Grão-Pará”, “Extremo Norte” ou simplesmente “Norte”.

A região amazônica foi moldada pelas elites intelectuais, políticas e econômicas localizadas em Belém e Manaus, com o objetivo de obter representação em nível nacional, uma vez que se sentiam negligenciadas em relação ao Sul do país. Essas elites também buscavam reconhecimento internacional para impulsionar o desenvolvimento regional, especialmente em relação à economia da borracha. Além disso, a Amazônia emergiu como um recorte regional que poderia fortalecer as elites do Norte do Brasil, chegando até mesmo a representar uma potencial ameaça à unidade nacional no período do Império. Essa região era capaz de reivindicar maior participação política e atenção para suas demandas, chegando a ser

considerada como uma possível nação independente, como mencionado no *Jornal do Amazonas*.²⁴

Ao longo de séculos de história, a região que hoje conhecemos como Amazônia era considerada uma área geográfica de interesse para viajantes e cientistas de várias partes do Brasil e do mundo. Até meados do século XIX, a literatura e os estudos sobre essa região não se referiam ao recorte regional da Amazônia, mas sim ao Norte, ao Vale do Amazonas e ao Extremo Norte, como evidenciado em obras como “Alto Amazonas” (1857), de Lourenço da Silva Araújo Amazonas, um romance histórico; “Exploração e Estudo do Valle do Amazonas” (1875), uma obra em três volumes do botânico João Barbosa Rodrigues; e “O naturalista no Rio Amazonas” (1863), escrito pelo inglês Henry Walter Bates. Essas obras mencionavam a área como Vale do Amazonas, com o rio sendo o elemento central para a construção da identidade territorial. No entanto, nas décadas finais do século XIX e no início do século XX, essa região passou a ser denominada e reconhecida como Amazônia, estabelecendo-se como um recorte regional não apenas com base em sua matriz natural, mas também em suas dimensões humanas, culturais, sociais e, principalmente, na formação de uma identidade política regional.

No âmbito conceitual e teórico, esta tese adota o conceito de regionalismo, conforme proposto por Iná Castro, que o define como eminentemente político, abrangendo os interesses e questões regionais. Portanto, o regionalismo é “[...] a mobilização política de grupos dominantes numa região em defesa de interesses específicos frente a grupos dominantes de outras regiões ou ao próprio Estado”.²⁵ A formação dos estados nacionais modernos implicou na busca pela organização e unidade territorial por meio de uma estrutura centralizada de governo, o que inevitavelmente gerou conflitos com poderes locais e regionais fragmentados. Segundo a historiadora Maria Silva Leoni, “o regionalismo representa um esforço para criar uma consciência e uma ideologia política dentro e em nome da região”.²⁶ Nesse sentido, o regionalismo é um movimento que busca estabelecer as condições políticas para a diferenciação e o reconhecimento do recorte regional em relação à Nação. Além disso, é importante destacar que os regionalistas buscam construir identidades regionais:

²⁴ A Amazonia vista a partir da vista dos sábios. *Jornal do Amazonas* Manaus, 10/01/1884, p. 2.

²⁵ Iná Elias de Castro, « Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional », *Confins* [En ligne], 49. 2021, mis en ligne le 15 mars 2021, consulté le 02 décembre 2022. URL: <http://journals.openedition.org/confins/35256>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35256>

²⁶ LEONI, Maria Silvia (2015). Historia y región: la historia regional de cara al siglo XXI. *Folia Historica del Nordeste*. Nº 24, Resistencia, Chaco, Diciembre. IIGHI - IH- CONICET/UNNE. P. 171.

A identidade regional pode ser analisada como o produto de um processo estrutural e por referência ao outro. Ou seja, uma região se define para seus habitantes no confronto com outras regiões. Desse modo, quanto maiores as diferenças, sejam elas culturais ou econômicas, são esperados maiores conflitos e mais explícita se torna a identidade regional entre diferentes segmentos do espaço de um mesmo território, com reflexos significativos no sistema político.²⁷

A historiografia regional do Brasil abrange estudos sobre diversas regiões, sendo essencial a análise da construção regional amazônica, objeto desta tese. A região Nordeste conta com estudos notáveis que investigaram tanto a emergência do Norte,²⁸ no sentido atribuído pelo governo imperial, quanto do próprio Nordeste contemporâneo, abordados sob diferentes perspectivas.²⁹ O atual Rio Grande do Sul também possui uma vasta produção sobre movimentos regionalistas, em especial o papel das elites políticas nessas iniciativas.³⁰ Em relação a Minas Gerais, há trabalhos interessantes que exploram a relação entre a suposta mitologia da mineiridade e o sentimento de pertencimento a essa região, assim como estudos sobre movimentos autonomistas,³¹ entre outros temas abordados em diferentes regiões. Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar o regionalismo político amazônico, pois antes dos movimentos regionalistas de natureza predominantemente cultural e intelectual, foi o regionalismo político que estabeleceu as condições para a emergência e disseminação da concepção da região amazônica, especialmente por meio dos discursos e práticas dos representantes amazônicos no Parlamento brasileiro. Destaca-se neste estudo a análise da construção da identidade regional a partir do discurso político das elites amazônicas.

Outro conceito fundamental adotado nesta tese é o conceito de Parlamento, compreendido como uma criação estatal e definido como um ambiente institucional no jogo político, onde os conflitos entre grupos e interesses são formulados e regulados. Em suma, conforme destacado por Bourdieu, o Parlamento é um “lugar onde, sobre problemas conflituosos que opõem grupos de interesse, debate-se de acordo com as formas, segundo as

²⁷ CASTRO, Iná Elias de. Estado e região - considerações sobre o regionalismo. *Anuário do Instituto de Geociências* (AIGEO). Home > Vol 10 (1986), p. 40. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/7804>

²⁸ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

²⁹ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011; CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2021.

³⁰ CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio grande do Sul*. Porto Alegre, Edipucrs:2000; LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

³¹ Arruda, Maria Armanda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo, SP : Editora Brasiliense, 1990; Castro, Pérola Maria Goldfeder Borges De. *Minas Do Sul - Espaço E Política No Século XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

regras, publicamente”.³² Os parlamentos representam a institucionalização de um espaço para a política legítima, substituindo a guerra de todos contra todos, uma vez que são espaços com regras e rituais estabelecidos. A partir desse espaço político institucional, surge o conceito de jogo parlamentar, caracterizado pela disputa e pela imposição de formas e interesses no Parlamento, destacando-se as tensões e negociações entre os agentes no campo político. O Parlamento é, portanto, o local da política oficial e legitimada.

É essencial compreender que a região amazônica, assim como as outras regiões, é produto de experiências humanas que são historicamente situadas e realizadas. Nesse sentido, esta tese se alinha e dialoga com a historiografia que adota a perspectiva de desnaturalização das regiões, ou seja, que as enxerga como construções conceituais historicamente estabelecidas. Isso significa que as regiões não são entidades fixas e imutáveis, mas sim construções que evoluem e se transformam ao longo do tempo, resultado de processos sociais, políticos e culturais³³. De fato, a emergência e a existência da região amazônica demandam uma análise no campo da História. Portanto, o objetivo desta tese é analisar e problematizar a construção da região amazônica por meio do regionalismo político, em resposta à centralização administrativa do Império brasileiro, especialmente durante o período do Segundo Reinado. O foco está na investigação da transformação do léxico utilizado para designar essa região, com especial atenção para o conceito de Amazônia. Isso se deve ao entendimento de que “sem conceitos comuns, não pode haver uma sociedade e, principalmente, não pode haver unidade de ação política”.³⁴

Esta tese de doutorado se baseia nas contribuições teóricas da História dos Conceitos, através de Reinhart Koselleck. Essa abordagem permite refletir sobre a semântica dos tempos históricos, destacando a importância dos conceitos na relação com as experiências vividas e as expectativas de futuro. Esse modelo demonstra que os conceitos desempenham um papel central na história das sociedades, pois são necessários para reunir e integrar as experiências à vida. Além disso, Koselleck (2020) enfatiza que “tudo aquilo que pode e tem que ser

³² BOURDIEU, Pierre. “A construção do espaço político: o jogo parlamentar. IN: *Sobre o Estado*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014; p. 194.

³³ Cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. Op. Cit. 2011.; SAID, E. W. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.; O’GORMAN, E. (1992). *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir* – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.; CHIARAMONTE, J. C., MARICHAL, C.; GRANADOS, A. (2017) *Criar a Nação: história dos nomes dos países da América Latina*. 1 ed. São Paulo: Hucitec.

³⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006, p.98.

conceituado reside fora dos conceitos”,³⁵ o que significa que toda semântica aponta para algo além dela mesma. Nesse sentido, Koselleck (2006) reconhece que tudo o que está no plano extralinguístico requer a criação de um conceito próprio que lhe confira significado.

Em termos metodológicos, a História dos Conceitos “interroga primariamente como, quando, onde e por quem e para quem são conceitualizados intenções e estados de coisas”.³⁶ Nesse modelo de pesquisa, a linguagem desempenha um papel central na realidade vivida, pois, por um lado, é um identificador antecipado da realidade e, por outro lado, é um indicador da realidade. Em outras palavras, os conceitos permitem antecipar determinadas experiências e também podem ser a chave para o exame histórico e minucioso dos eventos que constituíram essas experiências. Esse modelo de pesquisa histórica implica pensar na desnaturalização dos nomes e nos significados que eles assumem ao longo do tempo, considerando que os nomes ou conceitos devem ser questionados como artefatos do curso da história e como instrumentos políticos. Conforme Koselleck, o historiador conceitual investiga os conceitos inseridos em processos sociais e políticos. Portanto, a História dos Conceitos, em sua essência, trata das formações conceituais, de seus usos e de suas mudanças.

Compôs o *corpus* documental desta tese uma gama de fontes históricas, como obras de viajantes, livros de época, dados estatísticos do governo imperial, livros de atas, documentos de instituições diversas, correspondências, merecendo destaque para os anais do Parlamento brasileiro, sobretudo da Câmara dos Deputados, e uma variada série de matérias de jornais da época, consultados em arquivos da Amazônia, de outros estados e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. As fontes foram analisadas considerando as evidências políticas e os possíveis usos de conceitos denominadores da região em pauta. Os discursos parlamentares, publicados nos anais da Câmara dos Deputados, foram lidos como resultado do jogo parlamentar, ou seja, das tensões e negociações no espaço legislativo regulado, o Parlamento. Essas fontes principais foram a todo tempo da tese entrecruzadas com fontes jornalísticas e com outros documentos, de modo a não responderem sozinhas pelas conclusões de cada etapa do trabalho. Com esse procedimento, foi possível fazer comparações, evitar especulações e estabelecer linhas de entendimento capazes de mostrar caminhos a serem percorridos que se refletiram na estruturação das partes e dos capítulos da tese.

Esta tese está dividida em seis capítulos. Os três primeiros destinam-se a empreender uma análise das condições de emergência que permitem rastrear os movimentos nodais para a

³⁵ KOSELLECK, Reinhart. *História dos Conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p.68.

³⁶ *Ibidem*, p. 108.

invenção da Amazônia no campo do regionalismo político, constando assim das condições semânticas, políticas e regionais. Nos três últimos capítulos da tese, investiga-se a transformação do vocabulário e a construção da identidade política regional amazônica, concedendo ênfase à invenção da Amazônia frente à centralização imperial, apresentando três capítulos que versam sobre a produção de questões regionais, a acentuação do discurso regional frente às tensões e negociações com o Império e os combates pela Amazônia.

No primeiro capítulo, para compreender a invenção regional amazônica e o seu regionalismo político, além da nova denominação vencedora que substituiu o antigo Grão-Pará, se faz necessário o entendimento dos conteúdos de experiência histórica incorporados ao conceito de Amazônia, tarefa que ensejou o seguinte objetivo: mapear o aparecimento e a utilização do termo Amazônia no léxico, nos dicionários e nas obras de referência pertinentes a recortes temporais antes e no século XIX. O capítulo visa evidenciar que o termo Amazônia não era utilizado antes da segunda metade do século XIX – salvo casos raros – para denominar a região que hoje chama-se Amazônia, e menos ainda era uma referência de identidade política regional.

No segundo capítulo, busco analisar as condições políticas pelas quais a divisão binária do território brasileiro foi sendo projetada politicamente a partir das concepções de Norte e Sul, e, mais especificamente, como a formação e ambiência política do Grão-Pará, na primeira metade do século XIX, permitiram a constituição das bases do regionalismo político paraense, situação que contribuiu para a futura identidade política amazônica. O capítulo apoia-se nas fontes parlamentares e na produção historiográfica sobre a formação territorial brasileira e nas obras de referência sobre o Grão-Pará, bem como em estudos recentes.

O terceiro capítulo investiga as condições regionais e o lugar do Grão-Pará/região amazônica na diferenciação regional brasileira, visando a aprofundar o conhecimento das situações que gestaram a emergência de um regionalismo político nessa parte do Brasil, ou seja, perceber como na estrutura do Estado nacional as elites amazônicas se situavam. Logo, esse capítulo preenche uma lacuna na historiografia brasileira por caracterizar os fatores mais evidentes do descontentamento das elites políticas da região amazônica em relação ao Império, o que concedeu lastro para o discurso regionalista. O capítulo contou com uma larga gama de fontes: discursos parlamentares; fontes da área econômica do Império, como balanços de Ministérios; dados das bancadas parlamentares a partir de obras de referência sobre a política do Brasil Império; e consulta a uma vasta bibliografia do período imperial brasileiro.

No quarto e quinto capítulos, examino como os discursos parlamentares dos representantes políticos amazônicos produziram questões regionais projetadas como de interesse nacional, estratégia utilizada para superar tensões e estabelecer negociações em prol das pautas amazônicas no Parlamento. Nestes capítulos, viso compreender como foi ocorrendo a transição na forma de conceber a área geográfica de atuação parlamentar dos representantes políticos da região amazônica, mas especificamente examinando a transformação do vocabulário relativo à Amazônia no âmbito parlamentar. No quarto capítulo, a ênfase recaiu sobre as questões regionais, com destaque para os temas da navegação e das estradas de ferro, mas entrecruzadas por outras questões tidas como melhoramentos reivindicados para a região. Nesta parte do texto, observa-se como a construção regional transitou do Pará ao Vale do Amazonas. O quinto capítulo aprofundou o debate acerca da transformação do vocabulário relativo à região amazônica frente à centralização do Império brasileiro, considerando a atuação parlamentar de deputados gerais e senadores ligados ao Partido Liberal e ao Partido Conservador do Pará, ocasião em que busquei demonstrar que, na região amazônica, guardadas as devidas proporções, tanto liberais quanto conservadores tiveram papel efetivo na construção do regionalismo, desfazendo a percepção *a priori* de que os regionalismos no Brasil imperial teriam se consolidado por obra e graça dos membros do Partido Liberal, pois tendencialmente seriam mais críticos ao Império e à centralização.

O sexto e último capítulo se debruça sobre os combates pela Amazônia, ou seja, as práticas e os discursos que visavam construir uma identidade política regional a partir da Amazônia, inclusive com a utilização expressa desse nome. Todo combate pressupõe um adversário, um outro, e esse outro oscilou, para as elites amazônicas, entre a centralização do governo imperial e o Sul do Brasil, com destaque para províncias como o Rio de Janeiro e São Paulo. O Sul passou a ser um tipo de território adversário ao Norte e, em particular, para a Amazônia, acusado de sugar todas as riquezas das províncias nortistas. A ênfase maior deste capítulo recai sobre as fontes jornalísticas e obras concernentes ao período estudado. Assim, o objetivo do capítulo é analisar como a luta política de interesse das elites amazônicas ganhou as páginas dos jornais e outras produções escritas, ainda interrogando como princípios federalistas e até republicanos fizeram parte do instrumental do regionalismo amazônico. Tendo em vista ser o capítulo de encerramento da tese, busquei examinar como o conceito político de Amazônia foi manejado entre a Monarquia e a República, compreendidos como momentos distintos da produção regionalista, pois o estadualismo fomentado pelo regime republicano implicou diretamente para que no Pará – centro do regionalismo amazônico – o

referencial espacial da identidade política tenha migrado da “União Amazônica” para a “Pátria Paraense”. Isso não implicou no fim da Amazônia como recorte regional, mas no enfraquecimento dessa identidade política, talvez reativa com a crise da borracha, tema fora do escopo temporal desta tese.

Por fim, mas não menos importante, cabe esclarecer que o título desta tese, “Do Grão-Pará à Amazônia”, busca conceder visibilidade ao movimento de exame da emergência da região amazônica por meio das transformações do vocabulário ligado a esse conceito. Partiu-se do Grão-Pará, recorte espacial e político, antes da emergência da Amazônia, por considerar que essa denominação alcançou maior peso político e administrativo frente a outros nomes, como Pays das Amazonas, Santa Maria de Belém do Pará ou propriamente Pará. A denominação Grão-Pará esteve presente na maior parte do tempo da vida política dessa área antes da segunda metade do século XIX – momento do surgimento, como é defendido nessa tese, de outros nomes para essa parte do Brasil.

2 AS CONDIÇÕES SEMÂNTICAS: PRIMEIRO EXISTIU O NOME, DEPOIS A REGIÃO NOMEADA

“Amazônia” é um termo que evoluiu de uma mera palavra para um conceito complexo, adquirindo ao longo do tempo uma polissemia que abarca múltiplos significados. O renomado historiador alemão Reinhart Koselleck destaca que “os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados”.³⁷ Nesse sentido, Koselleck enfatiza a necessidade de empregar conceitos como ferramentas para capturar, reunir e estabilizar experiências transitórias, incorporando-as tanto na linguagem quanto no comportamento humano. Nesta seção, propomos uma espécie de arqueologia do conceito de Amazônia, uma abordagem congruente com a História dos Conceitos delineada por Koselleck, a saber: “os conceitos concretos, em torno dos quais o debate político se organiza, dependem dos conteúdos de experiência histórica [...]”.³⁸ . Portanto, ao discorrer sobre a criação regional amazônica e seu conseqüente regionalismo político, bem como sobre a nova nomenclatura para a antiga entidade do Grão-Pará, torna-se imperativo apreender os elementos de experiência histórica que se amalgamaram ao conceito de Amazônia. Esta tarefa constitui o fulcro da primeira parte desta tese.

À luz das premissas da História dos Conceitos, este capítulo se propõe a traçar o trajeto da emergência e aplicação do termo “Amazônia” em vocabulários, dicionários e outras fontes, uma vez que os dicionários não apenas desempenharam o papel de registros físicos da linguagem, mas também contribuíram para a configuração conceitual da Amazônia. A opção pela análise dos dicionários visa aprofundar a compreensão das transformações semânticas dos termos, as quais são elucidadas, em grande medida, pela historicidade desses vocábulos, expondo facetas adicionais das expressões, particularmente o substrato semântico associado às denominações em estudo. Quanto às outras fontes, a seleção se fundamentou na convicção de que as narrativas dos viajantes que exploraram o norte do Brasil, juntamente com os debates históricos sobre a região no âmbito do IHGB, assim como as notícias veiculadas nos jornais acerca dessa parcela do território brasileiro, constituem estratos de significado que se amalgamaram ao conceito de Amazônia.

³⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006, p. 109.

³⁸ KOSELLECK, Reinhart. *História dos Conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 51.

Ademais, as citadas fontes contribuíram para o que denominamos, neste estudo, de formação conceitual, um conceito elucidado por Assis e Ferreira, que reinterpretam e ampliam a concepção de Reinhart Koselleck. Para eles³⁹, uma formação conceitual não se estagna em um estado estático e puramente sincrônico⁴⁰, mas incorpora diferentes estratos de significado em uma progressão diacrônica. Esses estratos emergem dos processos de mediação, assimilação, apropriação e reinterpretação de sentidos, os quais se entrelaçam com formações conceituais preexistentes.

Do ponto de vista semântico e ocidental, o conceito de Amazônia e/ou amazônica é mais antigo do que o conceito geográfico e identitário regional no que diz respeito ao Brasil. Logo, nossa hipótese inicial caminha no sentido de observarmos o quão o conceito em tela não foi usado desde sempre para denominar um recorte regional no Brasil, e que seu uso nesta mesma área visou a aludir à condição de conceito agregador de novos significados para uma área que – através de suas elites – pretendia construir novos sentidos, imagens e concepções para apresentá-los ao Brasil e ao mundo.

2.1 Das amazonas à Amazônia nos dicionários

O estudo dos dicionários ibéricos, assim como dos ingleses e franceses, encontra sua fundamentação primordial na contextura da relação colonial mantida entre a Espanha e Portugal com o território atualmente designado como região amazônica. Com efeito, inicialmente, a Coroa Castelhana deteve a supremacia sobre essas terras, posteriormente conquistada pela Coroa Lusa. Apenas em 1750, por intermédio do Tratado de Madrid, concretizou-se a demarcação da soberania portuguesa sobre essas terras. Nota-se, contudo, que os lusitanos já exerciam controle sobre a área desde 1616, quando alicerçaram uma colônia denominada “Feliz Lusitânia”, posteriormente rebatizada como Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará. Paralelamente, a incursão nos dicionários e léxicos ingleses e franceses se justifica pela ampla influência linguística dessas nações a nível global e pelo histórico vínculo e interesse que nutriram com as Américas e, por conseguinte, com a Amazônia.

No que concerne a esta abordagem conceitual, a exploração recaiu sobre dicionários oriundos da Espanha, Portugal, Inglaterra e França, ao longo dos séculos XVI a XIX. As

³⁹ *Ibidem*, p.9.

⁴⁰ *Ibidem*, p.9.

bases de dados submetidas a escrutínio conferem maior amplitude a essa análise.⁴¹ A partir do século XIX, expandimos nosso campo de investigação para abranger dicionários de cunho luso-brasileiro, avançando, assim, sobre o léxico pátrio.⁴²

A determinação em buscar vestígios nos dicionários ibéricos, ingleses e franceses traduz-se em uma indagação histórica ancorada na semântica da Amazônia. Tal busca é motivada pela compreensão de que os dicionários e léxicos transcendem a simples classificação alfabética do léxico, sendo concebidos como uma constelação de significados que se molda por intermédio de processos históricos, frequentemente de extensão temporal considerável. O conhecimento linguístico é, em sua essência, um produto cultural, social e histórico, estreitamente entrelaçado com as ações humanas no contexto temporal de sua concepção. A opção pela exploração dos dicionários deriva justamente de seu papel como depositários de significados lexicais, culminando na revelação dos intrincados processos de denominação e categorização das sociedades. Krieger et al., no contexto, sintetizam tal relevância ao afirmar que:

O dicionário de língua – a mais prototípica das obras lexicográficas – constitui-se no único lugar que reúne, de modo sistemático, o conjunto dos itens lexicais criados e utilizados por uma comunidade lingüística, permitindo que ela reconheça-se a si mesma em sua história e em sua cultura. Além de se constituir em espelho da memória social da língua, o dicionário desempenha o papel de legitimar o léxico.⁴³

⁴¹ Pesquisamos em bases de informações que possibilitaram consultar a Lexicografia inglesa, francesa e ibérica e brasileira entre o século XVI e XIX, atentando para a presença e significado dos termos amazonas e Amazônia. Para as menções em dicionários, vocabulários e léxico inglês utilizamos da base online *Lexicons of Early Modern English (LEME)*, que se constitui em “[...] um banco de dados histórico de dicionários monolíngues, bilíngues e políglotas, enciclopédias lexicais, glossários de palavras duras, listas de ortografia e tratados lexicamente valiosos que sobreviveram impressos ou manuscritos de cerca de 1475 a 1755”: <https://leme.library.utoronto.ca/>. As menções aos termos nos dicionários franceses exploramos a base de dicionários ligada ao projeto ARTLF, *Dictionnaires d’atutrefois*, uma base online com dicionários franceses desde 1606 até 1935 (<https://artfl-project.uchicago.edu/node/17>) e outras bases, como os dicionários franceses constantes na Biblioteca Nacional de Portugal (<https://www.bnportugal.gov.pt/>). Para a história dos vocábulos em tela em Espanhol, utilizamos a base online *El Nuevo tesoro lexicográfico de la lengua española*, que reúne mais de 500 anos do patrimônio lexical da Espanha, reunindo diversos dicionários observados nestes suportes semânticos entre os séculos XVII e XVIII (<http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtllle>). Para o contexto lusitano, valemo-nos do Corpus Lexicográfico do Português, da Universidade de Aveiro e do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, abrangendo dicionários e as publicações de tipo paralexigráfico entre os séculos XVI e XIX (<http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>). Por nos interessar mais de perto, complementamos a pesquisa do campo lexicográfico português em dicionários disponíveis no Google Books que não foram acessados em outras bases (<https://books.google.com.br/>).

⁴² Para a história dos vocábulos na dicionarização brasileira, recorremos ao acervo de dicionários online da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da USP (<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>).

⁴³ KRIEGER, Maria da Graça et al. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 173-187, 2006, p. 174.

Iniciemos nossa análise nos dicionários ingleses e franceses, uma abordagem que se justifica sobretudo devido à ampla circulação da língua inglesa no contexto global, aliada à significativa relação histórica que tanto a Inglaterra quanto a França mantiveram com a região equatorial da América do Sul e, por extensão, à consolidação de seus enclaves na região das Guianas. É imperioso considerar, ademais, que tanto a Inglaterra quanto a França, ainda nos recessos medievais, delinearão os primórdios dos estados europeus, semeando os fundamentos das primeiras burocracias e chancelarias que deram sustentáculo à formação das nações, em um processo que demandou a orquestração de um arcabouço cultural e linguístico. Este aspecto é congruente com a observação de Benedict Anderson acerca do papel das línguas nacionais na gênese das nações, especialmente nos séculos XVIII e XIX, acerca dos quais ele assinala que “os dicionários monolíngues constituíam compêndios vastos do tesouro impresso de cada língua”.⁴⁴ A incursão nos domínios da lexicografia inglesa e francesa também encontra sua justificativa no fato de que uma parcela da erudição filológica e lexicográfica dessas nações empenhou-se na ressurreição da herança helênica por meio de obras literárias e recursos diversos. Neste contexto, emerge a antiga concepção da Europa como herdeira da civilização grega, o que por sua vez suscita a indagação sobre como a lexicografia canalizou os termos “amazonas” e “Amazônia” nesse cenário.

Os dicionários ingleses antigos, datados do século XVI ao XVIII, albergam diversas alusões aos termos em debate. A lexicografia inglesa do século XVI introduziu primeiramente a expressão “amazonia”, diretamente associada aos nomes das rainhas das lendárias guerreiras de origem grega. O pioneirismo nesse sentido é atribuído a “The Dictionary of Sir Thomas Elyot”, composto por Thomas Elyot, em 1538, que apresenta quatro ocorrências do termo, delineando uma sequência de significados: “Hippiades - imagens de mulheres a cavalo, como as mulheres da Amazônia sempre foram retratadas” (ymages of women on horseback, as the women of Amazon were alway paynted); “Menalippa - a rainha Amazona que Hércules subjulgou” (queene of Amazon, whome Hercules vanquyshed); “Pantasilea - uma rainha da Amazônia” (a queene of Amazon); “Pentesilea - “uma rainha da Amazônia, que foi morta no cerco de Troia (a queene of Amazon, whiche was slayne at the syege of Troy).⁴⁵ Nesse século, a Europa moderna estava permeada pelo espírito humanista e por uma revalorização da Antiguidade, ressuscitada sobretudo por meio de seus preceitos e eventos históricos. Thomas Elyot aborda lideranças femininas em um território

⁴⁴ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 112.

⁴⁵ ELIOT, Sir Thomas. *The Dictionary of Sir Thomas Elyot*. Menston: Scolar Press, 1538 [primeira edição] 1970. Disponível em: <https://leme.library.utoronto.ca/lexicons/53/details> Acesso em: 31 ago. 2020.

que ele denomina de “Amazonia”. Em sua edição de 1542, intitulada “Bibliotheca Eliotae”, Elyot ratifica os termos e seus respectivos significados atribuídos em 1538.

À medida que adentramos o século XVII, observamos que os dicionários ingleses não mais contemplavam o termo “Amazônia”. Em seu lugar, emergiu a expressão “amazon” ou “amazona”, capturando, de forma sucinta, o significado que posteriormente se difundiria mundialmente, como atestado em “An English Expositor”, da autoria de John Bullokar, datado de 1616:

Uma mulher do País Amazónico. As amazonas eram mulheres guerreiras da Cítia, que mantinham uma região só para elas, sem homens, mas que, para terem filhos, faziam companhia aos povos vizinhos. Destruíam os filhos ou mandavam-nos para casa do pai, mas conservavam as filhas, que ajudavam na caça, no tiro, no tiro ao alvo e nas lutas de armas. Queimavam o seio direito de seus filhos, para que não lhes fosse prejudicada a sua arquitetura, daí o nome de amazonas, que (em grego) significa mulheres que não têm seio (tradução nossa).⁴⁶

Esta versão ainda proporciona a apreensão da construção das fundações semânticas que pavimentaram a evolução da utilização do termo “amazônico”. Nas edições de 1621 e 1641, John Bullokar retomaria a apresentação do mencionado termo e seu respectivo significado. Neste intervalo, começaram a emergir produções que passaram a enfatizar os atributos bélicos das amazonas, como ilustrado em “The English Parnassus” (1657), da autoria de Joshua Poole, que caracterizou as amazonas como guerreiras resilientes, robustas, cruéis, ferozes, viris, masculinas, ousadas, valentes, impetuosas, inebriantes, furiosas e proficientes no uso do machado como arma (tradução nossa).⁴⁷ Fragmentos destes traços ressurgem, até certo ponto, em “The New World of English Words” (1658), concebido por Edward Phillips, retratando as amazonas como “certas mulheres guerreiras da Ásia, que moravam perto do Rio Thermodoon, que queimaram seus mamilos direitos e mataram todos os seus Filhos do sexo masculino”[...]” (tradução nossa).⁴⁸

Ainda nos dicionários do século XVII, identifica-se a reintrodução do termo nas obras lexicográficas, desta vez associado aos nomes de rainhas amazonas, não mais referentes à

⁴⁶ BULLOKAR, John.. *An English Expositor: teaching the interpretation of the hardest words in our language* (Um expositor de inglês: ensinando a interpretação das palavras mais difíceis da nossa língua). Londres: John Legatt, 1616. Disponível em: <https://leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry/323/172em>. Acesso em: 31 ago. 2020. (tradução nossa).

⁴⁷ POOLE, Josué. *O Parnaso inglês, 1657. Lingüística inglesa, 1500-1800*, n. 359. Menston: Scolar Press, 1972. In: <https://leme.library.utoronto.ca/lexicons/494/details#fulltext> Acesso em 31 ago. 2020. Joshua Poole, *The English Parnassus* (1657). In: <https://leme.library.utoronto.ca/search/quick> Acesso em 31 ago. 2020.

⁴⁸ PHILLIPS, Edward *The New World of English Words* (1658). In: <https://leme.library.utoronto.ca/search/quick> Acesso em 31 ago. 2020.

“amazônia”, a exemplo dos dicionários: “The Academy of Pleasure” (anônimo), em 1656, e “An English Dictionary”, de Elisha Coles, em 1677.

Dois dicionários ingleses do século XVIII que foram consultados mantêm o núcleo interpretativo sobre as amazonas, sobretudo considerando-as de ascendência grega, guerreiras que praticavam a mutilação de um seio, além de outras características previamente reconhecidas. Entretanto, esses dicionários se diferenciam das obras lexicográficas dos séculos anteriores no tratamento do termo “amazona”. Analisamos os seguintes dicionários: “A Dictionary of the English Language” (1755), de autoria de Samuel Johnson, e “A New Universal Etymological English Dictionary” (1755), organizado por Joseph Nicol Scott. No primeiro, as amazonas são mencionadas em outros verbetes, em alguns dos quais percebe-se uma conotação negativa, como por exemplo: “Para saltar – amazona saltitante” (tradução nossa), “consorte – sua amazona guerreira invade seu anfitrião” (tradução nossa), “duas mãos – Uma amazona, a grande prostituta de duas mãos” (tradução nossa), “errado – Acho que você é uma amazona invencível, pois vai superar, embora em um assunto errado” (tradução nossa).⁴⁹

O segundo dicionário supramencionado, notadamente o “A New Universal Etymological English Dictionary”, além de retomar as alusões às amazonas com base no conteúdo lexicográfico preexistente, foi o primeiro a incluir informações geográficas sobre o rio Amazonas em dois verbetes: “Brazil”, mencionando que é um país “limitado pelo Atlântico e pelo rio Amazonas ao norte” (tradução nossa); e “Amazon”, que significa “um extenso rio da América do Sul, que tem sua nascente no Peru, próximo ao equador, e flui para leste por um percurso superior a 3.000 milhas” (tradução nossa).⁵⁰ Provavelmente, o enfoque geográfico no rio Amazonas neste momento se deve ao período destacado por Arthur Reis, em que essa área às margens do grande rio passou a ser objeto de observações mais minuciosas por missionários e sertanistas, com vistas à identificação geográfica do vale às vésperas do Tratado de Madri em 1755, que redefiniu os limites entre as colônias espanholas e portuguesas na América.

Os dicionários franceses consultados a partir do século XVII dicionarizaram o termo “amazonas” com um conjunto de significados que podemos resumir a partir das edições do “Le dictionnaire de l’Académie française”, de 1694:

⁴⁹ SCOTT, Joseph Nicol. *A New Universal Etymological English Dictionary* (1755). Disponível em: <https://leme.library.utoronto.ca/search/quick> Acesso em 31 ago. 2020.

⁵⁰ SCOTT, Joseph Nicol; BAILEY, Nathan. *A New Universal Etymological English Dictionary*. Editor. T. Osborne e J. Shipton, J. Hodges, R. Baldwin, W. Johnston e J. Ward. Londres. 1755. <https://leme.library.utoronto.ca/lexicons/1346/details#search>

Amazone - mulher de coragem masle & guerreira. Ela é uma amazona. Esse significado vem do fato de que costumava haver um país inteiro dominado por mulheres todas guerreiras, que eram chamadas de amazonas. Pentasilea Rainha das Amazonas (tradução nossa).⁵¹

No século XVIII, as edições do *Le Dictionnaire de l'Académie française*, a partir de 1762, apesar de seguir o *Dictionnaire critique de la langue française* (1787), ao postular que as amazonas eram mulheres de coragem masculina e guerreiras, acrescenta, em relação ao verbete “Amazone”:

[...] esse significado vem do que os Antigos escreveram que havia uma vez na Ásia um grande país habitado por mulheres todas guerreiras, chamadas Amazonas, porque desde a infância eram queimadas um úbere para torná-las mais adequadas para o tiro, o arco (tradução nossa).⁵²

No século XIX, a sexta edição do “Le Dictionnaire de l'Académie française”, em 1835, resgatou os significados do século XVIII e apresentou o seguinte significado para a palavra amazonas: “Uma mulher de coragem masculina e guerreira. Ela é uma amazona. Esse significado vem do fato de os antigos afirmarem que havia na Ásia um país habitado por mulheres todas guerreiras, chamadas amazonas”.⁵³

É de relevância perceber as nuances semânticas que envolvem o termo “amazona” e a abordagem geográfica da América do Sul no âmbito lexicográfico francês do século XIX. No “Dictionnaire de la langue française” (Littré), datado de 1873, surge uma indagação acerca da origem incerta do termo “amazona”, postulando que “Todas essas etimologias são incertas; e é possível que amazon seja algum nome geográfico, ou algum termo mitológico de uma etimologia hoje irreconhecível”.⁵⁴ Nesse dicionário, é feita uma referência à palavra “amazonas” como uma expressão que se refere a um rio com o mesmo nome, indicando assim um indício do uso geográfico do termo. O ano de 1873 marca o início do emprego do termo “Amazônia” na lexicografia francesa para designar uma região no norte da América do Sul.

⁵¹ COIGNARD, Jean-Baptiste, 1693-1765, impressão. *O Dicionário da Academia Francesa 1694*. Em Paris: na Viúva de Jean Baptiste Coignard, Impressor Ordinário do Rei, e da Académie Française, rue S. Jacques, na Golden Bible; e em Jean Baptiste Coignard, Impressor e Livreiro Ordinário do Rei, e do Académie Française, rue S. Jacques, perto de S. Severin, no Livre d'Or, 1694, p. 33. Disponível em: https://purl.pt/37774/1-2715-a_2_master/1-2715-a/1-2715-a_PDF/1-2715-a_0000.pdf Acesso em: 1 de set. 2020.

⁵² *O Dicionário da Academia Francesa*. Quarta edição. T.1 (Brunet, Paris, 1762). In: <https://artfl-project.uchicago.edu/node/17> Acesso em: 1º set. 2020.

⁵³ *O Dicionário da Academia Francesa*. 6ª edição. Disponível em: <https://www.dictionnaire-academie.fr/article/A6A0990?history=1> Acesso em: 1º set. 2020.

⁵⁴ AMAZONAS, Émile Littré. *Dicionário da língua francesa* (Littré). Volume 1. Paris: Machadinha, 1873. Disponível em: <https://artfl-project.uchicago.edu/node/17>. Acesso em: 05 set. 2020.

Isso representa, na análise da lexicografia europeia contemplada neste estudo, a designação de uma parte do continente como “Amazônia”. Esse é um período em que diversos viajantes começaram a referir-se a essa região do Brasil pelo nome de “Amazônia”, notavelmente quando a França mantinha uma conexão direta com essa área, através da presença da Guiana Francesa.

No mesmo dicionário, observam-se entradas lexicais que fazem referência à fauna e à flora das Américas, associando-as aos termos “amazonas” e “amazônico”. Por exemplo, no verbete “Half amazona”, há referência a uma “Espécie de papagaio da Guiana”; mais adiante, no verbete “Ordem”, os papagaios da Guiana são descritos como “pertencentes à ordem das amazonas devido ao vermelho presente nas asas”⁵⁵. Ao tratar de um gênero de macacos da América do Sul, o dicionário menciona as “forêts des bords de l’Amazonne”, ou seja, as florestas às margens da Amazônia. No verbete “Pampa”, é atribuído o seguinte significado: “ampla planície da América do Sul, circundante a Buenos-Ayres e na bacia amazônica”⁵⁶. É relevante notar que, nos dicionários mais antigos que circulavam na Europa, os termos que se ligam ao Brasil e à América há uma inclinação para unidades lexicais e referências à natureza, como percebeu Filomena Gonçalves em relação ao Vocabulário de Bluteau, compreendendo que “[...] as unidades lexicais relativas ao Brasil dizem respeito sobretudo à fauna, à flora, aos acidentes geográficos, aos utensílios, aos gentios, ao tipo de propriedade ou exploração agrícola”.⁵⁷

Na esfera lexicográfica espanhola, encontramos somente duas menções ao termo “amazonas”, sem nenhuma referência ao termo “Amazônia” nos séculos XVI e XVIII. Essas referências estão presentes em duas obras semânticas: “Origen y etymología de todos los vocablos originales de la Lengua Castellana” (1611), de autoria de Francisco de el Rosal, um médico natural de Córdoba; “Vocabularium Hispanicum Latinum et Anglicum copiosissimum, cum nonnullis vocum millibus locupletatum, ac cum Linguae Hispanica Etymologijs” (1617), composto por Joannem Browne, inicialmente publicado em Londres. Nestes dicionários, o termo “amazonas” é brevemente definido como uma nação de mulheres guerreiras, que removiam um dos seios para praticar exercícios de combate, levando uma vida livre de homens. Além disso, é registrado um debate etimológico em torno do termo “amazonas”. Essas fontes apresentam o registro mais antigo e comum sobre as Amazonas,

⁵⁵ ORDEM, Émile Littré. *Dicionário da língua francesa* (Littré). Volume 3. Paris: Machadinho, 1873. Disponível em: <https://artfl-project.uchicago.edu/node/17>. Acesso em: 05 set. 2020)..

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ GONÇALVES, Maria Filomena. *A marca lexicográfica “termo do Brasil” no Vocabulário Portuguez e Latino de Rafael Bluteau*. Alfa, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 205-228, 2006.

situando-as na Cítia (Europa). No contexto da lexicografia espanhola dessa época, os significados associados às Amazonas são tratados de maneira concisa, sem detalhes ou discussões adicionais.

Em relação aos dicionários consultados no mundo luso-brasileiro entre os séculos XVI e XVIII, o destaque principal, praticamente o único, é o “Vocabulario Portuguez e latino” (1712-1728), escrito pelo padre Raphael Bluteau (1638-1734), de origem francesa. Esse dicionário apresenta um volume maior de informações sobre o termo “amazonas” e seus correlatos. Raphael Bluteau discorre de forma mais abrangente sobre o significado do termo, narrando a história das Amazonas na Eurásia e na África, mencionando rainhas e até questionando aspectos, como a suposta conexão entre as Amazonas e Alexandre Magno. As definições tradicionais das Amazonas como mulheres guerreiras, arqueiras, destituídas de um seio e originárias da Capadócia são mantidas.

Além de fornecer os significados tradicionais, “O Vocabulario Portuguez e latino” vai além da mera descrição das Amazonas na Eurásia, propondo um debate sobre a presença dessas figuras em várias regiões, como a Etiópia Oriental e a China. O texto dicionarístico também se aventura na obra “Eneida”, do autor romano Virgílio, para citar expressões latinas como “Amazonidum” e “Amazonius”. Essa ampliação de enfoque também inclui a menção ao rio Amazonas, explorando a história de Francisco Orelhano, Tenente general de Gonçalo Pizarro, que durante uma expedição em 1540 teria nomeado o rio que navegava como “Orelanna” e posteriormente “Amazonas”, devido à presença de mulheres “belicosas” em suas margens, que pareciam exercer autoridade sobre os homens. Essa informação foi divulgada na Europa, perpetuando o nome do rio.⁵⁸ O dicionário continuou explicando que “Este Rio chamase por outro nome o graõ Pará, & pellos da terra Paraguassu, que soa na nossa lingoa Largo mar. Amazonum fluvius, ij. Masc. Outros lhe chamaõ Orelliana, ae. alludindo ao nome do seu primeiro descobridor”.⁵⁹

O *Vocabulario Portuguez e latino* deixava entrever possíveis desdobramentos semânticos no horizonte do vocábulo Amazônia, posto que apresentava outro termo semelhante a expressão amazonas, a saber: “amazónio”, como se observa nos significados apresentados:

⁵⁸ BLUTEAU, Raphael. (1638-1734). *Vocabulario Portuguez e latino* (Volume 01, Letra A). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. In: Corpus Lexicográfico do Português. S/P. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/default.asp?url=Palavras&opcao=Textos>

⁵⁹ Idem.

Epitheto, que se dà a cousas concernentes às Amazonas. Monte Amazonio he hum monte da Azia, cujas fraldas banha o rio Thermodon, assim chamado das Amazonas, que viviaõ nos contornos do dito monte. Tambem ao monte Tauro por essa ou outra semelhante razaõ se dà o título de Amazonio, ou Amazonico. Amazonios eraõ os povos do Imperio das Amazonas. Amasonij, orum. Masc. Plur. {O graõ senhor dos Turcos escreveo aos Amazonios. Lobo. Corte na Aldea, Dial. 3. pag. 72.}.⁶⁰

É essencial observarmos as significativas derivações do termo “amazonas”, tais como “amazonio”, “amazônico” e “amazonios”, as quais compuseram a trajetória semântica em direção à concepção da Amazônia, principalmente a expressão “amazônico”. A menção ao Monte amazonio e ao Tauro amazônico representa uma marca espacial, assim como o império das amazonas; por outro lado, ocorre uma marca associada aos povos desse império, ou seja, os “amazonios”. Essas derivações do termo “amazonas” também foram registradas em dicionários luso-castelhanos específicos: no “Thesouro da lingua portugueza” (1697) de Bento Pereira, no verbete “Amazonius” com o significado relacionado às “Coisas das Amazonas”⁶¹; e no “Diccionario castellano y portuguez para facilitar a los curiosos la noticia de la lengua latina, con el uso del vocabulario portuguez y latino” (1721), também de autoria de Raphael Bluteau, apresentando a palavra “amazônio” apenas com “id”, sem detalhamento.⁶²

O “Diccionario da Lingoa Portugueza” publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa (1793) seguiu, em parte, o tratamento das expressões “amazonas” e “amazonio” já delineadas por Raphael Bluteau. A primeira entrada lexical é “almazona”, com o significado de amazonas. Logo após, o verbete “amazona” reproduz os significados antigos difundidos na Europa sobre uma sociedade de mulheres guerreiras residentes na Citia, equipadas com arcos e aljavas, com relatos de mutilações, incluindo a sugestão de existência de amazonas na Etiópia. Não há menção ao rio Amazonas neste verbete. A última entrada ou verbete é “Amazonio”, com a descrição de serem pertencentes às amazonas, com origem latina “amazonius”, fazendo referência a uma carta do Grão Turco aos “amazonios” e a uma amazônia que possuía uma aljava e era rica em ouro. Neste dicionário, o rio Amazonas é mencionado por meio de unidades lexicais relacionadas à fauna e à flora, conforme já

⁶⁰ Idem.

⁶¹ PEREIRA, Bento. *Thesouro da lingua portugueza*. 1697. In: Corpus Lexicográfico do Português. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/default.asp?url=Palavras&opcao=Textos>. Acesso em: 14 mar. 2021.

⁶² BLUTEAU, Raphael. *Diccionario castellano y portuguez para facilitar a los curiosos la noticia de la lengua latina, con el uso del vocabulario portuguez y latino* [...]. Lisboa, Pascoal da Sylva, 1721. Reproducido a partir del ejemplar de la Biblioteca de la Real Academia Española. Disponível em: <http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtile?cmd=Lema &sec=1.1.0.0.0>. Acesso em: 14 mar. 2021

elucidamos na lexicografia francesa. Na entrada “Anta”, é descrito como um animal “indígena da América”, encontrado no Brasil, Paraguai e no “Rio das Amazonas”⁶³.

Apesar das possíveis conotações semânticas, é crucial ressaltar que o conceito de Amazônia não é mencionado nos dicionários luso-brasileiros examinados até o século XVIII; de fato, a expressão praticamente não existia na linguagem entre os séculos XV e XVIII. Se nos basearmos na lexicografia, as condições semânticas eram as únicas presentes. Menos ainda se referia a essa designação espacial de alguma parte dos territórios sob domínio hispânico-luso na América. Apenas referências mais conhecidas em termos de espaço eram registradas, tais como o “Rio das Amazonas” e o Pará e/ou Grão-Pará. O dicionário de Raphael Bluteau (1712-1728) menciona o Pará como:

Primeira Capitania da America Portugueza. Chama-se assim do rio, a que os naturaes chamão Paraguassum, que soa em nossa lingua, Largo mar, & nós lhe chamamos, Gram Parâ, & por outro nome, Rio das Amazonas. Vid. Amazonas. Não tem esta Capitania mais que hum Forte, & huma povoação. Para, ae. § Parâ. Certa medida da Ilha de Ceilaõ. {Esta Ilha toda he taõ prospera, que mandando o Rey da Cotta semear duas paras de trigo, respondeo com sessenta.⁶⁴

Na transição do século XVIII para o século XIX, nos deparamos com o Dicionário de Bluteau Revisto por Antônio de Moraes Silva, brasileiro, cuja primeira edição data de 1789. Esta obra assinala o início da dicionarização luso-brasileira, caracterizada pela produção monolíngue em português, que incorporou vocábulos brasileiros. Moraes Silva condensou os oito volumes da obra de Bluteau em dois, o que pode explicar a omissão dos verbetes “amazonas” e “amazonio”. No decorrer do século XIX, o Dicionário de Moraes teve cinco edições adicionais (1813, 1823, 1831, 1844, 1858), sendo que a partir de 1813, adotou o título de Dicionário da Língua Portuguesa. Somente em sua última edição foram incluídos os verbetes “amazonas” e “amazônio”. O verbete “Amazonas” apresenta uma descrição tradicional, iniciando com o relato de “alguns historiadores” acerca de uma sociedade de mulheres guerreiras originárias da Ásia Menor. Conforme ocorria nos dicionários anteriores

⁶³ DICCIONARIO da Lingoa Portugueza publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. (Tomo Primeiro). Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/ou.26033> Acesso em: 15 set. 2020.

⁶⁴ BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...* : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos. Disponível em: https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/?page_number=4699#dic-viewer Acesso em: 18 set. 2021.

do contexto ibérico, “amazônio” é definido como algo pertencente às amazonas, incluindo a menção a uma “amazonia aljava”.⁶⁵

Além dos dicionários bilíngues português-tupi da época colonial, o dicionário monolíngue de Moraes foi amplamente utilizado e pavimentou o caminho para a futura dicionarística brasileira. A partir da década de 1830, particularmente em 1832, surgiu o primeiro dicionário concebido no Brasil, o Dicionário da Língua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto. Neste dicionário, destaca-se a ausência dos verbetes “Amazonas” e “Amazônia”, assim como nenhuma unidade léxica do português brasileiro trazia tal denominação. Ao contrário do dicionário de Antonio Moraes, o Dicionário da Língua Brasileira buscava estabelecer a fundação da dicionarística brasileira, procurando diferenciar-se como representante da língua brasileira, em detrimento da língua portuguesa. Dantielli Garcia considera que, ao versar sobre o Brasil “[...] o lexicógrafo deixou de lado os exemplos literários – literatura Nacional –, o vocabulário indígena. Evitou, assim, que esses outros sentidos ressoassem no dizer sobre o Brasil”.⁶⁶

Continuando no século XIX, testemunhamos o surgimento de dicionários complementares aos dicionários portugueses, a exemplo do “Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa” (1853), de Braz da Costa Rubim. Este dicionário, da mesma forma, não contém entradas para as palavras “amazonas” ou “Amazônia”, e suas derivações. A palavra “amazonas” apenas aparece relacionada ao rio no verbete “poreroca”, referindo-se ao encontro das águas do rio com as águas do mar. Ademais, diversas entradas estão ligadas às etnias nativas da região, designadas como “cabilda de sylvícolas” ou “hordas de aborígenes” habitantes da província do Pará. Nesse contexto, a dimensão geográfica daquilo que agora é conhecido como região amazônica era compreendida como Pará no dicionário, uma vez que inúmeras menções dessa palavra estão vinculadas a frutos regionais, como açaí, carajuru, cumauaru, entre outros.⁶⁷

Nos primórdios da lexicografia brasileira, quando emergiram os dicionários de complementação, incluindo os dicionários de regionalismos, como o de Antônio Álvares

⁶⁵ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. 6. ed. melhor. e acresc. , [por] Agostinho de Mendonça Falcão. Lisboa (Portugal): Typ. de Antonio José da Rocha, 1858. v. 2, p. 108. Disponível em: <http://rubi.casaruibar.bosa.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2021.

⁶⁶ GARCIA, Dantielli Assumpção. *Dois dicionários no Brasil do século XIX: Uma língua brasileira ou uma mesma língua portuguesa? Fragmentum*, N. 26. Laboratório Corpus: UFSM, Jul./Set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11145/pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

⁶⁷ RUBIM, Braz da Costa, 1817-1870. *Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portuguesa*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito Impressor da Casa Imperial. 1853. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3886> Acesso em: 19 set. 2021.

Pereira Coruja, intitulado “Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul” (1852),⁶⁸ e o “Diccionario topográfico, histórico e descriptivo da Comarca do Alto Amazonas” (1852), de autoria do membro do IHGB e capitão-tenente da Marinha, Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, natural da Bahia e com experiência no Rio de Janeiro e no Pará. Lourenço da Silva desenvolveu seu trabalho em sintonia com o projeto de construção do Estado Nacional, buscando descrever o território da antiga Comarca do Rio Negro, com o objetivo de ampliar a compreensão da história nacional. O dicionário de Lourenço da Silva configurou um inventário que se propôs a abarcar aspectos físicos, climáticos, hidrográficos, minerais, produtivos, linguísticos e etnográficos da região norte do Império, uma área de considerável importância estratégica dada sua natureza fronteiriça. Nesse momento pioneiro da década de 1850, era imperativo para o Governo Central obter conhecimento acerca das áreas mais distantes do centro de poder, complementando informações previamente registradas por cronistas anteriores que documentaram essa região.

No dicionário em análise, compilado por Lourenço da Silva, encontram-se quatro verbetes sob o título “Amazonas”, todos eles de cunho geográfico, predominantemente vinculados à hidrografia e dissociados da tradição dicionarística ocidental que abordou o termo à luz do seu significado lendário, relacionado às mulheres guerreiras originárias da Grécia. Neste contexto, é perceptível uma considerável evolução semântica da palavra, pois, embora os dicionários franceses e portugueses tenham estabelecido a conexão da expressão com o rio, foi somente através do dicionário de Lourenço da Silva que a palavra “Amazonas” - agora entendida em termos geográficos - passou a predominar sobre a carga semântica mítica e europeia. Dentre os quatro verbetes sobre o “Amazonas”, apenas um atribui o significado da palavra a “Icamiába”, termo que alude às mulheres indígenas como integrantes de uma sociedade de guerreiras. “Icamiába” também é identificado no dicionário como sinônimo de “amazonas” no verbete “Guiana”, referindo-se à sociedade de guerreiras que Orelhana encontrou na região. Nos demais verbetes, “Amazonas” se refere à configuração territorial, divisões administrativas, fortificações e demarcações da região. É plausível supor que o autor do dicionário tenha deliberadamente optado por estabelecer uma distinção

⁶⁸ CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1852). Disponível em: https://www.pampalivre.info/collecao_vocabulos_frases_provincia_sao_pedro_rio_grande_do_sul.pdf

semântica entre “Amazonas” como referência ao rio e “Icambiábas” como designação do mito das amazonas, indicando assim uma inclinação para remodelar o sentido da palavra.⁶⁹

Adicionalmente, o “Diccionario topográfico, histórico e descriptivo da Comarca do Alto Amazonas” foi, de maneira prática, o primeiro dicionário brasileiro em que o termo “Amazônia” foi empregado para identificar um recorte regional. Resumindo o aparecimento do termo nos verbetes correspondentes, podemos recorrer ao quadro a seguir:

Quadro 01: Menções à palavra Amazônia nos conteúdos dos verbetes selecionados do Diccionario topográfico, histórico e descriptivo da Comarca do Alto Amazonas (1852).

Verbetes	Significados
Alto-Amazonas	“(Comarca de S. José do) da Província do Pará [...]”. “[...] Compreende a comarca as regiões da <i>Amazonia</i> , seguintes: – Guiana, Mundurucania e Solimões[...]”. “[...] três grandes divisões naturaes, efeito da disposição do território, a saber: Amazonas, Solimões e Rio Negro”. ⁷⁰
Cumiari	“R. da Guian., na margem esquerda do Japura [...]”. Requena, comissário plenipotenciario hespanhol em seu affinco de encurtar as possessões portuguesas na <i>Amazonia</i> , recusou demarcar, como cumpria, por este rio [...]”. ⁷¹
Directorio	“[...] regular a administração dos indígenas[...]”. “[...] com que teve de lutar o Directorio para o seu desempenho em uma sociedade lassa da administração, que até então a contivera, tendente a dissolver-se por maquinações dos jesuítas [...]” “[...] os quais pretendiam tornar a <i>Amazonia</i> o antigo deserto”. ⁷²
Solimões	“Existem na <i>Amazonia</i> dous rios com o nome de Beni”. ⁷³

Fonte: AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto-Amazonas*. Recife: Typ. commercial de Meira Henriques, 1852.

É possível discernir uma conexão entre o uso do termo “Amazônia” e o território da antiga Comarca do Rio Negro, que, justamente em 1852, passou a ser a Província do Amazonas. Observa-se que, no início da década de 1850, com o estabelecimento de mais uma província na área setentrional ao longo do rio Amazonas, a nomenclatura “Amazônia” começou a ser empregada para delinear uma noção de região, anteriormente abordada sob a perspectiva do Grão-Pará ou Pará. Isto é corroborado tanto pelo registro presente no dicionário em análise quanto por discursos políticos no Parlamento brasileiro, bem como em propostas de reorganização territorial do país, nos quais é perceptível o emprego do termo no contexto da criação da nova província brasileira.

⁶⁹ AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto-Amazonas*. Recife: Typ. commercial de Meira Henriques, 1852, p. 11. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3135>

⁷⁰ AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto-Amazonas*. Recife: Typ. commercial de Meira Henriques, 1852, p. 11. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3135>

⁷¹ *Ibidem*, p. 100.

⁷² *Ibidem*, p. 105.

⁷³ *Ibidem*, p. 332.

Esta situação nos remete à importância das observações feitas pelo sociólogo e teórico cultural galês Raymond Williams, que destaca que “os significados das palavras são notáveis. Contudo, frequentemente, o aspecto mais notável é a sua evolução subsequente”.⁷⁴ Em outras palavras, tal como se evidencia acima, o vocábulo “Amazônia” inicialmente emergiu em dicionários estrangeiros com um significado associado às rainhas das amazonas, remetendo à ideia de rainhas reinantes em um cenário mítico e da Antiguidade: a Amazônia. Menciona-se também o uso do termo para se referir às próprias mulheres amazonas como “amazonia”. No entanto, a mudança semântica identificada no “Dicionário topográfico” direciona a noção de Amazônia para uma região localizada ao norte do Brasil.

Em 1859, foi publicado no Brasil o “Dicionário da Língua Portuguesa”, uma homenagem ao Imperador D. Pedro II, de autoria de Eduardo de Faria. Este dicionário foi promovido como o mais preciso e completo de sua época, uma vez que seu autor avaliou as obras de Bluteau e Morais como inexatas e incompletas, respectivamente. A contribuição de Eduardo de Faria foi a inclusão do termo “Amazonia”, embora este não esteja associado a uma delimitação regional, mas sim se refira a uma planta herbácea da Índia. O dicionário também apresenta vocábulos correlatos, tais como “amazonio”, que significa pertencente às amazonas, e “amazônico”, definido como monte da Capadócia; ambos seguem a tradição dicionarística ocidental.⁷⁵

O “Dicionário de Botânica Brasileira” (1873), organizado por Joaquim de Almeida Pinto a partir dos manuscritos de Arruda Câmara, e revisado pela Sociedade Velosiana, com aprovação da Faculdade de Medicina da Corte, inclui vários verbetes sobre plantas nativas ou com presença nas “regiões amazônicas”. A referência geográfica regional emerge cerca de uma década após o uso do termo em discursos parlamentares. Este emprego da ideia de região amazônica foi adotado por representantes políticos do Pará para ampliar a sua influência no Norte do Brasil. Além disso, é relevante notar que no âmbito botânico e nas discussões relacionadas à natureza, os termos “Amazônia” e “região amazônica” já eram utilizados por viajantes e cientistas durante a segunda metade do século XIX, especialmente por aqueles que conduziam expedições pelo rio Amazonas.⁷⁶

⁷⁴ WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um Vocabulário de Cultura e Sociedade*. Editora: Boitempo Editorial, 2007.

⁷⁵ FARIA, Eduardo de. *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa – seguido de um Diccionario de Synonymos*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve EC, 1859. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/out.26035>. Acesso em: 19 ago. 2021.

⁷⁶ ALMEIDA PINTO, Joaquim de. *Dicionário de Botânica Brasileira*. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/458> Acesso em: 19 ago. 2021.

A análise com base nos dicionários foi conduzida até a década de 1870, uma vez que a partir deste período, especialmente após 1880, os termos “região amazônica” e “Amazônia” passaram a ser frequentemente empregados para designar um recorte regional no Brasil. O percurso destes termos nos dicionários revelou-se significativo até este ponto para evidenciar a evolução, a transformação semântica e a diversidade de significados atribuídos, permitindo compreender, sobretudo, que a utilização destes termos para identificar a região não foi uma constante, tampouco emergiu espontaneamente. A concepção de região amazônica possui a sua própria trajetória histórica, repleta de conotações.

Adicionalmente, é pertinente destacar que a exploração da dicionarística demonstra que o termo “Amazônia” não foi empregado até o século XIX para delinear uma delimitação geográfica regional de alguma parte da América. Da mesma forma, não se pode identificar a utilização deste termo como conceito político dentro de um projeto também político das elites da região amazônica. Evidencia-se que, antes do século XIX, os termos “região amazônica” e “Amazônia” eram praticamente inexistentes como referências geográficas para a área ao longo do rio Amazonas. A cartografia e a literatura de viagem utilizavam outras denominações para descrever esta área geográfica. Qualquer menção à “república amazônica”, por exemplo, estava relacionada apenas a um possível espaço associado ao mito das amazonas, sem qualquer vínculo com o conceito moderno de Amazônia. Este primeiro capítulo desempenha a função primordial de destacar que, embora haja fundamentos para a concepção de Amazônia, esta deve ser compreendida a partir de uma perspectiva política e identitária. Destaca-se que esta concepção não é intrínseca, não surgiu de forma automática e não acompanhou o processo inicial de configuração regional levado a cabo por influência externa.

Por outro lado, os significados associados a uma terra opulenta, escassamente habitada e com expectativas de desenvolvimento foram construídos nos primeiros momentos do domínio europeu na região. Estes significados, reconfigurados, passaram a compor o arcabouço de significados do conceito moderno de Amazônia, o qual é o foco deste estudo. É crucial analisar esta transformação a partir de uma perspectiva política e identitária, uma vez que “todo conceito fundamental carrega, em graus variados, traços de significados passados, bem como expectativas futuras com diferentes níveis de importância”.⁷⁷ Além disso, a análise do campo lexical emerge como um aliado essencial para a compreensão do processo de

⁷⁷ KOSELLECK, Reinhart. *História dos Conceitos*: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 76.

invenção da ideia de Amazônia, permitindo rastrear os significados anteriores das palavras “amazônica” e “Amazônia”. Tal abordagem contribui diretamente para a compreensão de que estas designações possuíam pouca relação com a concepção política dessas palavras no contexto do século XIX, conforme será detalhado a seguir. A fim de investigar a construção regional a partir da ideia de Amazônia, torna-se imperativo examinar a formação política dessa parcela da América do Sul, revisitar desde a formação da região Norte até o Grão-Pará, além de analisar a configuração territorial dessa área, incluindo as formas de nomeação adotadas pelas entidades estatais durante o processo de ocupação e controle do território.

2.2 Do Rio das Amazonas ao Pays das Amazonas

A formação conceitual que culminou na linguagem e nomenclatura “Amazônia” é fruto de um histórico de experiências que demanda exploração. Nesse sentido, é imperativo abordar o termo “Amazonas”, uma vez que conceitos como o de Amazônia são intrinsecamente interligados em redes conceituais e devem ser analisados em conjunto com os conceitos frequentemente correlatos, como enfatizado por Koselleck. Portanto, o termo “Amazonas” foi introduzido nas Américas através de uma intrincada e ancestral rede discursiva europeia, que ao longo do tempo alimentou uma variedade de imagens acerca de territórios além do próprio continente europeu. Durante as épocas de expansão marítima europeia, uma multiplicidade de mitos e narrativas fabulosas foram geradas ou assimiladas como formas de elucidar o desconhecido, além de moldar a percepção europeia sobre o “outro”, representado por povos e lugares distantes, como a América, Ásia e África. Ao considerarmos a América nesse contexto, é essencial reconhecer a sua invenção enquanto uma realidade construída, processo no qual se valeu de um diversificado conjunto de ferramentas conceituais de origem europeia.

O historiador mexicano Edmundo O’Gorman, em sua abrangente obra “A Invenção da América” (1992), já elucidou a inadequação do conceito de “descoberta” e apresentou a perspicaz tese da invenção da América através da perspectiva ocidental. Ao questionar a ideia de descobrimento, O’Gorman se vale das reflexões do frei espanhol Bartolomeu de Las Casas, residente no denominado Novo Mundo, para abalar os principais fundamentos que sustentavam a teoria do descobrimento. Ele demonstra que uma das premissas centrais dessa teoria foi a crença na providência divina, ou seja, que a descoberta da América se deu por desígnio divino. Las Casas, ao explicar como Cristóvão Colombo tinha conhecimento da

existência da Índia, reuniu uma heterogênea e intrincada miscelânea que incluiu o mito da Atlântida, os versos proféticos atribuídos a Sêneca, a lenda de um piloto anônimo e até a teoria das Hespérides de Oviedo.⁷⁸ Esta compilação revela uma amalgama de lendas e teorias que, ao serem analisadas sob a perspectiva de Las Casas, sugere a presença dessa complexa situação em diversos momentos e contextos que permearam a construção das explicações relacionadas ao processo de colonização e conquista da América.

A filóloga hispânica Azuar fortalece a tese de que mitos da antiguidade foram transpostos para a América, sendo o caso das amazonas um exemplo representativo da retórica colonial da alteridade. Isso é particularmente evidente pela visão ocidental e masculina dos colonizadores, que estabeleceram uma conexão entre o mito das mulheres guerreiras e a América, ambas associadas à feminilidade e a um poder absorvente a ser subjugado, dominado e convertido. Esta associação foi alicerçada nas características consideradas rebeldes, selvagens, misteriosas, ocultas e lunares, além de apetites considerados estranhos, culminando na narrativa antropofágica do canibalismo americano. Essa narrativa contribuiu para transformar a noção das amazonas da Antiguidade, que eram percebidas como “assassinas de homens”, para as amazonas americanas, que eram interpretadas como “devoradoras de homens”. Azuar argumenta que:

Todo eso tiene una sencilla explicación, relacionada tanto con la economía representativa de la alteridad (en femenino) como con la reactivación moderna-colonial del mito clásico de la amazona, para la que la antropofagia, además de ser el signo máximo del salvajismo y el extremo imaginario del miedo masculino al poder ‘absorbente’ de lo femenino, lo es también del temor al Otro en el espacio de su dominio: representa la contingencia de que esa absoluta otredad desnuda y disponible que se asoció alegóricamente con América fuera a su vez deseante y devoradora.⁷⁹

A projeção da imagem selvagem sobre a América encontra suas raízes históricas e o próprio conceito de “amazona” mantém relações intrínsecas com as conotações dessa palavra na Grécia antiga. Para os gregos, os Citas eram associados, em seus primórdios, a uma era de criaturas monstruosas. Desde Equidna, figura presente em narrativas gregas comuns, até a referência a mixopárthernos feita por Heródoto, há uma concepção de seres meio humanos e meio animais. A Cítia, mais especificamente às margens do rio Termondonte, foi o local no qual as narrativas gregas situaram as amazonas, alegadamente oriundas da região do Cáucaso,

⁷⁸ O’GORMAN, E. *A Invenção da América*. Reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do seu devir. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, p. 39.

⁷⁹ AZUAR, Remedios Mataix. Androcentrismo, Eurocentrismo, Retórica Colonial: Amazonas en América. *América Sin Nombre*, nº 15, p. 118-136, 2010. ISSN: 1577-3442 / e ISSN: 1989-9831 P. 126.

na Ásia Ocidental. No Livro IV de suas “Histórias”, Heródoto expressa a perspectiva grega de alteridade em relação às amazonas, destacando que os próprios citas designam essas mulheres guerreiras através do termo “oioipatês”, que em grego significa “assassinadas de homens”. François Hartog, historiador francês, ressalta que Heródoto optou por essa terminologia ao invés da tradução etimológica da palavra no grego popular, que remetia a “a-mazós”, que pode ser interpretado como “sem seio”. Esse enfoque grego na nomenclatura das amazonas é evidente e significativo.

Ademais, Hartog enfatiza que o ato de nomear não é desprovido de intenções e está intrinsecamente ligado à retórica da alteridade, uma vez que impor um nome carrega consigo certo poder. Esse ato vai além de uma simples articulação verbal, sendo que, conforme coloca Hartog, “desde a narrativa do Gênesis, sabemos que a nomeação implica domínio: ao renomear as criaturas de Deus, Adão proclama sua superioridade sobre elas”.⁸⁰ Outro aspecto relevante levantado por Hartog diz respeito à relação entre o nome e a construção de imagens. Tomando os nomes dos deuses gregos como exemplo, ele esclarece que um nome de uma divindade não apenas transmite uma representação sonora, mas também encapsula uma imagem daquilo que representa. O termo “amazona” atesta o poder daqueles que conferiram esse nome, encapsula o domínio daqueles que escolheram nomeá-las. Considerando a nomeação e o conceito de “Amazonas” na Grécia Antiga, segue a definição presente no “Dicionário de Mitologia Grega e Romana”.

As Amazonas veneravam, particularmente, a deusa Ártemis, de quem seguiam, escrupulosamente, o exemplo (atribuiu-se-lhes a fundação da cidade de Éfeso e do famoso templo de Ártemis, uma das maravilhas do mundo antigo). Uma vez por ano, elas aceitavam no seu reino a presença de homens, a fim de assegurar a sua descendência, mas matavam ou mutilavam todos os recém-nascidos do sexo masculino. As filhas retiravam o seio direito, a fim de lhes permitir manejar o arco mais comodamente. Segundo a lenda, as Amazonas aparecem, constantemente, em oposição aos Gregos.

Amazona significaria, assim: privada de um seio; mesmo que se considere o prefixo a como um aumentativo, de qualquer modo a palavra significa: mamã, e aplica-se então, perfeitamente, a Ártemis de Éfeso. Se não tivermos em conta a etimologia da palavra, o nome Amazona é dado hoje em dia às mulheres que montam a cavalo.⁸¹

Toda a carga semântica e de alteridade que historicamente se atribuiu às amazonas no contexto ocidental foi, em última instância, projetada sobre os povos que habitavam o

⁸⁰ HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, p. 272.

⁸¹ HACQUARD, Georges. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. [S.l.]: Divisão Gráfica das Edições ASA. 1.ª edição: 1996.

continente americano. Em relação à representação feminina da América, é possível observar uma gestação metafórica que a concebeu como um corpo a ser descrito, conforme indicou Michel de Certeau. De acordo com Certeau, Américo Vespúcio, comumente considerado o “descobridor”, chegou ao Ocidente munido de armas europeias e desembarcou em navios, deparando-se com a América indígena, uma figura feminina estendida, desprovida de vestes, uma presença não reconhecida da diferença, um corpo que emerge em meio a um espaço repleto de vegetação e animais exóticos. Segundo Certeau, nesse momento, o conquistador empreenderá a escrita sobre o corpo do Outro, inscrevendo nele a sua própria narrativa histórica. Tal perspectiva do historiador francês remete à prática da colonização ocidental, que utilizou o Novo Mundo como um “papel em branco” (selvagem) para registrar a vontade do Ocidente.⁸²

Um dos primeiros textos a tratar da noção de descoberta da América, o “Sumário de La Natural História de Las Índias” de Gonçalo Fernández de Oviedo, datado de 1526, exemplifica essa dinâmica de atribuir características femininas ao espaço. Inicialmente, para os espanhóis, tal texto passou a nomear o então chamado Novo Mundo. Esse processo de construção da América revela uma marcante perspectiva de alteridade, associada primeiramente ao elemento feminino.

Ao examinar o motivo subjacente à feminização do nome “América”, especialmente no contexto da mitologia colonial relacionada à ilha denominada “Antília”, Vanessa Fonseca esclarece que:

Por outro lado, a mulher e a ilha, estão unidas em laços simbólicos. Ambos são concebidos como espaços a conquistar, onde os mistérios, recompensas espirituais, tesouros, em suma, o inesperado são recompensas espirituais, tesouros, em suma, o inesperado. Algumas ilhas de diferentes tradições mitológicas são também habitadas por mulheres.⁸³

A compreensão de Fonseca revela que o uso do nome “América” e sua feminização representam um exercício de poder e dominação, em contraposição à forte conotação masculina que permeava o mundo ocidental e se refletia no processo de colonização dessa região. Nota-se que, em uma alusão ao seu descobridor, a América ganhava a conotação de

⁸² CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 9.

⁸³ No original: “Por otra parte, la mujer y la isla se unen en lazos simbólicos. Ambas se conciben como espacios susceptibles de ser conquistados, donde se guardan misterios, recompensas espirituales, tesoros, en fin, lo inesperado. Algunas islas de diferentes tradiciones mitológicas también están habitadas por mujeres. Cf.: GOZALEZ, Vanessa Fonseca. (1). América es nombre de mujer. *Revista Reflexiones*, 58(1), p. 7. Disponível em: de <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/reflexiones/article/view/10965> Acesso em: 15 maio 2021.

“terra de Américo”, e esse significado prevalecia para muitos na era das conquistas. Nesse contexto, a terra denominada América servia como palco para a reatualização de diversos mitos oriundos do mundo antigo e medieval. Esses mitos desempenharam um papel significativo ao atrair a atenção do mundo europeu para essa parte do globo, exemplificado no caso do Eldorado e das amazonas.

Em outra análise realizada por Fonseca, que se volta à erotização do continente americano, é salientada a presença proeminente das amazonas no âmbito imaginário e mitológico. Tais figuras sustentavam a ideia de uma América virgem, evocando uma aura de exotismo que despertava o interesse das expedições europeias e estimulava a curiosidade em relação à região:

Uma atitude semelhante em relação à visão da América assumiria alguns descobridores e conquistadores posteriores. A tentação irresistível do invisível, da imagem sedutora das Amazonas, cidades de ouro, fontes de eterna juventude, plantas com propriedades maravilhosas, não só promoveram, mas também produziram grandes avanços no conhecimento do continente.⁸⁴

O próprio processo de invenção imagético-discursiva do continente se entrelaça com a nomeação de América, a qual sucedeu outros termos utilizados para identificar as novas terras da Coroa espanhola, a saber: Índias e Novo Mundo. Segundo Adão Arturo, esse percurso de denominação do continente compreende três fases distintas: inicialmente, no período da chegada dos europeus a essas terras, notadamente marcado pela chegada de Colombo em 1492, a noção e nomenclatura de América ainda não existiam; em segundo lugar, num estágio subsequente, caracterizado pela expedição de Américo Vespúcio entre 1501 e 1502, a ideia do continente começou a se consolidar, embora a designação não tenha emergido naquele momento. Foram cunhados então termos como *Mundus Novus* e *Nuevo Mundo*, conferindo a essa nova parcela do globo uma identidade diferenciada em relação aos continentes ancestrais; finalmente, em 1507, o nome “América” foi oficialmente atribuído ao continente, em uma homenagem a seu descobridor.⁸⁵

Ademais, a área geográfica adjacente ao rio Amazonas, além de ter sido revestida pela Europa de uma carga exótica, selvagem e bárbara, também foi moldada discursivamente por meio da assimilação de mitos, muitos dos quais “transplantados” para o contexto americano.

⁸⁴ GOZALEZ, Vanessa Fonseca. Visión y trazo de America.la erotizacion del continente. *Revista Reflexiones*, 30(1). Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/reflexiones/article/view/10802> Acesso em: 15 maio 2021.

⁸⁵ ARDÃO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos, 1980.

Verifica-se uma recorrência na formação de concepções sobre lugares de abundância e riqueza, espaços utópicos isentos de adversidades e privações. Nesse cenário, emergem narrativas como a lenda do reino do Preste João da Índia, que se difundiu da Ásia à África e atravessou fronteiras até alcançar as Américas, onde transformou-se na conhecida lenda do Eldorado – um lago dourado situado no coração do continente americano, governado por um monarca vestido de ouro dos pés à cabeça. Essa visão se metamorfoseou em Manoá, uma cidade lendária inicialmente situada nas terras peruanas, mas que despertou o interesse de exploradores e estudiosos que empreenderam jornadas em busca desse enigma.

De acordo com as considerações de Gabriel Roy, a cartografia por muito tempo sugeriu que o lago Parima, associado a riquezas auríferas, correspondia a Manoá e servia como nascente de diversos rios na América, como o Orinoco, Branco, Amazonas e Prata. Como resultado, os espanhóis organizaram expedições voltadas à localização desse lago ou rio dourado nas Américas. Com base em descobertas de ouro nas regiões das Guianas e em ilhas da atual América Central, essa ideia se arraigou progressivamente no continente. Em 1539, uma expedição liderada por Gonçalo Pizarro partiu do Peru, envolvendo mais de quatro mil homens com a missão de descobrir o El Dourado e a lendária terra das canelas. Durante o trajeto, a expedição se fragmentou, com um dos comandantes, Francisco de Orellana, explorando o rio Coca, atravessando o rio Napo e chegando ao Amazonas. Nesse ponto, próximo ao rio Jamundá, supostamente confrontaram mulheres guerreiras (amazonas) em um embate que culminou na foz do rio, a qual denominaram de “rio das Amazonas”. As amazonas americanas passaram, assim, a ser associadas à custódia do El Dourado, tornando-se uma barreira significativa aos conquistadores europeus, uma vez que estes se defrontaram com obstáculos formidáveis na busca por ouro.⁸⁶

O papel das amazonas passou a ser delineado como aquele de guardiãs dos espaços de riqueza, ecoando o mencionado mito do Eldorado. Essa conexão com a abundância de ouro é exemplificada nas palavras do cronista da jornada de Francisco de Orellana, o frei Gaspar de Carvajal, datado de 1541:

Aqui nos deram notícia das amazonas e das riquezas que há mais abaixo, e quem o fez foi um índio chamado Apária (3), velho que dizia ter estado naquela terra, e também nos deu notícia de outro senhor que estava apartado do rio, metido terra a dentro, e que ele dizia possuir enorme riqueza de ouro. Este senhor se chama Ica; nunca o vimos porque, conforme disse, ficou desviado do rio ...⁸⁷.

⁸⁶ ROY, Gabriel. A busca pelo El Dourado. *Revista de História*. São Paulo: USP, 1974.

⁸⁷ CARVAJAL, Gaspar de. Descubrimiento del rio de Orellana. In: *Descobrimientos do rio das Amazonas*. Trad. C. de Melo Leitão. 5ª. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1941, p. 24.

O relato do frei dominicano se sustentou sobre a fantasia e a imaginação do Velho Mundo, transferidas para o contexto americano. Conforme salientado por Ana Pizarro, tal narrativa enraíza-se no imaginário do Prestes João, das regiões adjacentes ao Éden e do grande Khan: em meio aos embates com os indígenas, emergem as figuras dessas mulheres guerreiras, as amazonas.⁸⁸ Portanto, a crônica da expedição de Francisco de Orellana delinea os extremos das concepções de paraíso e inferno que moldaram as discussões acerca da parte setentrional da América. Nesse relato, se delinea um cenário de privações e conflitos com as populações nativas, em meio a uma densa floresta; simultaneamente, delinea-se um território de opulência, fertilidade e perspectivas auspiciosas. A partir da primeira expedição oficial sob a égide espanhola rumo ao Eldorado, novas empreitadas foram direcionadas a essa região, a exemplo da missão liderada por Pedro Urzúa em 1559.

A construção discursiva e imagética da porção norte da América do Sul também foi fortemente influenciada pelas explorações portuguesas. Ao final da década de 1630, em decorrência da expedição de Pedro Teixeira pelo rio Amazonas, Alonso de Rojas redigiu o texto intitulado “Relação do Descobrimento do Rio das Amazonas” (1639), o qual descreve o trecho da jornada entre o Grão-Pará e Quito. Nesse relato, o autor retrata os arredores do rio como um autêntico Éden, um recanto comparável ao paraíso terrestre, repleto de opulentas riquezas. Nas palavras de Alonso de Rojas: “Do Rio das Amazonas se pode afirmar que as suas margens são em fertilidade Paraísos, e se a arte ajudar à fecundidade do solo, será todo ele uma série de aprazíveis jardins”. E continua o cronista:

[...] O rio das Amazonas rega mais extensos Reinos, fecunda mais veigas, sustenta mais homens e aumenta com as suas águas mais caudaloso Oceano; só lhe falta, para vencê-los em felicidade, ter sua origem no Paraíso, como daqueles rios nos afirmam graves Autores.⁸⁹

Ademais, em outra crônica de significativa relevância para a compreensão dos primeiros atos de nomeação na região que posteriormente veio a ser conhecida como Amazônia, o jesuíta Cristóbal de Acuña elaborou “Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas” em 1641. Nesta narrativa, ele retrata a expedição liderada pelo comandante português Pedro Teixeira em 1639, durante seu retorno de Quito ao Grão-Pará. O governo espanhol incumbiu Acuña de acompanhar as atividades portuguesas na região durante a

⁸⁸ PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012, p. 43-44.

⁸⁹ ROJAS, Alonso de. *Relação do Descobrimento do Rio das Amazonas*. In: *Descobrimientos do rio das Amazonas*. Trad. C. de Melo Leitão. 5ª. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1941, n° XVIII.

viagem de Teixeira. Em sua minuciosa descrição e registro, Acuña traça paralelos entre o rio Amazonas e outros cursos d'água pelo mundo, revivificando a perspectiva do Eldorado e das riquezas territoriais. Ele reitera que “neste grande Rio tudo se encontra: aqui o Lago Dourado, aqui as Amazonas, aqui os Tocantíns e aqui os ricos Omaguas, como adiante, se dirá”.⁹⁰

Para além do Eldorado, é plausível contemplar, em termos abrangentes, a configuração inaugural do espaço setentrional da América do Sul. Notáveis são as diversas denominações atribuídas a esse rio e, por extensão, à região circundante. Francisco de Orellana o batizou como rio de Orellana, enquanto outros registros o identificam como rio Marañón, em virtude de sua sinuosidade e ramificações. O navegador espanhol Vicente Pizón, por sua vez, foi possivelmente o primeiro a comunicar às autoridades régias a existência do “rio de Mar doce”, que mais tarde foi denominado “Santa Maria do Mar Doce”, e finalmente consolidado como Amazonas. Evidencia-se assim que o mito das amazonas da mitologia grega foi empregado para nomear uma localidade americana, uma vez que o rio em questão anteriormente ostentava múltiplos epítetos, tais como Paranaguazú, Solimões e Guyerme.

Importante ressaltar que, naquele contexto, toda a referência espacial estava intrinsecamente associada à presença das amazonas, conferindo à região amazônica uma identidade restrita ao mito das guerreiras e, naquela época, de compreensão difusa. No século XVIII, mais precisamente em 1774, o ouvidor e intendente geral da Capitania do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, registrou um diário durante sua viagem à mencionada Capitania. Nesse registro, ele abordou a denominação do rio Amazonas em um trecho intitulado brevemente “dissertação sobre o rio Amazonas e sobre a existência das mulheres amazonas”.⁹¹

Ribeiro Sampaio conduz sua argumentação com discordância das denominações espanholas do rio e da própria presença do mito das guerreiras amazonas. Inicialmente, ele apresenta versões que corroboram tal existência, contudo, logo em seguida, esclarece sua descrença na ocorrência das amazonas na América. Ele ressalta que tal ideia somente subsistia com base em argumentos maravilhosos e nas inquietações populares. De acordo com Ribeiro

⁹⁰ ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. Trad. C. de Melo Leitão. 5°. São Paulo: Ed. Brasileira, 1941, p. 197.

⁹¹ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de, b. 1741. *Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no anno de 1774 e 1775, exornado com algumas noticias geograficas, e hydrograficas da dita capitania, com outras concernentes á historia civil, politica, e natural della, aos uzos, e costumes, e diversidade de nações de indios seus habitadores, e á sua população, agricultura, e commercio : vindica-se occasionalmente o direito dos seus verdadeiros limites pela parte do Perú, nova Granada, e Guyana, e trata-se a questão da existencia das Amazonas americanas, e do famoso lago dourado.* Lisboa: Typografia da Academia, 1825, s/p.

Sampaio, por muito tempo acredita-se na existência de uma suposta “república amazônica”, localizada no interior da Guiana, embora sem qualquer comprovação por parte de portugueses, espanhóis, franceses ou holandeses. A alusão de Ribeiro Sampaio à “república amazônica” está intrinsicamente ligada à nomenclatura do território situado na Guiana, a qual estava intimamente associada à suposta presença das amazonas nessa área em particular.

O ouvidor e intendente geral da Capitania do Rio Negro evidencia em seu texto a postura portuguesa em relação à denominação do “rio das Amazonas”, preferindo o termo “rio Amazonas”. Baseando-se na crônica da viagem do português Pedro Teixeira pelo jesuíta Cristóbal de Acuña, Ribeiro Sampaio, extrai trechos da obra e indica que, àquela época, acreditava nas amazonas, mas também lançava dúvidas sobre a questão, especialmente após ouvir relatos em Quito. Ele sustentava que a concepção das amazonas na América derivou da narrativa de Francisco de Orellana, um desertor do exército espanhol que necessitava forjar uma narrativa heroica sobre si, recorrendo a um enredo universal para realçar sua proeza, notavelmente o caso das amazonas. O ouvidor esclarece que a representação das mulheres indígenas guerreiras na América ofereceu o argumento para que Orellana as associasse às amazonas asiáticas. Além disso, Ribeiro Sampaio lista que falsidades e ficções fundamentaram a ideia das amazonas americanas, alimentando a inclinação pelo maravilhoso na nação espanhola.

No século XVIII, o padre jesuíta português João Daniel, por meio de seus manuscritos que deram origem à obra “Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas”, publicada em 1776, e resultado de sua viagem à região entre 1741 e 1757, empenhou-se em abordar a questão da nomenclatura do rio Amazonas. Daniel compôs um volumoso manuscrito que mesclava uma perspectiva utilitária da região do rio Amazonas com uma visão divina e de riquezas na América do Sul. Ao abordar as origens do nome do maior rio naquela parte do continente, João Daniel argumenta que, em um ponto específico do rio Trombetas, as tropas lideradas por Pizarro enfrentaram os indígenas da área, notadamente um grupo de mulheres guerreiras. Sob a supremacia bélica espanhola, essas mulheres recuaram e, segundo Daniel, passaram a ser denominadas amazonas pelos espanhóis, devido a seus modos de vida semelhantes às amazonas gregas. Nesse contexto, o jesuíta português já se distanciava - ainda que não de forma totalmente esclarecida - do aspecto mítico associado às amazonas, ao perceber o ato de nomeação como uma ação intencional dos espanhóis.⁹²

⁹² DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, 2 v.

Além disso, o jesuíta ressalta que, na época de sua escrita, a área do rio acima do rio Negro não mais era referida pelo nome do comandante espanhol Orellana, mas sim como Solimões, conforme a denominação dada pelos portugueses. Em síntese, o padre jesuíta chama a atenção para o fato de que o rio recebeu duas denominações mais conhecidas entre os espanhóis: Orellana e Maranhão, entretanto, esses termos não prevaleceram. A discussão sobre a origem e o nome do rio Amazonas emerge em diversos escritos do século XVIII, em grande medida devido às disputas geopolíticas e aos interesses da Coroa portuguesa em relação ao domínio daquela área geográfica.

Diante do desafio relacionado à forma esférica da Terra e à sua magnitude, a França promoveu duas expedições à América, uma delas contou com a participação do escritor e viajante Charles Marie La Condamine (1701-1774), que em seu relatório resultante da expedição hispano-francesa à América Meridional entre 1735 e 1745, apresenta uma série de cenários que ilustram o constante processo de nomeação de povos, lugares e rios por parte dos europeus no continente americano. No contexto de sua obra intitulada “Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas”, La Condamine destaca a antiga contenda sobre a designação do rio, envolvendo os espanhóis que o chamavam de Maranhão e Orellana, e os portugueses, que o denominavam Amazonas ou Solimões.⁹³

Os recortes espaciais mencionados por La Condamine em relação a esta parte da América não faziam menção à Amazônia, mas sim à América Meridional, ao Pará, ao rio Amazonas e à bacia hidrográfica amazônica, como no trecho em que ele esclarece que o rio Negro não é um afluente do rio Amazonas, ao afirmar: “Em todo esse trecho, as margens do terreno são elevadas e nunca estão inundadas; a vegetação é menos densa e a paisagem é completamente distinta das margens do Amazonas.”⁹⁴ Este ponto envolve duas questões: a derivação do termo “amazônica” da bacia do rio Amazonas; e o uso do termo “país” como sinônimo de localidade ou região, uma discussão que abordaremos a seguir. O termo “amazônica” também aparece em uma carta do Sr. Godin de Odonais ao Sr. de La Condamine, onde se menciona que “a rota amazônica está proibida pelo rei da Espanha”,⁹⁵ evidenciando uma referência ao rio Amazonas. A utilização do termo “amazônica” por La Condamine está mais associada à ideia de uma região nas margens do rio Amazonas,

⁹³ LA CONDAMINE, Charles-Marie de, 1701-1774. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas* / Ch. -M. de La Condamine. – Brasília: Senado Federal, 2000.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 89.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 187.

relacionando-se com o conceito de região natural que estava em voga na época, não apresentando conotações políticas.

A percepção espacial resultante da palavra “amazônica” em La Condamine proporciona efeitos analíticos neste estudo, direcionando a exploração e denominação desta parte da América do Sul pelos representantes europeus. O uso do léxico “amazônico” nas Américas foi uma ação territorial inicial dos europeus para identificar uma área geográfica que abrangia um território muito mais vasto do que a divisão administrativa e política do Estado do Maranhão e Grão-Pará, e a referência geográfica Pará, amplamente mencionada nos relatos de viagens. É relevante destacar que o termo “amazônica” aparece somente em duas ocasiões na obra, o que indica que sua utilização para designar uma área na América era ainda pouco frequente. De qualquer forma, a presença dessa palavra na obra de La Condamine já contribuiu para a formação conceitual que culminaria no conceito de Amazônia em tempos posteriores. No entanto, essa denominação carecia de um significado político e identitário capaz de representar um movimento regional, como verificado um século mais tarde, quando surgiram as ideias de região amazônica, Vale do Amazonas e Amazônia. Portanto, os discursos europeus contribuíram para a formação do conceito amazônico, mas não explicam a invenção regional da Amazônia a partir das relações de poder e demandas internas dessa área.

Os resultados da expedição de 1735 à América, que contou com a presença de La Condamine, também evidenciaram o discurso colonial sobre as riquezas da região circundante ao rio Amazonas, especialmente quando esse viajante abordou a “fertilidade da região e das plantas úteis”, incluindo a goma elástica. La Condamine contribuiu para ampliar a concepção de riqueza natural na região das margens do Amazonas, ao relatar plantas e árvores que iam além das chamadas “drogas do sertão”, já conhecidas pelo mundo. Conforme suas palavras: “[...] a ‘quinina’, a ‘ipecacuanha’, a ‘simaruba’, a ‘salsaparrilha’, o ‘guaiaco’, o ‘cacau’, a ‘baunilha’, etc. são as únicas plantas úteis encontradas na América, e sua utilidade amplamente reconhecida e comprovada não seria incentivo suficiente para novas descobertas?”.⁹⁶

Além das especiarias já conhecidas, La Condamine trouxe ao conhecimento europeu a goma elástica, então denominada caucho. A cada nova revelação e descoberta das expedições estrangeiras nas margens do Amazonas, aumentava o exotismo e a ânsia exploratória sobre essa parte do mundo, uma vez que, nas palavras de Maria Cristina Bohn Martins “de todas as

⁹⁶ Ibidem, p.71.

vastas terras a serem exploradas pelos naturalistas europeus, nenhuma era mais desconhecida e exótica para o público do Velho Mundo do que as selvas e as montanhas da América do Sul.”⁹⁷ .” Esse período foi marcado por várias “expedições científicas financiadas pelo Estado buscavam objetivos específicos. Em alguns casos, ciência e colonização estavam interligadas; em outros momentos, o naturalista abria mão da ciência em favor de interesses administrativos e econômicos.”⁹⁸

No final do século XVIII e início do século XIX, o viajante alemão Alexander von Humboldt (1769-1859) empreendeu uma jornada à América do Sul, autorizada pela Corte espanhola e que se estendeu de 1799 a 1804. De acordo com Pratt, a viagem de Humboldt ocorreu em um contexto em que a Europa estava imersa na expansão capitalista decorrente da industrialização e na busca por novos mercados consumidores, bem como pelo interesse em explorar as zonas interiores.⁹⁹ Distinguido dos relatos de viagem tradicionalmente considerados como uma “literatura de sobrevivência”, que frequentemente se caracterizavam por histórias de naufrágios e conflitos, Humboldt procurou sustentar suas observações na autoridade científica. Sua extensa produção, composta por cerca de trinta livros resultantes de sua expedição pelas terras americanas, estava notavelmente centrada em tratados de taxonomia botânica e zoológica, evidenciando uma abordagem mais descritiva da ciência em detrimento de estilos narrativos. A escrita de Humboldt buscava ecoar o desejo europeu de promover a realização de “espaços não realizados”. Segundo Pratt, o viajante e cientista tinha a intenção de apresentar a América como um mundo natural primitivo, um território ainda por ser organizado, um espaço cuja história estava prestes a se desdobrar, dado seu potencial e suas maravilhas.¹⁰⁰

Cumprir ressaltar que duas nomenclaturas para a região explorada por Humboldt se destacam em seus escritos: “regiões equinociais da América” e Hileia. A primeira denominação servia como delimitação das antigas colônias americanas visitadas por ele. Por outro lado, a segunda designação equivalia a uma área notavelmente marcada por uma natureza singular, sendo considerada o ponto mais alto do território. O termo Hileia tem raízes no mundo grego e pode ser rastreado até Heródoto, sendo associado à história da região

⁹⁷ MARTINS, Maria Cristina Bohn. Uma jornada pela América Meridional e de volta à Europa: Charles Marie de La Condamine e o relato de sua expedição pelo Amazonas. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, n. 2, p. 303-324, jul./dez. 2012, p. 313.

⁹⁸ RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo* [on line], v. 3, n. 6, p. 157-182, dez. 1998. Disponível em: Acessado em: dez. 2007.

⁹⁹ PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n° 8, 1991, p. 151- 165.

¹⁰⁰ Idem.

original das amazonas, particularmente a Cítia, que os gregos consideravam uma terra desolada e distante, habitada por povos do norte de características selvagens e localizada nos confins do mundo. Em contraste com as cidades gregas, a Hileia era percebida como uma região situada além das fronteiras culturais. Os povos citas, de acordo com a perspectiva grega, tinham suas origens ligadas à chegada de Hércules à terra desértica, conduzindo um rebanho de cavalos que desapareceu enquanto ele descansava. Ao buscar seus cavalos perdidos, Hércules deparou-se com uma virgem-serpente que concordou em devolver o rebanho se ele se unisse a ela, o que ele fez. É relevante notar que a região onde Hércules encontrou essa virgem-serpente era exatamente a região da Hileia ou Hiléia, que significava floresta selvagem naquela época.¹⁰¹ Ainda que buscasse “reinventar a América” e transformá-la em uma terra maravilhosa, Humboldt, de certa forma, transferiu para a nomenclatura do espaço americano a carga de alteridade proveniente do mundo grego.

O processo de nomeação do espaço americano não se limitou aos viajantes e cientistas; é importante considerar que a colonização da região norte da América do Sul envolveu práticas de nomeação de lugares, povos e elementos, um processo permeado por características hierárquicas e divisórias. Eduardo Paiva investigou a formação do léxico das mestiçagens em estreito diálogo com as práticas de trabalho estabelecidas pelo poder português e espanhol nas Américas. Nesse sentido, o vocabulário relacionado às mestiçagens na Ibero-América estava intrinsecamente ligado às formas de trabalho impostas às populações marginalizadas pelo poder, especialmente através do sistema de escravidão.¹⁰² Assim, dar nomes ao novo território se tornou um ato de classificação e dominação, como claramente apresentado no estudo de Paiva. Portanto, as denominações escolhidas, incluindo Amazonas, foram atos de categorização, mecanismos de domínio que moldaram a territorialização da América.

Nos primeiros séculos da colonização na América, era uma prática comum direcionar a atenção para a nomeação dos espaços, como previamente mencionado. Isso se relacionava à imprecisão dos nomes atribuídos aos territórios, e podemos observar isso no exemplo do Brasil. Analisando os escritos dos cronistas, podemos identificar a preocupação expressa pelo frei franciscano Vicente do Salvador em sua obra “História do Brasil”, escrita entre 1619 e 1630. Desde o início de seu relato, ele se dedica a abordar a história da descoberta e o próprio

¹⁰¹ HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

¹⁰² PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

nome do Brasil. Nesse contexto, Salvador observa que as terras foram inicialmente denominadas Santa Cruz, em referência à morte de Cristo. No entanto, segundo Salvador, “o Demônio, com o sinal-da-cruz, perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha sobre os habitantes dessa terra. Assim, tramou para que o primeiro nome fosse esquecido, permanecendo o nome Brasil [...]”.¹⁰³ O frei franciscano alerta para a escolha de trocar o nome originado de um elemento divino, a cruz, por um termo ligado a uma madeira comercial de cor vermelha usada para tingir tecidos. Nesse ponto, já se delineia uma disputa inicial em relação à nomeação das novas terras americanas. Essa disputa, como destacado por Laura de Mello e Souza, configura uma tradição que foi posteriormente perpetuada por humanistas portugueses. Essa tradição de conflito entre Deus e o Diabo se conecta com o surgimento da colônia luso-brasileira e reverbera nos relatos de missionários, como o frei Vicente do Salvador, que, embora incorporasse essa tradição, estava sobretudo preocupado com a natureza da ocupação do novo território.¹⁰⁴

Além disso, Souza aponta para a flutuação e a indefinição de nomenclatura nos primeiros séculos da colonização da América portuguesa, ressaltando que pelo menos três denominações foram empregadas em mapas e escritos: Terra dos Papagaios, Terra de Santa Cruz e, por fim, Brasil – a última se consolidando como vencedora. José Murilo de Carvalho acrescenta diversos outros nomes atribuídos às terras que eventualmente receberiam o nome de Brasil, como Pindorama (1500), Ilha de Vera Cruz (1500), Terra de Santa Cruz (1501), Terra Papagalli (1502), Mundos Novus (1503), América (1507), Terra do Brasil (1507), Índia Ocidental (1578), Brazil (século XIX) e, finalmente, Brasil (século XX). Carvalho interpreta a multiplicidade de nomes como resultado de uma contenda pela grafia do nome dessas terras, envolvendo diversos interesses e contextos históricos. Por exemplo, a mudança de nome da Terra dos Papagaios, que fazia alusão ao exotismo da flora e fauna local, para Brazil, refletia o predomínio do interesse comercial relacionado ao pau-brasil.¹⁰⁵

É igualmente relevante observar que o termo Brazil foi transferido da Ásia, uma vez que desde o século XII essa designação era conhecida no continente asiático para se referir a uma árvore semelhante. Assim como o nome Amazonas e Amazônia, que também foram

¹⁰³ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* / por Frei Vicente do Salvador. Ed. revista por Capistrano de Abreu. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

¹⁰⁴ SOUZA, Laura de Mello e. O nome do Brasil. *Revista de História*, n. 145, p. 61-86, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18919> Acesso em: 15 maio 2021.

¹⁰⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Brasil, Brazil: Sonhos e frustrações*. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS Aimer. *Criar a Nação: História dos nomes dos países da América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2017.

transpostos do contexto asiático. Essas designações se referiam originalmente a terras onde se acreditava existirem as amazonas, localizadas entre as extremidades do mundo helênico e a Ásia Central. As nomeações dos espaços americanos, em certa medida, passaram a incorporar referências geográficas, econômicas ou culturais do mundo antigo, e tais conceitos circulavam na Europa durante a era das explorações e das expedições marítimas.

Adicionalmente, tal como no caso do Brasil, como já enfatizado anteriormente neste texto, a região geográfica às margens do rio Amazonas apresentou diversas denominações nos primeiros estágios da colonização europeia, tanto por parte dos espanhóis como dos portugueses. De acordo com Alírio Cardoso, “entre o final do século XVI e o início do século XVII, as cartas, crônicas e memoriais frequentemente identificavam essas terras por meio de comparações com as Índias espanholas”. Cardoso destaca que, no século XVI, toda a área que hoje compreende o Norte do Brasil e parte do Mato Grosso era referida como Maranhão. O termo Amazônia, como uma delimitação regional, não estava presente no vocabulário político do século XVII. Segundo esse historiador, até a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621, essa região era reconhecida por diversas designações: “Terra do rio das Amazonas”, “terra dos tupinambás”, “País das Amazonas” e “Terra dos Caraíbas”.¹⁰⁶

É evidente que a maioria desses nomes tinha conotações indígenas. Era comum que os colonizadores hispânicos e lusos atribuíssem nomes aos territórios conquistados com base em perspectivas mítico-imaginárias. Além disso, frequentemente adaptavam os termos usados pelos indígenas para nomear os lugares, como ocorreu em diversas outras regiões das Américas, como no caso da bacia do rio da Prata, onde o nome Paraguai deriva do uso pelos índios caríós ou guaranis do termo “rio Paraguay”. Portanto, não surpreende a adoção do termo Grão-Pará para compor a denominação do Estado do Maranhão a partir de 1621. Nessa época, durante o domínio espanhol sobre as coroas de Espanha e Portugal, a expressão já era empregada pelos indígenas da região para referir-se a parte do rio Amazonas como rio Gram-Pará, significando “pai das águas” ou “rio mar”.

No que diz respeito a outra forma de nomeação dessa área, ou seja, “País das Amazonas”, observa-se que ela remete a um território feminino, misterioso aos olhos dos homens, um espaço a ser conquistado, colonizado e explorado, como era a perspectiva europeia da época. No século XVIII, a cartografia frequentemente utilizava referências às amazonas para designar a região ao norte da América do Sul, em detrimento da designação

¹⁰⁶ CARDOSO, Alírio. *Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580 – 1655)*. São Paulo: Alameda, 2017.

Brasil, como exemplificado no Mapa Geográfico do Brasil (1740), de autoria do italiano Giovanni Battista Albrizzi (1698-1777), que dividia o espaço em um lado denominado Brasil ou Terra de Santa Cruz, e no outro, o “País das Amazonas”.

O termo “País das Amazonas” para a América reflete também uma versão atualizada do pensamento ocidental sobre outros territórios, como o Oriente. Além da noção de uma ilha feminina aventada por Marco Polo, existia também a concepção da Índia, um mundo de especiarias e fantasia que alimentou o imaginário dos conquistadores sobre a América. O uso da alteridade para demarcar territórios, em detrimento do mundo grego na Antiguidade, revela uma prática ocidental de estabelecer fronteiras a partir de elementos etnográficos, culturais e políticos.

Cabe empreender, de maneira geral, uma análise semântica do termo “país” ou “pays”, uma vez que essa abordagem é crucial para contemplarmos sua aplicação no contexto de uma região da América. O vocábulo “país” deriva do latim medieval, época em que emergiu o termo “pāgus”. Dessa forma, “pays” denotava tanto o indivíduo habitante quanto o território por ele ocupado. Em relação à esfera francesa, João Paulo Jeannine Andrade Carneiro resume o desenvolvimento histórico do referido termo:

No decurso do tempo histórico *pays* foi adaptado à realidade geográfica francesa e já no século XVII caracterizava subdivisões das *villes* francesas, saindo das acepções exclusivamente rurais. No século seguinte, o vocábulo passa a integrar a terminologia científica do período, designando feições geológicas homogêneas [...] No decurso do tempo histórico *pays* foi adaptado à realidade geográfica francesa e já no século XVII caracterizava subdivisões das *villes* francesas, saindo das acepções exclusivamente rurais. No século seguinte, o vocábulo passa a integrar a terminologia científica do período, designando feições geológicas homogêneas.¹⁰⁷

No âmbito ibérico, especialmente na Espanha durante a era moderna, a concepção do “Pays das Amazonas” estava intrinsecamente ligada a diversas noções espaciais que, na época, se associavam ao termo “pays”. Isso é evidenciado, por exemplo, em dicionários da língua espanhola do século XVII. O Dicionário de 1609, editado por Girolamo Vittori e intitulado “Tesoro de las tres lenguas francesa, italiana y española”, define “pays” como região.¹⁰⁸ Similarmente, o dicionário de 1620, compilado por Franciosini Florentín, Lorenzo,

¹⁰⁷ CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. O conceito de Pays e sua discussão na geografia francesa do XIX. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 p. 2. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr> Acesso em: 18 jun. 2021.

¹⁰⁸ VITTORI, Girolamo. *Tesoro de las tres lenguas francesa, italiana y española. Thresor des trois langues françoise, italiennne et espagnolle*. Ginebra, Philippe Albert & Alexandre Pernet, 1609. Reproducido a partir del ejemplar de la Biblioteca de la Real Academia Española, 23-XII-1

também atribui a “pays” a noção de região.¹⁰⁹ No século XVIII, os dicionários espanhóis e ingleses demonstram uma ampla variedade de significados espaciais para o termo “pays”, como exemplificado pelo “Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina e italiana” de 1767, onde “país” se refere a várias regiões, províncias e locais no universo.¹¹⁰ O termo também pode denotar reino, terra ou pátria, além de possuir conotações relacionadas à paisagem. É perceptível que a lexicografia espanhola tende a tratar “pays” predominantemente como um conceito espacial, enquanto a lexicografia portuguesa mostra alguma oscilação entre os significados de “pais” em relação à paternidade e “país” como delimitação geográfica.

Em resumo, o termo “Pays das Amazonas” era usado para se referir, nos relatos e mapas da época, à terra habitada pelas Amazonas na América. Esse conceito estava relacionado à pátria, região ou província das mulheres guerreiras. O termo “pays” fornecia uma forma de localização e localidade, embora não carregasse significados contemporâneos de um recorte político nacional. O sentido de terra e província era predominante, especialmente em crônicas e relatos que narravam a conquista dessa parte da América, como exemplificado em Gaspar de Carvajal, na obra “Descobrimiento del rio de Orellana”, que se refere à expedição de Pizarro às terras do Eldorado e da canela, onde posteriormente a região foi denominada de “país das canelas” ou “província da canela”, em referência ao território de Quito. As terras americanas eram frequentemente chamadas de “países”, como Carvajal expressa ao abordar as conquistas de Orellana.

Embora a área ao redor do rio Amazonas tenha sido designada por diversos nomes ao longo do tempo, o termo “Pays das Amazonas” continuou a ser empregado em escritos que mencionavam um território habitado pelas Amazonas na América. Isso é ilustrado pelo “Novo Dicionário de Geografia Universal”, de autoria de Jacques Mac Carthy (1785-1835), uma obra de origem francesa. Nesse contexto, o verbete sobre o rio Amazonas, após descrever suas características, também aborda a possível presença das Amazonas na região, indicando que o território habitado pelas Amazonas coincidia com a área às margens do rio. O termo “Pays

¹⁰⁹ FRANCIOSINI FLORENTÍN, LORENZO. *Vocabolario español-italiano, ahora nuevamente sacado a luz*[..]. Segunda parte. Roma, Iuan Pablo Profilio, a costa de Iuan Ángel Rufineli y Ángel Manni, 1620. Reproducido a partir del ejemplar de la Biblioteca Nacional de Madrid, 3 / 73624.

¹¹⁰ DICCIONARIO CASTELLANO CON LAS VOCES DE CIENCIAS Y ARTES Y SUS CORRESPONDIENTES EN LAS TRES LENGUAS FRANCESA, LATINA E ITALIANA [..]. Tomo tercero (1767). Madrid, Viuda de Ibarra, 1788, p. 6. Reproducido a partir del ejemplar de la Biblioteca de la Real Academia Española, O-9.

das Amazonas”¹¹¹ tornou-se amplamente reconhecido na Europa, sendo usado ainda no século XIX para nomear a região geográfica que posteriormente ficou conhecida como região amazônica. Isso é evidenciado nos relatos do Império brasileiro no Pará, como é ilustrado na obra “Corografia Paraense, ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Grão-Pará” (1833), escrita por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865), um português que viveu no Pará e testemunhou os acontecimentos políticos da década de 1820. Embora Cerqueira e Silva se refira à região como “Província do Gram-Pará”, ele também utiliza a designação “Paiz das Amazonas” para descrever essa parte do Brasil, oferecendo informações sobre sua geografia e outros aspectos relevantes.¹¹²

Outro cronista que deixou sua marca no contexto do Império no Pará foi o militar português Antônio Ladislau Monteiro Baena. Durante a década de 1830, ele liderou os esforços de levantamento estatístico da Província do Pará, resultando na elaboração de duas obras que desempenharam um papel significativo na historiografia amazônica: “Compêndio das eras da província do Pará”, de 1838, e “Ensaio corográfico sobre a província do Pará” (1839).

Na sua primeira obra, Baena também abordou a província sob a perspectiva de um país, principalmente na introdução, onde enfatizava a importância do seu trabalho ao preencher uma lacuna histórica, uma vez que o Pará carecia de uma narrativa própria. Ainda que Baena tenha oscilado entre os termos Pará, província e país, o uso predominante foi o primeiro. Isso é notável na primeira metade do século XIX, período em que parece ter havido uma demanda dentro da província para promover um sentimento de identidade paraense, ampliar a divulgação das características da região e estabelecer um corpo narrativo. Esse contexto fica evidente no ofício do Presidente do Pará direcionado a Baena, no qual é comunicada a impressão da segunda obra mencionada, e no qual se pode perceber o seguinte trecho:

São estas obras as que mais interessam a qualquer país, pondo patentes os seus meios de riqueza, e comunicação interior, e consignando aos presentes e vindouros um número de fatos reais de que as ciências se podem aproveitar em prol do mesmo, e eu me congratulo com V. S^a pela honra, que lhe cabe da publicação desta

¹¹¹ *NOUVEAU DICTIONNAIRE GÉOGRAPHIQUE UNIVERSEL*: accompagné de quatorze cartes géographiques conformes aux divisions établies par les derniers traités. Partie 1 / . Par J. Mac Carthy. l’auteur-éditeur (Paris), 1824, p. 53.

¹¹² Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=1ToTAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

interessante obra, assim como da outra – Eras do Pará – com que ainda este ano enriqueceu a nossa literatura provincial.¹¹³

Na década de 1850, no contexto do acalorado debate sobre as aspirações norte-americanas em relação à área às margens do rio Amazonas, particularmente impulsionado pela persistente campanha do tenente da marinha americana, Matthew Maury, para realocar seus conterrâneos do sul dos Estados Unidos no Amazonas, a fim de promover a imigração e a navegação na região, a imprensa regional desempenhou um papel de destaque nesse debate. O periódico regional *Jornal do Amazonas*, intitulado *Estrella do Amazonas*, em 4 de maio de 1854, em um artigo que se posicionava contrariamente às pretensões americanas na região, utilizou o termo “país amazonio” ao abordar a possibilidade de os americanos expandirem a escravidão no Amazonas.¹¹⁴ Além disso, nas discussões sobre as intenções dos Estados Unidos nessa parte da América, é registrado que o tenente da marinha americana Matthew Fontaine Maury, na obra intitulada “*Amazonas: as costas atlânticas da América meridional*” (1853), chegou a se referir a esse mesmo território como “País do Amazonas”. O uso sequencial de termos como “pays das Amazonas”, “país amazônio” e “país do Amazonas” ilustra o entendimento de Koselleck de que a formação conceitual envolve camadas de significados do passado e possibilidades futuras.

Posteriormente, nas décadas de 1880, o brasileiro radicado na França, representante da região e do Brasil na Europa, o jornalista e escritor Frederico José de Santa Anna Nery (1848-1900), publicou o livro intitulado “*Le pays des amazones: l’Eldorado, les terres à caoutchouc*” (título original em francês), com o propósito de apresentar e promover a região na Europa. A obra de Nery fez parte de um conjunto de produções que contribuíram para construir a ideia da região amazônica. Embora o título sugira, na verdade, uma abordagem a respeito das terras da Amazônia, a obra de Nery ainda demandará uma análise mais detalhada.

É evidente que, até o século XIX, a área às margens do rio Amazonas recebeu uma variedade de denominações, e nenhuma delas se referia a essa parte da América como Amazônia. Menções esparsas e isoladas surgiram, com alguma referência, como “bacia amazônica”. O quadro 02, a seguir, proporciona uma visualização e síntese da formação conceitual a partir das diversas nomenclaturas atribuídas ao que posteriormente seria conhecido como Amazônia:

¹¹³ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corografico sobre a Provincia do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editoria, 2014.

¹¹⁴ *Estrella do Amazonas*. *JornalCorrespondência do jornal do Commercio*. Nº 88, 4 de maio de 1854.

Quadro 02: nomes atribuídos a área geográfica às margens do rio Amazonas entre os séculos XVI e XIX.

Nome da região	Século(s)
Rio de Orellana, rio Marañón, Santa Maria do Mar Doce, Rio das Amazonas, Terra dos Caraíbas, Eldorado, Maranhão.	Século XVI
Maranhão, Pays des Amazones, Reino das Amazonas, Estado do Maranhão.	Século XVII
Rio Amazonas, terra Paraguassu; Pará, América Meridional, Gram-Pará, Estado do Grão-Pará e Maranhão; bacia amazônica.	Século XVIII
Regiões equinociais da América, Hileia, Estado do Grão-Pará e Maranhão, Província do Grão-Pará; Amazônia.	Século XIX

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

É notório que nos séculos XVI e XVII a dimensão mítica exercia significativa influência no imaginário coletivo e na nomenclatura atribuída à região. Nos séculos XVIII e XIX, ganham destaque as nomenclaturas de caráter mais oficial, relacionadas à divisão administrativa do território, tais como Pará, Estado do Maranhão e Grão-Pará, Estado do Grão-Pará e Maranhão, e Província do Grão-Pará. Paralelamente, emergem termos voltados à dimensão geográfica e científica, como Rio Amazonas, América Meridional, bacia amazônica, Regiões Equinociais da América e Hileia. Por fim, e igualmente relevante, surge a nomenclatura Amazônia, como uma expressão da busca por um reconhecimento político e regional, conforme será abordado posteriormente.

No desfecho deste capítulo, emerge uma constatação eloquente: o intrincado processo de nomeação e conceituação da Amazônia revela-se como um reflexo multifacetado da história e das percepções humanas. Desde as raízes mitológicas do mito das amazonas até um "Pays das Amazonas" como expressão territorial, traça-se uma jornada que transcende a mera demarcação geográfica.

O fluxo semântico que percorre essa narrativa denota a constante negociação entre perspectivas locais e influências externas, entre imaginação e realidade, entre poder político e anseios culturais. À medida que exploradores, cronistas, dicionaristas e pensadores moldaram os contornos linguísticos e mentais da região, um painel complexo de significados emergiu, conferindo ao "Pays das Amazonas" uma aura de encanto e mistério.

Esse capítulo lança luz sobre a evolução da nomenclatura e conceituação amazônicas, destacando como o entendimento dessa área ecoou nas esferas semântica, simbólica e geográfica. Nesse emaranhado de termos e ideias, encontramos não apenas o reflexo de um passado riquíssimo, mas também os alicerces para compreendermos o presente.

Embora o imaginário europeu e os relatos de viagem tenham contribuído para a construção de uma imagem vívida de um “Pays das Amazonas” ou de um eldorado, ao considerar o território às margens do rio Amazonas na América do Sul, é fundamental examinar a perspectiva política e administrativa que culminou na concepção espacial denominada Grão-Pará. Essa entidade territorial situava-se na vasta região norte dessa parte do continente americano. Inicialmente, é pertinente indagar o que se entendia por “Norte” e como se inseria o Grão-Pará nesse contexto na América Portuguesa, e posteriormente, no Brasil. Como se configurou esse território no período de consolidação de uma dicotomia geográfica entre o Norte e o Sul, e de que forma as complexas dinâmicas políticas entre o Grão-Pará e a nascente Nação brasileira forneceram o terreno histórico para o surgimento da noção de Amazônia? Tais indagações constituem elementos cruciais para situar de maneira mais abrangente o leitor na apreciação da construção do conceito de Amazônia ao longo do século XIX, como veremos a seguir.

3 AS CONDIÇÕES POLÍTICAS: O GRÃO-PARÁ, DE UNIDADE ADMINISTRATIVA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS À PROVÍNCIA BRASILEIRA

Dirão como dizem que a Constituição é para o sul e não para o norte. É necessário desviar essas ideias, é necessário que tenha o norte aquilo que tem o sul. [...] se houvessem conselhos Provinciais teríamos certamente todos os esclarecimentos necessários. É Pernambuco é perto, não o é, porém, o Pará, nem o Maranhão!¹¹⁵.

O discurso acima apresentado foi pronunciado pelo deputado Pernambucano Hollanda Cavalcanti, em 10 maio de 1828, na Câmara dos Deputados, no âmbito das discussões acerca da criação dos Conselhos Provinciais. A partir desta peça oratória em tela, é possível perceber o conteúdo político atribuído aos territórios¹¹⁶ que foram historicamente nomeados para dividir a compreensão espacial do Brasil, ou seja, Norte e Sul. Posteriormente, essas demarcações geográficas foram recebendo conotações políticas, como observa-se acima, de modo que os representantes políticos da Bahia ao Amazonas ao referirem-se ao Norte não tratavam apenas de um território administrativamente controlado e delimitado, mas tratavam de uma área de conotações políticas, com pesos e situações específicas que influenciavam ou não nas questões políticas maiores da nação, logo o investimento na formatação territorial, institucional, simbólica e identitária revela que estas áreas foram sendo pensadas como regiões.¹¹⁷

O discurso de Hollanda Cavalcanti demonstrava preocupação com as províncias mais distantes do Rio de Janeiro, sede do Governo, visto que seu discurso estava na órbita dos interesses das elites regionais ao exercerem o governo nestes territórios e não ficarem dependentes de atos e resoluções vindas da sede do Império, tida como longínqua, não só

¹¹⁵ BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 10 de maio de 1828, p. 42.

¹¹⁶ Entendido aqui a partir do pensamento do geógrafo Anssi Paasi, cujo entendimento é: território como manifestação de relações de poder, de modo que diferentemente de outros lugares, o território requer esforço público perpétuo para serem estabelecidos e mantidos. Logo, a compreensão só se faz completa com a derivação conceitual acerca da territorialidade, tida como uma estratégia que os seres humanos empregam para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área.

¹¹⁷ Região entendida aqui, grosso modo, para além do poder que controla um determinado lugar. A região é também manifestação do poder, mas diz respeito as formas institucionais, simbólicas e identitárias que são projetadas sobre os territórios. Para Albuquerque Júnior, “A região, para realmente existir, para não ser um mero recorte político-administrativo, uma demarcação abstrata feita pelo Estado, que ninguém reconhece ou em nome do qual ninguém fala ou age, tem que existir para e nas subjetividades de quem a reconhece, a vivência e de quem a prática ou em nome dela discursa.” ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008, p. 60.

especialmente, mas também politicamente. Chama a atenção as menções ao Pernambuco, Maranhão e o Pará, justamente as três mais fortes províncias do Norte do país, historicamente marcadas por eventos de conotações regionalistas. E, com relação ao Pará, cabe salientar que o sentimento de distância e falta de atenção do Império brasileiro foi algo que foi sendo construído historicamente na província, por razões diversas, o sentimento de Norte versus Sul foi ganhando expressão entre os paraenses, sobretudo no discurso de suas elites políticas, como veremos a partir do segundo tópico deste capítulo.

Nesse sentido, este capítulo tem o objetivo de analisar as condições políticas pelas quais a divisão binária do território brasileiro foi sendo projetada politicamente a partir das concepções de Norte e Sul e, mais especificamente, como a ambiência política do Grão-Pará na primeira metade do século XIX criou as condições para a formação inicial do regionalismo político paraense, condição indispensável para a emergência de um *status* regional e suas respectivas nomenclaturas ao longo do Segundo Reinado na área amazônica.

3.1 O Norte e o Sul do Brasil

Uma das primeiras representações da ideia de Norte como delimitação espacial em relação ao território português pode ser lida em o *Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil*, datado de 17/12/1548, ocasião em que o Rei ordenava, ao novo Governador do Brasil, o combate aos “gentios bravos” destruidores de fazendas e fazedores de danos aos cristãos na costa e no sertão do Norte¹¹⁸. Logo notam-se sinais da futura divisão administrativa que foi operada por Portugal nas Américas, oportunidade em que entre 1572 a 1578 o Governo Geral foi dividido em dois governos, um com sede em Salvador e outro no Rio de Janeiro; por outro lado, começava-se o desenho da diferenciação do território brasileiro entre Norte e Sul, visto que as ordens do rei já apontavam a atenção que o governo instalado na Bahia deveria ter com as capitanias ao Norte.

Além do que, de 1578 a 1612 ocorreu uma outra divisão administrativa no Governo Geral do Brasil, sendo um governo em Salvador e o outro na chamada Repartição Sul, com

¹¹⁸“Eu sou informado que a gente que possui a dita terra da Bahia é uma pequena parte da linhagem dos Tupinambás, e que poderá haver deles nela, de cinco até seis mil homens de peleja, os quais ocupam ao longo da costa, para a parte do Norte., até Totuapara, que são seis léguas, e pelo sertão até entrada do Peraçuu [...]”. Ver: *Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil* (Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9), Almerim, 17 dez. 1548. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/201804/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf Acesso em: 15 out. 2019.

sede no Rio de Janeiro e influenciada pela atividade mineradora na região, pois o governo do Sul também responderia pela superintendência das minas. Essa divisão durou até 1612. Uma nova divisão da administração da colônia ocorreu após a conquista de Belém do Pará (1616), desta feita o estabelecimento de dois Estados independentes ligados diretamente à Lisboa, fala-se assim dos Estados do Brasil, com sede em Salvador e o Estado do Maranhão, sediado em São Luiz, ambos datam de 1621. Duas questões merecem destaque neste ponto: primeiro que a divisão administrativa de 1621 pode ser considerada como o primeiro apontamento oficial na direção de uma diferenciação dentro da própria ideia territorial de Norte na América portuguesa, pois, configura certa divisão espacial entre as capitanias orientais, como Rio Grande, Parayba, Pernambuco e até a Bahia das capitanias mais ao Ocidente como Ceará, Maranhão e Pará.

Inicialmente os primeiros territórios a ganharem substância econômica e liderança da área Norte do Brasil foram a Bahia e Pernambuco. A Bahia tornou centro de abastecimento e comércio e, desde 1572, foi o Governo do Norte, pois a preocupação da coroa portuguesa com a administração colonial provocou a divisão da América Portuguesa em dois Governos-Gerais: o Governo do Norte e o Governo do Sul, este último sediado no Rio de Janeiro. Por ato do poder maior, o território brasileiro passava a ter duas sedes de poder, logo lideravam adjacências, localidades e outras capitanias, o que pode dar a ler que eram regiões coloniais, seguindo o pensamento de Ilmar Mattos.¹¹⁹ Sobre a repartição do governo na América Portuguesa Fleiuss aponta que:

As capitanias além de Pernambuco, cujos donatários nada tinham conseguido em prol de suas donatarias, do qual foi encarregado o [...] governador Luiz de Brito e Almeida, tendo como capital a Bahia e estendendo-se até Porto Seguro; outro ao Sul, cujas capitanias francamente prosperavam e cuja posse e ocupação exclusivamente estavam garantidas à Metrópole, a partir de Ilhéus, tende por sede o Rio de Janeiro, e por governador o dr. Antônio de Salema¹²⁰.

A carta de nomeação passada a Luís de Brito de Almeida, governador geral das capitanias do Norte já confere uma divisão ao Brasil, considerando o Norte apenas pela importância de Pernambuco e Bahia, sem mencionar nominalmente as demais capitanias, classificando as capitanias do Sul como prósperas, sob a liderança do Rio de Janeiro. A diferença regional logo começa a ser aventada pela Coroa e foi reforçada ao longo do tempo. Salvador voltou a ser a única sede do Governo Geral em 1578, o motivo da decisão pela

¹¹⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Editora Hucitec, São Paulo, 2017.

¹²⁰ FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1922. In: RIBEIRO, Mônica da Silva. *Divisão governativa do Estado do Brasil e a Repartição do Sul*. 12 Encontro Regional de História - Anpuh-Rio, 14 a 18 de agosto de 2006.

Coroa foi o medo dos conflitos entre as duas partes da América Portuguesa, visto o possível prejuízo para o poder sobre o território¹²¹. A ideia sobre duas áreas geograficamente distintas na América Portuguesa já aparecia em referências ao século XVII:

Ao findar este período de conquista que se estendeu entre o final do século XVI e princípios do século XVII, o mapa do Brasil podia ser assim descrito: “Esta a Bahia em altura de 13 graos e meyo entre a linha e tropico Austral. He cabeça de todo o Estado do Brasil; e he este na compostura a modo de hu gigante grande. O braço esquerdo lhe vão formando as capitánias de Sergipe, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Seará, Maranhã, Gram Para. O braço direito lhe formão as capitánias dos Ilheos, Porto Seguro, Espirito Sancto, Rio de Janeiro, São Vicente”¹²².

Antes, no século XVI, os holandeses foram desconsiderados no comércio do açúcar entre o Brasil e a Europa, pois, com a união das Coroas de Portugal e Espanha, os holandeses e espanhóis estavam em guerra na Europa, visto a busca de autonomia dos primeiros, mediante a República das Províncias Unidas, em relação aos espanhóis. Os holandeses resolveram tomar posse da produção, da venda e da distribuição. Nesse sentido, depois de investidas sobre a Bahia, os holandeses conquistaram Pernambuco e posteriormente outras capitánias do Norte, como Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte e depois o Ceará. Nestes tempos, já era conhecida a divisão entre o Norte e o Sul das terras do Brasil, como se pode observar nas palavras do escritor e historiador holandês Gaspar Barléu, que escreveu sobre os feitos do Conde João Maurício de Nassau, durante os oitos anos de governança holandesa sobre o Pernambuco e capitánias anexas, relatando que “Há muito a ciência dos geógrafos dividiu o Brasil em capitánias do norte e do sul. A divisão recente é, porém, a que o distingue em Brasil Espanhol e Brasil Holandês. A primeira dessas divisões é a natural; e segunda é feita pela força e valor dos homens [...]”¹²³. A recente conquista como fruto da guerra, realizada pelos homens, resultado da investida holandesa sobre terras americanas.

Pernambuco tornou-se outro território de importância inicialmente a partir da América Portuguesa, haja vista que além da expressiva produção açucareira, exercia inicialmente significativa influência no território entre o atual estado de Alagoas até o Ceará, dada a

¹²¹ RIBEIRO, Mônica da Silva. *Divisão governativa do Estado do Brasil e a Repartição do Sul*. 12, Encontro Regional de História - Anpuh-Rio, 2006.

¹²² Biblioteca Nacional de Lisboa / Reservados – Cód. 475 - 1 vol. fl. 15v. Geographia historica do Brasil, África, Ásia, Portugal, etc. s.d. [Letra do século XVIII]. In: FILHA, Maria Berthilde Moura. O livro que dá “Reção do Estado do Brasil” e o povoamento do território brasileiro nos séculos XVI e XVII. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio*. Porto, 2003 I Série vol. 2, pp. 591-613 p. 600-601.

¹²³ BARLEU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. p. 26

movimentação comercial do seu porto que funcionava como vetor das importações e exportações naquela área. Pernambuco alargaria sua influência no Norte a partir das jurisdições de poder e de formação eclesiástica e de saber. Na primeira metade do século XVIII, com a criação de vilas na capitania do Ceará, a subordinação do Rio Grande (Norte), em 1701, e a tentativa de controle da violência latente nos sertões, além da cobrança de impostos da Alfândega da Paraíba num único contrato gerido pela Provedoria de Pernambuco (1723), remodelaram a dinâmica territorial e fortaleceram o governo pernambucano frente às demais capitanias¹²⁴. Conforme Mello, “acossado a norte pela concorrência de São Luís, mas, sobretudo a sul e oeste pela de Salvador, o Recife compensou-se pelos portos do sertão, isto é, pelas ribeiras a oeste da baía de Touros no Rio Grande do Norte”¹²⁵. Além do mais, outro aspecto importante para formação do chamado “Leão do Norte” (Pernambuco) foi a criação da Diocese de Olinda, em 1676, com abrangência do Ceará até próximo às Minas Gerais.

Uma marca da formação geográfica desde os tempos da América Portuguesa foi o binarismo do território, constando assim do Norte e do Sul. Esse binarismo prevaleceu para efeito de compreensão e trato político do território até as décadas iniciais do século XX. Logo, além do Norte constituído por três pontos de convergência, a saber: Bahia, Pernambuco e Grão-Pará. Acerca da formação da diferenciação geográfica, é preciso mencionar que o Sul viria a se tornar uma poderosa área na geografia regional do Brasil, tornando-se competidor com o Norte e posteriormente forjando certa superioridade sobre os demais territórios brasileiros: econômica, por meio da produção mineradora e cafeeira; política desde a transferência do governo da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763 e, posteriormente, por ter se tornado a sede da Coroa portuguesa, bem como do Império do Brasil e com a proclamação da República pelas elites paulistas; social e cultural por ter sido sede de uma “sociedade de Corte”, montando uma rede de instituições científicas¹²⁶ e ter-se alto construído como território da civilidade, recepcionada da Europa, frente aos territórios interiores, sertanejos e indígenas do Brasil.

O Sul passou a ser formatado ainda nos tempos das principais capitanias que possuíam engenho de açúcar, a exemplo de São Tomé, Rio de Janeiro e São Vicente. A cultura do

¹²⁴ JÚNIOR, José Inaldo Chaves. Reforma dos territórios e das jurisdições nas capitanias do Norte do Estado do Brasil: As atuações do capitão-general Luís Diogo Lobo da Silva e do “juiz de fora” Miguel Carlos de Pina Castelo Branco na aplicação do Diretório dos índios (1757-1764). *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 93-120, 2018, p. 117.

¹²⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *A Ferida de Narciso*: Ensaio de história regional. São Paulo: Editora Senac-SP, 2001, p. 53-54.

¹²⁶ Academia Imperial de Medicina, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, entre outros.

açúcar foi sendo trabalhada na região da Baixada Fluminense, pautada na empresa mercantil luso da monocultura do açúcar e da escravidão que requeria, por demanda, a atividade pastoril. Das três capitanias, Rio de Janeiro e São Vicente (São Paulo), posteriormente Minas Gerais foram as capitanias do Sul que cresceram consideravelmente, visto que a capitania de São Tomé – que chegou a ser denominada de Paraíba do Sul – compreendia um território entre os atuais estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, após conflitos e abandono foi incorporada ao Rio de Janeiro. Uma das áreas mais promissoras do Sul foi o chamado Vale do Paraíba, por ter sido o espaço de junção das correntes colonizadoras das três principais capitanias, pois essas correntes advindas de São Vicente, Sul de Minas e Rio de Janeiro se encontraram neste território que viria a ser um importante centro produtor de café.

Na configuração da região, o Rio de Janeiro liderava a produção do açúcar, Minas Gerais se consolidava como polo minerador e São Vicente se materializava como uma zona de contato entre as capitanias operando uma intermediação comercial e, posteriormente, tornou-se espaço de uma importante lavoura¹²⁷. Com a atividade mineradora e a produção do açúcar, o Sul do Brasil entrava no páreo da economia da colônia em relação ao Norte açucareiro representado pela Bahia e Pernambuco. Conforme Ferlini, apoiando-se nos estudos de Caio Prado Junior e José Jobson de Arruda, respectivamente, em fins do século XVIII, o porto do Rio de Janeiro já era o maior exportador de Açúcar da colônia e, a partir do século XIX, a produção de açúcar do Rio Janeiro começara a crescer em detrimento das produções de Bahia e Pernambuco. Neste ponto, deve-se atentar para os interesses portugueses no Sul, visto que “ratificou-se um projeto de sociedade pensado pela metrópole, num processo de interiorização da dominação que se identifica com a constituição de um centro de poder no Centro-Sul, desde meados do século XVIII”¹²⁸.

Além disso, deve-se considerar a atividade mineradora no Sul (Minas Gerais) que transformou o porto do Rio de Janeiro em um dos maiores no tráfico de escravos e incentivou o plantio de cana com vistas à produção de aguardente para troca na compra de escravos¹²⁹. Tal situação é evidenciada por Caio Prado Junior, ao dizer que:

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). [...] De um modo geral, é todo este setor centro-sul que, graças em grande parte à mineração, toma o primeiro lugar entre as diferentes regiões do país; para conservá-

¹²⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit, 2017.

¹²⁸ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 64.

¹²⁹ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Op. Cit. 2010.

lo até hoje. A necessidade de abastecer a população, concentrada nas minas e na nova capital, estimulará as atividades econômicas num largo raio geográfico que atingirá não somente as capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro propriamente, mas também São Paulo¹³⁰.

Para Caio Prado, foi a mineração a pedra de toque para o posicionamento superior do Sul do país sobre as demais regiões brasileiras. Apesar das Minas terem se tornado tão decisivas, a centralidade da região à época recaía ao Rio de Janeiro, sobretudo pelas condições elencadas por Bicalho a partir de documentação colonial que considerava a cidade, em tempos iniciais do século XVIII, como a “[...] *cabeça* e *locus* articulador do território centro-sul da América e do espaço territorial do Atlântico, em decorrência do tráfico negreiro, dos incessantes conflitos de delimitação das fronteiras luso-espanholas e da importância assumida pela região mineradora”¹³¹. Um governador do Rio de Janeiro, às vésperas da transferência da sede do Governo colonial para a cidade, dizia que aquela cidade era o empório do Brasil e que além de conter a maioria das forças militares do Brasil e que “aqui entram, saem, e se manejam milhões [...] e a parte mais própria para dar socorros ao Norte ou ao Sul é sem questão este porto”¹³². No jogo político e econômico provincial e imperial, o Rio de Janeiro, especialmente a Corte, exercia aquilo que Luiz Felipe de Alencastro denominou de “hegemonia fluminense”, pois:

Entre a diversidade regional esboçada nas diferentes partes da Colônia desde o Seiscentos e a influência estrangeira continuamente manifestada após a abertura dos portos em 1808, o Rio de Janeiro funciona como uma grande eclusa, recanalizando os fluxos externos e acomodando os regionalismos num quadro mais amplo, pela primeira vez verdadeiramente nacional¹³³.

Alencastro ainda aponta que a cidade do Rio de Janeiro concentrava, até 1849, a maior população escrava em área urbana do mundo, além de ser uma cidade de forte presença de atividades comerciais, sendo a taxa e impostos destas atividades algo de denotada importância, pois superava, em 1858, a renda municipal do conjunto de cidades de todas as vinte províncias do Império. Para esse historiador, a cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, constituía o ponto de redistribuição da economia nacional. Para a compreensão da

¹³⁰ JUNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. 26ª edição. [S.l.]: Editora Brasiliense, p. 44.

¹³¹ BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no Século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. 1, p. 1-20, 2006. p. 01.

¹³² *Ibidem*, p. 15.

¹³³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império: a Corte e a modernidade nacional*. 1ª. Ed. – São Paulo: Companhia de Bolso, 2019, p. 22.

capitalidade alcançada pela cidade e sua força econômica e política, é importante considerar os acontecimentos ocorridos a partir de 1808 e de 1822 com o processo de independência do Brasil, pois não foi trivial que a principal economia da região Sul tivesse ganhado força justamente a partir dos tempos de independência, visto que foi justamente entre 1822 e 1840 que as exportações de café aumentaram cinco vezes, superando as exportações de açúcar. Segundo Richard Graham, esse cenário do café foi decisivo para o aumento do peso político do Rio de Janeiro, pois era a província que produzia quase todo o café brasileiro.¹³⁴

O processo de independência do Brasil a partir do Rio de Janeiro ocorreu mediante uma longa história de negociações e articulações. Os debates dos trabalhos da Primeira Assembleia Constituinte de 1823 já reverberavam três aspectos que importam para essa discussão: primeiro, a geografia regional brasileira aparecia como Norte e Sul como regiões físicas, naturais e até econômicas, sem serem discutidas por vias socioculturais ou politicamente diferenciadas, ponto pelo qual a Assembleia travou um intenso debate acerca do território brasileiro e seus limites.

Neste debate, o deputado constituinte Antônio Luís Pereira da Cunha, incomodado com certa imprecisão acerca dos limites brasileiros, enfatizava que “os dois grandes rios Amazonas e Prata tem constantemente servido de balizas naturais ao Brasil, e são com razão os limites que ao norte e ao sul lhes tem assinalado os geógrafos e historiadores”¹³⁵. Pereira da Cunha discordava da proposição segundo a qual, ao norte, o limite brasileiro coincidia com o rio Oyapock; segundo ele, face às divergências entre o Brasil e a França no território da Guiana tornava-se arriscado manter tal delimitação, bem como a utilização do espaço Cisplatino, dada a disputa do território na região do Prata com os argentinos, preferindo que a demarcação fosse feita pelo território de províncias, dizendo: “pelo que me parece mais político que esta se faça pela enumeração das províncias do Brasil, principiando pela Rio Negro ao norte e finalizando pela de São Pedro, no Rio Grande, no Sul”¹³⁶.

Os princípios de organização da administração e da estruturação de áreas como educação à época eram deliberados a partir da geografia Norte e Sul, como se pode observar nas discussões acerca da constituição de instituições de formação ao nível superior no Brasil, pois a Assembleia Constituinte, em 5 de setembro de 1823, passou a discutir um projeto de

¹³⁴ GRAHAM, Richard. 1997. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

¹³⁵ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte. Parlamento Brasileiro. Sessão de 17 de setembro de 1823, p. 146. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp. Acesso em: 22 de maio de 2019.

¹³⁶ Idem.

fundação de duas universidades no Brasil, sendo uma para o Sul, em São Paulo, e outra para o Norte, na cidade de Olinda, voltadas para o ensino de ciências e belas letras. O debate já foi incrementado por certa dose de regionalismo, visto que antes foram criadas instituições educacionais apenas na Corte e nenhuma das demais províncias teve o privilégio. Falava-se, assim, da criação da Real Academia dos Guardas-Marinhas (1808), Academia Real Militar (1810), Escola de Medicina (1813) e a Academia de Belas-Artes (1820), todas no Rio de Janeiro e uma Escola de Medicina da Bahia, em 1815. Sendo à época, assim, atendidas a antiga e a atual capital do país.

Posto o projeto, um ponto de divergência na divisão Norte e Sul foi aberto: contemplar o centro do país com uma universidade. Não se tinha uma clara definição de uma região central, mas de uma província central no território brasileiro, a saber: Minas Gerais. O deputado pelo Rio de Janeiro, Luís José de Carvalho e Mello, ao debater o projeto dizia que se bradava no país a demanda por uma universidade central para os alunos do interior do Império. Logo após Luís José de Carvalho e Mello, o deputado mineiro Antônio Gonçalves Gomide apresentou emenda ao projeto para a criação de uma universidade na província de Minas Gerais. Logo, a adição pressupunha uma universidade central para Minas Gerais e Goiás, uma universidade no Sul para as províncias de São Paulo, Rio Grande, Cisplatina e Mato Grosso, e uma universidade no Norte para Pernambuco, Bahia e Maranhão. As disputas por uma universidade acaloraram os debates e cada deputado defendia sua província ou se coligava a interesses regionais. A proposta mineira foi acompanhada pelo deputado baiano Francisco Jê Acaiaba Montezuma, que propôs uma universidade em Minas Gerais e outra na Bahia, justificando que a Bahia estava situada no meio da costa do Brasil¹³⁷.

O deputado pernambucano, Venâncio Henriques de Rezende, em defesa da criação de uma universidade para Olinda, tratou de argumentar em favor da escolha de Olinda e não de outras capitais e cidades do Norte:

Falarei só de Olinda, visto que os senhores têm falado na Bahia, outros na Paraíba, Maranhão, etc. É sem sum dúvida que a cidade de Olinda é da pare do Norte o ponto mais apropriado, o local é muito pelo contrário do que diz um nobre deputado; é o mais sadio que se pode desejar, e é o centro desta parte do norte: é talvez o ponto mais aprazível de todo o Brasil, se não de toda a América [...] ¹³⁸.

¹³⁷ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte. Parlamento Brasileiro. Sessão de 5 de setembro de 1823, p. 42. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp. Acesso em: 22 maio 2019.

¹³⁸ Ibidem, p. 44.

Passados os trabalhos constituintes, prevaleceu a divisão Norte e Sul para a criação de universidades a partir das faculdades de Direito de São Paulo (1827) e Olinda (1828)¹³⁹. Somente em 1839 Minas Gerais foi contemplada com a Escola de Farmácia de Ouro Preto. Ainda acerca da estruturação de centros de formação educacional superior no Brasil, nota-se que o Norte foi considerado pelo Governo imperial naquilo que diz respeito à importância política e econômica das chamadas grandes províncias, como Bahia e Pernambuco, pois o Pará e o Maranhão ficaram de fora das “benesses” do Governo Imperial, mesmo sendo consideradas como províncias populosas, como é possível ressaltar a partir do texto da “Constituição Política do Império do Brasil”, de 1824, que ao tratar dos “Conselhos Geraes de Província” regia que “cada um dos Conselhos Geraes constará de vinte e um Membros nas Províncias mais populosas, como sejam Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Geraes, S. Paulo, e Rio Grande do Sul; e nas outras de treze Membros”¹⁴⁰.

Um segundo aspecto que os trabalhos da Primeira Assembleia Constituinte de 1823 revela é justamente que nestes tempos a área que veio a ser conceituada como Amazônia não era assim denominada, as referências espaciais para a região a localizava entre rios, a partir de um ponto de relevo, ainda por Pará e Rio Negro ou Amazonas. Um deputado participando da discussão sobre limites, ao lado de Pereira da Cunha, denominado nas fontes como Sr. Câmara, tentando defender a ideia de limites ao Norte relativamente definidos, apontava que as pretensões da França se situavam na área do denominado Cabo Norte, situado entre o Oyapock e o Amazonas. Nos anais da referida Constituinte, seguem referências ao Pará, Rio Negro, Amazonas, sem aparecer a palavra Amazônia. Terceiro, vale a pena perceber, nestas querelas parlamentares, que o rio Amazonas já era visto como importante para a defesa das fronteiras brasileiras e havia um receio acerca das nações estrangeiras naquela área, bem como o risco de se deixar esta parte do país sem uma presença efetiva do domínio brasileiro, o que poderia levar “a males no futuro”, leia-se possivelmente a formação de uma federação a

¹³⁹ O Pará e Maranhão praticamente só viriam a ser contemplados com instituições educacionais em 1830, quando na sessão de 26 de junho, deste mesmo ano, a Câmara dos Deputados aprovava a criação de duas escolas de práticos da costa do Brasil: a primeira sediada em Santa Maria de Belém do Grão-Pará, compreendendo as costas do Ceará, Maranhão até o rio Amazonas; a segunda escola sediada no Rio Grande do Sul. Nota-se mais uma vez a forma como se legislava e administrava o Brasil dividido em Norte e Sul. Brasil. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Sessão 26 de junho de 1830.

¹⁴⁰ BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil* (de 25 de março de 1824), disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 21 de maio de 2019.

parte ou o risco de um total domínio português, já que as discussões sobre federação e unidade estavam postas naquele momento¹⁴¹.

Nos debates dessa época, o Deputado Joaquim Carneiro da Cunha, representando a Paraíba do Norte, deixou entrever, em seu discurso, sua posição a favor de uma maior autonomia às províncias mediante à conciliação entre uma monarquia e uma federação. Carneiro da Cunha enfatizava que não se poderia discutir o caso brasileiro tomando de empréstimo cenários de outros Estados, argumentando que o país era imenso e que, diante da grandeza das províncias, que se tornariam potências progressivamente, logo estas não poderiam fugir das vistas do Império, dado o risco de “males futuros”, a exemplo das Províncias do Maranhão e do Pará que abrangiam, à época, o Rio Negro:

E por isto talvez, que o honrado membro se lembrasse de uma federação, que, em nada se opondo ao sistema adotado fosse o vínculo mais forte da união eterna das províncias com o todo do império; atendamos às três províncias do Rio Negro, Pará e Maranhão, que ficando tão destacadas, e em uma longitude imensa, como poderão sem grandes inconvenientes recorrer sempre ao Rio de Janeiro?¹⁴².

É importante lembrar que, embora o parlamentar tenha falado em província do Rio Negro, somente em 1852 oficialmente foi atribuído o *status* de província mediante a denominação Amazonas. Ainda cabe ilustrar, no discurso de Carneiro da Cunha, o indício inicial do que anos depois o federalismo estaria presente como artifício ideológico nos eventos conflituos do período regencial e nas teses separatistas do Segundo Reinado, pois se nota uma insinuação de risco em relação à região que estava ainda em processo de adesão à independência, os debates sobre a integração do Pará, Maranhão e Rio Negro ao Brasil eram constantes na Assembleia Constituinte e acabaram sendo incluídas como brasileiras e permanecendo, mesmo com a dissolução da Constituinte de 1823 e uma nova Constituição de 1824¹⁴³.

¹⁴¹ Para um maior conhecimento sobre o assunto, ver: MARCOS, Gregório, Vitor. *Dividindo as províncias do império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro* (1826-1854). Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2010.

¹⁴² BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte. Parlamento Brasileiro. Sessão de 17 de setembro de 1823, p. 153. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp. Acesso em: 22 de maio de 2019.

¹⁴³ MARCOS, Gregório, Vitor. Op. Cit. 2010.

3.2 O Grão-Pará: de Unidade Administrativa do Estado português à Província brasileira

O objetivo principal deste tópico é historicizar aspectos pertinentes à formação do Grão-Pará, visando compreender a história do recorte regional anterior à Amazônia a partir dos aspectos que evidenciam a constituição de uma área diferenciada do restante do Brasil, inclusive que aderiu à independência brasileira tardiamente.

É importante, para a compreensão deste trabalho, estabelecermos o próprio conceito de Grão-Pará, haja vista que nem sempre a compreensão conceitual a partir desse termo está bem delimitada em função das várias utilizações do termo, conforme cada regime de historicidade do território que denomina, como Capitania do Grão-Pará, Estado do Maranhão e Grão-Pará, Estado do Grão-Pará e Maranhão e depois a alternância entre Província do Pará ou do Grão-Pará e Rio Negro no momento após a independência do Brasil. Seguimos nesse estudo a compreensão do geógrafo Eidorfe Moreira segundo o qual praticamente até a criação da Província do Amazonas em meados do século XIX essa área do país foi nomeada de Grão-Pará, uma designação que exprimia uma unidade político-geográfica no passado antes do conceito de Amazônia¹⁴⁴. Assim, por mais que existisse a Comarca do Alto Amazonas e certa referência no Parlamento à Província do Pará, trabalharemos com a noção de Grão-Pará para nos referirmos a esta parte do Brasil antes de 1850.

Antônio Ladislau Monteiro Baena¹⁴⁵, português radicado no Pará descreveu, cronologicamente em sua obra *Compêndio das Eras da Província do Pará* (1838), a conquista e a formação do território político em torno do Grão-Pará desde 1615. Baena elenca que tropas lançaram o cimento da futura cidade de Belém, construindo uma matriz sob a proteção de Nossa Senhora e “julgando que as ribeiras do escolhido assento são lavadas pelas correntes do Amazonas atribui-lhes o nome de Gram-Pará, com que os índios apelidaram o augusto rio, e que val [sic] o mesmo pai das águas”. Após o Maranhão, as tropas advindas de Pernambuco conquistaram a foz do rio Amazonas, logo se pressupunha o domínio da vasta região, ponto

¹⁴⁴ MOREIRA, Eidorfe. *Amazônia: O conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), 1960.

¹⁴⁵ Cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz, moço fidalgo da Casa Imperial, sargento-mor de artilharia, antigo professor da aula militar da sobredita província e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

pelo qual ocorre a fundação de Santa Maria de Belém, em 1616, por essas mesmas tropas, inclusive com a construção de um forte: Forte do Presépio¹⁴⁶.

Monteiro Baena ainda narra duas situações que dão a ler as mudanças territoriais e políticas nessa porção nortista, dos quais seus desdobramentos evidenciariam questões que convergem para aventar a formação de outro Norte se diferenciando do Norte agrário sob a influência da Bahia e Pernambuco. Primeiro, informa que, a partir do decreto de 13 de junho de 1621, estavam separadas do Brasil as conquistas do Ceará, Maranhão e Grão-Pará. Era o início do Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís. Neste ponto, abre-se um parêntese para tratar especificamente do Estado do Maranhão e Grão-Pará, contando com a leitura de Carlos Studart que evidencia as relações de força em torno do citado território, quando, em 1646, mediante pressões dos grupos do Grão-Pará, a Coroa começava um trabalho de desintegração do Estado nortista com vistas a dirimir rivalidades na região, tendo sido extinto em 1652 e integrado ao Brasil. O Estado do Maranhão e do Grão-Pará foi recomposto em 1654 e reintegrados à Metrópole, dada a constatação das dificuldades de navegação e locomoção pelo litoral entre o Ceará, Maranhão e Grão-Pará e centros importantes do Norte oriental, como Pernambuco e Bahia, quando os ventos constantes e correntezas de águas dificultavam as viagens marítimas, além dos conflitos com indígenas que criavam problemas para o trânsito por terra, como assinalou em determinado momento o Padre Antônio Vieira¹⁴⁷.

Além disso, o Grão-Pará possuiu toda uma presença histórica de ordens religiosas que estiveram na região por bastante tempo, especialmente imbuídas da catequização indígena, principalmente no século XVII. O projeto de expansão portuguesa no além-mar passou a ser resumido no lema “Dilatar a fé e o Império”, a pretensão colonizadora portuguesa no Norte do Brasil foi instrumentalizada e desenvolvida pela Igreja, em grade medida, através de um cristianismo missionário. Para Hoornaert, a intenção dos portugueses era alargar, pelo norte, as fronteiras da América Portuguesa até os andes, oportunidade em que tal operação seria realizada por missionários mediante uma ocupação linguístico-cultural, uma alusão à extensão da América Portuguesa a partir da presença da língua lusitana¹⁴⁸.

¹⁴⁶ MORAES, Antonio Carlos Robert de. Bases da formação territorial do Brasil. *Geografares*, Vitória, no 2, jun. 2001.

¹⁴⁷ FILHO, Carlos Studart. *Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará* (com breve estudo sobre a origem e evolução das capitânicas feudais do Norte e Meio Norte). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército 1859. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1952/1952-FundamentosGeograficosHistoricosMaranhao.pdf> Acesso em: 09 ago. 2019.

¹⁴⁸ HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

O projeto português voltado para dilatar a fronteira norte precisou operar um processo de territorialização da região a partir da fortificação e administração de postos-chave do território em tela, pois encontrou obstáculos a partir da presença de holandeses e franceses em sua proximidade, para tanto, buscou ocupar os lugares estratégicos a partir da dominação de sociedades indígenas utilizando a aliança missionária junto aos índios para soerguer fortificações e tentar garantir a posse do território, a iniciar pela ilha de Joanes ou Marajó, com a atuação de jesuítas e franciscanos. Foram construídas outras fortificações: no Cabo Norte, nas proximidades de Caiena, através da fortificação de Macapá e os aldeamentos protegiam uma das margens do rio Amazonas¹⁴⁹. Ao longo do período colonial, a região Norte às margens do rio Amazonas da América Portuguesa estava territorializada a partir das três capitanias reais (Pará, Maranhão e Piauí), além das capitanias de donatários (Cumá, Joanes, Caeté, Gurupá, Cabo Norte, Cametá, Rio Negro e Gurupi), de modo que sobre o comando inicialmente de jesuítas e posteriormente de outras ordens religiosas, várias nações indígenas foram “pacificadas”, o que implica dizer, aldeadas e utilizadas como mão de obra para o Império Português na América.

É importante considerar que, em meados do século XVIII, o Grão-Pará passou por modificações no campo econômico e geopolítico, especialmente devido a duas situações: a primeira refere-se ao decreto de 12 de junho de 1748 que permitiu a circulação de dinheiro em forma de moedas de ouro, prata e cobre na praça de Belém, com pesos e valores de acordo com o sistema de moedas do Brasil, pois antes a moeda estava lastreada em novelos de algodão e outros gêneros.¹⁵⁰

No campo geopolítico, nota-se que – no governo do primeiro-ministro português Marquês de Pombal, entre 1750 e 1777, por ocasião do reinado de José I, em Portugal – ocorreu a transferência da sede do poder de São Luís para Belém, o que significou uma série de investimentos em infraestrutura que levaram Belém a se tornar uma espécie de “cabeça da região”. Embora tenha ocorrido a transferência da capital da América portuguesa da Bahia

¹⁴⁹ A situação geopolítica de possível efetivação da presença francesa em Caiena, uma área de domínio colonial, foi um dos pontuais momentos de ação do governo. A Coroa Portuguesa decidiu dominar a região e para isso contou com a governança do Grão-Pará e estrutura militar inglesa para instituir domínio nesse espaço. Caiena era também importante para a elite comercial do Pará pelo mercado consumidor e também por ser um espaço com produtos que eram comercializados no cenário internacional, como o algodão, Táfia (aguardente), Girofle (cravo da Índia), cacau, urucu e café, dos quais eram extraídos impostos, conforme normatizações importadas pela administração da conquista, em nome da Alteza Real (COSTA, João Severiano Marciel. *Ordenança de impostos sobre gêneros em Cayena*. Desembargador agravista da casa de simplificação, 17 de fevereiro de 1810 – impressos raros, Arquivo Palma Muniz, IHGP).

¹⁵⁰ SOUZA, Francisco Bernadino de. *Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas*. Pará: Typ. do Futuro, 1873. p. 53

para um lugar mais ao Sul (Rio de Janeiro em 1763), o Norte do Brasil passou a ter certa atenção do governo português, visto aventar-se que o Marquês de Pombal acreditava que a capital do governo da Metrópole portuguesa deveria situar-se no Vale do Amazonas, com sede em Belém do Pará, segundo aponta Augusto Fausto de Souza¹⁵¹.

No século XVIII, os principais centros populacionais do Vale do Amazonas eram o Pará, com 61.212 habitantes e Rio Negro com 15.480 habitantes¹⁵². Nestes tempos, segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, ideias revolucionárias francesas pairavam por Belém, não só pela vizinhança da Guiana, mas por Belém ter hospedado colonos franceses fugidos da Revolução Francesa, a exemplo de Jacques Sahut e Renée Grenovillier.¹⁵³ Benedito Nunes e Aldrin Figueiredo se reportam à segunda metade do século XVIII como uma época de *luzes e sombras do iluminismo paraense*, quando apresentam algumas “frestas” de entradas das ideias francesas e iluministas no Grão-Pará.¹⁵⁴

Os ventos iluministas teriam também chegado ao Pará através da administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1751-1777) e a administração no extremo Norte do Brasil de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como citado acima. A administração de Sebastião José de Carvalho e Melo ficou marcada por reformas realizadas no sentido de retirar o Reino Português de certo atraso econômico e cultural, traduzido pela permanência de uma estrutura agrária e semifeudal, estruturado por uma nobreza fundiária e do clero, além de uma burguesia de pouca expressão política, uma sociedade com tons colonialistas e tradicionalista.¹⁵⁵ Pombal imbuído de alçar Portugal à altura dos tempos da modernidade, efetuou reformas educacionais, como a reestruturação acadêmica. No âmbito da legislação indígena das terras do Grão-Pará e Maranhão, Pombal instituiu a lei de 6 de junho de 1755 que abolia a escravidão indígena. Tal medida visava ao projeto de colonização pombalino para o Norte brasileiro, visto sua intenção de transformar o indígena em colono, logo sua medida entrou em choque com as ordens religiosas, pois decretava o fim do poder

¹⁵¹ SOUZA, Augusto Fausto de. *Estudo sobre a redivisão territorial do Brasil*. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.p. 60.

¹⁵² REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e sua Integração ao Império Nascente. Separata da *Revista de Cultura do Estado do Pará*, Ano 2 – Nº 6 e 7 - jan/jun. de 1972, p. 8.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Segundo os autores, as notícias revolucionárias da França circulavam no Grão-Pará primeiramente entre pessoas comuns, especialmente escravos que, em contato pelas “bocas miúdas”, conseguiam saber de tais notícias primeiras do que várias autoridades. Estes aspectos apenas indicam mais alguns elementos que, somados a vários outros, transformaram o Grão-Pará na primeira metade século XIX em um espaço complexo de disputas políticas e resistências populares. Ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; NUNES, Benedito. *Luzes e sombras do Iluminismo paraense*. In: BEZERRA NETO, José Maria; GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). Terra Matura. *Historiografia & História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

¹⁵⁵ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. O Projeto Pombalino para a Amazônia e a “doutrina do Índio-cidadão”. In: ALVES FILHO, Armando, Et. Al. *Pontos de História da Amazônia*. 3. Ed. Belém: PakaTatu, 2001.

temporal destas ordens sobre índios e aldeias, é neste momento que ocorre a chamada expulsão dos jesuítas do Grão-Pará. O projeto pombalino de civilização indígena para a região seria completado, nesse ponto, com a criação do Diretório dos Índios, efetivando a laicização da direção indígena, pois cada povoação passava a ser comandada por um diretor, o que, para Souza Júnior piorou a vida das populações indígenas, na medida em que ficaram à mercê de colonos e do despreparo dos diretores.¹⁵⁶

Neste contexto, o Norte também passava a ser considerado como importante para a integração do comércio atlântico português, visto que foram criadas duas companhias de comércio monopolistas: as companhias do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia de Pernambuco. Logo os comerciantes do Pará vivenciavam uma situação de valorização junto ao governo português, visto que a transferência da sede do poder na região criava uma ambiência de alavanque da praça paraense. As elites portuguesas no Pará acumularam fortes poderes a ponto de solicitarem, de Lisboa, a criação de um Vice-Reinado para a região do Grão-Pará quando se debatiam com brasileiros acerca da adesão à independência do Brasil ou permanência com vínculo direto com Portugal¹⁵⁷. A ideia era fundar um novo Vice-Reinado para tornar o Grão-Pará uma unidade política autônoma, visto que se observa que D. Pedro I já comandava um Império no Sul.

Segundo, Monteiro Baena informa que, a partir de 1751, foi criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão, desta feita, sediado em Belém e subordinado direto à Europa, a partir daí o décimo nono governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recebeu ordens, mediante um despacho de 30 de abril de 1753, para as conferências de demarcação dos limites da fronteira do Rio Negro. Nestes termos, iniciava-se a divisão das capitanias do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, seguindo-se o decreto de 11 de julho de 1757 que mandava criar a Capitania do Alto Amazonas com governador “particular subalterno do Governador e Capitão General do Pará¹⁵⁸. O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em 1772, quando praticamente formaram-se dois Estados à parte, Grão-Pará e a Capitania de São José do Rio Negro e, o outro Estado, formado pelo Estado do Maranhão e Piauí.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Informação fornecida pelo historiador Arthur Cezar Ferreira Reis na Conferência proferida em sessão solene efetuada no Teatro da Paz a 15 de agosto de 1973, data comemorativa do Sesquicentenário da adesão do Pará à independência, com o título “O Pará na adesão da independência”, In: Coletânea de textos, arquivo pessoal Clóvis Meira.

¹⁵⁸ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Universidade Federal do Pará, Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará: Belém, [S.n.], 1969, p. 61-69.

É importante salientar que a criação dos Estados do Maranhão e Grão-Pará, Grão-Pará e Maranhão e depois Grão-Pará e Capitania de São José do Rio Negro demonstram fortemente o ato de constituição do território, como já citado, pois estamos diante de “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”¹⁵⁹. Nesse texto, embora a entidade estatal seja protagonista no caso em tela, não estamos pensando o território somente como Estado, mas as ações e práticas do poder, seja do Estado ou outros atores em realizar um programa a partir do espaço. Para o geógrafo suíço Claude Raffestin, “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”¹⁶⁰. Para outro autor, Michel Foucault, território é “uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”, neste caso, o poder da Coroa Portuguesa à época¹⁶¹. Assim, o Extremo-Norte passava, à época, por um processo de territorialização.

O Grão-Pará se formava separado do Brasil, constituído por populações nativas, com a presença de missionários, portugueses e com relações comerciais com franceses, ingleses e até holandeses, ganhando expressão em fins do século XVII com a praça comercial de Belém, quando o porto da cidade era um entreposto com diversos circuitos comerciais interligados com o exterior e o interior do Brasil, a exemplo do Mato Grosso, Goiás e Maranhão¹⁶². Em *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, outra obra clássica de Baena, escrita em 1833, podemos aferir as relações comerciais da Praça de Belém com o exterior no século XVIII a partir dos portos que davam “sacas aos expressados gêneros” paraenses, como Lisboa, Gilbratar, Salém, Nantes, Liverpool, Londres, New York, Alexandria e Barbados. Ainda é possível verificar que, no Brasil, mantinham-se relações comerciais com os portos de Cayena, Maranhão, Ceará e Pernambuco¹⁶³.

Diferentemente do que foi discutido por muito tempo pela historiografia, embora proporcionalmente inferior ao quadro econômico de outras partes da América Portuguesa, o Pará passava a angariar lugar no comércio internacional e a segunda metade do século XVIII antecipa um quadro de uma economia que dava passos para ir além da ideia de país das

¹⁵⁹ SOUZA, Marcelo Lopes de. *Op. Cit.* 2018, p. 78.

¹⁶⁰ RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 144.

¹⁶¹ FOUCAULT, Michel. Sobre Geografia. In: *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

¹⁶² LOPES, Siméia de Nazaré. A praça comercial de Belém: negociantes e circuitos mercantis (1790 – 1808). In: *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior*. 1ª. ed. Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

¹⁶³ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

canelas ou da simplificada economia das drogas do sertão. Além dos portos, os produtos exportados pelo porto do Pará, por exemplo, já revelavam uma economia agrícola com certa diversificação e com produção que pudesse ser exportada, como o arroz, o cacau, o café e o algodão, conforme nos informa Manuel Barata ao registrar significativa exportação e importação junto a Portugal. O arroz, inclusive, entre 1773 e 1800 atingiu a cifra de 1.679.336 arrobas e o cacau 1.382.543, ambos exportados para a Metrópole. Além destes principais produtos de exportação, existiam produtos secundários, como: açúcar; aguardente; cravo fino; canela; salsaparrilha; couros secos e salgados; anil; óleo de copaíba; guaraná; manteiga de tartaruga; goma; castanha; mel; chocolate entre outros¹⁶⁴.

O debate sobre a abordagem da história econômica do antigo Grão-Pará também perpassa as dimensões espaciais Norte e Sul, visto que parte da historiografia luso-brasileira quando tratou da organização do comércio atlântico com o Reino português assim o fez pensando a partir do chamado Atlântico Sul, logo a lógica de interpretação partiu do Estado do Brasil, o que não considerava as especificidades próprias ao Norte com o Estado do Maranhão e Grão-Pará, interpretando esse território como periférico no período colonial. O historiador Rafael Chambouleyron, elenca que: “o que me parece é que se partiu de um modelo explicativo no qual a região pouco se adequava, para daí entendê-la e, na verdade, não se refletiu sobre modos específicos por meio dos quais o Estado do Maranhão e Pará se inseria no contexto atlântico das conquistas portuguesas”¹⁶⁵. Para Chambouleyron, em vez de se considerar uma análise das questões do Maranhão e Pará a partir do atlântico Sul, tornara-se viável considerar o Atlântico Norte ou o Atlântico Equatorial como rotas que contemplam a relação com os arquipélagos atlânticos de Açores, Madeira e Cabo Verde, mas também seria “[...] uma via — através do Amazonas, em direção à Península Ibérica — para escoamento da prata do Peru, que, no século XVII, se acreditava muito próximo ao Maranhão”¹⁶⁶. Assim, a dinâmica e as relações comerciais no período colonial com esta parte da América Portuguesa precisam ser pensadas para além do eixo-Sul. De todo modo, essa parte da América foi sendo formada distante do Brasil, como apontou Chambouleyron: Talvez mais do que a relação com o Estado do Brasil e o espaço atlântico que lhe dava sentido, essas outras rotas são

¹⁶⁴ BARATA, Manuel. A antiga produção e exportação do Pará. In: *Formação histórica do Pará*. Obras reunidas. Belém: UFPa, 1973.

¹⁶⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael. Muita terra sem comércio. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII. *Outros Tempos*, v. 8, p. 91-107, 2011, p. 93.

¹⁶⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História* (Impresso), v. 26, p. 79-114, 2006, p. 95.

fundamentais para compreender a construção da sociedade colonial amazônica [...]” (CHAMBOULEYRON, 2011, p.101).

É importante compreender que se trata, nesse ponto, de um Grão-Pará onde boa parte das elites era de origem portuguesa e que formavam seus descendentes na Europa, formando, assim, as bases iniciais de uma elite letrada paraense; uma elite que, no início do século XIX, ensaiava debates concomitantemente acerca da grandeza e da falta de prosperidade do Pará¹⁶⁷. Nessa elite do Grão-Pará, debatia-se sobre a geopolítica relacionada ao alinhamento com o exterior ou aderir ao projeto de poder político da corte portuguesa, dita brasileira, a partir do Rio de Janeiro, entre os anos de 1822 e 1823. Para a historiadora Magda Ricci, as relações comerciais e de casamentos do Grão-Pará criadas com ingleses e franceses através do comércio inter-atlântico, permitem aventar que “[...] estas redes 'chocavam-se' com a ideia de uma emancipação e um atrelamento ao Rio de Janeiro”¹⁶⁸. De acordo com Domingos Antônio Raiol, consagrado historiador paraense do século XIX, em especial do período entre 1821 e 1835:

Começava o ano de 1823, e apesar de ter sido já proclamada a independência ao Sul do Império, ainda as províncias do Norte permaneciam debaixo da dominação portuguesa. As guarnições, os oficiais militares e governadores das armas muito concorriam para este estado de coisas, pugnando sempre pela causa da metrópole, donde eram oriundos¹⁶⁹.

Segundo Raiol, a província do Grão-Pará passou por intensos conflitos, na década de 1820, por causa das divergências políticas decorrentes da adesão à independência brasileira. Várias revoltas surgem no interior da província a ponto de a Junta Provisória do Governo da Província escrever ao Imperador solicitando ajuda militar para conter as revoltas protagonizadas por grupos divergentes da nova ordem política, inclusive a própria junta expressava a preocupação com o abandono da província neste momento, revelando ao Imperador que não adiantaria a anexação do Pará ao Império, pois, como decorrência do abandono em que se encontrava, todo esforço teria sido em vão.¹⁷⁰ Ou seja, a Junta do

¹⁶⁷ RICCI, Magda. As letras e a vida: A formação e os saberes dos letrados na Amazônia brasileira. In: *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial* / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. - 1. ed. - Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

¹⁶⁸ RICCI, Magda. Pátria minha: portugueses e brasileiros no Grão-Pará. 1808-1840. In: MATOS, Maria Izilda; SARGES, Maria de Nazaré; VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano; CANCELA, Cristina Donza. (Org.). *Entre Mares: o Brasil dos portugueses*. 1ed. Belém: Paka-Tatu, 2010, p. 54.

¹⁶⁹ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol.1. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará, 1970, p. 26.

¹⁷⁰ Idem.

Governo, também representando o Senado da Câmara Municipal de Belém, traduzia o mesmo sentimento de antes: a distância e certo abandono do Governo Imperial. Os eventos posteriores mostraram a repressão realizada no Pará contra os grupos contrários ao projeto político a partir do Rio de Janeiro.

Após uma série de eventos que envolviam as relações entre o Grão-Pará, Portugal e a Corte no Rio de Janeiro¹⁷¹, bem como preocupações regionais – visto que o Maranhão chegou a solicitar ajuda paraense, à época, contra forças independentistas advindas do Piauí e Ceará –, grupos debatiam sobre os rumos paraenses, considerando ainda a pressão exercida pela Corte, que chegou a enviar forças militares ao Pará em 10 de agosto de 1823; parte da elite local aderiu à independência do Brasil em nome do poder político e econômico, mas só praticamente um ano depois do restante das Províncias¹⁷². Havia fortes interesses da elite paraense na manutenção dos vínculos com Portugal, pois ele ainda era um indispensável mercado para os produtos locais. Logo, aderir ou não à Independência via Rio de Janeiro não dizia respeito a sentimentos patrióticos, mas sim a um complexo jogo de interesses econômicos e políticos¹⁷³.

Além do que, Richard Graham aponta que a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro acarretou uma maior presença dos homens do rei e uma maior proximidade de Minas Gerais e São Paulo do centro do poder, enquanto os líderes do Maranhão e Pará, que outrora foram beneficiados pela proximidade com Lisboa, perceberam um aumento considerável no tempo de viagem em relação à nova capital. Logo, naqueles tempos, maranhenses e paraenses já se sentiram prejudicados com a distância e, conforme o autor, as mudanças operadas pelo poder central acabaram por gerar contraposições, fazendo surgir

¹⁷¹ Conforme aponta o historiador Arthur Reis, quando D. Pedro I convocou representantes das Províncias à Constituinte, O Pará e o Amazonas elegeram representantes para o Parlamento em Lisboa, Portugal, o que evidencia os vínculos destes espaços com o exterior e com a Metrópole à época. Ver: REIS, Arthur Cesar. *Amazônia, conceito e sua evolução histórica*. In: *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Brasília: Senado, Editora do Senado, 2001.

¹⁷² Foi decorrido um longo processo para a incorporação desta parte do território ao Império do Brasil, desde as discussões na Constituinte de 1823 sobre a pertinência ou não de considerar a região do Grão-Pará e Maranhão nos debates da formação territorial, passando pelas revogações das questões judiciais desta região nos tribunais de Lisboa até a criação da Província do Amazonas. Sobre o foro da região, a Câmara dos Deputados (Parlamento brasileiro) anulou em 1833 todas as sentenças proclamadas em Lisboa desde 1822 que diziam respeito ao Grão-Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, revertendo, no prazo recursal de trinta dias, as questões para o âmbito das referidas províncias. BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 05 de agosto de 1833.

¹⁷³ SOUZA JUNIOR, José Alves de: *Semeando vento, colhendo tempestade: O processo de adesão do Pará à Independência*. In: SARGES, Maria de Nazaré; RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Os Oitocentos na Amazônia: Política, trabalho e cultura*. Belém: Açáí, 2013.

certo sentimento de interesse local¹⁷⁴. Essa situação demonstra que a diferenciação entre o Norte e o Sul do Brasil está ligada ao processo de 1808 e que, especialmente o Norte, às margens do Amazonas, já experimentava o dilema de possuir um recorte regional obstáculo, ou seja, na própria formação do território já se chocavam interesses de áreas que estavam em formação e o aspecto distância já se apresentava: Norte e Sul.

O poder a partir do Rio de Janeiro e o processo de independência acarretaram impactos ao Grão-Pará, criando certas tensões pois, além dos conflitos políticos entre facções em razão do processo de integração ao Brasil, a maior entrada de comerciantes estrangeiros nos negócios nesta parte do Brasil, especialmente ingleses e americanos, gerou uma concorrência com portugueses e paraenses, motivando certos conflitos, haja visto que os paraenses apresentavam queixas do monopólio comercial português, fato este reiterado quanto à concorrência de negociantes de outras nacionalidades. Além disso, segundo Pinheiro, ao estudar as tensões regionalistas no Grão-Pará no contexto da emancipação política brasileira, dois fatores pesavam sobre o Grão-Pará entre as décadas de 1820 e 1830: o controle comercial português e o lugar secundário que essa área representou politicamente durante a vigência do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, entre 1815 a 1822¹⁷⁵, bem como a extensão dessa situação após a independência brasileira.¹⁷⁶ Conforme Pinheiro:

[...] as elites oligárquicas paraenses viram-se lentamente alijadas dos centros decisórios de poder, na mesma proporção em que ia diminuindo sua representatividade no interior do Reino. A política da Corte portuguesa no Brasil, evitando criar protestos e distúrbios nas províncias do Sudeste, mantinha o fisco reduzido no Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto sobretaxava as áreas mais distantes, deixando cada vez mais evidente que estava em curso um processo de marginalização das províncias do Norte¹⁷⁷.

¹⁷⁴ GRAHAM, Richard. 1997. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

¹⁷⁵ Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil a partir de 1808, a Coroa portuguesa buscou solucionar o problema de reinar não mais a partir da Metrópole, mas a partir de uma colônia (Brasil). A Coroa, representada na pessoa de D. João VI, príncipe regente de Portugal, a partir dos debates do Congresso de Viena (1814 – 1815), sobretudo considerando o princípio da restauração das monarquias destituídas pelos exércitos napoleônicos, elevou a colônia à condição de Reino Unido, desta feita, Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve (1815 – 1822).

¹⁷⁶ De acordo com Spix e Martius, na obra *Viagem Pelo Brasil, 1817-1820*, de fato a parcela da sociedade considerada rica no Pará da década de 1820 era constituída por portugueses, sobretudo pelo modo vida luxuoso que levavam e pelo capital que possuíam, pois, segundo os esses viajantes, era a classe comercial formada pelos portugueses quem fornecia dinheiro e crédito, por exemplo, para bancar expedições de europeus ao interior província. Ver: SPIX, F., Johann Baptist von, 1781-1826. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)* / Spix e Martius; tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v.

¹⁷⁷ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De vice-reino à Província: tensões regionalistas no Grão-Pará no contexto da emancipação política brasileira. Somanlu: *Revista de Estudos Amazônicos*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. p. 83-107, maio 2012. ISSN 2316-4123. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/245>. Acesso em: 21 jun. 2019, p. 86.

Para Pinheiro (2012), durante a vigência do Reino Unido (Portugal, Brasil e Algarves), o Grão-Pará ocupou lugar secundário nas relações com o citado Reino, bem como se observa que os “[...] três séculos de dominação colonial portuguesa na região serviram para acentuar o já imenso isolamento geográfico existente entre ela e as diversas áreas do Brasil Colonial”,¹⁷⁸ sobretudo pouca comunicação e comercialização. Para esse autor, o discurso regionalista vai sendo lentamente ampliado ao longo da década de 1820 e estará na base das manifestações políticas que culminarão na Cabanagem. No cenário geral, além da distância com o poder central, as reformas centralizadoras, inclusive com a reestruturação administrativa provincial, que dividia a província em termos e comarcas, com redução numérica de núcleos populacionais foram sendo implantadas no Pará ao desgosto das classes agrárias monopolizadoras dos poderes locais através das câmaras municipais, das quais várias foram extintas pela citada reestruturação, eliminando assim o lugar de poder dessas elites nativas em algumas partes da província.

Além disso, a economia paraense entrava em crise após 1820 por conta da baixa nas exportações do cacau e por uma agricultura sem mercado, sem contar a baixa renda na região em função da histórica transferência dos lucros das exportações para a metrópole, conforme Santos, e ainda as guerras, seja externamente com a Guiana Francesa ou internamente, notadamente quanto aos conflitos que deram origem à Cabanagem.¹⁷⁹ Voltando ao pensamento de Pinheiro, um outro fator de peso a constar para a emergência de sentimentos regionalistas nessa área do país foi a flagrante insatisfação das classes populares e pobres com a riqueza das classes proprietárias e comerciantes, gerando vários conflitos e tensões no Grão-Pará.¹⁸⁰ Para esclarecer melhor a situação, observa-se que as elites nativas concentraram a explicação da crise na complicada relação com o Governo Imperial, assim silenciavam-se os problemas internos, como as relações imensamente desiguais entre as elites e as classes populares. Esse momento é um divisor de águas em relação à transferência da culpa pela crise pela qual passava o Grão-Pará, pois, se antes os principais problemas da província eram atribuídos à predominância dos portugueses na vida paraense, desta feita, passou-se a transferir diretamente os problemas para o descaso do Governo Imperial com a província. Assim, estavam lançadas embrionariamente as bases do regionalismo político que culminou na emergência da Amazônia, assunto que será melhor debatido a partir dos próximos tópicos e capítulos seguintes desta tese.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 88.

¹⁷⁹ SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 67.

¹⁸⁰ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., 2012.

A partir desse momento, as reclamações paraenses no Parlamento brasileiro ganhavam lastro. Segundo Roberto Arruda, os problemas enfrentados pelo Pará como decorrência de sua distância entre os centros de Poder durante a colônia não mudaram com a independência do Brasil, ponto este marcante do debate político já na primeira legislatura do Parlamento brasileiro no início do Império. Observou-se que os representantes paraenses não tinham conseguido aprovar projetos no âmbito do Parlamento e que os representantes dessa área demonstravam que “[...] a administração do Império não tinha mudado em nada a sua postura em relação ao Pará e o Maranhão que continuavam a ser lembrados apenas quando era necessário despachar degredados [...]”¹⁸¹. O deputado José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, apesar de ter sido parlamentar pela província de São Paulo, teve uma trajetória profissional através do exercício de cargos no Pará¹⁸² e, na sessão de 26 de maio de 1826 do Parlamento brasileiro, expressava-se em relação às Províncias remotas do Império solicitando o envio de um engenheiro e um naturalista para reconhecimento do Pará, justificando que:

A Província do Pará, digna certamente de melhor sorte do que desgraçadamente tem tido até aqui, não só pelo desmazello e inepcia do governo antigo, mais igualmente pela falta de notícias e até dos conhecimentos locais, de que o atual governo devia estar ao fato e que (cumprir dizer a verdade) ainda são ignorados; a província do Pará digo, é uma das principais do Império, se não pela sua população que ainda é diminuta relativamente à grande extensão do seu território, pela riqueza de suas produções, immensidade de seus generos de exportação e augmento de seu commercio, de que é susceptível, está por assim dizer incógnita. Os seus vastos sertões não tem sido penetrados no mais recondido delles; apenas conhecemos às margens de seus innumeraveis rios, e muito pouco do seu interior¹⁸³.

Para o deputado Costa Aguiar de Andrada, o Pará sofria em função do abandono do governo colonial português e da distância que havia entre a Província e o Governo imperial. Reclama da falta de atenção com o povoamento da região, pauta que as elites políticas paraenses trataram, especialmente após a Cabanagem. Na visão do Parlamentar, o Pará ainda era abandonado em suas estruturas militares, ressaltando que:

Em igual abandono se acham também seus negócios militares, com particularidade, o que diz respeito a defesa de seus pontos, e com mais

¹⁸¹ MACHADO, André Roberto de Arruda. Redesenhando Caminhos. O papel dos representantes do Grão-Pará na primeira legislatura do Império do Brasil (1826-1829). *Almanack Braziliense*. São Paulo, n°10, p. 75-97, nov. 2009, p. 97.

¹⁸² Juiz de Fora da cidade do Pará, 1811; Provedor da Fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas da cidade do Pará, 1812; Ouvidor da comarca de Marajó, 1818; Desembargador da Casa da Suplicação, 1823; Ouvidor da comarca do Pará, 1823.

¹⁸³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 26 de maio de 1826. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28840> Acesso em: 29 jan. 2020.

particularidade ainda, o que é relativo à defesa, e fortificação da grande ilha de Marajó, que é para assim dizer a chave de toda a Província, e de todo o Amazonas¹⁸⁴.

A histórica reclamação de abandono do Grão-Pará é um dos vetores provocadores da invenção do recorte regional Amazônia. A histórica queixa da falta de atenção do Governo Central com a região culminou, do ponto de vista político, com a expressão Amazônia como sinônimo de luta política, sobretudo no Segundo Reinado, como veremos nos capítulos seguintes. Costa Aguiar ainda tratou da importância da defesa e fortificações para a ilha de Marajó, como visto na citação acima, oportunidade em que considerava de suma importância tais medidas para assegurar a defesa das fronteiras brasileiras frente às nações vizinhas, bem como para garantir a segurança da produção de carne para o Pará e região.

O Deputado Raimundo José da Cunha Matos, representando a Província de “Goyaz” apoiava a solicitação de Costa Aguiar justificando que a Ilha de Marajó era a chave de todo o Amazonas, ponto de salvaguarda para as províncias do Pará, Rio Negro, Goyaz Mato-Grosso e São Paulo. O Deputado Cavalcanti, possivelmente um pernambucano, opinava contra o envio de técnicos ao Pará, mas reconhecia o abandono da Província considerando “a importância do Pará, já é bem conhecida a todo brasileiro amigo de sua pátria: as conveniências que provir ao Brasil das riquezas daquela província, o abandono em que elas se acham, e a necessidade de socorros, que a mesma província exige da nação [...]”¹⁸⁵. O deputado maranhense Manoel Odorico Mendes em apoio a Costa Aguiar inseria o Maranhão como Província necessitada de reconhecimento e ainda reverberou a divisão Norte e Sul a partir do estado das Províncias:

Demais tratarmos particularmente do Pará e do Maranhão, é uma espécie de justiça para aquelas províncias; as do Sul estão atrasadas, e não tem recebido o melhoramento que merecem; mas as duas pela distância em que ficam da Côrte, tem sido ainda muito mais desprezadas, e consideradas como se não pertencessem ao Brasil¹⁸⁶.

Para o Deputado Odorico, as províncias do Norte e do Sul estavam atrasadas, mas as do Norte (Pará e Maranhão) estavam muito mais, por estarem desprezadas pela Corte. A queixa do desprezo foi uma constante, como já elencamos. Os discursos construtores de

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Sessão de 27 de maio de 1826. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28840> Acesso em 29 jan. 2020.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 149.

representações sobre o Vale do Amazonas e sua população a partir de um repertório de imagens da incivilidade e decadência de sua população passava pela imagem da região pensada a partir da ideia da imensidão desabitada, o que era, por um lado, uma tentativa de se tratar do tema do povoamento; de outro lado acabava-se por reafirmar a velha concepção de Hileia, ou seja, de uma floresta selvagem e imensa. O Deputado Costa Aguiar ao defender sua solicitação para envio de um naturalista e um engenheiro ao Pará, dizia que “A Província do Pará não está conhecida em todos os seus pontos do interior: os mesmos habitantes dela não conhecem muitas cousas, que aliás seriam sabidas, se os sertões fossem melhor examinados”.¹⁸⁷ Nesse caso, as populações colocadas em condição de rebaixamento naquilo que diz respeito ao contato com o mundo exterior.

Em 1834, através de Ato Adicional à Constituição, foram operadas mudanças no sentido de que as províncias pudessem criar suas assembleias e orçamentos de modo que seus mandatários pudessem operar nomeações¹⁸⁸. O efeito desta descentralização foi, conforme José Murilo de Carvalho, o surgimento de um novo tipo de revolta provocado pela luta das facções locais pelo poder. Nestes tempos, os conflitos entre brasileiros e portugueses se seguiram desaguando em diversas contendas e conflitos pelo Brasil. Instaurou-se uma fase de revoltas federalistas, separatista, restauradoras e populares¹⁸⁹. Em tempos regenciais no Brasil, momento de formatação das forças políticas entre as Províncias, o Pará passou a chamar atenção politicamente no cenário brasileiro, seja pela sua participação na liga das Províncias, em 1832¹⁹⁰, seja em função das atenções voltadas para a Cabanagem quando, em

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Apesar de representantes paraenses na Câmara e no Senado a partir de legislatura de 1826 não terem acompanhado com apoio explícito às reformas que culminariam no Ato Adicional de 1834 – responsável por conceder maior autonomia às Províncias –, no Pará representantes políticos como Batista Campos encamparam uma campanha em favor das reformas constitucionais, especialmente pela tribuna da imprensa, quando pelas páginas do jornal *O Publicador Amazoniense* eram reproduzidas artigos do jornal a *Bússola* de nítidas tendências emancipacionistas ligadas aos ideais de 1817 e 1824.

¹⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. A vida Política. In: *A Construção Nacional 1830-1889*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

¹⁹⁰ Conforme Domingos Antônio Raiol, o Pará foi convidado pela Corte (Rio de Janeiro) a integrar uma liga de Províncias com vistas à defesa e a paz no país durante a chamada revolta Caramuru ocorrida no Rio de Janeiro, em 1832. Os Caramurus constituíam uma facção política formada após a abdicação de D. Pedro I, com uma pauta em prol de uma monarquia constitucional e centralizadora, faziam pesada oposição as reformas da Constituição de 1824 e proclamavam o “vivas” a D. Pedro I. A Corte e a Província de Goiás, após vários ofícios trocados com Governo paraense, conseguiram que o Pará juntamente com as províncias do Maranhão, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso formassem a liga para a manutenção da segurança e respeito às leis vigentes”. Ver: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História do s Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol.1. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará, 1970, p. 277 – 279. É importante considerar que a adesão do Pará à liga das Províncias ocorre depois de lutas ocorridas na arena política em Belém, dado que desde 1831 grupos ligados aos Caramurus e Exaltados – estes últimos que defendiam reformas do sistema administrativo e eram contrários ao poder Moderador – disputavam a cena do poder

1833, o Pará foi pauta da sessão 111.^a do Conselho de Estado, formado pela elite política imperial e responsável por colaborar na administração do Governo Central mediante deliberações acerca de temas da vida nacional. Em cinco de junho de 1833, o Conselho se reuniu para debater sobre a “Guerra civil na Província do Pará”.¹⁹¹

Em 1837, quando os conflitos ainda se davam no Pará, registra-se que, no Parlamento brasileiro, o conjunto inicial de queixas sobre o não atendimento da província pelo Império continuava com a fala de um deputado representante do Pará que não era natural da província e de posição política centralista, como assim o era o pernambucano Visconde de Goayanna. A fala do deputado revelava justamente a ideia de que a crise no Grão-Pará possuía relação com a falta de atenção do Império brasileiro. A fala do deputado assim foi publicada nos Anais do Parlamento, a saber:

O Pará está num estado deplorável, e que é certamente a mais infeliz província que existe no Brasil. Tão infeliz é esta província que a sua representação nacional não corresponde aquilo que devia ser, pois é apenas uma, pequena representação de três membros, e essa mesma está mutilada.¹⁹²

Surgia, nesse momento, a queixa contra o quantitativo de representantes do Grão-Pará na Câmara dos Deputados, bem como o Visconde de Goyanna deixa entrever, em sua fala, a relação entre o estado deplorável da província e a falta de representação política para a busca de resoluções dos problemas provinciais. Cabe notar que, se por um lado o Visconde de Goayanna reverberou uma queixa paraense, por outro lado, é interessante perceber que, à época, o discurso regionalista era algo muito embrionário e difuso, até porque os deputados paraenses, parte deles externos à província, eram acusados no Parlamento de não falarem em nome da província, como assim teve que se defender de tal acusação o próprio Visconde de Goayanna, que na sessão de 1º de julho de 1837, respondia a um colega deputado mencionando que “parece que o Sr. Deputado só quis inculcar que os deputados pelo Pará nada tem feito em favor daquela província, que, pelas cartas que disse ter dali recebido acha-

político, com deposições de Presidentes de Província e impedimentos de Vice-Presidentes. Somente em 1832 é que o Governo central nomeia um Presidente de Província e impõe certa ordem no Pará, tomando como medida inicial a anistia de vários perseguidos políticos que foram enviados para presídios na área da Comarca do Rio Negro.

¹⁹¹ Ata de 5 de junho de 1833. In: José Honório Rodrigues (Org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp Acesso em: 04 out. 2019.

¹⁹² BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 1 de julho de 1837, p. 2. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/35067> Acesso em 30 maio 2020.

se num estado deplorável”.¹⁹³ Esse ponto revela algo que se verá mais à frente, ou seja, de que o discurso do regionalismo político paraense ganhou maior peso a partir da atuação de deputados nativos do Pará e do Amazonas após o período da Cabanagem.

Em se tratando do Período Regencial, as relações entre o Norte e o Sul novamente estavam postas no que tange à composição dos governos regenciais; primeiro, ocorreu a formação da Regência Provisória Trina, quando deputados e senadores elegeram três regentes, sendo um do Norte, um do Sul e outro do Centro-Sul, respectivamente o baiano José Carneiro de Campos, o fluminense Francisco de Lima e Silva, além do português com atuação política em São Paulo e Minas Gerais, Nicolau Vergueiro. Com a Regência Permanente, apenas permaneceu Lima e Silva, passando o Norte a ser representado no Governo pelo maranhense João Bráulio Muniz, visto que outro membro dirigente regencial foi o paulista José da Costa Carvalho¹⁹⁴. É notório, na formação das regências, uma vantagem numérica para o Sul, em ambas, com dois representantes e o Norte apenas com um. Nestes tempos de início de Regências, uma série de conflitos e revoltas foram desencadeadas em função de eleições, reconhecimentos, denúncias de ilegalidades, entre outras, a exemplo da revolta do Pará, Afogados em Pernambuco, Pinto Madeira no Ceará, a sedição de Ouro Preto entre outras¹⁹⁵.

Com relação ao início da Cabanagem no Pará, entre diversas questões suscitadas, apresentou-se um posicionamento político regional, ponto que ganharia amplitude nas décadas vindouras em relação às demandas provinciais, a saber: a contrariedade em relação à imposição dos presidentes de Província por parte do Império. Cabe esboçar que o Presidente da Província do Pará (morto em 1835), Bernardo Lobo de Sousa, era um goiano¹⁹⁶. Outra

¹⁹³ *Ibidem*, p. 13.

¹⁹⁴ Se faz premente pensar a presença do Maranhão, na condição de Província do Norte na composição do governo regencial. Alguns fatores explicam essa presença, como o fato de a economia do Maranhão ter ganhado uma nova conotação a partir dos incrementos criados pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, uma ação do Império Português com vistas à integração do Norte da América portuguesa, sendo que entre o final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, o Maranhão viveu certo apogeu econômico, principalmente a partir da entrada considerável de escravos e produtos da Metrópole, bem como as exportações de açúcar e algodão. Foi somente a partir da segunda metade do oitocentos que sobreveio a fase decadentista maranhense com o decaimento das exportações de seus dois produtos mais importantes citados acima e a crise do sistema escravista.

¹⁹⁵ Vários conflitos políticos acabaram culminando em conflitos armados, por exemplo, os conflitos nas vilas de Bananeiras (PB) e Assú (RN), onde as eleições para deputado e juiz de paz e vereadores terminaram, respectivamente, em conflito armado. Ver Relatórios do Ministro da Justiça, 1838, p. 8; 1840, p. 10.

¹⁹⁶ Segundo a historiadora Magda Ricci, “Malcher havia ajudado a redigir um documento, no qual ele e seus compatriotas afirmavam que a morte do antigo presidente Bernardo Lobo de Sousa estava ligada a uma exaustão generalizada e a um governo marcado ‘por sua prepotência e arbitrariedades’”. Malcher e os cabanos assinantes do documento pediam à Regência que não nomeasse mais ninguém para o lugar de Lobo de Sousa até que D. Pedro II alcançasse a maioridade, pois que eles, cabanos, não receberiam “qualquer presidente que a Regência lhes mandasse”. Lembravam ainda que a prosperidade do Pará estava associada à administração de um “benemérito e patriota cidadão” a quem tinham aclamado. Concluíam sua ata demarcando que este

questão foi a bandeira cabana contra portugueses e maçons, o que revela o descontentamento à época da população com o controle português da economia na região do Grão-Pará. Embora tenha sido uma revolta de conotações espaciais bem mais amplas chegando às fronteiras do Brasil e áreas internacionais, como bem lembrou Magda Ricci¹⁹⁷, a Cabanagem fez parte de um circuito de revoltas no chamado período regencial¹⁹⁸, um momento na história brasileira em que muitas desconfianças pairavam sobre os governos provisórios das regências, bem como uma crise econômica se abatia sobre o Império que se somaram às frustrações e divergências políticas do período, evidenciando a falta de unidade e a variedade de pautas, inclusive de ordem separatista¹⁹⁹.

Não interessa, neste ponto, realizar uma discussão acerca das revoltas regenciais em suas motivações e explicações sobre grupos e pautas, mas extrair destes aspectos que contextualizem a participação do Norte e do Sul e neste ponto, cabe observar, com o auxílio de José Murilo de Carvalho²⁰⁰, que entre 1831 e 1848, duas ondas de revoltas ocorreram, sendo a primeira de conotações mais urbanas indo da Setembrizada à Revolta dos Malês, envolvendo povo e tropas, já a segunda, com caráter mais rural e diverso, compreendendo da Cabanagem à Praieira.

No período em tela, foram cerca de dezessete revoltas e, destas, doze ocorreram no Norte do Brasil, apenas cinco registradas no Sul. A historiografia do Império tende a denominar tais acontecimentos como rebeliões regionais, ponto de vista, por exemplo, defendido por Richard Graham, em seu clássico *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. O autor ainda aponta uma limitação para a evolução da dimensão regional destas revoltas, a saber: o medo da revolução popular, por parte das elites que estimularam tais

presidente governava com o intuito de cuidar do “bem público” e não de seus interesses pessoais”. Ver: RICCI, Magda. Fronteiras da nação e da revolução: identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840). *Boletín Americanista*, Año LVIII, nº58, Barcelona, 2008, pp. 77 - 95, p. 79.

¹⁹⁷ RICCI, Magda. Op. Cit. 2008.

¹⁹⁸ Balaiada, ocorrida no Maranhão e Piauí; Guerra do Cabanos, em Pernambuco e Alagoas; Negros Malês e na Bahia. Revoltas com o conteúdo mais separatista e federalista foram Farroupilha no Rio Grande do Sul e Sabinada na Bahia.

¹⁹⁹ É interessante perceber que, na Farroupilha, um dos pontos de seu ideário também foi a não aceitação de presidentes de província impostos pelo Governo Central, como aponta Maria Padoin “Inspirados nos ideais da ilustração, a elite farroupilha não aceitou a nomeação, por parte do poder central imperial, do presidente de Província, por representar mais uma consequência da política administrativa centralista [...]”. O caso Farroupilha antecipa o debate político e a relação entre o Governo central brasileiro e várias Províncias durante o Segundo Reinado. A elite gaúcha permeada por ideais liberais e federalistas, no contexto fronteiriço platino, elaborou um projeto de um “novo Estado”, uma pátria Rio-grandense, especialmente contra a centralização da Constituição de 1824 e as taxas alfandegárias e impostos recolhidos pelo Governo na região. PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho: Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2001, p. 104.

²⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política. Teatro das Sombras: a política imperial*. 10ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

acontecimentos em seus inícios e depois perdiam o controle. Assim, para Graham “o medo da revolução cerceava o desejo de autonomia local”.²⁰¹ Nestes termos, as elites começaram mais a temer as revoltas do que o poder central, o que facilitou, inclusive, o movimento regressista rumo à centralização política.

Para Graham, diante de um cenário pós-revoltas em que a marca popular se fazia sentir, a classe proprietária de terras no Brasil resolveu aderir à centralização a partir da capital brasileira, tendo em vista que a autonomia regional ameaçava desorganizar a posição hierárquica e de poder que possuíam sobre o conjunto da sociedade à época. A aliança entre proprietários e o Governo Central explica a manutenção do sistema imperial por longo tempo e o clientelismo foi a base para tal aliança, na visão de Graham, já que forjava os vínculos substanciais do sistema, pois, ao passo que os líderes locais e regionais necessitavam ser nomeados para cargos de direção e autoridade, com vistas a ampliar sua clientela e poder, já que o tamanho de um homem público se media e dependia da quantidade de indivíduos que estivessem compondo o seu grupo; por outro lado, o Governo Central precisava do apoio político dessas lideranças para reforçar a presença e o poder do Governo nas variadas localidades da Nação e para que os Gabinetes assegurassem a maioria no Congresso, neste ponto considerando a relação entre clientelismo e eleições.

No Norte, a Cabanagem e a Balaiada constituíram conflitos resultantes de históricos embates entre elites, mas com culminância em guerras populares, haja vista que tais populações não foram apenas conduzidas a lutarem por pautas externas à classe, estes povos também possuíam pautas próprias. Para José Maia Bezerra Neto, homens livres e libertos pobres, negros, mestiços, índios e escravos e até pessoas livres remediadas, se sentiam excluídas da realidade política que direcionava os negócios provinciais, o que teria influenciado a decisão de pegarem em armas²⁰².

Outro ponto que interessa diretamente à discussão em tela, a saber: a natureza patriótica e identitária da Cabanagem, visto que, no âmbito da historiografia, é possível notar um longo caminho quanto à questão. O historiador amazonense Arthur Reis, a partir de sua visão governamental e de integração nacional que possuía, expôs que tanto a Cabanagem, quanto a Farroupilha foram revoluções que não ofereceram perigo para a integridade do Império e que, no caso da Cabanagem, os “rebeldes” teriam dado demonstrações de lealdade à

²⁰¹ GRAHAM, Richard. 1997. Op. Cit. 1997.

²⁰² NETO, José Maia Bezerra. A Cabanagem: A Revolução no Pará. In: ALVES FILHO, Armando, et al. *Pontos de História da Amazônia*. 3 ed. rev. Ampl.- Belém: Paka-Tatu, 2001.

Monarquia²⁰³. A historiadora Magda Ricci relativiza tal questão, visto considerar que os cabanos possuíam certa zona de interesses comuns, ocasião em que a ideia de ser patriota apenas vinculada ao patriotismo nacional não se sustentava:

Eles se autodenominavam “patriotas”, mas ser patriota não necessariamente era sinônimo de ser brasileiro. Este sentimento fazia surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum²⁰⁴.

É importante considerar que ascendeu, como líder do movimento cabano, Eduardo Angelim, ele que lançou uma proclamação ao povo cabano e nesta é possível verificar que a ideia de patriotismo estava muito mais ligada ao ser paraense do que ao ser brasileiro. Angelim nomeava o espaço de atuação cabana de Pará e Grão-Pará, em nenhum momento tratou de Amazônia, e, quando esboçou um sentido regional em sua fala, remeteu-se aos “Paraenses! A parte sã dos filhos do rico Amazonas”²⁰⁵, ou seja, o rico Amazonas aparece como dimensão regional. Há na citada proclamação uma nítida produção de efeitos de pertencimento à região em detrimento da Nação, logo, aventa-se que a Cabanagem assinala um capítulo da construção de certo anseio de pertença ao Pará para além da ideia de Brasil, o que se configura como mais um acontecimento a contar para a formação de determinada consciência regional nessa área do país, mesmo que na linguagem cabana essa dimensão espacial fosse dita como pátria.

A cabanagem contribuiu para a mudança de rumos da província paraense, inclusive, para gestar certo sentimento regional que se afastava do antigo território do Grão-Pará, notadamente em função do fato de que, após a Cabanagem, a concepção de região dos paraenses, especialmente para suas elites, ser de (re)construção de uma “nova” percepção da área geográfica, com uma nova imagem associada à nação para fortalecer essa área, não mais confundida com a barbárie, com a economia atrasada das chamadas “drogas do sertão” e com o espírito separatista. É preciso ressaltar que a ideia de reconstrução da província rumo a um novo projeto político e econômico, o qual ganharia musculatura com o discurso liberal e identitário, deve ser também compreendido como uma estratégia das elites amazônicas para permanecerem no poder diante das revoltas e ameaças populares.

²⁰³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. Distâncias e aproximações: a Amazônia e o Rio Grande. Separata da Revista *Veritas*, n° 63-64/71. Porto Alegre, 1971.

²⁰⁴ RICCI, Magda. Op. Cit. 2008, p. 78.

²⁰⁵ Proclamação de Eduardo Angelim. 29 de julho de 1835. In: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol.3. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará, 1970,

O discurso regional pós-Cabanagem no Pará transparece ter sido também uma estratégia das elites locais para garantirem a continuidade do mando na região, pois, mesmo com a morte de mais de 30 mil pessoas na área, o receio de novas revoltas populares e a desorganização da estrutura de privilégios e poder das elites também é um dado a se considerar, tendo em vista que adiante, o discurso regional sobre a área amazônica foi praticamente encaminhado apenas por setores das elites, um discurso não revelador das contradições internas e das demandas populares. As pautas defendidas pelas elites se coadunavam justamente para reconstruir e reordenar seu poder, por exemplo, a pauta da imigração visava fornecer mão de obra em substituição a mão de obra local que ficou dispersa após os conflitos; toda a discussão para auxílio à navegação visava os setores produtivos e não a vida ribeirinha; o discurso da civilidade, que recaía na catequese, visava amplamente o domínio cultural e físico da população nativa e colocá-la em condição de trabalho, entre outros exemplos.

Por esses aspectos ditos acima, um dos temas controversos que ganhou expressão à época foi o separatismo, chegando a gerar eminente preocupação nas autoridades do Brasil, como destacou um autor anônimo alinhado à Regência, em 1832, destacando que:

Como o Governo de hoje é eminentemente nacional e providente, e como a perda ou separação da província do Pará seria para o Governo um opróbrio difícil de suportar, o autor do presente opúsculo está persuadido que os seus ardentes votos em favor daquela destitosa província, que são so votos de todos os brasileiros honrados, serão em breve satisfeitos.²⁰⁶

O tema do separatismo paraense tem suas bases ainda na época da Cabanagem e na segunda metade do século XIX voltou a ser acionado pelas suas elites políticas no jogo político junto ao Governo Central, momento em que se passou a falar em Amazônia como sinônimo de separatismo, como veremos adiante neste trabalho, especialmente no campo político. A chave retórica do separatismo acionada pela classe política paraense na segunda metade do século XIX foi justamente uma estratégia para chamar a atenção do Governo Central para esta parte do país.

Por outro lado, na documentação proveniente das forças governamentais que lutavam contra o movimento cabano, é possível localizar menções ao Pará e Grão-Pará, sobretudo com ênfase no termo província do Pará. O discurso governamental apelou para a integridade da

²⁰⁶ *O Pará em 1832*. Londres. S. W. Sustenance. 1832, p. 101. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/o-para-em-1832/> Acesso em: 15 jun. 2021.

nação frente aos cabanos, marcando duas geografias distintas: o Brasil e o Grão-Pará. Do lado das autoridades do Estado, o dispositivo pátria para se referir ao Brasil era acionado e concomitantemente associado a aspectos nacionais, como podemos observar no protesto do Presidente de Província do Pará Manoel Jorge Rodrigues que destinava seu discurso aos habitantes da ilha do Marajó, conclamando um vivas pela “[...] religião de nosso país! Viva a assembleia geral legislativa! Viva ao nosso jovem e inocente Imperador o Sr. D. Pedro II! Vivam os marajoenses que pugnam pela pátria [...]”.²⁰⁷ É possível aferir que, à época, duas posições estavam claras, uma em prol da pátria nacional, a outra em favor da pátria paraense, embora essa última dividisse espaço com uma retórica e bordões identitários locais, como as proclamações feitas aos “marajoenses” e “cametaenses”. Não é à toa que, tempos depois, a concepção de pátria paraense tenha servido para denotar certa solidariedade e unidade provincial e regional por parte das elites amazônicas, como foi o caso da criação da União Paraense, em 1881.

A historiografia recente sobre as rebeliões do período Regencial revela a complexidade desses movimentos e as características singulares de cada evento. De acordo com Mark Harris, o Norte do Brasil naquela época compartilhava certos aspectos comuns, tais como um certo liberalismo democrático, revoltas de escravos, conflitos entre brasileiros e portugueses e desafios ao poder central do Rio de Janeiro. Além disso, não podemos subestimar o impacto do fim do período colonial nas Províncias do Norte, que resultou em uma expansão de negócios em grande escala, afetando negativamente a vida dos camponeses. Essa situação não foi diferente no Maranhão e no Pará, embora cada uma dessas regiões tivesse suas próprias particularidades produtivas. Mark Harris adianta, em relação ao Pará, que “a tradição popular de resistência guiou a oposição ao poder colonial. Essa tradição baseava-se em um modo de vida móvel, ligado aos rios, em atividades econômicas diversas e na autonomia da força de trabalho [...]”. Essas e outras circunstâncias, como a ideia de que as leis não eram implementadas, tornaram-se condicionantes para o início da Cabanagem²⁰⁸. Para esse autor, o que fez das rebeliões do Norte tão ameaçadoras aos olhos do poder nacional foi justamente o perfil de seus participantes, em grande parte, camponeses organizados por uma dinâmica familiar e por atividades comerciais de longa distância²⁰⁹.

²⁰⁷ Protesto lavrado em 20 de agosto de 1835. In: RAIOL, Domingos Antônio. *Cabanagem ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol.1. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará, 1970,

²⁰⁸ HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2017, p. 356.

²⁰⁹ *Ibidem*.

Neste cenário político, é pertinente atentarmos para a relação entre revoltas e a questão da produção do recorte regional, compreendendo tal panorama como relações de poder espacialmente circunstanciadas por atos vividos e campos de força criados. Ainda devemos entender que tais relações também evidenciam processos de diferenciação regional, o que implica falar em regionalização a partir do tema das revoltas regenciais. Segundo José Murilo de Carvalho, do período regencial notam-se duas revoltas mais importantes: uma no Norte, no Pará (a Cabanagem) e outra no Rio Grande do Sul (a Farroupilha).

No Pará, seguiram-se vários confrontos com lideranças populares à frente e uma forte repressão do Governo Central. Morreram cerca de trinta mil pessoas, uma das maiores mortandades do Brasil, ocasionada pela demanda de um povo por melhoras socioeconômicas. Uma luta sangrenta que, por seu perfil popular (índios, negros, mestiços), foi vista como revolta de “gentilhas” e ameaçadora à pátria; os liberais do Rio de Janeiro chegaram a atribuir que o Pará pertencia à América hispânica e não ao Brasil²¹⁰, ponto pelo qual foi utilizado como argumento para a Coroa justificar sua centralidade quanto à administração das individualidades no Brasil durante o Segundo Reinado. Segundo Mattos, a Coroa passou a ocupar o lugar das regiões reestruturando-as sobre o domínio do Império, promovendo a reestruturação da hierarquia de tempos coloniais por meio da promoção dos interesses dominantes das regiões, bem como aprofundava a diferença na área da agricultura mercantil-escravista operando o privilégio dos interesses da economia cafeeira²¹¹.

Ilmar Mattos chama atenção para o discurso político acerca da sociedade brasileira e seus espaços de ocupação, evidenciando que tanto os liberais quanto os conservadores pronunciaram enunciados construtores das ideias de civilização e barbárie, de modo que se postulava uma hierarquia da sociedade mediante um filtro político, segundo o qual as populações do litoral seriam civilizadas e as dos sertões seriam bárbaras. Segundo Mattos, existia um sentimento aristocrático em que as elites políticas saquaremas distinguiam a sociedade civilizada do litoral e as populações ditas “bárbaras” dos sertões²¹². O ministro da Justiça, em 1840, Paulino José Soares de Sousa considerava que as manifestações no Pará se caracterizavam pela barbárie e não figuravam entre crimes políticos, considerando ainda que além do Pará, o “volcão revolucionário do Maranhão derramou sobre Piauí uma torrente de

²¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., 2012.

²¹¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. 2017.

²¹² Ibidem.

facinorosos ávidos de sangue, e de pilhagem”²¹³. Aventa-se que a imagem selvagem e bárbara produzida pelos discursos oficiais do Governo em relação à Cabanagem são formas de construção do território.

A mencionada situação merece nossa atenção devida, uma vez que o movimento cabano gerou certa desconfiança nas autoridades imperiais resultando também em certo distanciamento do poder central em relação ao Vale do Amazonas. Compreender essa questão será fundamental para entender, posteriormente, parte do processo de reação das elites amazônicas diante da relação próxima entre o Governo Central e as províncias do Sul, além das províncias do Norte oriental, que eram consideradas privilegiadas na distribuição dos benefícios do Estado.

Ilmar Mattos examinou os Relatórios dos Ministros da Justiça do início da década de 1840 para depreender as visões negativas sobre o Pará, todavia, tais visões vieram de antes, pois, se olharmos os Relatórios dos Ministros da Justiça entre 1835 e 1839, podemos perceber falas que remetiam a Província do Pará à condição de malfadada. Em 1835, por exemplo, o Ministro da Justiça, Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), ao relatar momentos fortes da Cabanagem no Pará, relacionados ao confronto entre os rebeldes e as forças provinciais em agosto de 1835, atribuía o perfil feroz, de inteira vingança e brutalidade, aos revoltosos, enquanto exaltava o heroísmo dos “baluartes do patriotismo das ‘villas de Cameté e Abaethé’, onde nesta última residiam ‘[...] defensores das Leis, do Governo, e da civilização’”.²¹⁴

Luciano Lima, ao analisar a cobertura da Cabanagem pela imprensa, observou como os cabanos foram vistos e ditos negativamente nas páginas dos jornais, especialmente nos jornais do Rio de Janeiro. Segundo esse autor, os termos utilizados não eram inocentes, visto que procuravam dimensionar o perigo das multidões, associar as manifestações cabanas a atos violentos e apontar o possível perigo da participação indígena nos eventos. Conforme Lima:

Canibais” e “flibusteiros” eram os cabanos. Essas denominações eram mais do que um ato imaginativo ou despropositado de articulistas ou redatores. Estas

²¹³ BRASIL. *Relatórios do Ministro da Justiça* (Paulino José Soares de Sousa), 1840, p. 9. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/107?terms&item_id=1955#c=4&m=11&s=0&cv=8&r=0&xywh=-1480%2C-1%2C4926%2C3475 Acesso em: 16 jun. 2021.

²¹⁴ BRASIL. *Relatórios do Ministro da Justiça* (Antônio Paulino Limpo de Abreu - Visconde de Abaeté). 1835, p. 8. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/107?terms&item_id=1950#c=4&m=6&s=0&cv=7&r=0&xywh=-987%2C-199%2C4020%2C3963 Acesso em: 16 jun. 2021.

denominações buscavam desconstruir a causa e os sentidos de luta dos cabanos paraenses.²¹⁵

Neste contexto, ao se analisar os Relatórios de Presidentes da Província do Pará, durante a Cabanagem, podem-se notar duas questões pertinentes ao assunto em tela: primeiro, a visão de um homem sobre o Grão-Pará, na condição de Presidente de Província, advindo da região da agricultura mercantil-escravista, que se sintoniza com a visão dos ministros do Império em relação à barbaridade no Vale do Amazonas; segundo, é possível também perceber que o tom do discurso acerca da população local muda quando um filho da terra assumiu a Presidência da Província, vejamos os extratos abaixo no que tange aos discursos dos Presidentes Francisco Soares de Andréa (Barão de Caçapava a partir de 1855), de origem portuguesa e com carreira militar/política junto à Corte brasileira e Bernardo de Souza Franco (1805 – 1875), passou a ser chamado de Visconde de Souza Franco a partir de 1872, de origem paraense com carreira jurídica/política, chegando anos depois a ser Presidente de outras Províncias, Parlamentar e membro do Conselho de Estado, migrando do Partido Conservador para o Partido Liberal²¹⁶:

Francisco Soares de Andréa (1838):

Vos sabeis senhores, a que estado de furioza anarchia chegou esta malfadada Província, arrastada ao abismo pelo liberdade, ou antes licença da imprensa; pela impunidade seguida e systemática de todos os crimes, especialmente dos que se encaminhavam a subversão da ordem; pela insubordinação de todos os empregados militares, ou civis, pelo desprezo, menoscabo, e insulto feito impudentemente às primeiras autoridades; e finalmente pela jactancia descarada com que homens ignorantes ostentam a sua immoralidade, a sua irreligião, o seu profundo desprezo pela formas estabelecidas de culto devido ao ente supremo; atrevido-se até a negarem a sua existência, quando não são capazes de comprehenderem nem os movimentos do mundo que habitão.²¹⁷

Bernardo de Souza Franco (1839):

²¹⁵ LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Entre batalhas e papéis: a cabanagem e a imprensa brasileira na menoridade (1835-1840). 2016. 329 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. p. 136

²¹⁶ Esses dois partidos políticos se consolidaram com o início do Segundo Reinado, sendo que o Partido Liberal foi formado a partir do grupo político de tempos regenciais no Brasil chamado de progressistas, possuindo, em seus quadros, os chamados políticos exaltados, os revolucionários e republicanos em geral. O Partido Liberal possuía quatro grandes pautas: descentralização administrativa, independência do judiciário, reforma do sistema eleitoral e abolição do poder moderador; por outro lado, o Partido Conservador se originou da ala regressista ou dos políticos moderados, mais resistentes às mudanças propostas pelos progressistas e eram partidários da Constituição. Um exemplo das ideias do Partido Conservador no Brasil imperial foi a ação de seus membros na revogação de reformas liberais, por sua vez, esse período ficou conhecido como de Regresso, momento em que os conservadores objetivavam o estabelecimento pleno da Constituição e a centralização administrativa e imperial no país. O Partido Liberal possuía quatro grandes pautas: descentralização administrativa, independência do judiciário, reforma do sistema eleitoral e abolição do poder moderador.

²¹⁷ Relatório de Presidente de Província do Pará. Francisco Soares de Andréa. 2 de março de 1838, p. 3-4.

[...] venho abrir vossos interessantes trabalhos na firme convicção de que elles concorrerão para a inteira pacificação, progresso e prosperidade da bella Província e que a honra de prezidir, e onde com a maior parte de vós, senhores, tive também a de nascer²¹⁸.

Além do trecho destacado acima, em que, diferentemente do seu antecessor que chamou a Província de malfadada, Bernardo de Souza Franco atribui adjetivo de bela e se reporta aos envolvidos na Cabanagem como criminosos, mas restringia a categoria essencialmente aos envolvidos nos conflitos e não à população do Grão-Pará, tratando os sujeitos presos e suspeitos como rebeldes e cabanos, sem maiores generalizações, apesar de também considerar os crimes cometidos como bárbaros. Na condição de Deputado Geral, Souza Franco, em 1840, buscava livrar o Pará da imagem bárbara atribuída à Província após a Cabanagem, demonstrando que:

Os assassinatos e crimes provenientes das commoções políticas são excepções que não decidem da moralidade dos habitantes de um paíz, e menos de sua civilização; aliás diríamos que Paris é a cidade mais barbara do mundo, porque talvez em nenhuma outra se tem por vezes commetido tanto e tão atrozes crimes. Porém a que deverá ao Pará, rico de um futuro imenso, incomprehensível colosso, que por si só fará um só um grande império, o seu atraso actual? A dispersão dos seus habitantes, à extensão do seu terreno [...].²¹⁹

É bem verdade que outros presidentes da província paraense, advindos de outras regiões adotariam discursos apaziguadores em relação à conjuntura local, o que não descaracteriza a produção de certo imaginário amotinado do Grão-Pará. Nessa linha, muitas vezes tais homens buscavam a simpatia das elites locais para galgarem um lugar no Parlamento brasileiro, basta lembrar do caso de Manoel Paranhos da Silva Velozo, Presidente de Província paraense entre 1844 a 1845 e deste último ano até 1846, oportunidade em que foi eleito deputado para a Assembleia Geral do Império em sua 9ª Legislatura (1845-1847).

3.3 As bases do discurso regional paraense no Parlamento Brasileiro

Neste tópico, busca-se compreender e problematizar as bases do discurso regional da futura região amazônica, sobretudo através dos pronunciamentos advindos do Parlamento

²¹⁸ Relatório de Presidente de Província do Pará. Bernardo de Souza Franco. 15 de agosto de 1839, p. 1.

²¹⁹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Tomo I, 891 p. [1840]. Sessão de 11 de maio de 1840, p. 245. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40781> Acesso em: 16 jun. 2021.

brasileiro logo no início do Segundo Reinado, atentando para examinar as condições de emergência do discurso paraense/nortista de uma província desprivilegiada pelo Governo Central. Compreende-se que certos temas e imagens amplificadas a partir da ideia de região amazônica tiveram suas bases lançadas ainda nos tempos do Grão-Pará que se sentia não participante da construção do Estado nacional.

Os representantes paraenses no Parlamento nacional, depois da Cabanagem, buscaram evidenciar, em seus discursos, a ideia de uma área que carecia de uma maior atenção do Governo Central desde a alegação de sua importância para a Nação, oportunidade em que a província era vista e tida como rica, mas impedida de prosperar pela falta de apoio governamental, a exemplo do que prenunciava o deputado paraense Bernardo de Sousa Franco em seus discursos. O campo político nacional foi se tornando, ao longo do século XIX, um espaço privilegiado para as manifestações de insatisfação dos paraenses e amazonenses que encontraram, no jogo parlamentar, ou seja, nos embates de interesses, nas negociações conflituosas, mas reguladas no Parlamento, um ambiente viável para a luta política pelos seus negócios.

Cabe uma breve explicação acerca dos princípios dos partidos na época imperial, formados em 1837 (Partido Conservador e do Partido Liberal), com vistas a melhor situar o leitor quanto à postura do deputado Souza Franco, bem como dos demais representantes políticos paraenses, citados ao longo do texto. O Partido Conservador, conforme José Murilo de Carvalho lembra, surgiu da coalização de ex-moderados e ex-restauradores e propunha a reforma das leis descentralizadoras com a defesa do fortalecimento do poder central, controle da magistratura e da polícia, além do fortalecimento do poder moderador. Esse Partido, ainda de acordo com Carvalho, era, grosso modo, formado por burocratas e donos de terra.²²⁰ Outro autor, João Camilo Torres, buscou sintetizar o Partido Conservador a partir da luta pela unidade nacional, com forte apego pela Constituição de 25 de março de 1824, marcada por ser um instrumento baseado em um conjunto de instituições. Os conservadores julgavam que o sistema político do Brasil, à época, era legítimo por caminhar rumo à unidade nacional a partir da figura de um rei (imperador), pois as liberdades deveriam ser reguladas por um tipo de autoridade suprema.²²¹

²²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, 2017.

²²¹ TORRES, João Camilo de Oliveira, 1915-1973. *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador brasileiro / João Camilo de Oliveira Torres.* – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

Em relação ao Partido Liberal, é importante compreender que esse partido possuía quatro grandes causas, a saber: a descentralização; reformar o sistema eleitoral; a independência do judiciário e a abolição do poder pessoal (moderador) do imperador. Torres, ao esboçar a vida política do Partido Liberal, destaca o Programa Liberal de 1869 como um dos pontos altos do programa ideológico do partido e que deveria ser considerada como uma dissertação clara das ideias liberais no Brasil imperial. O Programa citado foi escrito pela cúpula do partido que contava com nomes conhecidos como o do senador Joaquim Nabuco, além de Teófilo Otoni, João Paranaguá, Dias de Carvalho, o paraense Bernardo de Souza Franco entre outros. Em resumo, os principais pontos do Programa eram: responsabilidade dos ministros pelos atos do poder moderador; a defesa da máxima “o rei reina, mas não governa”; a descentralização em sentido amplo; uma maior liberdade em matéria de comércio e indústria, com o fim dos monopólios; a liberdade de consciência/liberdade de ensino; independência do judiciário; o Conselho de Estado como órgão administrativo e não político; fim da vitaliciedade dos senadores; redução das forças armadas em períodos de paz.²²²

Dito isso, nesta parte do texto será concedida maior ênfase aos discursos do deputado paraense Bernardo de Souza Franco (1805 – 1875),²²³ haja vista que as principais questões que diziam respeito à construção de um discurso regional vieram desse deputado, pois foi o principal político e representante do Grão Pará durante a década de 1840, visto que além de ser natural do Pará, transparece ter se dedicado às questões paraenses mais de perto, haja vista que algumas condições corroboraram para essa afirmativa, a saber: neste período, grande parte dos representantes do Pará na Câmara dos Deputados do Brasil não eram naturais do Pará e alguns ocupavam ao mesmo tempo o cargo de Presidente de Província e deputado geral, geralmente originários de outras províncias; em 1842, o Pará teve um único deputado e filho da terra, Felipe Alberto Patroni Maciel, mas a sua atuação no Parlamento não foi incisiva do ponto de vista do discurso regional, buscou uma atividade parlamentar versada pelo viés

²²² Idem.

²²³ Um dos políticos mais conhecidos e influentes do Pará no século XIX. Nasceu em Belém 28 jun. 1805 e faleceu no Rio de Janeiro em 08 maio 1875. Aos 18 anos, participou da luta pela independência no Pará. Assumiu as carreiras de Jornalista, magistratura, professor(a) e servidor público. Foi deputado geral pelo Pará entre 1838 e 1856 e Senador do Império entre 1855 e 1875. Foi presidente de algumas províncias, a saber: Pará, Alagoas e do Rio de Janeiro. Ocupou vários outros cargos, entre eles cita-se: em 1848, participa como Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 31 de maio a 28 de setembro de 1848, e Efetivo de 1857 a 1858. Defendeu a política abolicionista e esteve presente nos debates sobre a aprovação da Lei do “Ventre Livre” em 28 de setembro de 1871. No início da década de 1870, recebeu a distinção de Conselheiro de Estado, e a 15 de setembro de 1872, o título de Visconde de Souza Franco. Foi membro do Conselho de Estado do Império. Foi autor das seguintes obras: Os bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1848; A situação econômica e financeira do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Brasileira, 1863. Para maiores informações: Senado Federal (<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1516>) .

intelectual, religioso e de elogios ao monarca. Apenas em seus escritos aparecem queixas sobre a distância entre o Pará e o Governo da época Regencial; Uma outra questão que merece destaque é o fato de que, à época, alguns deputados representantes do Pará não compareceram para assumirem suas cadeiras na Câmara, deixando assim a província com baixa representação, como ocorreu em 1846, quando apenas o deputado Souza Franco representava a província, pois os outros dois deputados, o maranhense Marcos Bricio e o gaúcho Manuel Paranhos (Presidente da Província) não compareciam e os suplentes estavam com dificuldades para assumir.²²⁴

Após a Cabanagem, Bernardo de Souza Franco (1805 – 1875), na condição de Deputado pelo Pará, se fez presente em debates de questões ditas nacionais no Parlamento nacional, como a discussão sobre as eleições, a defesa pela manutenção dos poderes provinciais, a partir do respaldo do Ato Adicional de 1834 e o pleito sobre a antecipação da maioria do Imperador D. Pedro II.²²⁵ O Deputado paraense pode ser considerado um dos principais nomes iniciadores do regionalismo político amazônico, autor de vários pronunciamentos que ora buscavam construir uma nova imagem para o Pará e região, ora ressaltava os inúmeros problemas regionais na busca de atenção do Governo Central. Em 27 de maio de 1840, o deputado paraense realizou discurso após a sua primeira passagem pela Presidência da Província do Pará, de modo a retornar o discurso de abandono da Província, desta feita do ponto de vista militar, uma queixa antiga e já feita por parlamentares desde 1826, como citado neste texto. Souza Franco reivindicava que:

É preciso que cesse o abandono que a classe militar tem estado na Província do Pará, porque é preciso que o Pará tenha força militar. Eu olho para o futuro em que o Pará pode ser governado de outra maneira, isto é, quando principiar a colonização, quando se estabelecer por vapor do Amazonas, quando a população toda se fôr entregando ao trabalho; então será tempo de dispensar a província a grande força militar que tem²²⁶.

Souza Franco, além de falar do desprezo que o Pará sofria na área militar, especialmente em presença de oficiais e promoções das tropas, reverbera em seu discurso as pautas que passaram a constar nos discursos das elites políticas paraenses durante o Segundo

²²⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 2 de julho de 1846.

²²⁵ Ocupou os seguintes cargos eletivos: 03-05-1838 a 20-10-1838 - Deputado – 4ª. Leg.; 09-04-1840 a 15-09-1840 - Deputado - 4ª. Leg.; 01-01-1843 a 24-05-1844 - Deputado – 5ª. Leg.; 01-01-1845 a 18-09-1847 - Deputado – 6ª. Leg.; 03-05-1848 a 05-10-1848 - Deputado – 7ª. Leg.; 01-01-1850 a 04-09-1852 - Deputado – 8ª. Leg.; 03-05-1855 a 05-06-1855 - Deputado – 9ª. Leg. (Suplente); 12-06-1855 a 08-05-1875 – Senador.

²²⁶ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 27 de maio de 1840, pp. 500 – 502. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40781> Acesso em: 16 jun. 2021.

Reinado: colonização, navegação a vapor, trabalho e fronteiras, pois, sobre este último ponto, Souza Franco ressaltava, em seu discurso, a importância do Pará e da região para a segurança das fronteiras da Nação²²⁷. Sobre esse tema, ele discursou acerca dos riscos da presença de franceses e portugueses no Oyapock, emitindo opinião sobre a necessidade de o Governo Central garantir o domínio dessa área a partir da pacificação na província do Pará, visto que, naquele momento, vivia-se o fim da Cabanagem no Pará. Para tanto, defendia que:

Uma nova desordem no Pará às renovar, e para prevenir e acabar de uma vez, mister é promover a colonização, civilização e navegação do rio Amazonas, e em geral da província toda. É só povoando o Pará, civilizando os índios que habitão seus centros, promovendo companhias industriosas na província, que se consolidará o socego della, e se evitarão desordens que despendem milhares de contos de réis ao estado, roubão lhe dezenas de milhares de vidas, e dão aos estrangeiros pretextos para invadir nosso território²²⁸.

O Deputado paraense demonstrou, em seus discursos no Parlamento, uma questão nodal pertinente às condições de emergência da Amazônia, pois, como veremos adiante, inicialmente o termo Amazônia, no âmbito político, apareceu na segunda metade do século XIX vinculado ao principal tema que movimentava as elites desta área do Brasil, a saber: a pouca participação do Norte às margens do rio Amazonas no processo de construção do Estado nacional e o seu conseqüente abandono por parte deste mesmo Estado, especialmente sobre temas como imigração, navegação a vapor, melhorias materiais e produtivas, além das questões fronteiriças.

O tema do povoamento da região, um tema caro ao discurso amazônico após 1850, foi um dos pontos altos dos pronunciamentos de Souza Franco no Parlamento, em 11 de maio de 1840, ele se pronunciava na Câmara e elencava que a desordem na Província, uma referência à Cabanagem, além do atraso provincial, eram fruto da dispersão da população. Souza Franco pode ser considerado um dos iniciadores do discurso da opulência paraense, o que, na segunda metade do século XIX, foi convertido para a opulência da Amazônia com vistas a atrair imigração estrangeira. O Deputado discursava produzindo a imagem paraense da opulência ao dizer que “a província do Pará talvez seja a mais fértil do Brasil; foi descoberta pouco depois das outras, seus recursos são imensos, seus habitantes não são em geral mais

²²⁷ Idem.

²²⁸ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 24 de abril de 1840, p. 112. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40781> Acesso em: 16 jun. 2021.

ignorantes que os das outras províncias [...]”²²⁹. O discurso da opulência foi uma estratégia de algumas províncias que visavam atrair recursos, capitais e imigração com vistas ao crescimento e ganho de visibilidade. Katia Mattoso realizou brilhante estudo em relação à Bahia, especialmente em Salvador sobre os sentidos da opulência naquela cidade durante o século XIX, particularmente no âmbito privado, buscando perceber o testemunho, o emblema da riqueza e de esplendor na cidade de Salvador, e o que escondia a propaganda da opulência²³⁰.

O discurso do povoamento caminhou no século XIX no Pará para demandar por imigração estrangeira, embora o povoamento da região tenha ocorrido, na verdade, por vias nacionais a partir do grande contingente de nordestinos que se destinaram a trabalhar no extrativismo da borracha. O tema da colonização, porém, não fez parte apenas do repertório de temas-chave do processo de invenção da Amazônia, como veremos adiante; ele também esteve presente em outros processos da mesma natureza, como ocorreu acerca da invenção da Argentina. Nicolás Shumway nos conta uma história de uma ideia fecundada a partir do livro *A Invenção da Argentina*, a partir da qual é relatada a existência, a partir de 1837, de um grupo de intelectuais chamado “A Geração de 1837”, uma associação literária formada por jovens escritores que adotaram uma atitude crítica em relação à vida de seu país, identificando problemas e programando resoluções para que o país se modernizasse. Esse grupo, em nome do progresso, defendia a imigração como projeto para uma reforma da sociedade argentina, uma solução segura para os males da época²³¹.

Souza Franco, mesmo ainda pertencendo ao Partido Conservador, discutia pautas provinciais na Câmara dos Deputados, postura mais relacionada aos liberais, de modo que, na sessão de 4 de junho de 1840, discorria acerca de um projeto referente às eleições e à questão da representação política das províncias no Parlamento, propondo que se tratasse, especialmente, da sua província natal, argumentando acerca da necessidade de se discutir e modificar a referida representação política provincial, pois, segundo ele, o Pará era prejudicado nesta questão, visto que, diante da sua população e economia, a baixa deputação que possuía era algo desproporcional²³². Para convencer seus pares, o Deputado paraense

²²⁹ BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados. Sessão em 11 de maio de 1840, p. 245. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40781> Acesso em: 16 jun. 2021.

²³⁰ MATTOSO, Katia. Queiroz. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império: a Corte e a modernidade nacional*. 1ª. Ed. – São Paulo: Companhia de Bolso, 2019, p. 22. Coordenação geral da coleção Fernando A. Novais.

²³¹ SHUMWAY, Nicolás. *A invenção da Argentina: história de uma ideia*. São Paulo: USP; Brasília: UnB, 2008.

²³² A questão da representação parlamentar no Vale do Amazonas se arrastava desde os tempos iniciais do Império, segundo o historiador Arthur Reis, os amazonenses estavam certos que mediante à Independência

respondia a um colega parlamentar do Pernambuco que o teria contestado sobre a necessidade de mais representantes sem comprovações estatísticas; para tanto, Souza Franco relembrou, na ocasião, que ao exercer a Presidência do Pará no final da década de 1830 realizou um censo demográfico e que obteve como, resultado, um contingente populacional de 300.000 pessoas, das quais 160.000 eram “livres e civilizados”, 40.000 eram escravos e 100.000 “índios selvagens” na contagem oficial, ressaltando a estimativa de que existisse o dobro, ou seja, 200.000 índios na Província.

Souza Franco seguiu argumentando que muitos eleitores contavam os escravos quando tratavam de contabilizar a população, assim, aventava que se poderia contabilizar os indígenas do Pará para efeito de contagem geral da população na província, ou seja, o Deputado paraense queria garantir que a população indígena fosse incluída na estatística geral da província com vistas a demandar um maior número de representantes²³³, pois:

Considerando, pois, o Pará com 300.000 habitantes, devia elle dar sete deputados , em relação ao Rio de Janeiro, que tem 441.000 habitantes, e dá 10 deputados; devia dar 12 deputados, em relação ao Ceará, a quem se contam 2000.000 habitantes e dá oito deputados; devia dar 15 deputados, em relação à Parahyba e Alagoas, cujos os habitantes se orção em 1000.000 cada uma, e dão cinco deputados; e no entretanto o Pará dá só três deputados²³⁴.

Souza Franco visava justamente requerer uma maior representação no Parlamento nacional e continuou o discurso demonstrando que, se não considerassem o quantitativo de “índios selvagens” e os escravos, mesmo assim o Pará merecia possuir mais representantes na Câmara. Segundo o Deputado, além do Pará, as províncias do Maranhão, Sergipe e Santa

brasileira o Rio Negro passaria a condição de Província, todavia, o Governo Imperial em 1824 não criara as condições de deputação e presidência de Província para o Rio Negro, gerando, segundo o autor, uma injustiça e uma histórica luta dos amazonenses pela autonomia em relação ao Pará, alcançada somente em 1852. Ver: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Superintendia Cultural do Amazonas, 1889.

²³³ Cabe esclarecer que durante o período imperial a cidadania por via eleitoral sofreu uma involução, como aponta José Murilo de Carvalho, visto que a legislação sobre o tema tendeu a restringir a participação do eleitorado durante as eleições. A Constituição de 1824 estipulou a idade mínima para votante de 25 anos, excluindo os criados e introduziu o critério de renda como condição básica do processo eleitoral, com o mínimo de 100\$000. Em 1846 uma lei excluía das eleições praças hierarquicamente abaixo dos maiores escalões e aumentou o valor mínimo de renda eleitoral para 200\$000. Em 1881 ocorreu uma nova atualização da legislação eleitoral, de modo que se eliminou as eleições em dois turnos, ou seja, na paróquia e na província, mas proibiu-se o voto dos analfabetos e estipulou-se uma rígida verificação em relação à comprovação da renda eleitoral, além do voto ter passado a ser naquele momento voluntário. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Eleições e partidos: o erro de sintaxe política*. In: *A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial*. 10ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

²³⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 4 de junho de 1840, pp. 606-608. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40781> Acesso em: 17 jun. 2021.

Catarina, pelo tamanho de suas populações, também mereciam ter suas deputações aumentadas, de modo a reduzir, na visão do parlamentar, a desigualdade na representação política das províncias no Parlamento. Pela forma como se pronunciou, Souza Franco demonstrou responder às questões surgidas nos debates, que inclusive imputavam ao Pará permanecer com a mesma deputação, logo, o Deputado paraense alegava, segundo diziam, que várias províncias progrediam em população, e a do Pará não, ponto em que discordava evidenciando que outras províncias pouco cresciam. Também defendeu o Pará da acusação de não progresso financeiro, expondo que mesmo considerando os anos da Cabanagem e a desorganização de vários setores da economia, inclusive com as exportações despachadas via porto do Maranhão, a renda geral da província foi de 255:570\$579, renda julgada pelo Deputado como de relevância.

Em relação a Souza Franco, antes da fase mais alinhada ao comando do Império, quando se tornou Ministro dos Negócios Estrangeiros e, depois, interinamente, da Fazenda no 9º Gabinete do Segundo Reinado (1848), pela segunda vez, Ministro da Fazenda, no 13º Gabinete (1857) e Conselheiro de Estado, primeiramente extraordinário (1859) e, em seguida, ordinário (1866), tornando-se conselheiro do Imperador, exerceu, na condição de Deputado, uma representação mais combativa mesmo na qualidade de um membro do Partido Conservador. Como já citamos, sua postura se alinhava majoritariamente com os preceitos liberais e, com isso, podemos aventar que Souza Franco foi uma das primeiras vozes do movimento político e de pensamento liberal que criava uma discursividade em prol do reposicionamento do Pará e região no concerto da nação, ou seja, de postular um outro lugar para esta área no Estado nacional, buscando erigir argumentos e debates acerca da necessidade de superação de certo atraso e de certa integração do provincial e/ou regional ao nacional. A noção de espaço era algo substancial para a compreensão da região e seu lugar no país, daí porque, na segunda metade do século XIX, as elites dessa parte do país, especialmente paraenses, pretenderam rebatizar o seu local a partir de nomes como região amazônica, Pátria Paraense e Amazônia, esta última vencedora entre as denominações pretendidas.

A própria denominação província não implicava diretamente a ideia de simples e mera repartição criada e dominada por um centro, uma vez que embora tivessem sido criadas no Brasil a partir do Decreto de 1º de outubro de 1821 e estivessem submetidas a um Governo Central, as províncias possuíam dinâmicas próprias e formas de poder e representação que

escapavam ao centralismo do Estado Monárquico, alçando certas zonas de poder que gestaram certa diferenciação entre províncias brasileiras.²³⁵ Jacques Revel desenvolveu uma interessante discussão acerca do conceito de região que não compunha os vocábulos do Antigo Regime, ou seja, dos tempos absolutistas da Idade Moderna na França, adiantando, na esteira do pensamento de A. Soboul, que:

[...] há pouco tempo, que não existia nenhum termo adequado para designar o regional no léxico do século XVIII, mas antes uma constelação de palavras (província, região, língua, nação, país) cobrindo cada uma, através das suas diversas utilizações, uma parte daquilo que a noção evoca hoje para nós²³⁶.

Revel está chamando a atenção para a existência do regional em tempos que não se tinha clareza de sua dimensão, haja vista que, na França do período, “o reino é um mosaico de particularidades imperfeitamente reunidas e aglutinadas”. É imperativo lembrar que algumas Províncias no Brasil representavam certa liderança regional, visto que exerciam fortes influências junto a outras Províncias próximas, como era o caso do Rio de Janeiro e, depois, do São Paulo no Sul, do Pernambuco no antigo Norte agrário desde o período colonial e do Pará, também no Norte desde o Estado do Grão-Pará até a ascensão da economia da borracha em meados do século XIX, com alcance sobre o Amazonas, a região do Cabo Norte, dividindo com o Maranhão a importância mercantil.

De volta a Souza Franco, em um discurso²³⁷ proferido na Assembleia Provincial do Pará, desta feita no ano de 1842, quando exercia o segundo mandato de Presidente da

²³⁵ Cabe apontar, desde já, que há um problema na historiografia brasileira em reproduzir a velha dicotomia do espaço nacional entre Norte e Sul no âmbito dos estudos históricos quando tentar justificar que no Brasil Imperial não existiam movimentos políticos e intelectuais de cunho regional. Essa forma de pensar reproduz a lógica das autoridades imperiais em torno da chamada unidade nacional. Lembra-se que desde a série de eventos contestatórios da ordem, desta feita, provenientes de Pernambuco e das revoltas do período regencial presenciavam-se questões regionais acentuadas no cenário histórico brasileiro. Miriam Dolhnikoff, em seu livro *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX* salienta que as origens do federalismo no Brasil devem ser perscrutadas ainda durante o período de formação do Estado Nacional, logo entre a independência e o marco da primeira metade do século XIX, quando as elites provinciais teriam participado ativamente do jogo do poder político. Outro estudo nessa linha é o de Maria de Fátima Silva Gouvêa, intitulado *O Império das Províncias* (2008), a autora mostra o papel desempenhado pela Assembleia Provincial do Rio de Janeiro e pelos políticos fluminenses no jogo do poder político imperial. A tese acaba por aventar que possivelmente as relações de poder entre o interior e o Centro eram complexas e nas demais Províncias, guardadas as devidas proporções, existiam complexas relações de força com o Centro do poder. Ver: DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005; Maria de Fátima Silva Gouvêa, intitulado *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: FAPERJ, 2008.

²³⁶ REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Tradução de Vanda Anastácio. Rio de Janeiro: Difel, 1989, p. 163.

²³⁷ Bernardo de Souza Franco passou a ser membro do Partido liberal a partir de 1843. Os discursos de Souza Franco já antecipavam, em 1842, sua chegada aos quadros do Partido Liberal evidenciando aspectos relacionados à liberdade, às prerrogativas das Províncias e à defesa das leis e direitos do cidadão.

Província, Souza Franco deixa entrever indícios do sentimento dos paraenses em relação à visão externa sobre o Pará e reverberou traços do discurso que as elites do Vale do Amazonas passaram a pronunciar na segunda metade do século XIX com vistas à prosperidade da região, pois anunciava que “[...] Coadjuvareis o Governo nas medidas necessárias para a sustentação da tranquilidade da Província, e para a tornarem prospera, opulenta, e ramo florescente, e respeitável da Grande Família Brasileira sob o comando Monárquico constitucional do Senhor D Pedro 2^o”.²³⁸ A missão dos representantes do Grão-Pará no momento pós-Cabanagem era reconstruir a Província não só do ponto de vista econômica e política, mas sua imagem.

A afirmação de ser uma área próspera e opulenta foi um artifício discursivo eminentemente utilizado, por parte das elites nativas, para advogarem os interesses da região.

O Pará, com a eclosão da Cabanagem, passou a ser visto com desconfiança pelas autoridades da área de justiça do Império. A percepção de rebeldia foi somada a outros estigmas como as noções de exotismo da região, população predominantemente indígena, floresta densa e tida como um grande vazio demográfico, território distante da civilização e de clima inóspito. Tinha-se uma porção do Norte tida como insurreta e ameaçadora. Essa situação aponta diretamente para o movimento de produção de diferenças entre territórios na geografia do Brasil, quando, no Norte, o Pará e o Maranhão eram tidos como terras de revoltas provocadas por movimentos populares. Neste ponto, lembra-se dos apontamentos de Jacques Revel acerca da situação referente às particularidades das regiões à época do Antigo Regime, quando eram compreendidas e resumidas apenas à ordem jurídica e fiscal, de modo que as demais questões pertinentes às províncias eram tratadas por características repetitivas que se opunham àquelas “laboriosas” às “indolentes”, aos “dóceis” aos “rudes” e aos “indisciplinados”²³⁹.

Além do mais, estes estigmas foram sendo reforçados com relatos de insubordinação e rebeldia, a exemplo do que narrava o Presidente de Província João Maria de Moraes, em 1845, provocado por distritos e municípios, obviamente comandados por elites proprietárias, solicitava recursos à Assembleia Provincial para destruir quilombos e aprisionar escravos fugidos de seus senhores; Moraes justificativa seu pedido com base em um pleito de proprietários rurais frente à demanda de braços para a agricultura²⁴⁰. Em 1847, Moraes relatava focos de desordem na Província, desta feita nas regiões de Chaves, Macapá e

²³⁸ Relatório de Presidente de Província do Pará. Bernardo de Souza Franco. 14 de abril de 1842, p. 1.

²³⁹ REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Op. Cit., 1989, p. 164.

²⁴⁰ Relatório de Presidente de Província do Pará. João Maria de Moraes. 15 de agosto de 1845, Belém: Typografia de Santos e Filhos.

novamente Santarém, provocados pela deserção da escravatura e a conseqüente formação de quilombos, formados por negros tidos pelas autoridades como desertores e malfeitores²⁴¹. Este tipo de relato reforçava a percepção insurgente do Grão-Pará aos olhos do Governo Central e da classe política dirigente do país.

A percepção desconfiada dos poderes nacionais com o Grão-Pará pode ser considerada uma das motivações pelas quais o Grão-Pará tenha sido tratado com certa distância e diferenciação no campo político nacional. Esse fator de certa percepção negativa sobre o território é mais um elemento a contar para a emergência da Amazônia, visto que parte dos discursos promotores da ideia de Amazônia respondiam justamente aos vários aspectos negativos imputados ao Grão-Pará, como a ideia de atraso, barbárie, clima inóspito, entre outros, como veremos adiante neste trabalho. Evaldo Cabral de Mello, ao tratar sobre as políticas de imigração para o Norte, desencadeadas pelo Governo Central, elenca que “o que se designava simplificadamente como o ‘clima do Norte’ serviu frequentemente de álibi às autoridades imperiais para justificar a inexistência de uma política de imigração para aquela parte do Brasil”²⁴². Essa e outras questões foram pautas pelas quais essa área teve que enfrentar e forjar o recorte regional amazônico, o que implica certa mudança de posição no cenário nacional, ou seja, um uso político da ideia de Amazônia que se refletia na percepção de um *status* regional.

Devido ao fato de o Estado nacional ter sua sede no Sul, o Norte foi palco, ao longo do século XIX, de uma série de acontecimentos que evidenciaram reações à construção deste tipo de Estado, posto que “a emergência de movimentos regionalistas, quer seja de cunho político, quer de cunho cultural, surge como uma reação, normalmente das elites locais ou de dada região, que não querem se submeter ao Estado Nacional que está surgindo²⁴³”. Nas décadas iniciais do Segundo Reinado, os representantes paraenses no Parlamento brasileiro tencionavam através do jogo parlamentar ou da luta política institucional para que a Província fosse contemplada no arranjo da nação, ou seja, demandava-se atenção do Governo Central, pois existia certo sentimento de ser uma área à margem do Império.

No que diz respeito ao momento após a Cabanagem na área amazônica, percebe-se que se tentou criar uma outra ambiência política em terras do Grão-Pará e Rio Negro, de

²⁴¹ Relatório de Presidente de Província do Pará. João Maria de Moraes. 15 de agosto de 1847, Belém: Typografia de Santos e Filhos.

²⁴² MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império (1871 – 1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 71.

²⁴³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 27.

modo a demonstrar a necessidade de aproximação com o Império e que o Pará e região viviam dias de tranquilidade. Além dos discursos dos presidentes de província do Pará enfatizarem a tranquilidade da província, falas dos deputados paraenses no Parlamento nacional também reforçavam esse aspecto, a exemplo da fala do deputado Ambrósio Leitão da Cunha, embora fosse uma postura de um conservador alinhado ao Governo à época – que também era conservador na pessoa de José Joaquim Rodrigues Torres, que chefiava o chamado Gabinete Itaboraí – Leitão da Cunha ao defender certo alinhamento do Pará com o Governo conservador, sobretudo pela manutenção da ordem e – na realidade existia oposição dos liberais na província, como Souza Franco – aproveitava o ensejo para comparar a tranquilidade paraense com as perturbações políticas no vizinho Maranhão.²⁴⁴ O deputado paraense ressaltava que, no Pará, não existiam luzias nem saquaremas, reinando a paz política, uma demonstração que antevia o movimento de Conciliação de 1853.²⁴⁵

Ainda no que concerne à reconstrução da Província, pondera-se que, diante de um morticínio de mais de trinta mil pessoas, além de estarem devastadas as lavouras de cacau, algodão, café, tabaco e cana, bem como as criações de gado do Baixo Amazonas e Marajó estarem bastante reduzidas à época, foi ocorrendo após a Cabanagem, segundo o historiador Arthur Reis, uma tentativa de soerguimento do Pará e territórios circunvizinhos, contando para tanto com as articulações dos representantes paraenses e o esquecimento das diferenças, cuidando-se, segundo esse historiador, para que não ocorresse nenhum “[...] incidente que permitisse uma direção perigosa às coisas regionais”.²⁴⁶ Para Reis, além dos representantes paraenses, foi importante neste processo a Assembleia Legislativa Provincial que teria somado esforços aos Presidentes de Província e parlamentares, pois a vida política na Província possuía uma outra orientação diversa daquela de conflitos graves entre grupos.

Nestes termos, como já aludido, um dos homens públicos com representação política a ser envolver nesse processo de reconstrução da Província foi Souza Franco, em 1846; ele se pronunciava na Câmara dos Deputados acerca da necessidade de se criar um banco para o Pará, visto que era conhecedor da criação de um banco no Sul, no caso no Rio de Janeiro, e dois outros bancos no Norte, a saber: Bahia (1845) e Maranhão (1846). Em setembro de 1846,

²⁴⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 3 de julho de 1852. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/34481> Acesso em: 17 jun. 2021.

²⁴⁵ Em 1853, Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná articulou um movimento para conciliar as demandas e ações políticas dos liberais e conservadores, tendo como maior articulação a nomeação de membros dos dois partidos para ocuparem ministérios em seu Gabinete.

²⁴⁶ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese da História do Pará*. Amazônia Edições Culturais Ltda, Belém, Manaus, Guanabara, 1972, p. 112.

enviou memorial à Secretaria do Ministério da Fazenda sobre a necessidade de criação de bancos provinciais, incluindo o Pará²⁴⁷, logo o Ministério lhe respondeu enviando consulta às províncias do Pará, Maranhão, Parahiba, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul sobre a criação de um banco em cada província para depósitos e descontos²⁴⁸. A proposta do representante paraense no Parlamento à época residia em soerguer um projeto em defesa da criação de um sistema de bancos provinciais em detrimento da centralização bancária. Em 1848, Bernardo de Souza Franco já era filiado ao Partido Liberal, em seu livro *Os Bancos do Brasil, sua História* (1848) reverberava o pensamento contrário à centralização, desta feita, aplicada ao sistema bancário, para tanto, se postava contra a criação de um Banco Central no Brasil, pois acreditava que a centralização bancária resultaria em embaraços dados às distâncias geográficas do Império, o que geraria imbróglis e atrasos na marcha dos bancos filiais.

Grande parte das preocupações das elites do Grão-Pará, do ponto de vista econômico, estava voltada para a agricultura, tida como a indústria capaz de arcar com meios para o desenvolvimento da Província e do país, haja vista o Brasil ser, no século XIX, uma economia predominantemente agrícola. Souza Franco, em suas reflexões acerca do sistema bancário brasileiro, argumentava sobre a importância de agências bancárias para a lavoura do Norte, pois acreditava que os bancos da Bahia, Maranhão e Pará esforçar-se-iam “[...] por levar seus auxílios até a indústria agrícola, estenderão os prazos dos seus descontos, e lhes concederão a mui favorável condição da amortização gradual do capital”²⁴⁹. Souza Franco já adiantava, em 1848, parte das discussões dos congressos agrícolas do Recife e Rio de Janeiro, realizados em 1878, especialmente no que tange à abertura de linhas de crédito rural e melhoramentos para a lavoura, pois considerava que a abertura de bancos, a fundação de associações de lavradores e

²⁴⁷ No final da década de 1840 o Pará, cuja capital Belém, situada na margem direita do rio Tocantins e junto à embocadura do rio Guamá, tendo a sua frente a Baía do Guajará, era defendido por dois fortes e um arsenal Imperial, contando com um porto movimentado com capacidade para navios de todas as proporções e nesta mesma região a existência de um estaleiro com a produção de embarcações mercantes e de guerra, visto a “abundância das melhores madeiras”. De acordo com Pereira, destacava-se na cidade Belém o Palacete do Presidente de Província, a Catedral, a Matriz da freguesia de Sant’Anna, um convento de frades Capuchos contando com algumas ruas calçadas, com a presença de muitas casas de um andar. Não havia chafarizes, pois o fornecimento de água em Belém era através de poços de pedra e madeira. A cidade possuía víveres advindos do país e do estrangeiro e boa parte da “gente pobre de lugares vizinhos” viviam da pesca. Ver: PEREIRA, José Saturnino da Costa. *Apontamentos para a Formação de um Roteiro das Costas do Brasil*, com algumas reflexões sobre o interior das Províncias do Litoral, e suas produções. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1848. Reprodução: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 736, 1991.

²⁴⁸ FRANCO, Bernardo de Sousa. *Os Bancos do Brasil, sua História*: direitos da organização atual e reforma do sistema bancário. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1848.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 117.

a reforma da legislação hipotecária seriam medidas centrais para o principal setor da economia nacional à época.

Em 1851, Souza Franco disparava um forte discurso na Câmara dos Deputados acerca dos problemas provinciais no Brasil, em especial a situação das províncias do Norte, pois, ao discutir as questões orçamentárias do Império, criticava o Governo pela falta de melhoramentos materiais. O deputado enfatizou o problema mencionado no âmbito das províncias do Norte e, ao discorrer sobre o Amazonas, disse que nessa província nada tinha sido feito até aquele ano, citando a falta de resolução, por parte do Ministro do Império, quanto à navegação do rio Amazonas, projeto esse que o deputado mencionava como proposição sua ao lado de outros deputados. Com relação ao Pará, Souza Franco dizia: “Mas vá-se ao Pará, e que obras se encontram ali?”,²⁵⁰ na ocasião, lembrava que a única obra de destaque era um melhoramento portuário que havia sido iniciado na sua gestão quando era presidente da província e que teve continuidade por outros presidentes, apenas contando com recursos provinciais. A citada obra no porto de Belém a que o deputado se refere é a famosa ponte de ferro que tanto as elites comerciais e políticas paraenses reclamaram ao longo do Segundo Reinado. Por fim, relatava situações semelhantes no Maranhão e Bahia, pois elencava que, no Maranhão, “não encontro nada de novo ali”,²⁵¹ ao passo que, na Bahia, apenas encontrava “algumas calçadinhas”. O deputado paraense ainda citava, rapidamente, que em várias outras províncias as obras estavam inacabadas.

Em outro debate na Câmara dos Deputados, em 18 de agosto de 1851, o deputado Souza Franco, diante da apresentação de um projeto que reivindicava recursos para uma companhia de navegação que atenderia às províncias de Pernambuco e Bahia, reverberava seu descontentamento com os encaminhamentos das subvenções do Governo imperial, pois se dizia contrário ao projeto em tela, alegava as altas despesas, mas deixava clara sua queixa pelo fato de a companhia de navegação do Amazonas não ter sido criada e de ver, na câmara, um projeto para a criação de outra companhia. Aparece, nesse discurso do deputado paraense, uma crítica ao Governo Central e ao Parlamento por não priorizarem a área amazônica.²⁵² Neste momento, já ocorriam claros embates entre a representação do Norte agrário e do Norte amazônico.

²⁵⁰ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 18 de agosto de 1851, p. 611. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40803>. Acesso em: 18 jun. 2021.

²⁵¹ *Idem*.

²⁵² *Ibidem*.

A postura do deputado Souza Franco aponta na direção de uma crítica à centralização imperial que se acentuava após as medidas centralizadoras do Império, sobretudo após o chamado Regresso Conservador, um conjunto de medidas que acentuavam a obra da centralização, quando, além do poder moderador, através de seus ministros, o Governo Central coordenava praticamente todas as nomeações de cargos laicos e eclesiásticos ligados à administração e serviços públicos; um momento de reafirmação da chamada unidade nacional e da autoridade do Imperador através, em grande parte, da ação do Partido Conservador em contraposição às chamadas liberdades alcançadas pelo Ato Adicional de 1834. Ainda sobre o Regresso Conservador, Torres caracterizou o referido conjunto de medidas como:

[...] um dos pontos altos do domínio “saquarema”, foi antifederalista de ponta a ponta – a lei de interpretação do Ato Adicional, que colocou os poderes provinciais em seus limites exatos; a reforma do Código de Processo que estabeleceu, realmente, uma polícia nacional, em que o ministro da Justiça, realmente, passou a comandar a máquina policial em todo o país, o que levou Tavares Bastos a dizer que era “o generalíssimo da polícia e da Guarda Nacional”. Por fim, o Conselho de Estado, que, fazendo do Poder Moderador um tribunal constitucional, estabeleceu um processo de unificação jurídica e política [...].²⁵³

Além disso, é importante salientar que, nesta época, já eram expressos indícios, por parte do deputado Souza Franco, de que as pautas da área amazônica iriam cada vez mais ganhando especificidade em relação ao restante do Norte, portanto, de forma muito inicial, começava o descolamento das duas áreas do grande Norte (da Bahia ao Amazonas), pois, em algumas situações, o deputado paraense buscava falar não só de sua província natal, mas de uma parte do Norte ligada à área amazônica. Em algumas situações, por exemplo, ao tratar do recrutamento das províncias, chagava a citar as províncias do Norte como Pará, Amazonas e Mato Grosso.

A delimitação da futura região amazônica teria suas bases nestes tempos, uma delimitação que contemplava o Pará e o Amazonas, não seguindo assim a antiga delimitação regional do Estado do Maranhão e Grão-Pará, visto que, ao longo do tempo, o Pará e o Maranhão foram se afastando por diversas situações: primeiro, econômica, pois tanto o Pará, como o Maranhão possuíam certo status de liderança econômica – basta ver as disputas pela importância comercial de cada uma das províncias. Também deve-se lembrar certa preocupação dos paraenses com o fantasma da época em que o centro da região era o

²⁵³ TORRES, João Camilo de Oliveira, 1915-1973. *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador brasileiro* / João Camilo de Oliveira Torres. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017, p. 202.

Maranhão e não o Pará; segundo, politicamente, no campos dos embates parlamentares, ocorriam frequentes acusações de ambos os lados de que suas respectivas províncias eram insubordinadas, rebeldes, oportunidades em que referências à Balaiada e à Cabanagem eram reverberadas; terceiro, territorialmente, ocorriam disputas entre as duas províncias, daí lembra-se a disputa pelo território do rio Tariassú, que motivou intensos debates na Câmara dos Deputados, como o que ocorreu entre o deputado Souza Franco e os deputados Cândido Mendes e Moraes Sarmiento.

Ainda em relação à situação acima evidenciada, Souza Franco, em sessão na Câmara dos Deputados de 24 de maio de 1852, rebatia energicamente um projeto apresentado pela representação do Maranhão para anexar a área do rio Tariassú, de modo que o deputado paraense colocava, em pauta, uma série de problemas do Maranhão, representando-a como decadente política e economicamente, rebelde e provocadora de perturbações, como a fuga de escravos na área que pretendia anexar. Em contrapartida, – e que interessa ao tema da reconstrução da imagem paraense – eram ressaltados os aspectos de paz e tranquilidade no Pará, uma província capaz de manter suas posses e seu povo.²⁵⁴

Também sobre as críticas à centralização imperial e a distância que as elites paraenses sentiam em relação ao Governo Central, deve-se observar que durante todo o Segundo Reinado o tema da necessidade de mais representantes paraenses no parlamento foi uma constante, e que as posturas contrárias a esse aumento geralmente diziam que o Pará e e adjacências constituíam uma área enorme, mas com baixa densidade populacional, o que, pelo critério populacional, tornava inviável o pleito em tela. Talvez essa situação explique também o fato de as elites políticas amazônicas terem enfaticamente defendido a imigração para povoar a região, pois além dos fatores de impacto produtivo, ampliar o contingente populacional dessa área era mitigar as posições contrárias ao aumento da representação política a partir do argumento sobre a baixa densidade demográfica da região, especialmente após a baixa que aconteceu com a morte de milhares de pessoas em decorrência da Cabanagem.

Em 1851, o tema da necessidade de mais representantes paraenses na Câmara dos Deputados voltava a ser demandado pelo deputado paraense Joaquim Pimenta Magalhães que, na sessão de 29 de agosto do citado ano, apresentava um novo projeto com a mesma demanda. Importa captar da defesa do referido projeto a seguinte ideia: “Portanto, Sr.

²⁵⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 24 de maio de 1852. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/34480> Acesso em: 18 jun. 2021.

Presidente, para reparar essa injustiça que há muito sofre o Pará, e para colocá-lo no lugar que lhe é devido, vou mandar à mesa o projeto”.²⁵⁵ Ou seja, no início da década de 1850, já ganhava força o discurso da província injustiçada. O deputado Magalhães, assim como o fez o deputado Souza Franco em relação à matéria em pauta, advogou a ampliação do número de deputados a partir do critério populacional, redobrando os cuidados retóricos, haja vista que a província do Pará acabava de ser dividida após a criação da província do Amazonas. Assim, Souza Franco se pronunciava:

A Província do Pará está além disso tão distante da corte, são tão complicadas, são tão importantes e numerosas as suas necessidades, que é mister que ella tenha maior representação para que algumas vezes não deixe de estar bem representada na casa, para que mais tenrantes vistas possam attender às suas precisões.²⁵⁶

Com a retórica oficial de que combatiam o recrutamento na província – porque ocorria uma diminuição do contingente populacional e da mão de obra, também deve-se levar em consideração a estratégia de manter e aumentar a densidade populacional nessa área visando melhor argumentar para que houvesse uma ampliação da representação parlamentar paraense. Tal situação pode ser verificada na emenda proposta pelos deputados Souza Franco e Leitão Cunha, em 2 de julho de 1852, quando foi aprovado o projeto cujo teor estabelecia que as províncias do Pará e Amazonas ficavam, até o fim do ano financeiro de 1853 a 1854, dispensadas do recrutamento da Marinha. Logo após, em 26 de julho de 1852, os referidos deputados também reapresentavam o projeto, em formado de emenda, ocasião em que o texto da emenda estabelecia que as províncias do Pará e do Amazonas somente ofereciam soldados aos campos de recrutamento e nas fronteiras delas próprias.²⁵⁷

A partir das análises acerca das condições de formação política do Grão-Pará e as bases do discurso regional, decidimos investigar o lugar do Grão-Pará/região amazônica na diferenciação regional brasileira, visto que se faz necessário aprofundar o estudo sobre as possíveis motivações dos discursos regionais, especialmente buscando compreender as suas razões políticas e econômicas, como será possível acompanhar no próximo capítulo.

²⁵⁵ BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados. Sessão de 29 de agosto de 1851, p. 749. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40804> Acesso em 19 jun. 2021.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados. Sessão de 26 de julho de 1852. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/34481> Acesso em 19 jun. 2021.

4 AS CONDIÇÕES REGIONAIS: O LUGAR DO GRÃO-PARÁ/REGIÃO AMAZÔNICA NA DIFERENCIAÇÃO REGIONAL BRASILEIRA

Neste capítulo, nosso objetivo é analisar a intensificação da diferenciação regional no Brasil durante o Segundo Reinado, com ênfase especial no papel do Grão-Pará - posteriormente conhecido como região amazônica - nesse processo. Buscamos aprofundar o entendimento dos fatores que deram origem às condições propícias para o surgimento de um regionalismo político nessa parte do país. Esse fenômeno contribuiu diretamente para a formação de uma identidade regional distintiva, associada ao termo "Amazônia". O contexto histórico em questão refere-se à segunda metade do século XIX, um período marcado pela emergência de regionalismos, principalmente no âmbito político. Em diversas partes do país, observa-se o surgimento de movimentos com essa natureza. Em São Paulo, por exemplo, surge a ideia de "Pátria Paulista" na década de 1880. No Sul de Minas Gerais, ocorre um movimento separatista que busca a separação dessa região do restante da província para criar a nova província de Minas do Sul, em 1892. No Norte agrário, liderado por Pernambuco, forma-se o bloco do Norte, principalmente a partir de 1878, com destaque para o setor açucareiro. No Norte amazônico, abrangendo o Pará e o Amazonas, surge o regionalismo da região amazônica, posteriormente conhecida como Amazônia, entre 1850 e 1890.

A maioria desses movimentos regionais surgiu em resposta à crescente demanda das elites dessas regiões por autonomia provincial, diante da intensa centralização do governo sediado no Rio de Janeiro na época.

Considerando o objetivo de discussão proposto, este capítulo oferece uma contribuição à História Regional do Brasil e à História da Amazônia. Ele se dedica a analisar a diferenciação regional brasileira na segunda metade do século XIX, com foco no papel da região amazônica nesse processo. Além disso, preenche uma lacuna na historiografia amazônica ao identificar os principais fatores que causaram o descontentamento das elites políticas locais em relação ao Império. Esses fatores foram decisivos para a formação de um regionalismo político na Amazônia, condição essencial para o desejo de mudança em relação ao status político e à imagem da região perante a nação e o mundo.

Essa transformação também se refletiu na própria nomenclatura da região, que deixou de ser conhecida como Grão-Pará e passou a ser referida como Vale do Amazonas, região amazônica e, por fim, como Amazônia.

O presente texto está dividido em quatro partes, sendo a primeira destinada à introdução, contendo aspectos gerais sobre o capítulo – como temática, objetivo e contexto

histórico que o objeto de estudo se encontra inserido; a segunda parte apresenta e contextualiza os aspectos históricos mais gerais da diferenciação regional brasileira; a terceira parte visa discorrer sobre o lugar da região amazônica no âmbito político da diferenciação regional brasileira e; nessa parte, é realizado um balanço acerca da presença ou não de representantes amazônicos em postos-chave da vida política nacional; na quarta parte, discutem-se as diferenças regionais a partir da economia e dos melhoramentos materiais, oportunidade em que se evidenciam o lugar da região amazônica na economia nacional e a relação entre o Governo Central e a região.

4.1 Breves considerações sobre a diferenciação regional brasileira no oitocentos

O cenário regional do Brasil durante o século XIX era caracterizado por dois fatores nodais: política e economia. Esses fatores desempenhavam um papel determinante no poder de cada província e na sua influência em relação às demais. Neste texto, eles serão o foco de análise. No entanto, é importante fornecer ao leitor uma compreensão mais aprofundada das questões discutidas aqui, por isso, faremos breves considerações sobre a diferenciação regional no Brasil do século XIX. Para isso, recorreremos a alguns autores pertencentes à historiografia regional brasileira, que serão mencionados ao longo do texto.

A formação do regionalismo no Brasil na segunda metade do século XIX é tida, grosso modo, como decorrente do declínio econômico e político do Norte do país, até então considerada a zona mais rica do país – especialmente a região que atualmente é delimitado como o Nordeste – e da elevação da economia cafeeira do Centro-Sul do País, com notória concentração de renda e poder político no Rio de Janeiro e em São Paulo. No campo historiográfico da História Regional do Brasil, existem autores segundo os quais o processo causador das diferenciações regionais no Brasil teria ganhado expressão com mais ênfase entre 1840 e 1889, a exemplo de Consuelo Novais Quadros; há também considerável elenco de autores que demarcam a década de 1870 como momento chave do citado processo, como assim procedem Nícia Vilela Luz, Evaldo Cabral de Mello e Renato Leite Marcondes; por outro lado, há autores, a exemplo de Celso Furtado, que convergem mais para o entendimento de que foi, na década de 1880, que a disparidade de níveis regionais se acentuou.

A primeira autora, Consuelo Quadros, apesar de trabalhar o tema acima mencionado entre 1840 e 1889, elenca o final da década de 1870 como marco da produção da diferença regional no Brasil, quando foram realizados dois congressos agrícolas regionais separados no país, em 1878: o Congresso agrícola do Rio de Janeiro (Sul) e o Congresso agrícola de

Pernambuco (Norte). A autora buscou, em seu texto clássico, intitulado *Formação do regionalismo no Brasil*, capturar ao longo do processo histórico o ponto crítico da formação do regionalismo no país, considerando o Segundo Reinado como essencialmente uma época de transição das relações das forças regionais, tendo como parâmetro as províncias da Bahia e São Paulo, sobretudo por exemplificar a transferência do poder econômico e político do antigo Norte para o Centro-Sul do Brasil. Consuelo Quadros concluiu que “as clivagens regionais seriam cristalizadas e ganhariam dimensão institucional no Brasil, na medida em que o Centro-Sul, em rápido desenvolvimento, seguidamente empurrava as outras regiões para a periferia do sistema econômico e político que ele dominava”.²⁵⁸

Nícia Vilela Luz, ao discutir sobre a história econômica do Brasil Império, defendeu que a acentuação da diferenciação regional do Brasil ocorreu de forma acentuada somente a partir de 1870, justificando que o Norte e o Sul só se afastaram e gestaram suas posturas regionalistas nessa década²⁵⁹. A autora discorda dos estudos que postulam a referida diferenciação no período entre 1830 e 1870, visto que, segundo ela “[...] tudo indica, ao contrário, que durante essa fase da expansão da lavoura cafeeira, persiste ainda uma certa homogeneidade econômica entre as províncias brasileiras [...]”. Para Luz, existiam fatores atuantes à época que impediam discrepâncias regionais acentuadas no Brasil, não só a existência de um sistema monocultor-escravista, mas outras condições. Para a autora, as discrepâncias regionais acentuaram-se em ritmo acelerado entre 1870 e 1930, momento do crescimento e concentração da atividade industrial e da substituição progressiva da mão de obra escrava pela livre no espaço que se denomina hoje de região Sudeste.

Evaldo Cabral de Mello, autor pernambucano e com vasta obra escrita sobre o Brasil e, em especial o Nordeste, pressupõe o mesmo recorte temporal proposto por Nícia Vilela Luz, ambos abordaram a diferenciação regional brasileira iniciada a partir da 1870. Mello, em seu livro *O Norte Agrário e o Império (1871 – 1889)*,²⁶⁰ publicado em 1884, dedica-se a estudar o Norte agrário (lavouras de exportação), território situado entre o Recôncavo baiano e o Maranhão, concedendo atenção às relações entre essa parte do Brasil e o Governo Central. O livro de Mello, embora centrado em uma região específica, não perdeu de vista as relações desta região com as questões regionais brasileiras, demonstrando aspectos das relações entre o

²⁵⁸ QUADROS, Consuelo Novaes S. de. Formação do Regionalismo no Brasil. In: *Revista do Centro de Estudos Baianos*, nº 77, 1977, p. 13.

²⁵⁹ LUZ, Nícia Vilela. A história econômica do Brasil no período de 1830 – 1930: abordagens e problemas – um ensaio bibliográfico. in Carlos M. Peláez e Mircea Buescu (orgs.), *A Moderna História Econômica*. Rio de Janeiro, APEC, 1976, p. 207.

²⁶⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império (1871 – 1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

Norte agrário e o Sul, bem como ventilando a concepção de um novo Norte ou Norte da borracha, inserindo a Amazônia no debate regional brasileiro do século XIX. O historiador pernambucano demonstrou como as políticas do Governo Central acabaram sendo direcionadas, em grande medida, para o Sul do Brasil, bem como demonstrou os fatores de descontentamento das elites nortistas, inclusive o Norte da borracha, ou seja, a região amazônica. Para o autor, foi a extração da borracha que projetou um novo recorte regional no Brasil, que viria a ser chamado tempos depois de Amazônia, especialmente, no debate parlamentar.

A chave de explicação buscada por Mello para o tema do aprofundamento das diferenças regionais brasileiras à época centrou-se na crise econômica da década de 1870. Para o autor, a referida crise, em termos mundiais, esteve ligada à recessão econômica provocada pelo acelerado desenvolvimento e evolução do sistema mundial de transportes, que, ao longo de vinte anos, desencadeou a imediata queda dos preços na Europa e nos Estados Unidos, com notória ressonância na baixa dos lucros e juros. Essa crise mundial atingiu a economia brasileira, com destaque para o declínio dos preços do açúcar e algodão, situação agravada face à concorrência surgida no mercado internacional e a falta de crédito advinda do Governo Central, acusado pelas províncias do Norte de favorecer as lavouras das províncias do Sul com vultosos empréstimos e melhoramentos materiais.

A década de 1870 também foi considerada por Renato Leite Marcondes como a década que demarcou a cristalização do processo de diferenciação regional no Brasil. O autor, um economista com pesquisas na área de história econômica e demográfica, com ênfase, entre outros temas, na desigualdade regional e comércio, estudou as desigualdades regionais brasileiras analisando o comércio de cabotagem e a posse de escravos,²⁶¹ apontando duas situações que diferem do ponto de partida clássico das análises sobre a formação das desigualdades regionais no Brasil, geralmente estudadas a partir do setor exportador, a saber: o comércio de cabotagem e a posse de escravizados. Marcondes, no que diz respeito ao comércio marítimo interno brasileiro, ou seja, entre as províncias e regiões do país, considera que houve uma forte movimentação em alguns portos em detrimento de outros, destacando, por exemplo, que entre 1874-75, o Sudeste detinha mais da metade de todos os embarques (58,1%), seguido do Nordeste (27,4%), o Norte e o Sul, respectivamente com as seguintes

²⁶¹ O estudo foi resultado da tese defendida pelo autor para concorrer ao concurso de Livre-docência no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

parcelas: 5,5% e 9,0%. Marcondes evidencia que, no tocante às exportações para o exterior, a superioridade do Sudeste era ainda maior (63,7%).²⁶²

No que diz respeito à posse de escravos como um indicador das desigualdades regionais no Brasil na década de 1870, Marcondes explica que a população escrava tendeu a se concentrar nas áreas mais dinâmicas economicamente, em detrimento das áreas mais povoadas do país. O autor exemplifica demonstrando que, no Nordeste, a parcela de cativos no conjunto da população representava cerca de 10,4%, no Norte 8,5%, no Oeste 7,8% e no Sudeste 22,3%, denotando assim a superioridade do Sudeste nesse quesito. Ainda exemplifica a assimetria em tela, por exemplo, a diferença entre as duas províncias com o maior percentual de cativos no conjunto da população do Nordeste e do Sudeste, respectivamente o Maranhão que detinha 20,9% e o Rio de Janeiro com 32,5%. Para o autor, a tendência de superioridade do Sudeste se devia ao dinamismo alcançado pela economia cafeeira.

Outro autor da área econômica é o paraibano e considerado um clássico da historiografia brasileira, Celso Furtado, conhecedor das questões econômicas do Brasil, em especial do Nordeste, com vasta atuação no campo político, apontou, no clássico livro *Formação Econômica do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1959, que as diferenças regionais no Brasil ficaram mais nítidas a partir da consolidação da economia cafeeira, considerando que:

O rápido crescimento da economia cafeeira - durante o meio século compreendido entre 1880 e 1930 -, se por um lado criou fortes discrepâncias regionais de níveis de renda *per capita*, por outro dotou o Brasil de um sólido núcleo em torno ao qual as demais regiões tiveram necessariamente de articular-se.²⁶³

Furtado, apesar de mencionar o ano de 1850 como momento que já se registravam disparidades de níveis regionais de renda no Brasil, pontuou o período entre 1880 e 1930 como momento mais emblemático da produção das assimetrias regionais. Por outro lado, é importante considerar que esse autor, no campo dos autores que tratam da questão regional no Brasil no oitocentos, concedeu espaço em suas reflexões à Amazônia, cujos apontamentos serão vistos adiante no texto.

²⁶² MARCONDES, Renato Leite. *Desigualdades regionais brasileiras: Comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. 2006. Tese (Livre Docência em História Econômica e Demográfica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. doi:10.11606/T.96.2006.tde-23062006-152831. Acesso em: 05 ago. 2022.

²⁶³ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 328.

É importante esclarecer que, no âmbito da discussão sobre a formação do regionalismo no Brasil no oitocentos, há manifesta vertente de autores, no âmbito da História Regional do Brasil, cujos textos não escapam ao perfil das discussões econômicas, logo, praticamente todos os autores brevemente citados neste tópico possuem esse perfil de escrita. As interpretações de Consuelo Quadros e Nícia Vilela Luz²⁶⁴ ainda se centraram na antiga divisão binária entre o Norte e o Sul do país. Autores como Evaldo Cabral de Mello, Renato Leite Marcondes e Celso Furtado consideraram a região amazônica em suas análises de algum modo, todavia, sem concentrarem-se nela, ponto pelo qual este capítulo busca contribuir para alargar a compreensão do lugar da região amazônica na diferenciação regional no Brasil do século XIX a partir da Amazônia, destacando não só as questões econômicas, mas também investigando os aspectos políticos pertinentes ao tema em tela.

4.2 O lugar da região amazônica na política nacional

Com o Segundo Reinado, iniciado a partir de 1841, a força das elites da região, definida por Ilmar Mattos²⁶⁵ como a região da agricultura mercantil-escravista, aumentou ainda mais, especialmente após o Regresso Conservador.²⁶⁶ É importante considerar que a chamada direção Saquarema, da corrente conservadora fluminense, comandou diretamente o Governo Central entre 1848 e 1852, exercendo uma influência poderosa no Governo até a crise do Gabinete de 1868. Com isso, cabe salientar que a geografia do poder, nesse período, delineou-se para que o Sul assumisse considerável peso político ladeado por políticos baianos e pernambucanos do Norte. Segundo Salles, o ponto nodal da direção moral e intelectual que os saquaremas produziram na vida política imperial foi justamente a estabilidade da escravidão, fortemente ampliada no Sul, principalmente em áreas como a Bacia do Paraíba e, posteriormente, o Oeste Paulista²⁶⁷.

Ilmar Mattos postula que o poder do Partido Conservador, à época, correspondia, geograficamente, à região da agricultura mercantil-escravista, área correspondente ao litoral leste brasileiro indo do Norte (oriental) ao Sul. Todavia, o autor escolheu recortar o estudo,

²⁶⁴ É importante esclarecer que esse aspecto diz respeito ao texto da autora com o título “a história econômica do Brasil no período de 1830 – 1930”, haja vista que se deve registrar que, apesar de não ter sido direcionado ao debate sobre a diferenciação regional brasileira, Nícia Vilela Luz escreveu um livro contemplando uma discussão sobre a região Amazônica, em 1968, a saber: *A Amazônia para os negros americanos*.

²⁶⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Editora Hucitec, São Paulo, 2017.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack*. Guarulhos, n.04, p. 5-45, 2º semestre de 2012. DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320120401>. Acesso em: 15 jun. 2021.

tomando como referência o Sul, justificando que, nesta região, ocorreram transformações mais significativas para a compreensão da evolução da região e a formação de um grupo político mais forte. Duas questões se impõem nesse caso: primeiro, uma delimitação da geografia do poder no Segundo Reinado; segundo, a própria compreensão da construção de uma superioridade sulista, pois os conservadores fluminenses – trindade²⁶⁸ (saquaremas) no topo do poder –, teriam conseguido certa hegemonia política diante do cenário brasileiro, rivalizando, assim, com políticos liberais, conhecidos também como luzias.

Richard Graham elenca que o aumento nas exportações de café projetou o peso político do Rio de Janeiro e que um conjunto de fatores contribuiu para tal situação, como uma devoção renovada pelo poder central na província fluminense e em outras províncias, bem como a apreensão generalizada em relação à agitação social em função das rebeliões regenciais, o que teria lastreado o movimento regressista das pautas e instrumentos liberais, como o Ato Adicional de 1834. Ainda para Graham, a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em um centro nacional também a partir da rede clientelística que montou, pois, segundo o autor, o aparato político fluminense conseguia nomear legalmente uma lista imensa de funcionários por todo o Brasil²⁶⁹.

Após os tempos regenciais e os consequentes embates políticos entre grupos embrionariamente liberais e conservadores que se revezavam no poder regencial, a chamada época do Regresso baseada nos princípios da centralização política e na reversão de propostas federalistas ganhava corpo e formava-se a base do chamado Partido Conservador, que possuía, por filosofia, segundo José Murilo de Carvalho, um “Estado central forte e um governo baseado no que chamava de classes conservadoras [...]”,²⁷⁰ logo formada por proprietários de terra e escravos, ligados à agricultura de exportação e, geograficamente, em maior proporção, localizados nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Para Carvalho, que defende a tese de uma elite burocrata construtora do Estado Imperial, a centralização política contou com a proeminência do Partido Conservador e o núcleo construtor foi formado por burocratas, magistrados e proprietários rurais advindos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Os fluminenses eram fortes conservadores ao lado dos baianos. Por outro lado, os pernambucanos possuíam certa divisão com vários latifundiários

²⁶⁸ Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Sousa (visconde de Uruguai) e Eusébio de Queiroz.

²⁶⁹ GRAHAM, Richard. 1997. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

²⁷⁰ CARVALHO, José Murilo de. A vida Política. In: *A Construção Nacional 1830-1889*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 95

que tendiam ao Partido Liberal. A posição em prol da centralização e a ativa participação nesse processo – por parte das três Províncias acima mencionadas – explica-se pela maior experiência destas com o comércio exterior, com a administração pública e com o crescimento urbano, fatores estes determinantes para os seus desenvolvimentos. Em contrapartida, entre 1831 e 1850, ainda conforme Carvalho, a oposição à Centralização veio de províncias como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, províncias com menos ligação com o comércio internacional e baixa quantidade de pessoas com formação acadêmica²⁷¹. Essas áreas, pelo histórico de rebeliões regenciais, respectivamente em 1835 e 1842, apresentaram situações de contraste e enfrentamento político ao Império, como os movimentos separatista e republicano em São Paulo e Rio Grande do Sul. Nesse quadro, inicialmente, províncias como o Pará e Amazonas pouco intervinham no jogo do poder imperial.

Apesar da poderosa influência carioca, segundo Sérgio Buarque de Holanda, existiu certo “baianismo” na política imperial, apontando que, até 1860, houve uma predominância na influência dos Gabinetes governamentais de representantes da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco. Para Holanda, montou-se, naquele momento, a dominação de uma tetrarquia representada pelas quatro Províncias²⁷². Na composição dos Ministérios ligados ao Governo Central, entre 1840 e 1889, a origem provincial dos ministros pode indicar o que foi evidenciado por Holanda:

Tabela 01: Origem Provincial dos Ministros que formaram os Gabinetes do Império entre 1840 e 1889.

Província	Número de ministros
Rio de Janeiro/Corte	28
Bahia	26
Minas Gerais	18
São Paulo	16
Pernambuco	14
Rio Grande do Sul	10
Outras províncias	24
Portugal	3
Total	139

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política. Teatro das Sombras: a política imperial*. 10ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Como se percebe, a tabela, além de evidenciar o poder da tetrarquia elencada por Holanda, apresenta o crescimento da força política de São Paulo, ainda demonstrando que o

²⁷¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política. Teatro das Sombras: a política imperial*. 10ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

²⁷² HOLANDA, Sérgio B. *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Do Império à República (v.7), 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Norte amazônico, posteriormente, Amazônia, na geografia política brasileira, não alcançou expressividade para o cargo de ministro nos gabinetes governamentais do Império, principalmente se comparado com o Norte agrário (oriental) e o Sul do país. Para exemplificar, observa-se que apenas três políticos paraenses ocuparam, no Segundo Reinado, o cargo de ministro em gabinetes do Governo Central, a saber: Bernardo de Souza Franco (18-08-1848 a 28-09-1848 – Ministro da Fazenda do 9º Gabinete; 04-05-1857 a 11-12-1858 – Ministro da Fazenda do 13º Gabinete), Ambrósio Leitão da Cunha (20-08-1885 a 20-07-1887 – Ministro dos Negócios do Império do 34º Gabinete) e Samuel Wallace Mac Dowell (12-06-1886 a 09-05-1887 – Ministro da Marinha do 34º Gabinete; 10-05-1887 a 09-03-1888 – Ministro da Justiça do 34º Gabinete).²⁷³

Outro exemplo que demonstra o poder das maiores províncias pode ser observado a partir da naturalidade dos presidentes do Conselho de Ministros, cargo criado por decreto em 20 de julho de 1847:

Tabela 02: Presidentes do Conselho de Ministros do Império entre 1847 e 1889.

Província	Número de presidentes
Bahia	8
Minas Gerais	4
Pernambuco	2
Piauí	2
Rio de Janeiro	2
São Paulo	2
Alagoas	1
Portugal	1

Fonte: LYRA, Tavares de. *Instituições Políticas do Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

Como se pode observar a partir do quadro acima, um dos cargos mais importantes da política imperial teve a predominância do Norte agrário, com a Bahia, Pernambuco, o Piauí e Alagoas, bem como do Sul, com Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo um presidente do Conselho originário de Portugal. É preciso compreender que o cenário no que diz respeito à relação entre as elites políticas amazônicas e o Governo Central não era de exclusão, mas assimétrica, visto que se registra a presença, mesmo que diminuta, de paraenses ocupando cargos na estrutura governamental.

Uma outra instituição importante da estrutura imperial era o Conselho de Estado, um tipo de conselho do Imperador. Nessa instituição, a participação de paraenses e amazonenses foi diminuta. A partir de Tavares de Lyra, político e historiador potiguar, podemos observar

²⁷³ NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1973. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/36461> Acesso em: 03 abr. 2022.

que, de todos os conselheiros, apenas um nasceu no Pará, Bernardo de Souza Franco, e o Amazonas nunca teve um filho seu no citado Conselho. Por outro lado, o Rio de Janeiro teve 18 conselheiros, seguido por Minas Gerais e Bahia, que possuíram 13 conselheiros cada, Portugal com sete conselheiros e Pernambuco com cinco.²⁷⁴ Nesse ponto, Maria Fernanda Vieira Martins expõe que as origens dos conselheiros estiveram ligadas às regiões históricas, tradicionalmente tidas como as mais dinâmicas e ricas, e que as províncias acima citadas, juntamente com São Paulo, responderam por quase 90% da representação do Conselho durante sua existência²⁷⁵.

Além do mais, nesse grande campo, há a discussão sobre a relação entre as províncias e o Governo Central. Também é importante notar o debate em torno da autonomia das assembleias provinciais, pois, para o Governo Imperial, essas últimas deveriam seguir estritamente o regramento constitucional e seus respectivos limites quanto a legislar sobre questões que eram consideradas fora de seus domínios. No Relatório do Ministério do Império, de 1856, consta uma reclamação com vistas ao comportamento da Assembleia Provincial do Pará, uma vez que esta havia se autorizado a julgar criminalmente um juiz, fato visto pelo Ministério como impropriedade. O Ministério alegava que cabia à Câmara Geral corrigir o erro da Assembleia Paraense e que tais atitudes deveriam ser evitadas²⁷⁶. Nos relatórios do Ministério do Império, entre as décadas de 1850 e 1880, são constantes as menções do Ministério em relação à necessidade de a Assembleia Geral delimitar os poderes das assembleias provinciais frente aos conflitos entre os interesses das elites provinciais e regionais com o Governo Central do Império. O Relatório de 1864 expressava: “compreendendo muitas vezes mal as assembleias provinciais os limites de sua competência, ferem em suas resoluções princípios constitucionais, interesses gerais, e direitos de outras províncias”²⁷⁷.

A desigualdade entre as províncias do Brasil era reconhecida até mesmo pelo Governo Central, de modo que as irregulares distribuições de recursos eram atribuídas às divisões administrativas e geográficas, deixando de lado a competência do Estado em gerir e organizar

²⁷⁴ LYRA, Tavares de. *Instituições Políticas do Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

²⁷⁵ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

²⁷⁶ BRASIL. Ministério do Império: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império* (RJ). Ministro (Luiz Pedreira do Couto Ferraz) relatório do ano de 1856 apresentado à Assembleia Geral (Na 1ª sessão da 10ª legislatura) (publicado em 1857).

²⁷⁷ BRASIL. Ministério do Império: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império* (RJ). Ministro (José Bonifácio de Andrade e Silva) relatório do ano de 1864 apresentado à Assembleia Geral Legislativa (Na 2ª sessão da 12ª legislatura) (publicado em 1864).

o atendimento igual dos entes da nação. No relatório do Ministério do Império, de 1872, pode-se ver tal argumentação:

Releva, entretanto, ponderar que a irregularidade da nossa divisão de províncias, estabelecendo considerável desigualdade entre ellas, já quanto á extensão de seu território, já quanto á sua população e riqueza, traz sérios embaraços á applicação de qualquer systema geral de organização administrativa provincial²⁷⁸.

Mais uma instituição importante à época e de peso jurídico foi o Supremo Tribunal de Justiça, criado pela Constituição de 1824 e instalado efetivamente em 20 de janeiro de 1829, composto por juízes letrados com o título de conselheiros. Mais uma vez chamamos a atenção para a naturalidade dos seus presidentes, pois, embora existisse uma forte circulação geográfica no Império, através de cargos, da elite burocrática, aventamos que o lugar de nascimento diz sobre a origem e a força política das províncias e regiões; por meio da terra natal, é possível ter uma noção do peso das elites dessa área em projetar membros na esfera do aparelho estatal em altos cargos da Nação à época. Assim, em relação ao cargo de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, vejamos o quadro 03 a seguir:

Quadro 03: Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça do Império entre 1829 – 1889.

Província	Número de presidentes
Bahia	3
Minas Gerais	3
Portugal	2
Rio de Janeiro	2

Fonte: LYRA, Tavares de. *Instituições Políticas do Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

Além da reprodução da presença das chamadas grandes províncias no quadro de presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, observa-se, através de uma rápida pesquisa biográfica, que nenhum dos presidentes citados acima passaram por cargos jurídicos pelo Pará ou Amazonas, todos exerceram atividades em outras províncias, o que possibilita perceber que até pela circulação geográfica da burocracia, o topo da pirâmide judiciária não teve vivência na área amazônica. Dos 10 presidentes do Superior Tribunal de Justiça, 7 se formaram pela Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal, 2 se formaram pela Faculdade de Direito de São Paulo e um pela Faculdade de Direito de Olinda. É importante considerar, neste ponto, que existia uma relação proximal entre a magistratura e a política, pois os magistrados dependiam do Império para o alavancar de suas carreiras, bem como o Império

²⁷⁸ BRASIL. Ministério do Império. (RJ). Ministro (João Alfredo Corrêa de Oliveira) relatório do ano de 1872 apresentado à Assembleia Geral (Na 1ª sessão da 15ª legislatura] em aditamento em 8 de maio de 1872. (publicado em 1872), p. 4.

precisava de um aparato judiciário para apoio político e com formação educacional bacharelesca para cargos administrativos.

Um dado possibilita compreender o discurso político das elites políticas do Grão-Pará, no tocante à baixa representação política no Parlamento Brasileiro, pois, no que concerne à Câmara dos Deputados, observa-se que, durante todo o Período Imperial, o Pará, por mais que tenha figurado na pauta de exportações nacionais e tenha ganhado certa representação fora do Brasil, teve, em números, a décima primeira deputação do Império, ficando atrás de províncias como Alagoas, Paraíba e Maranhão, além das chamadas grandes bancadas provinciais. Vejamos a tabela 03:

Tabela 03: Bancadas por províncias na Câmara dos Deputados (Império) (Continua...)

Províncias	Nº de deputados entre 1826 – 1889.
Minas Gerais	460
Bahia	306
Pernambuco	294
Rio de Janeiro	248
São Paulo,	206
Ceará	186
Alagoas	115
Paraíba	113
Maranhão	113
Rio Grande do Sul,	96
Pará	70
Sergipe	65
Piauí	54
Goiás	46
Rio Grande do Norte	38
Mato Grosso	37
Espírito Santo	33
Santa Catarina	32
Amazonas	24
Paraná	23
Cisplatina	02

Fonte: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: Existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

Como se verá adiante neste texto, uma das principais reclamações dos deputados paraenses foi o baixo número de deputados gerais que representavam a Província no Parlamento brasileiro. Os dados de 1875, por exemplo, evidenciam que o total de deputados gerais no Brasil era de 122, possuindo 3, o Pará, e 2, o Amazonas. Em relação às chamadas grandes províncias, o Pará, em termos de número de deputados, estava bem abaixo, visto que, por exemplo, o Pernambuco possuía 13 deputados, a Bahia contava com 14 deputados, o Rio de Janeiro com 9 deputados, São Paulo com 9 deputados e Minas Gerais com 20 deputados.

No entanto, províncias como Sergipe (4 deputados) e Alagoas (5 deputados) possuíam mais deputados gerais do que o Pará, e estavam sob a luz do contexto histórico do Segundo Reinado – consideradas províncias “pequenas”.²⁷⁹

É preciso atentar para o fato de que, como também se verá mais à frente, a alegação da necessidade de mais representantes da região amazônica no Parlamento brasileiro decorria, em grande medida, da percepção das elites políticas amazônicas de que o quantitativo de representantes da região no Parlamento deveria estar à altura do desenvolvimento econômico pelo qual a região passava, como se verá nos discursos dos deputados paraenses Francisco Pinheiro e Fausto de Aguiar na sessão da Câmara dos Deputados, em 22 de maio de 1871. Por mais que os deputados paraenses dissessem em seus discursos alegações sobre a relação entre o número de deputados e da população, como assim o fez o deputado Bernardo de Souza Franco, essa tese foi sendo secundarizada ao longo do tempo, pois as bancadas paraenses no Parlamento sabiam da fragilidade do argumento, haja vista que se defendessem a referida proporcionalidade, entre o número de deputados e a população, estariam advogando o aumento das bancadas das províncias que já possuíam considerável número de deputados, como é o caso da Bahia e Minas Gerais, pois, enquanto no Pará a proporção era de 1 deputado geral para 77.510,7 habitantes (população livre), na Bahia e Minas Gerais era 1 deputado geral para cada 80.060,4 e 82.122,5, respectivamente.²⁸⁰ Portanto, o discurso do regionalismo político paraense e amazônico precisa ser visto também como uma estratégia em busca de um melhor posicionamento na estrutura de poder da nação à época, já que aumentar a bancada regional no Parlamento equivalia a ampliar a participação nas decisões políticas do país.

Além disso, acresce-se que boa parte desse período, especialmente, no Primeiro Reinado e no Período Regencial, os representantes paraenses na Câmara dos Deputados nem sempre eram naturais do Pará. Embora considere que os políticos à época raramente conseguissem se eleger fora de suas províncias, mesmo que circulassem fora delas, é importante também perceber, a partir de José Murilo de Carvalho, que existia flagrante circulação geográfica das elites em cargos concedidos pelo Imperador nas províncias; logo, ocupavam postos no judiciário, no legislativo e no executivo. Os políticos influentes do Império, que chegavam ao topo da carreira, a exemplo de senadores, eram submetidos a uma intensa circulação geográfica, que visava à formação administrativa e política, além de representar o Império nos mais variados recônditos.

²⁷⁹ BRASIL. *Quadro geral da divisão eleitoral do Império*. In: Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Diretoria Geral de estatística., p. 156.

²⁸⁰ Idem.

No caso da região amazônica, é possível notar que alguns políticos de outras províncias conseguiram se eleger para a Câmara dos Deputados e para o Senado, possivelmente pela tardia relação política estabelecida entre o Império do Brasil e o território do antigo Estado do Grão-Pará, pois, conforme lembra a historiadora Magda Ricci, o Grão-Pará foi uma das primeiras unidades administrativas a manifestar adesão às Cortes de Lisboa, ao constitucionalismo português e ao império ultramarino; por outro lado, foi um dos últimos a se integrar ao Império do Brasil – a partir do centro de gravidade do Rio de Janeiro – e ao Parlamento nacional.²⁸¹

Nesse sentido, nota-se que, até 1850, algumas bancadas paraenses junto à Câmara Geral de Deputados foram eleitas contendo homens de outras províncias, como foi o caso das três vagas para deputado pelo Pará ocupadas entre 1834 e 1837 por três pernambucanos, sendo eles: Antonio Corrêa Seara; Visconde de Goyana e José Thomaz Nabuco de Araújo. Obviamente que, no Segundo Reinado, perdurou a presença de não naturais do Pará como representantes na Assembleia Geral do Império. Após 1850, perdurou a presença de não naturais do Pará como representantes na Câmara dos Deputados, mas é notória uma maior presença de paraenses, embora na legislatura do período entre 1872 – 1875, dos três deputados gerais (Manuel José de Siqueira Mendes, Fausto Augusto de Aguiar e Antônio Joaquim Gomes do Amaral), apenas o primeiro era natural do Pará.

Em relação ao Senado, até 1886, o Pará só possuía um representante na Câmara Vitalícia, passando a contar com três senadores após essa data e, durante o Império, apenas dois senadores eram naturais do Pará, visto que os demais sempre foram colocados na representação senatorial via desígnios do Império. Vejamos o quadro 04 abaixo:

Quadro 04: Senadores pelo Pará durante o Império (1826 – 1889)

Tempo no cargo	Nome do Senador	Origem
1826-1841	José Joaquim Nabuco de Araújo	Bahia
1842-1854	José Clemente Pereira	Portugal /
1854-1875	Bernardo de Souza Franco	Pará
1877-1885	Fausto Augusto de Aguiar	Rio de Janeiro
1885	Antonio Joaquim Gomes do Amaral	Bahia
1886-1889	Fausto Augusto de Aguiar	Rio de Janeiro
1886-1889	Antonio Joaquim Gomes do Amaral	Bahia
1886-1889	Manuel José de Siqueira Mendes	Pará

Fonte: Senado Federal do Brasil. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores>. Acesso em: 1º out. 2021.

²⁸¹ RICCI, Magda Maria de Oliveira. O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império. In: GOMES, Flávio Santos Gomes (Org.). *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003, p. 192.

Diante do quadro de senadores paraenses, é preciso compreender que, embora o Senado constituísse uma barreira à circulação das elites (pois quem chegasse àquela instituição tornava-se vitalício, impedindo, assim, a circulação), era um espaço bastante cobiçado, de modo que o Império impunha, em especial às pequenas províncias, nomes externos que geralmente eram designados para cargos jurídicos ou políticos, como a Presidência de Província, e acabavam sendo indicados em uma lista e escolhidos pelo Imperador. Nota-se o caso de Fausto Augusto de Aguiar, natural do Rio de Janeiro, senador pelo Pará entre 1877 e 1889, que chegou a ser presidente do Pará entre 1850 e 1852, o que lhe possibilitou o estabelecimento de laços e relações com os grupos locais.

No que diz respeito à província do Amazonas, essa só veio a possuir um senador a partir da 9ª legislatura, tendo em vista que só foi emancipada como província a partir de 1852, apresentando uma situação de representação política ainda pior do que o Pará, a situação da representação senatorial do Amazonas, exemplificada pela tabela a seguir, ilustra o tema da ocupação dos cargos políticos da província por estranhos advindos de outras partes do Império e da própria região:

Tabela 04: Senadores pelo Amazonas durante o Segundo Reinado (1841 – 1889)

Tempo no cargo	Nome do Senador	Origem
1855-1867	Herculano Ferreira Pena	Tijuco (MG)
1870-1889	Ambrósio Leitão da Cunha	Belém (PA)

Fonte: Senado Federal do Brasil. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores> Acesso em: 1º out. 2021.

Segundo Nasthya Pereira, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado; os representantes políticos eram estranhos à Província. No que diz respeito aos presidentes de província, a situação foi a mesma durante todo o Segundo Reinado, pois, conforme a autora acima citada, todos os administradores nomeados para a província eram estranhos ao Amazonas.²⁸² No que diz respeito aos presidentes de província a situação foi a mesma durante todo o Segundo Reinado, pois conforme a autora acima citada, todos os administradores nomeados para a província eram estrangeiros ao Amazonas.

Dos trinta administradores nomeados para a presidência da Província do Amazonas, todos eram estranhos à região; dos dezesseis vice-presidentes, apenas cinco eram amazonenses. Nesse aspecto, a província pode ser encarada como uma área de

²⁸² PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. *Relações homem-natureza: O discurso político sobre agricultura e extrativismo na província do Amazonas (1852-1889)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

exploração política mais do que uma área administrativa com poder local fortemente fundamentado em seu poder econômico.²⁸³

Esse cenário merece destaque, pois, nesse ponto reside o fator de maior peso para explicar os motivos pelos quais o regionalismo político amazônico foi desenvolvido muito mais pelos paraenses do que pelos amazonenses, visto que embora o Pará tenha registrado a presença de representantes no Parlamento brasileiro e na administração da província advindos de outras localidades, teve na representação parlamentar e na presidência provincial políticos naturais e com vínculos com o local. Essa situação política foi determinante para o disparo de discursos regionalistas de conotações políticas a partir do Pará e, por conseguinte, para o processo de institucionalização da região amazônica. Outros fatores também concorreram para a produção de certa posição regionalista paraense, a exemplo da histórica posição da cidade de Belém como porto e centro urbano da região, bem como a formação de um aparato político e institucional que concentrou e formou certas elites.

A situação do Amazonas era idêntica à situação do Mato Grosso e do Espírito Santo, ou seja, nunca elegeu um filho seu senador do Império. Vejamos o caso de Herculano Ferreira Pena, nascido em Minas Gerais, eleito Deputado ao Parlamento brasileiro entre 1843 e 1852 pela província natal; ele teve uma forte circulação por todo Império, chegando, no Norte, a ser Presidente do Pará (1846-1848), Pernambuco (1848), Maranhão (1849), Amazonas (1853-1856) e Bahia (1859-1860). Quando esteve à frente do Governo do Amazonas, criou as condições para ser indicado ao Senador pela Província em 1855. A outra vaga no Senado pelo Amazonas, durante o Império, foi ocupada por Ambrósio Leitão da Cunha, Barão de Mamoré, natural de Belém/PA, com formação jurídica, que também circulou na presidência de províncias no Norte, presidindo o Pará inclusive em 1858. Deve-se lembrar que, quando Leitão da Cunha foi escolhido senador pelo Imperador, a província do Amazonas já era emancipada do Pará desde 1852.

Outra questão que chama a atenção foram as acumulações de cargos políticos durante o Império, por exemplo, quando esteve à frente da presidência do Pará, Herculano Ferreira Pena conseguiu se eleger deputado geral, em seguida, durante seu mandato de presidente do Amazonas, criou as condições para ser indicado ao Senado pela Província em 1853, exercendo ao mesmo tempo ambos os cargos. É imperioso perceber que boa parte do tempo

²⁸³ PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. Relações homem-natureza: O discurso político sobre agricultura e extrativismo na província do Amazonas (1852-1889). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, como exigência para obtenção do título de Mestre em História. Manaus, 2008, p. 44.

de mandato como senador pelo Amazonas, Ferreira Pena esteve simultaneamente como presidente de outras províncias (Bahia e Mato Grosso), o que evidencia a complexa questão da circulação da elite política imperial, acerca da qual merece destaque o caso do paraense que ocupou a outra vaga no Senado pelo Amazonas, durante o Império, Ambrósio Leitão da Cunha, Barão de Mamoré. Com formação jurídica, ele também circulou na presidência de províncias no Norte, como Paraíba, Pernambuco e Maranhão, presidindo, inclusive, o Pará, em 1858. Assim como foi o caso de Herculano, Leitão Cunha, por exemplo, enquanto exercia o cargo legislativo de deputado geral pelo Pará, nas legislaturas de 1864 a 1866 e de 1867 a 1868, também exerceu concomitantemente o cargo executivo de presidente das províncias do Maranhão (1864- 1865) e da Bahia (1866-1867). Nos dois casos, o de Ferreira Pena e Leitão Cunha, ficam evidenciados o intrincado problema da política imperial no que diz respeito ao jogo de interesses que a circulação de políticos criava.

Politicamente, no Segundo Reinado, as províncias do Pará e do Amazonas sofriam com a baixa representação parlamentar ao nível nacional, continuando uma situação já levantada na década de 1840, pelo então Deputado Souza Franco acerca da baixa deputação no Parlamento. O aspecto político foi uma das queixas que essa área do país sempre fez, a indignação foi uma tônica nos discursos dos políticos, especialmente dos paraenses. Esse aspecto fornece bases para o discurso político de região amazônica, como a busca por um lugar no concerto do poder nacional. Política e juridicamente, o Norte agrário – da Bahia ao Piauí – e o Sul, com destaque para Rio de Janeiro e Minas Gerais, tiveram predominância no que tange aos altos cargos da Nação, o que implica dizer postos de poder. A engrenagem da construção do Estado Nacional estava nas mãos destas províncias divididas em uma geografia binária entre o Norte e o Sul.

Ainda sobre a circulação das elites nos cargos mediante a indicação imperial, com destaque para o cargo de Presidente de Província, também se faz necessário evidenciar que membros da elite política amazônica circularam pelo Brasil. Nesse ponto, cabe mencionar que as queixas dos políticos da área amazônica residiam, sobretudo no número de representantes no Parlamento brasileiro, pois, quanto aos cargos no executivo, especialmente o de Presidente de Província, não há explicitamente menções a tal questão nos discursos políticos durante o Segundo Reinado no Pará. Também se observa que mesmo desenhando um quadro de abandono em relação às ações do Governo Central, membros da elite política dessa parte do Brasil, por ordem imperial, ocuparam o cargo de presidente de algumas províncias pelo país, logo, nota-se que os políticos paraenses tiveram, de algum modo, espaço político no aparelho administrativo do Império, conforme a tabela abaixo demonstra:

Tabela 05: Políticos originários do Pará que administraram outras províncias brasileiras, conforme designação oficial e imperial (1840 – 1889)

Político	Província administrada	Período
Bernardo de Sousa Franco (PA)	Pará	08-04-1839 a 22-02-1840
	Alagoas	06/1844 – 12/1844
	Rio de Janeiro	03-11-1864 a 06-12-1865
João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (PA)	Amazonas	01-01-1852 a 21-04-1853
Ambrósio Leitão da Cunha (PA)	Paraíba	04 -06-1859 a 16-04-1860
	Pernambuco	23-04-1860 a 28-04-1861
	Maranhão	13-06-1863 a 13-06-1865
	Bahia	25-11-1866 a 20-06-1867
	Maranhão	04-09-1868 a 15-06-1869
Pedro Leitão da Cunha (PA)	Santa Catarina	26-12-1862 a 25-04-1864
Domingos Antonio Raiol – Barão do Guajará (PA)	Alagoas	29-10-1882 a 20-12-1882
	Ceará	12-12-1882 a 20-08-1883
	São Paulo	18-08-1883 a 03-09-1884
José Coelho da Gama Abreu – Barão do Marajó - (PA)	Amazonas	24-11-1867 a 08-02-1868
	Pará	07-04-1879 a 26-04-1881
Guilherme Francisco da Cruz(PA)	Goiás	17-01-1886 a 13-08-1886
João Wilkens de Mattos - Barão de Maruiá - (PA)	Amazonas	03-05-1853 a 20-09-1856
	Ceará	12-01-1872 a 13-12-1872

Fonte: NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1973; CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses illustres*. 3.ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970; BRASIL. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. [Barão de Javary]. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1962 [1889].

Deve-se lembrar que a menção ao governo da província natal (Pará) expressa os nomes de políticos que foram indicados e governaram oficialmente as províncias, não registrando os políticos com mandatos interinos, como é o caso dos paraenses Ângelo Custódio Correia, Guilherme Francisco da Cruz e Manoel José de Siqueira Mendes, tendo em vista que, por algumas oportunidades, eles assumiram o governo paraense.

Observa-se na tabela acima que oito membros das elites paraenses foram nomeados como presidentes de províncias, durante o Segundo Reinado, conforme os dados pesquisados nos materiais referenciados acima. É importante registrar que foram nomeados para o cargo de presidente de província no Brasil um total de 595 políticos, conforme dados colhidos e publicados pelo Barão de Javari junto à secretaria da Câmara dos Deputados em 1888. Logo, tem-se uma ideia da proporção do número de paraenses e, portanto, membros da elite política amazônica a integrar a estrutura governamental do Império, ou seja, um baixo quantitativo diante do total de políticos nomeados para o mesmo cargo.

Além disso, nota-se que a maioria desses homens administrou entre uma e no máximo duas províncias exteriores a sua província natal – correspondendo a uma média nacional em que a maioria dos presidentes de província possuíam, no máximo, duas administrações, salvo poucos casos –, com algumas exceções, como Ambrósio Leitão da Cunha (Barão de

Mamoré), que conseguiu o maior número de administrações, totalizando cinco, todas no Norte, embora consideradas importantes nessa grande área do país, sobretudo Pernambuco, Bahia e Maranhão. Pedro Leitão da Cunha, filho de Ambrósio Leitão, foi indicado para presidir a província de Santa Catarina. De todos os casos em tela, apenas Bernardo de Souza Franco e Domingos Antonio Raiol conseguiram administrar uma província no centro do país e do poder político (Rio de Janeiro e São Paulo), com mandato de onze meses para o primeiro e mandato de praticamente um ano para o segundo, fora essas situações, registra-se uma administração no Sul (Santa Catarina) e uma no Oeste (Goiás), de modo que os demais políticos provenientes do Pará administraram províncias no Norte, além do registro de dois paraenses que administraram a vizinha província do Amazonas.

Ainda sobre a participação das elites políticas amazônicas no governo de províncias no país, lembra-se que alguns políticos não naturais do Pará e do Amazonas – que por via da circulação administrativa de pessoal no Império chegaram até a região em tela e fizeram carreira política e construíram laços familiares – foram designados para o posto de presidente de província durante o Segundo Reinado, como foi o caso dos seguintes políticos: Ângelo Thomaz do Amaral, natural do Rio de Janeiro, administrou as províncias Amazonas, Alagoas e Pará, ainda cabendo notar que ele foi eleito por três mandatos para deputado geral pelo Amazonas; Antonio dos Passos Miranda, com provável naturalidade pernambucana, governou Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte e Alagoas, com dois mandatos de deputado geral pelo Amazonas; e Fausto Augusto de Aguiar, natural do Rio de Janeiro, com atuação política de vários anos no Baixo Amazonas, governou o Pará e o Ceará, com cinco mandatos de deputado geral pelo Pará e também um mandato de senador pelo Pará.

Outro fator a denotar a diferenciação regional brasileira diz respeito aos títulos de nobreza distribuídos ao longo do Segundo Reinado. Tal fator pode apontar para a nobilitação das elites regionais e suas relações com o Imperador. Jéssica Oliveira, ao estudar os padrões de nobilitação no Segundo Reinado, observou que a distribuição de títulos foi desigual entre as províncias do Império.²⁸⁴ Os títulos de nobreza, como os de Barão, Honras de Grandeza, Barão com Grandeza, Visconde, Conde, Marquês, Duque, entre outros, foram instrumentos utilizados pela monarquia para a negociação com as elites províncias/regionais no jogo

²⁸⁴ OLIVEIRA, Jessica Manfrim de. Entre 'grandes' e titulares: os padrões de nobilitação no Segundo Reinado. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2016.tde-11032016-154713. Acesso em: 2023-08-11

político imperial. Conforme o estudo de Oliveira, é possível quantificar os títulos distribuídos por província, entre 1840 e 1889:

Tabela 06: Quantitativo geral de títulos de nobreza por província no Império

Províncias	Quantitativo geral de títulos de nobreza por província
Alagoas	16
Amazonas	5
Bahia	95
Ceará	10
Espírito Santo	8
Goiás	0
Maranhão	15
Mato Grosso	6
Minas Gerais	139
Pará	17
Paraíba	5
Paraná	11
Pernambuco	89
Piauí	8
Rio de Janeiro	288
Rio Grande do Sul	53
Santa Catarina	3
São Paulo	129
Sergipe	10

Fonte: OLIVEIRA, Jessica Manfrim de. *Entre “grandes” e titulares: Os padrões de nobilitação no Segundo Reinado*. 2015. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11032016-154713/>.

Na tabela acima, é possível perceber a assimetria regional quanto à distribuição dos títulos de nobreza pelo Império do Brasil quando, novamente, se repetem o poder e a importância de províncias como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco, seguidas pelo Rio Grande do Sul. Para demonstrar as assimetrias no que diz respeito à concessão dos títulos de nobreza durante o Segundo Reinado, Oliveira compara, em parte específica de seu estudo, não os simples títulos nobiliárquicos, mas aqueles títulos considerados grandes (com honras, baronatos e viscondados com grandeza, condados, marquesados e ducado) concedidos a sujeitos do Rio Grande do Sul – província que se comparada com as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco, foi agraciada com menos títulos – observando que 13 figuras dessa província receberam títulos grandes, enquanto outras 14 províncias brasileiras – a maioria no Norte, incluindo o Pará e o Amazonas – alcançaram 22 títulos grandes, contabilizando uma média de pouco mais de 1 título grande por província. Logo, nota-se que mesmo sendo a última província entre as províncias agraciadas com mais títulos grandes no Segundo Reinado,

mesmo assim, o Rio Grande do Sul ainda galgou mais títulos do que 14 províncias do Império brasileiro.²⁸⁵

Em relação às 14 províncias menos agraciadas com nobilitações no Segundo Reinado, Oliveira considera que o Pará ainda foi a província que mais recebeu títulos entre títulos simples e agregados (grandes), com um total de 17, seguida por Alagoas (16) e Maranhão. O Amazonas recebeu 5 títulos no período.²⁸⁶

4.3 “Querem aparar as asas da águia”: o lugar da região amazônica na economia nacional

A economia pode ser um bom parâmetro para aferirmos a regionalização do Brasil no século XIX, pois, através das atividades produtivas e de suas respectivas províncias, pode-se conhecer melhor a acentuação da diferença regional na Segunda metade do século XIX. Richard Graham defende a ideia de que, no século XIX, uma força que provocava divisões era o regionalismo e considera que esse movimento que fazia com que os sujeitos sentissem forte apelo ao lugar era marcado pela força das economias de cada região que definiam zonas distintas de relações políticas. A rivalidade entre as zonas produtivas trazia problemas ao sistema político central; para Graham, tal fato contribuiu para a queda do Império.²⁸⁷ Graham aponta, ainda, que o aumento nas exportações de café projetou o peso político do Rio de Janeiro e que um conjunto de fatores contribuiu para tal situação, pois foi renovada uma devoção pela centralização do poder na província fluminense; em outro contexto, surgiu uma apreensão generalizada decorrente da agitação social causada pelas rebeliões regenciais, o que teria lastreado o movimento regressista das pautas e instrumentos liberais, como o Ato Adicional de 1834. Neste contexto, a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em um centro nacional, como consequência da rede clientelística que foi montada a partir do aparato político fluminense.²⁸⁸

Os principais produtos agrícolas do período foram: Café; açúcar e algodão. Além destes, somam-se, com certo destaque, outras economias que vieram à pauta das exportações brasileiras, como os couros, as peles de gado e a extração da borracha. O açúcar foi o

²⁸⁵ Ibidem, p. 67.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ GRAHAM, Richard. 1997. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

²⁸⁸ Ibidem.

principal produto da economia brasileira desde os tempos coloniais até 1840; ele foi produzido em grande escala na zona hoje intitulada de nordestina; depois, na província do Rio de Janeiro. Entre 1840 e 1850, a demanda externa do açúcar brasileiro declinou, de modo que a Bahia e outras províncias do Norte agrário sofreram uma involução econômica. Utiliza-se, neste ponto, o conceito espacial de Norte agrário a partir de Evaldo Cabral de Mello que considera o recorte situado entre o Recôncavo baiano e o Maranhão como áreas ligadas às lavouras de exportação – como algodão, fumo e especialmente o açúcar²⁸⁹.

Coincidindo com a força política fluminense através do grupo Saquarema, 1840 marca o momento em que o café ultrapassa o açúcar na liderança das exportações nacionais. Até 1850, a região do rio Paraíba do Sul predominava na produção cafeeira, todavia, a partir deste momento, a lavoura do Oeste Paulista ascendeu, de modo a ultrapassar a primeira região produtora em 1880. Com o declínio do açúcar no mercado internacional, o café atendeu à necessidade de um país carente de capitais e utilizava praticamente a mesma mão de obra da cana-de-açúcar, notadamente a escrava, de modo que, a partir de 1850, a falta de braços neste tipo de lavoura fortaleceu o tráfico de escravos do Norte para o Sul. Para Consuelo Quadros, entre 1850 e 1880, o Norte agrário forneceu em torno de 90.000 escravos ao Sul²⁹⁰. A progressão do setor cafeeiro no Brasil projetou as elites políticas do Sul no cenário imperial. A partir da segunda metade do século XIX, as elites paulistas se afirmaram e se aliaram a um modelo de agricultura capitalista, com isso, o poder político e o capitalismo projetaram estradas de ferro na região, o que conferiu certa modernização às fazendas produtoras de café.

Por volta da década de 1880, o tráfico interprovincial já dava sinais de desgaste mediante os altos custos para os fazendeiros de café, além dos impostos e do apoio das elites nortistas à abolição da escravidão. Para tentar resolver a questão, o Império tentou estabelecer uma política de imigração estrangeira durante o Segundo Reinado, que ficou conhecida como mais uma forma de centralização por concentrar a maioria dos incentivos e de colonos no Sul do país. Conforme Mello, a ação do Governo Central foi decisiva em matéria de imigração estrangeira, mas o Norte não se beneficiou dessa política de estado, pois foram raras e fracassadas as tentativas feitas nesse sentido nessa parte do país, inclusive nas províncias de maior peso político como Bahia e Pernambuco²⁹¹. Ainda para Mello, somente no final da década de 1880, as chamadas grandes províncias nortistas, como a Bahia, Pernambuco e Pará

²⁸⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1999.

²⁹⁰ QUADROS, Consuelo Novaes S. de. Formação do Regionalismo no Brasil. In: *Revista do Centro de Estudos Baianos*, nº 77, pp. 5-13.

²⁹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1999.

obtiveram verbas modestas para a imigração, sobretudo como decorrência dos protestos contra a centralização do processo imigratório.

O Pará e o Amazonas se ressentiam de uma série de investimentos e de participação no poder nacional. A demanda por imigração para resolver o problema de mão de obra para a agricultura foi uma tônica dos discursos políticos, sendo desenvolvidas estratégias e propagandas visando atrair estrangeiros à região amazônica com o objetivo de obter “braços qualificados”, chegando a contratar homens de letras e propagandistas na Europa para tal fim. O Pará sempre reclamou do baixo atendimento de seus pleitos nessa área, demandando a imigração estrangeira, o que não necessariamente ocorreu, pois tal carência foi sendo preenchida pela migração nacional com a chegada de muitos cearenses que acabaram abastecendo os seringais de mão de obra. Os auxílios à lavoura foram outro dilema e motivaram a queixa dos nortistas contra o Governo imperial.

Em um país de economia agrícola, com uma classe senhorial detentora do patrimônio territorial, os congressos agrícolas são de extrema importância para situarmos a diferenciação regional que se examina, pois exprimem a relação da política e da economia naquele momento, visto que, mesmo em declínio econômico, o Norte agrário possui marcante presença na política nacional e o Sul era a região ascendente no comércio internacional, de forma que o acirramento entre as duas regiões foi provocado à medida que o Governo Central convocou um congresso agrícola no Sul, em 9 de julho de 1878 e não convidou os proprietários do Norte, que imediatamente se mobilizaram, ainda em julho, através da Sociedade Auxiliadora da agricultura de Pernambuco, de modo que foi convocado um congresso com as mesmas finalidades para o mês de outubro.

De maneira clara, o Congresso Agrícola do Norte significou uma resposta à iniciativa do Governo Central em se reunir somente com as províncias do Sul. A natureza do congresso realizado em Recife refletia o debate sobre o declínio do comércio do açúcar e ascensão do café como acirramento entre o Norte e o Sul. O tom regionalista foi amplificado durante os trabalhos do congresso nortista²⁹². O *Diário do Pernambuco* assim se reportava:

O Congresso Agrícola do Norte
Ontem, ao meio dia, foi inaugurado, no Paço da assembleia Provincial, o primeiro
Congresso Agrícola do Norte, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da

²⁹² PERRUCCI, Gadiel. *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, outubro de 1878* / introdução de Gadiel Perruci. Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco. Edição fac-similar comemorativa do Primeiro Centenário, 1878-1978 ; Fac-simile de: Recife: Typ. de M. F. de Faria & Filhos, 1879.

agricultura de Pernambuco, que teve a ideia dessa reunião para contrabalançar a influência que por ventura pudesse ter a do Congresso Agrícola do Sul.

Tanto nos basta para que saudemos o primeiro congresso do norte, filho da iniciativa particular, como o pródromo do futuro lisonjeiro que desde muito sonhamos para esta banda do Império do Brasil, cuja a união, necessária, indispensável [...] ²⁹³.

Foram convocados oficialmente, para o congresso nortista, os representantes das seguintes províncias: Ceará; Rio Grande do Norte; Paraíba; Alagoas e Sergipe; além do anfitrião (o Pernambuco); e do Piauí que enviaram representantes ao Congresso. Neste momento, o Norte agrário emergiu como uma região delimitada a partir da área de influência da praça comercial de Pernambuco. As secas, como temática dos pronunciamentos dos parlamentares desta província e os discursos dos congressistas agrícolas no Recife projetaram uma diferenciação no antigo território do Norte que iria da Bahia ao Amazonas, pois o grande Norte passa a ser um Norte delimitado do Sergipe ao Piauí sob a capitalidade recifense.

Além das questões ligadas à rivalidade econômica, a Bahia não foi convidada para compor esse Norte a partir de Recife, haja vista que sua economia era pautada no cacau e no fumo, com certa expressividade nos ganhos à época – logo, não era a mesma realidade vivida pela economia açucareira, por exemplo. Por outro lado, a região amazônica singularizava-se a partir da economia extrativa da borracha e apresentava um desenvolvimento financeiro destacado no país – também uma situação diferente da área açucareira, embora essa renda não se revertesse à região, conforme aponta Celso Furtado, que completou seu raciocínio elencando que o Maranhão e o Pará constituíam dois centros econômicos autônomos, inclusive o Pará era um núcleo totalmente isolado.²⁹⁴ Ainda se deve lembrar do Maranhão, que também não fez parte do Congresso agrícola do Norte. Além do argumento de Furtado, ao considerar o Maranhão um centro autônomo, como dito acima, deve-se também notar a passageira percepção de que a economia maranhense vivia em desenvolvimento – provocada pela alta dos preços do algodão entre 1860 e 1870, por ocasião das necessidades do mercado internacional – de modo que, a exemplo da Bahia e da área amazônica, não era visto como detentor de uma realidade econômica semelhante às províncias sob a influência de Pernambuco.

Cabe notar que, pelo teor da correspondência oficial entre o Governo Central e a Província do Pará, essa última recebeu apenas um ofício da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 12 de setembro de 1880, informando que a

²⁹³ O Congresso Agrícola. *Diário de Pernambuco*. Ano LIV, nº 230, Pernambuco, 7 de outubro de 1878.

²⁹⁴ FURTADO, Celso. Op. Cit., 2007.

referida Secretaria estava enviando, à Província, um total de 20 exemplares do livro intitulado *Congresso Agrícola*, sem citar se fazia referência ao Congresso realizado no Rio de Janeiro ou ao Congresso que aconteceu em Recife.²⁹⁵ O mencionado ofício ainda recomendava que os exemplares fossem distribuídos entre as associações científicas, literárias e artísticas da Província, sem fazer nenhuma referência à agricultura ou seguimentos dessa área, o que pode indicar a maneira como as autoridades do Império enxergavam a agricultura do Norte amazônico. Neste ponto, cabe lembrar a postura do próprio Presidente do Conselho de Ministros à época, Cansansão de Sinumbú que, ao responder sobre as críticas de que não teria convidado as províncias do Norte para o Congresso agrícola ocorrido no Rio de Janeiro, elencou que o motivo teria sido a falta de tempo hábil para o convite, mas o que merece notar foi a forma como Sinumbú se referiu à lavoura do Norte, sobretudo resumida na área produtora de cana de açúcar sob a influência de Pernambuco.²⁹⁶ Logo, o Norte correspondente as províncias do Pará e Amazonas se quer foram citadas ou lembradas na fala do Presidente, o que demonstra o porquê de as elites amazônicas se ressentirem da falta de atenção do Governo Central.²⁹⁷

As ressonâncias do citado Congresso no Pará foram, à época, demonstradas pela imprensa partidária, sendo que o jornal *O Liberal do Pará* tratou o tema como um avanço do governo liberal, não apresentando nenhuma crítica ou indiferença pela não participação do Pará no congresso. O jornal *A Constituição* – ligado ao Partido Conservador – e o jornal *Diário de Belém* – que também possuía tradição conservadora na Província – reverberaram críticas às promessas que surgiram no Congresso Agrícola do Sul. Na verdade, somente em 1910 o Pará e o Amazonas realizaram um congresso agrícola, especialmente em função da crise da produção e comercialização da goma elástica.

Na outra ponta do Norte, o Pará se portou similarmente a Pernambuco em relação à área geográfica sob sua influência, pois, diante da economia da borracha, do crescimento comercial de sua praça e de seu porto na segunda metade do século XIX, adotou posição regional, utilizando a herança política e geográfica do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, no

²⁹⁵ BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ofício/Secretaria/Diretoria de Agricultura/1ª seção/ nº 2/ 12 de setembro de 1880. Arquivo Público do Pará.

²⁹⁶ Câmara dos Deputados. In. *O Liberal do Pará*. 01 de junho de 1879. Parlamento Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

²⁹⁷ É perceptível que à época existia, por parte da pasta ministerial encarregada da agricultura, um olhar de que essa parte do Brasil era um grande repositório de espécies vegetais, daí o interesse para que o Pará enviasse sementes e plantas à Corte, a exemplo do pedido de mudas de Açúcar ou ainda o pedido de trezentas sementes de *Siphonia* elástica, conforme ofício enviado à presidência do Pará, em 27 de outubro de 1880. Sobre o último pedido, ver: BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ofício/Secretaria/Diretoria de Agricultura/1ª seção/ nº 6/ 16 de julho de 1881. Arquivo Público do Pará.

sentido de se colocar na luta por participar da construção do Estado Nacional e por requerer a atenção deste mesmo Estado para suas fronteiras. Todavia, é imprescindível conhecer, em linhas gerais, a economia amazônica pertinente ao século XIX; para tanto, recorre-se inicialmente a Roberto Santos, autor de destacado estudo sobre a economia amazônica, ele considera que entre 1800 e 1840, a economia da antiga província do Grão-Pará sofreu uma curva descendente, aferida pela queda do produto interno por habitante. Segundo o autor, ocorreram flutuações no movimento da renda do Pará; por exemplo, para ele, alguns fatores explicam esse cenário de crise, a saber: a queda dos preços do cacau; o quadro mundial adverso para produtos tropicais; a guerra do Pará na região da Guiana; os movimentos políticos locais, sobretudo a Cabanagem.

Conforme Santos, após 1850, a economia da região amazônica passou por mudanças consideráveis, pois além da navegação a vapor e da abertura do rio Amazonas às nações estrangeiras, em 1866, a extração da borracha projetou a região no cenário internacional, pois os números das exportações do produto evidenciaram as tendências de crescimento, tendo o momento de maior ascensão entre 1880 e 1910.²⁹⁸ Segundo dados apresentados pelo autor, a região amazônica apresentou crescimento considerável nas médias anuais das importações, bem como das exportações durante a segunda metade do século XIX.

A borracha passou a responder à demanda do mercado europeu e estadunidense, de modo que a floresta amazônica sofreu uma rápida ofensiva para a exploração da seringa. Prado e Capelato demonstram, em texto clássico sobre a borracha, que a arrancada produtiva ocorreu no século XIX, especialmente a partir da década de 1850, sendo que, entre 1890 e 1910, a borracha praticamente assumiu o segundo lugar nas exportações brasileiras, momento de grandes ganhos em função dos preços altos alcançados na economia mundial.²⁹⁹ Nesse sentido, Celso Furtado apontou que, na segunda metade do século XIX, a Amazônia possuía a menor porcentagem da população do país e que, portanto, o cálculo da taxa de crescimento da renda per capita dessa parte do país era a maior do Brasil em função das rendas alcançadas com a borracha.³⁰⁰ A tabela abaixo apresenta dados que permitem exemplificar o crescimento das rendas com a borracha a partir de 1865:

²⁹⁸ SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1820-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

²⁹⁹ PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO, Maria Helena. A Borracha na economia brasileira da Primeira República. In: *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)* [S.l: s.n.], 1989.

³⁰⁰ FURTADO, Celso. Op. Cit., 2007.

Tabela 07: Tabela da exportação da borracha paraense (1865 – 1892)

Período	Quantidade de quilos	Valor oficial
1865-1869	16.364.646	22.356:382\$000
1869-1874	18.764.268	33.557:107\$380
1874-1879	25.655972.5	33.0002:390\$721
1879-1884	26.785.215.5	66.339:301\$214
1884-1889	35.281.918	71.592:922\$332
1889-1892	23.318.957	66.909:274\$993

Fonte: Relatórios apresentados ao sr. Governador Dr. Lauro Sodré pelos chefes de repartições, em 1894. Belém: Tipografia do Diário Oficial, 1894.

A tabela acima aponta para o crescimento considerável da exportação da borracha paraense, registrando apenas um período de não crescimento, notadamente entre 1874 e 1879, mesmo com o registro de alta na produção da borracha. Observa-se, na série exposta, que o período entre 1884 a 1889, foi o momento de maior ganho financeiro com a borracha; inclusive, neste período, a borracha já era o terceiro produto mais exportado pelo Brasil, ficando atrás do café e do açúcar. Essa expressão econômica da região amazônica, já que praticamente toda a borracha produzida no Amazonas também era exportada pelo porto do Pará, embasava as críticas das elites políticas amazônicas de que a região era usurpada pelo Governo Central, através de impostos.

No quadro das assimetrias regionais brasileiras, deve-se considerar que, apesar das altas rendas da borracha, esse dinamismo não foi capaz de projetar, a longo prazo, a região amazônica para rivalizar, em termos de importância econômica e política, com a região cafeeira no sul do Brasil, haja vista que a riqueza advinda da borracha não se sustentou por muito tempo e nem criou as condições de diversificação da economia amazônica, como identificou o economista Mircea Buescu. Segundo esse autor, São Paulo, diferentemente do Pará, por exemplo, a partir do café, gerou um mercado forte; um processo de industrialização; conseguiu obter mão de obra suficiente para o setor produtivo, sobretudo pela imigração estrangeira e a manutenção do abastecimento interno. Além do que, a borracha natural não teve condições de enfrentar a concorrência externa da borracha de cultura (plantada).³⁰¹ Obviamente que se deve acrescentar, na análise do autor, o peso que as questões políticas, considerando o crescimento da importância política dos paulistas nas décadas finais do século XIX. Outro autor da área econômica, Celso Furtado, já citado, observou que os altos ganhos da economia da borracha não eram revertidos à região amazônica, parte dessa renda não era

³⁰¹ BUESCU, Mircea. *Brasil: disparidades de renda no passado: subsídios para o estudo dos problemas brasileiros* / Mircea Buescu. - Rio de Janeiro: APEC, 1979.

revertida à região e a parte que chegava era liquidada em importações, haja vista que o sistema extrativista diminuiu a produção em outros setores.³⁰²

Diante do cenário econômico favorável, mas sem ações efetivas de retorno do montante dos impostos arrecadados pelo Governo Central, bem como a falta de mais ações desse mesmo Governo para a região, os representantes paraenses e amazonenses no Parlamento brasileiro reclamavam do desamparo sofrido e costumavam realçar, em seus discursos, as formas pelas quais a área amazônica era preterida diante de outras províncias, como é possível observar na sessão de 18 de julho de 1866, da Câmara dos Deputados, ocasião em que o deputado paraense Domingos Antonio Raiol reclamava e pedia providências à Câmara em relação ao que chamou de um arbítrio cometido pelo Ministro da Agricultura, falava assim que o referido Ministro teria violado a Lei de 28 de junho de 1865 que autorizava o Governo a custear uma companhia de navegação norte-americana que faria a ligação dos Estados Unidos com os portos do Belém, Recife, Bahia e Rio de Janeiro. A citada violação, segundo Raiol, teria ocorrido no contrato encaminhado pelo Ministério, ocasião em que o Pará teria sido excluído de seis viagens anuais da companhia americana. As primeiras manifestações sobre o tema foram dos deputados liberais Tito Franco (Pará) e José Moreira (Amazonas), com participação moderada do deputado conservador paraense Ambrósio Leitão da Cunha:

Francos de Almeida: O gabinete só lembra do Pará quando quer fazer reacção política;
 Sr. Moreira: é o mesmo que acontece com a infeliz província do Amazonas;
 Sr. Raiol: com que direito o nobre ministro privou a província do Pará dos favores que lhe concedeu a lei?
 Franco de Almeida: o commercio, a província inteira mostrou-se muito reconhecida;
 Leitão da Cunha: é uma verdade; todos aplaudiram a medida, por realmente de grande futuro;
 Sr. Moreira: E' o systema do cerceamento para o Valle do Amazonas; **querem aparar as asas da águia** [grifos nossos].³⁰³

É Interessante perceber a fala do deputado amazonense José Moreira: “E’ o systema do cerceamento para o Valle do Amazonas; querem aparar as asas da águia”, uma alusão ao disparo das rendas na região e a ideia de que o Governo Central não atendia, a contento, ao Pará e ao Amazonas. Em várias outras oportunidades, os deputados paraenses, especialmente os liberais entre as décadas de 1850 e 1870, reproduziam a ideia de que a região amazônica,

³⁰² FURTADO, Celso. Op. Cit., 2007.

³⁰³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 18 de julho de 1866. p. 178. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

em pouco tempo, seria uma das regiões mais ricas e prósperas do Brasil e que a sua arrancada rumo ao progresso era freada pela alta arrecadação de impostos que eram, afinal de contas, revertidos para outras províncias.

O movimento comercial da região, provocado pela economia da goma elástica na segunda metade do século XIX, foi determinante para o Pará assumir uma posição regional no cenário brasileiro e nortista, pois deve-se considerar que as elites políticas e econômicas paraenses recearam, ao longo do tempo, o antigo fantasma da subordinação ao Maranhão, praça comercial de considerável peso no Norte brasileiro que, de 1621 até 1751, administrou a região mediante o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Nestes termos, aventa-se como explicação para certo “fechamento regional do Pará com o Amazonas” em torno da Amazônia, não agregando o Maranhão, o fator econômico, a liderança regional, e a sempre reivindicação da capitalidade de Belém pelas suas elites, o que explica as demandas dos parlamentares paraenses em buscarem a autonomia do comércio da província paraense em relação ao Maranhão, como se pode observar no projeto do Deputado a Assembleia Geral, em 1860, Tito Franco de Almeida, ao propor a criação de um juiz especial de direito do comércio visando não depender mais do tribunal de comércio de 2.^a instância e do tribunal de relação comercial sediado no Maranhão. Tito Franco no debate no Parlamento contra um colega Deputado pelo Maranhão expôs:

Sr. Presidente, eu poderia estender-me bastante nessa ocasião, poderia descrever o estado da província do Pará, subordinada à relação do Maranhão. Poderia dizer a V. Ex. que na Província do Pará receião todos enviar pleitos para serem decididos naquelle tribunal, porque o menos que lhes acontece é dormirem na poeira dos cartorios por espaço de quatro, cinco ou seis annos, sem obter decisão alguma³⁰⁴.

Todo o pronunciamento do Deputado Tito Franco de Almeida convergiu para produzir uma representação da província rica e desconsiderada pelos poderes maiores do Império naquilo que trata da área comercial, sua justificativa se pautava nas rendas provinciais que apresentavam *superavit* e que justificavam a independência do Maranhão. O Deputado paraense também deixou evidenciar, em seu discurso, que falava em nome de uma região, notadamente a área correspondente ao Pará e ao Amazonas, pois considerava que as províncias do Pará e Amazonas estavam sobre a jurisdição de um tribunal comercial que procedia com descaso às demandas que lhe eram enviadas.

³⁰⁴ ANAIS da Câmara dos Deputados. Câmara dos Senhores Deputados, sessão de 30 de maio de 1860. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional D. Villeneuve & C, 1860. p. 53

Com a instalação da província do Amazonas, em 1852, os representantes paraenses encontraram o momento propício para a reinvenção regional, dada a perspectiva de superação da concepção de território atrasado em termos de civilização e economia. As novas denominações, como Vale do Amazonas e região amazônica representaram o esforço por produzir novas percepções dessa área, pensada no horizonte de perspectiva. Assim, os parlamentares paraenses, ainda na década de 1850, passaram a falar em termos regionais, como assim o fez Tito Franco de Almeida, em 5 de julho de 1859, que exprimia o interesse em tratar de uma área mais ampla do que apenas a província paraense:

É verdade que só tenho fallado no Pará; mas quando o faço entenda-se que me e refiro ao Pará e Amazonas; como formando um todo; pois, peço licença ao nobre deputado pelo Amazonas para dizê-lo, ainda não me acostumei a considerar a província do Amazonas separada do Pará, porque seus interesses nos estão tão ligados, suas necessidades são as mesmas, de sorte que o Pará e o Amazonas constituem em quasi todos os pontos uma só província.³⁰⁵

O discurso de Franco de Almeida possui um peso simbólico por ser uma representação acerca da formatação regional pretendida pelas elites paraenses e ampliada pela ideia de região amazônica e de Amazônia ao longo da segunda metade do século XIX. A abertura internacional do rio Amazonas e o crescimento comercial dessa área do país fez com que a classe política amazônica alavancasse um discurso regional que reivindicava consideração e atendimento junto ao Governo Central.

Diante do crescimento econômico da região, a questão da arrecadação e dos impostos foi bastante reclamada pelos paraenses, como já mencionado, visto que se acusava o Governo Central de arrecadar mais e de investir menos na região. Moacir Silva constatou, em estudo sobre a economia do Pará no que diz respeito à arrecadação e à política tributária durante o período imperial e anos iniciais da República, que entre 1850 e 1860, de toda a arrecadação feita através da Província, o Governo Central reteu 79% do montante, ao passo que o Pará ficou com apenas 20,7 %, observando ainda que o primeiro retornou apenas 0,03% do que arrecadou em investimentos de obras na província, contrastando com os investimentos provinciais na ordem de 24% provenientes de sua arrecadação. Entre 1860 e 1870, o cenário

³⁰⁵ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Câmara dos Senhores Deputados, sessão de 28 de maio de 1859. Rio de Janeiro: 1859, p. 113

da arrecadação se repetiu, pois, os tributos gerais ficaram em torno 64%, embora os tributos provinciais tivessem sido da ordem de 43,5 %³⁰⁶.

A situação das assimetrias regionais brasileiras, em particular da queixa das elites políticas do Norte (agrário e amazônico) em relação às consideráveis arrecadações do Governo Central e pouco retorno desses valores às províncias precisavam ser vistas mais de perto para se conhecer a real correspondência entre as reclamações das elites nortistas e a política econômica do império com as províncias. Para tanto, recorre-se aqui aos Balanços das receitas e despesas do Império nos exercícios correspondentes ao período entre 1874 e 1888, com os seguintes intervalos, ou seja, não puderam ser acessados os balanços dos seguintes anos: 1882, 1883, 1885, 1886 e 1887. Os balanços financeiros analisados constituem nesse estudo uma amostra do orçamento do Império. Para facilitar a compreensão do tema, analisou-se a receita e despesa do Império no recorte evidenciado, considerando as diferenças entre receitas do Governo Central nas províncias e a despesa do primeiro nestas últimas.³⁰⁷

Os dados analisados nos Balanços das receitas e despesas do Império entre 1874 e 1888 evidenciam que: na área amazônica, as receitas do Governo Central no Pará superavam as despesas, de modo que as elites políticas, de fato, possuíam certa razão em reivindicarem o retorno do que era arrecadado em benefício da província e região; por outro lado, no Amazonas, em grande parte dos anos analisados, as receitas do Governo Central nessa província foram inferiores às despesas, obviamente que se deve levar em conta o fato de boa parte das rendas decorrente do comércio da borracha do Amazonas ter sido exportada pelo do Pará. Logo, deve-se ter em mente que, oficialmente, o Amazonas recebeu mais do que contribuiu e, nesse caso, se deve levar em conta a área de fronteira existente na província, basta salientar que os maiores gastos do Império nessa área advieram das despesas somadas dos ministérios da Guerra e Marinha. Na série analisada, somente nos exercícios financeiros de 1881 a 1882 e 1888, o Amazonas registrou a contribuição de maior receita em relação à despesa do Governo Central.

Há de se destacar também um fator que impulsionava as críticas ao Governo Central e o interesse em galgar um novo patamar na cena política nacional a partir de uma liderança

³⁰⁶ SILVA, Moacyr Fecury Ferreira da. *Do Regional ao Nacional: Pará (1850-1914)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo 1996. (versão impressa)

³⁰⁷ BRASIL. Ministério da Fazenda. Inspeção Geral de Finanças. *Volumes: 1877, 1878, 1880, 1881, 1883, 1884, 1887*. Editor ou instituição responsável pela publicação: Rio de Janeiro: Typographia Nacional; Disponível em Memória Estatística do Brasil (Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro): http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/pesquisa.php Acesso em: 18 ago. 2022.

regional por parte dos representantes da região amazônica, a saber: o fato de que, na área amazônica e no Brasil central, somente a província do Pará teve um balanço financeiro junto ao Governo Central com saldos positivos, ou seja, contribuía mais para orçamento geral do que recebia, haja vista que as províncias de Goiás e Mato Grosso, à época, apareciam como deficitárias, bem como, Minas Gerais, província essa que possuía a maior bancada na Câmara dos Deputados. Deve-se lembrar que a análise até aqui diz respeito à arrecadação e as despesas do Governo Central, pois, internamente, existiam outros cenários econômicos pertinentes ao governo da província. Abaixo segue uma tabela das receitas e despesas do Império no Pará:

Tabela 08: Receita e despesas* do Império no Pará entre 1874 – 1884 (exceto os anos de 1882, 1883)

Ano	Receita	Despesa	Equivalência ou saldo positivo para
1874	3.431:176\$817	2.208:422\$039	Governo Central
1875	3.304:605\$673	2.024:674\$133	Governo Central
1876	4.345:243\$465	2.190:101\$540	Governo Central
1877	4.314:173\$965	2.222:933\$533	Governo Central
1878	5.116,645\$083	3.110:178\$520	Governo Central
1879	428:524\$746	245:842\$537	Governo Central
1880	6.135:100\$504	2.706:712:206	Governo Central
1881	9.994:373\$300	1.904:174\$019	Governo Central
1884	6.903:817\$231	2.451:057\$231	Governo Central

Fonte: BRASIL. *Balanços da Receita e Despesa do Império*. Ministério da Fazenda. Inspetoria Geral de Finanças. Volumes: entre 1878 e 1891. Editor ou instituição responsável pela publicação: Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Disponível em Memória Estatística do Brasil (Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro): http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/pesquisa.php Acesso em: 18 ago. 2022. Nota:*Valores em mil contos de réis.

Conforme se observa na tabela, em todos os anos da amostra selecionada, as receitas do Império no Pará foram maiores do que as despesas com essa província, pois até mesmo ano de menor arrecadação (1879) também se registra um menor percentual em despesas. O Ano de 1881 registrou a maior diferença entre os valores da arrecadação total na província e as despesas que o Império teve no Pará, o que explica, em parte, uma forte ofensiva discursiva dos deputados paraenses e amazonenses na Câmara do Deputados do Brasil no sentido de angariarem recursos e obras para a região amazônica, sobretudo ligadas à navegação e às estradas de ferro. Deve-se considerar que o Início da década de 1880 revela uma maior arrecadação do Governo Central no Pará e as despesas efetuadas na província praticamente continuaram na média da década de 1870, o que permite aventar também, em partes, a intensificação do regionalismo político amazônico na província do Pará – como se verá nos últimos capítulos dessa tese – inclusive, com o uso do nome Amazônia para denominar a

região, permitindo se observar o deslocamento na relação entre conceitos, experiências e estados de coisas que são conceitualizados, como prevê a História dos Conceitos.³⁰⁸

Os balanços das receitas e despesas do Império entre 1874 e 1888 também demonstram que o Município da Corte, capital do Brasil à época, nesse recorte temporal, com exceção do ano de 1888, sempre apresentou receita menor do que a despesa, ou seja, o Governo Central arrecadou menos e gastou mais nessa Unidade do país, logo o discurso das elites amazônicas, nortistas e paulistas, nesse aspecto, fazia sentido, pois de fato o Império brasileiro terminava gastando quantias vultosas a mais do que arrecadava na Corte, ao contrário do que ocorria no Pará, na Bahia, no Pernambuco e em São Paulo, por exemplo. Por outro lado, tanto províncias do Sul, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul (São Pedro), bem como províncias do Centro, como Minas Gerais, províncias do Norte agrário, como Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí – estas últimas, sobretudo a partir de 1877 com os socorros públicos voltados para o problema das secas – e uma província da região amazônica, como o Amazonas, contribuíam menos com a receita do Império e recebiam mais em custeio de despesas por parte do Governo Central.

Para resumir a compreensão acerca da construção das assimetrias regionais durante a época do Brasil imperial, recorre-se ao estudo de Villela, cujo objetivo foi medir a contribuição relativa das províncias dos chamados Norte e Sul do Império para o total das receitas e despesas do Governo Central durante o Segundo Reinado. O autor comparou a distribuição regional das despesas líquidas com a contribuição do Sul e do Norte para a receita líquida (de operações de crédito) do Governo Central, a cada ano, entre 1844 e 1889, chegando à conclusão de que, em 36 dos 44 anos fiscais examinados no estudo em tela, a região Sul foi atendida com despesas do governo imperial em dimensão superior à contribuição daquela região para a receita total do Império. Por outro lado, levando-se em conta a excepcionalidade dos gastos relativos aos socorros públicos com as vítimas das secas em 1877-8, 1878-9 e 1889 – que fizeram com que a região Norte recebesse transferências líquidas do Governo Central naquele período –, o autor também concluiu que em momentos e condições “normais”, o Norte executou transferências líquidas de recursos de ordem fiscal em 39 dos 44 anos examinados.³⁰⁹ Considerando o que o autor chamou de transferência líquida, a situação em que a contribuição de uma dada região para a receita do Império excedia a sua

³⁰⁸ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., 2020.

³⁰⁹ VILLELA, André. Distribuição regional das receitas e despesas do Governo central no II Reinado, 1844-1889. *Estudos Econômicos*. [S.l.], v. 37, n. 2, jun., 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612007000200001>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35904>

participação nas despesas líquidas, ou seja, a contribuição era maior do que a despesa, observa-se que o Norte acabou por transferir mais recursos ao Império do que recebia de volta na modalidade despesa.

Reforçando os dados apresentados acima, Villela registrou que a “primazia da região Sul como destino dos gastos do governo imperial se manteve em todos os ministérios no período em apreço, ainda que em menor grau nos casos do Ministério dos Estrangeiros e o da Fazenda.”³¹⁰ Ou seja, o Sul acabou sendo o maior beneficiado com o orçamento do Império entre 1844 e 1889. No quesito obras realizadas nas regiões, o que inclui gastos com construções, reformas, estradas, melhorias navais, aspectos urbanos, engenhos, telégrafos, entre outros, o autor concluiu que “do ponto de vista de sua distribuição espacial, percebe-se que a região Sul foi contemplada com a maior parte dos gastos em ‘Obras’ no período sob exame: em média, 66,4%, cabendo os restantes 31,6% ao Norte.”³¹¹ Todavia, observou que, no conjunto das despesas líquidas, ocorreu uma ligeira sobreposição do Norte sobre o Sul.

Tavares Bastos, no livro *O Vale do Amazonas*, traduziu o espírito de descontentamento dos paraenses com relação ao Governo Central, sobretudo pela histórica relação de distância mantida entre ambos, ao dizer que “mas quantos motivos, quanta decepção, quanto descuido, quanto desprezo, quanta incúria, quanta injustiça, não tem alimentado ali no Pará essa longa descrença e esse abatimento [...]”,³¹² por parte do Governo Central. Continuou Bastos em dizer que “a nulidade da administração corresponde à nulidade dos melhoramentos reais”.³¹³ O parlamentar alagoano citava também as queixas dos paraenses, inclusive a demanda da elite comercial por uma ponte para a alfândega de Belém do Pará, uma obra solicitada desde 1858, mas não atendida até 1887, visto que o engenheiro e militar João Martins da Silva Coutinho juntamente com o cidadão Horácio Moreira Guimarães, neste ano, solicitavam à Assembleia Geral Legislativa do Brasil a construção de uma nova alfândega para atender ao porto de Belém; para tanto, argumentavam principalmente que a necessidade “[...] de construção de uma ponte de embarque e desembarque de mercadorias e de um edifício para a alfândega com

³¹⁰ Ibidem, p. 257.

³¹¹ Ibidem, p. 261.

³¹² TAVARES BASTOS, Aureliano C. *O Vale do Amazonas: a Livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, INL, 1975, p. 125.

³¹³ Idem.

todos os melhoramentos [...]”.³¹⁴ Ou seja, o atendimento de algumas demandas paraenses foram procrastinadas.

Além disso, considerando que, na segunda metade do século XIX, o principal produto econômico da área amazônica era a borracha, como já citado anteriormente, e que esse produto era praticamente todo exportado para o exterior, é possível compreender a queixa dos paraenses em relação à grande quantia paga em impostos ao Governo Central do Brasil, visto que o comércio exterior, de maior peso econômico, “[...] continuou objeto exclusivo de taxaço pelo Governo Central, não só por sua maior rentabilidade, mas pelo fato de os impostos sobre exportação e importação, pagos nas alfândegas, serem de mais fácil cobrança”³¹⁵. Nesse ponto, o político liberal e escritor paraense José Coelho da Gama Abreu reverberou o descontentamento da região, haja vista o desproporcional tratamento despendido por parte do Governo Central, pois, ao se comparar o Pará com São Paulo, Gama Abreu lembrou aos redatores do jornal *O Correio Paulistano* que “[...] o adiantamento da sua província é na sua maior parte devido aos grandes esforços do Governo Central, em quanto que o nosso é originado apenas pelas vantajosas condições do nosso commercio, independente da acção protetora dos governos”³¹⁶. Os representantes paraenses argumentavam que a província e a região amazônica cresciam somente por seus esforços, pois não contavam nem com auxílios do Império nem da República em seu início. José Veríssimo – intelectual que, à época, viveu no Pará – circulou no meio político e considerou o seguinte em sua obra denominada *Amazônia* (1892):

Que futorosissima região não é essa, em que tal progresso se dá somente pelas próprias forças e recursos que lhe são próprios, sem o socorro de capitais estrangeiros ou nacionais nem o auxílio das grandes correntes imigrantes que têm afluído para S. Paulo ou para o Rio Grande do Sul.³¹⁷

É preciso compreender que as demandas colocadas pelas elites políticas paraenses giravam em torno do desenvolvimento da província, o que nem sempre correspondia às demandas colocadas ao Governo Central à época pelo Presidente de província que era, na maioria dos casos, uma pessoa de fora da região e posta no cargo pelo Império. É possível

³¹⁴ COUTINHO, João Martins da Silva; GUIMARÃES, Horácio Moreira: *Proposta para a construção de alfandega na cidade de Belém, Província do Pará. Petição dirigida à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typografia de Moreira Maximimo & CIA. 1887, p. 7 – 8.

³¹⁵ MIRIAM DOLHNIKOFF. Op. Cit. 2003.

³¹⁶ ABREU, José Coelho da Gama. *A Amazônia: As Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brazil*. Lisboa: Typographia Minerva, 1883, p. 43.

³¹⁷ VERÍSSIMO, José. *A Amazônia: Aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Brasil, 1892, p. 56

perceber, por exemplo que, na década de 1870, boa parte das demandas enviadas ao Ministério dos Negócios do Império, por parte da Presidência do Pará, relacionavam-se às melhorias do Palácio do Governo, desde reformas estruturais, decorações, compra de mobília até a lavagem de cortinas eram citadas nos ofícios. Em 1875, por exemplo, o Ministério dos Negócios do Império solicitava ao Presidente do Pará maiores explicações com detalhamento de orçamento para um pedido de verba para “reparos e decoração” do palácio do Governo.³¹⁸ Essas demandas não correspondiam, necessariamente, àquelas colocadas pelos deputados paraenses para a melhoria da província e para sua inserção como praça comercial importante nas Américas, ocorrendo assim um descompasso entre algumas posturas da Presidência de província e as elites políticas do âmbito legislativo. Cabe ainda citar que nem sempre essas despesas com o palácio do Governo se restringiam à verba “presidência de província”, visto que no Pará também corriam pedidos pela verba “obras”, ou seja, que fugiam ao âmbito estritamente dos presidentes.³¹⁹

Com uma economia crescente, um polo urbano (Belém), uma praça comercial movimentada e a maior bacia hídrica do país, os representantes políticos e as elites nortistas do Grão-Pará forjaram um novo capítulo do regionalismo brasileiro, pois passaram a reivindicar a atenção do Governo Central quanto à navegação na região, a imigração para abastecer o problema da mão de obra, investimentos materiais (ferrovias, obras), revisão das administrações provinciais e uma maior representação política no Parlamento, entre outros. Para compreendermos o atendimento a essa parte do Brasil, por parte do Governo Central, foram analisados os decretos promulgados pelos Gabinetes de ministros durante o Segundo Reinado, e observou-se que havia uma grande quantidade de decretos criando instituições, operando melhorias em benefício da Corte e da Província do Rio de Janeiro; por outro lado, no que diz respeito aos decretos que tratavam de temas ligados às províncias, notou-se certa pulverização de tais decretos, ou seja, diferentemente da Corte, o número de decretos que tratavam especificamente das províncias era menor.³²⁰

Naquilo que tange à região amazônica, pode-se perceber que, entre 1840 e 1889, foram publicados 13 decretos, nesse conjunto, o tema da navegação e exploração dos rios teve

³¹⁸ BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Ofício/ 1ª Diretoria/nº 2012/ 25 de agosto de 1875*. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

³¹⁹ BRASIL: Ministério dos Negócios do Império. *Ofício/ 3ª Diretoria/nº 226/ 30 de janeiro de 1877*. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

BRASIL: Ministério dos Negócios do Império. *Ofício/ 3ª Diretoria/nº 4484/ 14 de agosto de 1882*. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

³²⁰ JAPERI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1962 [1889].

o maior número chegando a contabilizar 06 decretos, logo após, 02 decretos trataram de estradas de ferro, seguidos de um decreto para cada tema a seguir: Elevação da comarca do Alto Amazonas, na província do Grão-Pará, à categoria de província; mesa de rendas (arrecadação de impostos); venda de terras públicas; Anistia do Bispo do Pará; Aumento da representação parlamentar do Pará. Efetivamente, ocorreu uma assimetria considerável entre os decretos acerca de melhoramentos materiais entre o Norte amazônico e a Corte do Império³²¹. Além disso, em termos da criação e instalação de instituições, a exemplo das faculdades de Direito, Medicina, escolas técnicas e institutos³²², é notório que províncias como o Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco foram contempladas, diferentemente do Pará, Amazonas, entre outras.

Há de se diferenciar assimetrias de exclusão, como já aludido nesse capítulo; nesse caso, cabe ressaltar que, em termos de socorros públicos, investimentos nas áreas de gêneros alimentícios, vacinação e outros, o Pará e o Amazonas praticamente sempre lograram alguma distribuição de recursos, especialmente quanto aos destinados ao combate de epidemias. Em 1856, o Pará foi o oitavo beneficiado em recursos para socorros públicos entre as províncias do Império, o que não ocorreu em 1869, quando a província foi uma das últimas do repasse financeiro; na década de 1870, especialmente em 1873, o Pará recebeu o maior montante para socorros e o Amazonas um volume considerável, se comparado às outras províncias³²³, em função do período de maior mortalidade causada pela epidemia da varíola somado à presença de outras epidemias, como constatou Arthur Vianna em seu livro *As Epidemias no Pará*, com mais 700 mortes a mais do que o período anterior³²⁴.

Além do que, na segunda metade da década de 1870, a região que passou a receber o maior montante de recursos públicos para socorros públicos foi o Norte agrário, em função das secas, e em especial o Ceará que teve a maior captação de recursos. Logo, mesmo com o registro de altos ganhos advindos da extração da borracha, o Governo Central passou a recomendar, expressamente à Presidência do Pará, a necessidade de se fazer um corte de gastos, sobretudo para que o orçamento imperial pudesse atender às províncias do Norte (agrário) – atingidas pela seca –, o que acabava por expressar, às elites amazônicas, um certo

³²¹ Idem.

³²² No caso dos institutos, lembramos aqui a fundação em 1859 do Imperial Instituto Baiano de Agricultura e em 1860 da criação do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

³²³ BRASIL. Ministério do Império - 1832-1888. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100/items>. Acesso em: 15 jun. 2021.

³²⁴ VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará. Pará*. Pará-Brasil: Imprensa do “Diario Official”, 1906.

desmerecimento junto ao Império.³²⁵ O momento acima aludido foi decisivo para a diferenciação regional brasileira, pois revelou o descolamento de duas áreas no antigo Norte – antes visto como um território entre a Bahia e o Amazonas –, desta feita, passando a ser dividido entre o Norte agrário e o Norte amazônico. Essa questão será discutida em capítulo vindouro deste trabalho.

Portanto, o caminho encontrado por essas elites e representantes políticos do Norte da borracha para participarem do Estado nacional e projetarem a região no cenário internacional foi forjando a Amazônia na condição de representação regional. A partir da segunda metade do século XIX, especialmente após a década de 1860, com o aumento do poder econômico advindo do comércio da borracha e da abertura internacional do rio Amazonas às nações (1866), ocorreu certa mobilização das elites amazônicas para ganho de projeção política e diferenciação dessa área frente às demais províncias e regiões da nação.

³²⁵ BRASIL: Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Ofício circular. 15 de janeiro de 1879*. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

5 DO PARÁ AO VALE DO AMAZONAS: OS TEMAS PROVINCIAIS TRANSFORMADOS EM QUESTÕES REGIONAIS E NACIONAIS

A questão do Amazonas não é local, não é questão chamada de província, é uma questão nacional que interessa a todo Império.³²⁶

É uma das nossas primeiras necessidades concorrer para o desenvolvimento das Regiões Amazônicas povoando às margens do grande rio.³²⁷

No pronunciamento à Câmara dos Deputados do Brasil, de 21 de março de 1864, o Deputado paraense Domingos Antônio Raiol, futuro Barão do Guajará, argumentava, perante as autoridades imperiais presentes naquela oportunidade, sobre a necessidade de abertura da navegação internacional do rio Amazonas para o desenvolvimento da região amazônica, visto que tal realização representaria o progresso da região, especialmente por permitir o desenvolvimento do comércio e a chegada de imigrantes estrangeiros, o que acarretaria a importação de capitais, trabalho, braços e indústrias.

Os temas relacionados à navegação, sobretudo a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, e ao povoamento dessa parte do Brasil foram os principais a serem proferidos pelas suas elites políticas, bem como serviram para iniciar a definição de certo recorte regional a partir da semântica conexas à região amazônica, de modo que essa parte do país começou a se descolar da grande área Norte do Brasil que abarcava, até então, várias outras províncias do que hoje se chama região Nordeste. Assim, o objetivo deste capítulo é analisar como temas provinciais foram transformados em questões regionais e nacionais no discurso parlamentar nortista, para compreender como foi ocorrendo a transição na forma de conceber a área de atuação dos representantes políticos da região amazônica. Esse objetivo nos conduz a uma questão nodal do trabalho: como os temas da abertura do rio Amazonas à navegação internacional e a colonização dessa área foram argumentados e permitiram a ampliação do território paraense com vistas à ideia de região amazônica no período estudado?

Não se trabalha neste capítulo a perspectiva de analisar a constituição da Amazônia a contar do processo de construção da unidade do Estado Nacional como um Império,³²⁸ nosso

³²⁶ RAIOL, Domingos Antônio. *Abertura do Amazonas*: Extratos dos debates no Parlamento brasileiro acerca do projeto de lei sobre a abertura do Rio Amazonas à navegação e ao comércio do mundo (1867). Pará: Typografia do Jornal do Amazonas, 1867. p. 11.

³²⁷ *Ibidem*, p. x., p. 21.

³²⁸ Sobre a constituição da Amazônia mediante a formação do Estado brasileiro como um Império ver o excelente trabalho referencial: NUNES, Francivaldo Alves. *A Amazônia e a formação do Estado Imperial no Brasil: Unidade do território e expansão de domínio*. *Almanack*. Guarulhos, n. 3, p. 54-65, 1º semestre, 2012.

foco é outro: compreender a construção da região amazônica com base na própria região, de seus temas e agentes políticos, visto que, além das preocupações do Estado imperial com a integração da Nação por meio das suas regiões de fronteira e da busca de certa unidade política e administrativa, nossos estudos e fontes apontam para o papel fundamental dos agentes nortistas (políticos, intelectuais) na elaboração da região mediante diálogos, circulação e intercâmbios de práticas e ideias.

Deve-se elencar que este capítulo terá, como fontes principais, os debates, pronunciamentos e demais documentos do Parlamento brasileiro que foram selecionados no interesse desta pesquisa. Para tanto, é importante considerarmos o próprio conceito de Parlamento que embasa esse capítulo e, por extensão, todo o trabalho. Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, o qual possui uma trajetória intelectual de diálogos com a História, Parlamento é uma instância de luta política legítima, sendo, portanto, um lugar institucionalizado em que está concentrada e circunscrita a luta política. Para esse sociólogo, em vez da luta de todos contra todos, no Parlamento, a luta política é exercida segundo as formas legítimas, sendo o Parlamento um “teatro do político”.³²⁹

Este capítulo aprofunda a análise da formação do regionalismo amazônico, sobretudo a partir da representação parlamentar da região. Reforçar-se, aqui, o entendimento do conceito de regionalismo, compreendendo a sua construção “[...] no confronto entre forças políticas regionais e aquelas nacionais que o regionalismo se configura. Trata-se, em outras palavras, da tensão entre centralização e descentralização do poder de gestão na formação dos Estados nacionais [...]”.³³⁰ Além de seguir trabalhando com o conceito de regionalismo, a partir deste capítulo, busca-se compreender como a região amazônica foi sendo projetada como merecedora de atenção nacional a partir da elaboração de questões regionais. Segundo Castro, “O regionalismo como ideologia política de base regional é inescapável dos termos associados à construção de uma questão regional.”³³¹ Geralmente a partir de uma relação conflituosa nos interesses regionais e nacionais, os representantes regionalistas inflam determinadas questões, pois assim essas mesmas questões, pela envergadura que alcançam, passam inevitavelmente a ser questões para a nação resolver. Portanto, a questão regional ou as questões regionais constituem uma das estratégias dos regionalismos para romper as

³²⁹ BOURDIEU, Pierre. “A construção do espaço político: o jogo parlamentar. IN: *Sobre o Estado*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014; p. 155.

³³⁰ CASTRO, Iná Elias de. Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional. *Confins*, v. 49, 2021, p. 7. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/35256>. Acesso em: 15 abr. 2020; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35256>.

³³¹ *Ibidem*, p. 6.

barreiras do centralismo estatal e atribuir maior peso nos atos de negociação com outros entes políticos do Império.

5.1 As elites políticas e as questões regionais

Chama atenção que, no Parlamento Brasileiro, os representantes paraenses entre as décadas de 1840 e 1870, estavam mais preocupados com o atendimento das demandas de estrutura, verbas e necessidades gerais do Pará e região, do que com uma maior dedicação à defesa da economia da borracha,³³² tema que esteve mais na pauta dos representantes provinciais e que passou a ser mais enfatizada no decorrer da década de 1880 e décadas finais do século XIX e início da República, quando parte da elite política atrelou a defesa da economia da borracha ao discurso regional. Essa situação ocorreu por duas situações: primeiro, que a elite política que representava o Pará no Parlamento brasileiro possuía bases nos tradicionais setores da sociedade paraense, o que Rosa Marin chamou de “alta sociedade” paraense formada pela descendência de militares, funcionários e colonos portugueses, extratos que em um primeiro momento mantiveram certa distância dos novos grupos,³³³ inclusive de comerciantes, ligados à exploração da borracha, pois, conforme Cancela, os tradicionais proprietários paraenses viam com desconfiança não a extração da borracha, mas o modo relativamente livre como a classe trabalhadora que realizava o citado trabalho, tendo assim receio com a manutenção da ordem. Logo, nas primeiras décadas da economia da borracha, as autoridades locais expressavam hostilidade a esse tipo de economia em detrimento da agricultura; a segunda situação decorre do fato de que, inicialmente, o negócio da borracha havia sido conduzido por comerciantes estrangeiros e não das famílias tradicionais paraenses, reduto de onde os representantes políticos emergiam.³³⁴

Segundo Rosa Marin, a “alta sociedade paraense” ou a elite tradicional era constituída pelas seguintes famílias: Cardoso Danin; Corrêa; Leitão Cunha; Gama Abreu; Barata; Chermont; La Roque; Brício; Malcher; Pombo; Rodrigues Martins; Costa e Marques; oportunidade em que estabeleceram entre si um tipo de endogamia de classe, ou seja,

³³² Salvo o discurso do deputado paraense José Coelho da Gama Abreu na Câmara dos Deputados, em 1867, que, ao debater vários temas relacionados ao Pará, dedicou parte do seu pronunciamento para tratar dos impostos e comércio da borracha.

³³³ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no Século XIX. *Revistas Estudos Econômicos*, v. 15, 1985.

³³⁴ CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém, 1870-1920)*. Açaí, 2011.

mantiveram o *status* de classe a partir de casamentos entre si.³³⁵ Também constituíam o conjunto de famílias tradicionais os agrupamentos Almeida, Souza Franco, Oliveira Pantoja, Miranda, Castro e Pimenta Bueno, conforme aponta um estudo detalhado sobre as elites paraenses, escrito por Batista.³³⁶ Segundo essa autora, os principais cargos públicos e honorários durante o século XIX no Pará foram alcançados por essas famílias, excerto, é claro, a presidência da Província. É importante considerar que essas famílias forneceram vários representantes políticos às câmaras municipais e à Assembleia Legislativa Provincial, cabendo destacar que alguns ainda assumiram vários cargos no Estado e foram deputados gerais junto ao Parlamento Brasileiro, a exemplo de José Coelho da Gama Abreu, José Araújo Roso Danin, Tito Franco de Almeida e Ambrósio Leitão da Cunha, e ainda outros membros dessas famílias contraíram matrimônio com figuras políticas de nome da Província que foram representantes no Parlamento Brasileiro, como Samuel Wallace Mac Dowell.

Obviamente que o dinamismo da economia da goma elástica foi fundamental para o crescimento dos ganhos regionais com vistas a dar suporte ao discurso político de uma região que contribuía significativamente para as finanças nacionais e pouco recebia em troca, embora não fosse o ponto central das demandas do âmbito econômico dos representantes paraenses no Parlamento, pois esses representantes estavam mais preocupados em dotar a região de uma estrutura produtiva ligada à lavoura e à indústria, por sua vez, pautadas no investimento de capitais e na mão de obra estrangeira, pois, com a imigração tentava-se resolver três problemas de uma só vez: primeiro, investimentos para produção agrícola; segundo, povoar a região para garantir a produção agrícola diante do envolvimento de boa parte da população existente nesse território com a economia extrativa. O terceiro problema era resolver o déficit populacional para frear os argumentos contrários ao aumento da representação parlamentar da província.

Há uma tese de que a economia extrativista criou barreiras à formação de uma elite regional ligada à agricultura, um tipo de elite comum em outras regiões como nas regiões açucareira e cafeeira. Na visão de Nogueira, essas elites ligadas à agropecuária relacionadas com a propriedade de terras, os poderes locais e o poder central eram as responsáveis pelo surgimento dos regionalismos em suas respectivas áreas, logo, o autor considera que não existiam fortemente essas condições na Amazônia, de modo que houve uma dificuldade para

³³⁵ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Op. Cit., 1985.

³³⁶ BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

a emergência de um discurso regionalista amazônico, que, segundo autor, baseava-se nos seguintes fatores: falta dessa elite agrária pela existência de uma economia extrativa, sobressaindo-se uma elite comercial; a falta de um mito fundador; e o fato de os mandatários (governantes) terem sido alheios à região.

Além do que, para Nogueira, a elite da área amazônica na época da borracha, no século XIX, era constituída por comerciantes e financistas, nem sempre originários da região e que essa mesma elite “[...] não foi capaz de formular um discurso que articulasse a população para exigir maior atenção do Governo Central.”³³⁷ Nestes termos, tendemos a concordar em partes com o autor naquilo em que ele trata, especificamente, das dificuldades para a formação de um discurso regional a partir dos setores comerciais, pois esses setores durante o Segundo Reinado no Pará e até no Amazonas eram formados por muitos migrantes, inclusive estrangeiros, especialmente portugueses, o que dificultava a construção nativista e identitária. Todavia, esses mesmos grupos comerciais não estavam inteiramente fora da órbita das demandas regionalistas na Amazônia.

Primeiro, deve-se observar que, ao longo do século XIX, os setores tradicionais da sociedade paraense operaram alianças e relações (casamentos, firmas etc.) com novos setores sociais migrantes e estrangeiros – pois ambos os grupos buscavam formas de perpetuação ou ascensão econômica, social e política – esses grupos se mesclavam em determinadas instâncias como na fundação da Associação Comercial do Pará, em 1864, pois constam das atas de instalação nomes tradicionais como Manoel Antônio Pimenta Bueno, João Augusto Corrêa e José Joaquim Saraiva de Miranda, mas também aparecem nomes de novos membros das elites como William Brambeer, William Tapemberc e James Bond. Importante é observar que, de fato, havia uma predominância do estrangeiro no comércio, motivo pelo qual o jornal *O Liberal do Pará*, em 1869, publicava forte crítica ao relatório da Associação Comercial do Pará – ainda denominada pelo citado jornal como Praça do Comércio – cujo teor declarava que o relatório era brando e receoso para expor as necessidades da província e que não provocava o Governo imperial e provincial à altura de tais necessidades. Segundo o texto de *O Liberal do Pará*:

Sabemos que o comércio da nossa praça é quase em totalidade estrangeiro, e que isto talvez entibiasse a concessão da praça na exposição do justo sentimento que

³³⁷ NOGUEIRA, R. J. B. Amazônia e a questão regional. Um regionalismo sufocado. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 67-76, 1999. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.1999.123349. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123349>. Acesso em: 26 set. 2022. P. 72.

deve sentir a praça pelo pouco caso que o governo tem feito desde longos anos de seus pedidos que só tendem à prosperidade da província.³³⁸

De algum modo, os representantes políticos paraenses e amazonenses no Parlamento brasileiro estavam na órbita das classes comerciais e financeiras das províncias citadas e, portanto, o regionalismo político correspondia, de algum modo, aos interesses das classes comerciais, o que já demanda uma relativização, neste ponto, da tese de Nogueira apresentada acima. Essa situação ganhou novos contornos a partir da década de 1880 com o aprofundamento das relações entre os setores comerciais estrangeiros e paraense, momento em que se percebe uma preocupação com um discurso regional amazônico fortemente voltado ao estrangeiro.

Cabe fazer uma ressalva haja vista que, embora não apareçam como setor relevante na produção do regionalismo político amazônico, os setores comerciais, inclusive ligados à extração da borracha, eles mantinham relações com a classe política regional – responsável, em grande medida, pelo discurso regional –, como já aventado.³³⁹ A Associação Comercial do Amazonas, na década de 1860, parecia expressar a recepção de certo eco dos discursos políticos no que diz respeito ao regionalismo, inclusive com a menção aos novos termos usados para denominar a região, especialmente no ano de 1867. A Praça do Comércio do Amazonas, em 20 de janeiro de 1867, comandada pelo comerciante José Coelho Miranda Leão reuniu os demais membros para deliberar sobre a forma como renderia homenagens à abertura do rio Amazonas na data comemorativa da independência do Brasil, em 7 de setembro do citado ano, bem como a realização de uma demonstração de agradecimento especial ao deputado Aurelino Cândido Tavares Bastos, tido como grande expoente da luta pela abertura do citado rio, o que, por sua vez, também fornece um indício de que, no âmbito desse setor da elite do Amazonas, havia um reconhecimento maior sobre o papel do citado deputado alagoano na questão do rio Amazonas do que propriamente o das elites políticas paraenses.

Além disso, nas palavras do presidente da Praça do Comércio, Miranda Leão, dever-se-ia comemorar a livre navegação, “[...] bem dizendo a liberdade e o futuro feliz dos

³³⁸ O relatório da Praça do Commercio. *O Liberal do Pará*. Anno 1, nº 15, 27 de janeiro de 1869, p. 1.

³³⁹ Em 1869 a Associação Comercial do Amazonas enviou voto de agradecimento ao Presidente da Província, João Wilkens de Mattos, por ter criado as condições de segurança para garantir a tranquilidade dos seringueiros e comerciantes da borracha na área do rio Purus, especificamente pelo fato do envio de tropas por meio do Vapor Pará para conter os indígenas da etnia Juma. Wilkens de Mattos agradeceu a Associação e garantiu que faria o que fosse possível pela indústria extrativa, principal fonte de riqueza da província. Logo, é notória a relação das elites comerciais com os políticos na região. Ver: Um voto de agradecimento. *Amazonas*. Ano IV, Nº191, Manaus, 23 de outubro de 1869, p. 2.

habitantes do fértil e fecundo valle amazonio [...]”.³⁴⁰ Ainda cabe citar a necessidade de um voto de agradecimento a Tavares Bastos, pois relatou que ele tomou parte ativa na resolução do problema em pauta, buscando “[...] assegurar o desenvolvimento comercial e industrial e comercial do imenso vale do Amazonas”. As expressões pelas quais a região é enunciada já permitem vislumbrar o conhecimento das elites comerciais da construção de um status regional, que incluía prementemente um novo nome para essa área do país, bem como permite concluir que o novo nome para a região ainda oscilava em sua definição, pois aparecem, no mesmo discurso, os termos vale Amazônio e vale do Amazonas.

De volta à tese levantada por Nogueira³⁴¹ – a de que, no geral, um regionalismo amazônico foi sufocado – ele pretende sustentar que praticamente não existiu regionalismo nessa parte do país. Embora tenham existido condições adversas à formação da consciência e da identidade regional no seguimento comercial, o mesmo não se pode dizer das elites políticas e até intelectuais, haja vista que boa parte dos políticos paraenses e amazonenses, especialmente aqueles nativos ou com vínculos efetivos com a região, em nível de representação nacional, fizeram emergir um regionalismo político amazônico e um discurso regional durante o Segundo Reinado, mesmo com a presença de presidentes de províncias e outros políticos alheios à região.

No Amazonas, existiram maiores dificuldades para soerguer um discurso regional em detrimento do Pará, haja vista a tardia emancipação à condição de província e uma maior presença de estrangeiros nos cargos políticos, mesmo assim, deputados nativos assumiram a condição de enunciadore das demandas provinciais e regionais; por outro lado, o Pará conseguiu uma maior densidade na propagação de um discurso regional mediante os seguintes fatores: antiguidade e estrutura da sua praça comercial; formação de uma elite política nativa que descendia dos tempos coloniais, mesmo que ainda pequena se comparada com as elites de outras áreas do país, mas capaz de tensionar por um lugar no concerto do Estado Nacional; e o fator propulsor da representação regional paraense que foi a economia da borracha, já que o porto de Belém monopolizou as exportações desse produto por praticamente toda a segunda metade do século XIX. As condições políticas e econômicas da Amazônia durante do Segundo Reinado criavam a ambiência de que as elites dessa parte do país eram marginalizadas politicamente pelo Governo Central.

³⁴⁰ Reunião. A Voz do Amazonas. II ano, Nº 27, Manaus, 1 de janeiro de 1867. Disponível em: <http://memoria.bn.br> Acesso em: 28 set. 2022.

³⁴¹ NOGUEIRA, R. J. B. Op. Cit. 1999.

Como já apontado na introdução dessa tese, a maioria dos representantes políticos, no caso do Pará, que assumiram representação no Parlamento brasileiro e que contribuíram para a formação do regionalismo político amazônico descendiam de grupos familiares ainda dos tempos coloniais, de modo que constituíam sim um tipo de elite, pois, segundo Heinz, a noção mais corrente de elite diz respeito aos “[...] grupos de indivíduos que ocupavam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros [...]”.³⁴² Nestes termos, a elite política amazônica ocupando posições políticas importantes, como a representação parlamentar na província e especialmente na Câmara dos Deputados, espaço de relações de forças em busca de um lugar na nação, dispunha de poder e influência para conduzir o processo de construção da identidade política regional à época, identidade essa formada pelo “nós”, os amazônicos e, pelo outro, o Governo Central e demais províncias tidas como beneficiadas pelo Estado Nacional, principalmente as províncias do Sul.

Além disso, deve-se levar em consideração que o momento abordado aqui diz respeito ao cenário do triunfo da economia industrial e liberal no mundo, especialmente entre 1848 e 1875, com destacada extensão das marcas desse período até o final do século XIX, oportunidade em que as elites amazônicas, segundo Daou, possuíam claramente anseios liberais, especialmente a partir das possibilidades abertas pela economia da borracha, em função do comércio mundial e o contato com bens materiais e ideias da dita civilização. Nesse contexto, há de se considerar que a principal bandeira da região, pelas características geográficas e hidrográficas, foi a navegação a vapor, mas essas mesmas elites também trabalharam para trazer para a sua área de atuação política, ao seu espaço natal, a outra plataforma do progresso, notadamente as estradas de ferro.

É preciso considerar que, em muitos aspectos, a divisão da elite entre liberais e conservadores, era muito mais afeta ao âmbito da política partidária imperial, pois, no que diz respeito às elites políticas amazônicas, os anseios liberais, principalmente relacionados aos temas do progresso e a civilização, eram compartilhados por políticos dos Partidos Liberal e Conservador na província. Essa situação aponta para uma maior inclinação dos conservadores às pautas que se vinculavam ao campo liberal e ligadas aos temas destacados, pois, ao final das contas, convergiam para o discurso do desenvolvimento regional. Veja-se, por exemplo, que o Senador pelo Amazonas e membro do Partido Conservador, Ambrósio Leitão da Cunha

³⁴² HEINZ, Flávio M. (org.). 2006. O historiador e as elites. In: *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 8.

(Barão de Mamoré), lembrava no Senado, em julho de 1884, quando era debatida a questão do fim da escravidão, que:

O Sr. Silveira Martins sabe que o nobre senador, como filho do Pará e representante do Amazonas, que já não tem escravos, se tem manifestado sempre liberal adiantado nas ideias, embora por certas contradições da política se vejam às vezes conservadores com os liberais e liberais com os adversários.³⁴³

Como se observa acima, a fronteira entre liberais e conservadores para um dos mais destacados membros da elite política amazônica era tênue no campo da ideias, situação que permite aventar que a formação do regionalismo político amazônico, a partir da plataforma das tensões e negociações com o Império possuía, em sua base, os argumentos ligados a alguns aspectos do liberalismo do século XIX: retórica da liberdade; necessidade de expansão econômica através da iniciativa privada com estrutura montada pelo Estado; as mudanças no tempo traduzidas em conjunto pelo conceito de progresso e as transformações na sociedade percebidas pelo conceito de civilização. Nesse sentido, a invenção da Amazônia como resposta à centralização do Império brasileiro possuiu certo sentido em comum pelas elites políticas dessa área do país, notadamente uniam-se a partir de uma plataforma que recepcionava ideais liberais, obviamente que essa situação não apaga o conservadorismo político dos membros do Partido Conservador.

Além disso, em face dessa construção regional, ocorreu a necessidade de adoção de um novo nome para o antigo Grão-Pará, afinal, como aponta Hernandez, “[...] considera-se o ato de nomear como a ação primária do processo de invenção da identidade [...]”.³⁴⁴ Novos nomes para o antigo Grão-Pará fizeram parte do instrumental regionalista com as seguintes finalidades: conceder unidade e homogeneidade que se oporiam à fragmentação política que remontava aos velhos conflitos políticos que culminaram na Cabanagem e a criação da província do Amazonas, bem como ao caráter disperso que a região apresentava em termos populacionais e produtivo.

5.2 A navegação como questão regional de interesse nacional

³⁴³ BRASIL. *Annaes do Senado do Império do Brazil*: Senado Imperial. Sessão de 31 de Julho de 1884, p. 267 (livro 3). Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1884/1884%20Livro%203.pdf Acesso em: 01 out. 2022.

³⁴⁴ HERNÁNDEZ, Margarita Silva. O nome de Centroamérica e a invenção da identidade regional. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS Aimer. *Criar a Nação: história dos nomes dos países da América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2017, p. 220.

As elites políticas amazônicas enfatizavam a ideia de uma população rarefeita nesta parte do país e que seu povoamento deveria vir de fora, especialmente para compor a força de trabalho. Acreditava-se que a resolução para o problema do povoamento estava na introdução da navegação a vapor e de imigrantes estrangeiros, também percebido pela ideia de que ofereceriam exemplo prático, técnico, moral e disciplinar à população da região.³⁴⁵ A Cabanagem possibilitou que uma grande parte dos negros e índios que trabalhavam em fazendas fugissem do domínio senhorial, constituindo uma população nômade e vivendo da subsistência. Com isso, logo ocorreu a desorganização das obrigações coloniais, o que explica, em partes, o discurso da necessidade de imigração estrangeira para suprir a mão de obra que não mais havia e que era tida como insubordinada.³⁴⁶ O Presidente da província do Pará em 1853, Joaquim da Cunha, em seu pronunciamento à Assembleia Provincial produzia a imagem dos africanos e índios como “braços” de segunda ordem, na sua visão, incapazes de alavancarem o desenvolvimento da Província:

[...] Quanto a fertilidade do solo, ela será inútil sem a agricultura, isto é, sem os braços necessários para o seu desenvolvimento, pouco se pode esperar do constringido africano, e menos ainda do indolente indígena, que de nada precisa e só lança mão dos recursos oferecidos pela natureza, quando é aguilhoado por urgente necessidade. Resta apelar para o braço do colono europeu.³⁴⁷

Diante desse cenário, as elites paraenses faziam o cálculo de que a navegação estrangeira no curso do rio Amazonas, do mesmo modo que transportaria mercadorias e mensagens, também traria imigrantes. Por isso, a ampla defesa pela navegação a vapor. Para Biggs e Burke, os navios a vapor encurtaram as distâncias entre os continentes e permitiram o descolamento de milhões de imigrantes, especialmente na rota da Europa para a América. As viagens transatlânticas passaram a ocorrer após 1839, sendo que, em 1864, a Inglaterra atingiu seu apogeu na construção desses navios. Ademais, as embarcações a vapor conectariam a região à civilização, sobretudo por um processo de comunicação. Biggs e Burke reforçam que “as ferrovias e navios transportavam não somente pessoas e mercadorias entre zonas de

³⁴⁵ Sobre as propostas de imigração e o povoamento do Grão-Pará na visão de seus governantes ver: QUEIROZ, Jonas Marçal de. A Administração provincial do Grão-Pará e as propostas de imigração, colonização e povoamento do Vale Amazônico (1875 – 1899). In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de. [et al.]. *Meandros da História: Trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005.

³⁴⁶ WEINSTEIN, Barbara. Antes da Expansão. In: *A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1993.

³⁴⁷ Fala em que o Exm^o Dr. José Joaquim da Cunha, presidente deste Província, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura da mesma Assembleia, no dia 15 de agosto de 1853. Pará: Typografia dos Santos & Filhos, 1853.

tempo, mas também cartas – um modo indispensável de comunicação, tanto nacional quanto internacional”.³⁴⁸

Entre 1848 e 1875, vivia-se a era do capital, com ênfase no liberalismo econômico que conjugou forças com as indústrias capitalistas a ponto de criar a sensação clara do triunfo do capitalismo, daí o termo “A era do capital”, a liberdade de comércio ganhava forte impulso naquele momento, sobretudo como aponta o historiador Eric Hobsbawm, em função do abandono das políticas protecionistas, na ampliação das vias navegáveis internacionais, vide os casos dos rios Danúbio (1857) e o Sound, entre a Dinamarca e a Suécia, bem como certa simplificação do panorama monetário, com a criação de zonas monetárias, além dos tratados de livre-comércio que foram assinados à época. A liberdade de comércio impulsionou a iniciativa privada e, no âmbito estatal, a nação inglesa teve resultados surpreendentes. O livre-comércio pautou as ações das potências mundiais, como a Inglaterra e empolgou países em vias de industrialização. Assim, ocorreram ganhos nas duas pontas, ou seja, tanto os países ricos viram maiores lucros com as exportações, quanto os países a caminho do desenvolvimento também acabaram vendo vantagem nas importações de tecnologias e equipamentos.³⁴⁹

Foi nesse cenário que a navegação a vapor ganhou expressão, haja vista que permitia o deslocamento de pessoas e mercadorias de maneira muito mais rápida. Segundo Hobsbawm, a expansão do barco a vapor foi considerável e, do ponto de vista global, a navegação internacional era a principal maneira de deslocamento entre as décadas de 1840 e 1870. As ferrovias, que ainda serão mencionadas no próximo capítulo, eram suplementares aos navios. Os navios se tornaram essenciais para o comércio, a imigração e o serviço postal, reduzindo distâncias e pondo em contato partes do globo até então pouco conectadas.³⁵⁰

Foi nesse contexto que a demanda política dos representantes paraenses acerca da necessidade da navegação a vapor passou a ganhar notoriedade após 1850, sobretudo como decorrência da projeção que o norte amazônico apresentava no campo econômico. A historiadora Bárbara Weinstein, refletindo sobre a economia da borracha, trouxe uma importante reflexão, ao dizer que, a partir da década de 1850: “a Amazônia emergia, afinal, do *status* de região economicamente atrasada que tinha desde 1823, quando declara sua

³⁴⁸ BRIGGS, Asa.; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 134.

³⁴⁹ HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital – 1848-1875*. 22ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. [1977].

³⁵⁰ Idem.

independência de Portugal”.³⁵¹ Apesar de recair em certa naturalização da noção de Amazônia, recuando o entendimento sobre esse recorte mediante a nomenclatura até 1823, a autora expressou algo significativo, pois de fato, a partir dessa década, essa área do país passava por mudanças, especialmente comerciais, de modo que suas elites políticas – a exemplo dos representantes políticos citados nesse texto – passaram, em seus discursos, a conceder ênfase ao aspecto regional e não somente aos aspectos provinciais. Assim, observa-se o segundo momento de construção da identidade política amazônica, haja vista que, após a década de 1840, foram fincadas as bases do regionalismo amazônico e, a partir da década de 1850, a questão da navegação no rio Amazonas passa a ser a tônica dos representantes políticos. Foi nessa última década que essa parte do país ganhou maior visibilidade em função dos debates sobre a navegação no Amazonas a partir dos interesses norte-americanos; por outro lado, o embrião de uma nova divisão administrativa e política para essa área foi ventilada por um membro da elite intelectual e política do Brasil, ocasião em que surgiu a ideia de criação de uma província denominada de Centro Amazônica, proposta na obra “Memorial Orgânico”,³⁵² escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1850.³⁵³

O movimento comercial provocado pela economia da goma elástica foi determinante para que o Pará assumisse uma posição regional no cenário brasileiro e nortista. Mesmo com um percentual de produção da borracha bem abaixo em relação ao percentual de café produzido pelas províncias do Sul, o Pará, principal centro produtor e exportador da goma elástica até 1870 no Norte do país, ascendia à certa projeção no cenário nacional, pois, de 1.424.970 toneladas, em 1851, foram alcançadas 4.779.411 de toneladas em 1869.³⁵⁴

Explanados os aspectos econômicos contribuintes para a regionalidade em torno da região amazônica. A partir daí, foi encaminhada a discussão sobre a transformação das questões provinciais para os âmbitos regional e nacional partindo dos discursos dos representantes nortistas no Parlamento brasileiro, a exemplo de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, Herculano Ferreira Penna, Bernardo de Souza Franco e Domingos Antônio Raiol, bem como Aureliano Cândido Tavares Bastos. Estejamos atentos no conjunto de

³⁵¹ WEINSTEIN, Barbara. op. cit. p. x. p. 56.

³⁵² VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial Orgânico que a consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro*. Dado à luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016

³⁵³ Antes de 1850, poucas e espaçadas referências eram feitas a essa parte do país a partir das nomenclaturas Região Amazônica e Amazônia.

³⁵⁴ COUTINHO, João Martins da Silva. *Exportação da borracha pelas Províncias do Império do Brasil, dados do Ministério da Fazenda*. (Manuscrito). 1p. Localizado em: Acervo João Martins da Silva Coutinho, Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém/PA.

pronunciamentos vindouros, às preocupações com certa ampliação espacial do campo de argumentação parlamentar e com a condução dos temas provinciais às esferas regional e nacional.

A questão da abertura do rio Amazonas à navegação internacional pode ser considerada a segunda grande batalha das elites econômicas e políticas dessa região em relação à locomoção e ao transporte, levando em conta que a primeira pelega foi pela implantação da navegação a vapor, visto que, desde 14 de julho de 1826, com a chegada da embarcação a vapor *Amazonas* ao porto do Pará, advinda dos Estados Unidos, as discussões sobre o assunto ganharam notoriedade diante da classe política paraense. Neste mesmo ano, por exemplo, após ouvir a classe comercial e os proprietários, o Governo do Pará recusou uma iniciativa estimulada pelo escritório de negócios do Brasil nos EUA em relação à concessão da primazia da navegação a vapor internacional na região aos americanos, mediante a alegação de que os últimos concentrariam o comércio e prejudicariam a classe comercial às margens do Amazonas. Em 1829, o tema da navegação a vapor reapareceu com a tentativa de criação da “Sociedade Promotora da Agricultura, Colonização, Construção de Embarcações, Comissões, Indústria Paraense”, pelo comerciante Joaquim José de Siqueira, mas o projeto não conseguiu apoio unânime na Assembleia Provincial. Durante o Primeiro Reinado e o Período Regencial, conforme Arthur Reis, a situação quanto ao tema era o seguinte:

Faltava capital organizado, faltava coragem para cria-lo. Contra o estrangeiro havia sempre uma onda de desconfiança. A nacionalidade estava nas suas origens, a braços com as dificuldades da ordem interna, da pacificação dos espíritos. Não seria perigo ir buscar lá fora o interesse, que podia esconder, disfarçar intuítos, vontades imperialistas? ³⁵⁵

Em 1840, Bernardo de Souza Franco, na condição de Deputado pelo Pará, defendia, no Parlamento brasileiro, a abertura do rio Amazonas ao comércio nacional e internacional, o que caracteriza um discurso que caminhava das reivindicações pela navegação a vapor para a abertura do rio Amazonas, oportunidade em que postulava:

É só tornando o rio Amazonas o vehiculo dos productos que dão e darão as províncias de Goyas e Matto Grosso, e das América Hespanhola áquem dos Andes, e nos confluente dos rios Negro e Branco; é tornando-o, e ao Pará todo, um vasto mercado em que interessem a Inglaterra, a França e aos Estados Unidos e mais nações comerciaes, que cada uma delas, ciosa das outras, vigiará que se não viole

³⁵⁵ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Panorama Econômico – Financeiro do Segundo Reinado: A navegação fluvial, especialmente a do Amazonas*. Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

nosso território, e que prospera tranquila aquella província, não só não será dispendiosa, porém sim vantajosa ao império.³⁵⁶

Souza Franco, no início da década de 1850, proferia um forte discurso na Câmara dos deputados expondo todo o descontentamento da área amazônica com o Império brasileiro, especialmente com o Governo Central, no que diz respeito ao não atendimento da mais importante demanda dessa área do país à época, notadamente, a navegação do Amazonas, que, segundo o deputado paraense:

Há quantos anos se trata da navegação do Amazonas, do grande Amazonas, senhores, e até hoje nem ao menos está começada? Quantas vezes não se vem dizer aqui: “lá vai um vapor para o Amazonas” e no dia seguinte o vapor vai para o sul? Dizem-me agora que vapor D. Pedro, que ia para o Amazonas, vai para o sul; e o Amazonas que espere daqui a cem anos, se cem anos durar um governo que não cuida de empresas indispensáveis como essa.³⁵⁷

Outros parlamentares paraenses também elegeram o tema da navegação do rio Amazonas como importante, a exemplo do deputado paraense João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que em 1848 conseguiu aprovar, na Câmara dos Deputados, três emendas ao Orçamento do Governo, sendo a principal: o emprego de dois barcos a vapor para a navegação do rio Amazonas e seus afluentes, sendo estes mesmos barcos utilizados para a prestação dos serviços de correios, transportes e “rebocagem”. Para aprovar esse último ponto, Tenreiro Aranha argumentou “a necessidade de proteger a navegação do Amazonas, e lembra que é incontestável ser exclusivo dos nacionais o direito de navegação pelos nossos rios e costas”.³⁵⁸ Assim, observa-se a condução do tema no âmbito nacional. Na mesma ocasião da aprovação das emendas do Deputado Tenreiro Aranha, o também Deputado paraense na Câmara dos Deputados Herculano Ferreira Penna solicitava a aprovação de uma emenda para a construção de um farol no litoral do Pará, em Atalaia, sob o argumento de que seria “uma obra, sem dúvidas, da mais urgente necessidade que se conhece no Brasil, e cuja a [sic] falta já tem causado e continuará a ser causa da perda de muitas embarcações”.³⁵⁹ Mais uma vez, reaparece o discurso das necessidades paraenses apresentadas como nacionais.

Ainda em relação ao Deputado João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, devemos lembrar que ele já esboçava, em 1850, certa distinção entre o que era a província do Grão-

³⁵⁶ FRANCO, Bernardo de Souza. *BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Sessão de 24 de abril de 1840, p. 112.

³⁵⁷ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Sessão de 18 de agosto de 1852, p. 636.

³⁵⁸ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Sessão de 11 de agosto de 1848. p. 202. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

³⁵⁹ Idem.

Pará³⁶⁰ e a região amazônica, pois, nos Anais do Parlamento brasileiro, ele foi praticamente o primeiro político a utilizar a nomenclatura Amazônia, quando, na sessão de 14 de fevereiro de 1850, ao polemizar com outro parlamentar sobre o orçamento das despesas do Ministério do Interior, Tenreiro Aranha acabou por tratar do tema educação mencionando a catequese dos índios do Pará que, na ocasião, foram considerados aptos para o trabalho e a navegação, elencando ainda:

Já que se falou em catequese direi que é uma das fontes da moral e da prosperidade pública, e será muito principalmente para a província do **Grão-Pará** [grifo nosso] (apoiados), onde há mais de 200,000 indígenas, naturalmente pacíficos, industriais e aptos para a agricultura, para a pesca e caça e para a navegação. Gostam de viver no descanso à sombra das árvores que lhes fornece frutos e óleos preciosos. “Se eu já não tivesse tomado tanto tempo a casa, diria o nome de cento e tantas tribos das mais conhecidas que habitam lá na região **amazonia**” [grifos nossos].³⁶¹

Os nossos grifos destacam a forma como o parlamentar paraense distinguia, à época, a província e a região, demonstrando assim o início de uma postura política regional. A evidência dada ao termo Amazônia pode ser rastreada por meio dos interesses do parlamentar, considerando que sua intenção era tratar sobre os temas da agricultura, comércio e navegação não só do Pará, mas da região, citando, em sua fala, o Alto Amazonas (Rio Negro). Deve-se atentar que o parlamentar já havia feito indicativo em 1849 para que se procedesse à elevação do Rio Negro à condição de Província da qual viria a ser o primeiro Presidente, o que permite aventar que a ideia de Amazônia em Tenreiro Aranha tivesse emergido como uma visão política da área entre o Pará e o Amazonas.

A compreensão de uma Amazônia que abrangia o interior do que até então era considerado como o Pará ou Grão-Pará, logo contemplando o território que veio a ser a província do Amazonas era mencionada por Tenreiro Aranha, mas é preciso perceber que essa nomenclatura que passava a designar essa área do Brasil – ainda que vagamente – tinha sido utilizada com essa finalidade por duas oportunidades na década de 1840, a saber: primeiro, foi utilizada e divulgada nos Estados Unidos pelo viajante e missionário norte-americano, enviado ao Brasil, Daniel Parish Kidder, que viajou pelo Brasil por várias províncias do Sul e

³⁶⁰ Nesse período ainda era citado em documentos oficiais o termo Província do Grão-Pará, como se pode observar nos BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: na sessão de 9 de abril de 1850, por oportunidade de um pedido para o estabelecimento de barcas a vapor na região de Santarém, o texto oficial trata como entidade solicitante do pedido a Câmara Municipal de Santarém, da província do Grão-Pará. C.f. BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Sessão de 9 de abril de 1850, p. 233. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. No: BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. na sessão de 18 de abril de 1857, a Câmara Geral votava as eleições do “Grão-Pará”.

³⁶¹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 14 de fevereiro de 1850. p. 553. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

do Norte do Império, entre 1838 e 1840, o que lhe permitiu a publicação, durante seu retorno aos Estados Unidos, do livro *Sketches of residence and travels in Brazil embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces* (1845), dividido em dois volumes, um dos quais referente a São Paulo e Rio de Janeiro e outro volume concernente às províncias do Norte, com o seguinte título no Brasil: *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Nesta obra, o viajante americano destaca um capítulo à parte com o título de “Amazônia”, definida por ele como:

[...] Designação que geralmente se dá a todo o interior da província do Pará. Nenhuma outra região do globo oferece maior interesse que esta, no que respeita à natureza. Sua situação geográfica sob a faixa equatorial, sua enorme extensão territorial, seus rios colossais, o encanto e o romanesco de sua história e de seu nome, são característicos originais, peculiares a essa gleba imensa.³⁶²

Na visão de Kidder, a concepção territorial da Amazônia era justamente o interior do Pará. Embora apresentasse a nova denominação da região, o viajante e missionário recorrem à ideia de que tal nome (Amazônia) seria o adotado desde sempre ou desde os tempos de Orellana e, nesse caso, o romanesco do nome provinha das mulheres amazonas. Ainda em Kidder, é possível notar o uso da nomenclatura “amazônica” como referência espacial em duas situações: como referência ao “território amazônico” (recorte geográfico delimitado) e ao “delta amazônico” (superfície onde o rio desemboca, a foz dele).

Um outro momento em que a nomenclatura “Amazônia” havia sido utilizada para denominar a grande área adjacente da bacia amazônica foi em 1849, registrada e lida no Relatório do presidente da província do Pará, Jerônimo Francisco Coelho, perante a Assembleia Provincial paraense, em 1º de outubro de 1849. Há grande possibilidade de Tenreiro Aranha ter recepcionado o termo Amazônia do discurso de Coelho, pois, no citado relatório, justamente no tópico que tratava das missões e catequese dos índios, ele fazia referência a numerosas nações indígenas, com características vivenciais semelhantes àquelas elencadas por Aranha, e que habitavam e vagavam por toda a extensa “superfície territorial da região Amazônia”.³⁶³ Assim, além da proximidade temporal entre os discursos, há de se

³⁶² KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil: Compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, p. 230.

³⁶³ Relatório do Presidente da Província do Gram - Pará. Jerônimo Francisco Coelho. Lido perante a Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849, p. 76. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1510%2C-162%2C4570%2C3224>

considerar também a similitude dos conteúdos em que o termo “Amazônia” foi citado por ambos os políticos.

Ainda merece destacar, nesse ponto, que essa menção ao nome Amazônia em um relatório de presidente de província paraense foi a mais recuada que se localizou em pesquisa sobre o uso do citado nome nos relatórios dos presidentes que governaram o Pará no século XIX, aliás, após 1849, apenas em 1885 encontra-se novamente o termo “Amazônia” nos aludidos relatórios. Obviamente que a transição de nomenclaturas acerca da região da bacia amazônica não se enquadra nesse lapso de tempo, pois nesse período há de se considerar as referências feitas – pelos presidentes de província do Pará – ao Vale do Amazonas e à região amazônica. Como se pode perceber, as ideias e a nomeação da região a partir do nome Amazônia entre as décadas de 1840 e 1850 ainda eram vagas e raramente citadas, mas esse processo revela que tais questões foram forjadas no âmbito das tensões e negociações com o Império brasileiro, bem como foram resultado do trânsito de concepções e formas de entendimento sobre a área amazônica, tanto pelas elites estrangeiras, quanto pelas brasileiras.

A ativa navegação a vapor veio com o Decreto imperial de agosto de 1852 quando, efetivamente, Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá) teve a concessão dos privilégios da navegação no rio Amazonas com a criação da Companhia do Amazonas. Desde 1854, então, assumiu o compromisso de operacionalizar também um plano de colonização na região, especialmente fundando colônias estrangeiras. As tentativas das duas colônias com a vinda de portugueses e chineses não prosperou. A Companhia de Navegação do Amazonas não conseguiu atender a toda a região e, com isso, foi gerado um sentimento de que o empreendimento nacional não atingia os objetivos requeridos pela região com uma economia extrativista crescente e uma demanda por colonização e agricultura.

No ponto acima, cabe mencionar que os políticos paraenses buscavam, ao mesmo tempo, fazer com que as demandas provinciais figurassem como questões regionais e nacionais, isto é, problemas que a Nação precisaria resolver, mas também procediam inúmeros discursos sobre a opulência da terra natal com promessas de desenvolvimento. Assim, postulavam que os “[...] Vales do Amazonas sabem quanta riqueza se oferece ali a atividade e quanta é a facilidade com que se pode obter por dia uma renda ao mais elevado salário [...]”. Uma região tida como possuidora de uma [...] natureza virgem, que tantos germes de riqueza prodigaliza ao homem”.³⁶⁴ Nesse cenário, agentes externos viam justamente o contrário em relação às vantagens da natureza amazônica, como Irineu

³⁶⁴ RAIOL. *Abertura do Amazonas*. op. cit; p. x. 1867. p. 106.

Evangelista (Mauá). Ele que, em 1857, escrevia sobre a colonização no *Relatório da Companhia de Navegação do Amazonas* que “a própria riqueza das magnificas regiões amazônicas é um óbice, por assim dizer, insuperável a realização de núcleos coloniais”.³⁶⁵ Logo, percebemos que concorriam diferentes visões acerca das ideias de natureza e riqueza, não mais da província, porém de uma mais ampla: a região.

Todo esse debate da década de 1850 sobre a navegação do rio Amazonas em âmbito nacional não foi trivial, visto ter sido uma década marcada pela chamada cobiça internacional. Magnoli considera que “a partir de meados do século, o esboço de uma estratégia sul-americana afirmativa dos Estados Unidos foi percebido pelo Império como uma fonte de novas ameaças para o domínio brasileiro sobre o território articulado pelo grande rio”.³⁶⁶ Essa situação do interesse americano na bacia amazônica foi mais um capítulo do interesse internacional por essa parte do Brasil, visto o histórico de pretensões francesas e britânicas na região.

Em meados do século XIX, com o contexto de expansionismo americano direcionado para a América Central e o Caribe, o tenente da armada estadunidense Matthew Maury desencadeou uma campanha em prol da abertura do rio Amazonas à navegação internacional, um projeto oficialmente relacionado à comunicação e ao comércio, mas que possuía outros objetivos, como a colonização agrícola das margens do Amazonas com o plantio de algodão e a extração da borracha. Os problemas internos americanos relacionados com a escravidão e a Guerra da Secessão sobrepujaram a discussão sobre o Vale amazônico e a questão arrefeceu.³⁶⁷

A grande questão a se notar nessa discussão dos interesses americanos na região é justamente a circulação e a conexão de ideias que permitiram, às elites políticas brasileira e amazônica, criarem uma narrativa desenvolvimentista da região com ênfase nas plataformas da navegação e imigração, consubstanciando a produção de um novo recorte regional com novas formas de nomeação da área geográfica, como Vale do Amazonas e região amazônica. Para tanto, basta observar que a produção escriturística do tenente da armada estadunidense Matthew Maury, no ano de 1853, é pedra de toque para a circulação das novas denominações e projeções sobre a área às margens do Amazonas, *O Amazonas e as costas atlânticas da América Meridional* (1853), o referido tenente debate a importância das bacias do Amazonas

³⁶⁵ Relatório da Companhia de Navegação do Amazonas: In. RAIOL, Domingos Antônio. op. cit; p. x.1867. p. 107.

³⁶⁶ MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*. Imaginação geográfica e política externa no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp/ Editora Moderna, 1997, p. 175.

³⁶⁷ Idem.

e do Prata para o desenvolvimento econômico da América, sobretudo endereçando tais observações aos norte-americanos para que lhes despertassem o interesse nessas bacias. A seguir, um trecho em que ele escreveu, na citada obra, e que é emblemático sobre o tema em tela:

As proporções que oferece o Amazonas ao comércio são realmente extraordinárias; o seu futuro industrial é o mais brilhante que se pode imaginar; ao toque do vapor, da colonização e da cultura, esta caudalosa corrente e sua magnífica bacia fluvial poderão produzir um desenvolvimento tal de resultados industriais, que transformasse o Vale do Amazonas em uma das mais encantadoras regiões sobre a face da terra.³⁶⁸

Nesse trecho, Matthew Maury reverbera temas que passaram a ser cada vez mais incorporados ao discurso das elites amazônicas, como futuro industrial, a importância do vapor, da colonização e da cultura para o soerguimento da região, além da mais nova nomenclatura, notadamente o Vale do Amazonas. Tendo em vista a discussão aberta por Maury acerca da possível integração comercial dos vales dos rios Amazonas e Mississipi, esse último nos Estados Unidos, motivo pelo qual se aventava que o uso do termo vale para o Amazonas e que tenha derivado da percepção de vale para os americanos. A compreensão espacial do “Valle do Amazonas” para Matthew Maury era justamente a de que era uma região que compreendia toda a área correspondente aos afluentes do rio Amazonas, tido como um país fértil ou país do arroz. Para os americanos, o Vale do Amazonas era um grande sertão selvagem que necessitava de cultura, máquinas e migrantes para existir, um pensamento colonial reproduzido por vários viajantes estrangeiros e até por brasileiros, o que inclui as elites do antigo Grão-Pará. Os interesses americanos são claramente postos no manuscrito de Maury, que disse:

[...] a livre navegação do Amazonas, e a colonização do seu vale, vem a ser um objeto de maior interesse para o mundo inteiro, e de especial vantagem para este país. Incumbe aos Estados Unidos tomara iniciativa de franquear a todas as nações a navegação daquele rio.³⁶⁹

Ainda se deve lembrar que os interesses de Maury pelo Vale do Amazonas não eram só econômicos, pois, mediante uma visão religiosa e ao mesmo tempo determinista, Maury acreditava que o Vale do Amazonas estava fadado, quase como por uma graça divina, a ser um centro de abastecimento agrícola, dadas as condições de fertilidade e do clima. Além do

³⁶⁸ MAURY, Matthew Fontaine. *O Amazonas e as Costas Atlânticas da América Meridional*. Rio de Janeiro: Typographia de M. Barreto, 1853, p. 28.

³⁶⁹ Ibidem, p. 32

mais, sua visão determinista destinava o Vale do Amazonas a ser um lugar não do homem branco, mas sim dos negros que viviam nos Estados Unidos, como demonstra Nícia Luz:

Os princípios do determinismo geográfico e as doutrinas da predestinação divina invocadas por Maury para explicar o destino da Amazônia, como uma região a ser povoada por negros escravos, embora dominados por brancos, servirão também de justificativa para legitimar a posse desse vale pelos Estados Unidos.³⁷⁰

Matthew Maury, apesar de escrever que a abertura do Amazonas se daria pelos argumentos da ciência, da civilização, pela diplomacia e pelas forças comerciais, enveredou em seu discurso pelo tom de ameaça ao evidenciar que se o Brasil não franqueasse o rio Amazonas às nações do mundo poderia perdê-lo pelo princípio do não uso. A proposta norte-americana, na escrita de Maury, também colocava problemas para a política brasileira em relação ao Amazonas na América do Sul, visto que projetava a política de acesso ao Amazonas pelos países vizinhos como limitada, gerando assim certa tensão na área. Na verdade, Maury expressou o desejo norte americano de apropriação da área amazônica em nome da chegada da civilização, sustentando a ideia de que o Estados Unidos seria o único país capaz de levar o desenvolvimento a essa parte do globo; o próprio Maury justificava que, há mais de 300 anos, o homem branco conhecia a região e nada fazia pelo seu desenvolvimento, dizendo que “em consequência da incúria e imperícia dos seus governantes, o europeu não tem feito a menor impressão naquelas ricas e majestosas selvas”³⁷¹. A referida crítica jogava sobre os ombros brasileiros o suposto atraso histórico do lugar.

Outras duas questões importantes afloram no texto do tenente da armada americana, a primeira diz respeito à variação de nomes que ele utilizou para denominar a área do rio Amazonas na América do Sul, sendo os dois nomes mais utilizados “País do Amazonas” e “Valle do Amazonas”, além dessas nomenclaturas, Maury, ao se reportar ao Peru, fez referência à província de Caxamarca, na “bacia amazonia”, o que implica dizer sobre as dobras e possibilidades semânticas que se abriam naquele momento para a adoção do nome Amazônia como denominação da região que antes era o Grão-Pará. Considerando que as intenções americanas e a retórica de Maury foram amplamente conhecidas e debatidas entre a elite política brasileira, é possível aventar a influência das formas que ele denominou a região nos discursos políticos no Brasil, inclusive a elite política nortista alinhada aos princípios liberais, especialmente membros do partido Liberal, receberam e traduziram uma série de

³⁷⁰ LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos: as origens de uma controvérsia internacional*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro. Editora Saga. 1968, p. 59.

³⁷¹ MAURY, Matthew Fontaine. Op; Cit., 1853

argumentos, como o livre comércio a partir do Amazonas, as ideias de civilidade e cultura a partir da imigração, entre outras.

A segunda questão corresponde ao fato de o tenente Matthew Maury ter demonstrado conhecimento dos relatos de viajantes que passaram pela América do Sul, a exemplo do naturalista francês de origem inglesa Francis de LaPorte, o conde de Castelnau, que esteve nessa região entre 1843 e 1847. O material escrito por Maury demonstra uma série de informações que provavelmente foram adquiridos junto aos relatos de viagem à América do Sul, inclusive o relato do tenente americano e primo de Maury, William Lewis Herndon que, em 1851, viajou pela América coletando informações e conhecendo a área pretendida pelos americanos. É importante perceber a presença dos relatos da viagem do conde de Castelnau no texto de Maury, pois foi justamente esse naturalista que julgou ter encontrado, no Pará, uma herança material das amazonas, o que veio a ser chamado de ídolo amazônico, uma peça lítica tida como uma espécie de amuleto das amazonas, o que gerou um intenso debate intelectual sobre a região.³⁷²

O texto do tenente americano Matthew Maury foi mais um suporte escrito que na circulação contribuiu para a emergência da ideia de região amazônica. No Brasil, por exemplo, a resposta ao texto do tenente americano elaborada por um defensor da integridade do Império, João Batista de Castro Moraes Antas, apresenta inúmeras menções ao Vale do Amazonas como uma região.³⁷³ É partir dessa época que a nomenclatura da região brasileira às margens do rio Amazonas começa a ser modificada de Pará para Vale do Amazonas e, posteriormente, para região amazônica e Amazônia. Obviamente que a modificação da nomenclatura da área geográfica esteve amparada em mudanças de interpretação da imagem e dos conceitos elaborados para significarem o recorte regional em torno da bacia amazônica.

É preciso considerar que os conceitos possuem suas histórias de elaboração e transformação, movimento que conduz à passagem de simples palavras para conceitos, esses últimos muito mais utilizados e amplificados, como é o caso dos conceitos de Vale do

³⁷² Com relação ao achado de Castelnau, houve uma reação dos intelectuais brasileiros às pretensões de Castelnau, a iniciar por um relatório produzido pelo militar e escritor Antônio Ladislau Monteiro Baena para o Governo da província do Grão-Pará e publicado na revista do IHGB, em 1848, sobre a navegação e comércio entre o Pará e Goiás. Neste relatório, além de relatar o trajeto de rios e as condições de navegação, Baena aponta uma série de equívocos de Castelnau ao se referir à região dos rios Araguaia e Tocantins, contestando, inclusive, o achado material do Conde, apontando que se tratava de uma pedra simples que mais parecia “um macaco” esculpida por um pedreiro de uma antiga comissão demarcadora de limites que foi trazida ao Rio Negro em 1794, logo não possuía vínculos com produção dos indígenas.

³⁷³ ANTAS, João Batista de Castro Moraes. *O Amazonas e as costas atlânticas da America Meridional..* Rio de Janeiro: Typographia de M. Barreto, 1853 -- De la navegacion del Amazonas .. Caracas: Reimpreso por T. Antero, 1857.

Amazonas, região amazônica e principalmente Amazônia, que diferentemente de expressões como região amazonense, regiões do Amazonas, regiões equinociais, Províncias Equatoriais, todas também reverberadas, mesmo raramente no mesmo período, permaneceram como palavras, pois o primeiro conjunto de expressões foram vencedoras e foram fortalecidas com densidade de uso e de significação, pois, como demonstrou Kosellek, a carga semântica de um conceito se relaciona a fatores que excedem a dimensão linguística, ou seja, um termo como Amazônia passou a ser mais do que uma simples palavra que designa algo, sendo transformado em conceito recorrente e de conteúdo que possuía e possui efeitos diversos, como significar uma resposta à relação com a política do Império brasileiro.³⁷⁴ Logo, cabe mencionar que a palavra pode existir há muito tempo, mas os conteúdos por ela designados podem ser alterados substancialmente, de modo a caracterizar a especificidade da emergência de determinado conceito, a exemplo do conceito de Amazônia no contexto da segunda metade do século XIX no Brasil, pois embora a palavra fosse antiga, como demonstramos no primeiro capítulo deste trabalho, foi somente no período aludido que ela ganhou distinção e expressividade em relação à área amazônica brasileira.

Apesar de, no Brasil, a recepção do vocabulário relacionado ao Amazonas tenha ocorrido, em grande medida, considerando termo Vale do Amazonas, deve-se notar que Maury chegou a ventilar outros termos de forma espaçada e ainda sem força conceitual, como a ideia de constituir, na América, uma “República Amazônica”, além do mais, é tido como autor do texto intitulado “Maury on South America and Amazonia” (1853), publicado em uma revista americana. As duas palavras “amazônica” e “Amazônia” para denominar a região do antigo Grão-Pará passavam a compor o vocabulário da década de 1850, por sua vez, expressadas no cenário internacional e em circulação no Brasil.

Para se ter uma ideia, na imprensa brasileira, especialmente na imprensa da Corte, espaço de maior circulação de pessoas e para onde convergia um maior número de impressos e circulação de ideias, a palavra “amazônica” apareceu pela primeira vez no *Jornal do Commercio* (RJ), em 1840, em uma notícia sobre uma peça teatral chamada “scena amazônica”; também em 1840 o jornal *Correio das Modas* fazia menção a uma “moda amazônica”; em seguida, em 1841, a *Revista Médica Fluminense* RJ se referia a uma espécie de planta, a chamada “urania amazonica” descrita por Martius; em 1851, *O Guanabara: Revista Mensal Artistica, Scientifica e Litteraria* (RJ), apresentava, em suas páginas, a comédia arqueológica “Estátua Amazônica”, de autoria de Manoel de Araújo Porto-Alegre;

³⁷⁴ KOSELLECK, R. Op. Cit., 2006.

em 1852, o jornal *Diário do Rio de Janeiro* publicava um texto sem título e sem assinatura sobre a navegação do rio Amazonas citando a região amazônica, aparecia aí na imprensa da Corte a referência geográfica de um novo conceito histórico-político substituindo o antigo Grão-Pará; nesse mesmo ano, o jornal *Correio Mercantil* (RJ) publicava matéria sobre a população indígena do Brasil antes do descobrimento, de modo a citar os índios da “região Amazônica”.³⁷⁵

O jornal *O Diário do Rio de Janeiro* publicou, em 1853, um texto com o título de Amazonas mencionando a “navegação amazônica”, o qual fazia referência às memórias escritas por Maury.³⁷⁶ A partir desse momento, o debate sobre os interesses americanos no Amazonas apareceu com bastante frequência na imprensa brasileira. No Amazonas, o principal jornal daquela província à época, o *Estrella do Amazonas*, publicava um texto já impresso pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, que foi subscrito por O Ticuna. O teor do artigo era um tipo de resposta às pretensões de Maury sobre o norte do Brasil, as referências espaciais que aparecem demonstram justamente a indefinição quanto à nomeação da região, aparecendo termos como América Meridional, “clima amazonio” e “paíz amazonio”.³⁷⁷

A ideia de “paíz amazonio” é uma referência geral à ideia de região, conforme já discutido neste trabalho e, nesse caso, a região era compreendida em termos de recursos naturais e riquezas, como hidrografia, área geográfica e fornecedora de matérias-primas. Essa era a percepção reinante de Maury e dos americanos, bem como de ingleses e franceses que também estavam interessados nessa parte da América à época. Logo, o vocabulário amazônico e as ideias de progresso passam a ser associadas, especialmente no contexto internacional e recepcionadas no Brasil, de modo que quem agregou ao conceito de região natural e produtora de riquezas a ideia de região com status político e cultural foram as elites regionais amazônicas, como veremos neste trabalho.

Percebe-se toda uma preocupação das autoridades brasileiras com o território da bacia do rio Amazonas a partir do expansionismo norte americano, tal situação é perceptível, por exemplo, nas correspondências entre a Presidência do Pará e o Ministério dos Negócios Exteriores acerca da presença de um grupo de norte-americanos que foi notado em terras paraenses no ano de 1854, oportunidade na qual, em 02 de março de 1854, o Presidente do

³⁷⁵ PRODIGIOSA População terrícola do Brasil. *Correio Mercantil*. 29 de julho de 1852, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

³⁷⁶ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. 1853. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

³⁷⁷ ESTRELLA do Amazonas. 04 de maio de 1854, Cidade de Barra do Rio Negro (AM), nº 88.

Pará, Sebastião do Rego Barros, enviou um ofício ao Ministério acima citado narrando os fatos, cujo teor comunicava que havia chegado, ao porto de Belém, um navio advindo de New York e que logo teria agido para checar, junto ao Consul americano em Belém, sobre a possível vinda de aventureiros para realizarem uma expedição no Amazonas, o que foi negado.³⁷⁸ Dias após, o mesmo Rego Barros voltava a officiar ao Ministério, desta feita, comunicando que havia americanos aventureiros realizando uma expedição na região, mas que já havia ordenado a atenção do Chefe de Polícia e dos batalhões da Guarda Nacional em Gurupá e Porto de Moz.³⁷⁹ Em resumo, o contexto de expansionismo americano e as várias notícias sobre o Amazonas fora do Brasil acabou criando um clima de permanente vigilância, motivo pelo qual toda e qualquer presença estrangeira nesse parte do Brasil era comunicada de imediato às autoridades imperiais especialmente a presença de norte-americanos e franceses.

O desfecho da discussão da abertura do rio Amazonas veio no contexto da Guerra do Paraguai. Na década de 1860, o Império brasileiro estabeleceu a livre navegação no Amazonas por intermédio do Decreto 3749 de 7 de dezembro de 1866, visto que duas situações nessa matéria contrastavam no cenário brasileiro da época: a situação da bacia Platina e da bacia amazônica. Sendo assim, o Brasil argumentava a respeito da necessidade da livre navegação no rio da Prata contra a posição do Paraguai, o que tornava insustentável a permanência do fechamento do rio Amazonas, bem como gerava uma situação contraditória. Em função da guerra, também passavam a ser tênues as relações diplomáticas com potências como Inglaterra e Estados Unidos, ambas com interesses na abertura da navegação da fronteira norte do Brasil.

O Decreto de 7 de dezembro de 1866 também foi fruto de um intenso debate travado no Parlamento brasileiro, com a apresentação de projetos no âmbito legislativo e o debate extra Parlamento em folhetos, jornais e livros. No Parlamento, em 1864, o autor do projeto de abertura do rio Amazonas, o paraense e liberal Tito Franco de Almeida, aliava os princípios liberais e a ideia de que a referida demanda era de âmbito nacional e internacional. Para justificar o projeto, argumentava em prol da “completa liberdade de comércio e navegação do Amazonas”, visto a grande influência na prosperidade do país e das províncias ribeirinhas,

³⁷⁸ BRASIL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Ofício/nº 9/ 2 de março de 1854*. Fundo da Secretaria da presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

³⁷⁹ BRASIL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Ofício/nº 11/ 18 de março de 1854*. Fundo da Secretaria da presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

leia-se os países fronteiriços.³⁸⁰ Neste ponto, mais uma vez, reaparece a elevação das demandas das províncias para o âmbito regional e nacional.

Os debates na Câmara dos Deputados permitem perceber as relações de força e as fissuras internas dentro do bloco nortista em relação ao projeto de abertura do rio Amazonas à navegação internacional, visto que, no texto que apresenta a propositura do projeto acima citado pelo Deputado paraense Tito Franco de Almeida, Domingos Antônio Raiol abriu um parêntese para reforçar que a autoria da proposição foi de Tito Franco e não de Tavares Bastos, como muitos pensavam; logo, fez-se questão de demarcar o lugar dos representantes amazônicos no processo³⁸¹. Representantes baianos também se colocaram em oposição ao projeto, como elencou o Deputado paraense Jesuíno Marcondes, pois, referindo-se a um colega deputado baiano, adiantou que ele:

[...] combateu o projeto que franqueia a navegação do Amazonas às nações amigas. Esse ilustre deputado mostrou-se dominado do receio de que a emigração estrangeira entre nós fosse invadir aquelle El-Dourado como uma torrente, sopitasse a população nacional, e afinal convertesse aquelle vasto território em um paiz independente.³⁸²

Além disso, na sessão da Câmara dos Deputados de 25 de abril de 1864, o deputado Domingos Antônio Raiol se postava contra um projeto de abertura do Amazonas apresentado por um deputado do Maranhão, o que transparece que havia outros interesses na questão; logo, Raiol era contra esse outro projeto sobre o tema, sendo a favor do proposto pelo colega Deputado paraense. A defesa pela autoria do projeto e pela manutenção do texto original, como se vê nos dois casos acima, aponta para a necessidade de patenteamento do projeto de abertura do rio Amazonas por parte da bancada parlamentar amazônica e paraense, revelando também certa consciência regional frente ao Norte agrário de Tavares Bastos e do deputado maranhense, e, ainda, como tal atitude demonstra a ideia de construção das regiões a partir das posições que são tomadas.

As disputas pela paternidade do projeto de abertura do rio Amazonas continuaram após o Decreto de 1866, dentro da própria bancada de representantes amazônicos, visto que, em 1867, o *Jornal do Pará*, órgão oficial do governo da Província, à época comandada pelo

³⁸⁰ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 13 de fevereiro de 1864. In: RAIOL, Domingos Antônio. *Abertura do Amazonas*. op. Cit., 1867. p. 7.

³⁸¹ Foram autores do projeto em relação à navegação do rio Amazonas os seguintes Deputados: Tito Franco de Almeida; Domingos Antônio Raiol; Ambrozio Leitão da Cunha; Antônio José Moreira; todos da Região Amazônica e os alagoanos Aureliano Cândido Tavares Bastos e José Ângelo Marcio da Silva.

³⁸² BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 18 de maio de 1864. Rio de Janeiro, 1864. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Partido Conservador, na pessoa de Joaquim Raimundo de Lamare, publicava um comunicado com o título “Abertura do Amazonas”, cuja intenção era corrigir um erro do político e historiador Domingos Antonio Raiol que escrevia artigos para o *Jornal do Amazonas* sobre o tema já citado do comunicado em tela, e que não havia considerado um discurso realizado em 1862 pelo então deputado conservador Ambrósio Leitão da Cunha, visto que, segundo a redação do *Jornal do Pará*, Raiol não teria considerado o discurso de Leitão como o primeiro sobre o citado tema, apenas concedendo visibilidade aos discursos dos deputados Fábio e Tavares Bastos e os próprios discursos de Raiol. Obviamente que se nota, nessa situação, a questão política entre liberais e conservadores, pois, na década de 1860, a questão regional levantada em torno da abertura do Amazonas se traduzia como o principal acontecimento regional.

A redação do *Jornal do Pará* pedia licença ao leitor para corrigir Raiol e transcrever, dos Anais do Câmara dos Deputados, um pronunciamento do então deputado Ambrósio Leitão da Cunha. Ao acessar os referidos Anais, observa-se a fala de Leitão Cunha direcionada, à época, ao Ministro da Agricultura do Império e, segundo o deputado, tratava-se de um tema de interesse das províncias do Pará e Amazonas, bem como ao Império, inclusive ele fazia uma ressalva cumprimentando os deputados pelo Amazonas e pedindo licença para debater sobre o assunto de interesse mútuo. Ou seja, com o fim do Grão-Pará, enquanto província brasileira, e após a Cabanagem, com a organização da província paraense e o movimento de soerguimento dessa área do país, os representantes políticos paraenses no Parlamento brasileiro redirecionaram o discurso para tratarem dos interesses comuns das duas províncias (Pará e Amazonas), em um movimento rumo à produção de certa unidade regional, frente a algo muito patente naquele momento, a saber: a divisão imposta pela criação e instalação da província do Amazonas, entre 1850 e 1852. Nestes termos, o deputado paraense anunciava que:

Mas SS. EEx. Verão que os negócios de que ocupar-me, referindo-se, é verdade, mais particularmente à província do Amazonas, prendem-se, contudo, aos altos destinos da província do Pará que aqui represento, donde sou filho, e onde tenho os meus mais caros interesses; entendendo eu, por isso que estão por tal forma ligados os daquelas duas províncias, que advogando-se os de uma ter-se-á advogado implicitamente os interesses da outra.³⁸³

³⁸³ Abertura do Amazonas. *Jornal do Pará*. 30 de abril de 1867. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219339&pasta=ano%20186&pesq=%22Abertura%20do%20Amazonas%22&pagfis=381> Acesso em : 08 maio 2022.

Esses acontecimentos denotam a construção de um regionalismo político amazônico, mas um regionalismo cujas pautas foram selecionadas por certos grupos e que, apesar de terem sido colocadas como de interesse da região, para o seu desenvolvimento, é preciso compreender que elas eram tratadas como questões regionais, mas diziam respeito aos interesses da elite comercial e política da região, como foi o caso da demanda pela navegação do rio Amazonas e da ampliação da representação parlamentar, haja vista que “a identificação regionalista pode engendrar tipos de mobilização e instrumentos diferentes, em função do grupo que lidera.”³⁸⁴ É preciso compreender que o regionalismo político amazônico, em plano nacional, entre as décadas de 1850 e 1878, estava voltado praticamente para temas que interessavam as elites econômicas, como por exemplo, os temas conexos da navegação e imigração, pois tratava-se do sistema de transporte e escoamento, bem como composição de mão de obra; por outro lado, as elites políticas interessavam-se pela imigração visando, entre outros benefícios, aumentar a população regional e fortalecer o argumento político de mais representantes no Parlamento Brasileiro, pois, só assim, a região amazônica teria maior visibilidade e poder de decisão nas questões nacionais.

Além disso, é preciso compreender que os grupos que lideravam a formação de regionalismos acabavam impondo sua visão no processo de constituição desses regionalismos e logo a formação da chamada consciência regional ou da identidade regional, que se encontrava atrelada às lutas regionalistas como componente de fortificação e coesão interna, se expressava sob diferentes formas de representação simbólica e ideologia. Assim, o regionalismo político amazônico e a pretensa identidade regional, emergida desse movimento à época, denotam para além das questões relacionadas ao desenvolvimento provincial e regional as intenções comerciais e políticas das elites nativas, a exemplo da questão da navegação do Amazonas. Castro, ao considerar que a região é uma representação da realidade e que constitui parte do imaginário social, também evidencia que ela é: “[...] um espaço de disputa e de poder, base para essa representação que é apropriada e reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses ancorados naquele território particular.”³⁸⁵

³⁸⁴ CASTRO, Iná Elias de. Estado e região – considerações sobre o regionalismo. *Anuário do Instituto de Geociências* (AIGEO). Home v. 10, 1986, p. 39. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/aigeo/article/view/7804>

³⁸⁵ CASTRO, Iná Elias de. Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional. *Confins*, v. 49, 2021, p. 7. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/35256>. Acesso em: 15 abr. 2020; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35256>.

Nesse debate sobre regionalismo, não podemos deixar escapar algo de suma importância para a compreensão da postura dos parlamentares amazônicos na Câmara dos Deputados, a saber: o fato de terem elevado determinados temas provinciais para níveis regional e nacional.

Para compreender melhor esse ponto, recorre-se mais uma vez a Castro, pois segundo a autora, uma região só se torna uma questão, ou seja, um tema de relevância, um problema a ser resolvido, no momento em que a sua participação na organização e estruturação “[...] política e econômica nacional é conflituosa, por demandas étnicas ou culturais, ou quando a reorganização da economia nacional se impõe sobre uma economia regional, desestruturando-a ou, em alguns casos fortalecendo aquelas mais ricas.”³⁸⁶ Logo, conforme Castro, o *status* de questão ou problema regional delega a resolução ao nível político mais alto, notadamente à nação. A partir dessa compreensão, pode-se entender o movimento dos parlamentares amazônicos, pois foi justamente isso que ocorreu, ou seja, era preciso conceder status de questão regional a determinadas questões provinciais e regionais para imputar a resolução ao Governo Central.

Esse processo de elevação das questões provinciais ao nível nacional foi uma estratégia utilizada ainda na primeira metade do século XIX, como ocorreu com o projeto de criação da província do Amazonas que, segundo Gregório, foi pautado por representantes políticos também como de interesse nacional sob o argumento de que a criação da citada província seria uma das soluções para a defesa das fronteiras do Brasil no norte do território nacional.³⁸⁷ O que se vislumbra a partir da segunda metade do século XIX é que o argumento regional passou a ser expresso e sua relação com os interesses nacionais.

Na sessão de 25 de junho de 1864, o Deputado Tito Franco de Almeida realizava pronunciamento perante a Câmara dos Deputados para defender o projeto que apresentou a favor de sua região, dada a discordância de partes do referido projeto, por parte de um Deputado Baiano e outro maranhense. Na oportunidade, o parlamentar paraense dizia que “[...] a navegação e seu comércio interessarão principalmente ao Brasil do que a nenhum outro povo”.³⁸⁸ Imputar as questões da região para a Nação era um meio de atrair as atenções do Governo Central e do legislativo para as margens do rio Amazonas. Logo adiante, Tito

³⁸⁶ Ibidem, p. 6

³⁸⁷ GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-12062013-102746/>. Acesso em: 30 de nov. 2022.

³⁸⁸ ALMEIDA, Franco de. In: RAIOL, Domingos Antônio. *Abertura do Amazonas*. op. cit; 1867., p.30.

Franco mencionava que “o projeto quer um meio termo; quer o grande progresso que resultará ao país da abertura do Amazonas a todas as nações amigas, mas o quer por meio de compensação”.³⁸⁹ Neste ponto, o parlamentar volta a articular discursivamente a questão do Amazonas e do Brasil, ocasião em que respondia a crítica de que o país perderia comercialmente com a navegação internacional no Amazonas.

Também respondendo à oposição ao projeto de abertura do Amazonas por parte de um deputado baiano, é relevante observar a visão de um representante político do Amazonas acerca da relação entre o Governo Central e aquela província, bem como em relação ao projeto em tela. Nestes termos, considera-se o pensamento e o discurso do Deputado liberal Antônio José Moreira que, no âmbito das discussões acerca da abertura do Amazonas, passou a tratar a região a partir do nome Vale do Amazonas. Moreira alinhava o projeto de abertura do rio ao comércio internacional com a necessidade de atendimento e consideração com a província que representava, notadamente o Amazonas, dizendo que os signatários do projeto estavam de acordo que “[...] o Valle do Amazonas precisa da liberdade de navegação, foi a inteira convicção, em que estão, de que uma província do Império, o Amazonas tem direito à justiça de entrar na comunhão de suas irmãs, possuindo um porto livre, como tem as demais províncias do litoral”.³⁹⁰

O Deputado José Moreira, ainda no mesmo discurso de 11 de junho de 1864, expressava os ideais liberais associados à discussão do Amazonas, dizendo que “vamos fazer uma doação! Quando, se a doação há nisto, ella é feita pelos capitais e pelo trabalho estranho ao Brasil, ao Valle do Amazonas; pois é o que querem dizer emigração livre, navegação livre e commercio livre”.³⁹¹ Diante da participação na apresentação do projeto e nos debates parlamentares sobre a demanda da livre navegação e abertura do rio Amazonas, a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas divulgou uma felicitação de agradecimento ao deputado José Moreira, ressaltando a sua participação em um projeto para a elevação do Amazonas.³⁹² O projeto em tela interessava a toda área amazônica, mas as elites comerciais e políticas do Amazonas festejaram bastante a citada abertura, face o isolamento que a província vivia, em detrimento do Pará, que recebia embarcações estrangeiras há muito mais tempo em seu porto.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ MOREIRA, Antonio José. IN: RAIOL, Domingos Antônio. Abertura do Amazonas: Extratos dos debates no Parlamento brasileiro acerca do projeto de lei sobre a abertura do Rio Amazonas à navegação e ao comércio do mundo (1867). Pará: Typografia do Jornal do Amazonas, 1867, P. 43.

³⁹¹ Ibidem, p. 47.

³⁹² Felicitação da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas ao Ex. Sr. Antônio José Moreira. *Amazonas*. Ano I, Nº 15, Manaus, 10 de outubro de 1866, p. 2.

No que diz respeito aos representantes paraenses, é imprescindível lembrar a atuação de Domingos Antônio Raiol,³⁹³ outro parlamentar pertencente ao quadro do Partido Liberal, desta feita natural e representante do Pará na Câmara dos Deputados, ele assumiu postura em defesa das grandes questões de sua terra natal no início da década de 1860, como a abertura do Rio Amazonas e a imigração. Domingos Raiol foi o organizador do documento *Abertura do Amazonas: Extratos dos debates no Parlamento brasileiro acerca do projeto de lei sobre a abertura do Rio Amazonas à navegação e ao comércio do mundo* (1867), uma coletânea reunindo vários debates e pronunciamentos realizados no Parlamento brasileiro sobre a questão da abertura do rio Amazonas à navegação internacional. Era uma prática de vários parlamentares à época compilarem pronunciamentos seus e de outros colegas, em caso de interesse, e produzirem coletâneas de discursos parlamentares, que na verdade eram tipos de comprovação da atuação parlamentar, especialmente sobre determinado tema.

O documento acima aludido possui uma introdução balizada pelo notório alinhamento aos preceitos do liberalismo, pois considerava que “o princípio de liberdade é hoje o elemento vital das sociedades modernas”³⁹⁴, e ainda com a notável pretensão de evidenciar que as questões amazônicas eram promissoras também para o Brasil, pois julgava que “o Brasil não poderia ser indiferente ao brado dos operários do progresso. A liberdade de navegação e comércio do Amazonas eram um alimento indispensável para o seu florescimento e futura grandeza”.³⁹⁵ A ideia de liberdade atrelada à abertura do grande rio Amazonas no discurso dos membros do Partido Liberal do Pará e do Amazonas remonta aos princípios básicos do liberalismo – em alta ainda na segunda metade do século XIX.

O liberalismo se constituiu como uma ideologia burguesa, com origens que se articulam com o capitalismo concomitantemente à crise do Antigo Regime e da sociedade senhorial. Um documento que demonstra os preceitos do liberalismo foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, peça escrita que previa governos representativos, soberania nacional, o direito à participação política, liberdades individuais e o direito de propriedade, entre outros. Sobre o tema do liberalismo, a reflexão de Guimarães aponta para questões interessantes, especialmente sobre o fato de que foi, na prática política, que ocorreu a

³⁹³ Domingos Antônio Raiol foi um intelectual com formação jurídica e atuação política no Norte brasileiro no século XIX, especialmente no período do Segundo Reinado. Natural de Vigia, no Grão-Pará (1830-1912), estudou Direito em Olinda/PE. Desde a década de 1860, marcou sua atuação na política nacional sendo eleito deputado para a Câmara dos Deputados do Império. Além disso, por meio de indicação imperial, foi presidente das províncias de Alagoas (1882), Ceará (1882) e São Paulo (1883). Em 1883 recebeu o título de Barão de Guajará.

³⁹⁴ RAIOL. *Abertura do Amazonas*. op. cit; p. x.1867, parte I.

³⁹⁵ Idem.

apropriação do credo liberal. Para a autora, se no cenário europeu, no início do século XIX, a bandeira do liberalismo era empunhada nas revoltas da burguesia contra o poder absoluto do rei, do lado de cá do Atlântico, os mesmos princípios serviam de instrumento de luta contra o sistema colonial e a Metrópole.”³⁹⁶ No caso do Brasil, o discurso liberal que alicerçou a independência do país pode ser tido como revolucionário no combate ao Antigo Regime e à emancipação política, mas, por outro lado, o discurso liberal foi claramente conservador diante do apoio à ordem estabelecida por uma monarquia apoiada por proprietários de terras e escravos.

O liberalismo aparecia nos discursos dos liberais da região amazônica no Parlamento Brasileiro, especialmente acerca do tema da navegação internacional do rio Amazonas, como é possível perceber no vocabulário de tais discursos, a exemplo da utilização de expressões como progresso, liberdade, direito e povos civilizados. Como exemplo, observa-se o pronunciamento do deputado liberal Tito Franco de Almeida, em 13 de fevereiro de 1864, oportunidade em que propunha a navegação do Amazonas e reproduzia uma fala sua do ano de 1860: “neste ponto desejo a completa liberdade do comércio e da cabotagem pelas nossas costas, bem como a completa liberdade do comércio e navegação do Amazonas, concedida a todas as nações que conosco celebrarem tratados a esse respeito.”³⁹⁷ O tom acerca do tema da liberdade é de completa oposição ao Império brasileiro por franquear a navegação do Amazonas, nesse caso, o liberalismo amazônico recepcionava o ideário liberal à crítica aos poderes centrais que impediam o desenvolvimento do capitalismo e das formas de progressão individual do homem, desta feita, das elites amazônicas.

Em outro pronunciamento, em 9 de junho de 1864, de defesa do projeto de abertura do Amazonas, o deputado paraense Franco de Almeida mais uma vez sublinhava seu discurso com o ideário liberal; na ocasião, dizia que a indústria não possui nacionalidade, era de todo o mundo, pois os seus resultados eram compartilhados, um posicionamento que lembra o tema da quebra das barreiras comerciais que estava presente nas propostas do liberalismo econômico. Continuava Franco de Almeida a relatar que projetava, na abertura do Amazonas, as relações comerciais com os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, mas com reciprocidade, com a bandeira brasileira também presente nos portos dessas nações. O deputado citava ainda que as nações por ele mencionadas já praticavam as leis da doutrina

³⁹⁶ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831 – 1837). In: 5 GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 104

³⁹⁷ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Sessão de 13 de fevereiro de 1864, p. 93. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 20 ago. 2022.

liberal, mas ainda estavam em processo de abertura de seus grandes rios. Franco de Almeida frisava, em seu discurso, a necessidade de se fazer valer, na região amazônica, o direito das gentes, ou seja, um direito comum a todos os homens; logo, essa parte do país deveria ter o direito de desenvolvimento que o mundo passava à época. Por fim, nessa mesma peça oratória, o deputado paraense lembrava que o projeto de abertura do Amazonas resultaria em um grande progresso para o Brasil, revelando assim a estratégia de projetar uma questão nacional a partir do Amazonas.³⁹⁸

Em concomitância com a apresentação das complexas questões que retardavam o progresso do Pará e do Amazonas por parte dos parlamentares, também eram aludidos os benefícios que tais questões trariam caso fossem resolvidas. Na introdução do documento de 1867 (Coletânea de discursos parlamentares), possivelmente apresentada pelo próprio Domingos Antonio Raiol, enfatizava-se que:

A questão da abertura do Amazonas à navegação e o comércio do mundo é uma das mais importantes que se tem suscitado neste século; é um precioso legado transmitido às gerações vindouras, há de seguramente de engrandecer o Império e as Repúblicas vizinhas.³⁹⁹

Foi muito presente, nos pronunciamentos no Parlamento, a importância da abertura do rio Amazonas para as relações com os países do capitalismo mundial e latino-americanos (ribeirinhos) que estavam na zona de fronteira amazônica, revelando assim a construção da questão regional amazônica. A Coletânea em tela possibilita aferirmos o debate da demanda por inserção do Pará por meio da ampliação espacial para a região amazônica no processo de construção do Estado Nacional com as reivindicações parlamentares. Os discursos advindos dos representantes amazônicos denotam que eles falavam de uma área além da noção provincial, suas posturas pautaram-se na região, uma área diferenciada no conjunto geográfico brasileiro. Portanto, ao levar em conta que o conceito de região, grosso modo, faz menção à noção de diferenciação do território, como explicita Roberto Correa,⁴⁰⁰ aventamos que, no caso de Raiol, na década de 1860, já existiam traços de certa consciência regional – situação que pode ser estendida a outros agentes políticos da época –, oscilando entre os seguintes termos: Pará, Vale do Amazonas, Vale amazônico e a região amazônica, utilizados como sinônimos, o que demonstra que esse era um período de transição da postura política

³⁹⁸ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 9 de junho de 1864, p. 91. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 20 ago. 2022.

³⁹⁹ RAIOL. *Abertura do Amazonas*. op. cit; p., p. 7

⁴⁰⁰ CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização espacial*. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. Série Princípios.

provincial para a regional e que a noção de Amazônia ainda não estava cristalizada e não formulada completamente.

O trato diferenciado entre a província (Pará) e a região ou a oscilação entre o uso dos termos fica patente na medida em que são examinados os pronunciamentos de Domingos Antônio Raiol, como podemos observar em um trecho do seu pronunciamento sobre o papel da Assembleia Provincial na questão imigratória, elencando que “as assembleias provinciais podem promover a imigração. A Assembleia do Pará deveria tomar o maior empenho possível neste serviço indispensável às regiões amazônicas”.⁴⁰¹ Nesse trecho, o parlamentar separa a Assembleia Provincial e os fins de sua atuação para as regiões amazônicas. Além do que, o chamamento para a deputação provincial agir com relação à imigração revela algo maior, notadamente a ideia de superação das posturas e pensamentos provinciais para se unir com vistas ao desenvolvimento de uma área mais ampla: a(s) região(ões).

Uma das possibilidades de influência para a emergência da nomenclatura amazônica perante os representantes da região possui relação com a própria imagem construída sobre essa porção do território brasileiro, como já mencionado acima, sobretudo a partir de 1850 com os ganhos da borracha, momento em que a região passou a nutrir a ideia de superação da imagem atrasada que pesava sobre si. As denominações referentes à região amazônica e à Amazônia dizem respeito a um processo de substituição do imaginário sobre o território, sabendo que o conjunto de ideias e imagens de representação coletiva de um lugar atrasado, de natureza impenetrável e de clima hostil foi sendo combatido visando a uma representação atrelada a uma rica e exuberante natureza, um clima igual a outros do mundo, além da ideia de terra opulenta, que reunia as mais variadas condições para o progresso e a civilização.

A transformação do imaginário com a mudança do nome que se atribui a área geográfica reflete também um processo de construção da identidade da região. Leoni e Carnicer, por exemplo, identificaram a importância da denominação Nordeste para a constituição de um recorte regional argentino no século XX.⁴⁰² Margarita Hernandez, ao refletir sobre a ligação entre o nome e a região, considera que:

No caso das regiões, a nomenclatura é uma construção social, articulada sobre a existência de uma diferença com respeito a outras regiões, na qual se valorizam o

⁴⁰¹ RAIOL. *Abertura do Amazonas*. Op. Cit., 1867. p. 113.

⁴⁰² LEONI, María Silvia; CARNICER, María del Mar Solís. Los procesos de regionalización en el Nordeste argentino en las décadas de 1960 y 70: el aporte de las Ciencias Sociales. *Revista TEL*, Irati, v. 9, n.1, p. 32-43, jan. /jun. 2018-ISSN 2177-6644.

aspecto particular, o aspecto próprio dela, a sua cultura, as suas tradições, os seus habitantes e os elementos geográficos.⁴⁰³

Os representantes amazônicos trabalharam justamente para reverter a imagem de atraso da região e atrair a imigração, a exemplo de um pronunciamento sem identificação, mas com grandes possibilidades de ter sido realizado pelo deputado Raiol, quando tratou das causas que dificultavam a imigração estrangeira para o Norte do Brasil e, entre essas, o caso da imagem no estrangeiro, pois “os viajantes estrangeiros que visitam nossas plagas são de ordinário prodigo nas censuras e apreciações que certo não merecemos”.⁴⁰⁴ Ainda com relação aos viajantes, o autor ressalta que:

As asserções grosseiras de Emilio Carrey passariam também sem o menor protesto, se Silva Vieira traduzindo em Portugal Os Mulatos do Marajó e os Revoltosos do Pará na contradissesse ao autor de tais escritos num ou noutro ponto que lhe pareceu por demais exagerado, ficando, entretanto, a maior parte das invenções sem reparos sequer por parte dos nossos agentes no reino de Portugal e Paris.⁴⁰⁵

A queixa contra os viajantes e naturalistas estrangeiros que produziam imagens tidas como distorcidas do Norte e do próprio Brasil não era apenas das elites amazônicas. Desde a década de 1850, vários membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro faziam várias críticas aos viajantes internacionais pela forma como representavam o Brasil na Europa.

Um dos homens de ciência que agradou parte das elites políticas amazônicas foi Louis Agassiz, como já citamos acima. Quando veio dos Estados Unidos com sua esposa Elizabeth, Agassiz, liderou uma expedição científica ao Brasil entre 1865 e 1866. Desde então, suas palestras e publicações foram defendidas por representantes amazônicos no Parlamento. Na década de 1860, ainda, as reflexões do referido viajante foram utilizadas para defender a região da histórica acusação de que o seu clima era inapropriado à vivência de povos europeus, por isso, no mesmo pronunciamento em tela, o autor dizia que: “Fale por nós um homem que, não nascido no Amazonas, não poderá ser considerado exagerado [...]”,⁴⁰⁶ continuando, expôs a própria fala de Agassiz sobre o clima: “A uniformidade do clima no Vale amazônico, a pouca intensidade das variações termométricas influem também sobre o caráter de seus habitantes. Todavia, o clima uniforme e úmido, é mui salubre”.⁴⁰⁷ Com Agassiz, então, foi informado no Parlamento brasileiro que “está verificado hoje que o clima

⁴⁰³ HERNÁNDEZ, Margarita Silva. Op. Cit., 2017, p. 220. p. 220.

⁴⁰⁴ RAIOL. *Abertura do Amazonas*. Op. Cit., 1867. p. 111.

⁴⁰⁵ RAIOL. *Abertura do Amazonas*. Op. Cit., 1867. p. 112

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 100

⁴⁰⁷ *Idem*.

das regiões amazônicas não é nem ardente, nem insalubre como dantes muita gente acreditava”.⁴⁰⁸

Pelo menos no discurso parlamentar da década de 1860, Agassiz foi tido como alguém que difundiu uma boa imagem do Vale do Amazonas na Europa, inclusive um trecho de seus estudos sobre essa parte do Brasil foi amplamente utilizado e reproduzido pelas elites nativas, a saber: “a região amazônica é um novo mundo que conter, alimentar e desenvolver uma população maior do que vinte milhões de almas”.⁴⁰⁹ Embora esse mesmo viajante também tenha sido considerado como produtor de uma representação negativa da região com a compreensão de que essa porção territorial era habitada por “raças inferiores”, chegando a criticar o processo de miscigenação e defendendo a imigração de povos “superiores”.⁴¹⁰

Na rede de circulação internacional junto às elites nortistas, ele pode ser considerado um dos vetores para a mudança do nome referente a essa zona às margens do rio Amazonas, por várias vezes esse zoólogo suíço e radicado nos Estados Unidos fez menção à região amazônica em suas palestras e textos,⁴¹¹ como no relato de viagem intitulado de *Viagem ao Brasil* (1867). Além do que, a posição de Agassiz no intercâmbio com homens de ciência e políticos brasileiros não deve ser esquecida quanto à recepção e reprodução das expressões. É oportuno lembrar que um dos homens que auxiliou esse viajante no Norte do Brasil durante a sua expedição foi João Martins da Silva Coutinho, também já citado, engenheiro com forte representação no Império. Ele que já utilizava vocábulos mencionados pelo viajante a respeito da região antes da vinda de Agassiz, como Vale do Amazonas e bacia amazônica, em 1863.⁴¹²

Ainda sobre a circulação e intercâmbios, cabe salientar que a elite política amazônica interessada no projeto de abertura do rio Amazonas à navegação internacional estava ciente do momento histórico vivido no mundo, marcado pelas ideias liberais. Salienta-se que, entre 1848 e 1870, tal como fora proferido por Hobsbawm, “foi o período no qual o mundo se tornou capitalista e uma minoria significativa de países ‘desenvolvidos’ transformou-se em

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 103.

⁴⁰⁹ AGASSIZ, Louis. Loco citatum. *Revista do Amazonas*. Ano I, nº 2. Manaus, 05 de maio de 1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=819182&pagfis=19>. Acesso em: 15 maio 2021.

⁴¹⁰ Sobre a viagem de Louis e Elizabeth Agassiz, recomenda-se a leitura do texto: KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 157-172. 2001.

⁴¹¹ Destaca-se a palestra ministrada em Belém do Pará, em 2 de março de 1866. Sobre o assunto ver: Formação do Vale do Amazonas. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1866. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 maio 2021.

⁴¹² Exploração do Rio Purus na região Norte. *Jornal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 1863. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

economias industriais”.⁴¹³ Uma época marcada por “[...] uma série de ‘tratados de Livre comércio’ que cortaram substancialmente as barreiras de tarifas entre as nações industriais líderes na década de 1860”,⁴¹⁴ quando a medida material do momento era a força a vapor associada ao ferro e ao carvão. Sem possuir parques industriais, tanto o Brasil quanto o Amazonas, aos olhos liberais, entrariam no circuito pautado pelo comércio de produtos primários e alimentos, como era o desejo da Inglaterra em relação aos países subdesenvolvidos.

Observamos que a ideia era transformar a região em rota do capitalismo mundial, tendo como foco atrair o comércio do Pacífico, sendo “[...] necessário fazer dos portos amazônicos o empório das repúblicas banhadas pelo grande rio, melhorando desde já as condições fiscais do país [...]”.⁴¹⁵ Assim, postulava-se uma região que receberia “braços”, capitais, experiências e indústrias. As elites políticas amazônicas buscavam relacionar as demandas das províncias do Pará e Amazonas como demandas de impacto nacional, essa estratégia inevitavelmente conduzia ao discurso regional, pois, para chamar a devida atenção política para essa parte do país, era necessário uma dissociação com as antigas formas de percepção dessa área – antes visto como distante, deserto, selvagem e com pouco importância – concedendo-o mais visibilidade através do atrelamento aos conceitos que circulavam no mundo sobre aquela parte do Brasil, logo a utilização de Vale do Amazonas e região amazônica tendiam a impactar e fornecer maior densidade ao discurso político dos paraenses e amazonenses.

Nestes termos, entre as décadas de 1860 e 1870, foi esse o cenário de demandas provinciais reivindicadas e tidas como não atendidas que impulsionou as elites comerciais e políticas do território do antigo Grão-Pará a redimensionarem o recorte espacial que representavam, sendo paulatinamente notada a transição do âmbito da província para o regional. Além do mais, com vistas a atrair investimentos e imigrantes para a região, os representantes da região buscaram modificar a imagem colonial dessa área por uma imagem relacionada ao progresso e do porvir de uma região à espera de braços, indústrias e comércio. Parte importante dos representantes dessa parte do Brasil foram políticos do Partido Liberal, especialmente os paraenses e o nortista Aureliano Cândido Tavares Bastos.

⁴¹³ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital 1848–1875*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 60.

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. x. p. 70

⁴¹⁵ RAIOL. *Abertura do Amazonas*. Op. Cit., 1867. p. 115.

5.3 Tavares Bastos e o Vale do Amazonas

A década de 1860 é um período bastante sintomático para o aprofundamento das discussões no país. Foi o momento no qual os liberais marcaram novamente posição na cena e no debate político, visto que o Partido Liberal voltou a ocupar cargos no Governo Central desde 1853 com a chamada política de conciliação e, nos anos sessenta, conseguiu agitar a paisagem política nacional mediante o discurso, a propaganda e no afinamento das suas pautas com o cenário mundial.⁴¹⁶ Um dos atores mais conhecidos dessa geração de liberais da década de 1860 foi Aureliano Cândido Tavares Bastos, deputado nortista, natural de Alagoas e que se destacou no Parlamento brasileiro pela defesa das teses liberais, especialmente pela tese da descentralização política.

Tavares Bastos foi autor de várias obras de destaque na política nacional, sendo as mais conhecidas: *Cartas ao Solitário* (1862) *Vale do Amazonas* (1866) e *A Província* (1870). No tocante ao que interessa para esse texto, cabe citar, em linhas gerais, a participação de Tavares Bastos na discussão sobre a abertura do rio Amazonas à navegação internacional. Tavares Bastos foi um dos políticos liberais nortistas externos ao Vale amazônico mais interessados e ligados às discussões provinciais, especialmente sobre temas amazônicos. Ele esteve pessoalmente na região amazônica em 1865, tempos em que o recorte regional da Amazônia ainda estava em fase de elaboração. Por isso, alguns termos em suas obras são utilizados para designar a região, como Províncias Equatoriais, Vale do Amazonas e região amazônica.

O Deputado alagoano e nortista, em discurso na Câmara dos Deputados, no ano de 1862, tratou sobre o projeto de navegação a vapor e a livre navegação, reverberou sua inquietação com a questão advogando a imediata abertura do rio em nome da civilização, do comércio internacional e da resolução de questões relacionadas às fronteiras do Norte do país, elencando ainda que:

Abrir o Amazonas é marcar a data mais brilhante nos anais do nosso progresso; abrir o Amazonas é soltar os diques das aspirações legítimas e repelir os incitamentos da anarquia provocados pela injustiça; abrir o Amazonas é dar a prova mais estrondosa da fecundidade de nossas ideias e da grandeza de nossas vistas. Abrir o Amazonas é ligar o nosso pensamento no Rio da Prata ao nosso pensamento no norte do Império;

⁴¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

abrir o Amazonas é chamar a civilização ao Brasil pelo caminho dos Estados Unidos.⁴¹⁷

Tavares Bastos, ao elevar a questão da navegação em nível nacional, quando postulou que a civilização chegará ao Brasil pela entrada dos Estados Unidos na região amazônica, também reverberou artifícios discursivos da elite política paraense e amazonense em seu discurso, a saber: a desconstrução da ideia de terra deserta e improdutiva, além de instigar a ideia de terra opulenta, considerando que “Se a região amazônica é o que há na terra de mais potente e de mais incrível, como se concebe que deva permanecer inculta e inútil?”.⁴¹⁸ A argumentação do autor se alinhava também às elites amazônicas quando defendia a navegação estrangeira para a introdução de braços na região: “Para o Vale do Amazonas, para as nossas belas províncias do Equador, o comércio livre nos rios é como o ar para os pulmões. Não podem dispensá-los, porque não têm abundância de braços: e só navio estrangeiro introduzirá braços”.⁴¹⁹

Outro ponto de convergência do autor e parlamentar com as elites políticas amazônicas era justamente a construção de uma nova imagem e interpretação sobre essa porção territorial, por isso, na Carta XXVII apontava que:

O Pará já não pode ser tratado como pupilo, como território sem importância. Ali como no Rio Grande do Sul, como no vale do Mississipi, como na margem ocidental do Prata, ali caminha-se a passo de gigante. O Pará de hoje não é a província anarquizada pela caudilhagem de 1835 e 1836. Consultem-se as estatísticas.⁴²⁰

Tavares Bastos, diante das discussões liberais, expressava-se plenamente a favor da abertura do rio Amazonas, de como que certamente conhecia os debates provocados pelos norte-americanos em relação ao tema, citando em seus textos o liberalismo econômico, lugares como o vale do Mississipi e o rio da Prata, bem como acreditava na ideia posta pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos sobre a riqueza dessa parte da América ser ampliada com a abertura do rio Amazonas. A ideia de vale do Mississipi ainda estava muito forte desde os discursos americanos da década de 1850, logo não se estranha que Tavares Bastos tenha denominado um de seus livros pelo título de *Vale do Amazonas* (1866).

⁴¹⁷ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. Observações ao projeto sobre a navegação a vapor para os Estados Unidos e a abertura do Amazonas, realizadas na sessão de 8 de julho de 1862, da Câmara dos Deputados. In: *Cartas ao Solitário*. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1975 (Brasiliiana), p. 288.

⁴¹⁸ Ibidem, p. 207.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 221.

⁴²⁰ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. Carta XXVII. In: *Cartas ao Solitário*. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1975 (Brasiliiana), p. 217.

Esse parlamentar conhecia de perto o trabalho escrito pelo Tenente da armada dos Estados Unidos Matthew Maury sobre a área em torno do rio Amazonas na América, visto dizer à época que “li esse livro do tenente americano e acabo de percorrer o relatório de Herdon sobre o que ele escreveu”.⁴²¹ Tavares Bastos considerava o livro de Maury uma “celebridade cinetífica” e revelava ter lido o relatório de Herdon, um tenente americano próximo de Maury que viajou para explorar o Amazonas em 1851, com a seguinte missão: “tinha sido enviado para explorar o Valle do Amazonas, sondar os seus afluentes e participar a sua navegabilidade, com ordem de examinar os campos, os bosques, os rios, averiguar a capacidade para trato e comércio cos as nações cristãs”.⁴²² O relatório de Herdon ainda traz elementos que compunham o discurso do progresso, com referência às possibilidades comerciais, industriais, civilizacionais, mediante a colonização, a cultura e a máquina, em conjunto, esses fatores, na visão do tenente americano, transformariam “[...] o Valle do Amazonas em uma das mais encantadoras regiões sobre a faze da terra”.⁴²³ Esses elementos estavam justamente presentes no discurso dos parlamentares liberais do Pará e de Tavares Bastos.

Ainda sobre o conhecimento das teses de Maury, Tavares Bastos revelou – em uma de suas cartas escritas à imprensa – que mantinha contatos com outros intelectuais sobre o pensamento do referido tenente da armada americana, como o foi o caso do escritor maranhense e membro à época do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Antônio Gonçalves Dias,⁴²⁴ ele que respondeu através de carta as indagações de Tavares Bastos, e nesta carta emitiu juízo sobre o tenente Maury, dizendo:

⁴²¹ Ibidem, Carta XXVII. p. 193.

⁴²² MAURY, Matthew Fontaine. Op. Cit., 1853, p. 24

⁴²³ Ibidem, p. 28

⁴²⁴ É importante conhecer a relação do parlamentar alagoano com o poeta maranhense, visto que, na década de 1850, esse último contribuiu com o debate sobre a existência ou não das amazonas na América através das discussões realizadas no âmbito do IHGB. Em 1855, a pedido do Imperador, Gonçalves Dias escreveu um texto sobre as amazonas; ele o intitulou de “Amazonas” e nele evidenciou a dúvida que existia na história brasileira acerca da existência dessas guerreiras. Dias apresentou estudos de historiadores e viajantes antigos e modernos, e concluiu que não encontrou fundamento para decidir sobre a existência da sociedade de mulheres belicosas no Brasil. Para além do tema da real existência das amazonas, o texto de Gonçalves Dias é o sintoma de que, a partir da segunda metade do século XIX, os termos amazonas, amazônica e até Amazônia começavam a aparecer no vocabulário brasileiro, ponto pelo qual o poeta maranhense, membro do IHGB, introduz no seu texto os vocábulos amazônica e Amazônia ao se referir à perpetuação do mito da amazonas da Cítia e Líbia entre os romanos, nele tratando do fato de que, no tempo do rei Augusto, existia um tipo de arma oposta à hípenne (arco romano com dois fios) remetida à deusa da lua e da caça, Diana, um arco dourado de um fio – que se chamava de *Amazonica* ou nos dizeres do poeta romano Horácio, *Amazonia securi*. Entre os modernos, de acordo com Gonçalves Dias, a tradição do nome das amazonas foi perpetuada através da pedra *Amazonenstein* ou pedra das amazonas.

A respeito de Maury, vmcê me permitirá manifestar-lhe a minha opinião quanto ao resultado do seu impresso. Autor infesto ao Brasil, e mesmo odiado por muitos dos nossos homens ilustrados como advogado de desenfreadas ambições dos americanos, Maury, no meu entender, deve ser qualificado como um dos beneméritos do Amazonas. As suas exagerações mesmo serviram, [...] e data de então o maior cuidado que o governo tem tido com as coisas daquelas províncias.⁴²⁵

Sobre as reações e as recepções à obra do tenente americano no Brasil, Tavares Bastos ainda conhecia de perto o posicionamento da principal liderança do Partido Liberal no Pará, Bernardo de Sousa Franco. Bastos evidenciou que, à época, o deputado paraense enviou texto à redação do jornal *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro no sentido de defender o pensamento dos americanos e as ideias de Matthew Maury. Diferentemente dos liberais, à época, tudo indica que os conservadores do Pará se postavam contra os interesses americanos na região, o que foi expressado em uma carta encaminhada ao jornal *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro de origem paraense, escrita por um anônimo, cujo teor é, visivelmente, de origem conservadora pelo apoio aos conservadores brasileiros e contrário às chamadas “exagerações” de Maury.⁴²⁶ Cabe evidenciar: no que diz respeito à defesa do progresso da província do Pará e da região, os conservadores paraenses coadunavam-se com Tavares Bastos, sobretudo pelo fato de o deputado alagoano defender o desenvolvimento dessas províncias. Nestes termos, registra-se que, por ocasião da passagem de Tavares Bastos pelo Pará, em 1865, as lideranças do Partido Conservador na Província – a exemplo de Dr. Pinheiro, José Ferreira Cantão, Ambrósio Leitão da Cunha, entre outros – realizaram um jantar de congratulação para o parlamentar com discursos que exaltavam o papel desse parlamentar na defesa do “Valle do Amazonas”.⁴²⁷

No que concerne às teses liberais, Tavares Bastos também conhecia o teor dos discursos do deputado Tito Franco de Almeida, autor do projeto de abertura do rio Amazonas à navegação internacional, citando o discurso histórico do citado deputado no ano de 1860 no qual discorreu sobre as demandas do Vale do Amazonas e os artigos sobre o tema no *Jornal do Amazonas de Belém do Pará* dirigido por Franco de Almeida. Este foi um dos que primeiro passaram a utilizar a nomenclatura Vale do Amazonas para se referir ao que antes era o Grão-Pará.

⁴²⁵ Gonçalves Dias. Apud. BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. Carta XXVIII. Op. Cit., 1975 p. 193.

⁴²⁶ Pará, 16 de novembro de 1853. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1853. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&Pesq=Maury&pagfis=8371>

⁴²⁷ Correspondência do Diário de Pernambuco, Pará. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25 de outubro de 1865. Ano: XLI. Nº 245. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Sobre as ameaças externas ao Amazonas e ao Brasil, a tese de Tavares Bastos, no início da década de 1860, era a de que, abrindo o comércio do Amazonas ao mundo, o Brasil conteria qualquer investida estrangeira na região. Para ele, a maior ameaça a essa parte da América era proveniente dos franceses; logo, a abertura do Amazonas agradaria aos ingleses e norte-americanos que, por sua vez, contribuiriam para a defesa do território brasileiro. Acerca das ameaças internas, para Bastos, a principal delas que preocupava o Governo, residia na ideia que circulava no Pará acerca da separação desta província do Império brasileiro. Para Bastos, o problema estava na forma como o Pará era tratado pelo Governo Central, pois considerava que “o que excita o descontentamento no Pará, o que alimenta ali, entre os homens ilustrados sem distinção de partidos, uma ideia vaga de independência, é justamente o regime a que tão rico território está sujeito”.⁴²⁸ O parlamentar ainda indicava, ao Império, formas de conter os ânimos no Pará, sobretudo com a abertura do Amazonas; com presidentes de província ilustrados; com baixas tarifas e impostos; e menos despesas, pontos que fariam com que “[...] nem o Pará nem província alguma terá necessidade de formar um estado a parte [...]”.⁴²⁹

Tavares Bastos, um dos homens públicos mais envolvidos com o debate político sobre o problema da centralização do Império a partir da Corte (RJ), era um exímio conhecedor das questões provinciais – basta lembrar da sua obra da maturidade e que se tornou um clássico, a saber: *A Província* (1870). Ele traduziu muito bem, em seus escritos, o problema da relação do Governo Central com as províncias; chegou a destacar, em 1862, as províncias que possuíam as maiores queixas contra o Império, listando que “o Rio Grande do Sul é mal visto. Pará jaz esquecido. Pernambuco, o leão do Norte, ludibriado”.⁴³⁰ A questão tratada por Tavares Bastos à época era o ponto focal para o entendimento das questões regionais do Brasil, pois foi desse descontentamento nas províncias que emergiram os regionalismos políticos no país, especialmente no Norte com o Pará liderando a constituição da Amazônia ainda no oitocentos e o Pernambuco conduzindo a construção do Nordeste no início do século XX.

Ainda em seu discurso de 1862 na Câmara dos Deputados, ele apontava na direção de um tema importante para a compreensão da invenção da região amazônica no Norte, a saber: certa rivalidade com as Províncias tidas como ricas e politicamente representadas desse lugar,

⁴²⁸ Ibidem, p. 223.

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. Carta XXVIII. In: *Cartas ao Solitário*. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1975 (Brasília), p. 231.

notadamente Pernambuco e Bahia. Com a relação ao Pernambuco, Bastos elencou que “as ricas províncias do norte do Império não hão de certamente consentir que se eternize uma política bárbara que faz de Pernambuco o feudo de uma família [...], essa política mesquinha que se assusta com o engrandecimento do Pará”.⁴³¹ Nesse caso, Pernambuco aparece como concentrador da proeminência política no Norte e que a oligarquia política daquela província estaria sobressaltada com o crescimento do Pará, possivelmente pela forte arrancada da economia da borracha a partir de 1850. As queixas em relação à província de Pernambuco também partiram de membros das elites amazônicas.

Tavares Bastos, por meio da escrita, exerceu fortemente o combate ao centralismo do Governo e a defesa pelos temas liberais que militava, em outro aspecto se somou à postura das elites políticas amazônicas: elevar temas regionais ao nível nacional como foi o próprio caso da livre navegação no rio Amazonas, argumentando que:

Ver-se-à do quadro ligeiro de sua situação que o que mais reclama a medida do livre comércio do Amazonas, é próprio interesse do Brasil, e que, pois, essa medida deve ser decretada como coisa sua, como ato da sua soberania, necessário ao bem-estar dos povos e ao desenvolvimento da riqueza pública.⁴³²

Ainda se faz necessário considerar que os motivos que levaram Tavares Bastos a se interessar pela questão do rio Amazonas não eram os mesmos da elite política amazônica. Um dos motivos que levaram o Deputado alagoano a se aproximar do Vale do Amazonas e defender os interesses dessa parte do país liga-se à sua trajetória política e de pensamento intelectual de crítica ao Centro, ou seja, ao Governo Central, uma vez que essa postura o conduzia às margens. Logo, a região amazônica era ambiente perfeito para o desenvolvimento de suas críticas ao Império e o laboratório de experimentação de seu pensamento descentralizador e que tanto instigou os liberais do Pará. É importante ressaltar que alguns parlamentares liberais amazônicos possuíam certa resistência a Tavares Bastos, possivelmente em decorrência do ganho de capital político com o projeto de abertura do rio Amazonas, pois além de discussões travadas com o Deputado Franco de Almeida, basta lembrar da necessidade que Domingos Antonio Raiol, no debate sobre tema, teve ao registrar, nos anais do Parlamento brasileiro, que:

⁴³¹ Ibidem, p. 289.

⁴³² TAVARES BASTOS, Aureliano C. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, INL, 1975.

Há quem pense a iniciativa pertence ao sr. Tavares Bastos. É um engano. Quando este alagoano que ocupou desse assunto já o conselheiro Tito Franco de Almeida tinha proferido as palavras a que aludiu no discurso que acabamos de transcrever [...].⁴³³

Embora debruçado sobre as questões do Norte da bacia do rio Amazonas e com uma boa imagem junto às elites dessa parte do Império, Tavares Bastos não deixava de ser visto como político do Norte agrário por alguns. Além do que, a discussão aberta pelo deputado Raiol também derivava do histórico de debates entre ele e o deputado alagoano na Câmara dos Deputados. Em julho de 1866, Raiol e Tavares Bastos se antagonizaram diante de um parecer negativo de uma comissão interna da Câmara sobre a subvenção destinada à navegação do rio Madeira. O deputado paraense questionou o parecer e lembrou, durante a discussão, que o deputado Tavares Bastos havia escrito um texto recomendando ao Ministério da Agricultura que não custeasse a navegação do rio Madeira diante dos cálculos do comércio daquela área. Com o acirramento do debate, Tavares Bastos explanou que Raiol não havia estudado como ele sobre dados econômicos; por outro lado, Raiol respondeu dizendo que estudava os negócios do Pará e duvidava que Bastos tivesse estudado mais do que ele acerca dos negócios da sua terra. Raiol ainda completava dizendo que “[...] há de se permitir que eu lhe diga com franqueza que o não julgo autoridade sobre a minha terra!”.⁴³⁴ Tavares Bastos também protagonizou discursões com outros deputados liberais paraenses, como Tito Franco de Almeida e José Coelho da Gama Abreu.

Notam-se indícios de certa postura política regional em Raiol, bem como em representantes da província do Amazonas, pois, apesar de os amazonenses possuírem, à época, certa afeição por Tavares Bastos, diante do posicionamento contrário do deputado alagoano em relação à concessão para navegação no rio Madeira, foi escrita e enviada uma carta ao deputado, de autoria anônima, provavelmente de um representante político amazonense que se encontrava na Corte, no ano de 1866. A carta apresentava objeções às propostas de Bastos sobre o tema em tela. Logo, as elites do Vale do Amazonas se aproximavam e se distanciavam de Tavares Bastos à medida que os interesses regionais estavam em questão.⁴³⁵

⁴³³ RAIOL. *Abertura do Amazonas*. op. cit; p. x. 1867. p. 08.

⁴³⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 18 de julho de 1866. p. 180. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁴³⁵ Manuscrito. Província do Amazonas. Coleção Barão de Mamoré. 00056-II-DLC-1866-AM.BR.d 1-3 (Arquivo do Museu Imperial). Disponível em: <http://dami.museuimperial.museum.gov.br/handle/acervo/9741>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Existiu certa disputa pela paternidade do projeto de abertura do rio Amazonas e, embora Tavares Bastos tivesse demonstrado manter certa relação ou deter conhecimento acerca do deputado paraense Tito Franco de Almeida, observa-se uma maior proximidade de Bastos com as elites políticas e econômicas do Amazonas. Em 20 de novembro de 1863, Tavares Bastos encaminhou carta à Assembleia provincial do Amazonas sobre o tema da livre navegação do rio Amazonas, dizendo: “franquear o Vale do Amazonas ao comércio universal não há de ser um ato inglório; há de ser ter ao contrário grande repercussão em toda a política do nosso governo”.⁴³⁶ A fala alinhada com o Governo nesse momento decorre do fato de que, em 1863, o Governo Central estava nas mãos da Liga Progressista, partido surgido dos liberais descontentes com o cenário político da década de 1860, uma alternativa para o campo liberal, pois agregava conservadores “progressistas” e liberais “moderados”, já os liberais que não entraram para Liga foram tidos como “históricos”, apenas em 1868 se juntaram aos progressistas, conforme aponta João Camilo de Oliveira Torres.⁴³⁷

Além disso, Tavares Bastos também encaminhou carta, em 17 de novembro 1865, a “uma comissão de Manaus”, leia-se aos representantes comerciais e políticos, tratando da importância da abertura do rio Amazonas, ressaltando o espírito liberal para a tomada de tal decisão, inclusive se apresentando aos “senhores” do Amazonas como representantes dos interesses da região, sobretudo no tema da livre navegação. Essas relações renderam a Tavares Bastos certa admiração das elites do Amazonas, visto que, por exemplo, em reunião dos comerciantes da Praça de Manaus, no dia 20 de janeiro de 1867, foi aprovada a elaboração de um “solene testemunho” de gratidão ao Sr. Tavares Bastos pelo empenho na questão da livre navegação do rio Amazonas, projeto esse tido pelas elites de Manaus como um fator preponderante para o desenvolvimento da província do Amazonas.⁴³⁸ A referida homenagem foi publicada no jornal *A Voz do Amazonas*, em 9 de fevereiro de 1867. O texto agradecia o patriotismo de Bastos e mencionava sua relação com as elites do Amazonas, citando, por exemplo, que em 1863 já havia contatos e homenagens da Assembleia provincial para com o parlamentar nortista.⁴³⁹

O texto acima aludido ainda solicitava, a Tavares Bastos, que se fizesse um complemento ao Decreto imperial que abriu o Amazonas ao comércio mundial, tal complemento visava requerer, ao Gabinete daquele momento, a inserção de uma cláusula que

⁴³⁶ BASTOS, Aureliano C. Tavares. Op. Cit., 1975, p.O Vale do Amazonas, 223.

⁴³⁷ TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia Coroada: Teoria política do Império do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições da Câmara, 2017.

⁴³⁸ REUNIÃO. *Amazonas*. Ano I, nº32, Manaus, 25 de janeiro de 1867.

⁴³⁹ FELICITAÇÃO. *A Voz do Amazonas*. II ano. Nº 28, Manaus, 09 de fevereiro de 1867.

favoreceria a importação direta de produtos pelo porto de Manaus e não via outros portos para a supressão da taxa de impostos que se pagava nestes portos fora de Manaus. Na prática, a elites do Amazonas queriam se livrar dos impostos pagos no porto de Belém do Pará.

O Deputado alagoano contribuiu para a construção de uma nova interpretação política e regional do antigo Grão Pará. Como já citado, o referido deputado teve participação ativa no debate sobre a navegação internacional do rio Amazonas e, merece destaque, como já citamos, as formas pelas quais Tavares Bastos, ainda na década de 1860, nomeava o território que antes era chamado de Grão-Pará, utilizando nomes como Províncias Equatoriais, Vale do Amazonas e região amazônica. Nas cartas que Bastos publicou na imprensa carioca, em 1862, as nomenclaturas Vale do Amazonas e região amazônica aparecem consideravelmente. Esse autor e parlamentar possuía consciência de que a região amazônica abrangia mais do que o Brasil, mas sua narrativa centra-se sobre as províncias do Pará e do Amazonas, considerando que “se a região amazônica é o que há de mais portentoso e de mais incrível, como se concebe que deva permanecer inculta e inútil”.⁴⁴⁰ A flutuação quanto à denominação dessa área geográfica foi uma marca da escrita de Bastos, pois, em outro momento das cartas de 1862, o parlamentar e autor dizia que “para o Vale do Amazonas, para as nossas belas províncias do Equador, o comércio livre nos rios é como o ar para os pulmões”.⁴⁴¹

Em determinado momento da XVII carta que escreveu sobre o Amazonas, Tavares Bastos lança a ideia da junção das províncias do Pará e Amazonas, naquele momento, para formarem uma das quatro grandes divisões militares do Império.⁴⁴² Essa proposição é um indício, na década de 1860, da futura formação da região da Amazônia a partir das duas províncias.

Além disso, Tavares Bastos demonstrou, em suas cartas do início da década de 1860, a leitura de autores estrangeiros que escreveram sobre a área às margens do rio Amazonas, como o viajante e missionário Daniel Kidder; o mesmo que viajou por várias províncias do Norte do Império, no período de 1838 a 1840. Como já citado, Kidder foi um dos viajantes que primeiro nomeou essa parte da América de Amazônia, sobretudo o trecho que era considerado como interior do Pará. Bastos também conhecia os relatos do naturalista francês de origem inglesa Francis de LaPorte, o conde de Castelnau, o mesmo que realizou uma expedição à América entre 1843-1847, a qual já citamos anteriormente.

⁴⁴⁰ TAVARES BASTOS, Aureliano C. Op. Cit., 1862, p. 207.

⁴⁴¹ Ibidem, 221.

⁴⁴² Ibidem, p. 225.

Tavares Bastos, em 1866, colaborava para consolidar o recorte geográfico de transição chamado de *Vale do Amazonas*, sobretudo a partir de sua obra com título homônimo; a obra era o resultado do amadurecimento das cartas escritas à imprensa no ano de 1862, bem como foi um instrumento escrito com fins políticos, pois quando estava em pauta a aprovação do projeto de abertura do rio Amazonas ao comércio internacional no Parlamento brasileiro “Tavares Bastos faz distribuir pelos ministros e membros do Conselho um opúsculo, contendo vigorosa crítica às objecções de Pimenta Bueno. Tratava-se dos dois primeiros capítulos do livro, ainda inédito – O Valle do Amazonas”⁴⁴³, visto que a obra em tela deriva também da viagem que o autor fez ao Pará e ao Amazonas, em 1865, quando Bastos conheceu de perto o mundo amazônico e projetava que o Vale do Amazonas seria o centro do comércio do mundo.

No livro em tela, Tavares Bastos começava a delinear a ideia de região amazônica a partir do recorte espacial das províncias do Pará e Amazonas, pois em um dos capítulos intitulado de “Brasil: províncias do Pará e Alto Amazonas”, o autor já considerava esse recorte como uma “região do Império”, dizendo que “[...] há para o Pará e para toda aquela região outro ganho em perspectiva: a da introdução de braços estrangeiros, talvez uma corrente de imigração para o Amazonas [...]”.⁴⁴⁴ O livro de Bastos constituiu um material rico em muitos dados e estatísticas sobre o Vale do Amazonas, muito em função da consulta feita às anotações e relatórios do engenheiro e militar João Martins da Silva Coutinho (1830 – 1889), um enviado do Governo imperial ao Amazonas e um dos homens que lideravam o conhecimento sobre estradas de ferro no Brasil oitocentista. Foram compilados muitos dados e informações que traçaram um panorama da região à época.

No livro *O Vale do Amazonas*, Tavares Bastos voltou a demonstrar a interlocução com outras vozes que versaram sobre essa parte do Brasil, é o caso dos viajantes, oportunidade em que o autor citou vários trabalhos lidos, entre eles o próprio Silva Coutinho e os estrangeiros como o naturalista inglês Henry Walter Bates que esteve no Norte do Brasil entre 1848 e 1859 e o zoólogo suíço Louis Agassiz que, ao lado de sua esposa, Elizabeth Agassiz, realizaram uma expedição pelo Brasil entre 1865 e 1866, como já mencionado anteriormente. Com relação ao primeiro, deve-se notar que ele fez importantes apontamentos não só sobre a história natural da região, mas descreveu a vida das populações e a cultura delas, bem como contribuiu para a emergência do recorte espacial denominado região amazônica, a qual, para

⁴⁴³ PONTES, Carlos. *Aureliano Cândido Tavares Bastos* (1839 -1875). Companhia Editora Nacional. São Paulo Rio • Recife • Porto Alegre: Série 5.^a BRASILIANA. Vol. 13b. Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1939, p. 222-223.

⁴⁴⁴ TAVARES BASTOS, A. C. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas estatística, produção, comércio, questões fiscais do Vale do Amazonas*. 3. ed. São Paulo: ed. Nacional, Brasília, 1975, p. 124.

Bates, possuía sua capital no Pará. Esse viajante oscilava quanto à nomeação da região e também utilizava denominações intermediárias como Província do Pará, “vale amazônico” e Vale do Amazonas para se referir a região entre o Pará e o Amazonas, chegando a também citar o termo Amazônia quando tratava dos macacos da região.⁴⁴⁵

No que diz respeito ao tratamento único das províncias do Pará e Amazonas na condição de uma região, Bates, por exemplo, elencava que “a província do Pará, ou, como é preferível dizer agora, as duas províncias do Pará e do Amazonas, englobam uma 1.200.000 quilômetros quadrados”.⁴⁴⁶ Esse momento da criação da província do Amazonas impõe uma nova situação para o que antes era o território da Província do Pará ou Grão-Pará, dada a necessidade de adequar o tratamento geográfico e o discurso político dessa área do Brasil. É dessa separação da antiga Comarca do Rio Negro em relação ao Pará e a junção do tratamento das “duas províncias” que emergem concepções intermediárias do recorte regional, como Vale Amazônico e Vale do Amazonas, evoluindo para região amazônica e Amazônia. Essa situação somou-se a outra já ventilada neste trabalho, qual seja: o interesse das elites nativas de mudarem a interpretação e imagem dessa área perante a nação e o mundo.

O zoólogo suíço Louis Agassiz foi citado por Tavares Bastos em função dos apontamentos que fez sobre a salubridade e o clima do que passou a chamar de vale amazônico. Merece atenção a este termo intermediário, pois o próprio Agassiz que embora tenha utilizado largamente o termo vale amazônico, colabou para o não uso dessa nomenclatura, o que possivelmente abriu caminho para a denominação Amazônia, pois o zoólogo suíço em sua obra *Viagem ao Brasil* (1867) explicou que:

Convém assinalar que o vale amazônico não é propriamente um vale no sentido corrente da palavra; não está encaixado entre altas paredes que contenham as suas águas; é, pelo contrário, uma vasta planície de cerca de 1.200 quilômetros de largura (7.000 a 8.000 milhas inglesas) e 4.000 (2.000 a 3.000 milhas) de comprimento, com um declive tão fraco que a média não excede dezenove centímetros por miriâmetro (um pé inglês por dez milhas).⁴⁴⁷

Louis Agassiz passou a chamar a grande área entre as províncias do Pará e do Amazonas de Amazônia, o que merece destaque, pois tal fato pode explicar certa influência

⁴⁴⁵BATES, Henry Walter. *Um naturalista do rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

⁴⁴⁶Ibidem, p. 23. BATES, Henry Walter. *Um naturalista do rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979, p. 23.

⁴⁴⁷AGASSIZ, Jean Louis Rodolph, 1807-1873. *Viagem ao Brasil 1865-1866* / Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz ; tradução e notas de Edgar Süsskind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 331.

externa para novas formas de nomeação do território. Contudo, mesmo com Agassis, continuava a flutuação de nomenclatura: Província do Pará, região do Amazonas, região amazônica, vale amazônico, Vale do Amazonas e Amazônia, com prevalência das últimas duas. O Deputado Tavares Bastos, à época, reproduzia textos de Agassis em suas falas e o contato entre os dois é descrito por Agassis:

Poucas horas depois de nós, entrou no porto o navio a vapor Ibicuí, posto à disposição de Agassiz pelo governo. Com grande satisfação nossa, trouxe ele a bordo o Sr. Tavares Bastos, membro da Câmara dos Deputados pela província de Alagoas o qual, depois da nossa chegada ao Brasil, não cessou de nos prestar a mais perfeita assistência e de tomar um vivo interesse pelo bom êxito da nossa expedição.⁴⁴⁸

Tavares Bastos construiu toda uma tese sobre a abertura do rio Amazonas com base no pensamento liberal da época e de todo um circuito de leituras de autores estrangeiros, como se pode notar, inclusive do geógrafo francês Elisée Reclus, o qual Bastos criticava por exagerar a questão das “febres paludosas” do Amazonas. Reclus, tempos depois, em 1900, escrevia o livro *Estados Unidos do Brasil*, no qual dedica uma parte a tratar da Amazônia, recortada a partir do Pará e do Amazonas.

5.4 Do vapor à estrada de ferro: interesses da representação parlamentar

Os meados do século XIX fora fundamentalmente a era da fumaça e do vapor”,

*Eric Hobsbawm*⁴⁴⁹

O historiador Eric Hobsbawm, nas palavras acima, está fazendo referência ao momento industrial vivido pelo mundo chamado de “A Era do Capital”, vivenciado entre 1848 1875, já citado no capítulo pretérito, marcado pela afirmação do capitalismo e pelo fato de uma minoria de países, tidos como desenvolvidos, transformaram-se em economia mundiais. Abria-se uma era de intensa comercialização, industrialização, aceleração nas comunicações e exportações (mercadorias, capital e homens), tudo isso com a contribuição de máquinas, do vapor, dos trilhos e do telégrafo.

⁴⁴⁸ Ibidem, p. 245.

⁴⁴⁹ HOBSBAWM, Eric J. Op. Cit., 2014(a), p. 75.

Para Hobsbawm, os navios e as estradas de ferro foram responsáveis pela introdução da mecânica a favor do capital em quase todo o mundo e a economia inglesa que exportava técnicas e materiais ligados a esses setores se tornou hegemônica no mundo. Conforme o autor, entre 1848 e 1875 o mundo assistiu à construção de grandes redes ferroviárias, sobretudo na Europa, Estados Unidos, e alguns outros lugares. Essas redes em termos mundiais, onde eram construídas adquiriam o status de maiores obras públicas do século XIX, de modo que existia uma sensação de excitação e autoconfiança em torno destas construções, alçando esse momento como época heroica dos engenheiros. As referidas estradas tornaram-se, no entender de Hobsbawm, o aspecto mais espetacular do alcance da industrialização. O surgimento das ferrovias, ainda na primeira metade do século XIX, foi a inovação da revolução industrial que mais incendiou a imaginação mundial, e que logo foi absorvida pela imagística de amplos setores na sociedade.⁴⁵⁰

No Brasil, a expansão das estradas de ferro data da década de 1850, décadas após o desenvolvimento das ferrovias inglesas, por exemplo, surgidas ainda na década de 1820. A demora brasileira para início das ferrovias proveio de alguns fatores, sobretudo a falta de empresas com capital suficiente para a execução das obras. Somente em 1852, o Governo imperial definiu um modelo de concessão pública que incluíam juros de 5% sobre o capital empregado nas ferrovias, adicionais de 2% pagos pelos Governos Provinciais e alguns privilégios como a isenção de impostos. O impulso para a expansão das estradas de ferro no país viria com o avanço do mercado externo brasileiro, considerando, principalmente, as demandas da economia cafeeira. Sobre as ferrovias brasileiras durante o Segundo Reinado, Mello adianta que:

Durante o Segundo Reinado, os caminhos de ferro constituíram a forma predominante, quase exclusiva, que tomaram os investimentos públicos de caráter reprodutivo, de modo que sua existência representava um sinal mais visível de favor governamental do que, por exemplo, a imigração estrangeira, os engenhos centrais ou o crédito à grande lavoura.⁴⁵¹

A reflexão acima é de Evaldo Cabral de Mello em relação aos chamados melhoramentos materiais no Império, denotando o tamanho da importância que as estradas de ferros possuíam para o investimento público e para o jogo político à época do Segundo Reinado. Há de se considerar que a construção de trilhos pelo país possuía forte apelo

⁴⁵⁰ HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b (1977).

⁴⁵¹ MELLO, Evaldo, Cabral de. Op. Cit., 199, p. 191.

econômico, tendo em vista a carência de vias de escoamento e transporte, bem como um forte impacto imagético e discursivo em torno da materialização das noções de progresso e civilização, pois a construção das referidas estradas passava a ser uma demonstração do alinhamento do país com a expansão da industrialização capitalista mundial.

Os representantes junto ao Parlamento brasileiro reverberaram as chamadas questões regionais, principalmente a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que ganhou destaque, embora a estrada de ferro Belém-Bragança também tivesse aparecido de algum modo no debate político. Neste tópico, analisa-se, em linhas gerais, como os representantes amazônicos no Parlamento brasileiro transformaram a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em questão regional.

A ideia inicial da construção de uma estrada de ferro na área do rio Madeira surgiu em meados do século XIX pelas autoridades bolivianas que pretendiam encontrar uma rota para o escoamento de seus produtos pelo oceano Atlântico, já que não existiam rotas de saída viáveis naquele momento pelo Pacífico. A passagem vislumbrada foi a construção de uma ferrovia nas margens dos rios Madeira e Mamoré, pois além das questões de proximidade geográfica, essa área era produtora de borracha e, logo os interesses de uma rota nesta região seriam abraçados pelos agentes além da fronteira boliviana. O rio Madeira possuía obstáculos à sua navegação, a exemplo da existência de cachoeiras, mas, transpostas essas barreiras, o rio se tornava novamente navegável, desembocando no rio Amazonas, que, por sua vez, daria acesso aos maiores centros da área amazônica, notadamente Manaus e Belém, com destaque para a conexão com o porto paraense às margens do Atlântico, um dos mais movimentados do Norte do país.

A história da construção de uma ferrovia para superar o trecho de cachoeiras nos rios Madeira e Mamoré esteve ligada ao Tratado de Ayacucho em 1867, entre Brasil e Bolívia, que estabelecia a livre navegação pelos rios da área amazônica, bem como era concedido ao Brasil, em absoluto, a região do Alto Madeira. Este tratado ainda previa a construção de uma ferrovia nessa área, cujas tentativas de construção foram estendidas até 1884. Encerra-se, no geral, os capítulos de construção dessa estrada no século XIX, somente sendo retomada entre 1907 e 1912, após as várias questões diplomáticas entre o Brasil e a Bolívia, sobretudo envolvendo a posse do território do Acre.

No que diz respeito à história da construção da ferrovia no século XIX, passa-se a analisar a participação das elites políticas em tal discussão, visando perceber como essa questão foi sendo projetada como questão regional de interesse nacional e como ela foi utilizada no instrumental do regionalismo político amazônico. As primeiras menções à

demanda pelo estabelecimento de uma via de comunicação na área dos rios Madeira e Mamoré apresentadas no Parlamento brasileiro foram feitas no âmbito das discussões sobre rotas para o estabelecimento de defesa das fronteiras brasileiras. Em 1847, o deputado paraibano França Leite tratava da possibilidade de conceder maior segurança às fronteiras com o estabelecimento de colônias e fortificações entre o Brasil e Bolívia por meio da ocupação de uma região entre o Mato Grosso e o Pará, sobretudo considerando a área da cachoeira de Santo Antônio no rio Madeira, que precisava da livre navegação para o comércio e para fazer chegar colonos e bases militares.⁴⁵² Em 1852, um deputado pelo Mato Grosso, Joaquim José de Oliveira, apresentava demanda ao orçamento do Império para a criação de uma colônia de brasileiros em frente às grandes cachoeiras do rio Madeira, justificando com a defesa de criação de uma colônia para expandir a exportação de produtos derivados do extrativismo na região, bem como incentivar a livre navegação naquela área.⁴⁵³

Em 1864, a pretensão de construção de algum tipo de estrada entre os rios Madeira e Mamoré ganhava expressão no discurso do deputado liberal pelo Amazonas José Moreira. Moreira, possui, em sua biografia parlamentar, um histórico de discussões ligadas às questões de interesse do comércio. Ele chegou a ser lembrado por outro parlamentar na Câmara dos Deputados, para o qual era um deputado ligado ao comércio de Manaus. Dito isso com o objetivo de melhor situar o leitor acerca das relações entre a representação parlamentar e as pautas que defendiam, cabe evidenciar que Moreira, no âmbito das discussões para estabelecer a livre navegação do rio Amazonas, se pronunciava na Câmara, em 11 de julho de 1864, também passando a tratar das comunicações com a Bolívia e da exploração dos afluentes do rio Amazonas, expressando que a melhor maneira de resolver essas questões era felicitar as comunicações entre os rios Orenoco, Negro, Guaporé, Madeira, Mamoré e Beni, de modo que sugeria a construção de uma estrada que vencesse as cachoeiras do rio Madeira cumpriria a comunicação entre o Amazonas, a Bolívia e o Mato Grosso. Questionado sobre qual o tipo de estrada, Moreira respondia que era uma estrada de rodagem.

Somente em 1866, na Câmara dos Deputados, aparecia uma menção mais efetiva sobre a estrada que facilitaria a criação de um corredor comercial entre a Bolívia, o Mato Grosso, o Amazonas e o Pará; na ocasião, a bancada de deputados amazônicos, composta em

⁴⁵² BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 27 de julho de 1847. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 13 ago. 2022.

⁴⁵³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 27 de julho de 1852. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 14 ago. 2022.

grande medida pelos paraenses Domingos Raiol, Franco de Almeida, Leitão Cunha e pelo amazonense José Moreira, vivenciavam de fato o que Bourdieu chamou de Parlamento, ou seja, o lugar institucionalizado em que está concentrada e circunscrita a luta política, visto que lutavam naquele momento para consolidar o projeto de abertura da navegação do rio Amazonas e, aproveitando o ensejo da discussão principal (Amazonas), tentam aproveitar a oportunidade para convencer a Câmara a aprovar a liberação de mais recursos para a navegação de rios afluentes do Amazonas, como o Madeira e o Araguaia. Nesta ocasião, o deputado Raiol apresentava na Câmara um relatório do engenheiro e especialista em estradas de ferro Silva Coutinho, oportunidade em que determinado trecho do relatório dizia: “os interesses do Brasil e da Bolívia, de todo o centro da América do Sul reclamão altamente a abertura da estrada”.⁴⁵⁴ O relatório de Coutinho demonstrava as vantagens da estrada para o comércio de Belém e o abastecimento de gado para o Amazonas, logo, os interesses dos deputados amazônicos não eram triviais, sobretudo porque partilhavam da ideia de expandir o comércio regional.

A estrada mencionada era justamente para transpor as cachoeiras do rio Madeira e Raiol; em sua fala, era sobrelevada a questão do interesse nacional e até em nível de América, pois exaltava a obra como algo que viria a contribuir para o enriquecimento do país. Neste momento, lançava-se a pedra inaugural que tentava projetar a questão em torno da estrada contornando o rio Madeira como fator regional de interesse nacional. Há de se considerar que uma verba solicitada pelos deputados amazônicos para a navegação do rio Madeira havia sido negada pela Câmara em 1865 e, portanto, em 1866, a bancada de deputados buscava reforçar os argumentos em torno da questão. Existia um jogo parlamentar forte para a aprovação de matérias que envolviam grandes somas de dinheiro, como as subvenções para a navegação e ferrovias, com destaque para os investimentos feitos no Sul do país. No caso da construção no Norte do país, Mello ressalta que: “nas províncias setentrionais, o desenvolvimento ferroviário do Império favoreceu exclusivamente o velho norte açucareiro e algodoeiro, em detrimento do Maranhão e do Piauí e, sobretudo, do novo norte da borracha, o Pará e o Amazonas.”⁴⁵⁵

Mello ainda considera que se os trilhos chegaram às províncias ditas maiores, como Pernambuco e Bahia, foi graças ao jogo parlamentar, pois suas bancadas, por serem

⁴⁵⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 18 de julho de 1866. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 15 ago. 2022.

⁴⁵⁵ MELLO, Evaldo, Cabral de. Op. Cit., 1999, p. 195.

numerosas, conseguiram recursos para tal finalidade negociando a contrapartida da aprovação de ferrovias para o Sul do Império. As deputações destas províncias só aprovavam projetos do próprio Governo Central em benefício das ferrovias do Sul se fossem beneficiadas. Esse ponto explica porque os deputados paraenses reivindicavam, desde a década de 1830, o aumento de sua bancada na Câmara dos Deputados.⁴⁵⁶ Considerando o peso desigual que o Império considerava as regiões brasileiras, praticamente uma das únicas saídas era o jogo parlamentar, o discurso na tribuna e a transformação das questões provinciais em regionais de interesse nacional. Assim, tendo em vista o tamanho menor das deputações do Pará e do Amazonas, com pouca margem de pesar no jogo parlamentar entre deputações e o Governo Central, alçar questões regionais foi uma estratégia adotada.

Em 19 de julho de 1866, o deputado amazonense José Moreira se apresentava, mais uma vez, no espaço institucional de disputada regulada, o Parlamento, onde se pronunciava em defesa das questões relacionadas ao rio Madeira e combatendo argumentos contrários de deputados de outras regiões, sobretudo de deputados baianos e alagoanos contrários às subvenções às navegações daquele rio. Os deputados da área amazônica encontravam a resistência de deputados de outras regiões, pois estes buscavam garantir o máximo de recursos para as suas áreas. As províncias açucareiras lutavam permanentemente pelas verbas relacionadas aos melhoramentos materiais e tendiam a entrar em choque com outras províncias, como o Pará e o Amazonas, a exemplo de Alagoas, cujo deputado – Tavares Bastos – portava-se contrariamente em um ponto do projeto de liberação de verbas para o vale do rio Madeira, oportunidade em que o deputado Moreira, do Amazonas, respondia sobre as necessidades da navegação e que, pelos argumentos colocados, o corpo legislativo: “contando com as vantagens do Valle do Amazonas e o país aferirão desta empresa, vote a verba que o nobre deputado quer eliminar”.⁴⁵⁷ Logo, Bastos concordava com Moreira, mas voltaram a se indispor, pois, para Tavares Bastos, só deveriam ser destinados recursos para navegação e estradas no rio Madeira após a abertura do rio Amazonas e não concomitante ao processo como queriam os representantes do Pará e do Amazonas.

Como já dito, as lutas políticas pelas verbas públicas eram acentuadas no âmbito do Parlamento, instituição que, segundo Bourdieu, pode ser considerada um subcampo do campo político, dada a sua importância para o jogo político. Tomando por base a ideia de que os

⁴⁵⁶ Idem. MELLO, Evaldo, Cabral de. Op. Cit., 1999.

⁴⁵⁷ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 19 de julho de 1866, p. 209. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 15 ago. 2022.

Parlamentos são “lugares institucionalizados em que está concentrada e circunscrita a luta política”⁴⁵⁸ observam-se os vários embates entre as elites políticas nortistas naquela instituição, e, no que diz respeito às estradas de ferro, pode-se compreender que os dissensos e embates entre os representantes do Norte agrário e da região amazônica contribuíram para acentuar o processo de diferenciação regional na antiga área norte do país.

Em 1874, o deputado baiano Inocêncio Marques de Araújo Góis Júnior, ao questionar na Câmara dos Deputados o Ministro da Agricultura acerca do atraso nas obras de estradas de ferro na sua província, também disparava um discurso contrário à construção da ferrovia Madeira Mamoré, inclusive questionando os motivos pelos quais o Ministro era moroso com as estradas da Bahia, mas havia lembrado, em seus relatórios, da estrada de ferro na região do rio Madeira. Todavia, nem todos os deputados baianos eram contra a estrada no rio Madeira, a exemplo do Barão de Jeremoabo, que chegou a defender a construção da estrada. Em 1877, o deputado paulista Martim Francisco Ribeiro também votava contra o projeto relacionado à estrada de ferro no rio Madeira, pois acreditava que seria melhor construir uma estrada de ferro que ligasse o Mato Grosso a São Paulo. As elites regionais estavam em permanente disputa na Câmara dos Deputados.

Os entraves parlamentares, orçamentários, embargos judiciais contra empresas construtoras e as dificuldades de construção da estrada de ferro nos rios Madeira e Mamoré não permitiram a imediata construção dessa obra, de modo que novamente, em 1877, o deputado liberal amazonense José Moreira voltava à Câmara dos Deputados para tratar do assunto, mais especificamente para requerer informações do Governo Central sobre a matéria. Moreira, iniciou sua fala sobre a estrada citando que o interesse pela obra não era provincial, mas sim regional e geral (Brasil), mencionou que “ninguém se iluda supondo que a transposição das dezoito cachoeiras do Madeira por meio de estradas de ferro quer dizer interesse, não digo da província do Amazonas, mas do Valle do Amazonas, somente”.⁴⁵⁹ O também deputado pelo Amazonas, Domingos Peixoto (Barão de São Domingos), completou dizendo: “é interesses [*sic*] muito importantes do Império”. Observa-se, nesse caso, a elevação de uma questão provincial à condição de problema regional, pertencente ao Vale do Amazonas e que demandaria o interesse nacional, pois, nos encaminhamentos da discussão, o deputado Moreira apresentou dados e números relativos às vantagens que a obra traria para o

⁴⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. *Sobre o estado: Cursos no Collège de France (1989-1992)*. Tradução Rosa Freire d’Aguíar. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 155.

⁴⁵⁹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão de 8 de fevereiro de 1877, p. 55. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 16 ago. 2022.

Brasil, evidenciando que: “conquanto seja o caminho natural dos produtos bolivianos cis-andinos, aproveita tanto ou mais ao Valle do Amazonas e ao Império do que aos próprios bolivianos”.⁴⁶⁰

Na sequência das discussões sobre a estrada de ferro Madeira Mamoré, o deputado pelo Amazonas Domingos Peixoto (Barão de São Domingos) voltou a reforçar que se tratava de uma questão regional de interesse nacional e até internacional, comentando que pedia a obra: “não em nome do Amazonas somente, mas do país e de uma nação amiga [...]”.⁴⁶¹ Estava em jogo para os deputados paraenses e amazonenses tornar o Pará e o Amazonas entrepostos comerciais com uma intensa movimentação a partir do contato com o Mato Grosso e daquele ponto um possível contato com a bacia do rio da Prata, além do corredor de contatos comerciais e de migrantes advindos da Bolívia e do Perú. Nesse caso, Belém reforçaria sua capitalidade e Manaus poderia sair do isolamento que vivia aumentando o fluxo de mercadorias e pessoas circulando naquele lugar.

A partir da legislatura entre 1881 e 1884, marcada pelo predomínio conservador dos deputados gerais paraenses, citam-se: José Ferreira Cantão, Guilherme Francisco da Cruz e Samuel Wallace Mac Dowell, nota-se que estes deputados, junto com o deputado conservador pelo Amazonas, Antônio Passos de Miranda, retomaram o tema da construção de ferrovias na área amazônica, especialmente a Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, cuja inexecução da obra passava a constar no conjunto de demandas dessa parte do país que foram atrasadas ou esquecidas pelo Governo Central. Obviamente que o tom de cobrança aplicado também estava relacionado ao fato de o Gabinete que administrava o Império nessa legislatura ser, à época, um Gabinete liberal chefiado por Martinho Álvares da Silva Campos.

Em março de 1882, o deputado José Ferreira Cantão apresentou três requerimentos solicitando ao Ministro da Agricultura explicações sobre: se o Governo iria ou não construir a ferrovia Madeira Mamoré; por que o Governo não havia aprovado os planos de colaborar nos custos para a construção da estrada de ferro de Bragança, no Pará; e se o Governo Central possuía conhecimento do estado decadente da colônia de Benevides no Pará.⁴⁶² Os requerimentos do deputado Cantão sintetizam três grandes demandas da área amazônica na

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 26 de maio de 1877, p. 336. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 15 ago. 2022.

⁴⁶² BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 1882. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 11 out. 2022.

década de 1880. O pleito apresentado por Cantão foi reforçado logo em seguida pelo deputado Guilherme da Cruz.

Os deputados conservadores do Pará na Câmara dos Deputados, mencionados acima, praticamente criaram uma ofensiva no início da década de 1980 em relação ao tema da necessidade de uma via férrea às margens do rio Madeira, pois, entre 1882 e 1885, os Gabinetes liberais que comandavam o Império haviam chegado à conclusão de que a crise financeira no Governo Central se devia aos gastos da década anterior com a construção de ferrovias. Logo, para as províncias do Norte, historicamente desprivilegiadas na destinação de verbas para ferrovias, estavam em disputas as últimas possibilidades de recursos para esse tipo de melhoramento material no âmbito do Governo Central, o que explica a ação da bancada paraense no Parlamento.

O deputado Samuel Wallace Mac Dowell, em abril de 1882, em um pronunciamento longo e detalhado, o qual se pode dividir em duas partes, sendo a primeira destinada a contrapor a política do Gabinete liberal e a segunda voltada para apresentar várias demandas do Vale do Amazonas enfatizando o esquecimento que a região vivia perante o Império. Nesta segunda parte, Mac Dowell tratou da necessidade de um programa ferroviário para o Pará, sobretudo com vistas a reforçar a demanda pelo desenvolvimento econômico da província, o que consolidaria a condição de Belém como principal entreposto do Norte do país, visto que propunha uma estrada de ferro ligando Bragança a Belém, outra estrada, nomeada de Alcobça interligando o Pará via às margens do rio Tapajós com o Mato Grosso ferrovia às margens do rio Madeira, e finalizava ressaltando a estrada Madeira Mamoré. No caso desta última, Dowell foi taxativo ao dizer que essa estrada consolidaria Belém como entreposto da Bolívia. Foi neste ponto da argumentação que o deputado paraense, relatando a demora com a obra, aferiu que os negócios do Pará eram tratados aquém do que mereciam e, portanto, valendo-se de uma metáfora, o Pará estava como se fosse o calcanhar do Império.⁴⁶³

No mesmo ano de 1882, o deputado paraense Guilherme da Cruz disparou várias críticas ao chefe do Governo Central, chefiado pelos liberais, suscitando pontos nodais que estavam na órbita das demandas mais prementes do país, como auxílio à lavoura e os melhoramentos materiais nas províncias. Esse deputado paraense reclamava a necessidade de crédito e juros baixos com prazos longos. Nesse ponto, o deputado paraense visava ligar o que chamou de poderosa indústria extrativa do Vale do Amazonas ao debate sobre as necessidades

⁴⁶³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 21 de abril de 1882. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 11out. 2022.

da lavoura. Buscou levantar, porém, questões ligadas à construção da ferrovia no rio Madeira, enfatizando que “essa estrada e essa navegação são importantíssimas, e seu estabelecimento há de trazer grande desenvolvimento ao comércio não só do Brasil como da Bolívia”.⁴⁶⁴ O deputado paraense mais uma vez elevava o interesse da obra à nação, algo fundamental no discurso construtor das questões regionais de interesse nacional. Em outra oportunidade, Guilherme Cruz endereçava, via Câmara dos Deputados, um ofício ao Ministro da Agricultura pedindo explicações sobre as reais intenções do Governo Central quanto à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inclusive também perguntava sobre o conhecimento da estrada de Alcobaga por parte do Governo.⁴⁶⁵

A discussão sobre as estradas de ferro, especificamente a destinação dos recursos para a construção delas, concorria para o confronto entre as elites regionais no Parlamento, bem como dessas elites e o Governo Central. Os deputados paraenses José Cantão e Mac Dowell, em agosto de 1882, reclamavam que o Governo Central não oferecia nenhuma ajuda ao Pará para o estabelecimento da ferrovia que ligaria Belém a Bragança, pois, segundo eles, a província estava comprometida com o montante para a construção e requiritava, do Governo sediado na Corte, apenas os juros para a empresa responsável pela execução e operação da ferrovia, mas nenhum sinal de ajuda era fornecido. Nesse ínterim, o deputado Cantão reavivava a histórica queixa de que as províncias eram sufocadas pelo Governo, especialmente as províncias do norte. O deputado Andrade Figueira, do Rio de Janeiro, saiu em defesa do Governo imperial, o que gerou um clima de muito debate, inclusive Cantão rebateu a fala de Figueira de que as províncias gastavam mais do que rendiam, dizendo: “não são as províncias que gastam, são os abusos do Governo, é a maneira porque se gasta, e se algumas províncias gastam mais do que o que rendem, com certeza não está nesse número a província do Pará.”⁴⁶⁶ Cantão ainda lembrava dos gastos com luxo e gastos supérfluos efetuados na Corte, enquanto não se atendiam as províncias com o necessário.

Adiante, em setembro de 1882, o deputado Guilherme Cruz, juntamente com os demais deputados paraenses e o deputado conservador pelo Amazonas, Antônio Passos de Miranda, confrontavam o Ministro da Agricultura na Câmara dos Deputados acerca da

⁴⁶⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 21 de março de 1882.

⁴⁶⁵ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 21 de agosto de 1882. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 11 out. 2022

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 61.

morosidade na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.⁴⁶⁷ O tom dos parlamentares foi de crítica ao Governo Central e oscilavam ora por falarem em nome de suas províncias, ora por falar em nome da região, a partir da nomenclatura Vale do Amazonas. O deputado Cruz resumiu, em sua argumentação, quais eram os interesses da área amazônica: fortalecer o comércio do Pará e do Amazonas, com a consolidação da capitalidade de Belém; criar uma proximidade geopolítica com a Bolívia; expandir a presença amazônica por uma frente ao oeste em direção ao Mato Grosso –, bem como os interesses brasileiros, com destaque para assegurar as relações com a Bolívia frente à Argentina; criar um corredor de acesso à região em torno do Mato Grosso, dada a experiência da presença estrangeira nessa área durante a Guerra do Paraguai; por fim, o argumento comercial e diplomático.⁴⁶⁸

Como se observa acima, mais uma vez o nível regional é colocado em primeiro lugar das preocupações parlamentares, mas é efetivamente articulado em nível nacional. Em um outro momento do mesmo discurso, Guilherme Cruz acionava uma situação provincial para requerer a resolução de uma questão em nível regional, ocasião em que citava o problema da ponte da alfândega do porto de Belém que já faziam mais de trinta anos que não era concluída, pois, sob promessas do Império, poucos recursos foram destinados para tal finalidade.

A discussão sobre a ferrovia contornando as cachoeiras do rio Madeira ganhava mais intensidade à medida em que apareciam propostas para a constituição da malha ferroviária do Império que excluía a região amazônica, a exemplo da memória apresentada ao Instituto Politécnico Brasileiro e à Câmara dos Deputados pelo engenheiro João Ramos de Queiroz, em 1882, material que visava subsidiar o Governo imperial com relação à estruturação da rede geral de viação do Império.⁴⁶⁹ O autor da memória traçou um rápido quadro regional brasileiro dividindo o país em quatro regiões, a saber: a região Sul, delimitada a partir dos rios Uruguai, Paraguai, Paraná e Prata; a região Norte ou região do Equador, segundo o autor da memória, em suma falava-se da Amazônia, caracterizada pelas grandezas dos rios e da natureza; a região Sudoeste, marcada pela presença do rio São Francisco e por rios menores que atravessavam a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará; a quarta região citada foi a Nordeste, delimitada pelas províncias do Maranhão e Piauí, com destaque para os rios

⁴⁶⁷ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 20 de setembro de 1882, p. 65. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28961>

⁴⁶⁸ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 22 de agosto de 1882, p.90. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28960> Acesso em: 12 de out. 2022.

⁴⁶⁹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Setembro de 1882.

Parnaíba e Itapicuru.⁴⁷⁰ Nesse momento inicial da década de 1880, aparecia uma das primeiras propostas de divisão regional do Brasil contando com uma referência clara à Amazônia.

O autor da Memória apresentada à Câmara dos Deputados concluiu que a Amazônia não necessitava de estradas de ferros por possuir caminhos fluviais em abundância. Além do mais, percebe-se no citado documento a preocupação do autor com a unidade a partir da região amazônica, dizendo que: “a rede fluvial da Amazônia, daquela vasta região, deve, pois, ser unida à rede férrea das outras regiões, para formar unidade.” O autor enfatizou ainda que a Amazônia não poderia ficar segregada da comunhão nacional, deveria ser unida às demais regiões, de modo que as estradas de ferro deveriam ir ao encontro dos rios dessa parte do país. Havia, na década de 1880, certo receio de movimentos separatistas no país e grande parte das ações que eram sugeridas ao Governo Central, que giravam em torno de garantir a integridade do Império.

Diante do quadro da escassez de recursos para a construção de ferrovias no início da década de 1880, bem como de uma proposta que desenhava a malha viária do país e que excluía as ferrovias da região amazônica, os representantes políticos amazônicos enfatizavam ainda mais o tema no Parlamento brasileiro, motivo pelo qual o deputado Guilherme Cruz do Pará apresentou em 10 de maio de 1883 um projeto para que o Governo Central construísse a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, alegando que a citada estrada era uma aspiração nacional. Após essa ação, o deputado pelo Amazonas, Antônio Passos de Miranda, passou a cobrar o Governo Central acerca do início das obras, inclusive em um de seus discursos dizia que a ferrovia era um assunto de grande importância que concorreria para o “[...] progresso material e econômico do país e para a província do Amazonas. Esse melhoramento corre o risco de não se realizar pela má direção que tem lhe dado o governo”.⁴⁷¹ Passos de Miranda logo passou a tratar o assunto pela ótica regional fazendo menção direta ao Vale do Amazonas, inclusive as discussões parlamentares foram contribuindo para fornecer certa delimitação geográfica do novo recorte denominado de Vale do Amazonas, por exemplo, o Deputado Passos de Miranda em seus discursos tratava distintamente as áreas do Alto Madeira e o Vale do Amazonas, indicando que a delimitação deste último estava circunscrito ao Pará e ao Amazonas.

Os deputados Guilherme Cruz e Passos de Miranda, acima mencionados, demonstraram a utilização da estratégia da vinculação de uma questão provincial e regional

⁴⁷⁰ O recorte Nordeste que o autor da Memória se refere não é necessariamente o recorte do Nordeste das secas, delimitado a partir das províncias mais próximas ao Ceará, bem como não é o recorte Nordeste sob a influência regional pernambucana, que emergiu no início do século XX.

⁴⁷¹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 11 de julho de 1882, p. 123.

em nível nacional, estratégia essa relativamente presente em outras construções regionais, como o foi o caso do próprio Nordeste, que, segundo Castro – ao estudar os temas dos discursos parlamentares já no século XX – percebeu uma forte imagem da carência regional e da responsabilidade da União na resolução dos problemas a partir das demandas apresentadas pelos deputados federais da região.⁴⁷² Deputados gerais do Mato Grosso, no século XIX, por exemplo, também adotavam posturas nesse sentido, inclusive com o tom de carência ao mesmo tempo em que referenciavam as riquezas naturais e a demanda pela resolução a partir do Governo Central.

No caso do regionalismo amazônico, vale ressaltar que, apesar dos apontamentos à carência regional, em grande parte, os discursos exaltavam uma região rica que deveria ser explorada em suas riquezas e gerar produção. O que diferenciou os regionalismos políticos amazônico e nordestino foi o fato de, nessas áreas, terem se valido de um componente a parte, ou seja, inovaram ao formatarem a antiga representação regional e inventarem um novo *status* para a região, sobretudo adotando novos conceitos para designá-las. Além do que, o abandono das posturas estritamente provinciais em nome de posturas regionais também caracteriza esses regionalismos das áreas amazônica e nordestina.

É preciso assinalar que, a partir da década de 1880, o discurso da opulência ganhou maior força nas falas dos representantes da região amazônica e, embalados pelos ganhos da economia da borracha, é possível notar que o discurso da carência de recursos para a execução de melhoramentos por parte das províncias passou a dividir espaço com a ideia de que estas mesmas províncias eram possuidoras de recursos, mas a incumbência administrativa e legal de determinadas obras eram exclusivas do Governo Central. O Deputado Passos de Miranda assim falou quando voltou a cobrar a construção da ferrovia Madeira-Mamoré na Câmara dos Deputados, desta feita, era acionada a crítica à centralização do Império, pois, conforme Miranda, “se os poderes provinciais tivessem tal competência, eu diria ao governo que não se incomodasse com a província do Amazonas, pois ela só pede para si um favor: é que não a embarrassem na sua marcha progressiva”.⁴⁷³ Aparece, nesse discurso, a antiga reclamação das autoridades regionais de que o progresso regional era barrado pela centralização. Vale lembrar que as críticas eram direcionadas ao Governo principalmente pelos parlamentares que se encontravam na oposição em cada momento, assim, observa-se um deputado conservador – posição política que tendencialmente evitava críticas à

⁴⁷² CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da Necessidade*. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2021.

⁴⁷³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 11 de julho de 1883, p. 325

centralização – criticando o Governo Central chefiado por liberais tendo, como Presidente do Conselho de Ministros, Lafaiete Rodrigues Pereira.

Nos debates acerca da Madeira-Mamoré, observa-se que a bancada amazônica de deputados voltava a lidar com as antigas imagens que eram projetadas pelo Sul acerca da região, basta observar a resposta que o deputado pelo Rio de Janeiro, em defesa do Ministro da Agricultura, concedeu à fala do deputado Passos de Miranda, dizendo que a área que passaria à citada ferrovia era uma área deserta e insalubre, momento que causou protestos dos deputados pelo Amazonas presentes na sessão.⁴⁷⁴ A invenção de um *status* regional também esteve relacionada à mudança de aspectos negativos da região, como foram citados acima. No discurso já citado do deputado amazonense Passos de Miranda, observa-se mais uma vez a busca por apresentar outros aspectos positivos da região, sobretudo provados através da ciência, quando o deputado citou viajantes e naturalistas, como Humboldt, Hartt e Agassis visando mostrar que o clima da região era saudável. Nesse sentido, a busca por provar as potencialidades, a salubridade e principalmente a opulência natural da região e suas possibilidades econômicas foram alguns motivos, entre outros, pelos quais as elites amazônicas investiram na constituição de espaços de ciência em Belém e Manaus, respectivamente com a criação do Museu Paraense e do Museu Botânico de Manaus, esse último cujos recursos para a sua instalação foram requeridos por Passos de Miranda junto ao Governo Central.

Na Câmara dos deputados, seguiu-se uma longa batalha de cobranças e questionamentos das elites políticas amazônicas acerca da estrada, mas não foram dadas respostas efetivas, apenas o envio de uma comissão de estudos e promessas feitas aos políticos amazônicos. Na outra casa legislativa, o Senado do Império, ocorreram outros debates e discussões sobre o tema. Em 1873, o Senador pelo Amazonas, membro do Partido Conservador, Ambrósio Leitão da Cunha, manifestava requerimento ao Governo Central sobre a construção da estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Esse foi o primeiro ato de Leitão da Cunha de vários outros sobre o tema, de modo que, anos depois, ele receberia o título de Barão de Mamoré. Em 1874, em defesa do requerimento que apresentou no ano anterior, Leitão Cunha discursava no Senado e explicitava os reais interesses da construção da estrada, pois, segundo ele, a Bolívia:

[...] aquella republica ficará, por assim dizer, constituindo uma provincia do Imperio do Brazil, porque tal será a dependencia em que ella ha de ficar collocada em

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 127.

relação ao mercado da minha província natal, o Pará, que não poderá jamais desprender-se da tutela, por assim dizer, daquelle grande mercado, economicamente faltando.⁴⁷⁵

Ou seja, o Senador pelo Amazonas, filho do Pará, falava em nome do comércio paraense, revelando assim a ideia de região, de uma bancada regional e a ideia de reforçar a capitalidade de Belém. Leitão Cunha enfrentava, no senado, a oposição de senadores do Maranhão e Goiás que consideravam a proposta do senador amazonense exclusivista por tratar apenas da estrada pelos caminhos amazônicos. Leitão da Cunha reforçava, em seu discurso, que falava em nome do Pará e do Amazonas, bem como que a questão era de interesse do Império brasileiro, dizendo: “nestas circunstâncias, pois, quando um futuro tão cheio de prosperidade, de grandeza se afigura, já não digo para a província do meu nascimento, e para aquela que me colocou nesta casa, mas para todo o Império”.⁴⁷⁶ O senador também reafirmava ainda a sua tese inicial: vincular o comércio da Bolívia ao do Pará. Embora defendesse a centralidade do Pará, seu discurso era claramente de conotação regional falando em nome das duas províncias: “Ora, o senado compreende que eu não posso continuar silencioso perante tão notável demora, até certo ponto censurável, simplesmente pelo extremo interesse que me inspira o progresso das duas províncias do Pará e do Amazonas.”⁴⁷⁷

O senador Ambrósio Leitão da Cunha (futuro barão de Mamoré) trabalhou no Senado para tornar uma demanda regional de interesse nacional a questão da ferrovia Madeira-Mamoré. Vários discursos seus privilegiaram o principal jornal da região amazônica, o *Diário do Gram-Pará*, principal veículo da imprensa paraense que levantou a bandeira do regionalismo amazônico a partir do conceito de Amazônia. Leitão Cunha mantinha relações próximas com o diretor do jornal Miguel Lúcio de Albuquerque Mello Filho, com quem se correspondia através de cartas, as quais pedia a publicação de matérias.⁴⁷⁸ Ora, descortinou-se, assim, mais uma estratégia dos parlamentares amazônicos, notadamente acionar a imprensa para conceder maior visibilidade e sustentação à personalidade e aos temas de seus

⁴⁷⁵ BRASIL: *Annaes do Senado do Império do Brazil*. Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal 1874 (LIVRO 2), 22 de julho de 1874, p. 246.

⁴⁷⁶ Idem.

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 249.

⁴⁷⁸ Em outro momento, em 1886, através de uma Carta confidencial, assinada pelo nome de Miguel e o sobrenome pouco legível, mas indicando ser Lúcio, ao barão de Mamoré, o remetente avisava ao senador que, no jornal, saiu uma insinuação vilã em relação ao destinatário – Dizendo ser a “Carvalhada” desprezível e que não deveriam dar atenção. Essa situação aponta para a relação proximal do senador para com o jornal citado. Ver: Miguel. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. [S.l.]: 10 abr. 1886. Carta confidencial. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial).

interesses.⁴⁷⁹ Por exemplo, em 09/08/1882, Leitão da Cunha escrevia a Miguel Lúcio pedindo que publicasse, na coluna de seu Diário [do Grão Pará], uma carta dando explicações, na qualidade de diretor, da malfadada Empresa Açucareira do Grão Pará.⁴⁸⁰ Logo, no Senado, o termo Amazônia começou a ser ventilada nessas menções que o senador fazia sobre o papel do jornal na cobrança de melhorias para a região, como assim o fez citando o jornal em um de seus discursos:

É a grande política da Amazonia, e a que estão vinculados nem só os nossos interesses, como os maiores, os mais vitais interesses do Brasil. Já ontem confessamo-lo, S. Ex. é o legítimo representante do Pará na câmara vitalícia; pois bem, erga a sua voz, seja interprete da indignação do Vale do Amazonas contra o sistema administrativo que o esmaga, e prestará o mais relevante serviço a esta região, pelejando ao lado do Diário do Grão-Pará.⁴⁸¹

O jornal tratava Ambrósio Leitão da Cunha como representante do Pará no Senado, o que demonstra certa demonstração de união entre as elites políticas, pois ele era senador pelo Amazonas. Além do que, o discurso regional é posicionado a partir do uso das nomenclaturas Amazônia e Vale do Amazonas. Leitão Cunha travou uma série de embates e realizou vários discursos. Importa também dizer que a defesa do comércio do Pará viabilizado pela estrada de Ferro contornando o rio Madeira não era só um pensionamento de um representante provincial no Senado, mas era um posicionamento interessado, ligado ao próprio perfil empresarial e comercial de Leitão da Cunha, pois ele era um homem influente no Pará e no Império, de modo que, no Pará, possuía fortes laços familiares com as elites locais, seus familiares eram donos de casas comerciais e fazendas de gado.

No campo político, Leitão da Cunha era bem relacionado com os conservadores da capital e adjacências, sendo amigo pessoal do chefe do Partido Conservador na província, o Cônego Siqueira Mendes, bem como exercia influência na outra ponta da província, ou seja,

⁴⁷⁹ No cenário do século XIX, a imprensa era vital para a projeção política de alguém ou para a expressão de um tema, espaço de construção da opinião pública, por excelência, daí, por exemplo, jogos de clientelismo muito forte, a exemplo de um caso com o próprio Leitão Cunha, o qual a pessoa de Albino dos Santos Pereira escreveu ao barão de Mamoré, ministro do Império, comunicando-o que havia publicado artigos na “Hespana” sob o título “Barão de Mamoré”, destinados a homenageá-lo e intencionava escrever um pequeno livro para completar a coleção dos “Typos Politicos”. No final da carta, Albino pedia que se lembrasse dele de modo a poder ser útil ao país. Ou seja, não foi trivial que Leitão Cunha tornou-se um dos mais influentes e conhecidos políticos da região Amazônica à época. Ver: PEREIRA, Albino dos Santos. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Corte/Rio de Janeiro, 22 dez. 1886. Carta pessoal. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial).

⁴⁸⁰ CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. [Correspondência]. Destinatário: Miguel Lúcio. Rio de Janeiro, 09 ago. 1882. Carta pessoal. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial).

⁴⁸¹ Diário do Grão-Pará Apud BRASIL: *Annaes do Senado do Império do Brazil*. Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal (LIVRO 7), 6 de setembro de 1882, p. 253.

junto aos conservadores de Santarém e do Baixo Amazonas, áreas sob a liderança do negociante Miguel Antônio Pinto Guimarães, barão de Santarém, até 1882, ano de falecimento do citado barão. Ele ainda possuía atividades empresariais na região, como a instalação de um Engenho Central pela Sociedade Açucareira do Grão-Pará e, principalmente envolvido na construção de duas estradas de ferro, ocasião em que chegou a assumir o cargo de diretor-presidente da Companhia da Estrada de Ferro de Bragança, no Pará, e a Madeira-Mamoré, no Amazonas, ambas sem sucesso na conclusão.

Os interesses do Leitão da Cunha com a construção das estradas de ferro na área amazônica podem ser constatadas na correspondência de Theodoro Luís Gonzaga Duvivier, no Rio de Janeiro, em 28/10/1885, que chegou a escrever para Leitão Cunha consultando-o se poderia publicar nos jornais uma nota dos diretores da Companhia da Estrada de Ferro de Bragança, declarando que “o Barão de Mamoré é possuidor de 200 ações da referida companhia que subscreveu e sobre as quais somente fez até hoje 10% de entrada no valor total de quatrocentos réis”.⁴⁸² Essa carta, além de permitir perceber as relações e certo controle do que era publicado na imprensa, por parte dos agentes políticos, também demonstra que Leitão Cunha possui negócios diretos nessas obras, logo denota-se que o parlamentar possuía atuação política com interesses diretos nos temas debatidos. Nesse caso, de Leitão da Cunha, ocorre o que Castro identificou no âmbito da produção do regionalismo nordestino, especificamente entre os deputados federais do Nordeste que, segundo a autora, muitas vezes esses agentes constituíam a própria elite local inserida na estrutura institucional do Estado.⁴⁸³

Logo acima, fala-se de um representante político com trânsito direto entre as elites econômicas, familiares e políticas do Pará e Amazonas. Assim, como no caso dos deputados nordestinos, estudados por Castro, deve-se considerar que estes agentes políticos refletem os alinhamentos ideológicos, bem como paralelamente os interesses de grupos que dão sustentação ao seu mandato. Leitão da Cunha, no que concernia ao Pará, já havia sido deputado geral pelo Pará, na condição de senador pelo Amazonas e se portava como representante do Pará, haja vista que a sua base empresarial e familiar se assentava naquela província, sobretudo considerando o fato de ele ter sido vice-presidente de província e deputado geral pelo Pará por três legislaturas, além de suplemente em mais duas. Em 1889, o genro do imperador D. Pedro II, conde d'Eu, Gastão de Orleans, escreveu a Leitão Cunha

⁴⁸² DUVIVIER, Theodoro Luís Gonzaga. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Corte/Rio de Janeiro, 28 out. 1885. Carta pessoal. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial). Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/9913> Acesso em: 15 out. 2022.

⁴⁸³ CASTRO, Iná Elias de. Op. Cit. 2021.

informando o engenheiro Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa e lhe falou da conveniência de insistir, junto ao presidente do Conselho de Ministros, para que o governo imperial fornecesse, com brevidade, auxílios à praça do Pará visando prevenir os adversidades de que se achava ameaçado aquele destacado centro comercial, convidando-o à sua residência para maiores esclarecimentos.⁴⁸⁴ Ou seja, a Praça do Pará era o conjunto do empresariado e do comércio da província, o que sugere as relações do parlamentar com esse seguimento e sua importância junto ao Governo imperial, até porque, entre as décadas de 1865 e 1872, Leitão da Cunha exerceu a função de advogado da Praça do Comércio do Pará,⁴⁸⁵ o que permite demonstrar claramente as relações do parlamentar com a classe comercial paraense.

Devido à relação próxima com a construção de estradas de ferro na região, Leitão Cunha recebeu o título de Barão de Mamoré por decreto em 03/03/1883. A vinculação expressiva com o Pará e a condição de senador pela província do Amazonas fazia com que Leitão Cunha (barão de Mamoré) possuísse uma postura parlamentar regional, com diálogos abertos nas duas províncias e sendo reconhecido por essa postura, como o assim o fez o presidente do Pará à época, Rufino Enéas Gustavo Galvão (Barão de Maracajú, depois visconde), um liberal, felicitando-o pelo recebimento do título de barão de Mamoré, na oportunidade dizia que era “[...] um título que simboliza os muitos e relevantes serviços que tem prestado a essa privilegiada região”.⁴⁸⁶

Ainda sobre os interesses das elites e os mandatos de Leitão Cunha, destacam-se as relações com as elites do Amazonas, motivo pelo qual cita-se um exemplo através de uma correspondência enviada de Manaus pelo político Gabriel Antônio Ribeiro de Guimarães endereçada ao senador parabenizando-o pela reclamação e pelo requerimento apresentados ao Senado em julho de 1882, acerca do comércio da província do Amazonas, aproveitando para informá-lo sobre o interposto de gêneros vindos do Peru e da Venezuela e terminava reivindicando a intervenção de Leitão Cunha para a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que, segundo o remetente, teria grande serventia aos interesses do Amazonas, do

⁴⁸⁴ ORLEANS, Gastão de conde d'EU. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial). Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/10062> Acesso em: 16 out. 2022.

⁴⁸⁵ Comissão da Praça do Commercio do Pará. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Belém, 02 out. 1872. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial).

⁴⁸⁶ GALVÃO, Rufino Enéas Gustavo, visconde de MARACAJU. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Belém, 09 mar. 1883. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial). Palácio Isabel, rua Guanabara, [Rio de Janeiro], 21 set. 1889.

Pará, do Mato Grosso e do Império.⁴⁸⁷ A carta possui franca conotação comercial, seu conteúdo está no âmbito das demandas comerciais, logo, vislumbra-se que as elites políticas estavam em sintonia com as demandas dos setores econômicos e comerciais. Essa situação reforça o próprio conceito de regionalismo tomado de empréstimo de Castro, o qual diz respeito “[...] a mobilização política de grupos dominantes numa região em defesa de interesses específicos frente a grupos dominantes de outras regiões ou ao próprio Estado”,⁴⁸⁸ tendo em vista que é isso que se observa nos parlamentares amazônicos, eles estavam sintonizados com as demandas da elite regional.

Acerca do posicionamento regional, cabe notar que a bancada de parlamentares amazônicos no início da década de 1880, quase toda conservadora, mantinha contatos e articulações, ensejando assim que, no âmbito da oposição a um Gabinete liberal no Governo Central, a estratégia do discurso regional e suas questões era um modo de enfrentamento político, em termos nacionais, e, no nível regional, a construção de um *status* para a região capaz de conceder, à área amazônica, os seguintes aspectos: a possibilidade de ganho de importância perante o Estado nacional; de viabilizar a manutenção do domínio das elites na região; de criar as condições para o desenvolvimento econômico regional e, com isso, os maiores beneficiados seriam as elites econômicas. Assim, observa-se que trocavam correspondências, com Leitão da Cunha, os deputados gerais Guilherme Cruz, Samuel Wallace Mac Dowell e José Ferreira Cantão e Passos de Miranda, com o principal assunto a política e outros, inclusive estradas de ferro.

Além do mais, acerca dos investimentos materiais, as ferrovias eram o símbolo da modernidade e a construção de uma ferrovia iniciada pelo Governo Central era um sinal de uma grande obra em uma região, todavia, no Maranhão, Sergipe e Piauí os trilhos não chegaram até o início da República, ao passo que, no Pará, a ferrovia de Bragança só foi iniciada em função de recursos próprios da Província⁴⁸⁹. O engenheiro e militar João Martins da Silva Coutinho, que, a serviço do Império, visitou e produziu um extenso relatório sobre as estradas de ferro do Norte agrário em 1888, também elaborou um quadro estatístico da viação ferroviária brasileira na década de 1883, de modo que, de todo o quadro, compõe uma extensa

⁴⁸⁷ GUIMARÃES, Gabriel Antônio Ribeiro de. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Manaus, 29 ago. 1882. Carta pessoal. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial). Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/9795> Acesso em: 16 out. 2022.

⁴⁸⁸ CASTRO, Iná Elias de. Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional. *Confins*, v. 49, 2021, p. 7. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/35256>. Acesso em: 17 out. 2022; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35256>.

⁴⁸⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit.1999.

lista de ferrovias, apenas com promessa de subsídio do Governo Central e com sede no Amazonas situava-se em fase de construção na região amazônica, justamente a Madeira e Mamoré, tida como estratégica para o comércio e a imigração dos países vizinhos. De todas as ferrovias construídas, ou em construção, apenas três não obtiveram concessão ou autorização para serem construídas, por parte do Governo Central, a Madeira e Mamoré e duas na região Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, províncias beneficiadas com outras ferrovias⁴⁹⁰. Com o passar do tempo, o Senado recusou a proposta de liberação de recursos para a construção da estrada, visto, inclusive, o voto contrário de representantes do Norte agrário, por medo de prejudicar os investimentos nas estradas de sua região. A ferrovia Madeira e Mamoré só veio a ser concluída na Primeira República.

⁴⁹⁰ COUTINHO, João Martins da Silva. *Quadro estatístico da viação ferroviária brasileira*. [impresso] 1883. Arquivo João Martins da Silva Coutinho, Arquivo Guilherme de La Penha do Museu Paraense Emílio Goeldi – PA.

6 DO VALE À AMAZÔNIA: A ACENTUAÇÃO DO DISCURSO REGIONAL FRENTE ÀS TENSÕES E NEGOCIAÇÕES COM O IMPÉRIO BRASILEIRO

O processo de centralização do Império e o compartilhamento do poder na segunda metade do século XIX, por parte de poucas províncias, acarretou o descontentamento das demais províncias e a emergência dos regionalismos políticos pelo Brasil: na área sob a influência de Pernambuco, emergiu o Norte (agrário), as elites açucareiras e depois sertanejas com o problema da seca, e levantaram a bandeira regional nortista e depois o Nordeste; no Rio Grande do Sul, nota-se o regionalismo político gaúcho; em São Paulo, também um forte regionalismo político que se manifestou através das teses separatistas da Pátria Paulista e na Primeira República a partir do ideário da identidade da paulistanidade, um tipo de ideologia e identidade que identificava São Paulo como a locomotiva do Brasil; por fim, mas não menos importante, o caso da região amazônica, em que a histórica distância do centro do Império e o descontentamento das elites dessa parte do país com o pouco acesso aos melhoramentos materiais e aos recursos para desenvolverem os meios produtivos, levou a reconfiguração do antigo Grão-Pará, sendo esse processo puxado por uma tentativa de construção de nova imagem dessa região expressada na mudança das formas de nomeação regional.

Para galgar seus objetivos, o Pará e o Amazonas sabiam que apenas o atributo de província não era o suficiente, logo influenciados pelo ganho de visibilidade internacional a partir dos interesses estrangeiros, que inclusive forneceu a nomenclatura de transição (Vale do Amazonas), passaram a constituir um *status* regional com outra imagem dessa área, oferecendo ao mundo um amplo espaço de investimentos e povoamento, com isso tentava-se resolver três problemas do antigo Grão-Pará: falta de importância no conjunto da nação; população rarefeita e investimentos materiais e humanos considerados estratégicos para essa porção territorial. O correspondente do jornal pernambucano escrevia, em junho de 1869, que o Pará e a região do Vale do Amazonas como um todo caminhavam a passos largos na navegação e no comércio, mas carecia essencialmente de capitais. Nesta carta, o *status* de região aparece claramente em relação ao Vale.⁴⁹¹

Os deputados paraenses e amazonenses na Câmara dos Deputados do Brasil passaram, a partir da década de 1860, inspirados pelo debate da abertura do rio Amazonas à navegação internacional, que herdava outro debate sobre os interesses americanos nesse assunto e motivo pelo qual a nomenclatura Vale do Amazonas passou a circular e foi recepcionada pelas elites

⁴⁹¹ Pará (Correspondência). *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 de junho de 1869. Ano: XLV. Nº 135. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 18 out. 2022.

políticas,⁴⁹² como já elencado em capítulo anterior, a chamar essa parte do Brasil não mais de Grão-Pará, mas sim de Vale do Amazonas ou região amazônica. As novas nomenclaturas da região guardavam, naquele momento, o discurso da terra opulenta, rica e à espera do progresso.

O mais importante é perceber que essas novas formas de nomear a região natal fizeram parte de ações individuais e de bancada dos representantes amazônicos diante das tensões e negociações com o Império, e foram concentradas no campo político nacional com vistas a obterem recursos e melhoramentos materiais para a sua área de atuação parlamentar. Campo político é entendido, aqui, como lugar da política legítima, oficial, lugar de exercício do capital simbólico, do reconhecimento da função política. A postura em defesa dos interesses regionais conduziu, no caso amazônico, ao regionalismo político de base territorial, ou seja, a defesa dos interesses de uma dada área geográfica em detrimento de outras áreas e ou do Estado nacional, sobretudo através do jogo parlamentar, compreendido aqui como a luta política circunscrita a um espaço político institucional (Parlamento).⁴⁹³

Assim, o objetivo desse capítulo é problematizar a transformação do vocabulário relativo à região amazônica frente às tensões e negociações com o Império brasileiro, considerando a atuação parlamentar conforme o perfil partidário de deputados e senadores paraenses e amazonenses. Busca-se perceber o processo de acentuação do discurso regional amazônico em detrimento das posturas provinciais, tendo como principal hipótese o fato de a elite política dessa parte do Brasil não ter visto, nas ações do Governo Central e na região, os resultados efetivos para as suas principais demandas, sobretudo que foram pautadas entre as décadas de 1840 e 1860, entre elas a abertura do rio Amazonas à navegação internacional e as primeiras indicações para ofertar transporte ferroviário na região.

6.1 O conceito de Vale do Amazonas e as bases do regionalismo político no Pará

⁴⁹² Em meados do século XIX, com o contexto de expansionismo americano direcionado para a América Central e o Caribe, o tenente da armada estadunidense, Matthew Maury, desencadeou uma campanha em prol da abertura do rio Amazonas à navegação internacional, um projeto oficialmente relacionado à comunicação e ao comércio, mas que possuía outros objetivos, como a colonização agrícola das margens do Amazonas com o plantio de algodão e borracha. Tendo em vista a discussão aberta por Maury acerca da possível integração comercial dos vales dos rios Amazonas e Mississipi, nos Estados Unidos, aventamos que o uso do termo *vale* para o Amazonas tenha derivado da percepção de vale para os americanos. À época, as elites brasileiras se debruçaram sobre os escritos de Maury, fosse para apoiar ou para criticar.

⁴⁹³ Sobre os conceitos de campo político e jogo parlamentar, ver: BOURDIEU, Pierre. A construção do espaço político: o jogo parlamentar. IN: *Sobre o Estado*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

Entre 1850 e 1880, pouco se falava em divisões regionais no Brasil, especialmente a partir do prisma político. As menções aos recortes espaciais que transgrediam as dimensões provinciais apareciam discretamente, como se pode notar no âmbito do Parlamento brasileiro, oportunidade em que os parlamentares faziam referência, vez ou outra, a alguma região ou aos vales dos rios como lugares de comunicação entre as partes do Império brasileiro. O Marquês de Paranaguá⁴⁹⁴, ao discutir sobre os melhoramentos materiais para permitir a imigração de estrangeiros para o Brasil, em 1853, tratava das comunicações dentro do Império a partir dos vales dos rios, destacando, em sua fala, os vales do Paraíba, do Amazonas, do Parnaíba e do São Francisco⁴⁹⁵. Além dessas indicações do Marquês de Paranaguá, na Câmara Geral, ainda se falava no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, subdividido em Baixo e Alto Jequitinhonha, bem como nos Vales do Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte e do Mucuri, em Minas Gerais. O deputado Paula Fonseca, em 1854, citava na Câmara dos Deputados do Brasil o perigo estrangeiro em relação aos interesses no “Valle do Amazonas”.⁴⁹⁶

Apesar de referências hídricas ou caminhos fluviais, os vales também eram discutidos como áreas distintas da Nação, os quais possuíam demandas próprias, como as discussões sobre a necessidade de estradas de ferro para o Vale do Paraíba, a navegação a vapor para o Vale do Amazonas e a canalização do rio Ceará-Mirim para o Vale do mesmo nome. Essas áreas surgem no Parlamento a partir das reivindicações de representantes políticos que se portavam como representantes desses vales ou que possuíam interesses nessas regiões. O deputado pela província do Ceará, André Bastos, em maio de 1856, citava, no Parlamento nacional, pela segunda vez, o termo Vale do Amazonas ao defender que a futura colonização do “Valle do Amazonas” fosse realizada contando também com a população nacional, obviamente que o deputado cearense deixa implícito o pensamento de alguns representantes da elite daquela província em transferir, para a bacia do rio Amazonas, parte da população

⁴⁹⁴ João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821 – 1912), natural do Piauí, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda, exercendo vários cargos na magistratura e tornou-se um político brasileiro influente, oportunidade em que foi presidente das províncias do Maranhão (1858), Pernambuco (1865) e Bahia (1881). A partir de 1850, Francisco Vilela Barbosa elegeu-se deputado provincial em 1848 e deputado geral por vários mandatos consecutivos a partir de 1850. Ele ocupou os seguintes Ministérios: Negócios Estrangeiros (1885), da Fazenda (1882) e da Guerra (1866 e 1879). Ele chegou, em 1882, a exercer um dos cargos mais proeminentes da política nacional, o de presidente do Conselho de Ministros, e ainda recebeu o título de marquês de Paranaguá (1888). Fonte: Arquivo Nacional. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/2/70-biografias/670-joao-lustosa-da-cunha-paranagua-marques-de-paranagua>

⁴⁹⁵ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 26 de agosto de 1853. p. 344 (disponível em www.camara.gov.br/publicacoes).

⁴⁹⁶ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: (RJ) - 1826 a 1873. Sessão de 03 de junho de 1854. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

flagelada pelas secas e pela própria falta de oferecimento de condições de vida que as autoridades públicas deveriam ter provido àquela população, a qual era classificada sem ocupação e que, no pensamento do parlamentar, poderia compartilhar as mesmas colônias dos imigrantes europeus com o fim de aprenderem alguma especialização.⁴⁹⁷

O deputado paraense no Parlamento Brasileiro, Tito Franco de Almeida, passou a nomear a antiga região do Estado do Grão-Pará de Vale do Amazonas, obviamente que, à época, ocorria uma variação de nomes para a região, como Amazonas, regiões do Amazonas e províncias amazonienses. Na sessão de 20 de agosto de 1860, o deputado paraense expressava-se: “dizendo essas poucas palavras acerca do futuro do grande valle do Amazonas, cumpro ainda o dever muito lisonjeiro para mim como representante desse mesmo valle”.⁴⁹⁸ Mais adiante nesse texto, voltaremos a tratar da atuação do deputado Franco de Almeida no processo de estabelecimento de um novo *status* regional para área do rio Amazonas. Outro exemplo pode ser extraído da fala do Deputado mineiro Teófilo Benedito Otoni, em agosto de 1861, o Deputado apresentava uma representação de colonos residentes no Mucuri que pleiteavam, do Governo Central, melhoramentos para a navegação e para as estradas dessa área, para a qual o Deputado se proclamava representante.⁴⁹⁹ Nesse sentido, obras como estradas de ferro e a criação das condições para a navegação eram benefícios buscados por representantes de diversas partes do Império, o que levava a discussões sobre as prioridades de cada região.

Esses vales emergiam como geografias de lutas, onde o projeto humano ultrapassava a natureza, ou seja, as disputas por dotar de infraestrutura os vales dos rios acabavam por fazer, desses lugares, não só o *locus* de discursos por melhoramentos materiais, mas de narrativas que os construíssem, que lhes dessem sentido e condição de existência, como se pode observar no discurso do já senador por Minas Gerais Teófilo Benedito Otoni, que reproduziu uma matéria do jornal do Commercio do Rio de Janeiro de 11 de julho de 1867 sobre as estradas de ferro do Império. Na ocasião, a matéria citava a produção agrícola dos municípios de Ubá e Leopoldina e que as águas do rio Doce penetrariam “neste riquíssimo valle tão esperançoso e cheio de futuro”. Os vales passaram a ser descritos como lugares abundantes, promissores a ponto de serem investidos de significados e representações, como o Vale do

⁴⁹⁷ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 27 de maio de 1856, p. 72. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁴⁹⁸ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de agosto de 1860, s/p. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 set. 2021.

⁴⁹⁹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão 10 de agosto de 1861. P. 99. (Disponível em www.camara.gov.br/publicações).

Amazonas. Cada representação parlamentar buscava benefícios para a sua área de atuação. Logo, pode-se aventar que os vales possuíam algo relacionado à noção de região, basta compreendermos com Albuquerque Júnior que:

Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação.⁵⁰⁰

Ainda em relação aos vales dos rios como regiões diferentes que emergiam também no enfrentamento parlamentar, lembra-se aqui o debate no Senado brasileiro de 1867 sobre os investimentos em estradas de ferro e navegação travados com a presença do Ministro da Agricultura, em julho do citado ano. Na ocasião, o Senador Paranhos mencionava que o Vale do Amazonas havia de pagar todos os investimentos que foram feitos naquela província. Tal assunto foi reforçado pelo já senador por Minas Gerais Teófilo Otoni, segundo o qual o Vale do Amazonas deveria pagar todos os sacrifícios que teriam sido feitos por aquela área, aquele espaço, evidenciando que, no debate sobre o orçamento do Império, existia uma forte discussão sobre os benefícios concedidos a cada região.⁵⁰¹

Outra forma de referência espacial era a antiga dicotomia Norte e Sul, como já ressaltamos nesse texto, o principal Ministério do Governo Central que se relacionava com as províncias, o Ministério do Império, tratava a organização das províncias brasileiras por meio das divisões: províncias do Sul e centrais e províncias do Norte. Mais especificamente, os relatórios de Ministério passaram a diferenciar a área das margens do rio Amazonas como Vale a partir da década de 1852, possivelmente em função da visibilidade alcançada pela área em decorrência da discussão sobre a abertura do rio às nações estrangeiras, sobretudo o debate provocado pelo tenente da marinha americana Matthew Maury que, paralelamente a estudos geográficos, foi persistente na campanha em prol da ocupação do Vale amazônico pelos norte-americanos.

Na imprensa da Corte, no Rio de Janeiro, o termo “Valle do Amazonas” só começou a ser utilizado a partir de 1853, de modo que vários periódicos destacavam o tenente da marinha americana Matthew Maury e o interesse americano no Amazonas, inclusive com a reprodução dos escritos de Maury. A maioria desses jornais, ao apresentarem comentários sobre a obra do

⁵⁰⁰ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

⁵⁰¹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Senado do Império. Sessão de 04 de julho de 1867. P. 38. (Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp).

tenente americano demonstravam preocupação com a soberania nacional mediante uma possível investida estadunidense no Amazonas. No Norte amazônico, o termo Vale do Amazonas também só aparece depois das discussões sobre as pretensões americanas na região, precisamente só a partir de 1854 que surgem matérias na imprensa periódica que citam o termo. Naquele momento, o termo Vale passou a ser referenciado como a região que tem o rio Amazonas como artéria central, tendo ainda certa imprecisão entre a ideia de que o Vale do Amazonas significaria o território brasileiro das províncias do Pará e Amazonas e a ideia de que representava todo o território da América contemplado pela bacia do rio Amazonas.

No Pará, também a circulação e o uso do conceito de “Valle do Amazonas” iniciam a partir de 1853, inclusive o termo passa a ser empregado para delimitar a região a partir do discurso político, como foi o caso da fala à Assembleia Legislativa Provincial do Pará, por parte do Presidente da província José Joaquim da Cunha, em 1853, oportunidade em que já se reportava indiretamente quanto às intenções americanas nesta parte da América:

Esriptos exagerados tem aparecido figurando o iminense vale do Amasonas- como um novo El Dorado, onde basta ao homem curvar-se para' apanhar ouro e diamantes. E' preciso descer' dessa poesia á realidade, e não occultar os montões de obstaculos, que se tem de vencer. Tudo o que se pode dizer desse Vale, é que elle é vasto, cortado de canaes naturaes, e fertil; mas essa mesma vastidão deserta já é uma dificuldade, outra é as sezões que nella dominão principalmente' em quase toda a zona de algumas legoas de largura, que acompanha o Equador principiando em Macapá [...]. quanto á fertilidade do solo, ella será inutil sem a agricultura, isto é, sem os braços necessarios para o seu desenvolvimento; pouco se pode esperar do constringido africano, e menos ainda do indolente indigena, que de nada precisa e só lança mão dos recursos offerecidos pela natureza, quando é aguilhoado por urgente necessidade; resta apellar para o braço do colono europeu [...].⁵⁰²

José Joaquim da Cunha, além de criticar as figurações americanas acerca do Amazonas, praticamente traça um perfil geográfico do Vale do Amazonas, uma região que principiaria em Macapá, seria cortado por vastos canais naturais e férteis, uma vastidão tida como deserta e com registro de várias enfermidades. O discurso da terra à espera do progresso aparecia novamente, fazendo do colono europeu a esperança de um Vale habitado por populações indígenas e negras.

Com a saída de José Joaquim da Cunha, o Pará teve, como novo Presidente nomeado, o Conservador Sebastião do Rego Barros, à época, a Assembleia Legislativa Provincial paraense constituiu uma Comissão para prover as boas-vindas ao novo governante e, na ocasião, de uma Comissão formada pelos deputados provinciais do Partido Liberal, a exemplo

⁵⁰² CUNHA, José Joaquim da. Relatório apresentado à Assembleia Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1853 pelo Presidente José Joaquim da Cunha. Pará: Typographia Santos e Filhos, 1853.

de Tito Franco de Almeida, a denominação Vale do Amazonas já era incorporada ao discurso do regionalismo político, como se pode observar no pronunciamento em nome da Assembleia:

Ella cordialmente agradece ao Governo imperial úma tal nomeação, porque revella o alto apreço que merece o feril Valle do Amazonas, há trinta anos infelizmente abandonado aos seus recursos naturaes! Tal nomeação significa ainda uma solemne que o Governo imperial se esforçará d'ora avante em promover os melhoramentos moraes e materiaes.⁵⁰³

Em 1853, os deputados provinciais relatavam que essa região estaria abandonada pelo Governo imperial desde a independência do Brasil, e colocavam, com elegância, a responsabilidade de restauração e atendimento da província nas mãos de um membro do Partido Conservador, restauração essa de ordem moral e material, de modo que essas eram as duas grandes balizas do discurso regionalista político, visto que, moralmente era preciso civilizar a região com uma população branca, europeia e trabalhadora; materialmente era preciso, portanto, contemplar essa parte do Brasil com obras e verbas, viabilizando demandas como a navegação a vapor, a estrutura para a instalação de colônias, melhorias portuárias, entre outras.

A nova denominação dessa área fora incorporada ao discurso político e passava a delimitar as duas províncias, notadamente a do Pará e do Amazonas, como assim se discutia na Assembleia Legislativa Provincial do Pará, em 1859. Por oportunidade do debate de um requerimento em nome da lavoura que visava oficializar um pedido da Assembleia Legislativa Paraense à Câmara Geral do Brasil para a concessão de terras gratuitas aos habitantes da Província que tinham sofrido com uma grande cheia, além de um empréstimo de 500:000\$000 a ser distribuídos com fazendeiros e agricultores da região, o Deputado Romualdo de Sousa Pais de Andrade, autor da proposta, falava do abandono da região e das dificuldades enfrentadas, evidenciando:

Srs, não será sem utilidade que esta casa dê este passo, porque sabemos que o Valle do Amazonas se encerra, não só a riqueza das duas províncias, mas também a riqueza e orgulho futuro do Brasil. O Amazonas tem de ser o interposto da civilização do interior da América do Sul. Tem de ser o interposto do commercio do Atlantico com o Pacifico, em um porvir talvez não remoto.⁵⁰⁴

⁵⁰³ Assembleia Legislativa desta Província. *Jornal Treze de Maio*. Belém do Pará. 17 de novembro de 1853, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 10 set. 2021.

⁵⁰⁴ Assembleia Legislativa Provincial. In: *A Ephoca*. Belém do Pará. 5 de novembro de 1859. Ano II, n° 249, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 11 set. 2021.

O discurso do Deputado Romualdo Sousa além se traduzir, em um discurso de cunho regional, mesmo que sete anos após a criação oficial da Província do Amazonas, é um discurso emblemático, pois lançava as bases argumentativas das falas de boa parte da elite política da região, haja vista que um percentual dos representantes políticos paraenses no Parlamento brasileiro nas décadas posteriores eram, naquele ano de 1859, deputados provinciais, como José Ferreira Cantão, João Batista Figueiredo Tenreiro Aranha, Cônego Manoel José de Siqueira Mendes, José Coelho da Gama Abreu e Domingos Antonio Raiol. Além do que, lembra-se a relação próxima do legislativo provincial com alguns representantes na Câmara Geral na Corte, como foi o caso do Deputado Tito Franco de Almeida que, neste ano de 1859, encontrava-se na condição de Deputado Geral pelo Pará mas, no ano seguinte, ele já retornava à Assembleia provincial. Observe-se que Romualdo trata as duas províncias como uma região, exalta a riqueza de ambas e projeta o Amazonas como interposto do comércio mundial, já que passaria, por ele, as rotas comerciais do Atlântico e do Pacífico.

Além disso, do ponto de vista do processo da invenção da região amazônica, o discurso do Deputado Romualdo Sousa é importante para observarmos a estruturação do próprio regionalismo político, como já citamos, daí porque, na mesma ocasião de sua fala, o Deputado argumentava algo muito presente nos discursos dos representantes da região no Parlamento brasileiro, a saber: a ideia de que o Vale do Amazonas era desfavorecido pelo Governo Central diante das províncias do Sul e do Norte agrário. Ao relatar a crise na agricultura e nas rendas das pessoas abastadas em função de uma grande cheia no Pará, Romualdo dizia:

Julgo que sem receio podemos recorrer ao patriotismo esclarecido dos representantes da Nação, por que temos vistos muitas vezes a Assembleia geral estender a sua bem fazeja para fazer prosperar certas e determinadas porções do Império, para fazer que determinada porção de brasileiros tenham um bem estar melhor.

Assim, vimos, srs, emprestarem-se mil e duzentos contos a companhia do Mucury; sob condições favoráveis, para levar a effeito a navegação e colonização desse rio.

Assim, vimos mais emprestarem-se 800:000-000 à companhia de navegação de Pernambuco. Já há pois exemplos abertos.⁵⁰⁵

O Deputado Romualdo Sousa trazia, assim, o discurso comparativo entre o Vale do Amazonas e outras partes do Brasil, uma fala na direção da Assembleia Geral, eximindo momentaneamente, em parte, o Governo Central e o Imperador. O descontentamento com o Governo Central e o Império também provinha do Amazonas, posto que representantes

⁵⁰⁵ Idem.

políticos e membros da imprensa daquela província disparavam críticas contra o Governo Central, como se pode perceber no texto de autoria de Ovídio (pseudônimo) publicado no jornal *O Constitucional* e reproduzido no Pará pelo jornal *A Epoque*, em 1859, oportunidade em que era perguntado o que era o Amazonas, um gigante que era conhecido desde a fundação do Império com a hereditariedade do Príncipe do Grão-Pará? Em resposta, dizia que era “[...] uma região desabitada de povo, de governo e da supremacia da nação”.⁵⁰⁶ O autor do texto disferia forte crítica ao Presidente da província à época (Francisco José Furtado), cuja insatisfação residia no fato de ser estranho à Província e indicado direto do Império; logo, Ovídio continuava observando que “[...] entretanto que atenção tem applicado o gabinete atual para os desventurosos habitantes dessa parte do novo hemisfério: parece que até tem riscado de si a responsabilidade de estender o se o poder até as raias da fronteira amazoniense”.

O texto advindo de terras manauaras apresenta-se como um indício do tempo de construção de um *status* regional, a saber: o uso do termo “amazoniense”. Embora o texto publicado pelo jornal *O Constitucional* tivesse utilizado o termo para se referir à fronteira mais propriamente da província do Amazonas, é imprescindível lembrar que essa designação começou a aparecer na imprensa regional para tratar não só do Amazonas, como é possível notar a partir na própria criação de um jornal denominado *O Amazoniense* na cidade de Santarém, na Província paraense, em 1853. Durante as enchentes do rio Amazonas de 1859, as mesmas às quais fez referência o Deputado paraense Romualdo, o jornal *A Epoque* publicou matéria sobre as enchentes em Santarém e fez referência ao povo amazonense.⁵⁰⁷ Além do que, foi fundada uma companhia de navegação na região denominada de “companhia fluvial amazoniense”. Em 1863, o deputado paraense Tito Franco de Almeida discursava na Câmara dos Deputados do Brasil após a sua terceira eleição para a citada câmara, e falava em população amazoniense do Vale do Amazonas para se referir às populações do Pará e Amazonas.⁵⁰⁸

6.2 A década de 1870: a acentuação das contestações

⁵⁰⁶ Interior In: *A Epoque*. Belém do Pará. 26 de setembro de 1859. Ano II, nº 215, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 28 jan. 2022.

⁵⁰⁷ Santarém: a enchente do Amasonas. *A Epoque*. Belém do Pará. 07 de junho de 1859. Ano II, nº 125, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 28 jan. 2022.

⁵⁰⁸ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Nova sessão preparatória em 23 de dezembro de 1863, p. 44. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 02 fev. 2022.

Acontecimentos internos ao Pará acabaram, de algum modo, criando a ambiência que fomentou a emergência do regionalismo político nessa parte do Brasil, a exemplo da reativação na década de 1870 da antiga contenda entre paraenses e portugueses, sobretudo pelo descontentamento dos primeiros com o domínio de parcela importante do comércio paraense por parte dos portugueses. Os frequentes conflitos entre negociantes portugueses e setores da sociedade paraense acabaram por reativar o sentimento nativista dos paraenses, pois é importante não esquecer que o sentimento nativista contra portugueses já havia ganhado expressão durante a revolta regional da Cabanagem. Nesse segundo momento de maior ebulição das hostilidades entre portugueses e paraenses, novamente uma parte da classe política e econômica paraense reativava os sentimentos nacionais e nativistas contra portugueses, desta feita, lideranças políticas à época, como o Cônego Siqueira Mendes, um dos chefes do Partido Conservador na província, bem como o político conservador João Lourenço Pais de Souza, que foram acusados de terem concedido apoio a grupos de paraenses para hostilizarem os portugueses, especialmente diante de um movimento que ficou conhecido naquele momento como nacionalização do comércio no Pará a retalho, vistos os embates retóricos e as contendas entre nacionais e estrangeiros. O projeto, pela participação dos conservadores, ganhou a oposição do Partido Liberal do Pará, daí alguns artigos com críticas ao projeto.

No que diz respeito à Assembleia Provincial, nota-se que a predominância de deputados conservadores na citada Assembleia permitiu a ocorrência de alguns atos contra portugueses, a exemplo da retirada de subsídios de uma companhia fluvial (paraense), em 1871, por parte da referida Assembleia, pois a maior parte dos acionistas da empresa era lusitana. Ainda se percebe que, em 1872, voltou ao debate político a proposta de nacionalização do comércio a retalho, como já citado, que visava a criação de meios pelos quais o comércio varejista no Pará fosse monopolizado por brasileiros, sobretudo paraenses, excluindo assim os portugueses. A proposta foi apresentada por um deputado que expressava: “e agora um paraense que vendo oprimido o povo paraense pelo audaz o aventureiro português, que entre nós só tem assenhorado de nossas fortunas, vai levantar a enorme lapida, sob a qual tão patriótico projeto está sepultado há 24 anos”.⁵⁰⁹ Embora ativasse uma pretensa identidade provincial relacionada ao paraense, o processo em si contribuiu para a produção de

⁵⁰⁹ Os portugueses no Gram-Pará. In: O Liberal do Pará. Nº 437. Ano IV. Belém, 20 de junho de 1872. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&Pesq=%22nacionalisa%c3%a7%c3%a3o%20do%20commercio%22&pagfis=2882> Acesso em: 23 out. 2022.

certo ambiente com sentimentos nativistas, em que os sentimentos de pertencimento e apego à terra natal foram estimulados em contraposição a um outro, o que configura claramente um movimento identitário.

Neste contexto, oficialmente, o governo da Província buscava apaziguar os ânimos no Pará, haja vista os inúmeros incidentes envolvendo portugueses (desentendimentos, assassinatos etc.) e a tendência que a província tinha de atrair mão de obra no estrangeiro. O *Jornal do Pará*, órgão oficial do governo provincial, noticiava o clima das contendas entre portugueses e paraenses, de modo a apaziguar a situação, lembrando a importância da relação amistosa, acreditando que a propaganda contra os portugueses seria extinta, visto que os portugueses eram os melhores colonos do Vale do Amazonas. O texto elevava a relação dos portugueses com a região e não só com o Pará, bem como ressaltava a índole do paraense como sendo pacífica.⁵¹⁰

As contendas entre paraenses e portugueses ganharam as páginas de um livro escrito pelo português Gomes Percheiro, que estava no Norte do Brasil a trabalho, pois exercia a função de representante de uma empresa telegráfica dos Estados Unidos; na ocasião, intitulou a obra de *Questões do Pará* (1875), que foi publicada na capital de seu país de origem. O objetivo principal do livro era apontar o estado desanimador do Pará frente às crises vividas à época, visto que não só a economia passava por problemas causados pelos embates entre estrangeiros e nacionais, mas as instituições políticas (Assembleia Legislativa e Câmara Municipal) também contribuía para o acirramento dos ânimos, especialmente pelo domínio de um partido político que era hostil aos portugueses: o Partido Conservador. Segundo ele, os nomes mais expressivos desse partido e vários outros setores da sociedade paraense, a exemplo do clero, e magistrados, e praticamente todos os nativos, possuíam hostilidades com os portugueses, setores denominados pelo autor de “tribunos” que apelidavam os portugueses por vários termos, como “bicudos” e “marinheiros”. Demonstrando o clima antilusitano na província, Percheiro, endereçava o livro do seguinte modo: “aos meus iludidos compatriotas que vêem no Brasil uma nova terra da promessa”.⁵¹¹

Fato é que o ambiente econômico da região amazônica na década de 1870, ao contrário do que poderia parecer, não era animador, visto que ocorria certa estagnação do setor produtivo e a queda de preços, a exemplo dos preços da borracha, com queda acentuada especialmente na primeira metade da citada década – dada a frequente oscilação dos preços

⁵¹⁰ Tranquilidade Pública. In: *Jornal do Pará* (Órgão oficial). Nº 55. Belém, 10 de março de 1875.

⁵¹¹ PERCHEIRO, D. A. Gomes. *Questões do Pará*. Lisboa: Lallemand Frères, 1875.

desse produto no mercado mundial. A crise era considerável a ponto de o jornal *Diário de Belém* ter escrito um editorial alertando sobre o real estado da situação, informando que a província se encontrava em crise, com diversas falências e declínio das rendas públicas.⁵¹² Apesar de o jornal *Diário de Belém* apontar, como solução para a crise, a aquisição de braços para a lavoura e a indústria, bem como a abertura de novos mercados, era reafirmado que as soluções deveriam vir de alguma atuação em nível regional no âmbito do Vale do Amazonas. A verdade é que uma parte da classe política paraense atribuía a crise também à existência da forte presença dos portugueses no setor comercial da região, pois é importante levar em conta, neste contexto, que o grupo predominante na vida comercial e no comércio da borracha no Pará era de portugueses, com bastante presença no controle das atividades exportadoras, predominância essa que perdurou por boa parte da segunda metade do século XIX. A situação permite aventar a existência de um clima propício ao sentimento regional na década de 1870 no Pará.

Ainda em relação à década de 1870 no Pará, deve-se lembrar que a crise econômica colaborou para que as autoridades políticas reativassem e demandassem, com maior empenho, a imigração e o estabelecimento da agricultura na província, pois a flutuação dos preços da borracha acarretava instabilidade econômica e somava-se ao quadro que era alardeado como problemático em relação à mão de obra, visto que as elites, desde a Cabanagem, ainda possuíam dificuldades para controlar a população pobre e nativa disponível ao trabalho, bem como a maior parcela de estrangeiros presentes na província, os portugueses, não estavam voltados para o trabalho braçal, sobretudo por estarem ligados às atividades comerciais, de modo que muitos deles eram ricos, já que pertencentes a uma elite mercantil. Agravava o cenário a baixa quantidade de escravos existentes na região amazônica, fazendo com que as elites paraenses se vissem sem alternativas locais para arremeter mão de obra.⁵¹³ Assim, imigração e agricultura eram medidas que requeriam também a montagem de estruturas auxiliares, como colônias para imigrantes, crédito para a agricultura, além do incremento da navegação a vapor e da construção de estradas de ferro.

⁵¹² Editorial. In: *Diário de Belém*. Nº 204. Ano VII. 5 de setembro de 1874, p. 1.

⁵¹³ Conforme o censo de 1872, a população considerava livre no Pará totalizava 247.779 mil pessoas, sendo acrescentada de 27.458 pessoas em condição de escravidão. Em relação aos portugueses, já contemplados no total de pessoas livres residentes na província, havia um total de 4.463 lusitanos, constituindo-se na maior presença estrangeira no Pará, seguida de outros grupos destacados como os franceses, espanhóis, norte-americanos e ingleses, respectivamente. Ver: IBGE. *Recenseamento do Brasil em 1872*: Província do Pará. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> Acesso em: 25 out. 2022.

É preciso considerar que uma situação foi o claro beneficiamento econômico e estrutural que o Império brasileiro concedeu ao Sul do país à época – uma longa discussão que pode conduzir a reflexões acerca das atuais assimetrias entre as regiões brasileiras, especialmente de um lado o Norte e o Nordeste e, de outro, o Sudeste e o Sul –; uma outra situação foi a forma como as elites políticas amazônicas canalizaram os problemas regionais para a esfera do Governo Central, pois, embora de fato as províncias dependessem da forte centralização imperial para a resolução de boa parte de suas problemáticas, o ato de direcionar as insatisfações locais e regionais para fora da região também colaborava para amenizar as tensões internas. Um exemplo é o discurso de Guilherme Francisco Cruz na condição de Vice-presidente da província paraense em 1874, ocasião em que informava o estado lamentável da agricultura na província naquele ano e que a solução passava pela imigração estrangeira, dizendo: “o Brasil precisa de braços e o norte mais do que o sul: porque a pequena corrente de imigração que temos podendo dirigir para o Império, corre, em sua quase totalidade, para as províncias do sul.”⁵¹⁴ Considerando que os regionalismos para serem constituídos precisam de um outro, o sul foi projetado como essa região-obstáculo ao norte. Guilherme Cruz finalizava elencando que os seringais eram um grande mal para a agricultura das duas ricas províncias do Pará e Amazonas, o que também revela o discurso regional na fala do presidente. O problema da mão de obra, na visão das elites amazônicas possuía solução externa.

Neste contexto, a exposição das possíveis soluções para as questões regionais revela que as elites da Amazônia buscavam contornar problemas efetivos e históricos criados também por questões e relações internas. Um exemplo disso foi a questão da mão de obra, visto que após a Cabanagem as relações de trabalho não foram mais as mesmas nessa grande área às margens do rio mar (Amazonas). Isso ressalta as dificuldades de controle sobre a população nativa e de gerenciamento de uma questão tão complexa. Provavelmente também explica esse quadro o fato de a população nativa encontrar-se envolvida em pequenas produções ou trabalhando nos seringais, o que também dificultava seu controle e ordenamento, logo as elites acionavam a necessidade de recorrer à imigração estrangeira para suprir a falta de mão de obra.

⁵¹⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Pará pelo Vice-Presidente da província, Guilherme Francisco Cruz, no dia 17 de janeiro de 1874. São Paulo: Typ. Diário do Gram-Pará, 1874, p. 14.

Um exemplo do que se menciona acima foi novamente observado em uma fala de Guilherme Francisco Cruz, desta feita na condição de deputado geral, em 1883, solicitando ao Governo Central ajuda militar e financeira para o que chamou de questão de ordem pública em defesa de pessoas, mas também das propriedades nas comarcas de Cametá e Igarapé-mirim, tendo em vista que eram ameaçados por um quilombo, que, segundo informações prestadas pelo deputado, a partir de dados do Ministério da Justiça, parecia ser constituído por mais de 600 escravos fugidos e desertores do Exército, que perturbavam a ordem na região. Guilherme Cruz informava que havia várias representações do comércio, judiciário, polícia e pela lavoura (produtores rurais) acerca do caso. O pedido do deputado paraense era para que o Governo Central criasse as condições para a extinção do quilombo. De todo modo, compreende-se que além da população dispersa, muitas pessoas estavam em quilombos, comunidades, entre outras, e não eram bem vistas pelas elites justamente em função de não estarem sobre o regime de condicionantes criados pelas elites na vida economicamente ativa da província.

Em termos de Brasil, Ângela Alonso defende a tese de que na década de 1870 emergiu um cenário de maior radicalização das contestações do *status quo* saquarema, ou seja, foi neste período que o equilíbrio relativamente estabelecido das forças políticas conservadores e liberais no Brasil foi transposto e do campo liberal surgiram linhagens de radicalização do debate político no Brasil que passaram a enfrentar o poder do grupo conservador mais poderoso do Império, notadamente os saquaremas, cujo o centro do poder provinha do Rio de Janeiro. Conforme essa autora, acontecimentos pretéritos à década de 1870 criaram as condições para uma nova fase política de contestação ao Império, abrindo assim o chamado período de crise do Império brasileiro, como as dissidências que ocorreram dentro do próprio Partido Conservador, até então o centro do poder; também as instituições do comando saquarema do Estado imperial passaram a sofrer maior pressão pelas pautas liberais: reforma eleitoral, a descentralização administrativa, o Senado temporário, reforma do judiciário e a garantia das liberdades, entre outros; a mudança do eixo econômico do país do Norte para o Sul e a conseqüente mudança dos pesos políticos regionais, entre outros.

Alonso chamou os grupos contestadores de dissidências liberais, divididos entre os liberais republicanos, que radicalizaram as propostas dos velhos liberais por reformas políticas, e os novos liberais, que enfatizavam o abolicionismo e as reformas econômicas e

sociais.⁵¹⁵ Os Liberais republicanos defendiam as reformas políticas a descentralização política e mudanças no sistema de representação política, além da criação de um partido novo contra o regime; visavam certo federalismo republicano; apesar da ambiguidade de combaterem a monarquia, se relacionam com o regime; faziam da imprensa o veículo básico de comunicação do grupo. Os novos liberais advinham das famílias políticas que haviam perdido o peso do poder político no Império, especialmente no Norte, e que possuíam formação em Direito, tendo na formação de agremiações e sociedades formas de reunião política, a exemplo de sociedades que combatiam a escravidão. Além do que, seguiam acreditando na norma parlamentar de atuação política e não chegaram a romper com a Monarquia, mas buscavam a modernização econômica e superação da escravidão, criticavam os velhos partidos políticos e até se apresentavam suprapartidários, entre outras características.

Essas questões postas acima sobre os novos grupos são importantes para situarmos os agentes políticos tratados neste texto, pelo menos algumas referências, visto que observa-se em alguns políticos amazônicos certa mescla de posturas ligadas a esses novos grupos políticos que se sentiam marginalizados durante o Segundo Reinado, contemplando, assim, o que segue escrito sobre a participação de alguns membros do Partido Liberal no processo de construção de um discurso regional amazônico e a própria invenção discursiva da região, mesmo que seja antes mesmo da década de 1870, possivelmente, os liberais paraenses já antecipassem as contestações frente a marginalização política.

Assim, conforme o cenário acima, está descrita a equação pela qual os representantes políticos dessa parte do Brasil, liberais e conservadores, canalizaram esforços para o estabelecimento de posicionamentos de um discurso regionalista, ou seja, a retórica proveniente da movimentação política de grupos influentes numa região em defesa de interesses específicos diante de outros grupos dominantes pertencentes a outras regiões ou a própria nação.⁵¹⁶ Nesse caso, o regionalismo político amazônico foi gestado para projetar os representantes da região na nação e protestar contra a marginalização política, bem como preservar a posição de classe dirigente das elites amazônicas através do direcionamento dos projetos para a região.

⁵¹⁵ ALONSO, Ângela. Op. Cit.

⁵¹⁶ CASTRO, Iná Elias de. Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional. *Confins*, v. 49, 2021, p. 7. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/35256>. Acesso em: 15 set. 2022; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35256>.

6.3 Os liberais paraenses e o regionalismo político

Ao se falar nos representantes políticos liberais, lembra-se do representante político paraense Bernardo de Souza Franco, líder político da província que adotou postura em defesa da província do Pará e da região ao considerá-las cruciais ao país. O discurso de mais liberdade para a Província e a necessidade de ser considerada pela Nação foi a tônica não só de Souza Franco, mas de outros políticos liberais, em momentos subsequentes, como o posicionamento do “afilhado” político do citado representante, o Deputado Tito Franco de Almeida, e dos deputados Domingos Antonio Raiol, José Coelho da Gama Abreu entre outros. Os liberais do Pará foram responsáveis, em parte, pela construção discursiva do regionalismo político amazônico, especialmente entre as décadas de 1860 e 1880. Tal fato não foi único em termos de Brasil, pois, no Rio Grande do Sul, os liberais também lideraram a construção do regionalismo político gaúcho, como aponta Newton Carneiro:

O discurso dos liberais rio-grandenses expõe questões que tratam da “descentralização do poder político, sobre o fortalecimento do federalismo e sobre o papel do regionalismo como uma possível terceira força na articulação do poder local versus o poder central. Nessa perspectiva o regionalismo não é uma questão abstrata, mas um estado das relações políticas dentro do Estado-Nação.⁵¹⁷

Newton Carneiro, em seu estudo *A Identidade Inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul* (2000) buscou compreender os mecanismos sócio-políticos que conduziram o Partido Liberal, naquela província, a se apresentar através de um discurso e uma prática política regionalista, procurando averiguar se esse comportamento regionalista influenciou no ganho de poder do Partido na província. O autor apresenta o argumento de que o discurso regionalista das elites gaúchas emergiu também a partir do próprio processo de formação da nação brasileira. Para Carneiro “a imposição do Rio de Janeiro como metrópole nacional, associando poder político ao poder econômico da oligarquia fluminense limitou o desenvolvimento das demais regiões, periferizando-as”.⁵¹⁸ O autor completa o raciocínio elencando que a consolidação do poder político do Rio de Janeiro foi acompanhada pelo rearranjo das elites pernambucanas e baianas que continuam a compor os quadros do poder nacional, todavia, sob a direção dos “barões do Vale do Paraíba” e que, nessas três províncias,

⁵¹⁷ CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio grande do Sul*. Porto Alegre, Edipucrs:2000, p. 18.

⁵¹⁸ *Ibidem*, p. 33.

a elite política conservadora matinha força política, assim possuindo identificação com o centralismo político do Império.

O debate posto acima já foi referenciado neste trabalho, mas merece ser lembrado novamente a partir do que o autor acima citado expõe, ele considera que a orientação econômica agroexportadora, por parte do Estado Nacional, aumentou ainda mais a distância e a periferização das demais províncias do país, como se pode ver no caso do Rio Grande do Sul com o comércio de carnes e o norte amazônico com a borracha, essa última embora exportada, não conseguia atingir o patamar dos produtos agrícolas, nem possuía a atenção da área econômica do Governo Central, em termos de investimentos.

No Pará existia uma insatisfação direta com a falta de atenção do Governo Central com a província, como já frisado em várias passagens desse texto, existindo um sentimento de marginalização política reinante nas elites amazônicas. Em uma Carta enviada pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira ao Barão de Cotegipe, em 8 de dezembro de 1869, ocasião em que o primeiro exercia o cargo de Presidente da província paraense, tratava sobre sua posse, mencionava a sua chegada, citava que havia divergências no grupo que apoiava seu governo. Em determinado momento da carta, o Conselheiro expõe que “tenho conhecido que os paraenses muito queixosos do Governo, porque os esquece, são contraditórios e gritam quando se lhes afigura que com as obras e melhoramentos empreendidos vai haver déficit”.⁵¹⁹ João Alfredo Correia de Oliveira ainda fez inferência ao comportamento dos paraenses, dizia que “as más línguas da terra dizem que eles querem dinheiro em caixa para poderem ir aplicando de um certo modo, que entendeu...Os amigos e compadres repartem-no entre si”.⁵²⁰

Na condição de membro do Partido Conservador e influente no governo imperial na Província, João Correia trazia elementos para justificar a ofensiva da classe política paraense, especialmente os liberais que, no campo político, especialmente no jogo parlamentar em nível nacional, fundamentaram o regionalismo político amazônico levando, inclusive, a uma nova conceituação da região.

No cenário amazônico, o deputado liberal Tito Franco de Almeida (1829-1899) possuiu um papel destacado na construção do regionalismo político amazônico. Franco de Almeida era natural de Mojú, no Pará, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda, em 1850, formação que rendeu a atuação como advogado em Belém. Logo em

⁵¹⁹ Carta enviada por João Alfredo Correia de Oliveira ao Barão de Cotegipe. In: *ATTENA. Repositório Digital da UFPE*. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13740> Acesso em 17 set. 2021.

⁵²⁰ Idem.

seguida, tornou-se professor de Filosofia no Liceu Paraense. Desempenhou a atividade de jornalista na Amazônia através de atuação nos seguintes jornais: *Gram-Pará; Diário do Gram-Pará; jornal do Amazonas, Diário do Comércio e Liberal do Pará*. Foi eleito Deputado provincial em 1852, com novos mandatos nos anos seguintes, posteriormente com a ida do então Deputado Geral Bernardo de Souza Franco para o Senado, Franco de Almeida ascendeu no campo liberal paraense sendo eleito Deputado Geral pelo distrito da capital para as legislaturas iniciadas em 1856, 1864 e 1878. Escreveu vários trabalhos⁵²¹, sendo alguns dos mais conhecidos os seguintes: *Apontamentos sobre a criação de gado na ilha do Marajó* (1857), *O Conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea* (1867) e *Monarquia e Monarquistas* (1895).

O deputado Franco de Almeida herdou certo cacife político do seu iniciador na vida política, o Conselheiro e Senador Bernardo de Sousa Franco. A posição de herdeiro político de Sousa Franco, articulação política no Distrito eleitoral de Belém e uma boa retórica parlamentar, fizeram de Tito Franco de Almeida um dos políticos liberais mais conhecidos do Norte do país na segunda metade do século XIX.⁵²² Da área amazônica, podemos considerar que Franco de Almeida foi um dos membros da elite política com ascensão e participação no debate de temas nacionais e até na estrutura do Estado brasileiro, haja vista que, além dos cargos de representação política, ele ocupou cargos como membro do ministério da Fazenda comandado por Sousa Franco, ministro da Fazenda, no final da década de 1850, além de ter ocupado o cargo de Diretor Geral da Secretaria de Justiça e Diretor do Diário oficial entre 1864 e 1865.

Apesar dos cargos, Tito Franco não circulou pelo Império como seus conterrâneos Bernardo de Sousa Franco, Domingos Antonio Raiol e Ambrósio Leitão da Cunha. Tito Franco era considerado um exaltado pelo Imperador,⁵²³ ao passo que os demais citados eram bem vistos na Corte, os três constituindo uma pequena parcela diante das elites brasileiras a

⁵²¹ Obras Publicadas: A questão das carnes verdes ou apontamentos sobre a criação do gado na Ilha de Marajó, Pará, 1856; Orçamento do Império: discurso proferido na Câmara dos Deputados na sessão de 20 de julho de 1858, Rio de Janeiro, 1858; Apreciação das questões entre o bacharel Manoel Moreira Guerra, juiz municipal e de órfãos da Vila do Brejo, e o tabelião Leonardo José de Lima, São Luís, 1855; O conselheiro Francisco José Furtado, biografia e estudo da história política contemporânea, Rio de Janeiro, 1867; O Brasil e a Inglaterra ou o tráfico dos africanos, Rio de Janeiro, 1868; Separação da igreja do Estado: memória apresentada ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, Rio de Janeiro, 1873; A Igreja no Estado político-religioso, Rio de Janeiro, 1874; A grande política: balanço do Império no reinado atual, liberais e conservadores, estudo político-financeiro, Rio de Janeiro, 1877; entre outros.

⁵²² Além de Franco de Almeida, citamos outros liberais como José Coelho da Gama Abreu (Barão do Marajó), o próprio Domingos Raiol, já citado, o Deputado pelo Amazonas Antônio José Moreira, foram nomes mais destacados dos liberais a comporem a elite política amazônica.

⁵²³ C.f. LYRA, Augusto Tavares. Autobiografia de Tito Franco de Almeida. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 177, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

compor a burocracia do Império que circulava pelas províncias ocupando cargos designados pelo Império.

A atuação parlamentar de Tito Franco de Almeida teve duas grandes características, sendo a primeira a salvaguarda dos princípios liberais e a segunda a defesa dos interesses da região sob a liderança do Pará. Adiantando a cronologia das fontes em nome de exemplificar a defesa dos princípios liberais, demonstra-se a seguir aspectos da fala de Franco de Almeida no Parlamento Brasileiro, em 05 de junho de 1860, ocasião em que o deputado paraense discutia, na Câmara dos Deputados, a situação política do Gabinete que comandava o Governo Central à época, no caso o Gabinete conservador chefiado por Ângelo Moniz da Silva Ferraz, o Barão de Uruguaiana. Franco de Almeida iniciava seu pronunciamento esclarecendo que sua fala era uma resposta não à Fala do Trono⁵²⁴, mas ao discurso do Gabinete, até então no poder. Com essa explicação, ficava evidente o cuidado de Franco de Almeida, um defensor da monarquia, com o direcionamento das críticas que viriam.

Assim, ainda nos encaminhamentos finais de sua fala, Franco de Almeida, pedia licença ao Presidente da Câmara para expor “tudo quanto penso e quanto quero”, esboçando seus princípios liberais que, na visão dele, deveriam ser os princípios do Governo, deixando clara a sua defesa pelos seguintes preceitos: respeito à Constituição do Estado; reformas judiciária e hipotecária; descentralização política, com maior autonomia para as instituições municipais; liberdade de crédito, descentralização bancária e ao mesmo tempo garantias ao funcionamento das instituições bancárias; liberdade para a indústria; completa liberdade do comércio e da cabotagem e, por extensão, liberdade para o comércio e navegação do rio Amazonas; liberdade de voto.⁵²⁵

Franco de Almeida apresentava características mescladas dos novos grupos liberais que surgiram na década de 1870, conforme mencionado anteriormente pela autora Angela Alonso. Ao mesmo tempo, ele defendia a descentralização política e reformas políticas, como a questão do voto, que eram preceitos dos liberais republicanos. No entanto, Almeida permaneceu fiel ao regime monárquico e era um monarquista convicto. Além disso, ele combinava os princípios da intelectualidade e da política, tendo formação em Direito. Ele se aproximava do movimento abolicionista, chegando a ser presidente de uma sociedade abolicionista chamada Club Amazônia, no Pará. Almeida possuía um perfil conciliador e

⁵²⁴ Referência à cerimônia que o Imperador do Brasil realizava, oportunidade em que proferia um discurso anual ou por ocasião de abertura de nova legislatura, no Parlamento brasileiro, esboçando a agenda governamental para aquele período.

⁵²⁵ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 05 de junho de 1860, p. 113. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 03 maio 2022.

acreditava nas reformas do Estado brasileiro por meio da Monarquia, compartilhando assim posturas semelhantes aos dos novos liberais. No entanto, ele não era suprapartidário e não se limitava apenas à imprensa como seu único meio de comunicação e prática política. Portanto, observa-se que esse político paraense, apesar de ser um dos antigos liberais, incorporou ao longo de sua trajetória os pressupostos dos novos grupos liberais dissidentes do regime, que se sentiam marginalizados politicamente.

A pauta de entrada de Franco de Almeida no que diz respeito ao Pará foi a ampliação da representação política da província no Parlamento Brasileiro, sendo um dos autores do artigo incorporado ao projeto de reforma eleitoral de 1860 que previa o aumento do número de deputados paraenses na Câmara dos Deputados, passando de três para cinco parlamentares. Outra pauta alavancada por Franco de Almeida, como já citado, foi a navegação e a abertura do rio Amazonas ao comércio internacional, sendo que, em 20 de agosto de 1860, ele discutia na Câmara Geral um projeto que previa a possibilidade de instalação de uma companhia de navegação americana que ligaria os Estados Unidos ao Pará, na ocasião, rerepresentava o tema do abandono da região e dizia que no Brasil pouco se falava da área às margens do Amazonas, o que dificultava a produção de informações sobre essa região:

É assim que na Europa ou Na América do Norte não se pode fallar no grande Valle do Amazonas, pelas ideias que tem dele todo o mundo, ainda pouco ilustrado, que não se declarem extasiados perante uma tal maravilha; entre nós porém falla-se no Grande Valle do Amazonas, e infelizmente raros são aquelles que comprehendem o que isso quer dizer.⁵²⁶

A fala do Deputado paraense revela um dispositivo importante para a construção do conceito e para a invenção da Amazônia, ou seja, a ideia de que essa parte do Brasil era pouco conhecida dentro e fora do país, aspecto que esteve no cerne das preocupações das elites amazônicas no que diz respeito à produção de atos de propaganda que pudessem conceder visibilidade e conseqüentemente atrair, para a região amazônica, investimentos e o tão propalado desenvolvimento que era aventado à época pelos representantes políticos. Por isso, dizia Franco de Almeida que “[...] é lamentável que a respeito de algumas cousas do Brasil os estrangeiros pareçam mais adiantados do que nós mesmos”. Aparecia neste ponto a crítica à falta de informações e conhecimentos que fossem produzidos pelas autoridades brasileiras para divulgar o país. Ainda em seu discurso, Franco de Almeida voltada a repetir a estratégia

⁵²⁶ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 20 de agosto de 1860, p. 214. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2021.

retórica das elites políticas amazônicas ao dizer que a questão tratada ligava-se não só “[...] diretamente ao futuro do grande Valle do Amazonas, ligava-se também ao progresso e civilização de todo o país”.⁵²⁷ Deve-se considerar que essa estratégia visava também desconstruir a histórica distância criada entre o Vale e o Brasil.⁵²⁸

Neste mesmo debate, na Câmara dos Deputados, Franco de Almeida tratava do esquecimento do Império para com o Vale do Amazonas, tema central do regionalismo político nessa área, dizia ele: “não acredito que o Amazonas tenha sido esquecido senão por ingnorancia, repito, por ingnorancia, por que para fazer justiça aos homens públicos do meu paíz, é preciso dizer que elles ignorão o que é o Valle do Amazonas”.⁵²⁹ Embora longo, mas necessário, o trecho a seguir da fala de Franco de Almeida esclarece substancialmente o que se vem discutindo até aqui:

O meio de ligar os povos do Amazonas ao Governo Central, de conservar a integridade do Império, como eu desejo, e para eu farei constantes votos e trabalharei toda a minha vida, é necessário que se cuide daquelas regiões, é necessário que se aprecie convenientemente aquelas riquezas, que não se podem, sem grande perigo, conservar fechadas como em uma burra.

A civilização atual nos ensina que argumentando-se o comércio, ligando-se todos os esforços é que se creão afeições, é que se criar amor ao solo, e é que se pode respeitar, amar e proteger o governo do país.

Entendo que o Amazonas há de concorrer um dia para firmeza e integridade do Império, mas se continuar a política de esquecimento, que eu hoje atribuo à ignorância do que é e do que valem aquelas regiões, por certo não será esse o meio de conserva-las.

O tema do esquecimento do Vale foi pauta da maioria dos discursos regionalistas dos representantes políticos amazônicos na segunda metade do século XIX, o qual era contrastado pelo argumento das riquezas presentes naquela área. Outro tema foi o da integridade do Império pautado por Franco de Almeida, pois os homens de públicos, especialmente de integrantes da classe política conheciam de perto a demanda do Império brasileiro para construir e fortalecer a ideia de nação. O parlamentar paraense continuou sua fala dizendo que:

O Amazonas vai conhecendo as suas próprias forças; nós já sabemos o que temos em nossas mãos; e por certo que, se nos convenceremos de que a civilização ali há de ser manietada pelos altos poderes do Estado, o desgosto aparecerá, os laços da união romperão, e o Amazonas que é tão grande, vale bem a pena de ser possuído e conservado por um governo que o aprecie, e desenvolva suas imensas riquezas.

⁵²⁷ Idem.

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ Idem.

Deus nos livre, porém que ele deixe de ser brasileiro. Nasci, e desejo trabalhar para que a união se sustente, mas ela não se pode sustentar com esquecimento, com inteiro desprezo dos verdadeiros interesses de um Valle que não só pertence ao Brasil, como a muitas outras nações diferentes.⁵³⁰

É importante perceber o trato do Vale a partir do termo “regiões” e não províncias, por exemplo, o que já denota a postura do parlamentar, visto que ao término do seu discurso, Franco de Almeida enfatizava que falava em nome do futuro do grande “Valle do Amazonas” e que cumpria o dever de ser um representante desse mesmo Vale, ou seja, mais uma vez reaparece o interesse de parte da bancada parlamentar paraense de transfixar a representação política provincial para o âmbito regional.⁵³¹

A histórica distância entre a região amazônica, o Governo Central e os demais poderes do Império criaram as condições para que os agentes políticos dessa parte do Brasil produzissem um discurso político regional de superação das condições afetas às relações vividas com a Nação, sobretudo por verem, no esquecimento dessa região, um dos motivos centrais do atraso perante a civilização ocidental. Logo, quanto mais estivesse dividido esse território pior seria para o fortalecimento político, assim, emergiu a perspectiva de fortalecimento da área mediante uma postura regional, desta feita não mais o Grão-Pará, pois embora reunisse novamente o Pará e o Amazonas, antigo Rio Negro, tratava-se de construir um discurso regional, uma identidade política a partir da compressão regional, ou seja, para além dos limites, da natureza e da administração da área, buscava-se produzir uma percepção de homogeneidade, de comunhão nessa porção do país, o que denota o acionamento da ideia de região em detrimento da concepção de território, visto a necessidade visibilidade suficiente para que, na mesa de negociações nacionais, o Vale pudesse figurar como região a ser considerada.

Essa nova percepção passava pela incorporação e operacionalização de novas formas de nomeação, a exemplo de Vale do Amazonas que se tornou uma nomenclatura, como já dito, de transição, haja vista que o principal nome e conceito regional passou a ser Amazônia. Os termos Vale do Amazonas e região amazônica, entre as décadas de 1850 e 1870, eram empregados com certa flutuação, ou seja, existia certa indefinição inicial com relação ao uso dos termos, como, por exemplo, pode ser percebido em um texto anônimo publicado em 1876 no jornal *Diário de Belém*, que reclamava a necessidade de mão de obra através da imigração de estrangeiros. No texto, quando se referiu à suposta tese na impossibilidade da vinda de

⁵³⁰ Ibidem, p. 215.

⁵³¹ Ibidem, p. 17.

imigrantes para a região, por sua vez a denominou de “Vale do Pará”. Logo adiante, ao citar as tentativas de colonização nessa área a partir de uma empresa de navegação, citou os resultados negativos para os interesses da “região amazônica”.⁵³²

Outro ponto importante do discurso regional amazônico, no âmbito político, e que consta largamente na fala de Franco de Almeida, foi a ameaça separatista, sobretudo a possibilidade de o Vale se separar do Brasil e até passar integrar outra nação nas Américas. É significativo perceber o contexto histórico vivido à época nas Américas, pois o século XIX foi o século em que se formaram as nações latino-americanas, cada qual precisou, inclusive, forjar um nome, criar um conceito para se formar politicamente, especialmente na primeira metade deste século, a exemplo da Bolívia e do Chile.⁵³³ Logo, a formação das nações e das identidades era algo muito premente naquele momento, e as classes políticas e letradas do Norte do Brasil com certeza conheciam esses movimentos, como é possível entrever na fala de Franco de Almeida ao citar o pertencimento do Vale do Amazonas a outras nações diferentes.

É imperioso não lembrar, nesse ponto da discussão, da própria constituição regional da América Latina, pois, conforme Arturo Adão, essa formação regional emergiu na década de 1850 como uma reação intelectual e política à expansão imperialista dos Estados Unidos sobre as demais áreas da América, cujo fundamento foi a profunda consciência hispano-americana em preservar no continente a independência da “raça latina” em razão da expansão da “raça saxônica”. Ainda, segundo o autor acima mencionado, frente a uma América saxônica, houve a extrema necessidade de se construir uma imagem unificante e exaltadora da própria América, desta feita, Latina. Mas, a exemplo da região amazônica, antes da consolidação do nome América Latina, coexistiram outros nomes como América espanhola e América do Sul.⁵³⁴ Embora o discurso dos políticos liberais do Pará tivesse se associado à ideia de progresso pregado pelo expansionismo norte americano, inclusive com a recepção e circulação do nome Vale do Amazonas, de certa maneira esse mesmo expansionismo foi responsável por produzir uma reação das autoridades brasileiras em face das investidas dos Estados Unidos, provocando assim certa visibilidade sobre essa parte do Brasil.

A nomenclatura “Valle do Amazonas” na década de 1860 passou a fazer parte do vocabulário dos representantes políticos dessa área, como já aludimos em outro ponto do

⁵³² Transcrição: emigração e colonização. *Diário de Notícias*. Belém, 30 de março de 1876, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 22 de setembro de 1876

⁵³³ CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS Aimer. *Criar a Nação: história dos nomes dos países da América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2017.

⁵³⁴ ARDÃO, Arturo. *Op. Cit.*

texto, de modo que Franco de Almeida foi um dos principais responsáveis por alavancar um discurso político em nome da grande área banhada pelo rio Amazonas, dispensando falar apenas pela sua província. Para o Deputado, pouco se conhecia sobre o novo nome dessa área, o que revela que esse era um momento propício à transição de nomes. Essa postura importa para a discussão em tela, haja vista que localizamos, nesse ponto, uma das nascentes do discurso regional amazônico e do processo de invenção do recorte regional, pois o fim da grande província do Pará ou do Grão-Pará que englobava o Pará e a Comarca do Rio Negro, sobretudo mediante a criação da província do Amazonas, em 1850, permitiu às elites, ou seja, aos grupos que ocupavam o topo de estruturas de autoridade e de distribuição de recursos⁵³⁵ – especialmente no âmbito político – trabalharem para formar uma postura regional a partir do conceito de Vale do Amazonas e posteriormente da Amazônia. Fala-se assim de nomenclaturas de transição, com predominância de Vale do Amazonas.⁵³⁶

Com o tom de crítica à Corte no Rio de Janeiro, Franco de Almeida, quando discutia na Câmara Geral sobre o projeto de criação de um novo Ministério na estrutura do Governo Central, em 1859, ressaltava a postura liberal em defesa das províncias e regiões, dizia que:

S. Ex. entende que nós, deputados das províncias, e principalmente das províncias mais longínquas, como a do Pará e do Amazonas, devemos ficar fascinados pelo brilho da Corte, centro donde há de partir a pobreza e a miséria, consequências inevitáveis desse luxo que não tem base, e que ameaça todas as fortunas e famílias.⁵³⁷

O deputado paraense reforçava a crítica, que perdurou por todo o Segundo Reinado no Norte do Brasil, cuja a ideia fundada no fato de que a Corte concentrava e usurpava toda a riqueza das províncias e regiões distantes, inclusive o contingente de homens livres e pobres que constituíam mão de obra e que possivelmente poderiam ser recrutados para a força policial da província. Essa questão perpassava as elites políticas representantes do Pará e Amazonas desde à década de 1840, como já apontado em capítulo anterior. O tema do

⁵³⁵ HEINZ, Flávio M. (org.). 2006. Op. Cit., 2006.

⁵³⁶ Cabe esclarecer que alguns setores políticos paraenses apoiaram a criação da província do Amazonas muito em função do estado precário das riquezas extraídas daquela província pelo Pará, bem como pelas despesas com a administração em função da distância. Como bem lembrou Nícia Vilela, desde o final da década de 1820 que a região do Rio Negro, uma das mais prósperas do Pará “estava reduzida a nada pela dispersão dos índios pela abolição das diretorias”. Para autora, a crise era atribuída ao declínio ao abandono das missões e a extinção do Diretório dos Índios. Ver: LUZ, VILELA, Nícia. *A Amazônia para os negros americanos: As origens de uma controvérsia internacional*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro. Editora Saga, 1968.

⁵³⁷ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão de 28 de maio de 1859, p. 113. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/35059> Acesso em: 30 ago. 2021

recrutamento foi um dos problemas mais recorrentes entre as forças políticas regionais e o Governo Central, pois, em um país cuja massa de escravos não era recrutável, sobravam os citados homens livres que resistiam ao abandono de suas pequenas lavouras ou ainda a resistência partia dos proprietários de terras a quem esses homens estavam ligados.⁵³⁸

Além disso, nesse cenário, o Governo Central via como indispensável a manutenção de uma política de recrutamento constante junto às províncias, visto que esses homens na condição de recrutáveis eram disputados pelos fazendeiros, pelos governos provinciais e ainda resistiam a abandonar sua vida familiar. Tãmanha a questão em tela, várias discussões sobre reformas no recrutamento foram realizadas no Parlamento Brasileiro, pois, conforme Hendrik Kraay, em 1834 foi apresentado um projeto de reforma que não alterou as instruções herdadas desde 1822, somente na lei do sorteio de 1874, aprovada no embalo de reformas depois da Guerra do Paraguai, trouxe algo de novo na discussão: dar fim ao recrutamento forçado, optando pelo recrutamento voluntário.⁵³⁹ A referida lei também fracassou em efetividade, sobretudo pelas pressões locais, especialmente as de proprietários rurais.⁵⁴⁰

Colocado como problema de grande envergadura no cenário imperial, o recrutamento acabava por ser discutido e deliberado também no Parlamento brasileiro, espaço onde eram debatidas as tensões e realizadas as negociações entre as elites regionais e o Governo Central.⁵⁴¹ Em 5 de julho de 1859, Franco de Almeida proferia discurso na Câmara dos Deputados acerca da organização do Exército e do problema do recrutamento para as forças nacionais, haja vista que o principal problema era definir o número de recrutas que caberia a cada província exigir. Logo, o espaço de negociação dessa tensão era o Parlamento, pois, através do jogo parlamentar – o exercício da política no Parlamento como lugar institucional e formal da mediação de conflitos e interesses por parte dos agentes políticos – os deputados

⁵³⁸ Segundo Hendrik Kraay, eram sujeitos ao recrutamento forçado todos os homens brancos solteiros e pardos livres de 18 a 35 anos. Homens nesta faixa etária, empregados em atividades econômicas julgadas úteis, recebiam isenção: feitores; tropeiros; artesões; cocheiros; marinheiros; pescadores; um filho de cada lavrador; certo número de empregados em cada estabelecimento comercial e estudantes. Também eram isentos homens casados, o irmão maior responsável por órfãos menores e um filho que sustentasse cada viúva. Ver: KRAAY, H. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. *Diálogos*, v. 3, n. 1, p. 113 - 151, 9 jun. 2017. Disponível em: Recuperado de <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37540> Acesso em 15 de setembro de 2022.

⁵³⁹ “Caso fosse insuficiente o número de voluntários, o primeiro sorteio paroquial escolheria entre os cidadãos de 19 a 30 anos os que serviriam por um tempo de seis anos; loterias subsequentes seriam um rito de passagem para todos os homens de 19 anos.” In: Kraay, H. Op. Cit. 2017.

⁵⁴⁰ Para saber acerca do debate e fracassos das reformas do recrutamento forçado no Brasil oitocentista, ver Kraay, H. Op. Cit. 2017.

⁵⁴¹ DOLHNIKOFF, Miriam. Conflito e negociação. In: Op Cit. 2005.

paraenses, como já foi citado antes, recorreram à Câmara dos Deputados para amenizar os efeitos do recrutamento nacional.⁵⁴²

No que se refere ao Pará e à província do Amazonas, o deputado paraense Franco de Almeida tinha como objetivo reduzir o recrutamento de homens na região. Para isso, ele apresentava argumentos que demonstravam as dificuldades enfrentadas nessa parte do país em relação à disponibilidade de homens para o trabalho e para a defesa do território. Franco de Almeida enfatizava que o Pará necessitava manter seus homens, tendo em vista os seguintes pontos: A participação em uma guerra custosa em termos de perda de vidas, na qual conquistaram Cayena; A experiência de uma guerra civil na década de trinta, a Cabanagem, que resultou em escassez de recursos; A contribuição significativa dos índios no recrutamento para a Marinha e o Exército, devido ao seu grande número na região; A espera por recursos para a colonização, pois havia relatos sobre o clima desfavorável no Pará; A ocorrência de fugas de índios que poderiam compor a força de trabalho disponível; A necessidade de homens na província devido à sua condição de área de fronteira e militarizada. Os prejuízos causados à população regional pelas grandes enchentes e transbordamentos do rio Amazonas.

Franco de Almeida apresentava esses argumentos para justificar a importância de preservar a presença dos homens do Pará e evitar seu recrutamento para outras atividades. Com base nessas alegações realizadas, Franco de Almeida pedia, noutros termos, que, se não fosse possível isentar o Pará do recrutamento, pelo menos que fosse reduzido o número de homens a serem recrutados: “a não poder o Pará ser isento do recrutamento, ao menos se diminua o número de recrutas [...]”.

O deputado paraense, neste mesmo discurso com o tema do recrutamento de homens para as forças armadas no Pará, continuava a reclamar do abandono que essa área sofria, por parte do Governo Central, evidenciando que era uma província que não necessitava mendigar favores e sim ser atendida à altura como contrapartida pela sua riqueza e contribuição com o Império brasileiro, ressaltando que “ a Província do Pará tem caído em um desanimo, em uma descrença, que chama toda a atenção do governo, porque parece que a distância que está do Governo Central é tamanha que os benefícios são sempre esperados debalde.”⁵⁴³ Para o deputado paraense, Franco de Almeida:

⁵⁴² Idem.

⁵⁴³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão de 28 de maio de 1859 (Apêndice), p. 44. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/35063>. Acesso em: 30 ago. 2021.

A Província do Pará tem o direito de esperar que os poderes do Estado satisfaçam as suas necessidades, porque dá mais do que recebe, porque encerra em seu seio riquezas que no futuro, e já no presente, se não fosse o abandono em que constantemente tem se achado, há de produzir muito mais a favor do governo do que essas migalhas que peço, e que não lhe deve recusar.⁵⁴⁴

Neste mesmo discurso, observa-se que Franco de Almeida falava em nome do Pará e do Amazonas, denotando assim uma postura regional em seu discurso, o que permite também observar claramente como a invenção de um novo *status* regional ocorria frente às tensões e negociações com o Império brasileiro, tomado nesse estudo não só em relação ao Governo Central, mas a própria relação com outros entes da nação, logo a invenção da região amazônica ocorria nesse processo, pois, ainda na mesma ocasião do debate sobre o recrutamento, em 5 de julho de 1859, Franco de Almeida reverberou o que se aventa até aqui: o deputado paraense exprimia o interesse em tratar de uma área mais ampla do que apenas a província paraense, em resumo, estabelecia os argumentos iniciais do discurso regional:

É verdade que só tenho falado no Pará; mas quando o faço entenda-se que me e refiro ao Pará e Amazonas; como formando um todo; pois, peço licença ao nobre deputado pelo Amazonas para dizê-lo, ainda não me acostumei a considerar a província do Amazonas separada do Pará, porque seus interesses nos estão tão ligados, suas necessidades são as mesmas, de sorte que o Pará e o Amazonas constituem em quase todos os pontos uma só província.⁵⁴⁵

Ao término do discurso, Franco de Almeida voltada a pedir licença a um deputado pelo Amazonas, Francisco Serra Carneiro, para dizer que falava em nome do Pará e do Amazonas, pois “[...] para mim está averiguado que a província do Pará e a província do Amazonas tem os mesmos interesses, as mesmas necessidades, e portanto os mesmo direitos”.⁵⁴⁶ Em resposta, o deputado amazonense disse: “são idênticos os sentimentos e os interesses de uma e de outra província”.⁵⁴⁷ Essa vontade de integração nem sempre foi o pensamento dos representantes do Amazonas, pois, com a emancipação à condição de província, os amazonenses também queriam se livrar do aspecto colonial mantido com o Pará, especialmente pela histórica dependência que tiveram em relação à importação e exportação de gêneros.

A tônica do abandono da província e região continuou nos discursos do deputado paraense, desta feita, na sessão de 28 de julho de 1860, Franco de Almeida associava a essa

⁵⁴⁴ Idem.

⁵⁴⁵ Idem.

⁵⁴⁶ Ibidem, p. 44.

⁵⁴⁷ Idem.

pauta a busca pela centralidade do Pará no setor comercial e marítimo da área entre o Maranhão e o Amazonas, alavancando mais uma vez a pretensa capitalidade de Belém perante essa parte do Brasil, desta feita propôs “[...] que é no Pará, como a chave do Amazonas, é que deve estar o centro da estação naval, e não no Maranhão, aonde não concorrem razões que se assemelhem a esta.”⁵⁴⁸ Além de postular a ideia de o Pará como chave do Amazonas, Franco de Almeida passou a elencar os motivos pelos quais a estação naval deveria ser deslocada para Belém, citando argumentos fundantes para o regionalismo político paraense e, conseqüentemente, para a invenção da Região amazônica. O principal argumento diz respeito a geografia da área, ressaltando ser o Pará mais fronteiro com a Guiana Francesa e que a estação naval na nova sede ficaria eminentemente mais próxima e atuante no maior rio do Norte do país: o rio Amazonas, que segundo esse parlamentar, deveria ser contemplado com uma estação naval, pois se o Império concedeu uma estação naval para a região das águas do rio da Prata no Sul do Brasil, logo a estação do Norte deveria contemplar o Amazonas. Neste ponto, o deputado reativava a antiga teoria geográfica sobre o Brasil de que os dois rios citados serviam como balizas naturais ao país, demarcando os limites ao norte e ao sul.

Para o deputado paraense, diferentemente da região do rio da Prata que possuía vizinhos mais “fracos”, nas fronteiras do Amazonas existiam vizinhos perigosos, como a França e a Inglaterra. Para ele, a França não estava interessada nas terras alagadiças do Cabo Norte, mas sim no domínio da navegação do Amazonas, e por isso:

[...] Cria a Câmara, que é necessário volver para o Amazonas as vistas do Governo Imperial, é necessário que com o tempo vamos tratando dos nossos verdadeiros interesses naquella região, que vamos tomando medidas que no futuro produzão effeito e garantão ao Império a posse do Amazonas.⁵⁴⁹

O deputado paraense, em discurso à Câmara dos deputados, tocava em um ponto importante que fez parte do processo de invenção da região amazônica, a saber: a questão da delimitação territorial a partir da fronteira norte com a França. Além da questão nacional que foi trazida como argumento para despertar a atenção das autoridades imperiais para o assunto, o tema da fronteira do Pará com a Guiana Francesa à época, para os paraenses, transparece ter sido muito mais uma questão regional, pois estava em jogo a integridade territorial da região,

⁵⁴⁸ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão de 28 de julho de 1860, p. 309. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28839/discover>. Acesso em: 02 fev. 2022.

⁵⁴⁹ *Ibidem*, p. 310.

pois, mesmo afirmando que a cobiça da França se centrava na navegação do rio Amazonas, o deputado paraense admitia, no mesmo pronunciamento, que a França possuía o interesse em confiscar as terras da chamada “ponta do Taipú” que significaria o domínio da ilha do Marajó e o rio Pará. Franco de Almeida, que já havia estudado a criação de gado na ilha do Marajó e conhecia a importância dessa área para o abastecimento de carne para toda a região, colocava em palavras o perigo dos vizinhos franceses.⁵⁵⁰

Além do que, Franco de Almeida, no discurso perante o Ministro da Marinha, já aludia à delimitação espacial de região em relação à bacia do rio Amazonas de modo que cabe – sobre esse tema da região, nos discursos desse deputado – assinalar que desde meados da década de 1850 ele começou a falar em região do Amazonas ou Amazonas, bem como a tratar de aspectos comuns ao Pará e Amazonas, pois, segundo ele, ainda não havia se acostumado a tratá-las como províncias separadas, e ainda muito incipientemente mencionava o nome Vale do Amazonas, passando a utilizar essa última nomenclatura de forma mais enfática na década de 1860, dada a circulação do termo – especialmente entre os homens públicos e políticos liberais – ter sido recepcionada nos debates sobre as pretensões norte americanas no Amazonas.

Além do mais, em 1860, Franco de Almeida, parecia buscar um nome para a região, bem como é notória a evolução do discurso político das demandas provinciais para as regionais, como já discutimos em outra parte do texto, por isso, o deputado seguiu argumentando ao Ministro da Marinha, presente à sessão da Câmara, que “chamo a atenção de S. Ex. para as necessidades do Amazonas, para a importância que aquela região merece, para torna-la um ponto forte, desenvolver a sua riqueza, desenvolver todos os meios a sua disposição [...]”. Foi essa demanda por desenvolvimento que contribuiu diretamente para a invenção da região amazônica ou Amazônia, pois a busca construir um *status* regional, por parte dos representantes políticos, passava por renomear a região, uma estratégia para conceder visibilidade e importância a uma região que era tido como esquecido pelo Governo imperial, e por isso, não haviam sido implementadas as condições para a sua ocupação, desenvolvimento da agricultura e da indústria, bem como da sua infraestrutura.

A vontade de manutenção do aspecto regional, por parte de Tito Franco, também fornece indícios do processo inicial da invenção da região e, por conseguinte, do regionalismo político amazônico, que teve a nomenclatura Vale do Amazonas como transitória, um estágio antes da consolidação do nome Amazônia, algo de extrema importância para o processo de

⁵⁵⁰ Idem.

constituição de uma nova dimensão regional nessa área do Brasil e da América, em substituição ao Grão-Pará. Essa perspectiva do nome, para Anssi Paasi, se traduz no estágio da institucionalização regional concernente à simbologia, pois:

Enfatizei anteriormente o significado de nomear como o processo que possibilita o uso de regiões em discursos políticos, acadêmicos ou cotidianos (PAASI, 1996). As elites políticas em todos os lugares colocaram rótulos em 'paisagens' concretas e simbólicas para dividir e controlar o espaço e as pessoas. Rótulos espaciais também são cruciais para significar territorialidade (PAASI, 2001, p.17).⁵⁵¹

É possível notar, na década de 1860, certos indícios de que os deputados liberais do Amazonas e do Pará formavam uma bancada liberal do Vale do Amazonas, pois mesmo com diferenças internas, especialmente a queixa dos amazonenses em relação à dependência do porto de Belém do Pará, no que tange ao discurso da livre navegação e outros temas, aparecia certa sintonia. Uma discussão na Câmara dos Deputados, na sessão de 18 de julho de 1866, conforme já foi citado nesse trabalho, demonstra essa situação, ocasião em que o deputado liberal Domingos Antonio Raiol reclamava e pedia providências à Câmara em relação ao que chamou de um arbítrio cometido pelo Ministro da Agricultura, falava assim que o referido Ministro teria violado a Lei de 28 de junho de 1865 que autorizava o Governo a custear uma companhia de navegação norte americana que faria a ligação dos Estados Unidos com os portos do Belém, Recife, Bahia e Rio de Janeiro. Além de Raiol, se manifestaram de maneira expressiva os deputados liberais Tito Franco (Pará) e José Moreira (Amazonas), com participação modesta do deputado conservador paraense Ambrósio Leitão da Cunha.

É necessário perceber que o projeto de uma companhia de navegação norte americana com passagens pelos principais portos do país naquele momento também revela o jogo regional, veja-se que as viagens contemplariam o porto do Rio de Janeiro (Sul), da Bahia e Pernambuco (Norte agrário) e Belém (Vale do Amazonas ou Região amazônica), com isso, a retirada de viagens justamente do porto de Belém ecoou para a elite comercial e política dessa parte do país como um desamparo que se somava a outros, logo, foi se construindo nessa área um sentimento de que era preciso reverter o lugar do Vale no cenário nacional, buscando maior importância junto à Nação; por outro lado, o descrédito com o governo imperial brasileiro levou as elites amazônicas a adotarem estratégias capazes de desenvolver a região a partir do estrangeiro, pois sem a ajuda tão esperada do Império, buscavam-se investimentos, mão de obra e indústria fora do Brasil, até porque as elites amazônicas alimentavam o

⁵⁵¹ Texto sobre a Europa.

pensamento de que essa área guardava condições excepcionais de desenvolvimento econômico, daí o uso da chave retórica reativada de outrora da opulência. A partir desse cenário, compreende-se a fala do deputado amazonense José Moreira contra o Governo Central, ao mencionar: “querem aparar as asas da águia”.

Durante a mesma sessão de 18 de julho de 1866, o deputado Raiol afirmou que o Governo de Washington foi mais patriótico com o Pará do que o governo brasileiro. É notório entre os parlamentares liberais paraenses da década de 1860 uma vontade de aproximação com os Estados Unidos, tido como um dos centros do liberalismo. Existia nesse momento uma perspectiva por parte das elites do Vale do Amazonas de que os Estados Unidos contribuiriam significativamente para alavancar o desenvolvimento dessa parte do Brasil, pois era aguardado no Pará uma corrente de imigração norte americana, uma companhia de navegação e a possibilidade de transferência de capitais e instrumentos para o setor produtivo. Todo esse cenário era baseado na própria relação comercial já estabelecida com os estadunidenses. Essa relação com os Estados Unidos era justamente o ponto de desencontro com o governo imperial, pois esse último temia que os norte-americanos se apoderassem do Amazonas, situação temida pelo Império desde a campanha do tenente Maury na década anterior.⁵⁵²

Ainda na mesma sessão em tela, mais um ponto da discussão revela outra queixa dos representantes políticos do Norte, especialmente dos liberais, a saber: o não favorecimento da imigração estrangeira para essa parte do país. Nesse ponto, o deputado Raiol perguntava ao Ministro da agricultura: “Será medida a favor da emigração o que V.Ex tem feito mandando demarcar somente as terras do sul, e somente delas dando informações aos estrangeiros, sem importar-se com as do norte?”⁵⁵³ Continuou Raiol perguntando sobre o desmerecimento da emigração para Pernambuco e chamava a atenção da Câmara para o que se dizia sobre o assunto nos Estados Unidos, dizendo: “lá se diz e corre impresso que o nobre ministro da agricultura cuida de atrair a emigração somente para o sul, tendo os seus agentes a imprudência até de prevenir o espírito público contra o norte do Império!” Logo em seguida, o deputado liberal pelo Amazonas, José Moreira, afirmou: “especialmente contra o Valle do Amazonas”. Nesse momento, Moreira reforçava a ideia de que, na grande área Norte, o Vale do Amazonas era ainda mais desprivilegiado.

⁵⁵² HOLANDA, Sérgio B. *Op. Cit.* 2012.

⁵⁵³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados. Sessão de 18 de julho de 1866. Op. Cit.* p. 185.

Além do que, o deputado Raiol continuou a falar, em um ponto de sua explanação, que se for bem observada, pode iluminar a compreensão dos caminhos pelos quais as elites amazônicas produziram um *status* regional a partir da região amazônica, sobretudo quando passaram a investir forças na propaganda internacional dela, expressou o deputado: “tudo é patriótico e deve merecer a aprovação do governo imperial (apoiados). Consista V.Ex. que as províncias tratem por si de chamar a emigração, já que nenhuma medida proveitosa tem tomado o gabinete a esse respeito!”.⁵⁵⁴ Ou seja, a falta do apoio em nível nacional do Governo Central do Império e o sentimento de distância do atendimento de suas principais demandas criaram a ambiência para que as elites amazônicas acelerassem o movimento de mudança da condição regional que ocupavam, desta feita, para encaminharem a invenção da Região amazônica, que possuiu na base de sua formulação a nomenclatura Vale do Amazonas e, na sua cristalização, o nome de Amazônia. Acresce a esse ponto que estas mesmas elites direcionassem parte das suas atenções e perspectivas para o estrangeiro. Essa visibilidade no Brasil e especialmente no exterior passava pela imagem e pelo conceito que seria apresentado acerca da região; logo, o termo Amazônia foi o vencedor para se falar dessa área do Brasil.

A queixa de abandono por parte do Império – este entendido como a estrutura político-administrativa imperial e as decisões advindas da Corte que gravitavam em torno do Imperador –, e principalmente, pelo Governo Central, foi uma constante por parte dos políticos nortistas, inclusive compartilhada nos principais jornais do Norte. Um autor anônimo que escrevia em correspondência para o jornal *Diário de Pernambuco*, do Recife, centro de gravidade do Norte do país, expunha em janeiro de 1866, as expectativas vividas pela região e o descontentamento com o esquecimento do Governo Central. Aventa-se que o citado autor era membro das elites políticas amazônicas pelo traquejo com os temas políticos e prementes da província paraense, daí ressaltava a condição do Pará como uma das principais províncias do Norte e a sua contribuição para a Guerra do Paraguai, com o envio de recursos e homens, bem como destacava certa animação que se vivia à época com o aumento do comércio internacional com os Estados Unidos.

O cerne de seu texto era a queixa pela falta de desenvolvimento provocada pela ausência de atenção do Império, expressando-se: “o Valle do Amazonas, como todo o norte do Brasil, não pode ser condenado ao esquecimento, os povos por aqui conhecem as

⁵⁵⁴ Idem.

vantagens da sociedade e da civilização [...]”⁵⁵⁵ Segundo o autor, a população dessa parte do Império sabia das vantagens do progresso dos melhoramentos materiais e morais a serem alcançados por sua vez, pela emigração. Cabe notar que, nesse texto, o Vale do Amazonas aparece como uma região específica da grande área Norte do Brasil.

Além do mais, em 4 de junho de 1866, o paraense anônimo e correspondente do jornal pernambucano voltava a falar na necessidade mais premente da província e do Vale, destacando que muito se falava na província acerca da “[...] emigração norte-americana para o Valle do Amazonas; é hoje a ideia predominante. Mas, sem o auxílio do governo penso que pouco se fará, quando há atualmente a falta de capitais para as mais urgentes necessidades do comércio [...]”⁵⁵⁶ É preciso destacar aqui algo importante para o processo de invenção da região amazônica, a saber: a busca pelo progresso e pela civilização, atributos muito buscados no século XIX, frustrados pelo distanciamento e pelo descontentamento em relação às ações do Governo Central e do Império brasileiro. É imperioso citar que as elites amazônicas (políticas) consideravam, à época, que as ações realizadas pelo Governo Central nessa área não eram suficientes para alavancar o progresso da região ou não foram realizadas de forma correta e à altura das demandas, a exemplo da criação de uma nova unidade administrativa, a província do Amazonas, bem como a navegação a vapor e a abertura do rio Amazonas à navegação internacional. Essa situação, na ótica das elites políticas amazônicas, criou a ambiência para a tentativa de reinvenção do conceito dessa área em âmbito nacional – pensada não mais como região colonial, isolada da civilização e sem importância política – visando demonstrar sua importância à nação a partir da política e economia.

Além disso, acresce o fato de que os agentes regionais, imbuídos do sentimento de distância em relação ao Governo Central do Brasil, voltaram suas atenções para o exterior a procura de capitais e mão de obra, daí por que, nas décadas seguintes, as províncias do Pará e Amazonas tenham patrocinado instrumentos de propaganda dessa parte do Brasil no estrangeiro, especialmente na Europa, as quais as novas formas de nomeação da região fizeram parte desse processo. A propaganda, a partir do conceito de Amazônia, apresentava uma região capaz de ser competitiva e integrada ao capitalismo industrial e comercial. Toda essa concepção também era embasada pelos ares de modernidade que sopravam sob as duas capitais dessa área (Belém e Manaus), notadamente em função da intensificação do trânsito de

⁵⁵⁵ Pará (Correspondência). *Diário de Pernambuco*. Recife, 05 de fevereiro de 1866. Ano: XLIL. Nº 28. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁵⁵⁶ Pará (Correspondência). *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 de junho de 1866. Ano: XLIL. Nº 127. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

navios comerciais nos portos dessas cidades e o conseqüente fluxo de mercadorias e pessoas, especialmente a partir da década de 1880. Segundo Daou (2004), a região foi sendo incorporada ao mercado internacional, passando a manter estreitas vinculações com economias industriais, essas últimas interessadas na ampliação de seus mercados, com isso, as elites nativas, pautadas nos ganhos da economia da borracha, passaram a desfrutar de uma sensação de riqueza e prosperidade únicas.⁵⁵⁷ Esse cenário fazia com que as elites amazônicas apresentassem, ao Brasil e ao mundo, a possibilidade efetiva de essa região se tornar uma área de intensa produção agrícola e industrial.

Ainda em relação ao clima de decepção decorrente do parco desenvolvimento da região após a abertura do rio Amazonas, em virtude da falta de ações por parte do Governo Central, se faz necessário lembrar o pronunciamento à Câmara dos Deputados do Brasil realizado pelo deputado liberal que se julgava progressista, à época, José Coelho da Gama Abreu, em maio de 1868. Ao começar o seu pronunciamento, Gama Abreu revelava à Câmara que falava em nome das províncias do Pará e do Amazonas, pois se sentia filho de ambas por ser representante legal do Pará e por gratidão ao Amazonas, o que demonstra mais uma vez certo interesse no discurso regional em detrimento de uma postura provincial. O deputado paraense informava à Câmara que não houve incremento ao comércio nem aumento da renda com a abertura do Amazonas, haja vista que o Governo Central não editou regulamentos para a navegação nessa área do país.⁵⁵⁸ O deputado Gama Abreu também reclamava da falta de atenção com as fronteiras do Pará e Amazonas que, segundo ele estavam desguarnecidas, ao passo que o Peru cada vez mais matinha fortificações e atividades próximas à fronteira, indicando assim certo perigo de invasão.

Além disso, Gama Abreu ainda teceu críticas ao Governo Central, desta feita a partir do Ministério da Agricultura com relação a dois temas que ele considerava de substancial importância para o desenvolvimento regional, a saber: a imigração voltada para a colonização e a catequese indígena, temas, que aliás, também faziam parte do pensamento e dos discursos de outros representantes amazônicos, pois acreditavam que o desenvolvimento regional só aconteceria mediante as luzes da civilização sobre essa área do país de forte formação étnica indígena, ocasião em que os imigrantes europeus, além de trazerem uma suposta mão de obra qualificada, também diversificariam e ampliariam o contingente populacional, inclusive branqueando esse mesmo contingente. Ainda havia a esperança de que a presença de

⁵⁵⁷ DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

⁵⁵⁸ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 28 de maio de 1868, p. 209.

imigrantes estrangeiros atrairia investimentos internacionais à Região amazônica. Esse processo seria completado com a catequese dos Índios, ou seja, a domesticação de uma população considerada pelas elites como bárbara que, no discurso de um liberal como Gama Abreu, era tida como “despida de toda a ilustração” e que deveria ser catequisada para o trabalho.⁵⁵⁹

6.4 A atuação parlamentar conservadora e o regionalismo político amazônico

O regionalismo político amazônico também acabou emergindo a partir dos discursos de deputados e senadores pertencentes ao Partido Conservador. Cabe ressaltar que o citado Partido rivalizava, durante o Segundo Reinado, com o Partido Liberal. Já foi citado alguns princípios neste texto e pressupostos dos liberais, cabendo assim apresentar, em linhas gerais, características do Partido Conservador, o que para tal finalidade recorre-se a Torres que estudou a história política brasileira e buscou sintetizar o partido a partir da luta pela unidade nacional, com consideração pela Constituição de 25 de março de 1824 enquanto instrumento baseado em um conjunto de instituições. Conforme Torres, a monarquia “[...] trazia admiráveis e seguras garantias de ordem, legalidade e justiça.”⁵⁶⁰ Para os conservadores, a monarquia era a baliza da nação, era o que garantiria a lei, uma categoria de instituição essencial.⁵⁶¹

Durante o Segundo Reinado, foi incontestável a predominância de representantes paraenses vinculados ao partido Conservador na Câmara dos Deputados do Brasil, para se avaliar a dimensão dessa representação, basta exemplificar que, com a exceção de um deputado liberal (José Coelho da Gama Abreu), durante quatro legislaturas, entre 1867 e 1878, todos os deputados eleitos para a citada Câmara eram conservadores.⁵⁶² Dos seis senadores que representaram o Pará durante o Segundo Reinado, apenas um era ligado ao Partido Liberal, todos os demais eram conservadores. Os conservadores possuíam presença destacada na Assembleia Legislativa Provincial paraense, basta perceber que assumiram a

⁵⁵⁹ Ibidem, p. 211.

⁵⁶⁰ TORRES, João Camilo de Oliveira. *Op. Cit.* 2017, p. 29.

⁵⁶¹ Essa visão sobre a Monarquia não era a mesma partilhada pelos políticos liberais, visto que consideravam a monarquia um acidente útil, nas palavras de Torres, pois, viam a monarquia como algo que estava no poder por força das circunstâncias históricas e possuía certa serventia, a exemplo da contenção das demandas populares e dos aspectos revolucionários, todavia, ideologicamente era um problema para os liberais.

⁵⁶² Levantamento feito a partir da obra: BRASIL. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império.* [Barão de Javary]. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1962 [1889]s.

maioria das presidências da citada Assembleia Legislativa do Pará na segunda metade do século XIX, como se pode conferir no quadro abaixo:

Quadro 05: Presidentes da Assembleia Legislativa Provincial do Pará entre 1854 e 1888

Período	Presidente	Partido
1854	Marcelo Lobato de Castro	Conservador
1855	João Maria de Moraes	Liberal
1856	Francisco da Silva Castro	Conservador
1857	Cônego Manoel José de Siqueira Mendes	Conservador
1858 – 1863	José Ferreira Cantão	Conservador
1865-1867	João Maria de Moraes	Liberal
1868	Cônego Siqueira Mendes	Conservador
1869	João Lourenço Pais de Sousa	Conservador
1870-1872	Antônio Gonçalves Nunes	Conservador
1873-1877	João Lourenço Pais de Sousa	Conservador
1878	Manoel Roque Jorge Ribeiro	Conservador
1879	Cônego Manoel José de Siqueira Mendes	Conservador
1880-1881	José da Gama Malcher	Liberal
1882-1883	Cônego Manoel José de Siqueira Mendes	Conservador
1884	Vicente Chermont de Miranda	Liberal
1885	João Lourenço Pais de Sousa	Conservador
1886-1888	Cônego Manoel José de Siqueira Mendes	Conservador

Fonte: Adaptado de: CRUZ, Ernesto. *História do Poder Legislativo do Pará (1835 – 1930)*. 1º vol. Belém. Imprensa universitária da Universidade Federal do Pará, 1972; CRUZ, Ernesto. *História do Pará*, Belém, Universidade Federal do Pará, 1967, 2 vol; CRUZ, Ernesto. *História de Belém*, Belém, Universidade Federal do Pará, 1973; BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. 2009. 502 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

Nota: por falta de dados, só foi possível realizar o levantamento a partir de 1854.

A situação acima, demonstrada pelo quadro, em que, de um total de 17 presidências da Assembleia Legislativa Provincial, os conservadores presidiram a respectiva casa legislativa por 13 vezes, é inegável o predomínio dos conservadores, o que permite aventar o domínio conservador desse espaço legislativo. O foco desta tese recai sobre os parlamentares amazônicos com representação junto ao Parlamento brasileiro, logo a maioria das fontes abordadas diz respeito àquele espaço político. Todavia, cabe evidenciar que consultas foram feitas às discussões do legislativo provincial (atas e jornais) e nota-se que as discussões regionalistas não apareciam com frequência. Essa situação pode ser explicada por dois fatores: primeiro, porque existiam, no âmbito da Assembleia provincial, muitos debates ligados propriamente à Província; segundo, porque o nível regional seria acionado com maior ênfase no Parlamento brasileiro, haja vista a necessidade de ampliação e visibilidade para demandas que muitas vezes eram estritamente provinciais e faziam com que o nível regional fosse acionado.

Em relação ao Partido Conservador no Pará, observa-se que existiam subgrupos no Pará, conforme informação extraída de uma Carta enviada pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira ao Barão de Cotegipe, em 8 de dezembro de 1869, ocasião em que o

primeiro exercia o cargo de Presidente da província paraense. Os dois subgrupos políticos eram liderados respectivamente pelo Deputado Antônio Francisco Pinheiro (Dr. Pinheiro) e pelo Cônego Siqueira Mendes. Em 1870, o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira revia sua avaliação anterior e considerava que o Partido Conservador no Pará, em vez de dois, possuía três grupos, no que lhe concerne, chefiados pelas seguintes lideranças: Cônego Siqueira Mendes, Deputado Francisco Pinheiro e o Desembargador Ambrósio Leitão da Cunha.⁵⁶³ Além disso, os quadros do Partido foram compostos por nomes bem conhecidos da política paraense, sendo da área de influência de Belém os nomes de Samuel Wallace Mac Dowell, Ambrósio Leitão da Cunha, Francisco Pinheiro e o Cônego Siqueira Mendes; por outro lado, também existiam os conservadores da região do Baixo Amazonas, como Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha, Fausto Augusto de Aguiar e Miguel Antônio Pinto Guimarães, o Barão de Santarém.

Pela dimensão numérica de membros do Partido Conservador no Pará, vislumbram-se as particularidades que estavam agrupadas no grande “guarda-chuvas” que era o Partido. Logo existiram, na história do Partido, as chamadas dissidências conservadoras, basta lembrar que vários periódicos que defendiam as ideias conservadoras foram fundados a partir de divergências entre membros do Partido, como por exemplo, no início da década de 1870, os deputados provinciais Antonio Nunes e Antonio Pimenta de Magalhães, que passaram a comandar o jornal *Diário de Belém*, órgão do Partido na província, logo, os citados deputados abriram dissidência do líder do Partido no Pará, o Cônego Siqueira Mendes, ele que, em resposta fundou o jornal *A Constituição*, também tido como órgão oficial do Partido.⁵⁶⁴

Importa dizer, acerca da participação do Partido Conservador do Pará no processo de invenção da região amazônica, que ele teve sua parcela de contribuição nesse processo muito mais acentuada a partir da década de 1870, pois, entre 1850 e 1860, os liberais paraenses e amazonenses exerceram maior influência no debate político, especialmente no Parlamento brasileiro. Os deputados e senadores conservadores do Pará tiveram um papel destacado na construção do regionalismo político na região amazônica, especialmente em momentos em que o Governo Central esteve sob a direção de gabinetes liberais. Diferentemente de conservadores mais alinhados às bases de sustentação imperial de áreas como o Sul do Brasil

⁵⁶³ Carta enviada por João Alfredo Correia de Oliveira ao Cons. Paulino José Soares de Sousa. In: In: *ATTENA. Repositório Digital da UFPE*. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13664>. Acesso em 17 set. 2021.

⁵⁶⁴ Cf. BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. 2009. 502 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ou até do Norte agrário, deve-se compreender que, embora os conservadores paraenses possuíssem suas posições monarquistas e conservadoras definidas e, portanto, tendiam a canalizar suas insatisfações contra o Governo Central, especialmente quando estava dirigido por gabinetes liberais, deve-se entender que os interesses regionais atuaram mais forte para que os conservadores do Pará chegassem a ser contrários à centralização e até mesmo pautassem o separatismo de sua região do restante do Brasil. Destaca-se que foram os chamados conservadores moderados, ditos “independentes”, no âmbito da província, ligada à imprensa regional, que talvez tenham ido mais longe no regionalismo político do que propriamente os liberais, em virtude de terem chegado a pregar até mesmo a separação do Pará do restante do Brasil, esse grupo de conservadores estava no comando do jornal o *Diário do Gram-Pará*, discussão presente em capítulo vindouro desta tese.

Também cabe registrar que o fato de os partidos Conservador e Liberal no Pará terem de algum modo construído um discurso pautado no regionalismo político, ou seja, um movimento de práticas e discursos políticos de base territorial e de resistência ou luta por determinados objetivos, que alçou bandeiras identitárias, de autonomia e de visibilidade perante a nação, não foi atípico, pois em outra oportunidade, já havia ocorrido certa aproximação, por exemplo, no período da Conciliação, inaugurado pelo Ministério de Conciliação chefiado pelo conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, em 1853, momento em que foram contemplados na estrutura do Governo Central liberais e conservadores, algo que ganhou destaque, dado que estabeleceu certo campo amistoso no clima de disputas ferrenhas entre os partidos desde o Período Regencial, conciliação essa que durou até meados da década de 1860.

No Pará, houve uma tentativa de conciliação que, segundo o deputado Franco de Almeida, ocorreu ainda na década de 1850, com inclusão de conservadores, tidos como moderados, a exemplo de Ambrósio Leitão da Cunha, em governos presididos por liberais. É possível aferir que a conciliação parece ter ocorrido muito mais entre liberais e alguns conservadores da área em torno de Belém, pois, no que concerne à região do Baixo Amazonas, sob a liderança de Santarém, não ocorreu conciliação, como se depreende do debate na Câmara dos Deputados entre um deputado representante dessa região, Fausto de Aguiar, e o deputado Franco de Almeida, representante da área em torno da capital paraense. No Pará, os conservadores passaram a acusar os liberais de não serem conciliadores, gerando uma série de polêmicas. Nestes termos, registra-se que o principal choque ocorreu entre os liberais de Belém e Cametá contra o núcleo dos conservadores situados em Santarém. Após 1855, com a reforma eleitoral e a criação do modo de eleições por círculos, o chamado círculo

de Santarém passou a ser predominantemente conservador, o qual já tinha eleito Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha, e para a legislatura entre 1857 a 1860 da Câmara Geral elegeu um fluminense que havia sido Presidente do Pará, a saber: Fausto Augusto de Aguiar.

Por outro lado, guardadas as devidas diferenças ideológicas, partidárias e divergências parlamentares, nota-se que existiram certas convergências entre liberais e conservadores da área amazônica naquilo que se denomina nesta tese de regionalismo político, ou seja, conforme Castro, “[...] este deve ser entendido como a mobilização política de grupos numa região, em defesa de interesses específicos, frente a outras regiões ou ao próprio Estado.”⁵⁶⁵ Ainda para autora, o regionalismo é, por excelência, um conceito político, vinculado à identidade territorial. Um exemplo de certa convergência foi no âmbito da questão emancipacionista/abolicionista, pois se lembra que uma das entidades criadas no Pará, em 1884, foi o Club Amazônia que visava à abolição da escravidão na província com ecos na região, ensejo em que faziam parte da diretoria membros dos partidos Liberal, como Tito Franco de Almeida e do Partido Conservador, a exemplo de Samuel Wallace Mac-Dowell e o Cônego Siqueira Mendes. Obviamente que os conservadores não eram a favor diretamente da abolição da escravidão, mas da emancipação dos escravos.⁵⁶⁶ Estes exemplos permitem aventar que, no caso do regionalismo amazônico, em determinados momentos, e atuando em lados opostos, membros dos Partidos Liberal e Conservador puderam reverberar pautas em comum, especialmente o descontentamento com o lugar que o Pará e região ocupavam na Nação e a necessidade de desenvolvimento da região, o que demandava a busca pela projeção nos âmbitos nacional e internacional.

Se os liberais paraenses debateram exaustivamente sobre a questão da abertura do rio Amazonas à navegação internacional, os conservadores também a discutiram e acabaram também criticando o Governo Central pela falta de desenvolvimento da região. O deputado geral paraense, pertencente ao Partido Conservador, Antônio Francisco Pinheiro, em 1867, um ano após a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, desconfiava das intenções do governo com a região e dizia que:

O primeiro dever do Governo, se o governo está realmente desejoso de fazer prosperar o Valle do Amazonas, é fazer antes de tudo, primeiro que tudo, convergir para ali a emigração. População, Sr. Presidente, é o de que precisa o immenso Valle

⁵⁶⁵CASTRO, Iná Elias de. Op. Cit., 1986, p. 38-39.

⁵⁶⁶ Cabe mencionar que os emancipacionistas defendiam a emancipação de africanos em regime de escravidão de forma restrita diferindo de uma ideia mais radical que pregava a abolição da escravidão no Brasil a partir de amplas reformas, o que no caso essa posição ligava-se muito mais aos membros do Partido Liberal e aos republicanos. Para mais informações sobre o assunto, ver: BEZERRA NETO, José Maia. Op. Cit., 2009.

cuja fertilidade e grandes riquezas assombrão a imaginação do mundo! Sem população e sem indústria de pouco ou quasi nada servirá a livre navegação.⁵⁶⁷

O deputado Pinheiro reforçava, nesse discurso, uma das maiores demandas das elites políticas amazônicas: a necessidade da imigração estrangeira para a região. Cabe notar que em 1867, ano do discurso do citado deputado, o Gabinete que estava à frente do Governo Central era ligado à Liga Progressista e chefiado pelo liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos, situação que explica o tom de crítica adotado pelo deputado, tom esse que não foi espelhado durante a segunda legislatura do deputado Pinheiro, especialmente a partir de 1870, quando o Governo Central era comandado pelo Partido Conservador, Chefiado por José Antônio Pimenta Bueno, Visconde de São Vicente. Nesta segunda legislatura, destaca-se a ação oratória do deputado Pinheiro com vistas a reforçar a capitalidade de Belém, em discurso na Câmara dos Deputados, em 1870, Pinheiro dizia que “o porto de Belém, o mercado do Pará, é, pois, precisamente o ponto que convém abrir a comunicação dos sertões banhados pelo Araguaya”.⁵⁶⁸

A tese de vários deputados paraenses durante algumas legislaturas foi a necessidade de expansão das rotas comerciais de Belém rumo ao interior de Goiás e Mato Grosso, sobre o pretexto de levar o comércio e a indústria para esses territórios. Essa demanda era proveniente das elites comerciais do Pará e, pelo que tudo indica, os parlamentares atendiam aos anseios dessa elite no Parlamento, pois, justamente essa demanda de comunicação por meio da navegação a vapor com Goiás foi pauta da convocação de uma reunião da Praça do Comércio do Pará, na data de 14 de abril de 1869.⁵⁶⁹ Esse ponto reforça a ideia do que já foi dito nessa tese, a de que o discurso regionalista dos representantes políticos amazônicos estava também conectado com as demandas da elite econômica da região.

Cabe mencionar que a capitalidade de Belém viria a sofrer críticas justamente de um homem de ciência relativamente bem visto pelos paraenses, trata-se do viajante suíço, tido como o mais notável e popular cientista da América do Norte, chefe da Expedição Thayer, em 1865, Louis Agassiz (1807-1873). Em um dos textos do Relatório de Agassiz sobre a viagem ao Brasil, o suíço discorria sobre os entraves ao desenvolvimento do Vale do Amazonas, afirmando que sua principal pergunta era: qual seria o melhor plano para desenvolver os recursos naturais da região? A partir da pergunta formulada, ele considerou que a abertura do

⁵⁶⁷ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 28 de agosto de 1867, p. 325.

⁵⁶⁸ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 1º de julho de 1870, p. 4.

⁵⁶⁹ Praça do Comércio do Pará. *Diário de Belém*. Belém, 12 de abril de 1869, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 27 de setembro de 2022.

rio Amazonas às nações estrangeiras teria sido uma excelente iniciativa, mas lançou reflexões sobre dois argumentos: primeiro, de que deveria se eliminar na região todo e qualquer exclusivismo, devendo reinar nessa área o livre comércio e a livre iniciativa; segundo, para Agassiz, um dos entraves centrais ao desenvolvimento da região era a centralidade do Pará no comércio regional, dizendo que “o Pará, sendo o centro de tudo, exaure toda a região sem verificar o interior”.⁵⁷⁰

Os argumentos de Agassiz, como se pode observar, estavam para além das teorias estritamente científicas, pois dedicava parte das suas reflexões acerca do movimento comercial dessa parte do Brasil. Conforme Carlos Haag, tomando por base as reflexões da historiadora brasileira Maria Helena Machado, o suíço também possuía outros interesses, além dos científicos, ocasião em que o Governo dos estados Unidos sabia das ligações de Agassiz com o Governo brasileiro, com quem trocava cartas desde 1863, logo Agassiz “[...] veio ao Brasil para pressionar o imperador a abrir a navegação da Amazônia, no que teve sucesso, e também para ajudar a promover a imigração de negros.”⁵⁷¹ A abertura do rio Amazonas às nações estrangeiras era ponto alto para os Estados Unidos, bem como essa perspectiva além de um viés comercial também possuía uma questão racial, pois, devido à teoria da degeneração (que afirmava ser a miscigenação ou hibridismo uma passagem certa para a degenerescência social) os norte-americanos pensariam em segregar afro-americanos no Brasil para afastá-los de seu país e, assim, evitar o processo de miscigenação. Logo, com a principal via fluvial das Américas aberta, todo o processo de deslocamentos dos negros do território norte-americano seria realizado mais rapidamente.

Dito isso, cabe notar que tantos os liberais quanto os conservadores paraenses, guardadas algumas especificidades, enfatizavam um tema em comum: a necessidade da ampliação da bancada paraense no Parlamento brasileiro, como já mencionado em algumas passagens dessa tese, essa discussão não era debatida apenas porque existia uma situação assimétrica entre número de eleitores e o quantitativo de deputados e senadores na Província, mas passava efetivamente pela demanda da elite política paraense em angariar uma maior participação nos destinos da nação, e em possuir um maior poder de decisão nos negócios do país.

⁵⁷⁰ Uma Viagem no Brasil. *O Liberal do Pará*. Belém, 18 de agosto de 1871. Nº 183. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

⁵⁷¹ HAAG, Carlos. *As fotos secretas do professor Agassiz*: Exposição e livro trazem à luz imagens polêmicas feitas por rival de Darwin. Revista Pesquisa FAPESP, n. 175, set., 2010.

Em 1871, na Câmara dos Deputados do Brasil, os três representantes paraenses, membros do Partido Conservador, discutiam o tema em tela, sendo eles: Francisco Pinheiro; Augusto Fausto de Aguiar e Manoel José de Siqueira Mendes. O deputado Francisco Pinheiro, respondendo a um deputado representante da Paraíba, que pretendia ampliar o projeto paraense e conceder acréscimo de deputados também às províncias da Paraíba, Alagoas, Pernambuco e São Paulo, resumiu toda a inquietação e os interesses paraenses e amazônicos:

[...] o meu pensamento é outro, e resume-se na igualdade da representação nacional. Quero que todas as províncias sejam representadas de forma que pesem nos conselhos supremos da nação na altura de importância de cada uma. Quero que todas as províncias sejam representadas de forma que pesem nos conselhos supremos da nação na altura da importância de cada uma. Aceitaria qualquer base, contanto que fosse geral e trouxesse para todas as províncias um aumento ou diminuição na sua representação em ordem a que a influência de cada uma nos destinos do país fosse proporcional à força que traz a comunidade. Não se medaria, portanto, de ver o Pará representando apenas por três deputados, contanto que nas outras províncias que estão idênticas, se não piores condições, reduzissem a sua representação, para reestabelecer a harmonia quebrada pela desigualdade que cada uma exerce na direção dos negócios públicos. O que me dói, senhor presidente, é que o Pará, cujas rendas atingem cerca de 5,000 contos, se veja representado por três deputados, enquanto a Parayba, cuja a alfandega não rende 150 contos, seja por cinco.⁵⁷²

Embora longa, mas necessária, a reprodução da fala do Deputado Pinheiro demonstra que o tema da disparidade regional abordado nos discursos dos parlamentares amazônicos não se limitava apenas à questão econômica, mas também à questão política. Essa questão política fundamentava o sentimento dos paraenses em relação à sua relação com a nação. Primeiro, revela a necessidade de consideração e importância que a província do Pará exigia. Segundo, o deputado paraense não aceitava a assimetria entre as províncias no que diz respeito ao número de representantes. Para ele, todas as províncias deveriam ter um número igual de parlamentares. Caso contrário, o Pará deveria contar com um maior número de deputados em comparação com as províncias consideradas pela bancada paraense como estando em situação inferior, principalmente no aspecto econômico. Isso é evidenciado pela própria fala do deputado Pinheiro, quando ele compara as rendas do Pará com a economia da Paraíba.

Outro deputado representante do Pará, Fausto de Aguiar, corroborou o argumento do deputado Pinheiro ao destacar que “a riqueza cria relações, interesses e direitos que devem ser

⁵⁷² BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Sessão em 22 de maio de 1871, p. 81.

representados”.⁵⁷³ Obviamente que a bancada paraense reverberava a situação financeira destacada da região amazônica como argumento para a ampliação da representação política, pois as rendas provenientes da borracha projetaram a região como a terceira maior renda *per capita* do país em 1872 e a segunda em 1900.⁵⁷⁴

A importância concedida à questão da representação parlamentar não era trivial à época, já que, de acordo com Dolhnikoff, o Parlamento era o espaço no qual as elites provinciais e regionais encontravam para realizar a defesa das suas demandas. Ainda para autora, o número de deputados para cada província se tornou a medida do grau de influência de cada uma na política brasileira.⁵⁷⁵ Logo, as elites de cada província dependiam das suas bancadas na Câmara dos Deputados para a defesa de seus interesses, visto que, de um modo geral, as relações entre as províncias e o Governo Central eram mediadas pela Assembleia Geral. Ainda conforme Dolhnikoff, a Câmara dos Deputados se tornou a instância na qual estas elites podiam intervir na política nacional.

Uma demonstração da situação exposta por Dolhnikoff pode ser constatada no pronunciamento do deputado conservador pelo Amazonas, João Wilkens de Mattos (Barão de Maruiá), em 7 de janeiro de 1873, por ocasião da discussão sobre o orçamento do Império, na Câmara dos Deputados, o amazonense voltou a falar sobre o quão as províncias do Amazonas e Pará eram pouco representadas no Parlamento. Na oportunidade em que debatia sobre o orçamento do Ministério da Marinha, o deputado amazonense dizia que representava uma província que enviava apenas dois representantes à Câmara dos Deputados e que a sua província natal, no caso o Pará, só enviava à Câmara três deputados, evidenciando que as demais províncias do Império viam suas representações aumentarem progressivamente. Mattos enfatizava que o Ministro da Marinha não considerasse a sua fala hostil ao Ministério, pois o tom da sua fala era pautado pelo cumprimento do dever de um representante de uma pequena e fraca província: “porque as províncias fracas não pesam bastante na balança política do país para merecerem a consideração que deveriam lhe dispensar. O valor político das províncias está no número de representantes que elas enviam a esta casa”.⁵⁷⁶

Outro ponto relevante na fala do deputado amazonense foi a ideia de arregimentar forças para melhor posicionar as “províncias fracas” no jogo político nacional, especialmente ele falava do Pará e do Amazonas, pois incluía o Pará como fraco estritamente do ponto de

⁵⁷³ Ibidem, p. 82.

⁵⁷⁴ BUESCU, Mircea. Op. Cit., 1979.

⁵⁷⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. Op. Cit., 2005.

⁵⁷⁶ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Sessão em 07 de janeiro de 1873.

vista político e não econômico, tendo em vista que considerava a renda do Pará a quarta maior do Império. Mattos, então, passou a advogar uma junção de forças para que essas províncias fossem atendidas pelo Governo Central, evidenciando que:

[...] e é por isso que no norte do império se começa a sentir a imprescindível necessidade de um acordo entre as províncias fracas, afim de que se retempere o nosso sistema representativo, visto como essas províncias são quase sempre desatendidas nas suas mais justas pretensões.⁵⁷⁷

A primeira questão compreensível da fala do deputado conservador do Amazonas é o caminho encontrado para enfrentar a relação com o Governo Central do Brasil, notadamente a adoção de um posicionamento regional, pois, ao citar as províncias do Norte, especialmente aquelas fracas politicamente, ele estava fazendo referência ao Amazonas e ao Pará. Essa posição regional pretendida, na fala do deputado, revela como ocorria o processo de invenção da região amazônica, visto que coloca na ordem do dia a possibilidade da junção das províncias, um prenúncio do projeto regional,⁵⁷⁸ pois, neste mesmo discurso, o deputado amazonense advogava melhoramentos para o Pará, a exemplo da área portuária e faróis. A preocupação do deputado era com a navegação, um dos temas mais importantes para a classe política da região. Mattos argumentava, junto ao Ministro do Império, que o Pará não era qualquer província, pois passava por um espantoso crescimento comercial, e que “[...] sem dúvida está no caso de merecer mais alguma atenção do governo.”⁵⁷⁹ A posição de representante do Amazonas, nesse caso, transbordava para o Pará e, portanto, observa-se aqui o comportamento de bancada parlamentar da região amazônica.

Em 29 de março de 1873, O deputado Wilkens de Mattos, proferia novo pronunciamento na Câmara dos Deputados sobre melhorias para o Pará e para o Amazonas; antes, porém, o deputado amazonense deixava transparecer claramente o tom moderado com que os conservadores adotavam com o Governo Central, como dito acima neste texto, oportunidade em que, ao tratar com o Ministro da Guerra na Câmara dos Deputados, teceu

⁵⁷⁷ Idem, p. 32.

⁵⁷⁸ Deve-se, contudo, considerar que a dinâmica política do Brasil Império criava embaraços para o desenvolvimento de posicionamentos regionais, sobretudo em função da forte intenção do Império de garantir a unidade nacional em torno do projeto político imperial. Assim, a grande rotatividade de políticos, originários de diversas partes do país, na presidência das províncias brasileiras visava justamente conter a criação de efetivos sentimentos e práticas regionais, pois, a “cabeça” da administração provincial geralmente estava com alguém externo à província. Nesse sentido, veja-se o exemplo do próprio Wilkens de Mattos, apesar de adotar posição regional em prol da área amazônica, no mesmo discurso referenciado acima reservava espaço para apresentar uma demanda para melhoramento do porto do Ceará, tendo em vista que ele foi presidente do Ceará no ano anterior, ou seja, em 1872.

⁵⁷⁹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 07 de janeiro de 1873.

imensos elogios ao Governo em boa parte da sua peça oratória, suavizando as críticas. Veja-se um trecho do pronunciamento do deputado Mattos:

Com o desejo de ver derramada a instrução militar pelo norte do Império, com o desejo de ver nosso governo secundar as vistas que o governo de Portugal teve sempre sobre aquella parte do Império, quando ainda era colônia portuguesa, eu pediria ao nobre que se dignasse de tomar em consideração, quando tiver de falar, um aditivo, que offereci com meus colegas do Pará, pedindo a criação de uma escola de infantaria e de artilharia na província do Pará.⁵⁸⁰

É possível constatar duas questões importantes para o regionalismo político amazônico: primeiro, a antiga demanda para que o Império lançasse vistas ou atendesse melhor a essa área do Brasil, de modo que é pautado um comparativo sobre as épocas da administração do Marquês de Pombal e do Império brasileiro, questão melhor esclarecida pelo deputado ao citar o exemplo de que, na época de Pombal, o Pará contava com uma escola de formação naval e militar, chegando a dizer que “A província do Pará sempre foi tida em muita consideração pelo governo de Portugal [...]”, uma clara alusão da necessidade de uma maior aproximação do Império. Ainda neste ponto, Wilkens de Mattos buscava conscientizar o Ministro de que era interessante recrutar homens para servirem nas fronteiras do Pará e Amazonas;

A segunda questão que merece destaque do discurso do deputado Wilkens de Mattos diz respeito ao fato que no âmbito do Parlamento, acima das disputas locais, existia certa ambiência para a formação de uma bancada que advogasse em nome das duas províncias da bacia amazônica, como dito acima, pois a matéria discutida por Mattos era fruto de uma emenda à proposta do Governo Central para a fixação das forças de terra, emenda essa proposta pelo deputado amazonense Wilkens de Mattos, bem como pelos deputados paraenses Antônio Joaquim Gomes do Amaral, Cônego Siqueira Mendes e Fausto de Aguiar. Os quatro deputados eram todos pertencentes ao Partido Conservador. Era necessário construir, de certo modo, uma posição homogênea e unificada no plano nacional para projetar essa parte do país com certa visibilidade e poder de tensionar e negociar com o Império. Essa postura foi buscada pelos representantes políticos, desde o fim da Cabanagem, como já enfatizado anteriormente neste trabalho.

Nesse sentido, cabe lembrar uma importante questão colocada pela historiadora Miriam Dolhnikoff: o lugar das elites regionais no novo Estado, visto o adensamento do

⁵⁸⁰ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 29 de março de 1873, p. 265 (Apêndice). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28839>

problema da autonomia das províncias frente ao grau de centralização em torno do governo do Rio de Janeiro. Além de ressaltar a tese de certa autonomia provincial diante do poder que emanava do Rio de Janeiro, a autora elenca a existência de elites regionais, especialmente no Segundo Reinado⁵⁸¹. A existência dessas elites aponta para a compreensão desse momento como um tempo de formação mais acentuada da diferenciação regional brasileira, haja vista que as elites de cada região buscavam cada vez mais espaço econômico e político, sendo obrigadas a diferirem suas regiões diante das demais.

Um clássico exemplo de embate entre as elites provinciais e regionais na Câmara dos Deputados por ser verificado por ocasião do discurso do deputado conservador paraense Manoel José de Siqueira Mendes, em 22 de agosto de 1877, acerca da navegação do Amazonas. Nessa ocasião, o deputado paraense discursava para defender a prorrogação do contrato da empresa de navegação Companhia do Amazonas, visando à subvenção do Governo Central à citada empresa e, portanto, algo significativo para os representantes políticos paraenses e amazonenses no Parlamento Brasileiro, pois significava que parte importante do processo de navegação na região estaria sendo bancado com recursos do Império.

Um aspecto de suma importância no discurso do deputado Siqueira Mendes foi a postura regional adotada, visto que a todo tempo o deputado parecia falar não só em nome do Pará, mas em nome também do Amazonas e, logo, da região. No início de sua fala, Siqueira Mendes revelava que a subvenção à Companhia do Amazonas viria a concorrer para o:

Engrandecimento das daquellas duas províncias, que continuando na marcha progressiva em que vão, serão brevemente duas das mais prosperas e florescentes deste Império; sem attenderem, finalmente, a esse progresso que parece impossível e já experimentado e tão natural naquellas duas províncias, há vista da inúmera riqueza que contém suas florestas, que para colhê-las nada mais é preciso do que a exploração e navegação de sua infinidade de rios.⁵⁸²

É possível perceber, ao longo do discurso, vários trechos em que Siqueira Mendes defende uma pauta regional pertencente ao Pará e ao Amazonas. Mais adiante Mendes dizia: “Senhores, eu disse, no princípio do meu discurso, que olhava para esse projeto somente em relação ao bem público e principalmente ao progresso e desenvolvimento da minha província

⁵⁸¹ DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 116-133, jun./ago., 2003. Doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i58p116-133.

⁵⁸² MENDES. Manoel José de Siqueira. *A prorrogação do contrato sobre a navegação do Amazonas e seus afluentes*. (separata do discurso proferido na sessão de 22 de agosto de 1877 na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1877, p.4.

e da do Amazonas.”⁵⁸³ Em outros momentos do discurso Siqueira Mendes, ele se utilizou das falas de um administrador da província paraense para reforçar a argumentação sobre a necessidade da navegação na região; trata-se do uso da exposição feita no relatório de Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da província paraense entre 01 de junho de 1867 a 17 de outubro de 1868. Na citada exposição, por diversas vezes, se fala em Vale do Amazonas e cita-se Belém como a capital do citado Vale.

À propósito, nesse ponto, deve-se lembrar que, no âmbito do intenso debate acerca da solicitação de custeio da empresa de navegação do Amazonas, em 1877, deputados do Amazonas também se ocuparam da discussão, oportunidade em que é possível perceber a busca pela unidade regional por meio do uso de conceitos que expressassem essa unidade, como por exemplo, no discurso do deputado conservador pelo Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto (Barão de São Domingos), ocasião em que o deputado também se contrapondo à oposição de um deputado baiano contrário à subvenção da companhia do Amazonas – sob a acusação do longo tempo do contrato, pelos valores, pelo enriquecimento da empresa e pela manutenção de um escritório no exterior – se referia à navegação nessa parte do Brasil inicialmente a partir do conceito de Vale do Amazonas, mencionando que, se o auxílio fosse negado:

[...] Além de comprometer grandes interesses de ordem pública, sacrificará o desenvolvimento da *zona amazônica* [*grifo nosso*], isto é, de duas grandes e importantes províncias, que não podem prescindir de uma navegação subvencionada, para que sejam navegados rios onde não vai vapor algum [...].⁵⁸⁴

O deputado amazonense, nesse caso, introduz outro termo de cunho regional para delimitar a região formada pelas províncias do Pará e do Amazonas, notadamente “zona amazônica”, imputando uma ideia de importância e amplitude à região. A todo momento do seu discurso, o Barão de São Domingos fez referência às duas províncias, tratadas como formadoras de uma região, também conceituada pelo deputado como Vale do Amazonas, como citado acima. A pressão que os deputados amazônicos faziam era justamente para o Governo Central assumir as despesas com a empresa de navegação do Amazonas, tida como vital para os interesses comerciais, industriais e administrativos nessa área do país.

⁵⁸³ Idem.

⁵⁸⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 24 de agosto de 1877, p. 189. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27539> Acesso em: 20 de out. 2022.

Além do mais, retornando ao discurso do deputado paraense Siqueira Mendes, durante a argumentação, ele dizia que: “[...] a navegação do Amazonas é o elo do anel que prende aquella província ao Pará e pelo Pará à Corte”.⁵⁸⁵ Para completar o raciocínio, o deputado paraense alertava à Câmara sobre a condição fronteira da província do Amazonas. Nesse ponto, reaparece algo já ventilado no discurso de outro deputado paraense, o liberal Tito Franco de Almeida, que revelava o interesse em tratar de pautas conjuntas do Pará e Amazonas, mas com um tom de hierarquia que colocava Belém como o centro do recorte regional constituído pelas duas províncias acima mencionadas. Implicitamente, é possível perceber, na postura dos representantes políticos paraenses, o interesse em conceder continuidade à centralidade de Belém na região, sobretudo a partir da década de 1870, visto que o Pará perdia espaço em importância populacional e produtiva para o Amazonas, pois viu sua população decrescer enquanto a população do Amazonas aumentou, com um acréscimo em torno de 68 mil pessoas; por outro lado, embora a borracha exportada pelo porto de Belém tivesse aumentado à época, para Weinstein, esse aumento foi provocado pela maior extração de borracha em terras da província do Amazonas que também saíam por Belém.⁵⁸⁶

A estratégia retórica dos deputados liberais, na década de 1860, elevando os problemas regionais ao âmbito nacional, para convencerem a Câmara e Governo Central para realizarem a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, foi reativada pelo deputado conservador paraense, ao passo que enfatizava que o projeto de navegação significa vir “[...] a prosperidade, como tem vindo, para aquellas províncias, e dessa prosperidade depende também depende a prosperidade do Brazil, cujo futuro está principalmente nas províncias do Pará e amazonas.”⁵⁸⁷ Nesse ponto, mais uma vez lembra-se das defesas feitas pelo deputado amazonense Domingos Monteiro Peixoto em relação à subvenção à Companhia do Amazonas, especificamente em seu discurso em 14 de agosto de 1877, oportunidade em que, por várias vezes, deixou claro que a questão interessava ao país, sobretudo porque surgiam acusações de que o projeto era de interesse particular, como assim o fez o deputado representante de Minas gerais, Afonso Celso, que dizia: “[...] uma medida de interesse particular já é apresentada como de confiança do governo.”⁵⁸⁸ Em resposta, o deputado conservador paraense José Ferreira Cantão dizia que o projeto era de interesse geral, seguido pelo deputado amazonense Monteiro Peixoto, ele enfatizou que o citado projeto era de

⁵⁸⁵ Ibidem, p. 263.

⁵⁸⁶ WEINSTEIN, Op. Cit., 1993.

⁵⁸⁷ Ibidem, p. 264.

⁵⁸⁸ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 14 de agosto de 1877. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27539> Acesso em: 20 de out. 2022.

interesse público e que os resultados da subvenção resultariam em relevantes serviços “[...] para o progresso pronto e imediato às duas províncias, Pará e o Amazonas e do país”.⁵⁸⁹

Além do que, em alguns trechos do discurso, de forma indireta e moderada, é possível perceber elementos do discurso regionalista amazônico, sobretudo no que diz respeito à relação entre a nação e a região, como é possível entrever no trecho a seguir: “[...] Senhores, penso que ninguém nesta casa entende que se deve deixar as províncias do Pará e Amazonas somente o encargo de eleições e recrutas para o exército e armada e ainda mais o ônus de fazer recolher anualmente aos cofres gerais centenas de contos”.⁵⁹⁰ Indiretamente, o deputado Siqueira está fazendo referência a três argumentos do regionalismo político amazônico à época, a saber: o fator de eleições de pessoas externas à província; a crítica ao recrutamento no Pará e Amazonas, ação tida como usurpadora de mão de obra na região; e a crítica à arrecadação feita pelo Governo Central na região, observada como injusta pelas elites políticas por arrecadar muito e ofertar poucos retornos em termos de obras e ações.

Além do mais, confirmando o que já foi citado neste texto, percebe-se, ao longo do discurso do deputado paraense pelo Partido Conservador, acenos aos deputados liberais na perspectiva de apoio para a aprovação do projeto em tela: primeiro, foi feito uso na argumentação do livro *O Valle do Amazonas* (1866), do deputado liberal Aureliano Cândido Tavares Bastos; segundo, Siqueira Mendes ressaltava o fato de o autor original do projeto de prorrogação do contrato de navegação ter sido, à época, um deputado liberal do Amazonas – em um gesto ao apoio dos liberais –, logo, ele não acreditava que os liberais do Amazonas votassem contra o projeto em tela. Siqueira Mendes argumentava que o projeto de navegação não era um projeto político, mas um negócio de interesse público, argumento na linha de angariar apoio para a aprovação do projeto, especialmente junto aos representantes do Amazonas. Essa intenção aponta para a questão da importância das bancadas regionais no Parlamento, conforme discute Dolhnikoff.⁵⁹¹

Siqueira Mendes discursou não só para demandar a subvenção mencionada, mas para defender o projeto de prorrogação do contrato em face da contrariedade de alguns parlamentares de outras províncias ao projeto, evidenciando, naquele momento, os interesses distintos do Norte amazônico e do Norte agrário, de modo que, em sua fala, Siqueira Mendes acusava que um deputado da Bahia e outro deputado do Piauí estavam contrários ao projeto em função do interesse de garantirem recursos para o problema das secas nas suas províncias

⁵⁸⁹ Idem.

⁵⁹⁰ MENDES. Manoel José de Siqueira. *Op. Cit.*, 1877, s/p.

⁵⁹¹ DOLHNIKOFF, Miriam. *Op. Cit.*, 2005.

e no Ceará. Emergia no debate a divisão regional, ou seja, o descolamento entre a região amazônica e a do Norte agrário, divisão essa revelada nos interesses das bancadas regionais, como ficou evidenciado no trecho do discurso do deputado paraense quando disse que um deputado representante do Piauí havia estranhado o fato de o projeto sobre a navegação ter sido apresentado conjuntamente pelas bancadas do Pará e Amazonas. Toda essa situação dos interesses regionais em tela ainda contou com a fala do deputado Coelho Rodrigues que, questionando, disse: “para as províncias flageladas não há dinheiro, mas para uma companhia rica há”.⁵⁹²

Deve-se registrar que as elites comerciais e políticas cearenses começaram a se incomodar com a migração de seus conterrâneos para a área às margens do rio Amazonas, pois a grande questão era a garantia de um plantel para a mão obra na província. Em sessão da Câmara dos Deputados, em 26 de maio de 1882, um deputado cearense, o Barão de Canindé, apresentava um projeto voltado para subvencionar uma colônia de órfãos no Ceará a partir de recursos de loterias instaladas na Corte. A colônia visava formar a futura mão obra para a província e, juntamente ao projeto, o deputado cearense apresentava à Mesa Diretora da Câmara uma petição expedida pelo comércio do Ceará reclamando para que houvesse uma “despovoação das forças vivas” daquela província para o Vale do Amazonas.⁵⁹³ Após a grande seca de 1877, as elites cearenses passaram a se preocupar fortemente com a migração de conterrâneos para a região amazônica, de modo que os deputados representantes da província no Parlamento brasileiro apresentassem uma série de medidas para tentar conter a saída de seus compatriotas. Assim, em 2 de junho de 1882, a Comissão de Comércio, Indústria e Artes da Câmara dos Deputados apresentava o pedido feito pela elite econômica do Ceará, na qual apresentava medidas para frear a migração, entre as quais: um banco agrícola e a construção de um porto em Fortaleza.⁵⁹⁴

Com a emergência da seca como um problema regional e com impacto nacional a partir da atenção do Governo Central para esse problema, o recorte regional Norte, que antes representava, junto com o Sul, a divisão binária do território brasileiro, passava a ser considerado como um recorte específico relacionado a uma área entre o Ceará e o Pernambuco castigada pelas severas estiagens. Por exemplo, em 1878, em ofício endereçado ao Presidente de província do Pará, o Ministério dos Negócios do Império acusava o

⁵⁹² BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 22 de agosto de 1877, p. 265 (Apêndice). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28839>

⁵⁹³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 26 de maio de 1882

⁵⁹⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 2 de junho de 1882.

recebimento da informação, por parte do governo da província, acerca da construção de um asilo para os retirantes cearenses, na oportunidade, o Ministério concebia que o Norte do Império vivia situação excepcional com as secas, logo, a compreensão territorial sobre o Norte centrava-se na área das províncias orientais, o que não incluía o Maranhão, o Pará e o Amazonas.⁵⁹⁵

Compreender esse processo de divisão do antigo Norte contribui diretamente para o entendimento das condições históricas que possibilitaram o processo de invenção da região amazônica. Para tanto, nesse assunto, é de suma importância considerar os discursos dos representantes políticos nortistas, o que para tanto, elege-se aqui como amostra desses discursos o pronunciamento do deputado cearense Tristão de Alencar Araripe (1821 – 1908)⁵⁹⁶ na Câmara dos Deputados do Brasil, em 28 de junho de 1877. O pronunciamento do deputado foi feito justamente no ano da chamada grande seca do Norte, oportunidade em que pleiteava a aprovação de recursos do Governo Central para mitigar os efeitos da seca em sua província e o que ele denominou de grande região central, sobretudo mediante três demandas: a transposição das águas do rio São Francisco para o rio Salgado no Ceará, a construção de açudes e a construção de uma estrada de ferro na província.

A fala de Araripe é deveras importante para o tema em tela, pois primeiro se deve observar que o citado deputado se projeta como um representante não só do Ceará, mas um representante da região, visto que segundo ele o Brasil era, até então, dividido em três zonas ou regiões, a saber: uma ao norte – compreendendo o vasto território amazônico; outra ao sul – abrangendo as regiões do sul; e outra central – abrangendo os sertões das quatro províncias flageladas pela seca.⁵⁹⁷ Araripe reforçava sua posição dizendo que falava de uma calamidade que devastava não só uma província, mas uma grande região do império: “quero falar de uma região que abrange os sertões de quatro províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco”.⁵⁹⁸ Esse deputado cearense buscou delimitar, em seu pronunciamento, uma região específica dentro da área Norte do país, notadamente o Norte das secas ou, como se convencionou dizer à época, “as secas do Norte”. Além de enfatizar a emergência da “região

⁵⁹⁵ BRASIL: Ministério dos Negócios do Império. Ofício/ 1ª Diretoria/nº 3426/ 30 de setembro de 1878. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

⁵⁹⁶ Mandatos (na Câmara dos Deputados): Deputado(a) Federal - CE, Dt. Posse: 13 maio 1869; Deputado(a) Federal - CE, Dt. Posse: 29 jan. 1873; Deputado(a) Federal - CE, Dt. Posse: 16 fev. 1877; Deputado(a) Federal - CE, Dt. Posse: 12 maio 1886. Mandatos Externos: Deputado Provincial, CE, Período: 1849 a 1950; Presidente de Província, RS, Período: 1876 a 1877; Presidente de Província, PA, Período: 1885 a 1886.

⁵⁹⁷ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados, sessão de 28 de junho de 1877. Rio de Janeiro: 1877.

⁵⁹⁸ *Ibidem*, p. 280.

das secas” ou central, como disse, a fala de Araripe é sintomática, visto que foi uma das primeiras, de tantas outras, acerca do recorte territorial diferenciado a partir do fenômeno climático, falas essas demarcadoras do recorte regional delimitado pelas secas.

Albuquerque Júnior, ao estudar a questão da seca no Norte do país e a emergência da região Nordeste, ponderou sobre a separação do Norte e do Nordeste, considerando que o ciclo da borracha e as secas do início do século XX foram decisivas para tal separação, pois provocaram uma intensa migração de pessoas da parte oriental para a parte ocidental do Norte, o que desencadeou uma reação das oligarquias dos estados secos no sentido de iniciarem uma propaganda de descrédito da região amazônica com vistas a evitar a perda de mão de obra.⁵⁹⁹ Albuquerque Júnior, na verdade, expôs o segundo momento das divisões regionais na grande área Norte do Brasil, pois, em que pese a crítica de todo o Norte à época contra a centralização política e a atenção privilegiada que concedia ao Sul, por parte do Império, o primeiro momento de afastamento entre o Norte da borracha ou a região amazônica e o chamado Norte agrário ocorreu na segunda metade do século XIX, quando as províncias da parte ocidental e as províncias da parte oriental assumiram posturas diferenciadas no cenário regional e nacional. Basta lembrar que, no Parlamento brasileiro, cada vez mais as bancadas nortistas foram direcionando seus discursos para suas áreas específicas.

Ainda sobre as diferenciações regionais no Norte do Brasil, Rosa Maria Godoy aventa, em seu importante trabalho sobre o regionalismo nordestino, já citado, a hipótese colocada por Albuquerque Júnior segundo a qual a emergência do recorte espacial nordestino “descolando-se” do antigo Norte decorreu, justamente, de um processo de diferenciação entre o então bloco Norte, sobretudo ao se considerar o surgimento do ciclo da borracha na Amazônia⁶⁰⁰. Ou seja, as formas econômicas de cada área também acabaram por colaborar no processo de diferenciação regional. Evaldo Cabral de Mello elenca que o Império brasileiro produzia uma imagem da geografia nacional apenas dividida entre Norte e Sul, mas que é preciso pensar em outras divisões regionais, evidenciando que a divisão Norte e Sul “tinha a ver com a mística unitária do Império, não poderia contudo, resistir por muito tempo à crescente diferenciação econômica entre o sul cafeeiro, o velho norte açucareiro e algodoeiro

⁵⁹⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de *Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema à solução (1877-1922)*. Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, 1988.

⁶⁰⁰ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: Existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

e o novo norte da borracha”.⁶⁰¹ As questões trazidas por Godoy e Mello são importantes para as pretensões desta tese por apontar, objetivamente, na direção da análise em curso, notadamente quanto ao processo de diferenciação regional no Brasil do século XIX e ao lugar da região amazônica e, posteriormente, à Amazônia neste processo.

Além do que, é interessante perceber que os pressupostos fundacionais dos processos de invenção das duas regiões que antes formavam o grande Norte do Brasil ocorreram justamente no âmbito do Parlamento Brasileiro, ou seja, tanto o Nordeste quanto a Amazônia tiveram suas bases lançadas por meio da representação parlamentar. No caso do primeiro, Albuquerque Júnior esclarece que ocorreu uma evolução no território das secas, pois o que era um problema do Ceará – com a crise econômica, política e social vivenciada pelas demais províncias adjacentes – desencadeou a criação de uma identidade e uma unidade entre as províncias do Norte, surgindo assim o território das “secas do Norte” ou o “problema do Norte”, logo a identidade nortista era contraposta ao Sul do país. Segundo o autor, no plano nacional, no discurso das elites políticas, ocorria uma unificação do discurso regional. Desse modo, ainda no século XIX, o termo “seca do Ceará” foi transformado no termo “seca do Norte” e já no período republicano o termo seca do Nordeste era utilizado para delimitar a região Nordeste.

Não é trivial que algo semelhante tenha ocorrido na área amazônica, pois as discussões sobre os temas da navegação a vapor e da abertura do rio Amazonas à navegação internacional – dois dos principais problemas dessa parte do país entre as décadas de 1850 e 1870 – foram inicialmente associados ao recorte geográfico do Pará, sendo transformados pelo discurso político como temas regionais a partir dos conceitos de Vale do Amazonas e região amazônica, inclusive, em 1877, ano em que os parlamentares cearenses passaram a enfatizar mais de perto o conceito de secas do Norte, os parlamentares amazônicos passavam a dimensionar o aspecto regional do Pará e Amazonas na luta política pela prorrogação da subvenção para a companhia de navegação do Amazonas por parte do Governo Central, como visto acima neste capítulo. Posteriormente a partir da década de 1880 passou a ser comumente utilizado o conceito Amazônia como plataforma unificadora do discurso regional.

6.5 A Amazônia no discurso parlamentar: da unidade ao separatismo

⁶⁰¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *A Ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora Senac-SP, 2001, p. 101.

Entre 1850 e 1880, foram raras as menções à palavra Amazônia no âmbito dos discursos das elites políticas amazônicas,⁶⁰² pois os termos Vale do Amazonas e região amazônica foram utilizados por essas mesmas elites para renomearem o antigo Estado do Grão-Pará, de modo que, no início da década de 1880, nota-se que os parlamentares passaram a utilizar a nomenclatura Amazônia com maior frequência em seus discursos. Aventam-se aqui quatro hipóteses iniciais para tal situação acima: primeiro, cada vez mais os parlamentares da região amazônica pareciam compreender a necessidade de demonstrar uma união regional – mesmo que em algumas oportunidades os parlamentares de partidos diferentes tivessem protagonizado enfrentamentos públicos no âmbito do Parlamento por divergências em suas províncias – para arregimentar recursos para as províncias do Pará e Amazonas, pois a centralização de decisões, poderes e recursos econômicos do Governo Central deixava pouca margem de autonomia para as províncias, o que implicava, para essas últimas, depositar suas expectativas de acesso a recursos e benefícios na atuação parlamentar; a segunda hipótese diz respeito ao próprio processo momentâneo de crise econômica na região, derivada da flutuação dos preços da borracha no mercado internacional e de crise no abastecimento alimentício na região. Logo, em momentos de crise, a busca por superação também conduz a processos identitários.

A terceira hipótese corresponde à demanda, especialmente, das elites amazônicas para que a região nativa – e, portanto, seus representantes – ocupasse uma melhor posição no conjunto da nação, posição econômica e política; logo, uma estratégia adotada foi conceder ao termo Amazônia a dimensão política, de modo que, além de significar uma identidade política, também significou uma identidade separatista, pois determinados seguimentos no Pará passaram a ressuscitar, dos tempos da Cabanagem, o espectro do separatismo como artifício retórico capaz de chamar a atenção do Império para as necessidades amazônicas. Nesses termos, chamar a região de Amazônia era também trazer ao debate uma posição de separação dessa área do restante do Império, algo que atingia, no âmago, a plataforma imperial da unidade nacional. Esse tema será discutido no próximo capítulo. A quarta hipótese diz respeito ao fato de as elites regionais amazônicas terem passado a utilizar, com mais ênfase, a nomenclatura Amazônia visando à propaganda internacional da região, haja vista que, desconfiados com a não ajuda do Império brasileiro para solucionar as questões

⁶⁰² Uma rara menção escrita ao termo Amazônia apareceu na obra voltada ao público escolar do Pará e do Amazonas, de autoria de Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, intitulado “Paleographo ou a Arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da Amazônia”, obra endereçada ao ensino da leitura de textos manuscritos produzidos a partir de diferentes caligrafias, publicada pela primeira vez em 1871.

regionais, essas elites ampliaram a busca de mão de obra e investimentos no exterior, lugar onde o termo Amazônia já possuía certa circulação, muito em função do trânsito de ideias e do fluxo de informações circuladas a partir do movimento de viajantes e cientistas nessa área do Brasil, bem como da contenda internacional sobre a fronteira amazônica com a França.

No que diz respeito ao Parlamento Brasileiro, o que interessa neste tópico é frisar que, pela primeira vez, o termo Amazônia foi utilizado na Câmara dos Deputados, data de 1850, integrando um discurso sobre os povos indígenas da região no discurso proferido pelo deputado paraense à época: Tenreiro Aranha. Depois dessa ocasião, somente é localizada referência explícita ao termo Amazônia em setembro de 1882, contida em um estudo sobre a viação geral do Império, cujo autor foi o engenheiro João Ramos de Queiroz, estudo já comentado em capítulo anterior. Após essa ocorrência do uso do termo, somente em julho de 1884 o deputado conservador do Pará, Guilherme Francisco da Cruz, usava a tribuna da Câmara dos Deputados gerais para requerer auxílios para a navegação fluvial referindo-se ao “[...] desenvolvimento econômico das duas províncias da Amazônia”.⁶⁰³ Aparece, nesse caso, uma menção explícita das junções das províncias do Pará e Amazonas. Já em 1885, em uma exposição sobre as eleições no Pará, reaparecia o termo Amazônia, mas apenas citada como referência espacial das eleições. Também nesse ano de 1885, o deputado liberal pelo Amazonas, Adriano Pimentel, no âmbito de um debate cheio de acusações ao Senador pela sua província, Ambrósio Leitão da Cunha, o qual o deputado Adriano atribuía que abandonava o Amazonas em prol do Pará. Ao se referir a um momento de crise, o deputado pelo Amazonas citava o termo Amazônia em seu discurso, em referências ao Pará e Amazonas.⁶⁰⁴

Em 1886, durante as sessões da Assembleia Geral Legislativa, alguns discursos concederam atenção à Amazônia. Com a presença de deputados e senadores, as sessões ganham bastante eloquência por parte dos oradores. Primeiro, lembra-se o discurso do deputado paraense, membro do Partido Conservador, José Lourenço da Costa Aguiar que, em agosto de 1886, discursava a favor da abolição das fazendas de criação de gado nacionais, defendendo somente a existência de fazendas criatórias privadas e assim se remetia às fazendas da Ilha do Marajó. Nesse discurso, a palavra Amazônia apareceu como resultado da

⁶⁰³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 28 de Julho de 1882. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=amazonia&pagfis=94058>. Acesso em: 05 nov. 2022.

⁶⁰⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 8 de agosto de 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=amazonia&pagfis=83309>. Acesso em: 05 nov. 2022.

recepção da obra produzida pelo Barão de Marajó, em 1883, intitulada “A Amazônia”, o que já permite perceber como o conceito de Amazônia foi sendo incorporado ao discurso parlamentar, ou seja, muito em função da literatura da época.

Fausto de Aguiar, político não natural do Pará, mas com uma larga vivência política na região informava que as fazendas nacionais não prosperavam na ilha do Marajó e se fossem continuadas que o governo instalasse um estabelecimento de estudos de zootecnia para auxiliar a produção de gado naquela área. O parlamentar também requeria uma obra para evitar as inundações no Marajó. Importa perceber, no pronunciamento de Fausto de Aguiar, os momentos em que aciona as questões da disparidade regional brasileira e os argumentos em favor da área amazônica. Terminando a primeira parte de seu discurso, dizia que, se o governo atendesse às demandas colocadas, concorreria para:

[...] o desenvolvimento magnífico há que é destina aquela porção de terra, que faria a riqueza da nação inteira; e reclamo particularmente para a ilha do Marajó, acentuando bem essas palavras, pois que vejo que meus compatriotas do Sul olham para a riqueza do estuário amazônico com certo desdém, por que dizem que ela depende da borracha.⁶⁰⁵

Observa-se, na fala de Fausto de Aguiar, o elemento básico do regionalismo político: a busca pela identidade do nós contraposta a um outro, nesse caso, o Sul. Outro aspecto é a presença do elemento imagético pelo qual as elites amazônicas lutavam por desconstruir, ou seja, a imagem de região atrasada, motivo pelo qual o deputado paraense buscava falar em outras questões da economia regional. Ao citar o aspecto de desdém, um deputado não apoiou a fala do representante paraense, gerando uma nova fala dele, desta feita reafirmando que colegas do deputado discordantes da sua afirmativa haviam expressado tal posição publicamente, inclusive, segundo Aguiar, um deputado por Minas Gerais tinha expressado essa percepção “[...] desmedidamente notável, pois que todos os que tem viajado a região amazônica são contestes em dizer que qualquer dos produtos daquela região é bastante para enriquecer um império.”⁶⁰⁶ Com um discurso pautado pela região, Aguiar buscava desconstruir a ideia de que na região amazônica somente havia borracha, e essa luta por apresentar uma região rica pautava-se justamente por desconstruir certa imagem de atraso

⁶⁰⁵ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 9 de agosto de 1886, p. 84. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=amazonia&pagfis=84977> Acesso em 05 nov. 2022.

⁶⁰⁶ Idem.

ligada a essa parte do país, daí acionava viajantes como Humboldt e Agassiz como testemunhas da riqueza amazônica.

Para Aguiar, havia um desconhecimento do Pará, por isso o caluniavam, inclusive de que deputados do Sul diziam que a borracha era produto de escravos e um senador (Martinho Campos) proferiu a ideia de que os cidadãos dessa região eram “cidadãos de arco e flecha”. Segundo ele, isso ocorria por “[...] não conhecer o grau de civilização do Pará, e não saber que aquela região com seus cidadãos de arco e flecha tem forças bastante para resolver a crise financeira que está assombrando os poderes do Estado.”⁶⁰⁷ Compreende-se de todo esse debate e de outros ocorridos no Parlamento que de fato uma das vertentes do regionalismo político amazônico era lutar para desfazer determinada imagem da região como sendo selvagem e atrasada que circulava no Sul do país. Nota-se ainda que o deputado tratava a região amazônica pelo nome de Pará, o que revela mais uma vez como o Pará ocupava certa centralidade no processo de construção regional.

Fausto de Aguiar ainda trouxe ao debate o problema da centralização imperial, elencando que se o Governo repassasse para o Pará o que essa província passava aos cofres do Império, seria o suficiente para o desenvolvimento, dizendo que “se o Pará não se desenvolvido mais, se não ocupa mais brilhante, é porque é ignorado e desprezado por aqueles que dirigem os destinos desse Império”. Logo após Aguiar, o deputado paraense José Ferreira Cantão corroborava a fala do colega dizendo: “é porque o governo geral corta-lhe as asas”. Também seguiu o colega Cantão o também deputado pelo Pará Guilherme Francisco da Cruz, mencionando que “e nega-lhe tudo”, uma menção ao Governo Central. A metáfora corta-lhe as asas para se referir à centralização do governo que foi utilizada por outros parlamentares à época. Fausto de Aguiar completava o raciocínio dos colegas evidenciando que se enganavam aqueles que queriam abater o Pará, pois se esqueciam do “valor e grandeza daquela esplêndida joia amazônica.”⁶⁰⁸ Mais uma vez reaparece o aspecto regional na metáfora da “joia amazônica”.

Na mesma sessão de 9 de agosto de 1886, na qual o senador Fausto de Aguiar discursou, também fez uso da palavra o deputado conservador paraense José Maria Leitão da Cunha, pertencente à família de Ambrósio Leitão da Cunha (Barão de Mamoré), que inicialmente visava responder questões relativas a um discurso de um deputado mineiro, inclusive sobre ideias sobre a região amazônica que os parlamentares dessa área buscaram

⁶⁰⁷ Idem.

⁶⁰⁸ Idem.

desconstruir. Particularmente, Leitão da Cunha discordava de um deputado mineiro em razão de ele ter atribuído o atraso da região amazônica à economia extrativista da borracha, o que, para o deputado do Pará, era uma falácia, sendo para ele a falta de população nessa área a questão responsável pelo atraso. O objetivo de Leitão da Cunha era chamar a atenção do Império para o problema central da área amazônica na percepção desse parlamentar, a saber: a falta de mão de obra. Reativando uma ideia da década de 1860, proveniente das elites políticas amazônicas, Leitão da Cunha considerava que dois vales no mundo formariam o grande celeiro global: o Vale do Mississipi e o Vale do Amazonas.

Leitão da Cunha utilizou, em seu discurso, três nomes para conceituar a região nativa: Vale do Amazonas, região amazônica e Amazônia. Nos momentos em que ele confrontou o Governo Central por não resolver os problemas de sua região, fez uso dos termos região amazônica e Amazônia, por exemplo, quando estava evidenciando que não havia resolvido o principal problema da região que representava, disse que: “[...] não é por outro lado certo menos certo que o problema complexo do desenvolvimento da Amazônia, longe de ser encarado pela sua verdadeira face, não tem despertado, o interesse que devera merecer.” Os tons do discurso regionalista logo apareciam no pronunciamento do deputado, pois, além do confronto com o Governo, Leitão da Cunha informava que buscava representar as queixas levantadas em sua província contra o privilegio concedido às províncias do Sul do Império. O deputado resumia seu pedido de ajuda ao Império no que diz respeito à imigração para a Amazônia: estabelecer a propaganda da região; auxílio para a passagem aos imigrantes; e a organização de lotes de terras para assentar os imigrantes. A tese principal de Leitão da Cunha em seu discurso era:

Desde que a origem desse mal está na falta de braços, o meio de manter sempre desenvolvidos o comércio e a indústria na região amazônica consiste não só em aumentar a sua população, como encaminhar para ali o contingente do comércio e das indústrias de povos que a natureza lhe fez tributários.⁶⁰⁹

A tese estava assentada na ideia da necessidade de ampliar a imigração para a região amazônica, pois só assim essa população imigrante não integraria o conjunto da mão de obra para a extração da borracha, mas trabalharia em outras atividades, especialmente na agricultura. Completa essa perspectiva a percepção de que os povos tributários do rio

⁶⁰⁹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados Sessão em 9 de agosto de 1886, p. 99. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=amazonia&pagfis=84994> Acesso em: 06 nov. 2022.

Amazonas, entre eles os bolivianos, deveriam ser considerados no processo migratório. Mas esse processo imigratório para a Amazônia, na visão de Leitão da Cunha, era prejudicado também pelo preconceito e pela imagem construída acerca da região, sobretudo pela ideia de que o clima era inóspito. Para desconstruir tal visão, o senador recorreu a uma série de autores, o que desde já permite aventar como a construção do conceito e da imagem da Amazônia foi derivada também da circulação e do fluxo de pensamentos, relatos e produções científicas sobre essa área da América. Leitão da Cunha começou pelo escritor local Antônio Baena que na obra *Ensaio Corográfico da Província do Pará*, produzida no final da década de 1830, “[...] concluiu ser não só o clima amazônico apto para a vida, como muito propício a longevidade.”⁶¹⁰ Logo após, citou o naturalista inglês Henry Walter Bates que esteve na região amazônica com o objetivo de demonstrar a salubridade da capital do Pará, e o bom clima de Santarém e do Alto Amazonas⁶¹¹.

Além de Baena e Bates, Leitão da Cunha trouxe, para reforço do argumento, o viajante e zoólogo suíço Jean Louis Rodolphe Agassiz, que havia estado na região amazônica na década de 1860 e produzido relatos sobre essa área, inclusive o senador reproduziu um trecho de uma carta que Agassiz teria enviado ao comendador Pimenta Bueno, na qual o zoólogo defendia a imigração para o Vale do Amazonas em função do clima salubre da região. Além de Agassiz, Leitão da Cunha, demonstrando conhecer a rede de conhecimentos que circulavam pelo mundo sobre a região amazônica, aprofundou sua defesa da região a partir dos relatos do viajante e professor de geografia francês Henri-Anatole Coudreau que veio para Caiena em 1881, exercendo a carreira de professor. Em 1883 foi designado pelo Ministério da Marinha e das Colônias da França para excursionar a área do Contestado franco-brasileiro, ou seja, a área em litígio entre a Guiana Francesa e o Brasil. A primeira expedição desse viajante ocorreu entre 1883 e 1884, seguindo mais duas expedições: 1887-1889 e 1889-1891, com produções escritas ao final de cada uma. O parlamentar paraense passou a citar um estudo publicado pelo geógrafo francês no Boletim da Sociedade de Geografia de Paris, cujo escopo era “um estudo bastante extenso sobre a Amazônia.”⁶¹² Todos os capítulos do texto de Coudreau, conforme mencionou Leitão da Cunha, possuíam referência à Amazônia no título. O principal uso do texto de Coudreau pelo parlamentar foi a ideia de que a Amazônia possuía

⁶¹⁰ Idem.

⁶¹¹ BATES, Henry Walter. *Um naturalista do rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

⁶¹² Ibidem, p. 100.

um clima quase idêntico ao do resto do mundo e que seria um dos centros de atração de imigrantes europeus.

Em 1887, o termo Amazônia aparecia no discurso de parlamentares não amazônicos como sinônimo de separatismo no âmbito do Parlamento brasileiro, a exemplo do pronunciamento do deputado baiano Aristides Augusto Milton. O deputado baiano se pronunciava contra o desamparo de recursos e melhorias para as províncias do Norte e polemizava naquela oportunidade com um deputado representante do Rio de Janeiro, Pedro Luís Soares de Sousa, sobretudo acerca da insatisfação dos movimentos separatistas no Norte do Brasil. Milton informava que a integridade do Império passava por ataques e seria melhor uma atenção com as províncias em detrimento da centralização, o que gerou questionamento pelo deputado carioca se existia ou não separatismo no Brasil. Milton respondeu citando: "[...] por alto ao nobre deputado. V. Ex. desconhece a ideia da Amazônia que anda lá pela província do honrado ministro da Justiça, esvoaçando desde muito tempo? V. Ex. por certo desconhece a atitude que ultimamente tomou certo grupo de São Paulo?"⁶¹³ A menção à Amazônia aparece como ideia separatista ao fazer referência ao ministro da justiça que era, à época, um político representante do Pará entre 1887 e 1888, Samuel Wallace Mac Dowell. Ao longo do debate, o deputado baiano voltou a reafirmar que falava em Amazônia a partir da ideia de separatismo e que tal fato era desconsiderado pelo deputado carioca, inclusive Pedro Luís expressava certa surpresa, pois expressava-se dizendo: "o nobre deputado citou a Amazônia...".⁶¹⁴

O deputado pelo Rio de Janeiro, Domingos de Andrade Figueira, também em 1887, ao discursar sobre a situação financeira do Império, retomava o tema do separatismo na região amazônica. O deputado criticava a ideia de que possivelmente as províncias poderiam formar partes destacadas e distintas perante o Império, refutando, precisamente, a fala de um deputado paraense que havia descrito uma lisonjeira descrição das províncias do Norte e que as províncias do Sul, especialmente a Corte, sugavam a riqueza daquela parte do Império. Andrade Figueira buscou mostrar, através de dados das receitas e despesas do Pará, que tal situação acima colocada não era verdade. Em sua fala disse:

E o orador está convencido de que, desde que o norte se colocasse em posição de sustentar o sul, não tardaria para hastear a bandeira da sua independência, como já se

⁶¹³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 4 de julho de 1887.

⁶¹⁴ Idem.

insinua na Amazônia, pela imprensa e por uma falsa opinião que se procura incutir ali no ânimo da população.⁶¹⁵

Sendo o Parlamento “[...] o lugar em que se institui uma maneira legítima de formular e regular os conflitos entre os grupos, entre os interesses,”⁶¹⁶ observa-se que as elites políticas do Norte e do Sul se confrontavam naquele espaço acerca dos destinos das receitas do país, especificamente quem era o maior beneficiado. A resposta ao discurso do deputado representante do Rio de Janeiro veio da bancada de deputados paraenses, tendo assumido a palavra o deputado José Lourenço da Costa Aguiar, ocupando boa parte do seu discurso com dados visando provar que a riqueza do Norte era canalizada para o Sul. Costa Aguiar deixou claro que não queria a separação do Império, mas, concomitantemente deixava implícito certa ideia de que a centralização imperial em benefício do Sul colocava em risco a integridade do Império, pois o Norte estava convencido do desamparo que sofria, inclusive:

Quanto particularmente as províncias do Pará e Amazonas, de V. Ex. ocupou-se, devo dizer que elas também já estão convencidas de que seus saldos vêm para o sul, de que elas são completamente esquecidas e de que tem força, a julgar pelas suas rendas para já ser um Estado, como são feitas poucas exceções, grande parte das repúblicas sul-americanas [...]⁶¹⁷

As palavras do deputado Costa Aguiar são muito importantes para se dimensionar o regionalismo político amazônico naquele momento, pois além da acusação sobre a disparidade regional brasileira, a ideia das duas províncias nortistas, pela dimensão econômica, possuírem envergadura para formarem um Estado aos moldes dos países sul-americanos, ou seja, a tese separatista estava presente e essa ideia de constituir ou pelo menos se projetar imaginariamente como uma nova entidade política, administrativa e territorial também passava pela elaboração política do conceito de Amazônia, que mesmo não sendo assumido com conotações separatistas pela elite política em todos os momentos, aparecia nas entrelinhas de sua pronúncia como denotador de uma nova identidade política regional, como veremos adiante quando discutirmos o papel da imprensa paraense no regionalismo político. O termo região amazônica estava posto naquele momento e já era utilizado para conferir especificidade à área das províncias do Pará e Amazonas frente ao antigo Norte.

⁶¹⁵ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 2 de setembro de 1887, p. 571.

⁶¹⁶ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., 2014, p. 268.

⁶¹⁷ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 9 de setembro de 1887, p. 406.

Não é trivial que os representantes parlamentares provenientes do Rio de Janeiro se posicionassem fortemente contra posturas e movimentos provinciais, descentralizadores ou separatistas, visto que a centralização política do Império coincidiu com a centralização econômica a partir do café, tendo como centro maior de produção e venda o Rio de Janeiro, por isso, conforme Carvalho, “não admira que os principais defensores do centralismo estivessem na burocracia central e entre os grandes cafeicultores e comerciantes da cidade e da província.”⁶¹⁸ Por outro lado, as discussões sobre a centralização política e administrativa no Brasil a partir do Parlamento não ocorriam apenas pelos ventos federalistas e republicanos que sopravam, mas em função da própria situação de desigualdade de recursos entre o Império e as províncias, visto que: “em 1885, já quase ao final do Império, o Governo Central arrecadava 77% das rendas públicas, ficando as províncias com 18% e o municípios com 5%.”⁶¹⁹

Nesse período, na Câmara dos Deputados, já ficava relativamente claro quais eram as intenções da bancada de deputados do Pará e do Amazonas, como se pode observar no discurso do deputado mineiro Afonso Celso Júnior, que discordou do deputado amazonense Passos de Miranda, sobre a necessidade da presença do Ministro da Justiça para o debate do orçamento da citada pasta – na ocasião, o Ministro era o conterrâneo político de Passos de Miranda, Samuel Wallace Mac Dowell –, ocasião em que Afonso Celso mencionou que Miranda era deputado pelo Pará, sendo logo corrigido pelo colega que informava ser deputado pelo Amazonas. Logo após, Afonso Celso disse: “como o Pará e o Amazonas formam a grandiosa Amazonia, que é o sonho dos nobres deputados verem brevemente constituída, é muito para desculpar-se [...]”.⁶²⁰ Ou seja, o deputado mineiro justificou o equívoco sobre a província natal de Miranda esclarecendo que na verdade os deputados das duas províncias (Pará e Amazonas) sonhavam com a junção das duas, cujo conceito regional era a Amazônia.

É importante considerar que a concepção política e regional do termo Amazônia ainda não estava totalmente clara para todos os deputados da região amazônica, como podemos verificar no discurso do deputado paraense Mâncio Caetano Ribeiro, pertencente ao Partido Conservador. Em 15 de julho de 1887, Mâncio Ribeiro, ao requer melhorias para o Pará através do Ministério da Marinha, e quando fez referência a necessidades de faróis fluentes,

⁶¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 168.

⁶¹⁹ *Ibidem*, p. 170.

⁶²⁰ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Senhores Deputados*. Sessão em 5 de julho de 1887, p. 24.

conceituou a Amazônia como “[...] as numerosíssimas ilhas daquela zona hidrográfica.”⁶²¹ O conceito de Amazônia, nesse caso, pautava-se pela hidrografia regional, confirmado pela afirmativa de Ribeiro de que “antes de me ocupar-me do serviço que diz respeito ao importante arquipélago do Amazônia, tratarei de alguns faróis [...]”.⁶²² Portanto, a Amazônia era, para o deputado, um conjunto de ilhas agrupadas na porção territorial norte do Brasil.

Ainda acerca do tema do separatismo relacionado à Amazônia, um deputado, chamado Coelho Rodrigues, no meio de um debate na Câmara com um deputado pelo Maranhão, disse que este último não estava bem informado acerca da política nas províncias do Pará e Amazonas, reiterando que: “não chamo Amazônia, porque isto cheira a ideia de separação e eu hoje sou monarquista [...]”.⁶²³ Os deputados paraenses já utilizavam o termo Amazônia para se referirem a sua região de atuação, mas grande parte dos deputados de outras partes do Brasil, especialmente do centro e do Sul do país possuíam forte oposição ao citado termo, pois o compreendiam como um nome que denotava o separatismo do Pará e do Amazonas. Em junho de 1888, os deputados paraenses debatiam sobre obras para a província e a necessidade da imigração, ocasião em que o deputado Mâncio Ribeiro fez menção “[...] aqueles vastos horizontes da Amazônia”.⁶²⁴ Sendo logo em seguida questionado pelo deputado mineiro João Nogueira Penido com as seguintes palavras: “onde é essa Amazônia de que o nobre deputado tanto tem falado?” Cabendo a Mâncio Ribeiro a resposta de que o deputado deveria estudar geografia, sendo que Penido replicou dizendo: “não acho essa província – Amazônia – só si a geografia do Pará e diferente”.⁶²⁵

Além disso, após o cômico Mâncio Ribeiro foi a vez de discursar do deputado geral pelo Pará Samuel Wallace MacDowell, que retornou à Câmara dos Deputados após ter assumido a função de Ministro da Justiça e, no momento inicial da fala de MacDowell, o deputado mineiro Penido voltou a tema sobre a Amazônia perguntando: “o senhor Cônego não quis definir o que era a Amazônia; V. Ex. pode fazê-lo?”⁶²⁶ em seguida MacDowell respondeu: “reserve a sua pergunta para mais tarde, que eu lhe darei a definição dessa região opulenta que se denomina Amazônia, embora seja sempre difícil definir”. MacDowell

⁶²¹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 15 de julho de 1887, p. 191.

⁶²² Idem.

⁶²³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. 1887. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=amazonia&pagfis=89474> Acesso em: 07 nov. 2022.

⁶²⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 5 de junho de 1888, p. 31

⁶²⁵ Idem.

⁶²⁶ Ibidem, p. 35.

dedicou uma parte do seu discurso para esclarecer o que era a Amazônia, desta feita, dividiu a explicação em duas partes, a saber: a primeira sobre as projeções de futuro, neste momento recorreu ao que disse o zoólogo suíço que fez carreira nos Estados Unidos Louis Agassiz que, segundo MacDowell, havia projetado que a Amazônia viraria um grande império – mais uma demonstração de que a elaboração do conceito regional passou pela circulação de ideias sobre essa região; a segunda explicação baseava-se no tempo presente – diante de uma bancada de deputados que requeria recursos para a sua região, o discurso da necessidade também aparecia para definir a região – oportunidade em que o deputado expunha as deficiências pela pouca lavoura, o trabalho industrial reduzido e a riqueza concentrada na extração da borracha, que acabava sendo um monopólio providencial de uma região opulenta, a Amazônia.⁶²⁷

Esse momento do debate acima é exemplar sobre o fato de que o uso do conceito de Amazônia para denominar a grande área brasileira banhada pelo rio Amazonas não foi desde sempre e que, em 1888, ainda gerava perguntas sobre onde era tal região, obviamente que nesta situação deve-se levar em conta o componente da suspeição pelo uso político do termo, mas também revela o quão era recente. Além do que, o deputado MacDowell fazia uma das falas mais nítidas acerca do caráter regional do conceito de Amazônia.

O tema do separatismo amazônico continuou presente no discurso de MacDowell, desta feita, considerando que ele possuía certa dissidência de parte das lideranças conservadoras no Pará, inclusive do chefe conservador Cônego Siqueira Mendes, à época senador pelo Pará, apresentava discordância sobre a postura de Mendes e seus aliados acerca do contrato que defendiam acerca da estrada de ferro de Alcobaça que, nas palavras de MacDowell, Siqueira Mendes acreditava que essa estrada serviria para fomentar o pensamento separatista, inclusive reproduziu a fala do senador por ocasião de uma fala sua na Assembleia Provincial do Pará. Na oportunidade, Siqueira Mendes teria dito que via na estrada: “mais um passo dado para a independência da Amazônia, acontecimento que há de realizar-se, que nós queiramos, quer não.”⁶²⁸ O deputado paraense, logo após, enfatizava que, pelo contrário, a estrada seria um elemento de união nacional.

A ameaça separatista, em determinadas momentos, era pautada como estratégia de pressão política na mesa de negociações, a exemplo do que foi citado acima. No caso em tela, o conflito regulado se dava no campo político provincial e que de fato envolvia o senador conservador Siqueira Mendes, naquele momento também Presidente da Assembleia

⁶²⁷ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Op Cit., 5 de junho de 1888.

⁶²⁸ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 13 de setembro de 1888, p. 147.

Legislativa Provincial e que, diante do teor dos jornais da época, buscava a aprovação, junto à Assembleia Provincial do Pará, de um contrato para a construção da estrada de ferro de Alcobaça, que ligaria o Pará às províncias de Goiás e Mato-Grosso. Todavia, em razão de desconfianças com a empresa que executaria o contrato, ocorreu uma negativa dele. Tudo indica, diante dos fatos, que Mendes objetivava aprovar o contrato com a retórica do separatismo, possivelmente por perceber à época que teria algum peso nas decisões dos deputados provinciais. O jornal *Diário de Belém*, ao noticiar os acontecimentos dizia, inclusive, que o senador queria abertamente a separação da Amazônia.⁶²⁹

A questão precisa ser vista mais de perto, pois também estavam em jogo aspectos do campo político nacional contrapostos aos interesses provinciais, visto que a postura de Siqueira Mendes na Assembleia Provincial também se contrapunha a uma suposta intervenção do Presidente de província na negativa do projeto que interessava ao senador, pois o presidente do Pará era, até julho de 1888, o conservador Francisco José Cardoso Júnior; ele explicou, pela imprensa de Belém, que o senador “[...] pedia a separação da Amazônia como um meio de salvar o Pará dos presidentes mandados do Sul!”.⁶³⁰ Ou seja, aparece nesse momento a queixa contra a centralização administrativa do Império por ter a prerrogativa única de nomear os presidentes das províncias alheios a elas, sobretudo de origem sulista para o Norte. A Amazônia era acionada como dispositivo político contra a centralização e, no caso de Siqueira Mendes, sua postura em prol do separatismo já era conhecida no Pará antes do episódio que envolveu a estrada de ferro, como noticiava em tom de crítica à imprensa liberal, a qual o acusava de querer ser o “príncipe da Amazônia”, em alusão ao fato de ele, possivelmente, querer transbordar a chefia de um partido para a chefia de uma região ou Estado.⁶³¹ O jornal *A República* chegou a mencionar que Siqueira Mendes se comportava no Pará, à época, como o “rei supremo da Amazônia”, um tipo de “dono da terra”, “sultão onipotente”.⁶³² Logo, nota-se que a tese separatista interessava a Mendes pois, caso ocorresse uma separação da região amazônica do Império, possivelmente ele assumiria a presidência política de um pretenso novo Estado amazônico.

⁶²⁹ Estrada de ferro de Alcobaça. In: jornal *Diário de Belém*. Ano XXI, Nº 18. Belém, 22 de janeiro de 1888, p. 2.

⁶³⁰ O Senador Siqueira Mendes e o Vice-Presidente do Pará F. J. Cardoso Júnior. In: *Diário de Notícias*. Nº 241. Belém, 25 de outubro de 1888, p. 3.

⁶³¹ Boletim. In: *O Liberal do Pará*. Nº 271. Belém, 30 de novembro de 1887, p. 1.

⁶³² A influência política do Cônego Siqueira Mendes e os liberais sob o regime monárquico. In: *A República*. Belém, 27 de janeiro de 1887, p. 2.

Às vésperas da República e com a visibilidade do movimento separatista em São Paulo, o campo político nacional se agitava, pois a pauta corrente era a integridade do Império. A ideia separatista em torno da Amazônia continuava a orbitar o discurso de deputados preocupados com a unidade do Império, como se pode compreender no discurso do deputado Coelho Rodrigues, pois, ao tratar de movimentos políticos nas repúblicas vizinhas da América, o deputado enfatizou que “[...] vai se acentuando, em algumas de nossas províncias, certa tendência separatista que traduz-se nas novas denominações de *Pátria Paulista*, *Amazonia* e etc, que me fazem recear também a divisão do Brasil [...]”.⁶³³ O movimento paulista, segundo Adduci, foi uma resposta a essa fase final do Império, oportunidade em que as elites paulistas requeriam o direito de administrarem toda a sua renda e ansiavam por autonomia administrativa.⁶³⁴ É importante compreender que esses movimentos separatistas fizeram parte da chamada crise final do Império, e que foi marcada, na Amazônia, por uma intensa luta política das elites locais contra a centralização, o Sul e a invisibilidade da região, como se poderá analisar no capítulo vindouro, compreendendo mais de perto o papel da imprensa regional na luta política e regionalista junto à nação.

⁶³³ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 7 de junho de 1888, p. 87.

⁶³⁴ ADDUCI, Cássia C. (1996). *A “pátria paulista”*: O separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

7 COMBATES PELA AMAZÔNIA: UMA RESPOSTA À CENTRALIZAÇÃO E A INVISIBILIDADE EM TEMPOS DE CRISE DO IMPÉRIO BRASILEIRO

O regionalismo vai além e supõe uma luta por autonomias regionais ou mesmo por emancipação. É, portanto, no confronto entre forças políticas regionais e aquelas nacionais que o regionalismo se configura. Trata-se, em outras palavras, da tensão entre centralização e descentralização do poder de gestão na formação dos Estados nacionais, em muitos países, ainda não completamente resolvida.⁶³⁵

A crise que levou ao fim do Império brasileiro possuiu vários capítulos, sobretudo os mais conhecidos dizem respeito: ao crescimento das demandas das classes urbanas e liberais com novas visões e anseios em detrimento das classes proprietárias; desenvolvimento das ideias abolicionistas; emergência do seguimento militar como ator político, especialmente após a Guerra do Paraguai; surgimento do movimento republicano no Brasil e fortalecimento de posturas federalistas, entre outros. Destaca-se ainda o problema da centralização imperial como fator fundante para o esgotamento do Império, visto que a ofensiva das províncias descontentes contra a centralização minou uma das principais bases do Império. Conforme Sodré, “o colapso da centralização é o colapso do Império, é a sua ruína, é a sua derrocada.”⁶³⁶ Sodré ainda lembra que um dos grandes erros da política imperial teria sido confundir unidade com centralização, visto que “a centralização, entretanto, muito ao contrário do que poderiam supor os homens do tempo, não favorecia a unidade, mas a comprometia.”⁶³⁷ Esse processo afastava aquelas províncias e regiões do Império, de modo que se sentiam distantes do centro do poder, logo estava criada a ambiência para a emergência dos regionalismos.

Ainda de acordo com Sodré, o descontentamento das províncias com a centralização imperial não provinha apenas desse momento, mas era um agravante da histórica aversão que foi sendo formada ao centro, ou seja, provinha ainda dos tempos das capitânias hereditárias, visto que estas sofriam com um centro que embargava suas atividades e rendas em nome de uma metrópole longínqua. Com o Segundo Reinado, a centralização voltava a ser a mola mestre do gerenciamento da vida política e administrativa, reativando ainda mais fortes as oposições. Para o autor, a centralização era uma máquina que funcionava do centro e para o centro, sendo seu comando executado por poucas mãos que direcionavam os comandos. Em

⁶³⁵ CASTRO, Iná Elias de. Op. Cit., 2021, p. 5.

⁶³⁶ SODRÉ, Nelson. Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Graphia, 1998, p. 251.

⁶³⁷ Ibidem, p. 255

resumo, para o autor, a centralização partia do centro: com o envio de funcionários para as províncias; economicamente por concentrar as decisões, receitas e despesas; administrativamente, pois toda a hierarquia burocrática dependia do Rio de Janeiro (nomeações, posse e condutas); fiscal, haja vista que o sistema de impostos levava a arrecadação ao centro.

A centralização do Império brasileiro ganhou maior proporção a partir das discussões conflitantes entre as posturas que defendiam a autonomia das províncias e os posicionamentos acerca da unidade do Império a partir de um centro, ainda na década de 1830, como já citado anteriormente nesta tese, especialmente sobre o movimento conservador chamado de Regresso. Cabe pensar, no que diz respeito à relação entre as províncias e o centro, que além da centralização, cujo movimento feito era de transformar os interesses provinciais em interesses nacionais, também existiu a presença do federalismo no âmbito do debate político, de modo que, após o período Regencial, passou a ser compreendido como o movimento em que:

A descentralização deveria ser conduzida pelo legislativo provincial em detrimento dos municípios e o pacto federativo deveria ser entendido como um espaço onde os diversos interesses das províncias impulsionam o desenvolvimento nacional e controlam o poder público.⁶³⁸

Para Coser, no âmbito do pensamento político brasileiro, a ideia de federalismo foi sendo forjada como um arranjo constitucional visando a que as províncias possuíssem autonomia para deliberar sobre seus interesses. O entendimento sobre federalismo na história do Brasil passa por uma enorme bibliografia e temáticas, o que não é o objetivo neste texto; apenas buscam-se aqui os principais aspectos pertinentes ao federalismo no século XIX, haja vista que os discursos provenientes do regionalismo político amazônico, na década de 1880, caminharam para uma aproximação com as tendências federalistas.

Em que pese o fato de as elites provinciais – algumas mais outras menos – terem criado junto ao Império um arranjo institucional capaz de contemplá-las na formação e no comando Estado nacional, inclusive mantendo ativos princípios do federalismo no período imperial – como defende a tese da historiadora Miriam Dolhnikoff⁶³⁹ – é preciso perceber

⁶³⁸ COSER, Ivo. Federalismo. *Ler História*, n. 55, 2008, posto online no dia 16 outubro 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2218>. Acesso em: 20 nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2218>

⁶³⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

duas questões: primeiro, que nem todas as elites provinciais ou regionais possuíam o mesmo poder de representação e inserção na estrutura do Estado, o que provocou descontentamentos maiores por parte de algumas províncias e, por isso, o princípio da descentralização tenha sido mais fortemente atrelado ao de federalismo; segundo, que as elites provinciais ou regionais de áreas importantes do ponto de vista econômico, mas com pouco poder político junto ao Império, reivindicavam para si maior atenção e principalmente queriam equiparar o tamanho de suas rendas com o grau de poder político e administrar essas mesmas rendas.

As duas questões acima permitem aventar que nem as elites provinciais não foram alheias e externas ao Estado nacional, nem conseguiram impor um pacto federativo capaz de sentirem-se administradoras dos seus interesses, logo, vislumbra-se que essa situação conduziu estas elites a acentuarem a busca de um pacto nacional espelhado nos princípios federalistas, de modo que no Brasil, especialmente a partir da década de 1860, foi sendo recepcionado o modelo teórico de Tocqueville, pautado na ideia de *self-government*, ou seja, alto governo, que segundo Carvalho, entre nós significava descentralização, condição primária para o alcance da liberdade, outra baliza do federalismo. Segundo Carvalho, com a derrota dos revoltosos pernambucanos de 1848, que pediam a federalização, chegara-se a um acordo pró-Império, ou seja, o fortalecimento do governo monárquico centralizador e em nome da ordem.⁶⁴⁰ Após o fim momentâneo das perspectivas federalistas até 1848, foi somente na década de 1860 que as teorias liberais, especialmente com Tavares Bastos, aprofundaram o debate sobre os problemas da centralização administrativa (o poder do Império em nomear funcionários e presidentes para as províncias, além de falta de autonomia financeira destas últimas) e a demanda por descentralização, ou seja, a necessidade de garantir maior autonomia às províncias frente ao poder central. Fruto desse debate, as teorias federalistas voltaram ao tabuleiro político.

Neste contexto, a partir da década de 1870, cada vez mais o federalismo foi sendo acionado pelas elites provinciais e regionais que não se sentiam contempladas à altura no arranjo institucional do Império, bem como queriam administrar inteiramente suas rendas, daí porque os movimentos republicanos em São Paulo e no Rio Grande do Sul acabaram alavancando o federalismo em detrimento de posturas liberais. No que diz respeito à região amazônica, observa-se que, se o pensamento e as posturas do liberalismo basearam parte considerável dos discursos do regionalismo político entre as décadas de 1850 e 1870, nota-se que, entre o final desta última década e os anos oitenta do século XIX, a ideia federalista

⁶⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, 1998.

associada à descentralização passou a pautar os discursos dos representantes dessa região, pois mesmo que receassem e até negassem intenções republicanas, passaram a vislumbrar outras saídas para a centralização, como a necessidade de uma Monarquia federativa, um novo partido capaz de se opor frontalmente ao centro e até a proposição de uma possível separação do Império.

Esse sentimento de distância em relação ao centro também possibilitou a emergência de uma série de escritos capazes não só de reivindicar a descentralização política e administrativa, mas de conceder visibilidade a uma região tida pelas suas elites como abandonada pelo Império e com suas potencialidades pouco conhecidas dentro e fora do Brasil, situação que era vista como produtora do atraso da região. Logo, no campo das letras, especialmente da imprensa e da produção de obras, veio a reação para estas situações. Portanto, esse capítulo objetiva analisar como a luta política de interesse das elites amazônicas ganhou as páginas dos jornais e outras produções escritas, buscando também compreender como o regionalismo político amazônico apresentou posturas federalistas que estavam na órbita do enfrentamento com o Império brasileiro.

7.1 Breves notas sobre a imprensa amazônica

Diante de uma geografia política brasileira segmentada entre o Norte e o Sul, marcada por disputas pela atenção do Governo Central e pelos investimentos públicos, ambas as regiões mantiveram fortes embates por todo o Segundo Reinado, especialmente no âmbito do Parlamento e da imprensa. Nesse contexto, se faz necessário lembrar que o debate político no Brasil dessa época esteve fortemente marcado pelos embates entre os políticos liberais e conservadores, oportunidade em que os jornais se tornaram um dos principais espaços de formação da chamada opinião pública, sobretudo quanto a temas e ideias do campo político. Ao longo do século XIX, com a multiplicação de folhetos, diários, livros e periódicos, ocorreu uma intensa circulação de percepções e ideias, de modo que os impressos passaram a ser canais estritamente importantes para a legitimação de ideias e opiniões, além de constituírem meios de projeção social.⁶⁴¹

Para pensar a função da imprensa na constituição de uma região, toma-se por base as reflexões de Anssi Paasi sobre a construção das identidades das regiões e lugares,

⁶⁴¹ BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira; MOMESSO, Beatriz. (Orgs.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*, 1.ed. São Paulo: Alameda, 2016

oportunidade em que, diante dos estágios principais da institucionalização regional, esse geógrafo evidencia que a emergência da região demanda uma série de instituições que criam e executam limites e símbolos em várias frentes, podendo ser práticas sociais, performances, textos e discursos. Para tanto, é fundamental o que diz o autor sobre o papel da imprensa que, ao lado de outras instituições e suportes, contribui para institucionalizar regiões, cabendo a essa mesma imprensa regional divulgar informações e criar uma imagem da região e da comunidade de seus habitantes.⁶⁴²

É importante refletir, ainda, acerca do papel da imprensa no que tange à elaboração da identidade da região, pois, além de significar as formas de pertencimento e reconhecimento com o território regional, a própria construção da área (regional) passa pelo nascimento da chamada imprensa regional, como Paasi identificou no contexto finlandês, pois segundo esse autor, no processo de institucionalização das regiões “importantes construtores e mantenedores das áreas são ativistas regionais que defendem com entusiasmo a área em público e mantêm o debate,” a exemplo de “[...] jornalistas de jornais provinciais ou outros meios de comunicação provinciais, diretores executivos de associações regionais e representantes de várias organizações culturais.”⁶⁴³

Ainda conforme Paasi, as regiões e suas identidades são objetos de luta política e que as produções das identidades dessas áreas geralmente foram importantes para a imagem interna e externa da região. O autor enfatiza que esse tipo de identidade se torna particularmente importante em campanhas imagéticas que objetivam moldar as imagens de residentes locais e regionais e de estrangeiros da maneira mais atraente possível.⁶⁴⁴ Paasi considera que “o discurso de identidade também pode ser usado para promover a região em um esforço para aumentar o apelo local”. Logo, é possível notar que as identidades das regiões são construções discursivas que envolvem o exercício do poder e que revelam um campo de interesses, de modo que os jornais e seus agentes detêm papel decisivo nesse processo.

As construções identitárias das regiões, segundo Paasi, se apoiam “em elementos diversos: ideias sobre natureza, paisagem, ambiente construído, cultura/etnia, dialetos, sucesso econômico/recessão, relações periferia/centro, marginalização, imagens

⁶⁴² PAASI, Anssi. Alueiden ja paikkojen historia ja identiteetti (História e identidade de regiões e lugares). In: KOTISEUTU, *Suomen Kotiseutuliiton julkaisu* A:37 (pp. 9-23). Editora: Suomen Kotiseutuliitto, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318572605_Alueiden_ja_paikkojen_historia_ja_identiteetti

⁶⁴³ Ibidem, p. 11

⁶⁴⁴ Ibidem.

estereotipadas de um povo/comunidade, [...]” entre outras.⁶⁴⁵ Assim, no caso da Amazônia, se faz necessário pensar que alguns dos elementos mais fortes e constantes nas narrativas que, de um modo ou de outro podem ser consideradas no âmbito da construção regional, foram justamente a relação periferia/centro, a marginalização do lugar perante à Nação e a reversão de certas imagens tidas como não condizentes para o desenvolvimento regional. Esses elementos podem ser considerados fundantes para a identidade da região, o que quer dizer: [...] de certa forma, uma interpretação do processo pelo qual uma região se institucionaliza, processo que consiste na produção de fronteiras territoriais, simbolismos e instituições.”⁶⁴⁶

Os elementos acima mencionados acabaram por ser destacados pela imprensa regional amazônica, especialmente na criação de uma determinada linguagem política. Elias Palti, ao estudar as linguagens políticas e a transformação estrutural da esfera pública latino-americana, refletindo sobre a construção da opinião pública, considerando o decisivo papel da imprensa, na segunda metade do século XIX, na formulação da opinião pública, pois os jornais na articulação do sistema político possuíam a:

A capacidade material de gerar fato políticos (organização de campanhas, circulação de rumores, entre outros). Em suma, agir politicamente, intervir na cena partidária, servindo de base para as diversas tentativas de articulação (ou de desarticulação) de redes políticas.⁶⁴⁷

No Pará, observa-se uma tendência dos principais jornais da província com vistas a se engajarem para gestarem uma campanha política contra a centralização imperial, independentemente de posição partidária. Palti ainda aponta que a opinião pública deixou de ser um tipo de “tribunal neutro”, que buscaria ter apenas acesso à “verdade do caso”, para aparecer na forma de intervenção e espaço de discussão, visando à definição de identidades subjetivas e coletivas. Ou seja, o jornalismo passou a ser concomitantemente, como uma forma de discutir e de fazer política, se portando como a própria opinião pública.

Cabe, desde já, apontar que desde o surgimento da imprensa no Pará, com o jornal *O Paraense* (1822), que defendia a união da Província com Portugal, boa parte dos jornais possuíram, nesta parte da América, um perfil político, e tendiam a constituírem-se em portavozes de grupos, agremiações e partidos. Os estudiosos e compiladores de informações acerca da circulação de periódicos no Pará, a exemplo de Paulino de Brito (1900) e Paulo Eleutério

⁶⁴⁵ Ibidem, 478.

⁶⁴⁶ Idem.

⁶⁴⁷ PALTÍ, Elías José. *O Tempo da Política: o século XIX reconsiderado*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 163.

(1939-1951), consideram que a história da imprensa paraense poderia ser classificada por fases, sobretudo relacionadas a eventos e momentos históricos, oportunidade em que, para o primeiro, existiram as seguintes fases: independência, reação contra o elemento português; a Cabanagem; restabelecimento da legalidade; questão religiosa; última fase da reação antilusitana; propaganda abolicionista; período republicano. Já para Paulo Eleutério, considerando a necessidade de resumir as fases descritas por Brito, existiram quatro fases da imprensa paraense, a saber: O Pará luso-brasileiro; o Pará sob o regime monárquico; O Pará sob a República; o Pará sob o regime revolucionário (1930).

Paulo Eleutério (1939-1951), ao escrever sobre a história da imprensa no Pará, notou algo relevante neste tema que merece ser citado, a saber: as tendências de expansionismo no periodismo paraense, ou seja, como a imprensa nativa buscou construir um lugar de fala e demarcar certo *status* político e de identidade da região. O autor localizou, a partir de *O Paraense* (1822), o início do papel da imprensa na construção de um “[...] sentimento da unidade política de toda a imensa província, que tinha por cabeça a cidade de Belém, tornada metrópole de toda a zona vastíssima” (ELEUTÉRIO, 1939-1951, p.146).

Ainda conforme Paulo Eleutério (1939-1951), apesar de os jornais não apresentarem à época um projeto político definido, buscavam manter a hegemonia dessa parte do país diante do Brasil mediante a projeção dela, construía-se uma visibilidade para esse lugar. Logo, é possível observar que vários periódicos possuíam em seus nomes menções à geografia da região, como *O Paraense*, *Voz do Amazonas*, *Correio do Amazonas*, *O Amazoniense*, *Correio do Norte*, *A Estrela do Norte*, *O Diário do Gram-Pará*, *A Amazônia*, entre outros.

A perspectiva da identidade política amazônica a partir dos jornais dessa área do Brasil é defendida por Munaro, segundo esse autor, a percepção do pertencimento regional amazônico começou mediante a atuação inicial de jornalistas solitários que emergiam de vários pontos da bacia do rio Amazonas e foi com os jornais, especialmente à época da economia da borracha, que ocorreu certo diálogo entre pontos distantes capaz de, segundo o autor, gerar certa consciência de vida num todo comum. Para Munaro, tomando por base a experiência vivida por intelectuais amazônicos como José Veríssimo e Inglês de Souza, passou a existir certa interação entre os interiores e a capital Belém, sobretudo pelo intercâmbio entre os correspondentes dos jornais de Belém nos interiores; logo essa

correspondência acabava por gestar compartilhamentos de preocupações políticas e de problemas regionais.⁶⁴⁸

A construção da percepção regional na área da bacia do rio Amazonas no século XIX, passava, segundo Seixas, Brígida e Rodrigues Júnior, pela atuação dos jornais, de modo que os autores acima citados apontam que “[...] a ideia de regional pode ser percebida por meio dos nomes de alguns desses jornais, que pareciam ter o ideário de representar ou se dirigir ao Norte, à região, como A Estrella do Norte, o Correio do Norte, a Folha do Norte.”⁶⁴⁹ O autores também diagnosticaram que alguns jornais eram denominados, a partir da delimitação territorial e identitária, com nomes que contemplavam o “Pará” e a extensão “paraense, após a separação das duas províncias, Pará e Amazonas. Além disso, eles também perceberam que alguns jornais do interior já representavam outras dinâmicas a partir de seus nomes, sobretudo ao valorizar os municípios que estavam distantes de Belém: *Baixo-Amazonas, o Monte-Alegrense, Abaeteense* entre outros. Em complemento ao que foi apontado pelos autores, lembra-se aqui dos jornais com conotações regionais, como o *Diário do Gram-Pará, a Amazônia, o Norte*, bem como os jornais que possuíam escopo regional e que se posicionavam a partir da capitalidade de Belém, como o *Liberal do Pará, A Província do Pará e o Diário de Belém*.

Em relação ao Amazonas, Santos e Carneiro buscaram estudar, no decorrer do século XIX, uma interpretação histórica e enunciativa do termo “amazonas” na imprensa amazonense, de modo que, considerando a expressividade alcançada pela economia da borracha, percebeu-se a construção de uma identidade amazônica pela imprensa local, na capital Manaus, relacionada à ideia de modernidade, pautada no uso do termo “Amazonas”. Os autores chegaram a evidenciar a perspectiva de analisar a construção da identidade política amazônica entre 1880 a 1920, por meio do uso do termo “Amazonas”, “Amazônia”, “Amazônica” e demais palavras ligadas ao referido léxico, mas acabaram por se concentrarem no termo “Amazonas” como sinônimo de um pensamento ligado à modernidade.⁶⁵⁰

⁶⁴⁸ MUNARO, Luís Francisco (Org.) A identidade política amazônica nos jornais regionais. In *Terra das letras mortas: a identidade da Amazônia nos jornais regionais* [recurso eletrônico] / Luís Francisco Munaro (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

⁶⁴⁹ SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; BRÍGIDA, Jessé Andrade Santa; RODRIGUES JÚNIOR, Marlon Galeno. Os jornais paraenses e a região: o Norte em debate na imprensa do século XIX. In *Terra das letras mortas: a identidade da Amazônia nos jornais regionais* [recurso eletrônico] / Luís Francisco Munaro (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022, p. 36.

⁶⁵⁰ SANTOS, Alexandre da Silva; CARNEIRO, Gabriel Cruz. Uma interpretação histórica e enunciativa do termo “amazonas” na imprensa local amazonense. In *Terra das letras mortas: a identidade da Amazônia nos jornais regionais* [recurso eletrônico] / Luís Francisco Munaro (Org.). Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

Considerando os apontamentos de Paasi sobre o exemplo do papel da imprensa nas províncias finlandesas, no processo de alcance do *status* de estrutura regional, oportunidade em que o autor registra que a passagem de província para a região ocorreu também em função do “nascimento da imprensa regional. Diz-se que muitas províncias nasceram da imprensa provincial.”⁶⁵¹ Logo, a hipótese aqui adotada é a que revela o indiscutível papel de alguns jornais amazônicos no agenciamento da Amazônia. É a partir dessa premissa que esse capítulo abarcará as discussões, especialmente considerando a linguagem política de três jornais: *O Liberal do Pará*, *A Província do Pará* e o *Diário do Gram-Pará*, sendo os dois primeiros órgãos do Partido Liberal no Pará e o terceiro apresentado como órgão do Partido Conservador da mesma província. Esses três jornais foram selecionados por serem considerados, nesta pesquisa de doutorado, como os três principais jornais da região amazônica a revelarem aspectos nítidos do regionalismo político amazônico.

7.2 Os jornais liberais: a busca por “Viver livre da tutela do poder central”

É possível aferir, inicialmente, a participação dos liberais do Pará no processo de constituição da região amazônica por meio do regionalismo político a partir dos jornais “O Liberal do Pará” (1869 – 1889) e “A Província do Pará” (1876 – 2002), ambos órgãos do Partido Liberal do Pará. Alguns jornais paraenses, a exemplo de “O Liberal do Pará”, “A Província do Pará” se comportavam com posturas intervencionistas, haja vista produzirem e publicarem textos que visavam construir certa opinião pública nessa parte do Brasil, em especial a produção de ideias relacionadas ao fato de o Pará, à época, não ser tratado à altura da sua grandeza em função da centralização imperial, bem como por trabalharem para a construção de uma nova imagem, uma nova interpretação dessa parte do Brasil, visando elevá-la à condição de importância para a superação de certo atraso que lhe era impingido.

O jornal *O Liberal do Pará* (1869 – 1889) surgiu em 10 de janeiro de 1869 para substituir o também jornal de cunho liberal denominado *Jornal do Amazonas*, sob a redação à época de Tito Franco de Almeida. *O Liberal do Pará* teve, como primeiros proprietários, Manoel Antonio Monteiro e José Antônio Ernesto Paraguassu. Paulo Eleutério, ao traçar um panorama da imprensa paraense, considera que além de sua postura política e noticiosa, o jornal servia aos interesses do comércio e da indústria, dentro dos preceitos do partido

⁶⁵¹ PAASI, Anssi. Op. Cit. 2017, p. 11.

Liberal. O autor ainda elenca que a trajetória do citado jornal seguiu a vida política brasileira do período, em que existiam apenas dois partidos: Liberal e Conservador, no caso do jornal paraense, sua aparição acaba por revelar a posição liberal na Província contra a posição conservadora que havia criado em 1868 o jornal *Diário de Belém*.

Também é preciso lembrar que, em parte, a nomeação do antigo Grão-Pará a partir das denominações Vale do Amazonas e, principalmente, região amazônica, entre as décadas de 1860 e 1870, derivaram dos discursos dos representantes políticos liberais. Como já apresentado nesse trabalho. Em relação à abertura do rio Amazonas ao comércio estrangeiro, o jornal *O Liberal do Pará* publicava notícias e informações visando informar e reforçar a importância da pauta defendida pelos representantes políticos liberais no Parlamento brasileiro, como se pode ver na edição de 21 de janeiro de 1869 que apresentou o Relatório da Praça do Comércio do Pará. O citado relatório enfatizava que embora o rio Amazonas tivesse sido aberto às nações comerciais do mundo, até 1869 nenhum navio mercante havia atravessado o oceano Atlântico rumo as novos portos e rotas habilitados com a abertura mencionada, de modo que a comissão que elaborou o relatório comercial acreditava que ainda “[...] por largos anos o Pará continuará a ser o empório do commercio do valle do Amazonas [...]”⁶⁵². Neste ponto, é importante perceber que desde as discussões sobre a navegação estrangeira no rio Amazonas na primeira metade da década de 1860 que a classe política da região passou a adotar certa consciência regional estabelecendo a clara diferença entre o que seria o Pará e o vale do rio Amazonas e/ou a região amazônica.

Além do que, outro problema citado no relatório foi o não atendimento, por parte do Governo Central, em relação à construção de uma ponte para a alfândega do porto de Belém do Pará. As elites comerciais e políticas há certo tempo discutiam e solicitavam a referida obra, considerada como uma das mais importantes do ponto vista provincial e regional naquele momento. Aparece nesse ponto a queixa histórica da não consideração da importância do Pará para o Império, oportunidade em que se dizia: “Depois das alfândegas da corte, da Bahia e de Pernambuco, é a do Pará a que mais rende, tendo sido 3,185:301\$961 a sua renda no anno civil, que acaba de findar, e no entretanto, se lhe nega uma ponte para o seu serviço!”⁶⁵³. Os paraenses se colocavam como quarta maior alfândega do Brasil, porém consideravam que “essa injustiça do Governo Central tem autorizado o dito que por aí corre, e

⁶⁵² Livre navegação do Amazonas. *O Liberal do Pará*. Belém – PA. 21 de janeiro de 1869, p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 out. 2022.

⁶⁵³ Ponte d’alfandega. *O Liberal do Pará*. Belém – PA. 1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 out. 2022.

vem a ser, que melhor teria sido que a província empregasse na construção d'essa ponte os 100:000\$000 que ofereceu para as despesas da guerra contra o Paraguay”⁶⁵⁴. A comissão que elaborou o relatório repetiu a estratégia do discurso político de projetar o problema provincial na condição de um problema nacional, ao recomendar “em uma palavra, não é causando-se prejuízos ao comércio com a economia de algumas centenas de contos de réis, que se há de melhorar as finanças do Brasil”.⁶⁵⁵

O problema da ponte da alfândega de Belém pendurou por boa parte da segunda metade do século XIX, desde 1845 que foram elaborados planos de construção de uma nova estrutura, mas sem resolução efetiva, por parte do Governo Central, de modo que as elites comerciais e políticas viam nessa obra uma das chaves para o desenvolvimento da região e para reforçar a capitalidade de Belém. A burocracia e dependência de aprovações simples que dependiam do Governo Central arrastou a obra por décadas, como se pode perceber nos vários ofícios trocados entre a Presidência da Província do Pará e o Ministério dos Negócios da Fazenda do Império, inclusive um dos ofícios, datado de 10 de outubro de 1881, tratava sobre a aprovação de usos de parafusos na citada ponte metálica, denotando assim que pequenas questões entravavam a obra e embasavam as críticas das elites amazônicas.⁶⁵⁶

Em 14 de dezembro de 1878, o jornal *O Liberal do Pará* publicava um texto de autoria de sua redação sob o título “A Capital do Pará” que tratava especificamente sobre a ponte citada acima, oportunidade em que eram feitas sérias críticas ao descaso do Governo Central com a citada obra e, por conseguinte, com a província do Pará. Logo, a mencionada matéria fazia a seguinte adjetivação: “a pobre província do Pará” – uma referência à parca atenção do Império com o Pará – tendia a esperar pela ponte, a exemplo do famoso adágio da espera pelas cebolas do Egito.

A perspectiva da livre navegação e do comércio internacional no curso do rio Amazonas continuou na pauta de *O Liberal do Pará* na década de 1870, de modo que, em 1º de junho de 1875 eram publicados dois textos na folha de capa do jornal com o seguinte título: “A região amazônica e as repúblicas ribeirinhas”, um texto de autoria dos articulistas do jornal e outro de autoria do viajante, político, militar, escritor, cartógrafo e empresário colombiano representante da casa comercial Elias Reyes & irmãos, Rafael Reyes (1850-1921) que, em 1874, partiu por vias fluviais, das montanhas colombianas a partir da cidade de Pasto rumo às águas do Atlântico norte com fins de verificar a possibilidade de instalação de uma

⁶⁵⁴ Idem.

⁶⁵⁵ Idem.

⁶⁵⁶ BRASIL: Ministério dos Negócios da Fazenda. Ofício. Rio de Janeiro: 13 de junho de 1881.

via de comunicação comercial que contemplasse os rios Putamayo e Amazonas rumo à Europa. O texto introdutório dos articulistas do jornal expõe o interesse pela pauta da livre navegação, e revela os interesses liberais daquele momento, com destaque para o pensamento em relação à América pois, pregando a aproximação com as chamadas repúblicas ribeirinhas, diziam:

É assim, quebrando as barreiras que até hoje nos tem separado delles, que iremos convencendo-os de que, obreiros do progresso, todos nos americanos devemos n' mesma família trabalhar por desenvolver os elementos prodigiosos com Deos fundou o novo mundo, nossa patria comum.⁶⁵⁷

O texto de Rafael Reyes, publicado no referido jornal, possui duas temáticas principais, sendo a primeira relacionada à geografia da região da América do Sul e a segunda ligada ao comércio dessa mesma porção territorial. Reyes acabou por se envolver nas discussões sobre limites e o comércio de seu país em relação a outros países da América do Sul, para tanto, manteve relações políticas diversas, inclusive no Brasil esteve na Corte com D. Pedro II com a intenção de conseguir autorização para comercializar e navegar pelos rios amazonenses.

Reyes apresentou em seu texto outra ideia presente nos discursos políticos dos liberais paraenses, a saber: a perspectiva de que a região entre Belém e Manaus era um lugar destinado e à espera do progresso, pois enfatizou que “a empresa é um grande passo dado nos augustos e elevados destinos que estão reservados as regiões amazonicas: seus resultados serão transcendente”.⁶⁵⁸ A ideia de um lugar inscrito na história do progresso, faltando apenas a sua realização, foi uma chave retórica que atualizou as antigas percepções sobre esse mesmo lugar que constituíram o seu espaço de experiência, como Eldorado, País das Canelas, entre outros. Reyes, assim como outros agentes amazônicos, adensaram esse discurso, muito bem recepcionado no Pará, inclusive motivou a recepção de elogios pelo principal jornal dessa porção do Brasil, notadamente o Gram-Pará, ocasião em que um dos redatores do citado jornal escreveu acerca das intenções de Rafael Reyes, segundo o qual se trata de uma “questão que affeta a prosperidade do Valle do Amazonas, que apressa-lhe a conquista dos

⁶⁵⁷ A região Amazônica e as repúblicas ribeirinhas. *O Liberal do Pará*. Belém – PA. 1875, p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 out. 2022.

⁶⁵⁸ REYES, Rafael. As regiões amazônicas e as repúblicas ribeirinhas. *O Liberal do Pará*. Belém – PA. 01 de junho de 1875, p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 out. 2022.

fulgurantes destinos que lhes estão fadados, merece-nos, como merece ao governo e povo brasileiro, o maior interesse”.⁶⁵⁹

Mais um texto de Reyes foi publicado pelo *O Liberal do Pará*, desta feita, com data de 05 de junho de 1875. Nesse novo escrito, Reyes trata da região amazônica em âmbito internacional e não como enunciavam os representantes paraenses que a circunscreviam a partir do Pará e Amazonas. Reyes considerava que a região assim denominada compreendia parte da América do Sul, os chamados países ribeirinhos, a exemplo de Bolívia, Equador, Peru e Venezuela. Para esse empresário e viajante, tinha-se um território com mais de 12 milhões de habitantes e que: “a estes povos se abre e formoso [sic] horizonte de prosperidade e riqueza em seu commercio pela região amazônica: prosperidade e riqueza de que igualmente participará o Brazil”.⁶⁶⁰ Observa-se assim que a visão de um membro externo ao Pará e Amazonas era de que a região amazônica era uma região bem mais amplo do que o recorte espacial brasileiro entre Belém e Manaus. Ainda Reyes considerava que:

Estabelecida a comunicação coma facilidade que promete, a região amazônica marchará com passos rápidos à posse de seus augustos destinos; ella será o porvir o coração da vida intellectual e material da América do Sul, e o lugar onde se celebrará o grande banquete da raça latina, que se julga debil e descredada na Europa, e que apparecerá preponderante, forte e vigorosa, n’esta parte do continente americano, descoberto por um de seus filhos.⁶⁶¹

O discurso de Reyes não se distanciava do das elites políticas e comerciais do norte do Brasil no que diz respeito à projeção da região como uma área predestinada a ser útil para o mundo a partir da sua grandiosidade, por isso era imprescindível fazer o mundo civilizado ver e conhecer a região. O discurso em tela estava em sintonia com os discursos dos liberais do Pará da década de 1860. Não é trivial que Reyes chegou a citar que contava no Pará com o apoio do homem público e representante político Domingos Antonio Raiol. Reyes deixou entrever a recepção do uso da nomenclatura “região amazonica”, enunciada por Raiol no Parlamento brasileiro uma década antes. Nesse sentido, percebemos que tanto nos representantes políticos nortistas, quanto em Reyes, uma das matrizes pelas quais batizou-se a região de Amazônia, ou seja, concomitantemente ao significado político, se tinha as ideias de

⁶⁵⁹ REYES, Rafael. O Diário do Gram-Pará. In: *A Constituição*. Belém – PA. 29 de maio de 1876. Ano III, n/ 119. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 out. 2022.

⁶⁶⁰ REYES, Rafael. Título ausente (página mutilada). *O Liberal do Pará*. Belém – PA. 05 de junho de 1875, p. 02. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 out. 2022.

⁶⁶¹ Idem.

mundo novo cheio de potencialidades a serem exploradas e reconhecidas pela Europa e, por outro lado, uma porção territorial virgem, à espera do progresso e da civilização.

No que diz respeito às questões políticas, registra-se a discussão sobre o problema para os paraenses quanto à imposição de governantes à província, em 18 de outubro de 1870, fora publicado um texto de capa com críticas à administração do presidente do Pará, Abel Graça, pertencente ao Partido Conservador. Um trecho do citado texto atingia o próprio Imperador, sobretudo em função de ter sido por ordem do imperador a indicação política para o cargo de presidente de província, ocasião em que era dito que “o paternal governo do sr. D. Pedro II deseja aniquilar as províncias do norte e especialmente o Pará, está na consciência de todos [...]” (O Liberal do Pará, 1870, p.1). Ainda nesta mesma matéria, era feito um apelo à Assembleia Legislativa do Pará, constituída majoritariamente por paraenses para barrar os ditos “erros cometidos” pelo Sr. Abel na presidência da província. Nesse escrito, assim como em outros, a ideia de um Pará rico e próspero era contrastado com a falta de administração de tamanha riqueza, uma crítica à imposição de presidentes de províncias estranhos à região amazônica.

O regionalismo político amazônico foi formado a partir da plataforma de críticas à centralização do Império, visto que as grandes pautas das elites da região eram, na verdade, pautas do debate provincial, ou seja, demandas pertinentes à autonomia das províncias, da autonomia para as assembleias provinciais, menos impostos e mais investimentos públicos, além de uma maior participação na estrutura do Estado nacional. Em 12 de março de 1875, “O Liberal do Pará” publicava uma matéria com o título “A viagem do Imperador”, texto destinado a problematizar a possibilidade de ausência do Imperador e as consequências políticas, oportunidade em que era criticada a “ferrenha centralização, que pôs nas mãos do Imperador todos os fios do sistema de governo, a ausência do chefe do Estado traria males incalculáveis [...]”.⁶⁶² As insatisfações em nível provincial, especialmente no Pará, conduziram as elites políticas dessa parte do Brasil ao discurso regional amazônico, visto que, guardadas as diferenças entre o Pará e o Amazonas, o uso político da dimensão regional foi uma forma encontrada para conceder maior peso às demandas da área, como já dito nos capítulos pretéritos.

Em 1877, O Liberal do Pará reproduzia uma matéria publicada na Corte com o título: “as províncias agonizam [*sic*]”, oportunidade em que um autor anônimo – de tendência liberal

⁶⁶² A Viagem Imperial. (Março, 12). *O Liberal do Pará*. 1875. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

– criticava fortemente o Governo Central em relação à centralização política e financeira, destacando a fala do liberal Affonso Celso em relação a tal situação evidenciada. O autor do texto declarava que em resumo os cofres gerais e provinciais estavam em declínio, mas em pior situação estavam as rendas provinciais, circunstância que levava as províncias a mendigarem ajuda do Império.⁶⁶³

Outro estágio da invenção das regiões baseia-se na delimitação de suas fronteiras, ou seja, a existência da região passa pela definição de seu território. Nesse sentido, destaca-se a preocupação dos liberais do Pará com a fronteira norte da Amazônia, isto é, o território limite com a Guiana Francesa. O jornal “O Liberal do Pará” publicou uma série de textos sobre a chamada “Questão do Amapá”. A recém-denominada Amazônia e a pretensão de uma nova região fizeram com que as elites políticas se preocupassem com o território que até então pertencia ao Pará, oportunidade em que ganhou espaço um texto escrito por José da Gama e Abreu, o Barão de Marajó, intitulado “Um Protesto”, publicado em partes em várias edições de “O Liberal do Pará” com o seguinte título “Pretensões da França a uma parte do Amazonas” (1883). Nas discussões elencadas pelo Barão do Marajó, estavam explícitas as preocupações com os limites do território da região, sobretudo tratada a partir da junção dos territórios do Pará e Amazonas, constituintes da Amazônia.

Na década de 1880, o jornal *Diário do Gram-Pará* (historicamente ligado ao Partido Conservador na Província) encabeçava, a partir de Belém, uma campanha política de fortalecimento regional em nome da Amazônia. Simultaneamente, o jornal *O Liberal do Pará* abria divergência com o seu oponente em relação ao tema do separatismo, ventilado no Pará e a apresentava como uma possível saída para a região frente ao abandono pelo Governo Central. Neste contexto, discutia-se sobre possibilidade de separação da Amazônia do restante do Império. *O Liberal do Pará* respondia, em 19 de janeiro de 1883, uma provocação do jornal *Diário do Gram-Pará* sobre a convivência dos liberais com o descaso do Governo Central com a Amazônia. Na resposta, *O Liberal do Pará* se dizia contrário ao separatismo e que era melhor estar unido ao “gigante da América do Sul” do que à “fraca e pequena Amazônia”.⁶⁶⁴ Apesar de terem contribuído com o regionalismo político amazônico, os liberais discordavam da tese separatista alavancada por setores do Partido Conservador na Província. Os liberais, através da mesma matéria, ainda disseram que: “se temos o dever de

⁶⁶³ As províncias agonizam. *O Liberal do Pará*. Belém, 04 de novembro de 1877. Nº 251, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704555&pasta=ano%20187&pesq=%22ponte%20da%20alfandega%22&pagfis=8625>. Acesso em: 02 nov. 2022.

⁶⁶⁴ Belém, 19 de janeiro. In: *O Liberal do Pará*. Nº 14, Belém, 19 de janeiro de 1883, p. 2.

não nos deixar esmagar, temos também de não nos lançar no plano das republiquetas nossas vizinhas.” Portanto, uma postura que reconhecia a luta política regionalista, mas partidariamente eram fiéis à Monarquia.

A discussão à época ganhou as páginas de outros jornais do Pará, a exemplo de outro jornal ligado aos conservadores paraenses, o *Diário de Belém*, esse periódico questionou a posição de o Liberal do Pará, e apesar de negar a opção pela separação da Amazônia, os redatores de o *Diário de Belém* repreenderam o redator de *O Liberal do Pará* perguntando: “por que recusar-se a acompanhar-nos o colega a queixa criteriosa e razoável que fazemos ao centro, contra o modo ingrato e antipatriótico com que trata esta esplêndida região amazônica?”.⁶⁶⁵ O jornal Diário do Gram-Pará também respondeu ao Liberal do Pará, dizendo:

Não aventamos ainda a ideia de separação, pretendemos formar, não o partido do futuro, mas o partido do presente para defender os direitos da Amazônia, se a separação for um resultado da nossa propaganda, o único responsável por ela será a pertinácia do governo em contrariar as nossas legítimas aspirações.⁶⁶⁶

Apesar de se posicionar contra a separação, o texto acaba por reforçar implicitamente o uso da ideia separatista como instrumento de pressão política. De todo modo, na medida em que o debate contra a centralização aumentava, o nome Amazônia passava a ser empregado, cada vez mais, no sentido de representar uma identidade política regional.

É importante também considerar outra questão: o movimento discursivo dos liberais do Pará na promoção da relação entre a pauta abolicionista e a imagem da região, como assim o fez o jornal “O Liberal do Pará” ao divulgar os resultados prévios das eleições de 1884 para o Parlamento nacional, pois evidenciava que a maioria de votos destinados aos candidatos liberais significava que “a grande capital da amasonia acaba de assinalar a victoria dos princípios de progresso e civilização”.⁶⁶⁷ Assinalava ainda que “[...] a cidade mais rica, mais populosa, mais ilustrada – e por isso a mais independente da Amasonia – aceita a decretação de uma reforma [...]”,⁶⁶⁸ notadamente, o fim da escravidão. Além da intenção de reforçar a capitalidade de Belém, também é possível observar a grafia do nome Amazônia com a letra “s”, de modo que essas duas situações demonstram o momento de estabelecimento da Amazônia como um recorte regional.

⁶⁶⁵ Diário de Belém. In: *Diário de Notícias*. Nº 18. Belém, 24 de janeiro de 1883.

⁶⁶⁶ Partidos políticos. In: *Diário do Gram-Pará*. Nº 16, Belém, 21 de janeiro de 1883.

⁶⁶⁷ O dia de ontem. (Novembro, 27). 1884. *O Liberal do Pará*. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

⁶⁶⁸ *Ibidem*, p. 2

Em 1885, o jornal *O Liberal do Pará* publicou, em várias edições, o discurso do deputado geral pernambucano e liberal Joaquim Nabuco, cujo argumento central demonstrava o interesse do Partido Liberal no estabelecimento de uma Monarquia federativa, o ideal para Nabuco era a federação – que significava dizer descentralização – e esta se realizaria pela eleição dos presidentes de província.⁶⁶⁹ Em seu discurso, Nabuco disse: “A federação é uma revolução contra as velhas tradições monárquicas, contra as modernas tradições latinas.”⁶⁷⁰ O deputado pernambucano também indicou que as ideias federais, na história do Brasil, acompanhavam as esperanças de emancipação nacional. João Camilo Torres, no livro *A formação do federalismo no Brasil* (2017), resumiu os argumentos de Nabuco em seu discurso em relação ao federalismo, elencando as quatro razões em favor do federalismo: “as distâncias; a diversidade de interesses; a exigência de um governo estritamente provincial; a necessidade de impedir-se a absorção das províncias pelo centro.”⁶⁷¹ O Partido Liberal fazia naquele momento uma das mais fortes investidas contra a base do sistema monárquico, a centralização, pois propor uma Monarquia federativa traria, como consequência, o enfraquecimento da unidade imperial. Nabuco enfatizou, em seu discurso, que o Partido Liberal era o partido das reformas que salvavam o país, de modo que duas reformas eram essenciais naquele momento: a abolição da escravidão e a federação, ou seja, a independência das províncias.

Outro ponto que chamou a atenção no discurso de Joaquim Nabuco no Parlamento foi no ponto em que tentou demonstrar o quão a centralização era maléfica para as províncias, daí além se reportar a centralização a partir do Rio de Janeiro, também demonstrou um caso de centralização regional, justamente no Vale do Amazonas e, para tanto, recorreu aos escritos do naturalista Louis Agassiz, reproduzindo um trecho em que o naturalista evidenciava que o Pará tornou-se o centro de tudo e esgotava toda a região no interior. Ainda o naturalista supunha que somente uma repartição do Vale do Amazonas em várias províncias poderia eliminar a centralização paraense, pois várias elas criaram uma série de interesses e movimentações que enfraqueceriam Belém do Pará.

Logo após a reprodução da fala do viajante e naturalista, o deputado geral pelo Pará, o conservador, Samuel Wallace Mac-Dowell minimizou os apontamentos de Agassiz dizendo

⁶⁶⁹ O tema relacionado à monarquia federativa no Brasil não era novo naquela década de 1880, visto que, ainda na década de 1860, o Partido Liberal já postulava essa forma de organização política no Brasil.

⁶⁷⁰ Parlamento nacional. In: *O Liberal do Pará*. Nº 238. Belém, 21 de outubro de 1885, p. 2.

⁶⁷¹ TORRES, João Camilo de Oliveira, 1915-1973. *A formação do federalismo no Brasil* [recurso eletrônico] / João Camilo de Oliveira Torres. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. (Coleção João Camilo de Oliveira Torres; n. 4, PDF).

que ele exagerou. Mac-Dowell afirmou que Nabuco não conhecia do que estava falando, e este último afirmara que não era ele quem falava, mas sim Agassiz, ocasião em que Mac-Dowell dizia que a proposta de criação de províncias no Vale era apenas uma aspiração de futuro, pois o viajante deveria saber que comunidades pequenas não poderiam ser transformadas em províncias.⁶⁷² Todo esse debate retoma uma temática já citada nesta tese, notadamente que uma baliza do regionalismo político amazônico a partir do Pará era promover a capitalidade regional de Belém – este ponto importa à discussão contemporânea sobre a divisão do Pará em mais dois estados autônomos.

Nabuco continuou a destacar as palavras de Agassiz para demonstrar o problema da centralização no Vale do Amazonas, desta feita, reproduziu mais um trecho escrito pelo viajante em que ele dizia que os territórios do Vale do Amazonas deveriam ser administrados como pequenos Estados e não de forma centralizada, pois assim, naquele momento, observavam-se várias cidades do Vale em decadência, o que era resultado da centralização no Pará de todas as atividades da região. Nabuco, não por caso, trouxe Agassiz para o debate, visto apontar que aquele sábio conhecia bem as vantagens da descentralização, mas, além disso, se deve ter em mente que naquela época as duas repúblicas mais estáveis eram a Suíça (país de origem dele) e os Estados Unidos – onde ele fez carreira profissional. Nabuco ainda enfatizou que a verdade é que “o Pará é governado de fora do mesmo modo por um poder estranho, que nunca lá pôs os pés [...]”⁶⁷³

O deputado conservador e paraense José Ferreira Cantão apoiou, nesse ponto acima, a fala do deputado Nabuco e possivelmente não estava alinhado com o Governo como estava o colega de bancada Mac-Dowell, que inclusive não apoiava a ideia de federação. Mac-Dowell fez uma série de questionamentos a Nabuco, o pernambucano respondeu que, quanto à defesa ele era adepto da centralização para todas as províncias do Império. Nabuco ainda advertia que o sistema federativo proposto deveria prevenir de alguns perigos, como o desmembramento, oligarquias, diminuição das províncias, particularidades e conflitos entre o geral e o local. O debate feito pelo deputado por Pernambuco ganhou expressão na década de 1880 aproximando-se da visibilidade que teve Tavares Bastos na década de 1860, pois Nabuco casava dois grandes temas atuais daquele momento: abolicionismo e o provincialismo, o primeiro significava para o deputado a ideia de liberdade, ao passo que o segundo significava a descentralização, condição primária para depois surgir a liberdade.

⁶⁷² Parlamento nacional. In: *O Liberal do Pará*. Nº 240. Belém, 23 de outubro de 1885.

⁶⁷³ Parlamento nacional. In: *O Liberal do Pará*. Nº 241. Belém, 24 de outubro de 1885, p. 2.

Do exemplo da centralização no Vale do Amazonas, Nabuco dizia que imagine a centralização a partir da Corte, no Rio de Janeiro, refletindo que o sistema central era tão absurdo para o Amazonas e Pará quanto o era para o Rio Grande do Sul. Nabuco, ao defender a autonomia para as províncias, acabou trazendo para o debate um ponto um tanto quanto interdito no Brasil Império: falar do Brasil a partir das duas regiões – só lembrando que à época, região significava divisão na nação e, portanto, não era tema político –, de modo a enfatizar que a autonomia interessava à região Atlântica, à região amazônica, à região Platina e ao vasto interior do país.

Também merece destacar que a crítica de Nabuco ao Pará e a reação de Mac-Dowell para com o parlamentar pernambucano provavelmente pode ter sido um reflexo de uma denúncia que a Sociedade Brasileira contra a Escravidão fez junto ao Governo Central do Império em relação a escravidão de indígenas no Vale do Amazonas em 1881, demonstrando que nessa região existia forte escravização de indígenas, inclusive de que existia um tráfico de escravos vindos da Colômbia para o Pará e o Amazonas, segundo denúncias de autoridades colombianas do distrito de Caquetá. A Sociedade alertava ao Governo sobre a contradição de ser o Amazonas a província com menos escravos africanos, mas que mantinha a escravidão indígena.⁶⁷⁴ É importante lançar luz sobre esse ponto, pois, o discurso da liberdade e do abolicionismo também fazia parte do instrumental das elites amazônicas para justificarem que viviam um novo estágio da vida regional, pautado nos princípios liberais de liberdade e progresso, logo o tráfico e a escravização indígena, como denunciado, revelam que essas elites falavam e projetavam uma nova região em nível do discurso, mas mantinham velhas e retrogradadas práticas.

O movimento liberal – representado pela verbalização de Nabuco – pode ser lido como um capítulo importante do momento político vivido pelo país naquele momento com a crise do escravismo, aproximação da crise da monarquia e o crescimento do movimento republicano. Torres ainda aponta outro ponto nodal do discurso de Nabuco: a tese de criação de repúblicas provinciais, ou seja, “vinte repúblicas presididas em conjunto pelo imperador, eis o esquema de Joaquim Nabuco”, o que quer dizer descentralização política e administrativa à época.

Logo após a publicação do discurso de Nabuco, *O Liberal do Pará*, em novembro de 1885, publicou um artigo com o título “Monarquia Federativa”, iniciando o texto perguntando

⁶⁷⁴ Reclamação ao Governo Imperial sobre a escravização de Indígenas No Pará e no Amazonas. In: *O Abolicionista*. Nº 6. Rio de Janeiro, 01 de abril de 1881.

se o Partido Liberal do Pará apoiava as ideias do deputado Joaquim Nabuco. O texto indicava que no Sul já havia apoios às citadas ideias e que o extremo norte deveria se unir neste ponto. Os autores do artigo, buscando um tom de moderação, contemporizaram a discussão sobre federação, ocasião em que ressaltaram que para alguns diriam que não eram inimigos do rei e para outros afirmariam que a federação não era sinônimo de separação. Após um breve histórico da relação dos Partido Liberal com as ideias federalistas, os redatores do texto diziam: “a ideia da federação é toda liberal”, seguiam afirmando que “a província do Pará, estamos certos, não recusá-la”, por fim diziam: que a federação traria benefícios à Amazônia.⁶⁷⁵

A imprensa liberal do Amazonas também noticiou e se manifestou sobre o movimento liberal para tornar o Império uma Monarquia federativa, como se pode observar nas manifestações a respeito do tema no jornal *A Província*, publicado em Manaus, cuja primeira manifestação mais enfática foi publicada em 18 de outubro de 1885, sob o título de “federação da Pátria”, a ideia foi classificada como um programa capaz de tirar o país da situação de paralisia e indolência, mas em seguida também foi publicado um texto com o título “O projeto de monarquia federativa”, cujos autores parabenizavam a província do Rio Grande do Sul pela adesão ao citado projeto. Ainda se observa no texto uma crítica ao Imperador por ter chamado para o Governo Central o Partido Conservador, tido como contrário ao movimento da abolição da escravidão, bem como o registro de que o jornal *A Província* sempre lutou pela descentralização e via, com bons olhos, a atitude das províncias que estavam aderindo ao projeto da monarquia federativa.

O jornal *A Província* continuou publicando artigos sobre o tema em tela, com destaque para um artigo publicado no início do mês de novembro de 1885, com o título “Federação”, ocasião em que era feita uma ampla relação do Partido Liberal com o projeto federativo, e os redatores do jornal explicitaram o que entendiam por federação: “ela quer dizer descentralização, isto é, a vida das províncias brasileiras que vegetam anêmicas sem forças porque todo o seu sangue e vigor são absorvidos pelo nosso sistema centralizador de governo.”⁶⁷⁶ Seguiu-se uma longa argumentação em favor do projeto do deputado pernambucano Joaquim Nabuco, sempre com a repetição do tema da descentralização. Outras matérias foram publicadas sobre o mesmo tema nas quais era demonstrada a adesão dos liberais do Amazonas à federação das províncias brasileiras. Tal fato merece registro, haja

⁶⁷⁵ Monarquia Federativa. In: *O Liberal do Pará*. Nº 258. Belém, 7 de novembro de 1885.

⁶⁷⁶ Federação. In: *A Província*. Nº 28. Manaus, 8 de novembro de 1885, p. 1.

vista que os conservadores do Amazonas, naquele ano de 1885, eram contrários à ideia de monarquia federativa, como se pode notar a partir do *Jornal do Amazonas*, órgão do Partido Conservador daquela província.⁶⁷⁷

Em relação ao Pará, outro jornal ligado aos liberais do Pará foi *A Província do Pará*, criado em 1876 por Joaquim José de Assis, Francisco de Souza Cerqueira e Antônio José de Lemos, apresentando-se como “publicação diária”. *A Província do Pará*, em 31 de 1876, criticava a distribuição injusta dos recursos entre as províncias e a capital do Império, citando as inúmeras obras do tesouro nacional no Rio de Janeiro e de obras inconclusas ou não iniciadas nas províncias. O jornal dizia que “apenas queremos notar que enquanto no Rio de Janeiro o Tesouro esvê-se em obras que podem ser consideradas de mero luxo, as províncias gemem ao peso das suas mais urgentes necessidades [...]”.⁶⁷⁸ A corte, no Rio de Janeiro, entre a década de 1870 e a década de 1880 foi sendo transformada no principal alvo de reclamações das províncias do Norte naquilo que dizia respeito à centralização dos gastos públicos do país. Em outra matéria, voltava a reafirma que “na capital do Império acham-se os cofres do tesouro nacional escancarados para satisfazer até os caprichos da sociedade cortezã, enquanto que nas províncias há falta de absolutamente o necessário”.⁶⁷⁹

Em continuidade à série de matérias sobre o privilegio do Rio de Janeiro e o esquecimento das províncias por parte do Império, *A Província do Pará* publicava, em 2 de agosto de 1876, mais um texto sobre o tema, desta feita tratava sobre a impossibilidade de os presidentes de províncias arcarem com as despesas públicas, mas também insistia no fato de que os presidentes precisariam se esforçar para garantirem recursos junto ao Governo Central. No caso paraense, a matéria afirmava que o presidente precisava pressionar os ministros e que “[...] mostre-lhes o abandono que está o Pará e a vantagem e necessidade que há de dotá-lo com certos melhoramentos.”⁶⁸⁰

O jornal, em editorial sobre o que era o Partido Liberal, em 1880, resumia o pensamento dos redatores do jornal e dos liberais paraenses acerca da relação entre as províncias e o Império. Estava escrito no editorial que as províncias precisavam:

Viver livre da tutela importuna, impertinente e esmagadora do poder central. Cumpre fazer desaparecer a desigualdade entre procedente das grandes e pequenas províncias, a saber: umas não devem valer nem mais nem menos que as outras. Que

⁶⁷⁷ Correspondência da Corte. In: *Jornal do Amazonas*. Nº1242. Manaus, 6 de julho de 1886.

⁶⁷⁸ *A Província do Pará*. In: *A Província do Pará*. Belém, 31 de julho de 1876.

⁶⁷⁹ *A Província do Pará*. In: *A Província do Pará*. Nº 103. Belém, 1 de agosto de 1876.

⁶⁸⁰ *A Província do Pará*. In: *A Província do Pará*. Nº 104. Belém, 2 de agosto de 1876.

as províncias concorram com a cota que lhe couber, segundo suas rendas, ou segundo suas populações, para as despesas gerais.⁶⁸¹

O mencionado editorial de *A Província do Pará* acabou, de certo modo, sendo um dos mais fortes contra a centralização, pois enumerava praticamente todas as demandas das províncias, que eram até então tidas como sufocadas pelo Império: eleições para cargos públicos, a exemplo dos presidentes de província; a necessidade do fim dos mandatos vitalícios para o senado; que as províncias pudessem receber recursos de acordo com a proporção de sua população e rendas; que as assembleias provinciais fossem compostas por eleitos nos municípios e, por fim, “cumprе desaparecer a desigualdade procedente das representações das grandes e pequenas províncias, a saber: umas não devem valer nem mais nem menos que as outras” (*A Província do Pará*, 1880, s/p). O texto apareceu também como uma crítica a alguns liberais, que, na visão dos redatores do jornal, não combatiam devidamente a centralização imperial.

Essa postura do jornal continuou ao longo do tempo pois, já na década de 1880, localizam-se outras matérias com a crítica à centralização do Império, a exemplo da que foi publicada em 1883 sob o título “Centralização política e financeira”, cujo teor procurava demonstrar o pensamento que dominava os redatores do jornal e o próprio pensamento de boa parte da opinião pública da região amazônica, cujo obstáculo ao progresso do Norte e, particularmente da Amazônia, era o Sul, sobretudo o Rio de Janeiro, algo evidenciado nesta tese a partir dos discursos parlamentares. A matéria concedia destaque a uma sessão do Conselho de Estado sobre o tema das rendas gerais, de modo que o texto destacava o fato de as províncias serem vítimas de uma perniciosa redistribuição de recursos e que “empobrecem e definham, sob pressão unitária dos impostos sobre todos quanto trabalham [...]”⁶⁸²; por outro lado, os redatores apontam que “Eles, os capitalistas do Rio de Janeiro, não pagam impostos”.⁶⁸³ O texto informava ainda a forma como os capitalistas cariocas influenciavam as leis econômicas do país, constituindo assim mais um exemplo da centralização financeira do Império.

O jornal em tela passou a tratar o Extremo Norte do Brasil pelos nomes de Vale do Amazonas e região amazônica a partir de 1879, oportunidade em que, divulgando as impressões de um “amigo do jornal” acerca de uma viagem de conotações comerciais realizada entre o Pará e o Peru, o texto possuía como título “Do Pará a Iquitos – produção,

⁶⁸¹ O que é e o que dever o Partido Liberal. In: *A Província do Pará*. Belém, 15 de abril de 1880.

⁶⁸² Centralização política e financeira. In: *A Província do Pará*. Belém, 29 de agosto de 1883, s/p.

⁶⁸³ Idem.

commercio e futuro do Valle amazônico”, e propunha tratar das imensas riquezas do Vale, a necessidade de desenvolvimento e a vontade política para a transformação da região em um empório. Ele recomendava, ainda, a resolução dos males que travavam o progresso dessa parte do Brasil, aconselhando a união de forças políticas e o papel que a imprensa deveria ter para construir uma opinião pública sobre os negócios regionais.

7.3 Do Gram-Pará à Amazônia: “levantemo-nos” contra o “leão do Sul”

O objetivo central deste tópico é analisar o papel do jornal *o Diário do Gram-Pará* na construção de um *status* político e regional para a área Norte às margens do rio Amazonas, entre 1882 e 1885. O recorte temporal aqui trabalhado será afeto ao primeiro quinquênio da década de 1880, por ser um período bastante profícuo para a análise, visto que foi nestes anos que o referido jornal encampou uma densa campanha contra a centralização política do Império brasileiro e, concomitantemente, em prol do fortalecimento político da região através da projeção de uma nova representação do recorte regional, desta feita alavancando o conceito político de Amazônia. Assim, as fontes principais selecionadas para este texto são as matérias do jornal *Diário do Gram-Pará*.

Nesse cenário, buscamos pensar o papel do Jornal *Diário do Gram-Pará* na constituição de linguagem política regional. Esse jornal começou a circular em Belém a partir de 10 de abril de 1853 e teve encerrada sua impressão em 15 de março de 1892. Seus fundadores foram o português José Joaquim Mendes Cavalleiro e Rabello Guimarães. *O Diário do Gram-Pará* foi o primeiro jornal com periodicidade cotidiana, sendo respectivamente órgão do Partido Conservador, do Partido Católico e Partido Nacional. Após a deportação de seu fundador em 1865, o jornal passou para o comando de Frederico Carlos Rhossard, o qual mudou o subtítulo do jornal de “folha política, comercial e noticiosa” para “folha política, comercial, noticiosa e órgão do partido conservador” (NOBRE, 2009, p. 7). Essa mudança indica a presença de nomes conhecidos da vida política paraense à frente do periódico e de sua redação, especialmente ligados ao Partido Conservador, como o Cônego Mancio Caetano Ribeiro, José Ferreira Cantão e o Cônego Siqueira Mendes. Em 1878, Frederico Carlos Rhossard faleceu e, no ano seguinte, o jornal foi vendido, o que permite pensar na nova fase do jornal a partir de 1880 sob o comando do bacharel Miguel Lucio de Albuquerque Mello.

Esse jornal, acompanhou as mudanças vividas no cenário da imprensa paraense, sendo considerado um dos maiores jornais da região, tendo ganhado maior representatividade a partir do avanço da imprensa periódica nessa região, visto que, a partir de 1870, segundo Figueiredo (2008), a imprensa paraense ganhou maior expressão, acompanhando a chamada reconstrução da Província após a Cabanagem (1835 – 1840), dado o consumo de periódicos que foi estendido a outras camadas sociais, como comerciantes e, logo em seguida, ao povo das cidades; por outro lado, as possibilidades de posse de máquinas tipográficas aumentaram, o que possibilitou a proliferação de mais jornais. É neste cenário que se acentuam os embates políticos através dos periódicos, além do debate sobre temas regionais e nacionais.

O Diário do Gram-Pará, apesar outros jornais terem demonstrado anteriormente certas perspectivas regionais, buscou construir uma identidade regional para a área às margens do rio Amazonas, sobretudo a partir da década de 1880. A década de 1880 marcou um interregno em que a economia da borracha projetava certa expressão regional do Pará, vivia-se ares de modernidade, e a classe política e intelectual da região se ressentia ainda mais do histórico sentimento de distância e abandono por parte do Governo Central do Brasil. As elites políticas da região já ensaiavam certo processo de superação dos tempos da Cabanagem com a exportação da borracha e a presença de embarcações estrangeiras no rio Amazonas realizando o trânsito internacional de mercadorias.

No âmbito do debate político, destaca-se o papel do jornal *O Diário do Grão-Pará*, pois esse periódico amplificou o debate sobre as necessidades do Vale do Amazonas ao expandir as dimensões deste espaço, considerando-o como um novo recorte espacial de conotações regionais, o que lhe concerne à Amazônia, oportunidade em que adicionou certo tom separatista à discussão amazônica. Se nas décadas entre 1850 e 1870 as demandas e críticas ao Governo Central partiram dos liberais paraenses, na década de 1880, com os liberais à frente do Governo Central, nota-se que os conservadores paraenses passaram a reclamar a falta de atenção com o Pará. Assim, embora o jornal *Diário do Grão-Pará* se apresentasse sem filiação partidária — e de fato publicou uma série de artigos criticando a política partidária e os dois principais partidos do Império, notadamente o Conservador e o Liberal — por boa parte de sua existência esteve sob influência do Partido Conservador, incluindo seu novo proprietário, Miguel Lucio de Albuquerque Mello, um nome do Partido Conservador no Pará.

Além do que, Mello mudou a apresentação do jornal, desta feita, retirando o subtítulo, deixando apenas o título *Diário do Gram-Pará*, possivelmente uma estratégia para poder adotar um tom de imparcialidade na política regional. Mesmo com um histórico ligado

Partido Conservador, Mello e o grupo em torno do jornal visavam construir uma opinião pública acima dos ditos interesses partidários, colocando a região em primeiro plano. Em 1882, circulava uma nota no jornal a respeito do abandono da posição de órgão de partido político, por parte do jornal, reafirmando a causa da Amazônia.⁶⁸⁴ Assim, nos anos iniciais da década de 1880, o *Diário do Gram-Pará* demonstrava uma postura aproximada dos novos liberais, sobretudo, por se apresentar como um jornal suprapartidário, acreditando que existia uma corrosão dos velhos partidos políticos, o que demandava a criação de um partido novo, que no caso emergia a proposta de criação do Partido da Amazônia. A exemplo dos novos liberais que propunham congregar todos os partidários da abolição em um único e novo partido, Miguel Lucio de Albuquerque Mello, através do Diário, buscava também congregiar todas as forças políticas da região amazônica a favor da Amazônia frente a marginalização política que vivia.

Além disso, apesar da crítica aos velhos partidos do Império, a exemplo dos novos liberais, as lideranças do *Diário do Gram-Pará* também adotaram a estratégia de dialogarem com todos os grupos e sujeitos políticos, especialmente com chefes partidários, como foi o caso das aproximações e publicações de textos de líderes como o conservador Siqueira Mendes e os liberais Ambrósio Leitão da Cunha e José Coelho da Gama Abreu. Obviamente que permaneceu gravitando em torno desse jornal as forças do Partido Conservador, notadamente pelo histórico de ligação entre ambos.

É relevante destacar que o *Diário do Gram-Pará*, na condição do mais importante periódico da área nortista entre o Pará e o Amazonas na segunda metade do século XIX, operou papel semelhante ao desempenhado por outros jornais, como o *Monitor Sul-Mineiro*⁶⁸⁵ e o jornal *O Diário de Pernambuco*⁶⁸⁶, sobretudo naquilo que diz respeito à construção do regionalismo político, com destaque para duas posturas políticas: primeiro, o jornal encampou uma campanha contra a inércia dos partidos políticos no Pará – acusados de não defenderem a região perante o Governo Central – e a defesa de criação de um novo partido político capaz de

⁶⁸⁴ Gram-Pará. In: Diário de Notícias. N° 2. Belém, 4 de janeiro de 1882.

⁶⁸⁵ Na segunda metade do século XIX, no contexto de discussão acerca da descentralização administrativa, as elites do Sul de Minas Gerais, a partir da cidade de Campanha, advogaram a autonomia política da região sul mineira em relação à província de Minas Gerais com o nome de Minas do Sul, como foi assim denominada em projeto apresentado à Assembleia Geral em 1862. Nesse contexto, a partir da década de 1870, o maior representante da causa relacionada à criação da nova província na imprensa, segundo Pérola Castro (2013), foi o jornal *Monitor Sul-Mineiro*, veículo de legitimação campanhense na esfera regional mineira. Ver Castro (2013).

⁶⁸⁶ A partir deste jornal, foi forjada a ideia de Norte como um bloco regional sob a liderança de Pernambuco ainda na segunda metade do século XIX. No século XX, Gilberto Freyre publicou uma série de artigos no jornal, que foram enviados dos Estados Unidos, delineando o que denominou de pensamento regionalista e tradicionalista.

lutar pela autonomia da Amazônia. Nesse primeiro caso, a Amazônia aparecia como sinônimo de identidade política regional; na segunda postura política do jornal este foi, de certo modo, advogar uma crítica mais forte à centralização imperial, defendendo uma posição mais radical, com larga tese pela autonomia da região, em alguns momentos sugerindo a emancipação da Amazônia do Império. Nos dois casos acima expostos, o *Diário do Gram-Pará* respondeu à centralização imperial – tida como asfixiante para o Pará – com a ideia de autonomia da Amazônia, identidade regional capaz de mobilizar o patriotismo, o espírito revolucionário e os lemas do progresso e da felicidade da Amazônia, este último ventilado como lema da bandeira regional.

Em 10 de janeiro de 1883, o jornal publicou um texto com caráter de manifesto político da Amazônia, um texto que explicitava uma postura mais agressiva dos redatores em relação à centralização imperial e ao Sul do país, sobretudo a partir do título do texto, no qual se pode ter uma ideia das intenções dos redatores, a saber: “Levantemo-nos”, cujo objetivo era conclamar a sociedade amazônica contra a centralização, “[...] meio único de manter a integridade de um país imenso, educado no regime do absolutismo da metrópole.”⁶⁸⁷ O tom acerca da busca por autonomia, com implícita ameaça separatista, apareceu em várias partes do texto, sendo que logo no início os redatores anunciavam que “desde a independência da União americana até a unificação da Itália são numerosas as vitórias conquistadas pelas reações dos povos.”⁶⁸⁸

Além do mais, o texto reativava a queixa da baixa representação parlamentar, considerando que as grandes províncias, em decorrência do maior número de parlamentares que possuíam, conseguiram influir na escolha de ministros e fizeram valer seus direitos, ao contrário das demais províncias com baixa representatividade de deputados e pela falta de patriotismo destes ficaram esquecidas e eram cruelmente exploradas. Possivelmente alguém da equipe editorial ou que compunha a direção do jornal possuía interesses em se candidatar ao cargo de deputado geral, dada a crítica dirigida aos deputados paraenses, apenas excetuando Souza Franco, Leitão da Cunha e Tito Franco. O sentido encaminhado neste ponto do texto era o de que tanto na Câmara dos deputados quanto no Senado do Império, “ouvimos a voz do despeito, da inveja e da imprudência amesquinhar-nos, como se as grandes províncias representadas pelos provocadores pudessem competir, ao menos, com a

⁶⁸⁷ Levantemo-nos. In: *Diário do Gram-Pará*. N.º 6. Belém, 10 de janeiro de 1883.

⁶⁸⁸ Idem.

Amazônia”.⁶⁸⁹ Logo, era preciso uma representação parlamentar mais afinada com o que os redatores chamaram de reação.

Também se observa que a partir de um chamamento para que todos os seguimentos políticos e sociais se engajassem na reação da Amazônia à centralização e ao poder das grandes províncias, o texto deixava claro os argumentos pelos quais a reação deveria se pautar e o meio mais viável para a reação seria através da criação de um novo partido da causa amazônica:

A **Amazônia** [grifo nosso] tem fome e sede de justiça, não quer que o governo obstrua os seus rios de dinheiro, mas não lhe sofre a paciência ver o produto de seus impostos atirados a mãos cheias no Rio de Janeiro e nas grandes províncias, enquanto falta-lhe tudo.

Para conseguirmos esse Desideratum só uma coisa é necessária. – Levantemo-nos todos contra os velhos preconceitos dos partidos políticos, e formemos um partido novo, forte, grande e glorioso – o partido da Amazônia.

O texto revela muito da criação de uma linguagem política que buscava ensejar certa consciência patriótica regional e concomitantemente forjar uma opinião pública acerca da situação vivida na região. Essas práticas apontam para um movimento regionalista de cunho político, oportunidade em que justificavam que somente um novo partido e/ou um novo recorte espacial de conotações amplas (regional) poderia erguer o Vale do Amazonas, esquecido pelo Império, e que sofria pela falta de recursos, além de ser explorado por altos impostos. A ideia de criação de um novo partido se aproxima bastante da ideia dos novos liberais sobre a postura suprapartidária e a ideia de corrosão dos antigos partidos do império e a necessidade de criação de um novo partido, cujo a temática deveria ser uma causa, pois se para os novos liberais a causa seria o abolicionismo, para os dirigentes do *Gram-Pará*, o pretexto deveria ser a Amazônia, que assim como o tema da escravidão, a pauta central girava em torno do tema da liberdade, desta feita, política e administrativa.

Além do que, a partir deste texto, com o lema “Levantemo-nos”, é possível aferir a construção de uma narrativa que postula uma identidade para a região, logo, a partir do *Diário do Grão-Pará*, observa-se a consolidação de um movimento das elites amazônicas no sentido de construir uma pretensa identidade regional, desta feita, de ordem política, de modo que a reação proposta ao centro passava, naquele momento, pela construção de um sentimento de apego e pertencimento regionais, mas, no caso em tela, esses pressupostos precisariam ser vistos como discursos das elites, seja por meio da imprensa, da tribuna do Parlamento ou

⁶⁸⁹ Idem.

através das diversas instituições criadas na região, assim, deve-se lembrar as relações de força envolvidas, e que os discursos e a pretensa identidade regional revelam o poder de quem pode narrar ou discursar em nome da região, haja vista que: “na prática, as discussões sobre a identidade de alguma região são tipicamente discursos de cientistas, políticos, administradores, ativistas culturais ou empresários que visam distinguir uma região de outras”.⁶⁹⁰ Assim, esses discursos representam formas de classificação que:

[...] são inevitavelmente baseadas em certas escolhas, onde alguns elementos são escolhidos para constituir uma narrativa de identidade e alguns outros são excluídos. Assim, são expressões de poder na delimitação, nomeação e simbolização de espaços e grupos de pessoas.⁶⁹¹

Essa perspectiva de construir uma identidade regional a partir do regionalismo político e a ideia de associar a Amazônia a um novo partido político explica o fato de esse mesmo jornal ter desencadeado uma campanha contra as velhas posturas dos partidos políticos. O jornal se proclamava apartidário e encampou, à época, uma arrojada investida em relação à necessidade de uma reorganização administrativa/provincial no Brasil, em especial na forma de atendimento às províncias distantes do Sul. Para os redatores e articulistas do jornal, o sistema político brasileiro estava corrompido pelos interesses partidários e pessoais dos políticos, bem como pela inércia do Governo Central, inclusive consideravam que os partidos Conservador e Liberal no Pará não estavam atuando a contento para, segundo os redatores, defender a Amazônia das injustiças do desamparo sofrido pela região a cargo do Governo Central.

A partir da ideia de que grande parte dos parlamentares que representavam a região no Parlamento nacional não realizavam a devida defesa da região, o jornal lançou um editorial, em 1883, com várias matérias intituladas “Os Partidos Políticos”. A clara ideia que aparece nesse editorial é a de que os dois partidos políticos (Liberal e Conservador) não lutavam pela causa maior da região: torná-la merecedora de justas contrapartidas à altura de suas riquezas, de modo a ser ela mais desenvolvida e ainda ser capaz de administrar as receitas que gerasse. Em matéria de 13 de janeiro de 1883, intitulada “Conservadores e Liberais”, os redatores do jornal criticaram os dois partidos na província e, quanto aos liberais, disseram que se escravizavam ao “Governo Central, que não manifestavam interesse algum pelo nosso

⁶⁹⁰ PAASI, Anssi. *The region, identity, and power*. *Procedia Social and Behavioral Sciences* 14 (2011) 9–16, p. 14.

⁶⁹¹ Idem.

engrandecimento, e antes empenhavam-se em sufocar com a sua onipotência os movimentos legítimos da reação da Amazônia.”⁶⁹² A busca pela autonomia provincial e municipal era expressa pelos redatores, visto a reclamação de que a Assembleia Provincial e a Câmara municipal estavam sujeitas a um presidente adverso. Os redatores terminaram o artigo reforçando a ideia da formação de um novo partido em defesa da região:

Daí a necessidade imperiosa de concitar todos os bons espíritos a formarem um partido novo – da **Amazônia** [grifo nosso] – sem chefes, nem regulamentos, mas desprendido completamente de conservadores e de liberais, tendo por único programa reagir contra o Governo Central em favor da imensa e prodigiosa região do Valle do Amazonas.⁶⁹³

Nesse caso, a região passa a ser o foco de ação, e o nome Amazônia emerge como baliza da nova proposta para a região: uma identidade política regional forte capaz de reagir à centralização do Império. O nome é a expressão da diferença ante o Governo Central e outras regiões, pressupondo consciência de si e senso de pertencimento. Logo, a região deixa de ser um fato físico para ser uma consciência para quem a construção identitária alcança, sobretudo a partir das estratégias discursivas coroadas com o nomear da região.

Em grande parte, os movimentos construtores de identidades regionais acionam algum tipo de patriotismo e constroem sentidos de que lutam por uma causa maior, sobretudo condicionado à pátria regional, aspecto que se pode constatar em novo artigo publicado sobre o tema da ineficiência dos partidos políticos na defesa da região, oportunidade em que os redatores perguntavam o que os atuais partidos à época tinham feito pela Amazônia? Adiante, o artigo lembrava a palavra de ordem da luta política proposta pelo *Diário do Gram-Pará*: “levantemo-nos”, de modo que o jornal se postava como o iniciador da grande batalha pela Amazônia, dizendo:

Iniciamos o movimento reacionário contra a centralização; e para que nossos esforços sejam profícuos, procuramos despertar o patriotismo dos habitantes da **Amazônia** [grifo nosso], chamando a postos, todos os homens capazes de lutar pelo bem e aqueles que pela nacionalidade, afastados até então dos certames políticos, constituem forças de reserva, elemento novo e de grande preponderância na resolução de todos os negócios políticos.⁶⁹⁴

O chamado para a luta em defesa do recorte regional era subsidiado pelo patriotismo amazônico e buscava “soldados” não pertencentes a outros exércitos, ou seja, sujeitos que não

⁶⁹² Conservadores e Liberais. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 9. Belém, 13 de janeiro de 1883, p. 1.

⁶⁹³ Idem.

⁶⁹⁴ Conservadores e Liberais II. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 10. Belém, 14 de janeiro de 1883, p. 1.

pertenciam aos partidos tradicionais, visto que um partido novo, em defesa de um status regional, não poderia ser contaminado pelas velhas classes políticas. É importante considerar que, apesar de se posicionar contra os tradicionais partidos políticos, o proprietário e a equipe do *Diário do Gram-Pará* possuíam fortes laços com o Partido Conservador no Pará, tendo em vista que no ano de 1883 o Gabinete que comandava o Governo Central era formado pelo Partido Liberal, tendo à frente Lafaiete Rodrigues Pereira, presidente do Conselho de Ministros, é possível aventar que a construção da identidade política regional amazônica ganhava as páginas do mencionado jornal em tom de guerra também em razão da luta partidária, o que não apaga o fato de os conservadores e os liberais amazônicos terem considerável oposição frente às posturas centralizadoras do Império.

O tom de guerra continuou nas páginas do jornal, que passou a ser visto no Pará como revolucionário, em sentido negativo, pelos políticos tradicionais, daí o porquê de o tema “Amazônia” ter passado a ser considerado polêmico, mas que, mesmo diante do antagonismo, se fortalecia como sinônimo de luta política: “é a revolução que anunciamos, uma revolução pacífica, enérgica e decidida, cujo lábaro pode acolher todos os habitantes da Amazônia, ainda mesmo os que nos chamam de revolucionários.”⁶⁹⁵ Por fim, os redatores faziam questão de reforçarem os termos da questão: “todos que amam deveras esta terra venham alistar-se sob a bandeira da nossa revolução”. Em mais um artigo sobre os partidos políticos, eram acionados os aspectos patrióticos. Antes, os redatores diziam que as províncias – e a Amazônia, principalmente – tinham perdido a fé no governo do Império, dado o desprezo que recebiam diariamente, visto que ainda argumentavam que, com o centro, só possuíam uma artéria de contato, justamente aquela por onde era canalizado e enviado o dinheiro dado pelas províncias. Ao final do artigo, mais uma vez o chamamento para a luta, uma mescla de patriotismo e religião: “Levante-nos, levantai-vos homens de fé, de convicção, com os corações a palpitar de civismo, sobracemos as armaduras honrosas, temperadas pelo direito, pela justiça e ocupemos cheios de coragem e esperança o posto que assinala a consciência do dever.”⁶⁹⁶

Nada mais evidente nos aspectos citados acima do que o apelo identitário do nível regional, há uma transferência de aspectos historicamente relacionados à nação para a região, como civismo, patriotismo, alistamento para lutar em prol de alguma causa magna, ou seja, o ideário da construção regional amazônica era adaptado do ideário nacionalista muito em voga

⁶⁹⁵ A revolução. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 13. Belém, 18 de janeiro de 1883, p. 1.

⁶⁹⁶ Os partidos políticos. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 13. Belém, 20 de janeiro de 1883, p. 1.

no século XIX, haja vista que o nacionalismo, sobretudo entre 1880 e 1914, possuía três características básicas: uma coletividade que se considerava uma nação e que demandava o direito à autodeterminação, o que significava o direito a um estado independente e soberano, com território definido; a etnicidade e língua tornaram-se aspectos centrais para a existência das nações; por fim, os movimentos nacionalistas reivindicavam fortemente o direito político à nação e à bandeira, ou seja, era preciso apropriar-se por direito da entidade nacional e representá-la simbolicamente através da bandeira.⁶⁹⁷

A recepção do ideário nacionalista aplicado ao regionalismo amazônico se fez presente em vários outros artigos publicados pelo jornal. Antes, em mais um artigo com o tema dos partidos políticos, observa-se que a redação afirmava se dirigir aos cidadãos não comprometidos com os velhos partidos políticos e que: “a esses nos dirigimos em nome do nosso futuro, fazemos um apelo ao seu patriotismo para que se ergam e abracem a bandeira da causa regeneradora, cuja as [sic] ideias defendemos”.⁶⁹⁸ Nesse momento, os redatores explicitaram qual a finalidade da luta política encampada nas páginas do jornal e motivo central do chamamento à causa amazônica, a saber: a autonomia da Amazônia, textualmente citada, esse aspecto era a grande chave do movimento político e da construção identitária regional naquele momento. Ao final do artigo, mais uma vez as pretensões patrióticas da Amazônia eram mencionadas: “a causa da Amazônia há de triunfar, por que tem por base a justiça e o direito, porque tem por combatentes homens desinteressados e dedicados, leais e valorosos soldados, que tudo sacrificam [...]”⁶⁹⁹.

É preciso lembrar que, para juntar esforços em torno de uma causa relacionada a uma dada região, seria imprescindível gestar um sentimento regional, uma consciência de si e uma diferença das outras regiões e do próprio Estado nacional; logo, esse foi o papel mais claro que assumiram os redatores do *Diário do Gram-Pará*. É importante lembrar que a pesada crítica aos políticos tradicionais e locais provocou reações no meio político paraense, uma das quais foi a recusa, por parte da Assembleia Provincial Paraense, para que o citado jornal publicasse os trabalhos da referida instituição a partir de fevereiro de 1883. O parecer de uma comissão chefiada pelo presidente da Assembleia à época, o Cônego Siqueira Mendes, chefe do Partido Conservador no Pará, negou a proposta do *Diário do Gram-Pará*, com menor valor, aceitando a proposta do jornal e criado por Siqueira Mendes, órgão do Partido

⁶⁹⁷ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*; tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 126.

⁶⁹⁸ Conservadores e Liberais III. In: *Diário do Gram-Pará*. Nº 12. Belém, 17 de janeiro de 1883, p. 1.

⁶⁹⁹ Idem.

Conservador, a saber: o jornal *Constituição*. O parecer da comissão informava que o *Diário do Gram-Pará* não merecia a confiança, pois no ano anterior havia exposto alguns deputados ao ridículo. Após as discussões, de todo modo, o *Diário do Gram-Pará* continuou noticiando e fazendo a cobertura das sessões da Assembleia provincial.⁷⁰⁰

A situação descrita acima é mais uma evidencia de que o *Diário do Gram-Pará*, na primeira metade da década de 1880 não era órgão oficial do Partido Conservador na província – embora existisse históricas e prementes ligações com os conservadores paraenses – e que existia reais possibilidades de uma dissidência do proprietário do jornal em relação ao núcleo mais forte dos conservadores, bem com uma possível aproximação de posturas do jornal com aquelas advindas dos novos liberais, a exemplo do suprapartidarismo, abolicionismo e refundação das representações políticas. Essa perspectiva demonstra que a reação a centralização política na região amazônica era algo complexo e que envolvia agentes diversos e que as vezes transpareciam seguir orientações de campos políticos opostos. Pelo menos, a explicação inicial da postura da redação de o *Diário do Gram-Pará* transparece essa aproximação citada acima. Obviamente que se aventa aqui o fato de os membros do Partido Conservador no Pará terem conduzido a bandeira regionalista e o enfrentamento com a centralização imperial, no início da década de 1880, possivelmente por motivações políticas, haja vista a ascensão do Partido Liberal ao poder nacional no período.

Também é preciso perceber que, no jogo político, as articulações com o Parlamento são sempre importantes para o estabelecimento de posições, consensos ou decisões, daí considerando que a presidência da referida Assembleia era do Cônego Siqueira e Mendes e que ele, além de chefe do Partido Conservador na província, também era um dos políticos mais influentes no cenário político paraense, não é de se estranhar que, após dois meses do ocorrido na Assembleia contra o *Diário do Gram-Pará*, esse jornal tenha publicado um artigo elogioso ao Cônego, ligando-o à causa da Amazônia. O artigo iniciava parabenizando-o pela posição tomada em relação ao projeto que tramitava na Assembleia Provincial acerca da construção da estrada de Bragança, considerada pelos redatores como peça chave para o desenvolvimento da Amazônia, sobretudo por ligar Belém aos núcleos de imigrantes naquela área.

Além disso, obviamente que o proprietário e os redatores do jornal aproveitaram o ensejo em que o Cônego elevou o tom contra a centralização imperial para aproximarem-no da causa da Amazônia. Ressaltando existir diferenças com o Cônego, o artigo informava que

⁷⁰⁰ 2ª sessão da 23ª legislatura. In: *Diário do Gram-Pará*. Nº 44. Belém, 22 de janeiro de 1883, p. 1.

trazia o destaque para Siqueira Mendes, haja vista a sua: “posição franca e decidida que assumiu adaptando as ideias capitais do programa da Amazônia”. Nesse caso, fica patente que, para os redatores, a Amazônia era algo planejado, o nome da região representava um projeto regional, inclusive com ideário e proposta bem definida. Adiante, diziam acerca do Cônego: “em um rasgo de eloquência, S.Ex. deixou arrebatado pelo ardor da convicção latente e quebrou os diques da conveniência partidária”. Neste ponto, os redatores justificavam o texto elogioso a um velho e tradicional político chefe de um partido criticado nas páginas do jornal. Por fim, enfatizam que, em seu discurso, o Cônego:

Recordando a maneira pela qual os governos tratam os interesses da Amazônia, e o esquecimento a que são votados os seus destinos, verberou energicamente a política centralizadora que nos asfixia, e declarou que não se trata de uma questão política, mas de realizar uma obra de progresso incontestável que é uma veemente aspiração da Amazônia.⁷⁰¹

Acima aparece a ideia de interesses da Amazônia contrapostos pelo Governo Central, de modo que o tema intitulado “interesses da Amazônia” foi um mote de políticos e da imprensa para tratarem dos temas eleitos como relevantes e se contrapõem à centralização. Também convém destacar que o tema tratado por Siqueira Mendes foi bastante explorado e discutido no jornal *Diário do Gram-Pará*, tratado como símbolo do desenvolvimento da Amazônia. Mas, convém compreender que de um modo ou de outro, Siqueira Mendes acabava por influenciar o jornal, sobretudo pela proximidade histórica havida entre o *Diário do Gram-Pará* e os conservadores no Pará.

Além do que, cabe entender que também não seria estranho que o principal jornal a propagar o regionalismo político a partir do ideário da Amazônia não se aproximasse do Cônego Siqueira Mendes, já que ele, de certo modo, passou a se apropriar da bandeira regional amazônica para fazer política no Pará, como já foi relatado nesta tese, oportunidade em que se demonstrou o seu envolvimento com a ideia de separação da província paraense do Império brasileiro. Por exemplo, cita-se que a criação do Jornal *Amazônia*, em 1888, foi justamente obra do Cônego e que o diretor, o oficial Alfredo Henrique Serra Aranha, foi taxado pela imprensa à época como amigo e “cabo de guerra” do Cônego Siqueira Mendes. Os relatos da imprensa informam que o jornal foi criado para combater os adversários do Cônego, incluindo a dissidência conservadora do deputado pelo Pará Samuel Wallace Mac-

⁷⁰¹ O Cônego Siqueira Mendes. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 82. Belém, 7 de março de 1883, p. 1.

Dowell. Nesse sentido, o uso da dimensão regional nomeada de Amazônia não foi apenas para efeitos externos, mas foi também utilizada para as lutas internas da política paraense.

Ainda no tocante ao tema das estradas de ferro, em uma matéria, os redatores parabenizaram o Presidente da Província, o Barão de Maracajú, pelo apoio ao projeto da estrada de Bragança, postulando que a adesão a esse melhoramento contribuiria para “[...] levantar o pendão patriótico da reação do progresso da Amazônia”.⁷⁰² O próprio título da matéria é sugestivo para o tema da construção da identidade regional, a saber: “O Sr. Barão de Maracajú e nós”, pois, o presidente era um homem externo à Província e o “nós” representa o movimento de classificação típica das identidades: o nós e os outros, típico caso de diferenciação e investimento sobre a sensação de pertencimento.

Ainda acerca do Barão de Maracajú, ao chegar para assumir a presidência do Pará, no mês de janeiro de 1883, o *Diário do Gram-Pará*, ao passo que saudava o Barão, fazia um tipo de pedido para que ficasse do lado da Amazônia e não do Governo Central, um tipo de chamado, a saber: “S.Exc, veio da Corte, dissemos na sua chegada que não estamos bem com a Corte, e acrescentamos – preferimos que S.Exc. seja o interprete fiel das aspirações da Amazônia do que fiel delegado do Governo Centralizador que nos esmaga.”⁷⁰³ Neste mesmo artigo, os redatores procuravam deixar o novo Presidente a par da situação política no Pará, especialmente sobre o que denominavam de reação contra o Governo Central. Assim, elencavam que, à exceção da imprensa partidária, todo o jornalismo paraense havia se levantado contra o sistema de governo que interessava somente a Corte e as grandes províncias com representação nos Ministérios do governo, sistema que “[...] trata com o mais condenável desprezo as províncias do norte, e principalmente a Amazônia”.⁷⁰⁴ Neste trecho, observa-se que os redatores possuíam clareza quanto à diferenciação entre a Amazônia e o restante das províncias do Norte, e mais, a Amazônia é tratada como região formada por províncias.

Como já exposto nesta tese, em capítulo pretérito, as estradas de ferro tornam-se, ao lado da navegação, um dos temas de maior interesse das elites amazônicas, não só por possibilitar o transporte de pessoas e produtos, mas por simbolizar o progresso das províncias. Logo, o tema ocupou as páginas do *Diário do Gram-Pará* por várias edições. A elite letrada e política da Amazônia, a exemplo dos responsáveis pelo jornal em tela, demonstraram, no processo pela busca de autonomia político-administrativa – ou seja, no movimento

⁷⁰² O Sr. Barão de Maracajú e nós. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 33. Belém, 18 de fevereiro de 1883, p. 1.

⁷⁰³ O Sr. Barão de Maracajú. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 16. Belém, 21 de janeiro de 1883, p. 1.

⁷⁰⁴ Idem.

regionalista de cunho político – estarem atentos à dinâmica política e à circulação das ideias neste contexto, daí muitas vezes os agentes desse regionalismo responderem a questões que circulavam na Corte em relação à região amazônica, como foi possível observar em um artigo publicado pelo *Diário do Gram-Pará* a respeito da construção da estrada de ferro de Bragança, em fevereiro de 1883, ocasião em que um dos pontos centrais do artigo praticamente responde a um memória apresentada ao Instituto Politécnico Brasileiro e à Câmara dos Deputados pelo engenheiro João Ramos de Queiroz, em setembro de 1882, que visava auxiliar o governo do Império na priorização dos melhoramentos da viação brasileira, concluindo que a Amazônia não necessitava de estradas de ferros por possuir caminhos fluviais em abundância. Os redatores de o *Diário do Gram-Pará* diziam textualmente que os sulistas acreditavam que, no Pará e região, todo o sistema de viação era resolvido apenas pela rede hidroviária, de modo que a intenção deles era justamente se contrapor a esse raciocínio, pois buscavam evidenciar a necessidade das estradas.

O artigo do jornal, acima citado, ainda fundamentava sua posição contrariando a ideia advinda do Sul de que a única economia da Amazônia decorria da extração da borracha às margens dos cursos de água, pois revelavam que existiam muitas terras férteis para a agricultura que estavam distantes dos rios.⁷⁰⁵ Vale lembrar que o jornal escrevia sobre a estrada de Bragança visando sensibilizar a Assembleia Provincial para a liberação de recursos para essa obra, já que não se nutria esperanças sobre créditos para afiançar a garantia dos juros à estrada, por parte do Governo Central. Por outro lado, vários artigos publicados no jornal enfatizavam a necessidade da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, como uma das principais realizações do programa da Amazônia.

O nível do investimento em estradas de ferro na região amazônica fazia com que o Governo Central sofresse pesadas críticas advindas da região, como foi o caso de um artigo publicado no *Diário do Gram-Pará* sobre a necessidade da construção das estradas de ferro de Bragança e de Alcobaça, esta última feria a interligação entre a região dos rios Araguaia-Tocantins com o Mato Grosso, Goiás e com pretensões de atingir o baixo Amazonas. Neste artigo, os redatores comparavam que o Governo Central investia fortemente nas estradas de ferro do Sul e não nas estradas da Amazônia, citando os investimentos nas estradas D. Pedro I, no RS e Natividade, nas províncias do Sul.

Em um artigo emblemático sobre o tema da centralização, intitulado “O Rio Grande do Sul e a Amazônia”, o *Diário do Gram-Pará* reverberava todo o descontentamento das

⁷⁰⁵ Ferrovia de Belém a Bragança. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 33. Belém, 8 de fevereiro de 1883.

elites amazônicas com a questão do gerenciamento das rendas, visto que, diante de um período de ganhos consideráveis com a venda da borracha, existia uma forte crítica como decorrência da alta arrecadação pelo Governo Central e pouco retorno em termos de obras e serviços. O artigo informava que o Rio Grande do Sul, a partir daquele momento, resolveria seus problemas com obras e outros projetos, uma vez que um filho da terra havia sido indicado para Ministro do Império. Para os redatores, tais projetos “[...] todos esses projetos são apenas pretextos para despejar o nosso dinheiro na goela do leão do Sul”. Embora fizessem menção direta ao Rio Grande do Sul, a metáfora “leão do Sul” representava a centralização imperial em benefício do Sul do Brasil.

Além do que, um dos principais pontos do artigo era a comparação, visto que visualizavam que caso fosse a Amazônia que tivesse recebido os 4 milhões de libras esterlinas que o Rio Grande do Sul recebeu após a ida de um filho seu para um ministério, promoveria todos os melhoramentos mais urgentes da estrutura viária da Amazônia: as estradas de Bragança e Madeira-Mamoré, e subsídios à navegação. Por fim, o artigo reafirmava a luta política das elites nativas representadas pelas demandas de uma região e não mais uma província frente à nação: “a Amazônia [grifo nosso] não esmorece nas suas pretensões legítimas; a propaganda que deriva de seus direitos, encontra eco em todos os espíritos retos e há de triunfar, ainda mesmo que o Governo Central a reduza a pão e água.”⁷⁰⁶ Como se vê, a identidade do nós (Amazônia) é sempre observado nos discursos contrapostos ao outro (governo imperial) ou ainda a outras províncias do Sul, como no caso do Rio Grande do Sul.

Frente a esse cenário, o tema da descentralização era a principal bandeira dos redatores do jornal, que, assim como já mencionado, estavam atentos à circulação de informações e ideias no que compete aos temas que giravam em torno dos embates entre províncias, regiões e o Governo Central. Um artigo do jornal reproduzindo um debate da Assembleia Província de São Paulo, em 1883, chama a atenção, pois confere destaque a um movimento da minoria conservadora naquela casa legislativa que visava promover uma reação à centralização imperial, o que permite aventar aqui que o jornal paraense cobria o momento em que era lançado o embrião do movimento separatista paulista que ganhou densidade em 1887. Neste, é imperioso constatar que o *Diário do Gram-Pará* se colocava na condição de pioneiro na luta pela descentralização a ponto de influenciar outros movimentos, a exemplo do paulista: “o brado do *Diário do Gram-Pará* saltou, no ano passado, contra o sistema governamental que

⁷⁰⁶ O Rio Grande do Sul e a Amazônia. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 36. Belém, 16 de fevereiro de 1883, p. 1.

enfraquece a coesão nacional, ao mesmo tempo que esmaga as províncias da Amazônia, vai ecoando profundamente em todo Império“.

Além disso, é extremamente necessário perceber que o descontentamento paulista com a centralização imperial evoluiu para um movimento separatista, em 1887, como já citado nesta tese, cujos interesses paulistas convergiam para interesses muito próximos do que os paraenses reivindicavam, a exemplo de independência para administrar suas rendas, conseguir créditos diretos no exterior, desenvolver fortemente a imigração, melhorias na área portuária, obras entre outras.⁷⁰⁷ A exemplo do que se demonstrou neste tópico em relação ao ideário patriótico em torno da Amazônia, o movimento separatista de São Paulo constituiu uma apropriação da ideologia nacional por: se julgar uma “pátria paulista”, voltada para o bem comum e um só povo; a construção de uma tradição histórica e cultural homogênea frente a um outro que no caso eram os negros e indígenas; economia forte e uma história narrada a partir de feitos, heróis e movimentos, como o bandeirantismo.

Considerando que no Pará da década de 1880 a tese separatista foi dita e circulada, bem como até pronunciada no Parlamento nacional, observam-se outras semelhanças entre o movimento paulista e o movimento paraense: primeiro, antes de incorporarem definitivamente o termo Amazônia como nome e representação regional, os paraenses, especialmente da elites política na Corte, ensaiaram um movimento que ficou conhecido como “pátria paraense”, visando debater os assuntos e soluções prementes da região; segundo, o *Diário do Gram-Pará* ao lançar a representação regional mediante o nome Amazônia, em 1882, procuraram associá-la à ideia de fundação regional e de um novo partido visando romper com os antigos partidos monárquicos, algo que chama atenção, pois, em 1887, um dos ideólogos da “pátria paulista”, Francisco Eugênio Pacheco escreveu para o jornal *Diário Popular* um artigo intitulado “Um novo partido”, texto endereçado ao Partido Republicano Paulista e que fazia forte crítica ao Império e à necessidade de ser empreendida uma ação política contra a centralização. Entre outras questões, em 1887, o jornal *Diário Popular* de São Paulo enfatizava que:

S. Paulo no sul e ao norte o Pará, são, parece, os dois centros do Brasil em que as ideias de transformação tomam caminho mais prático e positivo, acentuando francamente a separação e autonomia de diversas regiões deste vasto império diamantino como o remédio único e decisivo contra a usurpação e centralização monárquica.⁷⁰⁸

⁷⁰⁷ ADDUCI, Cássia C. (1996). *Op. Cit.*, 2000.

⁷⁰⁸ *Ibidem*, p. 147.

Por outro lado, deve-se considerar que a construção ideológica da “Pátria Paulista” possuía, como uma de suas balizas, a crítica ao Norte e à Corte, tidos pelos paulistas como beneficiados pelo Governo Central. Outros aspectos também afastavam os movimentos descentralizadores e separatistas de São Paulo e do Pará, por exemplo: os separatistas paulistas mantinham uma relação de proximidade com o movimento republicano, visto que três dos quatro principais divulgadores do separatismo mantinham ligações com o republicanismo, bem como os textos do movimento eram publicados por dois jornais republicanos, como a *Província de São Paulo* e o *Diário Popular*. Os movimentos pró-descentralização e separatistas no Pará e a sua relação com o republicanismo precisam ser vistos mediante a ponderação de algumas variáveis, deixando uma forte impressão que antes dos anos finais do Império, esses movimentos não depositavam a possibilidade direta de realizar o que pretendiam por meio da República, ou seja, a autonomia da Amazônia. Apesar dos liberais paraenses terem recepcionado o discurso do deputado Joaquim Nabuco – que continha uma proposta de transformar as províncias em repúblicas –, mesmo assim preferiram afinar o discurso em prol da monarquia federativa. Somente às vésperas da Proclamação da República no Brasil, observa-se que um liberal, Justo Chermont, ao pedir desligamento do Partido Liberal, passava a confiar à República a tarefa de resolver o problema da autonomia das províncias e da centralização imperial, sobretudo o caso do Pará.⁷⁰⁹

Com relação à postura dos membros do *Diário do Gram-Pará* e dos conservadores paraenses, grosso modo, é possível aventar que dialogavam em busca de um tipo de federalismo sem denotar a opção pela república. A linha de pensamento dos redatores transparece que caminhava na direção da tese da federação, sem a citar, mas a base dos discursos a partir da autonomia das províncias deixa essa impressão. A outra linha de resolução política para o problema da separação era a independência da Amazônia, tese que à época não estava bem definida quanto à forma de governo, mas também não citava a possibilidade republicana. A ideia, após separação, era a de se tornar um Estado independente. Em dezembro de 1887, o jornal *A Província de São Paulo* noticiava a possível criação do Estado da Amazônia, informando que a luta começou pela imprensa e que “tudo ali predispõe as coisas para a formação de um novo Estado e se o Império descuidar-se há de ver por um óculo as suas províncias do extremo norte”.⁷¹⁰

⁷⁰⁹ Boletim. In: *O Liberal do Pará*. Nº 286. Belém: 20 de dezembro de 1888, p. 1.

⁷¹⁰ Novos Estados. *A Província de São Paulo*. São Paulo: 22 de dezembro de 1887. In: ADDUCI, Cássia C. 1996. *Op. Cit.*, 2000, p. 157.

Além do mais, grosso modo, pode-se notar que os republicanos históricos do Pará, que fundaram o Club republicano em 1886, em sua grande maioria, não faziam parte da antiga política, segundo Farias, eram jovens com atuação jornalística e com pouca influência política na Monarquia, a exemplo de Lauro Sodré que pertencia ao campo militar. Na verdade, além desses republicanos históricos, com a Proclamação da República, vários políticos monarquistas aderiram ao novo regime, chamados assim de adesistas, que fundaram o Partido Republicano Democrático (PRD), agremiação que chegou a ser tida como constituída de monarquistas disfarçados, a qual o diretor do *Diário do Gram-Pará*, Miguel Lúcio era simpatizante.⁷¹¹ Assim, mesmo com a República, observa-se que o proprietário do principal jornal promotor da Amazônia não estava alinhado totalmente ao novo regime. Por outro lado, um dos redatores destacados desse jornal, Domingos Olímpio, aderiu à República. No que diz respeito ao próprio *Diário do Gram-Pará* esse jornal tornou-se órgão de divulgação das ideias do clero, insatisfeito com o governo republicano e, em 1891, passou a ser órgão do Partido Nacional Católico, chefiado pelo Cônego Siqueira Mendes. Portanto, os movimentos autonomistas no Pará, capitaneados pelos partidos monárquicos, não estavam totalmente afinados com o movimento republicano para a solução dos problemas da centralização.

O tema do separatismo aparecia nas entrelinhas de alguns dos artigos do *Diário do Gram-Pará*, geralmente atrelado à discussão sobre a descentralização política e administrativa, de modo que essa perspectiva acabou se voltando contra o próprio Pará, haja vista que os conservadores do Baixo-Amazonas, sobretudo sediados em Santarém, embalados pelas propostas descentralizadoras e autonomistas, voltaram a propor a separação dessa área da província do Pará, o que retoma aqui o tema da centralização na própria província. Em matéria de janeiro de 1883, o *Diário do Gram-Pará* reproduzia um artigo do jornal *O Baixo Amazonas*, órgão do Partido Conservador de Santarém. Antes da reprodução, os redatores do jornal belenense diziam que os colegas do Baixo-Amazonas já tinham aderido à causa da Amazônia, e apenas corrigiam a imputação ao Gram-Pará da autoria da tese separatista. Quanto ao artigo do jornal de Santarém, foi dito que se comungava da proposta da descentralização e que eram contra a separação do Pará do restante do Império, pois eram adeptos da unidade em prol da monarquia constitucional, mas aproveitavam o “[...] ensejo que nos depara, para pedirmos a desmembração do baixo amazonas da província do Pará, criando nesta zona uma província”.⁷¹² Ou seja, os conservadores de Santarém eram contra a separação

⁷¹¹ FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Açai, 2016.

⁷¹² A nossa propaganda. In: *Diário do Gram-Pará*. Nº 19. Belém, 25 de janeiro de 1883.

do Pará do Império brasileiro, mas concomitantemente eram a favor da separação do Baixo-Amazonas do Pará.

Em março de 1883, o *Diário do Gram-Pará* voltava a reproduzir um artigo do jornal *O Baixo-Amazonas*, de Santarém, com o título “A Amazônia”. Neste artigo, estão expressos os elementos da construção da identidade política regional em torno da Amazônia, começando por elogiar a atitude do Gram-Pará em incentivar “os filhos da Amazônia” para a luta política em defesa da região, despertando o patriotismo deles contra a centralização. Repetia os termos dos colegas do jornal belenense, enfatizando que lutavam por uma revolução pacífica em prol da Amazônia. O programa da construção regional era detalhado, era informado que a cruzada a ser encarada tinha como campanha a libertação da Amazônia e a separação do Baixo-Amazonas da província do Pará. Segundo os redatores do jornal de Santarém, a bandeira regional da Amazônia deveria possuir o seguinte lema: “A libertação da Amazônia, por meio da descentralização administrativa e desmembração provincial”.⁷¹³ O artigo ainda afirmava que eram os conservadores do Pará os responsáveis pela cruzada em nome da Amazônia.⁷¹⁴ Apesar de reproduzir os editoriais do Baixo-Amazonas, não foram localizadas matérias publicadas pelo Gram-Pará que defendessem a separação desta área da província paraense, apenas esse jornal publicou um artigo defendendo que a presidência da província olhasse mais de perto para o interior.

Na verdade, o jornal *Baixo-Amazonas*, no seu primeiro número publicado, no ano de 1872, já informava aos leitores que uma de suas principais missões era operar a defesa da região do Baixo-Amazonas, ao justificarem que a região não era ouvida e atendida. Os redatores justificavam que a dimensão das riquezas do Baixo-Amazonas e a experiência da descentralização que provocou a separação da então província do Amazonas da província do Pará, credenciava essa região a buscar sua autonomia. O jornal se colocava como por voz político do Baixo-Amazonas e informava o tom que adotaria após o seu aparecimento. O Jornal se colocava na condição de promover o “eco do Amazonas” contra o que chamava de “indiferentismo” com as localidades que formavam o Baixo-Amazonas eram tratadas.⁷¹⁵ Assim, já existiam movimentos descentralizadores e até separatistas dentro do próprio Pará, ocasião em que as justificativas tanto do Baixo-Amazonas, quanto do próprio Pará eram a falta de atenção dos governos para os problemas emergenciais dessas áreas, como imigração,

⁷¹³ A Amazônia. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 30?. Belém, 04 de março de 1883.

⁷¹⁴ Neste tema da separação do Baixo-Amazonas está a base dos movimentos autonomistas no século XX acerca da proposta de criação do Estado do Tapajós sediado em Santarém.

⁷¹⁵ Baixo-Amazonas. In. *Baixo-Amazonas*. N°. 1. Santarém: 1 de julho de 1872, p. 1.

lavou, créditos e melhoramentos (obras), representação parlamentar entre outros. Além do que, deve-se ter em mente que no Pará foram os conservadores, entre as décadas de 1870 e 1880 que mais agitaram a bandeira da descentralização política e administrativa.

Esta reação era ainda considerada como dispersa através dos artigos de jornais e dos discursos no Parlamento ou ainda em trechos fragmentados de obras de viajantes e obras estatísticas. Logo, era preciso organizar, ordenar e eternizar, através da escrita, os combates pela Amazônia, motivo pelo qual foram produzidos folhetos e obras inteiramente devotados ao tema da região Amazônia, como foi o caso das revistas regionais e as obras escritas para demarcar o lugar da Amazônia no Brasil e no mundo.

7.4 A Amazônia como projeto regional e como resposta à região obstáculo

Na região amazônica, foram publicadas algumas revistas e obras com o intuito de combater os preconceitos contra a região advindos do Sul do Brasil, bem o desconhecimento internacional acerca das riquezas do grande vale, neste último ponto, a ideia era atrair imigrantes e investimentos para a região, haja vista que as elites amazônicas não acreditavam mais na ajuda do Governo Central para tais realizações. Nesse sentido, foi criada, no Amazonas, a revista do Amazonas, em 1876, e no Pará foi formulada a Revista Amazônica, em 1883.

A *Revista do Amazonas* teve seu primeiro número impresso em 5 de abril de 1876 e circulou até setembro deste mesmo ano. Esse periódico possuía, no quadro de seus principais colaboradores, figuras conhecidas da política e da intelectualidade amazonense, como Antônio Passos de Miranda e Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha. Na capa da revista era exposto o seu escopo com os temas principais, como exploração dos rios, catequese e civilização dos índios, colonização, agricultura e indústria. O Texto de abertura da Revista já anunciava o motivo de sua publicação que se destinava a combater os preconceitos dos cidadãos do Sul do Brasil e o desconhecimento das riquezas e potencialidades da região, por parte da comunidade internacional:

Para combater tão pernicioso engano em que laboram nossos concidadãos residentes no do Sul, e para que fora do Império se conheça a importância do Valle do Amazonas e quais as vantagens que ele oferece ao comércio, indústria e a

agricultura, surge hoje a Revista do Amazonas, jornal que incontestavelmente tem um fim patriótico [...].⁷¹⁶

O fim patriótico da Revista revela um dos aspectos da construção identitária provincial, mas a referência regional também foi citada a partir do Vale do Amazonas. Nota-se que a preocupação principal da Revista era com a elevação do Amazonas à condição de principal província do Império, um discurso mais provincial do que regional nesse momento. Também se observa que uma das preocupações de quem constituía a Revista era a busca pela imigração e conseqüentemente de uma população “laboriosa e moralizada”, logo, era colocado o contraste entre a população regional e a pretensa população a chegar ao Amazonas, ou seja, a antiga questão das elites amazônicas em considerarem a população nativa como incapaz e insubordinada para o trabalho na lavoura e na indústria.

Em 1884, ainda no Amazonas, era fundado o jornal *A Amazônia* que, segundo noticiado na imprensa, aparecia como produto da opinião pública e que não era vinculado a nenhum partido político. O jornal se dizia, “aliás, combater a política de há 40 anos a esta parte: dar guerra à centralização e propagar as grandezas do opulento Valle do Amazonas, cujo os recursos não carece [*sic*] de engrandecer”. Esta linha editorial era praticamente a mesma do *Diário do Gram-Pará*, inclusive um dos redatores desse jornal paraense estava à frente do jornal *Amazônia* de Manaus, na pessoa de Domingos Olímpio que, juntamente com outras duas personalidades do mundo político manauara, comandavam o jornal, a saber: Bertino de Miranda e Bento Aranha. Sobre os chefes do jornal: O primeiro era um dos principais redatores do *Diário do Gram-Pará* em sua fase descentralizadora; em relação a Bertino de Miranda, não foi localizada a sua filiação política, mas acredita-se que se inclinava aos liberais e republicanos; Bento Aranha, nascido em Belém e com carreira política e jornalista no Amazonas, foi um político liberal desta última província, chegando a ser eleito como deputado provincial para várias legislaturas, tornando-se republicano de primeira hora com influências no Amazonas e no Pará, tendo ainda sido considerado um republicano exaltado.⁷¹⁷

Além disso, a capa desse jornal trazia estampados os seguintes dizeres: “não há pior tirania do que aquela que se exerce na sombra da lei”, pensamento de autoria do político e filósofo francês do século XVIII, o Barão de Montesquieu, cujas reflexões sobre política,

⁷¹⁶ Programa. In: *Revista do Amazonas*. Nº 1, ano 1. Manaus, 5 de abril de 1876.

⁷¹⁷ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 16-42. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em 30 nov. 2022.

especialmente sobre república federativa, ganharam bastante reconhecimento no século XIX, pregando a união de entes federados em uma república que, por sua vez, possuía a separação de três poderes (legislativo, executivo e judiciário). O destaque no jornal ao pensamento de Montesquieu indica a postura em prol da descentralização e os princípios federativos.

No Pará também surgiram iniciativas de fundação de jornais denominados de Amazônia e com propostas descentralizadoras e até separatistas, pretensões essas advindas do campo político com proximidades ao Partido Conservador, a exemplo da proposta de criação do jornal Amazônia, em 1884, noticiada pelo jornal conservador de Belém *A Constituição*, cujo título da matéria era “Mais um lidador”, em que reproduzia uma notícia do Diário de Belém sobre a iniciativa do senhor Antonio Rodrigues do Couto, tudo indica que era muito próximo ao Partido Conservador, oportunidade em que o texto dizia que ele “pretende publicar brevemente um jornal diário cujo fim será pugnar pelos direitos da Amazônia e fazer propaganda da sua separação do resto do Império”.⁷¹⁸ A notícia ainda informava que o jornal não teria ligações com nenhum dos partidos dominantes da época e que aceitava colaborações daqueles que se interessavam pelo engrandecimento da porção mais rica da América do Sul. A pretensão era publicar o citado jornal apenas no mês de junho do ano citado, mas não se sabe se o jornal realmente chegou a circular.

Também, em Belém, outra iniciativa jornalística foi a fundação de um jornal com o título de *Amazônia*, em 1888, já citado acima, criado por iniciativa do Cônego Siqueira Mendes, e cuja plataforma visava, oficialmente, noticiar aspectos comerciais e temas regionais, mas foi acusado de servir às necessidades do chefe conservador do Pará contra seus adversários políticos. De todo modo, a denominação dos dois jornais era um sinal dos tempos vividos na região, posto que o Termo Amazônia passava a ser adotado em vários âmbitos, notadamente em empresa de seguros, hotéis, clubes abolicionistas (Club Amazônia) e até pessoas.

Em relação a revistas, foi criada a *Revista Amazônica* no Pará, em 1883, sob a direção de José Veríssimo, Domingos Soares Ferreira Pena e o político liberal, jornalista e abolicionista paraense Tito Franco de Almeida. A Revista não fazia parte apenas da integração intelectual e profissional de Veríssimo em conexão com outros projetos de circulação de saberes, como o desenvolvido junto à *Nueva Revista de Buenos Aires* e ainda um *fazer-se intelectual* com uma biografia notável, inclusive no campo educacional, como

⁷¹⁸ Mais um lidador. In: *A Constituição*. Nº 31. Ano XI. Belém, 6 de fevereiro de 1884.

discutiu Felipe Moraes em sua tese de doutorado em educação⁷¹⁹, é também importante perceber e debater a relação de José Veríssimo com a invenção da Amazônia, pois o autor, em tempos de um discurso marcadamente nacional – de postura patriótica e conhecido pela publicação de *A Educação Nacional* (1890) – também foi um dos grandes arquitetos do recorte regional Amazônia.

Com os dizeres: “não basta – cremo [*sic*] nós – produzir borracha, cumpre também gerar ideias. Não é suficiente escambar produtos, é ainda preciso trocar pensamentos”, a direção e a redação da Revista Amazônica buscavam um lugar para a região para além de um mero contexto da borracha; era necessário constituir um movimento intelectual que pensasse e construísse um *corpus* de textos e temas para a Amazônia, era preciso torná-la conhecida, era preciso produzir um repertório de temas e cenas da vida amazônica, desde os problemas econômicos, fronteiriços, científicos e culturais. A inserção na Nação também dependia do quanto a região era dita e vista, o quanto era falada, inscrita e circulada, inclusive, dependia altamente da fabricação da sua imagem, de representações que lhe concedessem vida, existência, presença no conjunto das questões nacionais, como a questão da formação do povo brasileiro. Logo no primeiro número da Revista, os redatores explicavam sua missão:

Abrir um campo que venha lavrar quantos se interessam pelo desenvolvimento moral da esplendida região amazônica; torná-la conhecida, dentro e fóra do paiz, pelo estudo dos multiplas aspectos, porque pode ser encarada, aos sabios, letrados, economistas e financeiros empreendedores; estreitar n’uma comunidade de desejos e, até certo ponto, de idéias, as relações entre as duas províncias que formam a Amazônia; propagar o espirito novo que actualmente agita o mundo intellectual; offerecer aos estudiosos das duas províncias um meio menos ephemero do que o jornal, de dar publicidade ao resultado de suas locubrações – tal é o fim desta publicação.⁷²⁰

A grande questão a se notar na Revista era a sua pretensão de unir as duas províncias da Amazônia, ou seja, a dimensão regional era abertamente posta, pois interessava mais ao Pará ampliar sua capitalidade e representação na nação do que o Amazonas, esta última mais preocupada com a afirmação da condição de província, embora tenha contribuído para o regionalismo e tenha encampado lutas em prol da região.

A *Revista Amazônica* se apresentou para o cenário paraense e à Nação praticamente exercendo a função de manifesto, termo que designa uma exposição, uma declaração pública,

⁷¹⁹ MORAES, Felipe Tavares. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)* Tese de Doutorado, Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, 2018.

⁷²⁰ REVISTA AMAZONICA. Tomo I, primeiro ano. 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx> Acesso em: 07 set. 2017.

logo essa foi a função da Revista, promover a exposição e o reconhecimento da Amazônia, além, claro, dos objetivos de promoção intelectual de seus membros e os manifestos ainda são também profícuos para se analisar as estruturas elementares da sociabilidade intelectual e aposição dos grupos interessados. Também é imperativo considerar que a instituição de regiões geralmente está ligada ao agenciamento de homens de letras e ciência e a realização de algum tipo de manifesto ou congresso, veja-se o exemplo da região Nordeste, com a criação do Congresso Regionalista do Recife, em 1926, que teve como ação a publicação da revista *O Nordeste*, um dos marcos da invenção da região. No caso da Amazônia, não ocorreu um congresso regionalista, mas emergiu um manifesto e a circularidade deste materializado na *Revista Amazônica*, que visava também estimular o entusiasmo e a superação do atraso da terra natal – possuía a nítida intenção de fortalecer a dimensão regional no campo das ideias.

À medida que avançava a década de 1880, é notória a acentuação em torno do regionalismo político voltado para a descentralização administrativa. Destaca-se, nessa época, a contribuição de um dos chefes do Partido Liberal no Pará, José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó. Gama Abreu, político, tido como historiador e representante do Brasil na Europa, publicou vários livros, entre eles, os mais conhecidos: *A Amazônia: as Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brazil* (1883) e *As Regiões Amazônicas: estudos Chorographicos* (1885). O político e autor, a partir de sua obra de 1883, chamaria atenção da Nação para a região, demonstrando ser a Amazônia uma região promissora, rumo à civilidade. Através da obra, o Barão de Marajó advogou ferrenhamente a favor das províncias do Pará e do Amazonas em detrimento da centralização do Governo Imperial que tanto privilegiava as províncias do Sul do país.

O Barão de Marajó, em *A Amazônia: as Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brazil* (1883), viria organizar todos os argumentos da insatisfação política dos paraenses e dos amazonenses com o Governo Central e o Sul do país, ocasião em que dizia que os jornais da Amazônia se queixavam da Corte em função de estarem unidos pelo ressentimento das províncias amazônicas não serem prestigiadas pelo Centro do poder político brasileiro. |O Barão acusava o predomínio das províncias do Sul na política nacional e reclamava do tratamento da imprensa do Sul com a Amazônia. Gama Abreu ressaltava que havia escrito o folheto (obra em tela) demonstrando:

[...] De um modo mais sensível e durável do que em artigos dispersos de jornal, antecedendo-a essa enumeração, ligeiras considerações sobre o valor comercial e político d'essa imensa porção do Império tão desconhecida quanto olvidada, concluindo pela demonstração da necessidade que ha para a consolidação do Império, e rápido desenvolvimento das províncias, (o que constituirá a sua força), de

um systema que dê mais iniciativa e liberdade a estas, modificando a demasiada centralização, ora existente.

Na percepção do Barão de Marajó, a centralização imperial sufocava o desenvolvimento da região amazônica e que era necessário conceder liberdade e atenção para uma região do Império pouco ouvida. É sintomático que o Barão de Marajó tenha intitulado sua obra de *A Amazônia*. Logo no primeiro capítulo da obra em tela, intitulado “A Amazônia – sua importância”, o intelectual esclarece que:

As duas províncias de que trato, isto é, o Pará e Amazonas, tão dignas de interesse não só pela sua posição relativamente ás outras províncias do Império, como ás diferentes e numerosas nações com que são confinantes, não o são menos pela espantosa extensão de seus territórios. A região amazônica ou Amazônia, como modernamente lhe têm chamado alguns, referindo-se aos territórios reunidos de ambas as províncias, apresentam uma area de 2.954:722 kilometros quadrados, ou cinco e meia vezes a area da França, seis e meia a da Hespanha, dez vezes a da Itália, e trinta e seis vezes a de Portugal.⁷²¹

O Barão de Marajó tratava assim de uma região formada pelas províncias [...]”⁷²² do Pará e do Amazonas como centros de gravidade da vida social, cultural, política e econômica dessa parte do território brasileiro, demonstrando quão recente era a nomeação da Amazônia ou região amazônica. Ao longo da obra, Gama Abreu estabeleceu o que fundamentava a emergência da Amazônia, o que para ele tal questão era derivada de uma identidade regional comum as duas províncias:

[...] digo Amazônia porque as duas províncias que a compõem embora separadas por uma divisão política e administrativa, continuam a ser irmãs pela identidade de caracteres, pela identidade de suas vias fluviaes que são a grandeza de ambas, pelos mesmos produtos, porque tem os mesmos mercados consumidores, e porque Manaos e Pará, centros da grande circulação Amazônica ligados e alimentados juntos e pela mesma fôrma, são destinados a crescerem ou soffrerem juntos. Não pôde uma engrandecer sem que á outra tenha acontecido o mesmo, e se no presente separadas, parece-me que no futuro a união de ambas será a condição para que um grande império se forme nas desertas regiões do vale do Amazonas.⁷²³

Gama Abreu abre o caminho para fundamentar a ideia de identidade regional amazônica, visto que segundo Castro, tanto os grupos dominantes, quanto outros grupos se mobilizam geralmente para defenderem seus interesses territoriais na região, de modo que ambos ou um ou outro passa a construir ideias e conceitos que são reassimilados como

⁷²¹ ABREU, José Coelho da Gama e. *A Amazônia: as províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brazil*. Lisboa. Typographia Minerva, 1883 [Ao leitor, introdução, s/p].

⁷²² ABREU, José Coelho da Gama e. *A Amazônia: Aas províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brazil*. Lisboa. Typographia Minerva, 1883, [Ao leitor, introdução, s/p].

⁷²³ Ibidem, p. 19-20.

identidade.⁷²⁴ A pretensa identidade regional, elaborada a partir da base regional é voltada para o imaginário social e constitui uma dimensão do regionalismo, que para Castro se manifesta como consciência regional.⁷²⁵ É justamente isso que Gama Abreu postulava ao falar da identidade da Amazônia, ou seja, projeta um conteúdo para a região a partir das características das duas províncias e alavanca o conceito de Amazônia como definidor da região, embora também ainda utilizasse o conceito de Vale do Amazonas.

O Barão de Marajó acreditava que o sistema de centralização imperial implica no poder e no atendimento às províncias do Sul e como este poder era sediado no Sul, ele reproduzia uma expressão já utilizada na Amazônia: “O Sul não nos quer!”, justificando a insatisfação da Amazônia com as injustiças ao seu desfavor que havia, por exemplo, na divisão:

[...] do orçamento, á calma e bom censo da nossa população, succede uma justa irritação quando vê que nós que pedimos, nós que solicitámos, nós que, obedientes, damos os nossos milhares de contos, de que somos despojados em beneficio unicamente das províncias que tem grande deputação, ou daquellas que lhe estão filiadas, não somos attendidos, somos vilipendiados na discussão das câmaras pelas influencias do Sul, somos ridicularisados pela pouca delicadeza de um ministro ignorante das cousas do seu paiz, em quanto que o Rio Grande, que não pede, que não solicita, mas que reclama, exige, impõe, e tudo obtém e tudo alcança.⁷²⁶

O Barão de Marajó, em “As Regiões Amazônicas: estudos Chorographicos”, reforçava a informação acima e ainda consubstanciava a ideia de formação recente de um campo de conhecimento sobre a região amazônica quando elencava que “o verdadeiro conhecimento, a revellação do que é a Amazonia com excepção dos estudos das comissões geográficas portuguezas é muito moderna, a sua riqueza o seu brilhante futuro, só há poucos anos tem sido descortinado ao resto do mundo [...]”⁷²⁷.

Gama Abreu foi um dos principais representantes do regionalismo político amazônico na década de 1880, suas obras visavam questionar a centralização do Governo Central e como esse processo prejudicava as províncias do Pará e Amazonas, ambas vistas como uma única região: a Amazônia. Nesse ponto, encontrava-se, à época, o pensamento de políticos liberais e conservadores, em especial, a necessidade de maior autonomia e atendimento em melhorias

⁷²⁴ CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escala de análise e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

⁷²⁵ Idem.

⁷²⁶ ABREU, José Coelho da Gama e. Op. Cit., 1983, p. 101-102.

⁷²⁷ ABREU, José Coelho da Gama. *As Regiões Amazonicas, estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas*. Lisboa: Imprensa de L. da Silva, 1896, p. 6.

para a região. Mesmo não aderindo à ideia separatista por acreditar na conciliação com o Império, Gama Abreu trouxe, em vários momentos para o centro da discussão, as possibilidades de separação do Pará em relação ao Império do Brasil. Segundo o Barão do Marajó, a possível separação só era cogitada em função do tratamento distante do Império com a população amazônica, pois perguntava-se “por que somos desconhecidos pelo Sul?” E mais, repetia uma pergunta dos redatores do *Diário do Gram-Pará*: “o Sul não nos quer?”, logo o Sul era a região obstáculo para o desenvolvimento do Norte e, no caso em tela, da Amazônia.

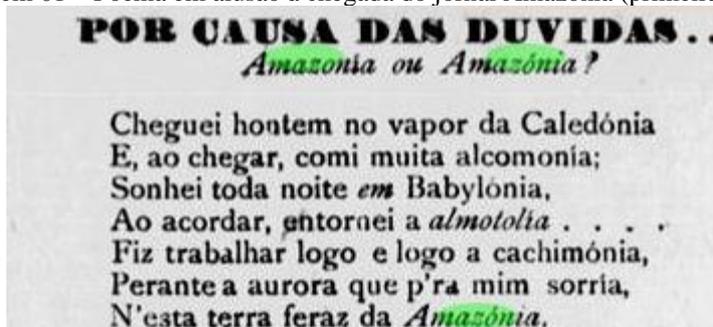
Gama Abreu ainda considerava que existia, na Câmara dos Deputados, uma campanha contra o Pará e que ela se estendia à imprensa do Sul. Possivelmente Gama Abreu se referia às notícias da imprensa carioca e paulista, como se pode observar nas palavras dos redatores do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, que relatavam em 1882 haver uma agitação no Pará relacionada à autonomia da Amazônia. Neste ponto relativo à imprensa, o autor deixou de lado as diferenças partidárias e ressaltou o papel do jornal paraense ligado aos conservadores *O Diário do Gram-Pará* na defesa da região amazônica.

É importante considerar a década de 80 do século XIX como um momento chave para a invenção da região amazônica e sua inscrição, várias obras reverberaram em seus títulos a palavra Amazônia, sejam elas consideradas no âmbito do regionalismo ou não, como obras de viajantes, por exemplo. A inscrição da região no ano de 1883 teve: a *Revista Amazônica*, dirigida por José Veríssimo; o livro *A Amazonia: as Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brazil*, de José da Gama Abreu; neste ano o *Diário do Gram-Pará* promoveu uma verdadeira campanha em prol da Amazônia, em termos políticos; também foi o ano da publicação do livro *O Paíz das Amazonas*, do jornalista e propagandista da região e do Brasil na Europa, Frederico José de Santa Anna Nery; neste mesmo ano, o Bispo do Pará, Dom Macedo Costa, proferiu conferência em Manaus, com o título *Amazônia: meio de desenvolver sua civilização*, cuja repercussão foi enorme na imprensa regional e até do Brasil, oportunidade em que o Bispo buscou apresentar um projeto religioso e de caráter civilizador para a região, criando a campanha de construção de um navio evangelizador para a Amazônia.

Esse conjunto de obras praticamente consolidou o uso do termo Amazônia para denominar a antiga província do Grão-Pará. Também é necessário notar que durante toda a década de 1880 foram surgindo escritos, menções e iniciativas que se referiam não mais ao Pará, mas à Amazônia ou à derivação “amazônica”. Essa ampliação do uso termo Amazônia, por exemplo, era recente e refletia uma certa consciência de uma identidade política regional trabalhada pelas elites nativas. Em 1884, por exemplo, quando estava para ser lançado um

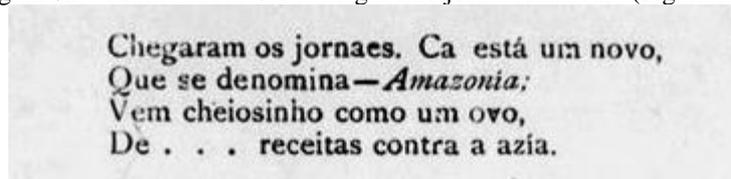
jornal com o título de *Amazônia* no Pará, foi publicado um poema no jornal *Diário de Notícias*, cujo o título era “Por causa das Dúvidas: Amazonia ou Amazônia”, ou seja, a própria grafia ainda era motivo de dúvida, mas a ideia daquilo que o nome representava também estava ligada a uma consciência política:

Imagem 01 – Poema em alusão à chegada do jornal Amazônia (primeira parte)



Fonte: Jornal Diário do Notícias (1884)⁷²⁸

Imagem 02 – Poema em alusão à chegada do jornal Amazônia (segunda parte)



Fonte: Jornal Diário do Notícias.

A produção poética assinada pelas iniciais A.C. referia-se à criação de um jornal com o objetivo de combater a centralização política no Pará e defender os direitos da Amazônia. Considerava-se a possibilidade de o jornal atuar em prol da separação dessa região do restante do Império. As metáforas do "cheirinho de ovo" e da "receita contra a azia" faziam referência à postura política que o periódico adotaria contra os adversários da Amazônia. A identidade política regional amazônica estava sendo moldada em nome dos interesses da Amazônia, tais como desenvolvimento econômico, progresso material e maior participação na política nacional. Essa identidade, em grande medida, contrapunha-se à centralização imperial no contexto do jogo político nacional, pois buscava demonstrar a força e união da região. Através da propaganda externa, visava-se satisfazer demandas não atendidas em nível nacional e, de certa forma, promover a região de fora para dentro. Em outras palavras, quanto maior fosse a

⁷²⁸ Jornal Diário do Notícias. 17 de abril de 1884 Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pesq=%22Amaz%C3%B3nia%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=3026> Acesso em: 1º out. 2022.

sua visibilidade internacional, maior seria a pressão e o reconhecimento que poderiam ser obtidos em âmbito nacional.

Diferentes projetos passavam a ser veiculados sobre a região, a emergência da Amazônia ocorria em meio aos vários interesses de projeção sobre o que seria a região, a exemplo do projeto das elites liberais com as propostas de uma Amazônia desenvolvida a partir da imigração e os capitais estrangeiros capaz tornar essa área um celeiro do mundo, superando assim o extrativismo; por outro lado, conservadores acreditavam de início na mão de obra de origem nacional e no estabelecimento de uma infraestrutura para criar as condições produtivas para a região, embora vislumbrassem os elementos externos e o comércio exterior como fatores necessários para o crescimento regional; para além das diferenças políticas, as elites amazônicas patrocinavam uma propaganda no exterior da região, visando superar a falta de apoio que acreditam não ter junto ao Governo brasileiro; outro projeto em curso para ser posto em prática conjuntamente com a emergência do novo *status* regional era o projeto católico, especialmente a partir da atuação do Bispo do Pará, e logo da Amazônia, O Bispo Dom Antônio de Macedo Costa, que visava aliar educação, civilização e catequese como uma proposta para a regeneração dessa área, com projetos de colonização e educação.

Não é trivial que Dom Macedo Costa tenha pensado em um projeto regional associado ao conceito de Amazônia, visto que desde o século XVIII até 1892 o Pará sediou a Diocese da grande área amazônica, a Diocese do Pará, de modo que a partir deste último ano mencionado foi criada a Diocese do Amazonas. A área da Diocese do Pará correspondia praticamente aos limites da região amazônica, dimensão conhecida desde 1868 através do *Atlas do Império do Brasil*, de autoria de Cândido Mendes de Almeida. A Diocese contava com três vigarias principais: Belém, Manaus e Santarém, áreas também de importância política na área amazônica.

Logo o Bispo do Pará possuía também um comportamento regional, especialmente quando Dom Macedo Costa associou a sua posição de líder religioso a líder político. O Bispo paraense fez parte do processo de emergência regional como uma figura também política, haja vista que esteve muito próximo ao partido Conservador, inclusive constituindo os quadros do Partido, oportunidade em que chegou a ser cotado para ser candidato a Deputado geral no início da década de 1870 com o apoio dos conservadores do Baixo-Amazonas, chefiados pelo Barão de Santarém, não sendo indicado e votado em função de ter tido seu nome apresentado

fora dos prazos de organização das chapas eleitorais.⁷²⁹ Por muito tempo, ele esteve na pauta dos debates e discussões entre liberais e conservadores na região e observou que a partir da década de 1880 a grande área pastoral passava pelo processo de redimensionamento da posição regional, momento importante para propor a busca de uma maior integração, unidade e representação do catolicismo na região amazônica, ocasião em que proferiu uma palestra perante à Assembleia Legislativa do Amazonas e das autoridades daquela província.

A ideia central do Bispo paraense, além ampliar a fé católica, era sugerir um projeto de região que tivesse o cristianismo católico como instância central, haja vista que outros projetos de região estavam em curso naquele momento, como a internacionalização da área. Segundo Dom Macedo Costa:

Vou fallar-vos de um projeto que se liga a esse grande porvir da Amazônia; de um projeto que cooperará, em grande parte, para o problema summamente momentoso, do problema vital que ahi se coloca diante de nós, e que cumpre, afinal encarar em face e de animo resolutivo: meios de melhorar o estado presente da população do Amazonas.

O projeto de região para o Bispo paraense era a regeneração da população regional, pois para ele essa população vivia mergulhada “na noite do selvagismo”,⁷³⁰ era preciso civilizar essa população por meio da educação e da fé católica, fundamentos que auxiliariam na reunião da população dispersa e na formação espiritual e educacional. Uma pergunta feita pelo Bispo expressa o projeto católico para região amazônica, ocasião que dizia que diante do quadro ainda “selvagem” da população, “poderá atingir o povir grandioso que todos queremos, que todos ardentemente desejamos para o grande valle do Amazonas?”⁷³¹ Ou seja, Dom Macedo Costa era conhecedor dos anseios das elites amazônicas, especialmente das pautas e discursos ligados a expectativa de um futuro grandioso para a região, imaginado como um momento em que a região alcançaria altos patamares produtivos, comerciais e de visibilidade política. Foi justamente na perspectiva do porvir dessa área que foi sendo elaborada a percepção regional da Amazônia, ou seja, a região enquanto representação da realidade e escala espacial que confere visibilidade e sentido a um território⁷³² passou a ser a

⁷²⁹ Baixo-Amazonas. In: Baixo-Amazonas

⁷³⁰ COSTA, D. Antônio de Macedo Costa. Amazônia: Meio de desenvolver sua civilização. Tipografia do livro do Comércio. Pará, 21 de março de 1883.

⁷³¹ Ibidem, p. 18.

⁷³² CASTRO, Iná Elias de. *Geografia Política e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

grande aposta das elites amazônicas como sinônimo também de futuro, progresso e notoriedade.

Amazônia: meio de desenvolver sua civilização é bastante significativo, pois foi publicado um ano após o discurso em Manaus, de modo que Dom Macedo Costa, de uma maneira ou de outra, deixa entrever seu posicionamento religioso de tom político para a região. Sua fala foi para as autoridades políticas, visando obter apoio para um grande projeto de civilização dos ribeirinhos através até mesmo de um navio igreja. Nesse projeto, a região não precisaria da imigração estrangeira, tida como porta de entrada do protestantismo nessa área, sua ideia de civilizar e preparar as populações locais era soerguer a região nela própria.⁷³³ O discurso de Dom Macedo Costa foi mais um discurso a conferir conteúdo à região amazônica, desta feita, um conteúdo religioso e moral, que formaria, em grande medida, a população regional.

Neste período, notam-se vários usos da palavra Amazônia, oportunidade em que se observa a fundação do *Club Amazônia*, de conotações abolicionistas, em Belém, 1884. Ainda se registra, em 1886, a publicação do livro *L Amazonie*, do viajante francês Henri Coudreau. Também se considera a criação de um jornal em Belém e outro em Manaus com a denominação de Amazônia. Essa foi uma década de vasta produção do escritor e educador José Veríssimo Dias Mattos, com temas e títulos relacionados à Amazônia. A palavra Amazônia passou a denominar hotéis, agências de seguros, agentes de navegação e passou a ser utilizada como sobrenome pessoal.

Em 1884, aparecia, com organização e no anonimato, um tipo de panfleto ou coletânea com o título *O Sul e o Norte – A Amazônia*, uma compilação do jornal Diário do Gram-Pará voltada à situação econômica da região, um tipo de publicação que foi organizada para que, em opúsculo, concedesse visibilidade e certa sistematização das ideias expostas em matérias fragmentadas e publicadas no jornal. Nos primeiros artigos, observa-se uma forte crítica à crise econômica do país à época, contemplando a política fiscal, a crise da mão de obra com o abolicionismo, o problema da imigração, entre outros, que foram verificados junto ao Governo Central, chefiado pelo Partido Liberal. A partir do V artigo observa-se a discussão acerca da relação entre o Governo Central e as províncias, a começar pela queixa de que as partes do Império não mantinham relações econômicas entre si, a partir do exemplo da Praça do Pará e do Rio de Janeiro. Avançava a queixa contra a desigual distribuição dos recursos e

⁷³³ MARTINS, Karla Denise. *Cristoforo e a Romanização do Inferno Verde*: as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazonia (1860-1890). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

melhoramentos que foi provocada pela centralização. Um dos principais pontos levantados em uma matéria que compunha o opúsculo era a crítica à ideia errônea do Império de que os interesses gerais eram pautados em um círculo regional, o que significava, para os redatores, apenas a abrangência do Rio de Janeiro, cujo ponto mais nítido da desigualdade se materializava na fala de um senador carioca, Martinho Campos, que teria chamado sua província de “santa terrinha” e a Amazônia uma terra de “cidadãos de arco e flexa”.⁷³⁴

Toda argumentação dos artigos do opúsculo era voltada para demonstrar as riquezas da Amazônia, suas rendas e a usurpação dessas rendas pelas províncias do Sul do Brasil, sempre com a lembrança do problema da centralização do Império para esse estado de coisas. Segundo os redatores de um dos artigos, essa situação era agravada pela inércia dos presidentes de província no Pará, que trabalhavam conforme o partido dominante e o Governo Central. Por fim, era evidenciada a posição política dos redatores do jornal, de onde as matérias foram coletadas, pois, em um artigo final, referiam-se à crise do país e mencionavam que a minoria conservadora era a resistência e a maioria liberal a indiferença.

Em 1887, momento em que o termo Amazônia já era bastante utilizado na Europa para se referir ao Pará e o Amazonas, as elites dessas duas províncias buscavam demarcar terreno também nas exposições internacionais na tentativa de divulgar a região e atrair imigrantes e capitais. Por iniciativa do propagandista Frederico José de Santa Anna Nery, foi proposta uma exposição amazônica na Europa, ação que foi bastante advogada pelo jornal *Diário do Gram-Pará*, que noticiava que Nery convidava a população da Amazônia para tal realização, e que o citado jornal, junto com a imprensa amazônica, deveria assumir a vanguarda da defesa da exposição. Conforme a matéria do Gram-Pará, era necessário “promover uma exposição propriamente amazônica” e que se deveria romper com o domínio do Governo Central, pois a exposição era um esforço provincial. Trata-se, assim, dos preparativos que se faziam para a exposição internacional de Paris de 1900 e que as elites amazônicas enxergavam como uma grande vitrine para apresentar a região, inclusive, sem a tutela do governo brasileiro. A ideia, segundo o Gram-Pará, era apresentar os produtos da região de forma autônoma, sem interferência do Brasil, permitindo assim uma apresentação da superioridade dos produtos amazônicos frente aos produtos das demais províncias brasileiras.

A Amazônia tornava-se, assim, uma marca, um conceito regional de forte apelo internacional, capaz de significar e conceder conteúdo à área entre o Pará e o Amazonas. No estrangeiro, a Amazônia era sinônimo de riquezas naturais, de opulência, de vasto território à

⁷³⁴ *O Sul e o Norte – A Amazônia: série de artigos editoriais do Diário do Gram-Pará, 1884*

espera do progresso. O termo se tornou tão utilizado e forte que os escritórios de imigração para o Pará na Europa eram denominados de Amazônia, como se pode ver no caso da Espanha:

Imagem 03 – Escritório de imigração para o Pará na Espanha



Fonte: AMAZONIA: escritorio de emigración de España y las islas Baleares y canarias al Estado del Pará, p.58. (entre o final do século XIX e início do XX).⁷³⁵

A imagem encontra-se em uma publicação destinada aos espanhóis que desejavam emigrar para o Pará entre o final do século XIX e o início do século XX. Essa publicação foi mais uma das muitas publicações que almejaram divulgar o Pará na Europa para fins emigratórios, visto que as províncias, depois os estados do Pará e Amazonas, patrocinaram uma série de impressos com essa conotação. Cabe perceber, desde já, que o letreiro em destaque na parte superior do escritório diz respeito ao termo Amazônia e não Pará, indicando a força do nome regional no estrangeiro.

7.5 A Amazônia entre o Império e a República: da União Amazônica à Pátria Paraense

Entre as décadas de 1870 e 1880, o Brasil assistia a uma série de movimentos que indicavam o futuro declínio do regime monárquico, a exemplo do descontentamento dos

⁷³⁵ Disponível em: Disponível em <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publicacao/amazonia-escritorio-de-emigracion-de-espana-y-las-islas-baleares-y-canarias-al-estado-del-para/> Acesso em: 15 nov. 2022.

cafeicultores paulistas com as políticas do Governo Central e o conseqüente surgimento do Partido Republicano Paulista, o exército como ato político, a urbanização e ampliação dos sociais liberais, o abolicionismo e o aprofundamento da crise entre as províncias e o Império. Este último aspecto, como já vem sendo demonstrado ao longo desta tese, foi pedra angular para a queda do edifício imperial, pois, as queixas das províncias se avolumavam, fazendo com que os movimentos republicano e federalista ganhassem adesões. Foi nesse contexto que surgiu uma associação com membros da elite paraense na Corte, com fins de debater questões do interesse regional.

Os membros da elite paraense no Rio de Janeiro resolveram fazer e promover a visibilidade paraense na Corte (RJ) quando, em 15 de agosto de 1881, fundaram A União Paraense, que contava com a presença dos deputados conservadores paraenses, como José Ferreira Cantão, Samuel Wallace Mac-Dowell, o deputado conservador pelo Amazonas Wilkens de Mattos, o deputado liberal paraense Tito Franco, o senador Ambrósio Leitão da Cunha, o republicano e bacharel Lauro Nina Sodré, intelectuais, a exemplo de Ignácio Moura e o Barão de Santa Anna Nery, bem como alguns militares. Em 1883, a União Paraense já havia incorporado outros nomes da política paraense, como os políticos ligados ao Partido Conservador Guilherme Francisco da Cruz e José Maria Leitão da Cunha.

Em uma seção comemorativa à adesão do Pará à independência do Brasil, no Imperial Lyceu de artes e ofícios, na mesma data de publicação do jornal, com a presença do Imperador D. Pedro II, o presidente da chamada União Paraense, uma sociedade que reunia a representação paraense na Corte, José Agostinho dos Reis, adotou, em seu discurso, um tom grandioso para a Província e com certa exaltação do Império, mas também expressou a necessidade de melhorias e resoluções de problemas para o Pará, citando a vastidão do Império e a falta de comunicações, chegando a mencionar que “hoje, todos conhecemos a causa do atraso, o que fazer?” Respondia que deveria investir na educação do povo e na indústria. Na oportunidade, Ignácio Moura também discursou, foi encarregado de narrar a história da adesão paraense. Tanto José Reis quanto Ignácio Moura reverberaram, em seus pronunciamentos, a ideia de liberdade, mesmo associando-a ao contexto de 1822, o tom com a palavra liberdade transparece ser mais forte e mais presente para a época, do que para falar do passado.

A união Paraense na mesma data da fundação publicou um jornal com o nome de *O Paraense*, em referência ao primeiro jornal publicado no Grão Pará na década de 1820. A legenda do periódico acabou por repercutir na imprensa da Corte, pois trazia os seguintes dizeres: “Na terra onde, desde a origem do Amazonas vepele o jugo do mar, não pode existir

um povo escravo”⁷³⁶ Dizeres sintomáticos para que o Imperador, presente na cerimônia, tivesse acesso. A abertura do editorial de *O Paraense* aponta para um manifesto, redigido nesta data e apesar da relação da efeméride com a glória do Império, já se demonstravam os indícios da insatisfação dos representantes paraenses, pois ao passo que engrandeciam a Província anunciando-a enquanto terra de riquezas naturais, próspera, de magnitude hídrica e merecedora do panteão da pátria, lamentavam que:

Parte alguma tem talvez sofrido da falta de desenvolvimento moral e econômico do que a província do Pará, não porque seja aí que tais males se façam mais intensamente sentir, mas porque aí produzem efeitos mais sensíveis, nulificando recursos mais ricos e de mais fácil exploração.

A indagação dessas causas e dos meios condizentes a removê-las, de palpitante interesse para o futuro paraense, excede a índole e os limites do presente manifesto.⁷³⁷

Naquele momento, muito em função da presença de figuras de diversas agremiações políticas, o texto do manifesto não pôde ser explícito, acabando por reclamar indiretamente e citando genericamente obstruções e atrasos quanto ao desenvolvimento da Província. Todavia, em letras menores, o jornal *O Paraense* também reproduzia discursos de políticos paraenses pronunciados em 1881, a exemplo da fala do paraense Pedro Paulo que dizia:

Neste estado de coisas, o que esperar do futuro da nossa Província? Tudo, se os paraenses, cômicos de seus recursos de que dispõem, embora desprotegidos dos poderes centrais, acharem em seu patriotismo, valor e energia para elevar seu torrão natal [...].⁷³⁸

Também foi reproduzida a opinião do liberal e conselheiro Tito Franco de Almeida, que dizia: “para compreender e apreciar a grandeza do Pará, é preciso ser grande. O brasileiro é ainda muito pequenino”.⁷³⁹ Uma clara alusão ao desconhecimento do Pará no Brasil e possivelmente a contenda Norte *versus* Sul.

A ideia em denominar a associação de União Paraense possivelmente foi uma estratégia política de manifestação, visto que o termo Amazônia ainda não estava consolidado e poderia despertar oposição pelo caráter regional que expressava. Além do que, pela diversidade dos membros, tudo indica que foi um nome de consenso. Mas, depois do “ano da Amazônia”, notadamente 1883 – momento em que se verificou um maior número de

⁷³⁶ União Paraense. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1881.

⁷³⁷ Reproduzido na Coletânea Hino do centenário Paraense. Instituto Lauro Sodré. 1823.

⁷³⁸ O PARAENSE. Ano I. Século I. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1881, p. 7.

⁷³⁹ Idem.

produções de discursos e suportes escritos sobre a dimensão regional denominada de Amazônia –, a Sociedade União Paraense foi transformada em *Sociedade União da Amazônia* que, tudo indica, tenha sido oficializada justamente na data de adesão política do Pará à independência do Brasil, no caso em 15 de agosto de 1884, oportunidade em que era empossada a nova diretoria da antiga União Paraense, com nomes como Pedro Paulo, Augusto Reis, Joaquim Amaral e José Maria Leitão Cunha. Também participaram da ocasião dos deputados conservadores Samuel Wallace Mac-Dowell e Guilherme Francisco da Cruz. A solenidade foi encerrada não mais com vivas ao Pará, mas vivas à Amazônia.⁷⁴⁰ Ao que parece, nessa nova postura da Sociedade, os futuros republicanos históricos do Pará não faziam parte, pois não constam registros dos nomes deles nas atas dessa entidade que eram divulgadas na Imprensa.

A adoção do conceito regional de Amazônia por parte dos membros da antiga União Paraense aponta na direção do peso do uso político desse conceito naquele momento, haja vista que o novo conceito servia para ampliar o peso político de uma província para uma região, além de significar, naquele momento – embora apenas no âmbito dos setores elitizados –, uma identidade regional forte capaz de contrapor e forçar negociações junto ao Império e província do Pará, como o acontecimento em que a União da Amazônia decidiu, em reunião, apelar para os deputados paraenses visando a que pudessem intervir junto ao Governo Central para resolver os problemas das epidemias na Amazônia, bem como enviou manifesto à província para que acelerasse a abolição dos escravos a exemplo do vizinho Amazonas, entre outras.⁷⁴¹

A Sociedade União da Amazônia criou também em 1884 uma sociedade com mesmo nome voltada para ações de amparo e socorro aos sócios da mesma, sobretudo com os objetivos de promover o bem estar; socorros em casos de doenças, invalidez ou falta de emprego durante seis meses, com a inclusão de acesso a transporte para qual quer lugar; cuidar da matrícula nos cursos superiores do Império daqueles que a administração da sociedade jugasse merecido; fazer o enterro de indigentes. A sociedade era constituída de sócios e possuía fundos a partir de mensalidades pagas pelos sócios.⁷⁴²

Nestes termos, em tempos da União da Amazônia, o *Diário do Gram-Pará*, especialmente a partir do ano de 1885, passou a concentrar seus movimentos em torno da

⁷⁴⁰ DIÁRIO DO BRASIL. Nº 191. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1884, p. 2.

⁷⁴¹ Sociedade União da Amazônia. *Gazeta Nacional: Órgão republicano*. Nº. 19. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1888, p. 02.

⁷⁴² Sociedade União da Amazônia. Estatuto. Rio de Janeiro. 1884.

Amazônia a partir do tema imigração, que fomentou a edição de muitos artigos sobre esse tema. Em novembro de 1885 era publicada uma matéria com o título “Colonização da Amazonia”, oportunidade em que os redatores recomendaram que:

O governo provincial ou a Assembleia provincial devem exigir do governo geral que torne extensivos à Amazonia os favores concedidos à imigração para o sul, se é que ainda consideram as duas províncias equatoriais como parte integrante do mesmo império e, por conseguinte, com iguais direitos a sua solicitude.⁷⁴³

Algo importante para lembrar, é que neste ano (1885), o jornal já expunha a formação da região da Amazônia a partir das províncias do Pará e do Amazonas, de maneira bastante clara. Ao se reportar a um jantar oferecido pela classe política paraense ao presidente de província do Amazonas, Ernesto Chaves mencionava os gestos amigáveis e cordiais dos representantes das duas províncias, “[...] cujos os destinos se acham por tal modo que identificados que quase constituem uma união política, como bem o prova a designação de Amazônia com que já são designados”.⁷⁴⁴ Nesse caso, a partir desse artigo, já é possível observar um segundo momento da construção da identidade política regional amazônica na década de 1880, desta feita, a tentativa de conceder uma paulatina visibilidade à unidade política havida entre o Pará e o Amazonas, visando fortalecer a unidade regional em detrimento das rivalidades que existiam, embora o estadualismo da República não tivesse permitido que as boas relações entre os Estados fossem à frente.

Neste ponto acima, notadamente acerca da ideia de união regional representada pelo nome Amazônia, frise-se o processo de invenção da América Latina como um recorte regional, pois uma das etapas desse processo foi a fabricação de uma “união latino-americana” que, conforme Arturo Ardão, ocorreu a partir da segunda metade do século XIX com a circulação do nome América Latina e sobretudo uma posição unionista de resistência e defesa contra os europeus e também contra o imperialismo norte-americano. O nome América Latina foi utilizado para simbolizar a necessidade de levantar uma imagem unificante frente à América saxônica que aparecia, naquele contexto, como uma ameaça imperialista e centralizadora.⁷⁴⁵ A construção de uma pretensa identidade regional passava, inevitavelmente, pela adoção de um nome para a região, pois o nome consagra uma delimitação e uma identidade no entorno da área que denomina; veja-se, por exemplo, o caso da atribuição do nome de República Dominicana, onde a:

⁷⁴³ Colonização da Amazônia. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 387. Belém, 19 de novembro de 1885

⁷⁴⁴ Honrosa Manifestação. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 237. Belém, 19 de outubro de 1885.

⁷⁴⁵ ARDÃO, Arturo. *Op. Cit.*, 1980.

[...] procura obsessiva por um nome esteve diretamente relacionada com a tentativas, igualmente persistentes e tenazes, para delimitar o espaço nacional e para construir um imaginário e uma identidade que servissem como barreiras para aqueles agentes externos que, supostamente, ameaçassem sua existência.⁷⁴⁶

No caso da Amazônia, os agentes externos eram a centralização do Governo Central, a concorrência com as províncias do Sul e a invisibilidade da região manifestada por uma série de preconceitos que circulavam sobre a região e que as elites nativas consideravam como produtores de uma imagem que atrasava o desenvolvimento regional amazônico.

Todo esse contexto da União da Amazônia ainda ganhou embalo com a queda do Império e o início da República, com congratulações entre os governos do Pará e do Amazonas, mas, como mostrou Weinstein, que o regime republicano fomentava que “cada unidade política (isto é, cada Estado) tinha de disputar com os outros as rendas e impostos que sustentassem sua própria burocracia e financiassem as melhorias locais desejadas”,⁷⁴⁷ o que explica o fato do progressivo afastamento dos dois Estados do Norte (Pará e Amazonas). Essa questão, aliada a outras – como intrigas políticas, definição de limites, impostos etc. –, explicam as posturas mais estadualizadas no período, logo, a Amazônia continuava a ser uma referência regional utilizada, mas o paradigma político de espaço para os paraenses passava a ser nomeado, cada vez mais de “Pátria Paraense”.

A partir de 1886, no Pará, as ideias republicanas passaram a circular com periodicidade em face da fundação do jornal *A República*, como já citado, inclusive esse jornal publicou uma série de matérias acerca dos problemas da centralização política. Neste mesmo Ano de 1886, o citado jornal publicava uma matéria com o título: “Em prol da autonomia da Amazônia”, em que era noticiado que “no coração da Amazônia”, em Breves, era fundado um Club republicano. Mas nas páginas desse jornal, também é possível notar que, com a República, a ideia de Pátria Paraense cada vez mais passava a constar nas notícias e textos, especialmente naqueles remetidos ao líder republicano no Pará, Lauro Sodré. Com a queda do Império e a Proclamação da República, os chamados republicanos históricos paraenses, como Justo Chermont, Paes de Carvalho e Lauro Sodré, deram continuidade à ideia de Pátria Paraense, desta feita não mais para fazer parte de um Império ou para se separar do Brasil, mas para integrar a federação republicana, um tipo de grande pátria brasileira, desde que ressalvada sua autonomia.

⁷⁴⁶ SAN MIGUEL, Pedro I. A importância de Chamar-se República Dominicana. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS Aimer. *Op. Cit.*, 2017, p. 276.

⁷⁴⁷ WEINSTEIN, Barbara. *Op. Cit.*, 1993, p. 226.

Com a República, falar-se-á abertamente de uma Pátria Paraense e não mais de uma União Paraense. A autonomia concedida aos Estados a partir de 1889 reforçava essa prerrogativa. Além do mais, com a República, a Pátria Paulista arrefeceu, ao passo que a Pátria Paraense foi dizibilizada e visibilizada. Em várias matérias, notícias e artigos dos jornais *A República* e a *Pátria Paraense*, fundado em 1894, utilizava-se o termo “Pátria Paraense” para tratar do Estado do Pará.

O conceito político de Amazônia circulou no início da República – visto que a utilização do conceito geográfico continuou a ser referenciado – porém, ainda com certo tom separatista no Pará, como foi o caso de um artigo de autoria do republicano Paulino de Brito, que, respondendo a um político e amigo, dizia que, quanto ao tema da independência da Amazônia, foi sempre um sonho seu e que naqueles dias teria circulado na imprensa ideias de uma suposta “República da Amazônia”, mas discordava, pois o outro Estado que formava a Amazônia não concordava em separa-se do Brasil, pois, no Amazonas, não eram os amazonenses que governavam, mas sim o “elemento misto” sem raízes diretas com o Pará, o que já indica como as elites do Amazonas pensavam sobre o tema, inclusive em 1887, quando o jornal paraense *A Província do Pará* noticiava que os partidos Liberal e Conservador do Amazonas discordavam acerca da separação da Amazônia do Império brasileiro, conforme as pretensões de alguns setores políticos do Pará, a exemplo da posição adotada à época pelo senador e chefe conservador Cônego Siqueira Mendes.⁷⁴⁸ Portanto, Brito, apesar de ter sonhado com a separação da Amazônia, transparecia satisfeito naquele momento com a República e ter abandonado o sonho.⁷⁴⁹

Embora os republicanos do Pará tivessem trazido, para um primeiro plano, a Pátria Paraense, muito em função da construção de uma forte identidade estadual, a ideia de integrar os dois Estados vizinhos continuava e era também uma tentativa de encerrar o tema do separatismo paraense. Em um telegrama enviado ao governador do Pará, Justo Chermont, em 08 de junho de 1890, o conselheiro denominado de R.S. Paes de Andrade intitulara seu telegrama de “Os estados do Pará e Amazonas”, escrevendo no sentido de demonstrar que o cabo telegráfico seria o elemento que ligaria os dois estados com a “União Republicana”, e que o progresso serviria aos “dois estados irmãos”. O texto todo visava enfatizar a união, a integridade e os laços republicanos contra os “receios da Monarquia”, ou seja, implicitamente, Paes de Andrade postava a região amazônica na “União Republicana” e forjava a união

⁷⁴⁸ Boletim. *O Liberal do Pará*. Nº286. Belém, 20 de dezembro de 1887.

⁷⁴⁹ Ao Senhor Agostinho do Reis. In: *A República*. Nº16. Belém, 7 de março de 1890.

regional com o Amazonas, chegando a citar os nomes de Justo Chermont, Lauro Sodré e o Marechal Deodoro da Fonseca como as esperanças da Amazônia.⁷⁵⁰

Em 1891, o Governador Paraense, Lauro Sodré, expressava em palavras a ideia de manutenção da união regional com o Amazonas, pois se no plano estadual os republicanos paraenses investiam em um plano identitário ligado à valorização do Pará, a partir da ideia de Pátria Paraense, ainda no nível regional, buscavam alimentar a aliança regional com o Amazonas na busca de fortalecer os Estados amazônicos, dizendo:

Tamanha é a identidade de interesses, tantos e tantíssimos os pontos de contacto, que um com o outro tem os dois Estado, tão igual é o solo, tão similares são os produtos, tão de harmonia os hábitos e costumes, que a opinião espontaneamente já criou para simbolizar a união de ambos eles a palavra Amazonia, com que se costuma falar, fundindo em um só corpo os dois grandes, ricos e futurosos Estados do Norte.⁷⁵¹

Neste discurso, é possível observar o conjunto da obra, ou seja, a culminância de todo o processo do regionalismo político amazônico desencadeado na segunda metade do século XIX, visto a expressa intenção de unir as duas províncias por laços identitários e, sobretudo representadas pela palavra Amazônia. As palavras de Sodré atestam o que essa tese discute: a Amazônia como recorte regional, não é desde sempre; nem sempre denominou a área banhada pelo rio Amazonas no Brasil, pois, ao dizer: “que a opinião espontaneamente já criou para simbolizar a união de ambos eles a palavra Amazonia”, o governante paraense evidencia que o nome da região foi criado para a invenção de uma região: a Amazônia.

Além disso, essa postura de união era reforçada pela noção de afastamento da ideia de independência da Amazônia, tese esta, ao que parece, não seria bem vista e que também não seria recepcionada nos círculos políticos do Amazonas. Em 1893, durante uma crise política envolvendo o governador do Amazonas, surgiram boatos ou equívocos sobre a participação de Lauro Sodré naquela crise. Desta feita, o jornal *A República* publicou matéria em defesa de Sodré evidenciando que era uma fantasia a suposta ideia de que o governador do Pará preparava o terreno para a independência da Amazônia, pois:

O empenho do sr. Dr. Lauro Sodré tem sido manter entre os dois estados, tão intimamente ligados por laços naturais e sociais, as mais estreitas e cordiais ligações. O trabalho do governador do Pará tem consistido apenas em um sincero e grande

⁷⁵⁰ Os estados do Pará e Amazonas. *A República*. Nº 91. Belém: 10 de junho de 1890.

⁷⁵¹ PARÁ, Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua primeira reunião, em 30 de outubro de 1891. Belém: Typ. do Diario Official, 1891, s. p.

esforço para que sumam-se as rivalidades e os ódios que tanto tem querido implantar entre os dois ricos e prósperos Estados do Norte da República.⁷⁵²

Deve-se aventar que, provavelmente, os republicanos paraenses tenham se afastado do conceito político de Amazônia não só pela influência do estadualismo, mas também pelo conteúdo separatista que o termo implicava. Mas, do ponto de vista da denominação da região e da propaganda desse território, o conceito de Amazônia continuou expressivo, haja vista que esse conceito ganhou expressão nacional e internacional, de modo que a propaganda dessa parte do Brasil na Europa, por exemplo, era expressamente voltada a difundir o nome Amazônia, como já mencionado.

⁷⁵² Belém, 27 de maio de 1893. *A República*. N°941. Belém, 27 de maio de 1893, p. 1.

8 CONCLUSÕES

Esta tese teve como objetivo analisar a construção da região amazônica por meio das práticas e discursos do regionalismo político amazônico diante da centralização política e administrativa do Império brasileiro, particularmente durante o Segundo Reinado. Um foco especial foi dado à evolução do vocabulário utilizado para descrever a região amazônica em meio ao jogo político do Brasil Império, com uma atenção específica ao conceito de Amazônia. Partimos da hipótese de que as regiões também são moldadas e delimitadas por práticas e discursos políticos, e que as denominações atribuídas a elas representam muito mais do que meros nomes. Essas denominações geralmente se tornam conceitos que são utilizados para nomear, mas também para dar significado, apresentar, organizar e conferir identificação e representação à região. Os conceitos desempenham um papel fundamental na compreensão da emergência e transformação histórica das divisões regionais. Considerando a construção dessas divisões no âmbito político, é importante ressaltar que “os aspectos de duração, mudança e futuro contidos em uma situação política concreta são apreendidos por meio de sua manifestação no nível linguístico”,⁷⁵³ ou seja, também por meio dos conceitos.

Além do que, seguindo as orientações da História dos Conceitos, que busca “[...] saber a partir de quando os conceitos passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica [...]”,⁷⁵⁴ incursionamos os séculos anteriores ao século XIX, por meio da consulta a dicionários, com o objetivo de averiguar se as palavras “amazônica” ou “Amazônia” eram utilizadas como denominação para uma área geográfica no norte do Brasil. Durante essa investigação, confirmamos que esses termos não eram empregados com essa finalidade antes do século XIX. Foi somente na segunda metade do século XIX que começou a consolidação dessas expressões como conceitos regionais no Brasil. Internacionalmente, havia algumas referências dispersas a essa parte do Brasil com os nomes de “Vale do Amazonas” e “Bacia amazônica” ou “do Amazonas”. A partir disso, percebemos que as novas formas de denominação regional para a área da bacia amazônica, localizada entre o Pará e o Amazonas, também foram influenciadas pelo fluxo internacional de viajantes, militares e outros indivíduos interessados nessa região. Isso levou à adoção de ideias e termos pela elite nativa.

⁷⁵³ KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006, p.101.

⁷⁵⁴ Idem.

A partir de uma minuciosa consulta a dicionários e obras da época, pudemos compreender que, entre os séculos XVI e XVII, as referências à área que posteriormente veio a ser chamada de Amazônia se enquadram no campo da dimensão mítica e do imaginário. Dentre essas referências, encontramos denominações como Rio de Orellana, rio Marañón, Santa Maria do Mar Doce, Rio das Amazonas, Terra dos Caraíbas, Eldorado, Maranhão, Pays des Amazones e Reino das Amazonas. Nos séculos XVIII e XIX, surgiram nomenclaturas com propósitos administrativos e oficiais, como Pará, Estado do Grão-Pará e Maranhão, Estado do Grão-Pará e Maranhão e Província do Grão-Pará. Além disso, foram utilizados nomes relacionados à dimensão geográfica e científica, tais como Rio Amazonas, América Meridional, bacia amazônica, Regiões equinociais da América e Hileia.

Na segunda metade do século XIX, em decorrência do intercâmbio internacional de ideias e, principalmente, do regionalismo político, termos como Vale do Amazonas, região amazônica e Amazônia passaram a ser utilizados.

Após constatar a ausência dos termos “região amazônica”, “Vale do Amazonas” e, principalmente, “região da Amazônia” como denominações de um recorte regional antes do século XIX, voltamos ao problema central da tese, embasados pela História dos Conceitos: qual foi o momento, o(s) lugar(es), os agentes envolvidos e as intenções por trás da operacionalização dos novos conceitos regionais e, principalmente, o conceito de Amazônia, que conferiram um novo status regional ao antigo Estado e província do Grão-Pará? A partir desse ponto de partida, considerando a região como uma construção interessada, acionada para unir e projetar interesses comuns, assim como formas de apego e pertencimento, sobretudo do ponto de vista dos agentes nativos, decidimos examinar o principal espaço de expressão do Grão-Pará perante a Nação brasileira após 1823, notadamente o Parlamento. De fato, além do contato administrativo entre o Presidente da Província e o Governo Central, a Assembleia Geral Legislativa era praticamente o único canal de acesso ao centro do Império, o que justifica a escolha dos Anais do Parlamento como uma das principais fontes de análise nesta tese.

A partir desse ponto, passamos a identificar indícios nos discursos de alguns deputados, tanto aqueles que não representavam o Grão-Pará como os que representavam, mas não eram naturais da província. Esses indícios apontavam para a ideia de que o Grão-Pará era considerado distante e pouco considerado pelo Império. Foi por meio da análise dos discursos dos deputados considerados nativos do Pará, como Felipe Patroni, Bernardo de Souza Franco e Leitão da Cunha, especialmente estes dois últimos, que verificamos que as bases do regionalismo político amazônico estavam presentes em suas atuações parlamentares.

Além disso, nos primeiros indícios do regionalismo político, percebemos uma crítica à centralização imperial, que se intensificou após o chamado Regresso Conservador. Esse período foi marcado por uma série de medidas que fortaleciam a centralização, onde o poder moderador exercido pelo Imperador e o Governo Central controlavam praticamente todas as nomeações de cargos civis e eclesiásticos relacionados à administração e serviços públicos no Brasil. A partir desse momento, notamos que os discursos dos deputados paraenses convergiam para atribuir ao Império a responsabilidade pelo subdesenvolvimento da província. Essa observação despertou nossa atenção e, por meio da leitura bibliográfica, também percebemos que, embora fosse compreensível o discurso de abandono e distância em relação ao Império, é possível que as elites do Grão-Pará tenham aproveitado essa oportunidade para direcionar as insatisfações da crise econômica e de outros problemas internos ocorridos entre 1820 e 1830, como as profundas desigualdades entre as elites e as classes populares, para fora da província, apontando o governo imperial e as províncias consideradas ricas como alvos de crítica.

Todo esse contexto, que evidenciou o surgimento das bases do discurso regional da futura Amazônia, levou-nos a examinar qual era o papel do Grão-Pará - posteriormente região amazônica - no contexto nacional do século XIX. Buscamos aprofundar nosso conhecimento sobre as questões que proporcionaram o surgimento do regionalismo político amazônico, pois se as insatisfações provinciais eram direcionadas ao Império, era necessário compreender as relações entre as elites amazônicas e o Governo Central. Além disso, era importante compreender a posição do Grão-Pará na política e na economia nacional, uma vez que esses dois fatores eram essenciais para avaliar a importância de uma província no Brasil do século XIX.

Inicialmente, com base no estado da arte sobre a questão regional no Brasil, concluímos que a década de 1870 e 1880 foi um período crucial para a manifestação das diferenças regionais no país. Isso ocorreu principalmente devido ao aumento do poder político e econômico das elites do Sul, lideradas pelo Rio de Janeiro, e à diminuição das elites do Norte. Além disso, houve uma intensificação na disputa por recursos e melhorias junto ao governo imperial, o que levou as elites de diferentes regiões a desenvolver uma série de discursos e ações em defesa de seus interesses. Isso foi evidente nas elites políticas lideradas por Pernambuco na região Norte e nas elites da área de influência do Pará, que representavam as regiões Norte e Amazônica, respectivamente.

O estudo realizado nessa parte do texto revelou que, no cenário político, as elites amazônicas não foram privilegiadas com posições de destaque no Império a ponto de serem

expressivas. No entanto, elas também não foram excluídas completamente da estrutura governamental, tendo participação na governança de algumas províncias e em alguns ministérios do Governo Central. É importante ressaltar que, em comparação com o total de cargos disponíveis, as elites amazônicas não foram tão contempladas quanto outras elites.

Na realidade, a maior queixa dos políticos amazônicos era a falta de representação parlamentar adequada para o Pará em comparação com outras províncias. Nesse contexto político imperial, de acordo com Dolhnikoff, as relações entre as províncias e o Governo Central eram mediadas pela Assembleia Geral, visto que “[...] o grau de influência das províncias nas decisões do Governo Central era determinado pelo número de deputados que elegia”.⁷⁵⁵ Nesse contexto político, as elites políticas do Pará e Amazonas expressavam sua insatisfação com as disparidades existentes em relação às províncias do Sul e até mesmo algumas do Norte. Além disso, elas reivindicavam uma maior atenção do Império em termos de recursos e infraestrutura.

Do ponto de vista econômico, os representantes amazônicos acreditavam que o Vale do Amazonas, posteriormente denominado região amazônica, merecia mais atenção do governo brasileiro devido à grande riqueza natural e produtiva da região, especialmente com o desenvolvimento da economia da borracha na segunda metade do século XIX. A falta de atendimento às demandas dos deputados paraenses e amazonenses era interpretada por eles como um desinteresse por parte do Governo Central em relação à sua região de origem.

O principal argumento dos políticos paraenses era que a presença do Governo Central na região amazônica não correspondia à magnitude da riqueza e das receitas geradas na área, sendo que uma parte considerável dessas receitas era destinada a impostos e repasses para o Império. Alguns dados encontrados, como os balanços financeiros anuais do Império, corroboram o argumento dos parlamentares amazônicos de que a região amazônica contribuía mais com impostos e renda para o Império do que o contrário. Por exemplo, uma análise das receitas e despesas do Império no Pará entre 1874 e 1884 (exceto nos anos de 1882 e 1883) demonstra que as receitas provenientes do Pará foram maiores do que as despesas relacionadas a essa província.

É importante destacar que existem diferenças entre assimetrias e exclusão, como mencionado anteriormente na tese. Nesse caso, é necessário ressaltar que o Pará e o Amazonas foram contemplados de alguma forma em termos de socorros públicos e alguns outros investimentos. No entanto, a postura dos presidentes da província do Pará em buscar

⁷⁵⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. *Op. Cit.*, 2005 P.231.

recursos para reformas palacianas, a disparidade evidente entre as receitas e despesas em relação ao Império, a demanda por maior representação parlamentar e as constantes queixas em relação à distância em relação ao Governo Central foram os fatores que fundamentaram o discurso e as práticas do regionalismo amazônico.

Ao estudarmos o lugar do Grão-Pará na política e na economia nacional, pudemos compreender o contexto enfrentado pelas elites políticas amazônicas para justificar suas demandas junto ao Império e, conseqüentemente, para desenvolver uma narrativa regional. Diante da percepção de que sua área de atuação parlamentar não estava sendo atendida de forma equivalente a outras regiões do país, uma das estratégias adotadas foi buscar espaço na nação por meio da transformação das demandas provinciais em questões regionais. Em outras palavras, era necessário ampliar a dimensão espacial da atuação parlamentar e das reivindicações feitas.

O surgimento do regionalismo político nas elites amazônicas parece ter sido resultado de uma interseção entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas em relação à região. Em termos de experiência, podemos mencionar a lembrança positiva dos paraenses em relação aos tempos áureos do Estado do Grão-Pará e Maranhão, especialmente a partir do século XVIII, quando a capital foi transferida para Belém e a região passou por reformas modernizantes. Nesse período, as elites locais sentiram certo prestígio, inclusive com a criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Algumas falas dos representantes amazônicos mencionaram essa lembrança dos tempos em que o Pará recebeu algum prestígio governamental, especialmente referindo-se à administração portuguesa do Marquês de Pombal.

Além disso, com a Independência do Brasil e a extinção do Estado do Grão-Pará, a região passou a ser uma província pertencente ao Brasil, com o centro do poder situado no Rio de Janeiro em vez de Lisboa. As elites paraenses passaram a sentir a falta da antiga conexão com Portugal e a distância em relação ao novo poder estabelecido no Brasil. O prestígio histórico do Estado do Grão-Pará foi substituído pela condição de uma província distante e com pouca representação junto ao Império brasileiro. Além disso, não havia mais o status de Estado de um Reino, mas sim o de uma província entre tantas outras. A isso se somaram duas questões que moldaram a ambiência para o regionalismo político nas elites políticas amazônicas na segunda metade do século XIX: em primeiro lugar, a economia histórica baseada na coleta de frutos naturais nos sertões, que não permitia o desenvolvimento de um padrão produtivo significativo para a região; em segundo lugar, o desejo de elevar a imagem política da área após os conflitos políticos que culminaram na Cabanagem.

A Cabanagem foi de fato um movimento popular que representou uma ameaça ao domínio das elites amazônicas. Diante dessa ameaça, as elites lideraram um movimento de reconstrução da província, que acabou se revelando uma estratégia para manter seu poder diante das insatisfações populares. O discurso liberal adotado por essas elites na época não passava de uma forma de continuar no poder, e o projeto de construção regional da Amazônia foi, na verdade, um projeto imposto de cima para baixo.

Esse contexto de experiência teve um impacto direto na projeção de uma nova postura em relação à região geográfica e à construção de uma identidade política regional. No horizonte de expectativas, as elites políticas amazônicas almejavam se libertar de padrões coloniais e alcançar a modernidade e o progresso, ideais tão difundidos no século XIX. Acreditavam em um futuro presente, visualizando o potencial da navegação a vapor e a abertura internacional do rio Amazonas, o povoamento da região e a construção de estradas de ferro. Esses três aspectos se tornaram questões regionais de interesse nacional e até internacional, pois buscavam transcender a mera demanda provincial e se tornarem necessidades de toda a grande área liderada pelo Pará e pela presença do Amazonas e dos territórios circunvizinhos.

As expectativas de desenvolvimento da região amazônica estavam associadas à produção da borracha e às receitas geradas por ela. Acredita-se que essas condições atrairiam imigrantes e investimentos para impulsionar o crescimento econômico e resolver problemas internos, como a implementação da agricultura. No entanto, as elites amazônicas percebiam que as expectativas não eram atendidas pelo governo imperial, que privilegiava outras áreas do país, especialmente o Sul. A disparidade regional, juntamente com a questão da navegação, era um dos temas mais enfatizados pelos políticos amazônicos.

Esse conjunto de fatores, relacionados ao espaço de experiência e ao horizonte de expectativa da região amazônica, levou ao fortalecimento do regionalismo político durante as negociações e tensões com o Império brasileiro, entre as décadas de 1860 e 1880. Nesse período, os partidos políticos do Pará e do Amazonas (Liberal e Conservador) apresentavam discursos políticos regionais voltados para os interesses das classes dirigentes, mas que pouco refletiam as contradições e os problemas internos enfrentados por essas mesmas elites. A construção da identidade regional ocorria sem considerar a diversidade dos povos da região e suas demandas, inclusive aqueles grupos tradicionais que não se submetiam ao regime produtivo e que eram vistos como insubordinados, como é o caso dos quilombos.

Durante o fortalecimento do discurso regional amazônico, houve uma transformação no vocabulário utilizado para se referir à região. Os liberais adotaram inicialmente o termo

“Vale do Amazonas”, que era mais utilizado nas discussões sobre os interesses norte-americanos na área nas décadas de 1850 e 1860. No entanto, ao longo do tempo, esse termo foi substituído pelo termo “região amazônica”, que ganhou mais força e passou a ser amplamente utilizado, suplantando o nome “Grão-Pará”. A partir da década de 1880, o termo “Amazônia” ganhou ainda mais destaque, e os conservadores paraenses foram os principais defensores do uso desse termo para descrever uma nova interpretação e imagem da região.

No campo político e regional, a denominação “Amazônia”, quando elevada à condição de identificação regional, foi frequentemente interpretada como sinônimo de separatismo. Em várias ocasiões, líderes amazônicos consideraram a possibilidade de separar a Amazônia do restante do Brasil como forma de pressionar o Império a fornecer melhores condições para a região. O discurso regional proveniente da região amazônica desempenhou um papel importante na divisão ocorrida na antiga região Norte do Brasil, que se dividiu entre o Norte agrário e a Amazônia. Cada corrente regional acionou seus dispositivos e instrumentos de persuasão e pressão, incluindo a ideia separatista.

Após observarmos a ênfase do discurso regional amazônico no contexto da atuação parlamentar, decidimos examinar o regionalismo amazônico através das páginas dos jornais e outras produções escritas, considerando as posturas federalistas e até republicanas que estavam em oposição ao Império brasileiro. O desdobramento inicial desse capítulo evidencia a existência de um ambiente na imprensa paraense e até na intelectualidade política local, que pode ser denominado de “combates pela Amazônia”. Tanto a imprensa liberal quanto a conservadora aprofundaram suas críticas ao Governo Central e às províncias do Sul, estabelecendo o conceito de Amazônia como a designação da área que compreende o Pará e o Amazonas. Esse conceito teve usos políticos diversos, abrangendo a ideia de um novo partido político, um status regional e até mesmo uma manifestação separatista.

Foi possível compreender que a Amazônia foi construída como uma identidade política. A utilização do termo para nomear a região visava despertar sentimentos de pertencimento, reciprocidade, coletividade e união. As elites amazônicas perceberam as potencialidades dessa abordagem, mesmo diante das divergências entre o Pará e o Amazonas, pois promovia a solidariedade regional entre essas duas unidades, além de associar a Amazônia a ideais patrióticos e cívicos, fortalecendo a identidade política local. Ao mesmo tempo, o termo Amazônia já circulava pelo mundo, o que justificava sua adoção como nome regional, também com o propósito de promover essa região no exterior. Um dos principais

objetivos era buscar soluções para questões que nacionalmente eram consideradas negligenciadas pelo Governo brasileiro.

Portanto, a Amazônia, como um recorte regional, é uma invenção relevante da segunda metade do século XIX, forjada em grande medida no campo político diante dos enfrentamentos entre a região e a nação. Do antigo território setentrional do Brasil, então sob administração do Império português, foram inventadas duas regiões distintas: o Norte agrário (Nordeste) e a Amazônia, muito em função da acentuação das diferenças regionais brasileiras do período em tela. De fato, a construção das identidades regionais possibilitou que as elites dessas áreas lutassem por projetos específicos alinhados com seus interesses. Essa união e o compartilhamento comum de características entre os setores da sociedade estabelecidos no território sob o domínio do Estado nacional foram cruciais nesse processo.

Atualmente, a Amazônia é reconhecida como uma das regiões mais famosas do mundo. Contudo, é importante não referenciá-la de forma indiscriminada, sob o risco de incorrer em anacronismo e de naturalizar sua demarcação geográfica como algo inerente e intemporal. O conceito de Amazônia como uma região delimitada, com uma suposta identidade política regional, foi forjado no Brasil, especificamente na área compreendida entre o Pará e o Amazonas. Embora o termo já fosse utilizado internacionalmente, ele não era empregado como uma referência a uma identidade política regional específica.

9 REFERÊNCIAS

- 2ª Sessão da 23ª legislatura. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 44. Belém, 22 de janeiro de 1883, p. 1.
- A AMAZONIA vista a partir da vista dos sábios. *Jornal do Amazonas*, Manaus, 10/01/1884, p. 2.
- A AMAZÔNIA. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 30. Belém, 04 de março de 1883.
- A INFLUÊNCIA política do Cônego Siqueira Mendes e os liberais sob o regime monárquico. In: *A República*. Belém, 27 de janeiro de 1887, p. 2.
- A NOSSA propaganda. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 19. Belém, 25 de janeiro de 1883.
- A PROVÍNCIA do Pará. In: *A Província do Pará*. Belém, 31 de julho de 1876.
- A PROVÍNCIA do Pará. In: *A Província do Pará*. N° 103. Belém, 1 de agosto de 1876.
- A PROVÍNCIA do Pará. In: *A Província do Pará*. N° 104. Belém, 2 de agosto de 1876.
- A REGIÃO Amazônica e as repúblicas ribeirinhas. *O Liberal do Pará*. Belém – PA. 1875, p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 out. 2022.
- A REVOLUÇÃO. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 13. Belém, 18 de janeiro de 1883, p. 1.
- A VIAGEM Imperial. (Março, 12). *O Liberal do Pará*. 1875. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- ABERTURA do Amazonas. *Jornal do Pará*. 30 de abril de 1867. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219339&pasta=ano%20186&pesq=%20Abertura%20do%20Amazonas%22&pagfis=381> Acesso em : 08 maio 2022.
- ABREU, José Coelho da Gama e. *A Amazônia: Aas províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brazil*. Lisboa. Typographia Minerva, 1883, [Ao leitor, introdução, s/p].
- ABREU, José Coelho da Gama. *A Amazônia: As Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brazil*. Lisboa: Typographia Minerva, 1883, p. 43.
- ABREU, José Coelho da Gama. *As Regiões Amazonicas, estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas*. Lisboa: Imprensa de L. da Silva, 1896, p. 6.
- ACUÑA, Cristóbal de. Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas. In: *Descobrimientos do rio das Amazonas*. Trad. C. de Melo Leitão. 5°. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1941, p. 197.
- ADDUCI, Cássia C. (1996). *A “pátria paulista”*: O separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.
- AGASSIZ, Jean Louis Rodolph, 1807-1873. *Viagem ao Brasil 1865-1866* / Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz ; tradução e notas de Edgar Süsskind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 331.

AGASSIZ, Louis. Loco citatum. *Revista do Amazonas*. Ano I, nº 2. Manaus, 05 de maio de 1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=819182&pagfis=19>. Acesso em: 15 maio 2021.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011..

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de *Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema à solução (1877-1922)*. Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55–67, 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império: a Corte e a modernidade nacional*. 1ª. Ed. – São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

AMAZONAS NA IMPRENSA LOCAL AMAZONENSE. In *Terra das letras mortas: a identidade da Amazônia nos jornais regionais [recurso eletrônico] / Luís Francisco Munaro (Org.)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

AMAZONAS, Émile Littré. *Dicionário da língua francesa (Littré)*. Volume 1. Paris: Machadinho, 1873. Disponível em: <https://artfl-project.uchicago.edu/node/17>. Acesso em: 05 set. 2020.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto-Amazonas*. Recife: Typ. commercial de Meira Henriques, 1852.

AMAZONIA: escritorio de emigración de españa y las islas Baleares y canarias al Estado del Pará. [18--?]

ANAIS da Câmara dos Deputados. Câmara dos Senhores Deputados, sessão de 30 de maio de 1860. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional D. Villeneuve & C, 1860.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 112.

ANTAS, João Batista de Castro Morais. *O Amazonas e as costas atlânticas da America Meridional*.. Rio de Janeiro: Typographia de M. Barreto, 1853 -- De la navegacion del Amazonas .. Caracas: Reimpreso por T. Antero, 1857.

AO SENHOR Agostinho do Reis. In: *A República*. Nº16. Belém, 7 de março de 1890.

ARDÃO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos, 1980.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo, SP : Editora Brasiliense, 1990; Castro ,Pérola Maria Goldfeder Borges De. *Minas Do Sul - Espaço E Política No Século XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

AS PROVÍNCIAS agonizam. *O Liberal do Pará*. Belém, 04 de novembro de 1877. Nº 251, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704555&pasta=ano%20187&pesq=%20ponte%20da%20alfandega%22&pagfis=8625>. Acesso em: 02 nov. 2022.

ASSEMBLEIA Legislativa desta Província. *Jornal Treze de Maio*. Belém do Pará. 17 de novembro de 1853, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 10 set. 2021.

ASSEMBLEIA Legislativa Provincial. In: *A Ephoca*. Belém do Pará. 5 de novembro de 1859. Ano II, nº 249, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 11 set. 2021.

ATA de 5 de junho de 1833. In: José Honório Rodrigues (Org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp Acesso em: 04 out. 2019.

ATTENA. *Repositório Digital da UFPE*. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13664>. Acesso em 17 set. 2021.

AZUAR, Remedios Mataix. Androcentrismo, Eurocentrismo, Retórica Colonial: Amazonas en América. *América Sin Nombre*, nº 15, p. 118-136, 2010. ISSN: 1577-3442 / e ISSN: 1989-9831 P. 126.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Universidade Federal do Pará, Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará: Belém, [S.n.], 1969, p. 61-69.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BAIXO-AMAZONAS. In. *Baixo-Amazonas*. Nº. 1. Santarém: 1 de julho de 1872.

BARATA, Manuel. A antiga produção e exportação do Pará. In: *Formação histórica do Pará*. Obras reunidas. Belém: UFPa, 1973.

BARLEU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. p. 26.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. Carta XXVII. In: *Cartas ao Solitário*. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1975 (Brasiliense).

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. Observações ao projeto sobre a navegação a vapor para os Estados Unidos e a abertura do Amazonas, realizadas na sessão de 8 de julho de 1862,

da Câmara dos Deputados. In: *Cartas ao Solitário*. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1975 (Brasília).

BATES, Henry Walter. *Um naturalista do rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BELÉM, 19 de janeiro. In: *O Liberal do Pará*. Nº 14, Belém, 19 de janeiro de 1883.

BELÉM, 27 de maio de 1893. *A República*. Nº941. Belém, 27 de maio de 1893.

BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira; MOMESSO, Beatriz. (Orgs.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*, 1.ed. São Paulo: Alameda, 2016.

BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. 2009. 502 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

BIBLIOTECA Nacional de Lisboa / Reservados – Cód. 475 - 1 vol. fl. 15v. Geographia historica do Brasil, África, Ásia, Portugal, etc. s.d. [Letra do século XVIII]. In: FILHA, Maria Berthilde Moura. O livro que dá “Rezão do Estado do Brasil” e o povoamento do território brasileiro nos séculos XVI e XVII. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*. Porto, 2003 I Série vol. 2, pp. 591-613 p. 600-601.

BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no Século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. 1, p. 1-20, 2006.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 67.

BLUTEAU, Raphael. (1638-1734). *Vocabulario Portuguez e latino* (Volume 01, Letra A). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. In: Corpus Lexicográfico do Português. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/default.asp?url=Palavras&opcao=Textos>.

BLUTEAU, Raphael. *Diccionario castellano y portuguez para facilitar a los curiosos la noticia de la lengua latina, con el uso del vocabulario portuguez y latino [...]*. Lisboa, Pascoal da Sylva, 1721. Reproducido a partir del ejemplar de la Biblioteca de la Real Academia Española. Disponível em: <http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtl?le?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...* : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos.

Disponível em: https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/?page_number=4699#dic-viewer Acesso em: 18 set. 2021

BOLETIM. In: *O Liberal do Pará*. Nº 271. Belém, 30 de novembro de 1887.

BOLETIM. *O Liberal do Pará*. Nº286. Belém, 20 de dezembro de 1887.

BOURDIEU, Pierre. A construção do espaço político: o jogo parlamentar. IN: *Sobre o Estado*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Anacronismo e ilusão do nominal. IN: *Sobre o Estado*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o estado: Cursos no Collège de France (1989-1992)*. Tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte. Parlamento Brasileiro. Sessão de 17 de setembro de 1823, p. 146. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp. Acesso em: 22 de maio de 2019.

BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte. Parlamento Brasileiro. Sessão de 5 de setembro de 1823, p. 42. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte. Parlamento Brasileiro. Sessão de 17 de setembro de 1823, p. 153. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp. Acesso em: 22 de maio de 2019.

BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Senhores Deputados. [diversas sessões]. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: (RJ) - 1826 a 1873*. Sessão de 03 de junho de 1854. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> .

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*, sessão de 28 de junho de 1877. Rio de Janeiro: 1877.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Câmara dos Senhores Deputados, sessão de 28 de maio de 1859. Rio de Janeiro: 1859.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. na sessão de 18 de abril de 1857, a Câmara Geral votava as eleições do “Grão-Pará”.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Nova sessão preparatória em 23 de dezembro de 1863. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão de 27 de julho de 1847. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 27 de julho de 1852. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 14 ago. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 18 de julho de 1866. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 8 de fevereiro de 1877, p. 55. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 26 de maio de 1877, p. 336. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 1882. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 21 de abril de 1882. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 21 de março de 1882.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 21 de agosto de 1882. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489> Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 20 de setembro de 1882, p. 65. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28961>.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 22 de agosto de 1882, p.90. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28960> Acesso em: 12 de out. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 11 de julho de 1882.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 20 de agosto de 1860, p. 214. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 28 de maio de 1859, p. 113. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/35059> Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão de 28 de julho de 1860, p. 309. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28839/discover>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 05 de agosto de 1833.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 26 de maio de 1826. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28840> Acesso em: 29 jan. 2020.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 27 de maio de 1826. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28840> Acesso em 29 jan. 2020.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 1 de julho de 1837, p. 2. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/35067> Acesso em 30 maio 2020.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 2 de julho de 1846.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 27 de maio de 1840, pp. 500 – 502. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40781> Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 24 de abril de 1840, p. 112. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40781> Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 11 de maio de 1840, p. 245. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40781> Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 4 de junho de 1840, pp. 606-608. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40781> Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 3 de julho de 1852. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/34481> Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 18 de agosto de 1851, p. 611. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40803>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 24 de maio de 1852. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/34480> Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 29 de agosto de 1851, p. 749. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40804> Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 26 de julho de 1852. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/34481> Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 18 de agosto de 1852.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 11 de agosto de 1848. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 14 de fevereiro de 1850. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 13 de fevereiro de 1864. In: RAIOL, Domingos Antônio. *Abertura do Amazonas*.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 18 de maio de 1864. Rio de Janeiro, 1864. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 13 de fevereiro de 1864, p. 93. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 20 ago. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 9 de junho de 1864.. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 20 ago. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 18 de julho de 1866. p. 180. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Setembro de 1882.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 26 de agosto de 1853. p. 344 Disponível em www.camara.gov.br/publicacoes).

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 27 de maio de 1856, p. 72. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> .

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de agosto de 1860, s/p. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão 10 de agosto de 1861. P. 99. Disponível em www.camara.gov.br/publicações).

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 05 de junho de 1860, p. 113. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 03 maio 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 28 de agosto de 1867, p. 325.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão de 1º de julho de 1870, p. 4.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 22 de maio de 1871, p. 81.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 07 de janeiro de 1873.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 29 de março de 1873, p. 265 (Apêndice). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28839>.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 24 de agosto de 1877, p. 189. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27539> Acesso em: 20 de out. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 14 de agosto de 1877. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27539> Acesso em: 20 de out. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 22 de agosto de 1877, p. 265 (Apêndice). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28839>.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 26 de maio de 1882.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 2 de junho de 1882.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 28 de Julho de 1882. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=amazonia&pagfis=94058>. Acesso em: 05 nov. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Sessão em 8 de agosto de 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=amazonia&pagfis=83309>. Acesso em: 05 nov. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. Tomo I, 891 p. [1840]. Sessão de 11 de maio de 1840, p. 245. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40781> Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 28 de maio de 1868, p. 209.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 9 de agosto de 1886, p. 84. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=amazonia&pagfis=84977> Acesso em 05 nov. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em ? 1887. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=amazonia&pagfis=89474> Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 5 de junho de 1888, p. 31.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 13 de setembro de 1888, p. 147.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 7 de junho de 1888, p. 87.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Sessão de 9 de abril de 1850, p. 233. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> .

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Senado do Império. Sessão de 04 de julho de 1867. P. 38. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 18 de julho de 1866, p. 185.

BRASIL. *Annaes do Senado do Império do Brasil*: Senado Imperial. Sessão de 31 de Julho de 1884, p. 267 (livro 3) Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1884/1884%20Livro%203.pdf Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL. Arquivo Nacional. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/670-joao-lustosa-da-cunha-paranagua-marques-de-paranagua>.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil* (de 25 de março de 1824), disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 21 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Inspetoria Geral de Finanças. *Volumes: 1877, 1878, 1880, 1881, 1883, 1884, 1887*. Editor ou instituição responsável pela publicação: Rio de Janeiro: Typographia Nacional; Disponível em Memória Estatística do Brasil (Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro): http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/pesquisa.php Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Império - 1832-1888. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100/items>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Império. (RJ). Ministro (João Alfredo Corrêa de Oliveira) relatório do ano de 1872 apresentado à Assembleia Geral (Na 1ª sessão da 15ª legislatura] em aditamento em 8 de maio de 1872. (publicado em 1872).

BRASIL. Ministério do Império: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império* (RJ). Ministro (Luiz Pedreira do Couto Ferraz) relatório do ano de 1856 apresentado à Assembleia Geral (Na 1ª sessão da 10ª legislatura] (publicado em 1857).

BRASIL. Ministério do Império: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império* (RJ). Ministro (José Bonifácio de Andrade e Silva) relatório do ano de 1864 apresentado à Assembleia Geral Legislativa (Na 2ª sessão da 12ª legislatura] (publicado em 1864).

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ofício/Secretaria/Diretoria de Agricultura/1ª seção/ nº 2/ 12 de setembro de 1880. Arquivo Público do Pará.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Ofício/ 1ª Diretoria/nº 2012/ 25 de agosto de 1875*. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

BRASIL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Ofício/nº 11/ 18 de março de 1854*. Fundo da Secretaria da presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

BRASIL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Ofício/nº 9/ 2 de março de 1854*. Fundo da Secretaria da presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

BRASIL. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. [Barão de Javary]. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1962 [1889]s.

BRASIL. *Quadro geral da divisão eleitoral do Império*. In: Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Diretoria Geral de estatística..

BRASIL. *Relatórios do Ministro da Justiça* (Antônio Paulino Limpo de Abreu - Visconde de Abaeté). 1835, p. 8. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/107?terms&item_id=1950#?c=4&m=6&s=0&cv=7&r=0&xywh=-987%2C-99%2C4020%2C3963
Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. *Relatórios do Ministro da Justiça* (Paulino José Soares de Sousa), 1840, p. 9. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/107?terms&item_id=1955#?c=4&m=11&s=0&cv=8&r=0&xywh=-1480%2C-1%2C4926%2C3475 Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL: *Annaes do Senado do Império do Brazil*. Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal 1874 (LIVRO 2), 22 de julho de 1874.

BRASIL: Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Ofício circular. 15 de janeiro de 1879*. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

BRASIL: Ministério dos Negócios da Fazenda. Ofício. Rio de Janeiro: 13 de junho de 1881.

BRASIL: Ministério dos Negócios do Império. Ofício/ 1ª Diretoria/nº 3426/ 30 de setembro de 1878. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

BRASIL: Ministério dos Negócios do Império. Ofício/ 3ª Diretoria/nº 226/ 30 de janeiro de 1877. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

BRASIL: Ministério dos Negócios do Império. Ofício/ 3ª Diretoria/nº 4484/ 14 de agosto de 1882. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, área Governo. Arquivo Público do Pará.

BRIGGS, Asa.; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006

BUCHBINDER, Pablo. De Província a República: controvérsias sobre o nome do Paraguai. IN: CHIARAMONTE, José Carlos, MARICHAL, Carlos e GRANADOS, Aimer. *Criar a Nação: história dos nomes dos países da América Latina*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

BUESCU, Mircea. *Brasil: disparidades de renda no passado: subsídios para o estudo dos problemas brasileiros* / Mircea Buescu. - Rio de Janeiro: APEC, 1979.

BULLOKAR, John. An English Expositor: teaching the interpretation of the hardest words in our language (Um expositor de inglês: ensinando a interpretação das palavras mais difíceis da nossa língua). Londres: John Legatt, 1616. Disponível em: <https://leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry/323/172>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CÂMARA dos Deputados. In. O Liberal do Pará. 01 de junho de 1879. Parlamento Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém, 1870-1920)*. Açaí, 2011.

CARDOSO, Alírio. *Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580 – 1655)*. São Paulo: Alameda, 2017.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. O conceito de Pays e sua discussão na geografia francesa do XIX. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011-Costa Rica II Semestre 2011 p. 2. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr> Acesso em: 18 jun. 2021.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio grande do Sul*. Porto Alegre, Edipucrs:2000; LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio grande do Sul*. Porto Alegre, Edipucrs:2000.

CARVAJAL, Gaspar de. Descobrimento del rio de Orellana. In: Descobrimientos do rio das Amazonas. Trad. C. de Melo Leitão. 5º. São Paulo: Ed. Brasileira, 1941.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política. Teatro das Sombras: a política imperial*. 10ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil, Brazil: Sonhos e frustrações. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS Aimer. *Criar a Nação: História dos nomes dos países da América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. Eleições e partidos: o erro de sintaxe política. In: *A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial*. 10ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. A vida Política. In: *A Construção Nacional 1830-1889*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 95.

CASTRO, Iná Elias de. Estado e região - considerações sobre o regionalismo. *Anuário do Instituto de Geociências (AIGEO)*. [S.l.], v. 10, p. 40, 1986. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/7804>.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escala de análise e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2021.

CASTRO, Iná Elias de. Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional, *Confins*, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/35256>. Acesso em: 15 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35256>.

CENTRALIZAÇÃO política e financeira. In: *A Província do Pará*. Belém, 29 de agosto de 1883, s/p.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História* (Impresso), v. 26, p. 79-114, 2006.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Muita terra sem comércio. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII. *Outros Tempos*, v. 8, p. 91-107, 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial*. 1. ed. - Belém: Paka-Tatu, 2016.

CHIARAMONTE, J. C. Províncias ou Estados? As Origens do Federalismo Platino. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS*, [S. l.], v. 12, n. 1,

2017. DOI: 10.22456/2317-8558.76852. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/76852>. Acesso em: 11 abr. 2023.

CHIARAMONTE, J. C. Sobre el Uso Historiográfico del Concepto de Región. *Estudios Sociales*. [S. l.], v. 35, n. 1, p. 07-21, 2008. DOI: 10.14409/es.v35i1.2623. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/EstudiosSociales/article/view/2623>. Acesso em: 08 dez. 2022.

CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS Aimer. *Criar a Nação: história dos nomes dos países da América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2017.

COIGNARD, Jean-Baptiste, 1693-1765, impressão. *O Dicionário da Academia Francesa 1694*. Disponível em: https://purl.pt/37774/l-2715-a_2_master/l-2715-a/l-2715-a_PDF/l-2715-a_0000.pdf. Acesso em: 1º set. 2020.

COLONIZAÇÃO da Amazônia. In: *Diário do Gram-Pará*. N° ?. Belém, 19 de novembro de 1885.

COMISSÃO da Praça do Comercio do Pará. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Belém, 02 out. 1872. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial).

CONSERVADORES e Liberais II. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 10. Belém, 14 de janeiro de 1883, p. 1.

CONSERVADORES e Liberais III. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 12. Belém, 17 de janeiro de 1883, p. 1.

CONSERVADORES e Liberais. In: *Diário do Gram-Pará*. N° 9. Belém, 13 de janeiro de 1883, p. 1.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização espacial*. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. Série Princípios.

CORRESPONDÊNCIA da Corte. In: *Jornal do Amazonas*. N°1242. Manaus, 6 de julho de 1886.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1852). Disponível em: https://www.pampalivre.info/collecao_vocabulos_frases_provincia_sao_pedro_rio_grande_d_o_sul.pdf

COSER, Ivo. Federalismo. *Ler História*, n. 55, 2008, posto online no dia 16 outubro 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2218>. Acesso em: 20 nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2218>.

COSTA, D. Antônio de Macedo Costa. *Amazônia: Meio de desenvolver sua civilização*. Tipografia do livro do Comércio. Pará, 21 de março de 1883.

COSTA, João Severiano Marciel. *Ordenança de impostos sobre gêneros em Cayena*. Desembargador agravista da casa de simplificação, 17 de fevereiro de 1810 – impressos raros, Arquivo Palma Muniz, IHGP.

COSTA, Rubim, Braz da, 1817-1870. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito Impressor da Casa Imperial. 1853. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3886> Acesso em: 19 set. 2021

COUTINHO, João Martins da Silva. *Exportação da borracha pelas Províncias do Império do Brasil, dados do Ministério da Fazenda*. (Manuscrito). 1p. Localizado em: Acervo João Martins da Silva Coutinho, Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém/PA.

COUTINHO, João Martins da Silva. *Quadro estatístico da viação ferroviária brasileira*. [impresso] 1883. Arquivo João Martins da Silva Coutinho, Arquivo Guilherme de La Penha do Museu Paraense Emílio Goeldi – PA.

COUTINHO, João Martins da Silva; GUIMARÃES, Horácio Moreira: *Proposta para a construção de alfandega na cidade de Belém, Província do Pará. Petição dirigida à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typografia de Moreira Maximimo & CIA. 1887, p. 7 – 8.

CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. [Correspondência]. Destinatário: Miguel Lúcio. Rio de Janeiro, 09 ago. 1882. Carta pessoal. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial).

CUNHA, José Joaquim da. Relatório apresentado à Assembleia Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1853 pelo Presidente José Joaquim da Cunha. Pará: Typographia Santos e Filhos, 1853.

DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, 2 v.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DIÁRIO DE BELÉM. Editorial Nº 204. Ano VII. 5 de setembro de 1874, p. 1.

DIÁRIO DE BELÉM. In: *Diário de Notícias*. Nº 18. Belém, 24 de janeiro de 1883.

DIÁRIO DO BRASIL. Nº 191. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1884, p. 2.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. 1853. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

DICIONÁRIO da Língua Portuguesa publicado pela Academia Real das Ciências de Lisboa. (Tomo Primeiro). Officina da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1793. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/out.26033> Acesso em: 15 set. 2020.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 116-133, jun./ago., 2003. Doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i58p116-133.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

DUVIVIER, Theodoro Luís Gonzaga. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Corte/Rio de Janeiro, 28 out. 1885. Carta

peçoal. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial). Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/9913> Acesso em: 15 out. 2022.

ELIOT, Sir Thomas. *Bibliotheca Eliotae. Biblioteca Eliotis*. 2ª. Londres: Thomas Berthelet, 1542. Disponível em: <https://leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry/63/13614> Acesso em: 31 ago. 2020.

ELIOT, Sir Thomas. *Dicionário 1538*. Menston: Scolar Press, 1538 [primeira edição] 1970. Disponível em: <https://leme.library.utoronto.ca/lexicons/53/details> Acesso em: 31 ago. 2020.

ESTRADA de ferro de Alcobça. In: jornal *Diário de Belém*. Ano XXI, Nº 18. Belém, 22 de janeiro de 1888, p. 2.

ESTRELLA do Amazonas. 04 de maio de 1854, Cidade de Barra do Rio Negro (AM), nº 88.

EXPLORAÇÃO do Rio Purus na região Norte. *Jornal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 1863. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

FARIA, Eduardo de. *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa – seguido de um Diccionario de Synonymos*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve EC, 1859. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/ou.26035>. Acesso em: 19 ago. 2021.

FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Açai, 2016.

FEDERAÇÃO. In: A Província. Nº 28. Manaus, 8 de novembro de 1885, p. 1.

FELICITAÇÃO. *A Voz do Amazonas*. II ano. Nº 28, Manaus, 09 de fevereiro de 1867.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 64.

FERROVIA de Belém a Bragança. In: *Diário do Gram-Pará*. Nº 33. Belém, 8 de fevereiro de 1883.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; NUNES, Benedito. Luzes e sombras do Iluminismo paraense. In: BEZERRA NETO, José Maria; GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). *Terra Matura. Historiografia & História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FILHO, Carlos Studart. *Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará* (com breve estudo sobre a origem e evolução das capitâneas feudais do Norte e Meio Norte). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército 1859. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1952/1952-FundamentosGeograficosHistoricosMaranhao.pdf> Acesso em: 09 ago. 2019.

FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1922. In: RIBEIRO, Mônica da Silva. *Divisão governativa do Estado do Brasil e a Repartição do Sul*. 12 Encontro Regional de História - Anpuh-Rio, 14 a 18 de agosto de 2006.

FORMAÇÃO do Vale do Amazonas. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1866. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 maio 2021.

FOUCAULT, Michel. Sobre Geografia. In: *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCIOSINI FLORENTÍN, LORENZO. *Vocabolario español-italiano, ahora nuevamente sacado a luz*[..]. Segunda parte. Roma, Juan Pablo Profilio, a costa de Juan Ángel Rufineli y Ángel Manni, 1620. Reproducido a partir del ejemplar de la Biblioteca Nacional de Madrid, 3 / 73624.

FRANCO, Bernardo de Sousa. *Os Bancos do Brasil, sua História: direitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1848.

FRANCO, Bernardo de Souza. BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Sessão de 24 de abril de 1840.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALVÃO, Rufino Enéias Gustavo, visconde de MARACAJU. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Belém, 09 mar. 1883. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial). Palácio Isabel, rua Guanabara, [Rio de Janeiro], 21 set. 1889.

GARCIA, Dantielli Assumpção. Dois dicionários no Brasil do século XIX: Uma língua brasileira ou uma mesma língua portuguesa? *Fragmentum*, N. 26. Laboratório Corpus: UFSM, Jul./Set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11145/pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

GONÇALVES, Maria Filomena. A marca lexicográfica “termo do Brasil” no Vocabulário Portuguez e Latino de Rafael Bluteau. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 205-228, 2006.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, intitulado *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: FAPERJ, 2008.

GOZALEZ, Vanessa Fonseca. América es nombre de mujer. *Revista Reflexiones*, 58(1), p. 7. Disponível em: de <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/reflexiones/article/view/10965> Acesso em: 15 maio 2021.

GOZALEZ, Vanessa Fonseca. Visión y trazo de America.la erotizacion del continente. *Revista Reflexiones*, 30(1). Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/reflexiones/article/view/10802> Acesso em: 15 maio 2021.

GRAHAM, Richard. 1997. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GRAM-PARÁ. *Diario de Notícias*. Avulso 40. Ano IV. 11 de janeiro de 1883.

GRAM-PARÁ. *Diário de Notícias*. N° 2. Belém, 4 de janeiro de 1882.

GREGORIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-12062013-102746/>. Acesso em: 30 de nov. 2022.

GUIMARÃES, Gabriel Antônio Ribeiro de. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Manaus, 29 ago. 1882. Carta pessoal. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial). Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/9795> Acesso em: 16 out. 2022.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831 – 1837). In: 5 GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

HAAG, Carlos. *As fotos secretas do professor Agassiz*: Exposição e livro trazem à luz imagens polêmicas feitas por rival de Darwin. Revista Pesquisa FAPESP, n. 175, set., 2010.

HACQUARD, Georges. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. [S.l.]: Divisão Gráfica das Edições ASA. 1 .@ edição: 1996.

HALF AMAZON, Émile Littré. *Dicionário da língua francesa* (Littré). Volume 1. Paris: Machadinha, 1873. Disponível em: <https://artfl-project.uchicago.edu/node/17>. Acesso em: 05 set. 2020.

HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2017.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*: Ensaio sobre a representação do outro. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

HEINZ, Flávio M. (org.). 2006. O historiador e as elites. In: *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HERNÁNDEZ, Margarita Silva. O nome de Centroamérica e a invenção da identidade regional. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS Aimer. *Criar a Nação: história dos nomes dos países da América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2017.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b (1977).

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital – 1848-1875*. 22ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. [1977].

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*; tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio B. *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Do Império à República (v.7), 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HONROSA Manifestação. In: *Diário do Gram-Pará*. Nº 237. Belém, 19 de outubro de 1885.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

IBGE. *Recenseamento do Brasil em 1872: Província do Pará*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> Acesso em: 25 out. 2022.

INSTRUCTIVO, Politico, Universal. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1853. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&Pesq=Maury&pagfis=8371>.

INTERIOR In: *A Ephoca*. Belém do Pará. 26 de setembro de 1859. Ano II, nº 215, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 28 jan. 2022.

JAPERI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1962 [1889].

JORNAL DIÁRIO DO NOTÍCIAS. 17 de abril de 1884. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pesq=%22Amaz%C3%B3nia%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=3026> Acesso em: 1º out. 2022.

JUNIOR, Caio Padro. *História Econômica do Brasil*. 26ª edição. [S.l.]: Editora Brasiliense, p. 44.

JÚNIOR, José Inaldo Chaves. Reforma dos territórios e das jurisdições nas capitanias do Norte do Estado do Brasil: As atuações do capitão-general Luís Diogo Lobo da Silva e do “juiz de fora” Miguel Carlos de Pina Castelo Branco na aplicação do Diretório dos índios (1757-1764). *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 93-120, 2018.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*: Compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *História dos Conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KRAAY, H. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. *Diálogos*, v. 3, n. 1, p. 113 - 151, 9 jun. 2017. Disponível em: Recuperado de <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37540> Acesso em 15 de setembro de 2022.

KRIEGER, Maria da Graça et al. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 173-187, 2006.

KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 157-172. 2001.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de, 1701-1774. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas / Ch. -M. de La Condamine.* – Brasília: Senado Federal, 2000.

LEONI, Maria Silvia. Historia y región: la historia regional de cara al siglo XXI. *Folia Historica del Nordeste*. Nº 24, Resistencia, Chaco, Diciembre. IIGHI - IH- CONICET/UNNE. 2015.

LEONI, María Silvia; CARNICER, María del Mar Solís. Los procesos de regionalización en el Nordeste argentino en las décadas de 1960 y 70: el aporte de las Ciencias Sociales. *Revista TEL*, Irati, v. 9, n.1, p. 32-43, jan. /jun. 2018-ISSN 2177-6644.

LEVANTEMO-NOS. In: *Diário do Gram-Pará*. N ° 6. Belém, 10 de janeiro de 1883.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Entre batalhas e papéis: a cabanagem e a imprensa brasileira na menoridade (1835-1840). 2016. 329 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

LIVRE navegação do Amazonas. *O Liberal do Pará*. Belém – PA. 21 de janeiro de 1869, p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 out. 2022.

LOPES, Siméia de Nazaré. A praça comercial de Belém: negociantes e circuitos mercantis (1790 – 1808). In: *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial / organização Rafael Chamboleyron, José Alves de Souza Junior*. 1ª. ed. Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos: as origens de uma controvérsia internacional*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro. Editôra Saga. 1968, p. 59.

LUZ, Nícia Vilela. A história econômica do Brasil no período de 1830 – 1930: abordagens e problemas – um ensaio bibliográfico. in Carlos M. Peláez e Mircea Buescu (orgs.), *A Moderna História Econômica*. Rio de Janeiro, APEC, 1976.

LYRA, Augusto Tavares. Autobiografia de Tito Franco de Almeida. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 177, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

LYRA, Tavares de. *Instituições Políticas do Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

MACHADO, André Roberto de Arruda. Redesenhando Caminhos. O papel dos representantes do Grão-Pará na primeira legislatura do Império do Brasil (1826-1829). *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº10, p. 75-97, nov. 2009.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*. Imaginação geográfica e política externa no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp/ Editora Moderna, 1997.

MAIS UM lidador. In: *A Constituição*. Nº 31. Ano XI. Belém, 6 de fevereiro de 1884.

MANUSCRITO. Província do Amazonas. Coleção Barão de Mamoré. 00056-II-DLC-1866-AM.BR.d 1-3 (Arquivo do Museu Imperial). Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/9741>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MARCONDES, Renato Leite. *Desigualdades regionais brasileiras: Comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. 2006. Tese (Livre Docência em História Econômica e Demográfica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. doi:10.11606/T.96.2006.tde-23062006-152831. Acesso em: 05 ago. 2022.

MARCOS, Gregório, Vitor. *Dividindo as províncias do império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2010.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no Século XIX. *Revistas Estudos Econômicos*, v. 15, 1985.

MARTINS, Karla Denise. Cristoforo e a Romanização do Inferno Verde: as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazonia (1860-1890). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. Uma jornada pela América Meridional e de volta à Europa: Charles Marie de La Condamine e o relato de sua expedição pelo Amazonas. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, n. 2, p. 303-324, jul./dez. 2012.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)* /. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Editora Hucitec, São Paulo, 2017.

MATTOSO, Katia. Queiroz. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império: a Corte e a modernidade nacional*. 1ª. Ed. – São Paulo: Companhia de Bolso, 2019, p. 22. Coordenação geral da coleção Fernando A. Novais.

MAUÉS, R. H. *Uma outra 'invenção' da Amazônia: Religiões, histórias, identidades*. Belém: Edições CEJUP, 1999.

MAURY, Matthew Fontaine. *O Amazonas e as Costas Atlânticas costas atlânticas da América America Meridional*. Rio de Janeiro: Typographia de M. Barreto, 1853, p. 28.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Ferida de Narciso: Ensaio de história regional*. São Paulo: Editora Senac-SP, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora Senac-SP, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império (1871 – 1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MENDES, A. D. *A Invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: EDUA, 1997.

MENDES. Manoel José de Siqueira. *A prorrogação do contrato sobre a navegação do Amazonas e seus afluentes*. (separata do discurso proferido na sessão de 22 de agosto de 1877 na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1877.

MIGUEL. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. [S.l.]: 10 abr. 1886. Carta confidencial. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial).

MONARQUIA Federativa. In: *O Liberal do Pará*. Nº 258. Belém, 7 de novembro de 1885.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Bases da formação territorial do Brasil. *Geografares*, Vitória, no 2, jun. 2001.

MORAES, Felipe Tavares. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)* Tese de Doutorado, Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, 2018.

MOREIRA, Antonio José. IN: RAIOL, Domingos Antônio. Abertura do Amazonas: Extratos dos debates no Parlamento brasileiro acerca do projeto de lei sobre a abertura do Rio Amazonas à navegação e ao comércio do mundo (1867). Pará: Typografia do Jornal do Amazonas, 1867.

MOREIRA, E. *Amazônia: O conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), 1960.

MOREIRA, Eidorfe. *Amazônia: O conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), 1960.

MUNARO, Luís Francisco (Org.) A identidade política amazônica nos jornais regionais. In *Terra das letras mortas: a identidade da Amazônia nos jornais regionais* [recurso eletrônico] / Luís Francisco Munaro (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

NEIDE, Gondim. *A invenção da Amazônia*, 2ª edição, Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007.

NETO, José Maia Bezerra. A Cabanagem: A Revolução no Pará. In: ALVES FILHO, Armando, et al. *Pontos de História da Amazônia*. 3 ed. rev. Ampl.- Belém: Paka-Tatu, 2001.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1973. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/36461> Acesso em: 03 abr. 2022.

NOGUEIRA, R. J. B. Amazônia e a questão regional. Um regionalismo sufocado. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 67-76, 1999. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp. 1999.123349. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123349>. Acesso em: 26 set. 2022. P. 72.

NOVOS Estados. A Província de São Paulo. São Paulo: 22 de dezembro de 1887.

NUNES E PETTER. Apresentação. In: NUNES, José Horta. História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro / José Horta Nunes, Margarida Petter. São Paulo: Humanitas/FFLCH / USP: Pontes, 2002, p. 8.

NUNES, Francivaldo Alves. A Amazônia e a formação do Estado Imperial no Brasil: Unidade do território e expansão de domínio. *Almanack*. Guarulhos, n. 3, p. 54-65, 1º semestre, 2012.

O CÔNEGO Siqueira Mendes. In: *Diário do Gram-Pará*. Nº 82. Belém, 7 de março de 1883, p. 1.

O CONGRESSO Agrícola. *Diário de Pernambuco*. Ano LIV, nº 230, Pernambuco, 7 de outubro de 1878.

O DIA de ontem. (novembro, 27). 1884. O Liberal do Pará. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

O DICIONÁRIO da Academia Francesa. Quarta edição. T.1 (Brunet, Paris, 1762). In: <https://artfl-project.uchicago.edu/node/17> Acesso em: 1º set. 2020.

O PARÁ em 1832. Londres. S. W. Sustenance. 1832, p. 101. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/o-para-em-1832/> Acesso em: 15 jun. 2021.

O PARAENSE. Ano I. Século I. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1881, p. 7.

O QUE é e o que dever o Partido Liberal. In: *A Província do Pará*. Belém, 15 de abril de 1880.

O RIO Grande do Sul e a Amazônia. In: *Diário do Gram-Pará*. Nº 36. Belém, 16 de fevereiro de 1883, p. 1.

O SENADOR Siqueira Mendes e o Vice-Presidente do Pará F. J. Cardoso Júnior. In: *Diário de Notícias*. Nº 241. Belém, 25 de outubro de 1888, p. 3.

O Sr. BARÃO de Maracajú e nós. In: *Diário do Gram-Pará*. Nº 33. Belém, 18 de fevereiro de 1883.

O SUL e o Norte – A Amazônia: série de artigos editoriais do Diário do Gram-Pará, 1884.

O'GORMAN, E. *A Invenção da América*. Reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do seu devir. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

ORDEM, Émile Littré. *Dicionário da língua francesa* (Littré). Volume 3. Paris: Machadinha, 1873. Disponível em: <https://artfl-project.uchicago.edu/node/17>. Acesso em: 05 set. 2020).

ORLEANS, Gastão de conde d'EU. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial). Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/10062> Acesso em: 16 out. 2022.

OS ESTADOS do Pará e Amazonas. *A República*. Nº 91. Belém: 10 de junho de 1890.

OS PARTIDOS políticos. In: *Diário do Gram-Pará*. Nº 13. Belém, 20 de janeiro de 1883, p. 1.

OS PORTUGUESES no Gram-Pará. In: *O Liberal do Pará*. Nº 437. Ano IV. Belém, 20 de junho de 1872. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&Pesq=%22nacionalisa%20a7%20do%20commercio%22&pagfis=2882>. Acesso em: 23 out. 2022.

PAASI, Anssi. Alueiden ja paikkojen historia ja identiteetti (História e identidade de regiões e lugares). In: KOTISEUTU, *Suomen Kotiseutuliiton julkaisuja* A:37 (pp. 9-23). Editora: Suomen Kotiseutuliitto, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318572605_Alueiden_ja_paikkojen_historia_ja_identiteetti.

PAASI, Anssi. Território. In: John Agnew, Katharine Mitchell, Gerard Toal. *A Companion to Political Geography*. *Biblioteca on-line Wiley*. 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9780470998946.ch8#pane-pcw-references> Acesso em 20 de outubro de 2022.

PAASI, Anssi. *The region, identity, and power*. *Procedia Social and Behavioral Sciences* 14 (2011) 9–16.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho: Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2001.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PALTI, Elías José. *O Tempo da Política: o século XIX reconsiderado*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PARÁ (Correspondência). *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 de junho de 1866. Ano: XLIL. Nº 127. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

PARÁ (Correspondência). *Diário de Pernambuco*. Recife, 05 de fevereiro de 1866. Ano: XLIL. Nº 28. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

PARÁ (Correspondência). *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 de junho de 1869. Ano: XLV. Nº 135. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 out. 2022.

PARÁ, Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua primeira reunião, em 30 de outubro de 1891. Belém: Typ. do Diario Official, 1891, s. p.

PARÁ. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25 de outubro de 1865. Ano: XLI. Nº 245. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

PARLAMENTO nacional. In: *O Liberal do Pará*. Nº 238. Belém, 21 de outubro de 1885.

PARLAMENTO nacional. In: *O Liberal do Pará*. Nº 240. Belém, 23 de outubro de 1885.

PARLAMENTO nacional. In: *O Liberal do Pará*. Nº 241. Belém, 24 de outubro de 1885.

PARTIDOS políticos. In: *Diário do Gram-Pará*. Nº 16, Belém, 21 de janeiro de 1883.

PERCHEIRO, D. A. Gomes. *Questões do Pará*. Lisboa: Lallemand Frères, 1875.

PEREIRA, Albino dos Santos. [Correspondência]. Destinatário: CUNHA, Ambrósio Leitão da, barão com grandeza de MAMORÉ. Corte/Rio de Janeiro, 22 dez. 1886. Carta pessoal. Coleção Barão de Mamoré (Museu Imperial).

PEREIRA, Bento. *Thesouro da lingua portugueza*. 1697. In: Corpus Lexicográfico do Português. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/default.asp?url=Palavras&opcao=Textos>. Acesso em: 14 mar. 2021.

PEREIRA, José Saturnino da Costa. *Apontamentos para a Formação de um Roteiro das Costas do Brasil*, com algumas reflexões sobre o interior das Províncias do Litoral, e suas produções. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1848. Reprodução: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 736, 1991.

PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. *Relações homem-natureza: O discurso político sobre agricultura e extrativismo na província do Amazonas (1852-1889)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

PERRUCCI, Gadiel. *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, outubro de 1878 / introdução de Gadiel Perrucci*. Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco. Edição fac-similar comemorativa do Primeiro Centenário, 1878-1978 ; Fac-simile de: Recife: Typ. de M. F. de Faria & Filhos, 1879.

PHILLIPS, Edward *The New World of English Words* (1658). In: <https://leme.library.utoronto.ca/search/quick> Acesso em 31 ago. 2020.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 16-42. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em 30 nov. 2022.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De vice-reino à Província: tensões regionalistas no Grão-Pará no contexto da emancipação política brasileira. Somanlu: *Revista de Estudos Amazônicos*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. p. 83-107, maio 2012. ISSN 2316-4123. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/245>. Acesso em: 21 jun. 2019.

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PONTE d’alfandega. *O Liberal do Pará*. Belém – PA. 1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 out. 2022.

PONTES, Carlos. *Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839 -1875)*. Companhia Editora Nacional. São Paulo Rio • Recife • Porto Alegre: Série 5.^a BRASILIANA. Vol. 13b. Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1939.

POOLE, Josué. O Parnaso inglês, 1657. *Linguística inglesa, 1500-1800*, n. 359. Menston: Scolar Press, 1972. Disponível em: <https://leme.library.utoronto.ca/lexicons/494/details#fulltext> Acesso em 31 ago. 2020.

PRAÇA DO COMÉRCIO DO PARÁ. *Diário de Belém*. Belém, 12 de abril de 1869, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 27 de setembro de 2022.

PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO, Maria Helena. A Borracha na economia brasileira da Primeira República. In: *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)* [S.l: s.n.], 1989.

PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991.

PRODIGIOSA População terrícola do Brasil. *Correio Mercantil*. 29 de julho de 1852, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> . Acesso em: 13 jun. 2021.

PROGRAMA. In: *Revista do Amazonas*. Nº 1, ano 1. Manaus, 5 de abril de 1876.

QUADROS, Consuelo Novaes S. de. Formação do Regionalismo no Brasil. In: *Revista do Centro de Estudos Baianos*, nº 77, 1977.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. A Administração provincial do Grão-Pará e as propostas de imigração, colonização e povoamento do Vale Amazônico (1875 – 1899). In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de. [et al.]. *Meandros da História: Trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAIOL, Domingos Antônio. *Abertura do Amazonas: Extratos dos debates no Parlamento brasileiro acerca do projeto de lei sobre a abertura do Rio Amazonas à navegação e ao comércio do mundo (1867)*. Pará: Typografia do Jornal do Amazonas, 1867.

RAIOL, Domingos Antônio. *Cabanagem ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol.1. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará, 1970.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol.1. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará, 1970.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo* [on line], v. 3, n. 6, p. 157-182, dez. 1998. Disponível em: Acessado em: dez. 2007.

RECLAMAÇÃO ao Governo Imperial sobre a escravização de Indígenas No Pará e no Amazonas. In: *O Abolicionista*. Nº 6. Rio de Janeiro, 01 de abril de 1881.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Revelação Geográfica. In: *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro. Impr. Nacional, 1947-1948.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Distâncias e aproximações: a Amazônia e o Rio Grande. Separata da Revista *Veritas*, nº 63-64/71. Porto Alegre, 1971.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Superintendia Cultural do Amazonas, 1889.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Panorama Econômico – Financeiro do Segundo Reinado: A navegação fluvial, especialmente a do Amazonas*. Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese da História do Pará*. Amazônia Edições Culturais Ltda, Belém, Manaus, Guanabara, 1972.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO PARÁ. Bernardo de Souza Franco. 15 de agosto de 1839.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO PARÁ. Francisco Soares de Andréa. 2 de março de 1838, p. 3-4.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO GRAM - PARÁ. Jeronimo Francisco Coelho. Lido perante á Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849, p. 76. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1510%2C-162%2C4570%2C3224>.

REPRODUZIDO na Coletânea Hino do centenário Paraense. Instituto Lauro Sodré.1823.

REUNIÃO. A Voz do Amazonas. II ano, Nº 27, Manaus, 1 de janeiro de 1867. Disponível em: <http://memoria.bn.br> Acesso em: 28 set. 2022.

REUNIÃO. *Amazonas*. Ano I, nº32, Manaus, 25 de janeiro de 1867.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Tradução de Vanda Anastácio. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

REVISTA AMAZONICA. Tomo I, primeiro ano. 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx> Acesso em: 07 set. 2017.

REYES, Rafael. As regiões amazônicas e as repúblicas ribeirinhas. *O Liberal do Pará*. Belém – PA. 01 de junho de 1875, p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 out. 2022.

REYES, Rafael. O Diário do Gram-Pará. In: *A Constituição*. Belém – PA. 29 de maio de 1876. Ano III, n/ 119. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 out. 2022.

REYES, Rafael. Título ausente (página mutilada). *O Liberal do Pará*. Belém – PA. 05 de junho de 1875, p. 02. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 out. 2022.

RIBEIRO, Mônica da Silva. *Divisão governativa do Estado do Brasil e a Repartição do Sul*. 12, Encontro Regional de História - Anpuh-Rio, 2006.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império. In: GOMES, Flávio Santos Gomes (Org.). *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003, p. 192.

RICCI, Magda. As letras e a vida: A formação e os saberes dos letrados na Amazônia brasileira. In: *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior*. - 1. ed. - Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

RICCI, Magda. Fronteiras da nação e da revolução: identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840). *Boletín Americanista*, Año LVIII, nº58, .

RICCI, Magda. Pátria minha: portugueses e brasileiros no Grão-Pará. 1808-1840. In: MATOS, Maria Izilda; SARGES, Maria de Nazaré; VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano; CANCELA, Cristina Donza. (Org.). *Entre Mares: o Brasil dos portugueses*. 1ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

RIO DE JANEIRO. Typ. Nacional, 1848; A situação econômica e financeira do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Brasileira, 1863. Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1516>. Acesso em: 1º jan 2021.

ROJAS, Alonso de. Relação do Descobrimento do Rio das Amazonas. In: *Descobrimientos do rio das Amazonas*. Trad. C. de Melo Leitão. 5º. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1941, nº XVIII.

ROY, Gabriel. A busca pelo El Dourado. *Revista de História*. São Paulo: USP, 1974.

SAID, E. W. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack*. Guarulhos, n.04, p. 5-45, 2º semestre de 2012. DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320120401>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil / por Frei Vicente do Salvador*. Ed. revista por Capistrano de Abreu. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

SAN MIGUEL, Pedro I. A importância de Chamar-se República Dominicana. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS Aimer.

SANTARÉM: a enchente do Amasonas. *A Ephoca*. Belém do Pará. 07 de junho de 1859. Ano II, nº 125, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 28 jan. 2022.

SANTOS, Alexandre da Silva; CARNEIRO, Gabriel Cruz. Uma interpretação histórica e enunciativa do termo.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1820-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SCOTT, Joseph Nicol. *A New Universal Etymological English Dictionary (1755)*. Disponível em: <https://leme.library.utoronto.ca/search/quick> Acesso em 31 ago. 2020.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; BRÍGIDA, Jessé Andrade Santa; RODRIGUES JÚNIOR, Marlon Galeno. Os jornais paraenses e a região: o Norte em debate na imprensa do século XIX. In *Terra das letras mortas: a identidade da Amazônia nos jornais regionais* [recurso eletrônico] / Luís Francisco Munaro (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina: história de uma ideia*. São Paulo: USP; Brasília: UnB, 2008.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. 6. Ed. Lisboa (Portugal): Typ. de Antonio José da Rocha, 1858. v. 2, p. 108. Disponível em: <http://rubi.casaruibar.bosa.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2021.

SILVA, Marilene Corrêa da. *O País do Amazonas*. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas / UniNorte, 2004.

SILVA, Moacyr Fecury Ferreira da. *Do Regional ao Nacional: Pará (1850-1914)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo 1996. (versão impressa).

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

SOCIEDADE UNIÃO DA AMAZÔNIA. Estatuto. Rio de Janeiro. 1884.

SOCIEDADE UNIÃO DA AMAZÔNIA. *Gazeta Nacional: Órgão republicano*. Nº. 19. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1888, p. 02.

SODRÉ, Nelson.Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. O Projeto Pombalino para a Amazônia e a “doutrina do Índio-cidadão”. In: ALVES FILHO, Armando, Et. Al. *Pontos de História da Amazônia*. 3. Ed. Belém: PakaTatu, 2001.

SOUZA JUNIOR, José Alves de: Semeando vento, colhendo tempestade: O processo de adesão do Pará à Independência. In: SARGES, Maria de Nazaré; RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Os Oitocentos na Amazônia: Política, trabalho e cultura*. Belém: Açai, 2013.

SOUZA, Augusto Fausto de. *Estudo sobre a redivisão territorial do Brasil*. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988..

SOUZA, Francisco Bernadino de. *Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas*. Pará: Typ. do Futuro, 1873.

SOUZA, Laura de Mello e. O nome do Brasil. *Revista de História*, n. 145, p. 61-86, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18919> Acesso em: 15 maio 2021.

SPIX, F., Johann Baptist von, 1781-1826. Viagem pelo Brasil (1817-1820) / Spix e Martius; tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v.

TAVARES BASTOS, A. C. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas estatística, produção, comércio, questões fiscais do Vale do Amazonas*. 3. ed. São Paulo: ed. Nacional, Brasília, 1975.

TERREROS Y PANDO, ESTEBAN DE. *Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina e italiana* [...]. Tomo tercero (1767). Madrid, Viuda de Ibarra, 1788, p. 6. Reproducido a partir del ejemplar de la Biblioteca de la Real Academia Española, O-9.

TORRES, João Camilo de Oliveira, 1915-1973. *A formação do federalismo no Brasil* [recurso eletrônico] / João Camilo de Oliveira Torres. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. (Coleção João Camilo de Oliveira Torres; n. 4, PDF).

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia Coroada: Teoria política do Império do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições da Câmara, 2017.

TRANQUILIDADE Pública. In: *Jornal do Pará (Órgão oficial)*. Nº 55. Belém, 10 de março de 1875.

TRANSCRIÇÃO: emigração e colonização. *Diário de Notícias*. Belém, 30 de março de 1876, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 22 de setembro de 1876.

UM VOTO de agradecimento. *Amazonas*. Ano IV, Nº191, Manaus, 23 de outubro de 1869, p. 2.

UMA VIAGEM NO BRASIL. *O Liberal do Pará*. Belém, 18 de agosto de 1871. Nº 183. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

UNIÃO Paraense. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1881.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial Orgânico que a consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro*. Dado à luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016.

VERÍSSIMO, José. *A Amazônia: Aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Brasil, 1892.

VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará. Pará*. Pará-Brasil: Imprensa do “Diario Official”, 1906.

VILLELA, André. Distribuição regional das receitas e despesas do Governo central no II Reinado, 1844-1889. *Estudos Econômicos*. [S.l.], v. 37, n. 2, jun., 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612007000200001>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35904>.

VITTORI, Girolamo. *Tesoro de las tres lenguas francesa, italiana y española. Thresor des trois langues françoise, italienne et espagnolle*. Ginebra, Philippe Albert & Alexandre Pernet, 1609. Reproducido a partir del ejemplar de la Biblioteca de la Real Academia Española, 23-XII-1.

WEINSTEIN, Barbara. Antes da Expansão. In: *A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um Vocabulário de Cultura e Sociedade*. Editora: Boitempo Editorial, 2007.